

# excellence

REVISTA CIENTÍFICA

[www.excellenceeduc.com](http://www.excellenceeduc.com)

REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE | V. 21. N. 01. JULHO. 2023

## HARMONIA SUSTENTÁVEL:

cultivando a educação ambiental para o futuro verde.



ISSN 2595-8704

NESTA EDIÇÃO, TAMBÉM APRESENTAMOS ARTIGOS NO CAMPO DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS, RESULTANTES DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA COM A FACULDADE UNIFE.





## EXPEDIENTE

### CONSELHO EDITORIAL

**Editor Chefe**

Prof<sup>o</sup>. Pós-Doutor Cristiano de Assis Silva

**Vice Editor**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dirlan de Oliveira Machado Bravo

**Presidente**

Weberth Martins Dos Santos

**Coordenador de Extensão**

Prof<sup>a</sup>. Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino

**Secretária de Assuntos Educacionais**

Prof<sup>a</sup>. Mestranda Kristielly Pereira de A. Ribeiro da Silva

**Jornalista Responsável**

Cleilton Bastos Ferreira

**Projeto Gráfico e Diagramação**

InovaES Editora

### JUNTA EDITORIAL

**Artur Quixona Finda**

Ex-Presidente do PAPOD (Partido Popular Angolano para o Desenvolvimento)

**Claudia Simões Cardoso**

Ex-Secretária Municipal de Assistência Social -Anchieta – E.S.

**Claudia Batista Ferreira**

Secretária Municipal de Saúde de Muqui – E.S.

**Dilzerly Miranda Machado Tinoco**

Ex-Secretária Municipal de Educação de Pres. Kennedy – E.S.

**Karla dos Santos Leal**

Membro do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Itapemirim – E.S.

**Fátima Agrizzi Ceccon**

Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E.S.

**Salatiel Elias de Oliveira**

Ex-Secretário Municipal de Educação de Apicá – E.S.

**Tânia Mara Fontana Correa**

Vereadora do Município de Presidente Kennedy E.S.

**Gilsete Lopes**

Investigador de Polícia Especial; Chefe da Seção de Investigação do 7º Distrito Policial.

**Rusley Hilário Medeiros Miorim**

Coordenador de Ensino e Formação da Guarda Municipal de Vila Velha, E.S.

**Hilário Jebeson Viana da Costa**

Membro da Academia de Letras e Culturas da Amazônia – ALCAMA.

**Sandreane Wélia Silva Paulino**

Membro da Academia Cajueirense de Letras

**Regilane Ribeiro Sansão**

Avaliadora do MEC

### COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

- Pós-Dr<sup>a</sup> Carmem Lisiane Escouto de Souza
- Pós-Dr. Carlos Luis Pereira
- Pós-Dr<sup>a</sup> Maria Fabris Colodete
- Pós-Doutorando Cristiano de Assis Silva
- Pós-Doutorando Salatiel Elias de Oliveira
- Pós-Doutorando Artur Quixona Finda
- Pós-Doutoranda Regilane Ribeiro Sansão
- Dr<sup>a</sup>. Aleksandra dos Santos Oliveira
- Dr<sup>a</sup>. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
- Dr<sup>a</sup>. Dorca Rodrigues Silva de Recamán
- Dr. Rinaldo Pevitor Pereira
- Dr<sup>a</sup>. Betijane Soares de Barros
- Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Ferreira
- Dr<sup>a</sup>. Dirlan de Oliveira Machado Bravo
- Dr. Rafael Vital dos Santos
- Dr. Francisco José Lopes Cajado
- Dr. Eduardo Cabral Silva
- Dr<sup>a</sup>. Patrícia Casagrande Dias de Almeida
- Dr<sup>a</sup>. Franciane Figueiredo da Silva
- Dr. Michell Pedruzzi Mendes de Araújo
- Dr<sup>a</sup>. Izaionara Cosmea Jadjesky
- Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino
- Doutoranda Mariana Nascimento
- Doutoranda Cristiana Ana Lima
- Doutoranda Cláudia Regina Stelzer Moraes
- Doutoranda Zilanda Pereira de Souza
- Doutoranda Thalyta Botelho Monteiro
- Doutoranda Melina Barbosa Peixoto
- Mestra Débora Buril Rocha Ribeiro
- Mestra Nilza Claudina Dionísio
- Mestra Noslaine da Conceição Sant'Anna Celestino
- Mestre Bruno de Freitas Santos
- Mestre Wemerson Carvalho dos Santos
- Mestra Patricia Vassoler Scaramussa
- Mestre Rusley Hilário Medeiros Miorim
- Mestrando Ruann Freitas do Amaral
- Mestranda Sandreane Wélia Silva Paulino
- Mestranda Cristiane de Assis Ribeiro da Silva
- Mestranda Gislaíne Pereira Souza
- Mestranda Kristielly Pereira de Assis Ribeiro da Silva
- Mestrando Hilário Jebeson Viana da Costa
- Mestranda Margareth Lima Marques de Aguiar
- Especialista Wladimir de Assis Ribeiro da Silva
- Especialista Gilsete Lopes

**EDITORA EXCELLENCE**

CNPJ: 31.655.465 / 0001-04

IM: 434750 ISSN: 2595-8704

E-mail: publicacao@editoraexcellence.com

**CORRESPONDÊNCIA:**

Rodovia do Sol. Nº100, Km 28.

Ed. Praia do Sol. Bairro Recanto da Sereia.

Guarapari. E.S. CEP: 29.227-100

**PUBLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES DE PESQUISADORES DE  
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA:**



**REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE  
EDITORA EXCELLENCE**

V. 21. N. 01. JULHO. 2023 | Espírito Santo, Brasil.

Versão On-line.

Resumo em português e inglês.

ISSN (eletrônico): 2595-8704

1. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Educação.
2. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Saúde Pública.
3. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Gestão Empresarial.
4. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Direito.

CDU 371

**DIREITOS DE PERMISSÃO  
E UTILIZAÇÃO**

As opiniões emitidas nos textos publicados na  
Revista Científica Excellence  
são de total responsabilidade de seus respectivos autores.  
Todos os direitos de reprodução,  
tradução e adaptações estão  
reservados com identificação  
da fonte.

OS ARTIGOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:

<<http://www.excellenceeduc.com/revista-cientifica-excellence-edicao-Atual/>>

COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-CIENTÍFICA:



FACULDADE ÚNICA DE FORMAÇÃO E ENSINO

ISSN 2595-8704



9 772595 870009 02



## PREFÁCIO

É com grande entusiasmo que **apresentamos a vigésima primeira edição da Revista Científica Excellence**. Nesta edição, dedicamos nossa atenção a um tema crucial e urgente: "*Harmonia sustentável, cultivando a educação ambiental para o futuro verde*".

Enquanto testemunhamos os efeitos do nosso estilo de vida atual no planeta, torna-se cada vez mais evidente que a sustentabilidade é uma preocupação inadiável. Precisamos repensar nossas práticas, abraçar a educação ambiental e agir em prol de um futuro verde. A presente edição da *Excellence* busca contribuir para esse movimento, promovendo a conscientização e oferecendo ideias inovadoras.

**Nossos pesquisadores têm se dedicado aos estudos e à análise de questões ambientais, bem como a diversas temáticas relacionadas às ciências, colaborando para a compreensão dessa realidade e de outras que nos cercam.**

Nosso objetivo é divulgar estudos e pesquisas, tanto primárias, quanto secundárias, com foco no sujeito.

Os artigos científicos desta edição abordam uma

ampla gama de tópicos, que vão desde a implementação de práticas agrícolas sustentáveis até o papel da tecnologia e do professor, além de diversos temas correlacionados às ciências da educação.

Neste novo periódico, também estabelecemos uma **valiosa parceria de Cooperação Técnico-Científica com a faculdade UNIFE**, situada em São Gabriel da Palha, no Espírito Santo. Nossa união busca fortalecer o embasamento teórico e prático de profissionais e estudantes, promovendo o avanço da ciências e impulsionando o cenário acadêmico da região. Nesta edição, temos a honra de compartilhar diversos artigos com o eixo temático nas Ciências Jurídicas, promovendo um diálogo enriquecedor e incentivando o desenvolvimento de novas pesquisas e estudos no campo do Direito.

Agradecemos a todos os autores, colaboradores e leitores que tornaram esta edição possível. Seu apoio contínuo é fundamental para nosso progresso na busca por um futuro verde e sustentável.

**Boa leitura!**

Pós-Doutor  
Cristiano de Assis Silva  
**Editor-Chefe**





# SUMÁRIO

|  |         |
|--|---------|
| <b>PREFÁCIO</b> .....  | 04      |
| <b>SOBREVIVÊNCIA: UMA ABORDAGEM SOBRE QUESTÕES DE HABILIDADES E A HARMONIA SUSTENTÁVEIS</b><br><i>Cristiano de Assis Silva &amp; Bruno Freitas Santos &amp; Noslaine C. Sant'Anna Celestino &amp; Ruann Freitas do Amaral</i> .....  | 08-12   |
| <b>FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BIOLOGIA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA</b><br><i>Ivete Medeiros de Farias</i> .....  | 13-21   |
| <b>EVENTOS ADVERSOS EM SAÚDE ASSOCIADOS À EQUIPE DE ENFERMAGEM NAS UNIDADES DE TERAPIAS INTENSIVAS: REVISÃO DA LITERATURA</b><br><i>Doriane Gonçalves de Sá</i> .....  | 22-27   |
| <b>A ARTE DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b><br><i>Asenath dos Santos Santana da Mota</i> .....  | 28-33   |
| <b>A IMPORTÂNCIA DOS REFORÇADORES SENSORIAIS DO MÉTODO ABA PARA ALUNOS COM TEA</b><br><i>Nathália Alves de Oliveira &amp; Cristiano de Assis Silva</i> .....   | 34-39   |
| <b>CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO ABA PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM AUTISMO</b><br><i>Nathália Alves de Oliveira &amp; Cristiano de Assis Silva</i> .....   | 40-45   |
| <b>O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO NA MODALIDADE DE ENSINO À DISTÂNCIA: CONCEITOS, VANTAGENS E DESAFIO</b><br><i>Rafaella Cuzzuol Nunes</i> .....  | 46-58   |
| <b>A DIFERENÇA ENTRE REUNIÃO DE GRUPO E FOCUS GROUP E SUA CONTRIBUIÇÃO NO ENSINO SUPERIOR</b><br><i>Danielle Magalhães de Souza &amp; Fernanda Malta Leite Nascimento &amp; Karla Juliana de Souza Coelho &amp; Thiago Malta Leite Nascimento &amp; Wilson Rodrigues de Sousa Junior</i> ..... | 59-67   |
| <b>QUILOMBO DA AROEIRA: NEGROS NO SERTÃO PEDRO-AVELINENSE</b><br><i>Jobson Cleyton Bezerra do Nascimento</i> .....   | 68-75   |
| <b>O AUTISMO E O PROCESSO EDUCACIONAL NO BRASIL</b><br><i>Lindinalva Ramos da Silva</i> .....  | 76-86   |
| <b>ATUAÇÃO DO NEUROPSICOPEDAGOGO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b><br><i>Eivaldo de Jesus Coutinho</i> .....  | 87-91   |
| <b>NEUROPSICOPEDAGOGIA APLICADA AO COTIDIANO ESCOLAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE INCLUSÃO</b><br><i>Eivaldo de Jesus Coutinho</i> .....  | 92-98   |
| <b>DIFICULDADES NO APRENDIZADO DE MATEMÁTICA: DISCALCULIA</b><br><i>Esrael dos Santos Ramos</i> .....  | 99-107  |
| <b>REALIDADE VIRTUAL E REALIDADE AUMENTADA NA EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO LITERÁRIA INTEGRATIVA</b><br><i>Lady Jane Farias de Lima</i> .....   | 108-113 |
| <b>O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS RELEVANTES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA</b><br><i>Markeyla Silva dos Santos</i> .....  | 114-119 |
| <b>DESAFIOS E ESTRATÉGIAS: AÇÕES ANTE AS PROBLEMÁTICAS DA EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL DO PIAUI-BRASIL</b><br><i>Jackeline Cardoso Lemos &amp; Francisco José Lopes Cajado</i> .....   | 120-126 |
| <b>A MÚSICA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL, CEARÁ</b><br><i>Fabiula Feitosa Rodrigues &amp; Francisco José Lopes Cajado</i> .....  | 127-133 |
| <b>O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE O SUJEITO DA PRÁTICA</b><br><i>Lécia Moreira Lopes</i> .....   | 134-143 |

## **JOGOS EDUCATIVOS COMO FERRAMENTA PARA OS DOCENTES**

*Christian Maria de Castro Sousa*.....144-150

## **ANÁLISE DA ÉTICA CAPITALISTA DE JOÃO ROMÃO NA OBRA O CORTIÇO DE ALUÍSIO DE AZEVEDO**

*Maria Aparecida da Silva & Pedro Henrique Dantas Monteiro*.....151-158

## **A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

*Samuel António Domingos Bemba*.....159-165

## **A CPI DO PÓ PRETO E A RESPONSABILIZAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS**

*Felipe Sardenberg Machado & Wemerson Carvalho dos Santos & Laura Pimenta Krause & Fabiane Aride Cunha & Vitor Eduardo Goese & Barbara Barros de Oliveira & Daniel da Luz Pimenta & Wiviane Vargas Grillo* .....166-180

## **DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NO NOVO CPC: DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA**

*Felipe Sardenberg Machado & Luciano Costa Felix & Wemerson Carvalho dos Santos & Laura Pimenta Krause & Fabiane Aride Cunha & Vitor Eduardo Goese* .....181-187

## **É DEVIDO ISS SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA?**

*Felipe Sardenberg Machado & Luciano Costa Felix & Wemerson Carvalho dos Santos & Laura Pimenta Krause & Fabiane Aride Cunha & Vitor Eduardo Goese* .....188-193

## **INCONSTITUCIONALIDADE DO §1º DO ART. 204 DO CÓDIGO CIVIL, A LUZ DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA**

*Felipe Sardenberg Machado & Luciano Costa Felix & Wemerson Carvalho dos Santos & Laura Pimenta Krause & Fabiane Aride Cunha & Vitor Eduardo Goese* .....194-199

## **O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO COMO NORMA FUNDAMENTAL DE REGIMENTO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI 13.105/2015**

*Felipe Sardenberg Machado & Luciano Costa Felix & Wemerson Carvalho dos Santos & Laura Pimenta Krause & Fabiane Aride Cunha & Vitor Eduardo Goese* .....200-213

## **DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E O RACISMO INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA FRENTE A POPULAÇÃO NEGRA: POR UMA NOVA POLÍCIA E POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA SEM VIOLÊNCIA, DISCRIMINAÇÃO/ESTIGMAÇÃO RACIAL E DESVIO DE FINALIDADE**

*Felipe Sardenberg Machado & Luciano Costa Felix & Wemerson Carvalho dos Santos & Laura Pimenta Krause & Fabiane Aride Cunha & Vitor Eduardo Goese* .....214-230

## **ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO COMO FORMA DE EXPROPRIAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DO TRABALHADOR**

*Felipe Sardenberg Machado & Luciano Costa Felix & Wemerson Carvalho dos Santos & Laura Pimenta Krause & Fabiane Aride Cunha & Vitor Eduardo Goese & Francelyly Laine da Silva Binda & Gabriela Clementino Lopes & Karina Santana*.....231-244

## **OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE**

*Felipe Sardenberg Machado & Luciano Costa Felix & Wemerson Carvalho dos Santos & Laura Pimenta Krause & Fabiane Aride Cunha & Vitor Eduardo Goese & Alex Junior Pessi Mantovaneli & Wenderson Osvaldo Baba da Hora & Caroline Righeth Biral*.....245-254

## **O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO**

*Felipe Sardenberg Machado & Luciano Costa Felix & Wemerson Carvalho dos Santos & Laura Pimenta Krause & Fabiane Aride Cunha & Vitor Eduardo Goese* .....255-264





Os **artigos** publicados são de total **responsabilidade** dos autores;

A Revista Científica Excellence não se responsabiliza pelas **opiniões, ideias e conceitos** emitidos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es);

É **reservado aos editores** o direito de proceder ajustes textuais e de adequação do artigo às normas de publicação.

## SOBREVIVÊNCIA: UMA ABORDAGEM SOBRE QUESTÕES DE HABILIDADES E A HARMONIA SUSTENTÁVEIS

### SURVIVAL: AN APPROACH ON SKILL ISSUES AND SUSTAINABLE HARMONY

Cristiano de Assis Silva <sup>1</sup>

Bruno Freitas <sup>2</sup>

Noslaine C. Sant'Anna Celestino <sup>3</sup>

Ruann Freitas do Amaral <sup>4</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Os termos sustentável e desenvolvimento sustentável, embora sejam amplamente utilizados na literatura científica o setor privado e as políticas públicas, ainda carecem de consenso sobre esse conceito. Os recursos humanos suportam a sociedade e a economia, e os recursos naturais disponíveis na Terra apresentam um limite finito; nesse caso, limites eficazes correspondem à capacidade por parte da biosfera em absorver poluentes, e o fornecimento de recursos naturais e energia é claramente limitado no espaço e no tempo. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com enfoque exploratória, descritiva abordando questões de ciências biológicas referente a questões de preservação e harmonia sustentável do ambiente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante de todos os momentos elencados, da prática pedagógica e do desenvolvimento da pesquisa com alunos do ensino fundamental II e ensino médio, além da participação dos professores, sobre as questões de harmonia e de preservação sobre questões de sustentabilidade, verifica-se a necessidade de ações em conjuntas com todas as modalidades de ensino para questões de ensinamento de habilidades e harmonia de sustentabilidade para ações reflexivas e de proteção ao meio ambiente e com essas ações trazendo questões relacionadas a proteção e educação ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Habilidade Sustentável. Harmonia Sustentável. Sustentabilidade.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** The terms sustainable and sustainable development, although widely used in the scientific literature the private sector and public policies, still lack consensus on this concept. Human resources support society and the economy, and the natural resources available on Earth have a finite limit; in this case, effective limits correspond to the capacity of the biosphere to absorb pollutants, and the supply of natural resources and energy is clearly limited in space and time. **METHODOLOGY:** This is a qualitative research with an exploratory, descriptive approach, addressing issues of biological sciences related to the preservation and sustainable harmony of the environment. **FINAL REMARKS:** Considering all the moments listed, the pedagogical practice and the development of the research with students from elementary school II and high school, in addition to the participation of teachers, on issues of harmony and preservation on sustainability issues, there is a need for joint actions with all types of education for issues of teaching skills and harmony of sustainability for reflective actions and protection of the environment and with these actions bringing issues related to environmental protection and education.

**KEYWORDS:** Sustainable Skill. Sustainable Harmony. Sustainability.

<sup>1</sup> PhD em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

<sup>3</sup> Mestra em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. Especialista em Gestão Educacional (FAAC). Graduada em Pedagogia (UNIUBE). **E-MAIL:** noslaine@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9186340849098007

<sup>4</sup> Mestrando em Artes pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. Especialização em Artes e Educação pela ISEAC, ISEAC\_PPROV. Graduação em Música pela Faculdade de Música do Espírito Santo, FAMES. **E-MAIL:** ruannfreitassax@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9471850252938807



## INTRODUÇÃO

Os termos sustentável e desenvolvimento sustentável, embora sejam amplamente utilizados na literatura científica o setor privado e as políticas públicas ainda carecem de consenso sobre esse conceito. Na literatura, existe uma ampla gama de conceitos principalmente relacionados à sustentabilidade (LINDSEY, 2011). No entanto, os significados dessas expressões diferem na literatura devido ao número de links que levam a perspectivas e contextos. e ramo de atuação (STEPANYAN, LITTLEJOHN, & MARGARYAN, 2013).

A ideia de desenvolvimento sustentável ganha expressão física e política no adjetivo um desenvolvimento decorrente da percepção de uma crise ambiental global. Esse entendimento percorreu um longo caminho até a estrutura atual, cuja última origem é plantada na década de 1950, quando foi plantada pela primeira vez. a humanidade compreende o risco ambiental global: a existência da poluição nuclear. Suas pistas informaram às pessoas que estávamos em uma nave espacial. comuns e que os problemas ambientais não se limitam a áreas limitadas. "O aparecimento de precipitação radioativa a milhares de quilômetros dos locais de teste causou um debate acalorado na comunidade científica." (Machado, 2005).

As chuvas ácidas sobre os países nórdicos levaram a Suécia, em 1968, a propor ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc) a realização de uma conferência mundial que possibilitasse um acordo internacional para reduzir a emissão de gases responsáveis pelas chuvas ácidas. O resultado foi a aprovação da Conferência de Estocolmo, em 1972. Durante seus preparativos – ocorridos em mais de três anos – foram colocados face a face países desenvolvidos e não desenvolvidos (o Terceiro Mundo, conforme a nomenclatura da época). Os primeiros, preocupados com a crescente degradação ambiental que ameaçava sua qualidade de vida. Os outros, preocupados em não

sofrerem restrições à exportação de seus produtos primários e não terem seu desenvolvimento obstruído. Essa oposição era ainda mais tensa se imaginarmos que países do Terceiro Mundo atribuíam ao seu pouco crescimento econômico parte dos problemas ambientais. Portanto, para eles a solução dos problemas ambientais passava pela extinção da pobreza.

Os recursos humanos suportam a sociedade e a economia, e os recursos naturais disponíveis na Terra apresentam um limite finito; nesse caso, limites eficazes correspondem à capacidade por parte da biosfera em absorver poluentes, e o fornecimento de recursos naturais e energia é claramente limitado no espaço e no tempo (ADAMS, 2006; QUENTAL et al., 2011).

Redclift (2006) destaca que é improvável que as gerações futuras venham a ser iguais às gerações presentes em aspectos como necessidades, culturas, comportamentos, entre outros.

Seager (2008) afirma que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável ocorrem por meio da sucessão de diversos estados, em oposição à preservação do status quo. Nesse sentido, as necessidades das gerações atuais não são um problema, porém estimar as necessidades das gerações futuras seria quase impossível (MORRIS, 2012).

A percepção – difundida, mas longe de ser comprovada – de que estamos ameaçados como espécie atribui uma relevância ímpar à ideia do desenvolvimento sustentável. De certa forma, com a queda da União Soviética, o grande medo societal de meados do século passado de uma guerra atômica autodestrutiva se esvaiu. Em seu lugar ganhou corpo o grande medo da autodestruição pelo crescimento econômico desenfreado que destrói a natureza e exaure os recursos naturais.

É certo que as atuais condições de vida estão ameaçadas, na hipótese de o aquecimento global vir a se confirmar. Contudo, a qualidade de vida dos que não a têm hoje e a das gerações futuras não estão ameaçadas apenas pelo provável aquecimento global. O modo de

produção e consumo vigente traz em si ameaças que agem de forma independente desse evento, pois caso continuemos no ritmo de crescimento econômico dos últimos cem anos, teremos cerca de 120 milhões de pessoas por ano adentrando o mercado de consumo. Serão mais dois bilhões e meio em 2050. Há uma quase unanimidade hoje entre os cientistas de que os recursos naturais não serão suficientes para fornecer um modo de vida similar ao da classe média mundial a todos os novos ingressantes no mercado. No entanto, eles têm tanto direito quanto os que já participam do mercado consumidor.

### OBJETIVO

Incentivar questões de harmonia sustentável com alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio de Escola Agrícola no interior do Espírito Santo, Brasil.

### METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com enfoque exploratória, descritiva abordando questões de ciências biológicas referente a questões de preservação e harmonia sustentável do ambiente, o laboratório de estudo aconteceu com parceria entre professor e aluno e ocorreu em Instituição de Ensino Agrícola no interior do Espírito Santo, Brasil. Os alunos, com faixa etária entre 12 e 20 anos, de variadas etnias e condições socioeconômicas. Alunos alfabetizados e letrados, matriculados na instituição de ensino onde ocorreu a pesquisa desenvolvida.

Os alunos foram separados em grupos para cada série na qual estão matriculados. Os grupos receberam informações de qual árvore deveriam pesquisar e buscar as seguintes informações: nome científico, nomes populares, regiões predominantes, origem, classificação, espécie, questões medicinais e outras curiosidades inerentes.

Após a pesquisa, foi escolhida a semana do meio ambiente, para que os alunos apresentassem, próximo à árvore designada, as informações colhidas na pesquisa. Todas as árvores fazem parte da reserva nativa existente na trilha ecológica da instituição de ensino. A apresentação foi feita a todos os estudantes e professores, em momento de reflexão do meio ambiente e seus desdobramentos.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

As turmas foram divididas em grupos da seguinte forma:

- 8º ANO Jequitibá, Jenipapo, Angico.
- 9º ANO Oiti, Sombreiro, Sibipiruna.
- 3ª SÉRIE Sapucaia, Angico branco, Farinha seca, Pau ferro.
- 4ª SÉRIE Pau sangue, Cinco folhas, Paineira, Pau-brasil.

Cada grupo empenhou-se em realizar a pesquisa e, ao surgir dúvidas, eram sanadas com o docente mediador do processo. Durante toda a pesquisa, os alunos foram incentivados a refletir sobre a importância do crescimento sustentável, bem como a valorização das espécies, pois estas estão interligadas à história das populações ao redor. Momentos da pesquisa:



FONTE: Fotos dos autores, junho, 2023.





FONTE: Fotos dos autores, junho, 2023.



(sementes de árvore nativa)

FONTE: Fotos dos autores, junho, 2023.



FONTE: Fotos dos autores, junho, 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os momentos elencados, da prática pedagógica e do desenvolvimento da pesquisa com alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, além da participação dos professores, sobre as questões de harmonia e de preservação sobre questões de sustentabilidade, verifica-se a necessidade de ações em conjunto com todas as modalidades de ensino para questões de ensinamento de habilidades e harmonia de sustentabilidade para ações reflexivas e de proteção ao meio ambiente e com essas ações trazendo questões relacionadas a proteção e educação ambiental.

Ações conjuntas e de âmbito interdisciplinar para questões de habilidades sustentáveis e questões de proteções ao meio ambiente visam não somente, questões básicas de lembranças de data mais de reflexões para proteção, cuidados, além de norteamto preventivo para o meio ambiente em situação de aprendizado do alunado para que o futuro das espécies nativas seja preservado e que as espécies não entrem em questões de extinção, sabendo também que precisamos de garantias para o equilíbrio da fauna, flora e todos os que fazem parte do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, W. M. **The Future of Sustainability: Re-Thinking Environment and Development in the Twenty-First Century**. Gland, Switzerland: World Conservation. Union, 2006.

LINDSEY, T. C. Sustainable principles: common values for achieving sustainability. **Journal Cleaner Production**, v. 19, n. 5, p. 561-65, 2011.

MACHADO, V. de F. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio 92**. Brasília, 2005.

MAZLOOMI, M.; HASSAN, A. S. Sustainable Development: Divergences and complexities in Interpretation. In: **2nd International Conference On Built Environment In Developing Countries**, p. 310-322, 2008.

MORRIS, M. Sustainability: an exercise in futility. **International Journal of Business and Management**, v. 7, n. 2, p. 36-44, 2012.

QUENTAL, N. et al. Sustainability: characteristics and scientific roots. **Environ Dev. Sustain**, v. 13, p. 257-76, 2011.

REDCLIFT, M. R. Sustainable development (1987-2005) – an oxymoron comes of age. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 65-84, 2006.

SEAGER, T. P. The sustainability spectrum and the sciences of sustainability. Bu of Knowledge. **Educational Technology & Society**, v. 16, n. 2, 2013.

STEPANYAN, K.; LITTLEJOHN, A.; MARGARYAN, A. Sustainable e-Learning: Toward a Coherent Body of Knowledge. **Educational Technology & Society**, v. 16, n. 2, p. 91-102, 2013.



## FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BIOLOGIA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA

### EDUCATION OF BIOLOGY TEACHERS: A REFLECTIVE ANALYSIS ON PEDAGOGICAL PRACTICE

Ivete Medeiros de Farias <sup>1</sup>

#### RESUMO

**OBJETIVO:** Apresentar enfoques relevantes ao cenário educacional, mais especificamente no que se refere a relação da formação do professor com suas implicações na prática pedagógica em biotecnologia e no processo de formação dos indivíduos. **METODOLOGIA:** Utilizou-se a revisão bibliográfica para o desenvolvimento deste estudo, baseando-se em publicações de materiais elaborados, constituído principalmente de artigos científicos, livros e trabalhos acadêmicos. **RESULTADOS:** Foi possível refletir sobre as práticas pedagógicas que estão em constante evolução e que devem ser uma preocupação constante dos docentes em inovar e aperfeiçoar o processo de descoberta e construção de novos conhecimentos pautada na ciência e a tecnologia e interseções de biotecnologia e vida cotidiana, pois quando trabalham juntas, trazem benefícios a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que o conhecimento da integração da biologia e da tecnologia gera é fundamental para a tomada de decisões informadas na prática pedagógica sobre o impacto de biotecnologia na vida em sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prática Pedagógica. Biotecnologia. Evolução.

#### ABSTRACT

**OBJECTIVE:** To present approaches that are relevant to the educational scenario, more specifically with regard to the relationship between teacher training and its implications for pedagogical practice in biotechnology and the training process of individuals. **METHODOLOGY:** A bibliographic review was used for the development of this study, based on publications of prepared materials, consisting mainly of scientific articles, books and academic works. **RESULTS:** It was possible to reflect on the pedagogical practices that are in constant evolution and that should be a constant concern of teachers in innovating and improving the process of discovering and building new knowledge based on science and technology and intersections of biotechnology and everyday life, because when they work together, they bring benefits to all the subjects involved in the educational process. **FINAL CONSIDERATIONS:** It is concluded that knowledge of the integration of biology and technology is fundamental for making informed decisions in pedagogical practice about the impact of biotechnology on life in society.

**KEYWORDS:** Pedagogical Practice. Biotechnology. Evolution.

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicanálise pela ACU - Absolute Christian University. Graduada em Ciências Biológicas pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC – EaD, Polo de Olho d'Água das Flores-AL. **E-MAIL:** fariasivete@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2206657188658002

## INTRODUÇÃO

O enfoque na área de Educação que trata sobre a formação de professores no contexto de uma educação para a cidadania vem crescendo significativamente no Brasil (VIANA *et al.*, 2012; AULER, 2002). Neste contexto, o papel da Educação é um dos temas fundamentais e essenciais para um melhor desenvolvimento e direcionamento dos demais, pois como Paulo Freire (1967) sempre afirmou, “educar é um ato político”. Ou seja, não há neutralidade possível em educação. Qualquer proposta pedagógica é necessariamente política e, por isso mesmo tem embutida nela uma concepção de mundo, de sociedade, de formação humana (ALVES *et al.*, 2020).

O acelerado avanço do conhecimento, especialmente em algumas áreas dentro da ciência da Biologia com o uso de técnicas biotecnológicas levanta algumas questões interessantes sobre como a implementação da biotecnologia está progredindo e seus desafios referente à definição do conteúdo programático da escola e ao papel do professor no ensino médio (BATES; HUNG; STEEL, 2022).

Segundo Hodge (2023) a biotecnologia é um ramo revolucionário da ciência na vanguarda da pesquisa e inovação que avançou rapidamente nos últimos anos. É uma disciplina ampla, na qual organismos ou processos biológicos são explorados para desenvolver novas tecnologias com potencial para transformar a maneira como as pessoas vivem e trabalham, bem como para aumentar a sustentabilidade e a produtividade industrial. As novas ferramentas e produtos gerados têm uma ampla gama de aplicações em vários setores, incluindo medicina, agricultura, energia, manufatura e alimentos.

A ciência e a sociedade modernas se beneficiaram muito com os desenvolvimentos da biotecnologia. No entanto, apesar da importância do campo, a biotecnologia é pouco representada nos currículos e nas salas de aula e não foi estudada de forma

abrangente pelos pesquisadores da educação científica (NORDQVIST; ARONSSON, 2019). Portanto, como destacam Bates, Hung e Steel (2022) o desenvolvimento profissional contínuo de professores em biotecnologia é essencial tanto para a saúde pública quanto para o ensino e os futuros cientistas.

Na tentativa de introduzir a relação do professor com o ensino e aprendizagem eficazes da biotecnologia no contexto da práxis pedagógica, este estudo aborda como se caracteriza a educação e a cidadania, bem como o movimento da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) dentro do currículo de Biologia e biotecnologia, por meio de uma análise reflexiva bibliográfica.

## REFERENCIAL TEÓRICO:

### EDUCAÇÃO E CIDADANIA

A educação hoje deve se pautar na integralidade, na busca pela formação de indivíduos realmente cidadãos e participativos, frente às inúmeras exigências apresentadas pelo campo educacional, como uma das formas de assim melhor viabilizar o contexto de aprendizagem da turma (FORTALEZA; MARTINS, 2021).

A educação não visa somente à transmissão de conteúdos, ou o acúmulo informacional. Ela visa a formação e ao desenvolvimento humano global. Objetiva a preparação de homens e mulheres tecnicamente competentes, capazes de desempenhar plenamente sua profissão, de viver com autonomia, em busca permanente de sua realização pessoal e profissional, mas, sobretudo, almeja a formação de seres humanos que promovem o bem-viver, a justiça social e a vida sustentável para todos (ANTUNES; PADILHA, 2010).

Compreende-se que é de grande importância clarificar a ideia de cidadania dentro do contexto da educação, garantindo condições para refletir sobre os acontecimentos, sabendo localizá-los em um tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre os diversos fatos de ordem política, econômica, social e cultural (BITTENCOURT, 1998).

Destarte, os elementos fundamentais para a educação diante da construção e a formação da cidadania priorizam o aluno como sujeito de ação, o qual constrói as relações sociais e culturais, marcadas por várias diferenças, além de outras realidades e temporalidades simultâneas a sua (BRASIL, 2013). Assim, destaca-se:

Caracteriza-se o homem comum, aquele que em sua formação escolar deve aprender a refletir historicamente, encaminhando-se para uma ação consciente expressa na ideia de cidadania social que abarca os conceitos de igualdades, de justiça, de lutas e de conquistas, de compromissos e de rupturas (BITENCOURT, 1998, p. 22).

Segundo Oliveira e Araujo (2016) a partir do conceito de cidadania descrito, é que se analisam as novas propostas para a educação contemporânea, pois, diante as demandas sociais atuais, buscando com essas propostas qualificar o professor em sua formação, para que assim possam desempenhar seu papel enquanto mediador do conhecimento.

De acordo com o contexto ora trabalhado, percebe-se que o homem dito comum, em sua formação escolar busca a reflexão para que tenha uma atitude consciente perante a ideia de cidadania social, almejando a luta pela igualdade, justiça, e conquistas, as quais estão de acordo com a cidadania, e que sejam feitos investimentos na área de qualificação profissional do educador (LATKI, 2014).

Por isso, a partir desta visão, Tavares (2008) diz que se deve favorecer a superação da dicotomia teórica e prática, ampliando a formação do professor, onde este irá buscar subsídios através da reflexão sobre a ação profissional, para que os alunos compreendam os elementos que irão auxiliar na formação da cidadania, e onde o aluno seja visto como sujeito de ação, e assim se constrói nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, no âmbito escolar. Ainda:

A necessidade de que a educação trabalhe a formação ética dos alunos está cada vez mais evidente. A escola deve assumir-se como um espaço de vivência e discussão das referências éticas, não uma instância normativa e normatizadora, mas um local social privilegiado de construção dos significados éticos necessários e constitutivos (BRASIL, 1998, p. 16).

Sabe-se que o homem como um ser social, possui em seu desenvolvimento um conjunto de valores, que busca ajudá-lo a estabelecer padrões que vão propiciar o crescimento multifacetado e apoiar a sua inserção dentro de uma sociedade específica. Portanto, dentre esses valores destacamos os morais, os quais são pilares fundamentais para a conformação da sua personalidade, cumprindo assim o papel de estabelecer as regras de conduta que vão possibilitar a adequada convivência dos indivíduos em um ambiente social equilibrado, visto que o interesse do grupo se confronta com os interesses dos indivíduos (TAVRES, 2008).

Para tanto, é necessário esclarecer que a formação de valores em uma sociedade é fundamental para o desenvolvimento do mesmo, sem falar na preparação de um ambiente adequado para as futuras gerações (HYPÓLITO *et al.*, 2014). Mas, é imprescindível que se perceba que outro elemento que afeta os valores, são os avanços das ciências e os desenvolvimentos das tecnologias, as quais têm causado significativos e expressivos câmbios na conduta dos homens, especialmente no que diz respeito ao nível de comunicação e da quantidade e qualidade das informações (ANJOS; CARBO, 2019).

É frente a isso que, o papel da educação mais do que nunca vem ganhando espaço e sendo alvo de grandes análises entre todos os educadores buscando assim melhor ressignificar e estruturar o contexto pedagógico presente no espaço escolar, viabilizando assim novas formas de ensinar e de aprender, de melhor estruturar a prática pedagógica em sala de aula.



Assim, mais do que nunca a educação vem se pautando no desenvolvimento de uma Escola Cidadã, onde se possa realmente contribuir com o processo de formação dos indivíduos que lá se encontram (GADOTTI, 2000).

A maior ambição da Escola Cidadã é contribuir com na criação das condições para o surgimento de uma nova cidadania, como espaço de organização da sociedade para a defesa de direitos e a conquista de novos. Trata-se de formar para e pela cidadania, para a gestão de um novo espaço público não-estatal, uma esfera pública cidadã, que lese a sociedade a ater voz ativa na formulação das políticas públicas e assim possa participação da mudança do Estado que temos para a criação de um novo Estado, radicalmente democrático (GADOTTI, 2000, p. 1).

Assim, é preciso dentro desse patamar de busca de inovação e de novas ideias no campo escolar, frente o processo de formação da identidade do educador que lá se encontra, como uma das formas de melhor contribuir com o delineamento de ações favoráveis e contribuintes frente ao processo de aprender a aprender, de melhor estruturar o campo pedagógico (SANTOS; OLIVEIRA, 2021).

Portanto, formar este cidadão, segundo Antunes e Padilha (2010) significa assumir alguns desafios: sair da prática comum de expectadores crítico ou do pessimismo passivo daqueles que só sabem apontar falhas, assumir a parcela de responsabilidade sobre a formação do ser humano integral a fim de devolver ao cidadão a compreensão de que ele pode tomar para si o destino de sua própria história, e construir autonomia para agir sobre si mesmo e sobre o mundo em que vive, transformando-o para melhor, entender que a tarefa de educar cabe ao professor, ao diretor, aos demais funcionários da escola, criando assim uma dinâmica social local que gere e fortaleça a sinergia entre diversos esforços de diferentes sujeitos que contribuem para a educação integral desde a infância.

## O ENSINO DA BIOLOGIA: A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SOCIEDADE ATUAL

Acredita-se que o movimento da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) dentro do currículo de Biologia, preocupa-se em estimular a tomada de atitudes pelo aluno, levando o mesmo a participar da sociedade contemporânea no sentido de buscar alternativas para a aplicação da ciência e da tecnologia (AMORIM, 1988).

Sabe-se que é necessário, primeiramente, que se redimensionem os conceitos e de ciência e tecnologia, afim de que não se insita na manutenção de uma perspectiva da neutralidade dos elementos, assim o ensino do de Biologia, possibilita-se ao educando uma transformação da realidade, sendo fundamental que não seja restrinja as abordagens das interações dos elementos de ciência e tecnologia, entre si e a sociedade (AMORIM, 1988).

Tratando especificamente no ensino de ciências, o enfoque educacional CTS objetiva promover o interesse dos estudantes em relacionar a ciência com as aplicações tecnológicas e os fenômenos da vida cotidiana e abordar o estudo daqueles fatos e aplicações científicas que tenham uma maior relevância social (AULER, 1998, p. 2).

Vale ressaltar que a tecnologia tem representado um elemento marcante dentro da sociedade contemporânea, tanto nas relações de trabalho quanto na vida cotidiana, mas, na atualidade, o ensino de Biologia centra-se na transmissão do conhecimento biológico, eleito como verdade a respeito da interpretação da realidade (AULER, 1998).

O ensino de Biologia deve estar integrado dentro desse contexto, possibilitado assim a articulação e o direcionamento de práticas realmente relevantes no cenário pedagógico, buscando assim novas formas de atuação e inserção do aluno no espaço social e na construção e desenvolvimento de uma educação

pautada em valores, formação e cidadania (NASCIMENTO; LINSINGEN, 2006).

Torna-se necessário que sejam abordadas as implicações sociais e éticas relacionadas ao uso da tecnologia adquirindo assim uma compreensão da natureza da ciência e do trabalho científico (AULER, 2002). E, para tanto ao se tratar da concepção CTS para o ensino de ciência, busca apontar para uma meta de aprendizagem de conceitos, que promovam uma validade cultural, para além da validade científica, tendo, portanto, como alvo, ensinar a cada cidadão comum o essencial para chegar a sê-lo de fato, aproveitando os contributos de uma educação científica e tecnológica (SANTOS, 1999).

Para Teixeira (2003, p. 182), “o movimento CTS procura colocar o ensino de ciência numa perspectiva diferenciada, abandonando posturas arcaicas que afastam o ensino dos problemas sociais.”

É necessário que haja cada vez mais a inclusão das abordagens das inter-relações ciência-tecnologia-sociedade, dentro do ensino e educação científica no Brasil, pois este deve avançar, em busca da transformação racional de ciência e tecnologia excludente para um modelo voltado para a justiça e igualdade social (SANTOS, 2008).

O ensino de ciências nas escolas, o qual tem assumido historicamente uma perspectiva internalista na medida em super valorizar uma concepção de ciência de caráter neutro, o método científico o qual é empregado pelas ciências naturais, e os conteúdos específicos de cada disciplina e o papel do cientista como produtor isolado de conhecimentos sempre benéficos para a humanidade (NASCIMENTO; LINSINGEN, 2006).

Assim, os estudos da CTS, procuram tomar novos rumos importantes, diante do crescimento do desenvolvimento científico e tecnológico, e com esses estudos surgem uma reconsideração crítica do papel da ciência e da tecnologia na sociedade (MITCHAM, 1990).

A proposta curricular de CTS corresponde, portanto, a uma integração entre educação científica,

tecnológica e social, em que os conteúdos científicos e tecnológicos são estudados juntamente com a discussão de seus aspectos históricos, éticos, políticos e socioeconômicos, salientando o currículo de ciências com ênfase em CTS são aqueles que tratam das inter-relações entre explicação científica, planejamento tecnológico e solução de problemas e tomada de decisão sobre alguns temas práticos que sejam de importância social (ROBERTS, 1991).

No campo da educação científica, o movimento CTS encontra ressonância com as ideias educacionais, pois segundo Santos (2001, p. 31):

Apoiar um ensino mais humanista das ciências e ter em vista a conscientização social de que a ciência e a tecnologia também são elementos da cultura e que a sala de aula tem de ser concebida como um ambiente educativo que seja ela própria um ambiente de cidadania.

Portanto, o movimento do CTS reúne pessoas ligadas à ciência, tecnologia e sociedade, os quais são movimentos dos professores, como uma forma de reivindicar melhorias na educação.

## **A PRÁXIS PEDAGÓGICA E O CONTEXTO DA BIOTECNOLOGIA**

Diante do acelerado processo de informação, se torna necessário, melhor ressignificar e estruturar o contexto de aprendizagem do educando, como uma das formas de melhor viabilizar e direcionar práticas mais efetivas em sala de aula, favorecendo assim o desenvolvimento dos mesmos no contexto educacional.

Por isso, segundo Oliveira, Farias e Porto (2015) a construção e o fortalecimento da identidade profissional precisa fazer parte do currículo e das práticas de formação inicial e continuada, é assim que o professor transforma-se num pesquisador, a caminho de construir sua autonomia profissional, enriquecendo-se de

conhecimentos e práticas e aprendendo a resolver problemas, inclusive aqueles imprevistos.

O campo de pesquisa dos saberes docentes é imenso e nos últimos vinte anos vem se desenvolvendo de maneira exponencial. As pesquisas sobre os saberes docentes como uma das consequências do movimento pela profissionalização do ensino e, da profissionalização docente, surgiram, na realidade brasileira, a partir da década de 1990 (CUNHA, 2007, p. 3).

Segundo Campelo (2001) apesar de utilizarem diversas nomenclaturas para designar esses saberes, os estudos sobre essa questão pretendem contribuir para:

- a) confirmar a construção e o reconhecimento da identidade profissional do docente;
- b) formar professores para desenvolverem um ensino, a cada dia, mais coerente com os fins da educação socialmente estabelecidos, apesar das diversidades que marcam a sua vida e o seu trabalho (CAMPELO, 2001, p. 51).

Então, mais do que nunca os professores precisam melhor estruturar sua prática pedagógica, para assim viabilizar novas formas de aprender a aprender, de melhor reestruturar o processo pedagógico em sala de aula de forma mais dinâmica e participativa, frente a contribuição dos alunos de forma ativa no contexto da sala de aula e no ambiente fora, onde se faz necessário repercutir um novo contexto frente a sua própria realidade (CAVALCANTI, 2017).

Nessa perspectiva de analisar a formação de professores, a partir da valorização destes, é que os estudos sobre os saberes docentes ganham impulso e começam a aparecer na literatura, numa busca de se identificarem os diferentes saberes implícitos na prática docente. Nesse espírito, tinha-se em vista que “é preciso investir positivamente os saberes de que o professor é portador, trabalhando-os de um ponto de vista teórico e conceptual” (NÓVOA, 1992, p. 27).

Percebe-se que mais do que nunca, educador vem resignificando e melhor estruturando sua prática pedagógica em sala de aula, viabilizando novas formas de ensinar e aprender.

A formação e o direcionamento de uma prática reflexiva, deve se torna mais presente e atuante no contexto da sala de aula, como uma das formas de assim trabalhar com e sobre o pensar da e na prática pedagógica, em processo continuamente repensado e reconstruído (BRITO, 2020).

No que se refere, ao profissional de educação, é necessário dar-se tempo e oportunidade de familiarização com os eixos de uma renovação curricular e com as novas tecnologias educativas; possibilitar-lhe condições de reflexão sobre o tipo de educação e de currículo a ser desenvolvido, em função do universo social de alunos e professores (COELHO; SANTOS; SANTOS, 2012).

Segundo Rocha e Motta (2014), é necessário repensar o ensino e a aprendizagem, colocando-se numa postura de professor inovador, criando situações significativas e diferenciadas, cabendo propiciar diferentes situações “problemas” ao educando. Uma das formas de propiciar “problemas” seria a proposta de trabalhar através de uma pedagogia de projetos. Para Gardner (1995), os projetos constituem-se em fontes de criação, que passam por processos de pesquisa, aprofundamento, análise, depuração e criação de novas hipóteses.

Segundo Perrenoud (1999), por parte do professor, supõe-se “a competência de produzir situações sob medida, trabalhar com o que está à mão, sem temer o desvio de ferramentas ou de objetos concebidos para outros finais. Para trabalhar com situações-problemas, utiliza-se, por exemplo, de preferência *softwares* didáticos, aplicativos (...) que são auxiliares diários das mais diversas tarefas intelectuais”.

Frente a isso é que a atuação docente se torna essencialmente importante frente as inúmeras exigências apresentadas no campo educacional, como



uma das formas de assim contribuir de maneira efetiva com o desenvolvimento da turma, no espaço social, articulando assim novas idéias e concepções acerca do processo de ensinar e de aprender, de melhor estruturar o campo pedagógico.

Perrenoud (2002) afirma que o professor em seu trabalho deve criar situações que estimulem a capacidade de raciocínio de seus alunos, utilizando métodos alternativos para facilitar e desenvolver o conhecimento, as habilidades destes. Observa-se que cada momento histórico o professor tem uma tendência, constrói sua prática e docência.

O professor em sua prática pedagógica deve ter o domínio do conteúdo a ser ensinado, embora isso não garante que ele seja um bom profissional, pois é preciso que ele tenha conhecimento de outras disciplinas. Os conhecimentos adquiridos pelo professor não se restringem à formação inicial, pois ele também aprende criando, aplicando, desenvolvendo no seu cotidiano escolar, mas não basta apenas possuir tais conhecimentos, é necessário que ele analise a sua utilização, aplicação e tenha conhecimento de como os alunos aprendem.

De acordo com Pimenta (1999, p. 22), "Conhecer significa estar consciente do poder do conhecimento para a produção da vida material, social e existencial da humanidade".

O docente deve ter o saber, mas principalmente ter a competência de saber transmitir, pois as competências do professor são indispensáveis para que os alunos tenham uma aprendizagem significativa. De acordo com Borges (2004, p. 274) "[...] O conhecimento da matéria é visto como uma base de sustentação do trabalho, é o arcabouço teórico do professor na forma de abordar o mundo e a cultura [...]".

Percebe-se que a atuação docente é de grande relevância no cenário pedagógico, possibilitando assim a reconstrução e a busca por novos saberes no cenário escolar, contribuindo com o desenvolvimento de um cidadão realmente atuante no seu espaço social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante abordagens realizadas no decorrer deste estudo, foi possível compreender que é preciso pensar uma educação que integre a reflexão para a valorização das diferenças. Por isto, o professor que acolhe seus alunos percebe a diferença de cada um, aprende a respeitar as vivências de cada aluno passando a aproveitar as respostas, os questionamentos, as dúvidas, as crises para uma melhor construção do conhecimento o encontro destas diferenças não é nada fácil.

Tudo tem seu tempo, mas cabe ao professor estar atento. Seu olhar fará a diferença. Não bastam apenas livros, palestras, leituras se esse professor não estiver aberto para a mudança, embora tenhamos que repensar o nosso ensino, em todos os seus níveis, o que vemos é que ainda predominam algumas formas de ensino que não estão na direção de uma escola para todos.

Ensinar e aprender estão sendo desafiados como nunca antes. Há informações demais, múltiplas fontes, visões diferentes de mundo. Educar hoje é mais complexo porque a sociedade também é mais complexa e também as competências necessárias. As tecnologias começam a estar um pouco mais ao alcance do estudante e do professor. É preciso repensar todo o processo, reaprender a ensinar, a estar com os alunos, a orientar atividades, a definir o que vale a pena fazer para aprender.

Percebe-se que a integração do ensino de Biologia no cenário atual, requer por parte dos educadores o direcionamento e a efetivação de práticas realmente construtivas e relevantes no cenário educacional, cabendo assim ao professor.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues. Biologia, tecnologia e inovação no currículo do ensino médio. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 3, n. 1, p. 61-80, 1998.

ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. **Educação cidadã, Educação Integral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. 117p. (Educação Cidadã, v. 6).

AULER, Décio. Movimento ciência-tecnologia-sociedade (CTS): modalidades, problemas e perspectivas em sua implementação no ensino de física. **Encontro de pesquisa em ensino de física**, v. 6, p. 268-271, 1998.

AULER, Décio. **Interações entre ciência-tecnologia-sociedade no contexto da formação de professores de ciências**. 2002. 257 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BATES, Katherine L.; HUNG, Chia; STEEL, J. Jordan. Biotechnology Immersion Program: professional development where the participants do the preparation, teaching, and outreach to maximize learning gains. **FEMS Microbiology Letters**, v. 369, n. 1, p. 111, 2022.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BORGES, Cecília Maria Ferreira. **O professor da educação básica e seus saberes profissionais**. 1.ed. Araraquara: JM, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, Ilmara Cordeiro. A prática reflexiva crítica no exercício da docência. *In: VII Congresso Nacional da Educação*. 2020.

CAMPELO, Maria Estela Costa H. **Alfabetizar crianças – um ofício, múltiplos saberes**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

CAVALCANTI, Leidijanne. O papel do pedagogo frente à aprendizagem e o processo de avaliação. **Revista Brasil Escola**, p. 1-16, 2017.

COELHO, Mônica Silva; SANTOS, Gabriela da Silva; SANTOS, Selma Coelho. **Concepções de currículo e a relação teoria e prática**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, 2012.

CUNHA, Emmanuel Ribeiro. Os saberes docentes ou saberes dos professores. **Revista Cocar**, v. 1, n. 2, p. 31-39, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FORTALEZA, Maria Albaneide; MARTINS, Alissan Karine Lima. Integralidade nas práticas educativas no cenário escolar: Revisão integrativa da literatura brasileira. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. e53410918120-e53410918120, 2021.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

HIMMEL, Michael E.; BOMBLE, Yannick J. (ed.). **Metabolic Pathway Engineering**. Humana Press, 2020.

HODGE, Richard. The future is bright, the future is biotechnology. **Plos Biology**, v. 21, n. 4, p. e3002135, 2023.

LATKI, Márcia Manchur Morgado. **Educar para a cidadania, resgatando valores em busca da humanização, através do estudo de gênero e diversidade**. 2014. 2014 f. Material didático - Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, Programa de Desenvolvimento Educacional / PDE, IES – Unicentro – Irati, Prudentópolis, 2014.

MITCHAM, Carl. En busca de una nueva relación entre ciencia, tecnología y sociedad. **Ciencia, tecnología y sociedad: estudios interdisciplinarios en la universidad, en la educación y en la gestión política y social**. Barcelona: Anthropos, p. 11-19, 1990.

MOTA, Allan Kardec Alves da; ROCHA, Viviane Sousa. Ferramentas de ensino aplicadas no espaço escolar através das novas tecnologias da educação. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, v.18, n. 189, 2014.

NASCIMENTO, Tatiana Galieta; LINSINGEN, Irlan Von. Articulações entre o enfoque CTS e a pedagogia de Paulo Freire como base para o ensino de ciências. **Convergência**, v. 13, n. 42, p. 95-116, 2006.

NORDQVIST, Ola; ARONSSON, Henrique. It is time for a new direction in biotechnology education research. **Biochemistry and Molecular Biology Education**, v.47, n.2, p. 189-200, 2019.

NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

OLIVEIRA, Gleice Aurea; FARIAS, Joelma Eustáquio; PORTO, Zélia Granja. **Construção da identidade profissional sob o olhar de professores da educação infantil**. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2015.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **A formação dos professores no século XXI**. Porto Alegre: Artmed, p.11-33, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez,1999.

ROBERTS, Douglas A. What counts as science education. **Development and dilemmas in science education**, v. 27, p. 54, 1991.

SANTOS, Marcos Pereira dos; OLIVEIRA, Adriano Monteiro de. **Ensinando e aprendendo com Paulo Freire**: pedagogias, pesquisas e práticas educacionais. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021.

SANTOS, Maria Eduarda. **A cidadania na “voz” dos manuais escolares**. O que temos? O que queremos. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SANTOS, M. E. Encruzilhadas de mudança no limiar do século XXI: co-construção do saber científico e da cidadania via ensino CTS de ciências. **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 2, p. 76-89, 1999.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira. Educação científica humanística em uma perspectiva freireana: resgatando a função do ensino de CTS. **Alexandria: revista de educação em ciência e tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 109-131, 2008.

TAVARES, Cristina Zukowsky. **Formação em avaliação: a formação de docentes no enfrentamento de um processo de avaliação a serviço de aprendizagem**. 2008. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

VIANA, Gabriel Menezes *et al.* Relações entre teoria e prática na formação de professores: investigando práticas sociais em disciplina acadêmica de um curso nas ciências biológicas. **Educação em revista**, v. 28, n. 04, p. 17-49, 2012.



## EVENTOS ADVERSOS EM SAÚDE ASSOCIADOS À EQUIPE DE ENFERMAGEM NAS UNIDADES DE TERAPIAS INTENSIVAS: REVISÃO DA LITERATURA

### ADVERSE HEALTH EVENTS IN INTENSIVE THERAPY UNITS: LITERATURE REVIEW

Doriane Gonçalves de Sá <sup>1</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Pacientes críticos em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) estão mais vulneráveis a qualquer condição, ou seja, neste cenário os EA são particularmente mais preocupantes, uma vez que estes pacientes e este ambiente já apresentam condições de gravidade clínica que incluem maior número de visitas e procedimentos. Os Eventos Adversos (EA) são fenômenos indesejáveis, porém corriqueiramente associados à assistência à saúde. **OBJETIVO:** avaliar a ocorrência de EA e os fatores associados segundo o dimensionamento da equipe de enfermagem. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da Literatura. O andamento deste estudo se deu com natureza qualitativa com enfoque exploratória e descritiva dos dados de artigos. As bases de dados científicas utilizadas para pesquisa foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO), SCOPUS e o Pubmed com buscas datadas nos últimos 10 anos (2013 a 2023), com foco nos últimos 5 anos. Foi dada maior atenção para estudos que envolvesse seres humanos, realizados em ambiente hospitalar nas unidades de terapia intensiva. Os descritores utilizados nos mecanismos de busca, em português, foram: Eventos adversos, Enfermagem de cuidados críticos, Segurança do paciente e Unidades de terapia intensiva, em português. Adverses events, Critical care nursing, Intensive care units e Patient safety, em inglês. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A análise qualitativa dos artigos possibilitou identificar os fatores associados aos EA em unidades de terapia intensiva, sendo estes: erros de medicamentos (dose e administração), sobrecarga de trabalho e erros de alocação da equipe, perda da sonda nasoesférica, lesões por pressão, danos relacionados a manuseios de dispositivos, coleta de exames e infecções relacionadas a assistência à saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eventos Adversos. Enfermagem de Cuidados Críticos. Segurança do Paciente e Unidades de Terapia Intensiva.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** Critical patients in the Intensive Care Unit (ICU) are more vulnerable to any condition, that is, in this scenario AEs are particularly more worrying, since these patients and this environment already present conditions of clinical severity that include a greater number of visits and procedures. Adverse Events (AE) are undesirable phenomena, but routinely associated with health care. **OBJECTIVE:** to evaluate the occurrence of AE and associated factors according to the size of the nursing team. **METHODOLOGY:** This study is an integrative literature review. The progress of this study took place with a qualitative nature with an exploratory and descriptive focus on data from articles. The scientific databases used for research were: Scientific Electronic Library Online (SciELO), SCOPUS and Pubmed with searches dated in the last 10 years (2013 to 2023), focusing on the last 5 years. Greater attention was given to studies involving human beings, carried out in a hospital environment in intensive care units. The descriptors used in the search engines, in Portuguese, were: Adverse events, Critical care nursing, Patient safety and Intensive care units, in Portuguese. Adverse events, Critical care nursing, Intensive care units and Patient safety, in English. **FINAL CONSIDERATIONS:** The qualitative analysis of the articles made it possible to identify the factors associated with AE in intensive care units, namely: medication errors (dose and administration), work overload and team allocation errors, loss of nasogastric tube, injuries due to pressure, damage related to handling devices, collection of exams and infections related to health care.

**KEYWORDS:** Adverse Events. Critical Care Nursing. Patient Safety And Intensive Care Units.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **CURRÍCULO LATTES:** [lattes.cnpq.br/0507907096830215](https://lattes.cnpq.br/0507907096830215)

## INTRODUÇÃO

Eventos Adversos (EA) são fenômenos indesejáveis, porém corriqueiramente associados à assistência à saúde. Os EA consistem em incidentes com potencial para causar lesão ou dano ao paciente, podendo ser caracterizado como um erro, iatrogenia ou negligência, geralmente, não intencional. Sendo assim, os EA podem culminar na incapacidade de realizar uma ação planejada e pode se tornar um problema maior a depender do estado de saúde do paciente (ANVISA, 2013; FERREZIN et al, 2017).

Os EA que mais repercutem na segurança dos pacientes são as Infecções relacionadas à assistência de enfermagem, os eventos adversos relacionados à medicação (erros de administração ou dose), erros de diagnóstico, falhas na comunicação profissional, troca na realização de procedimentos e retenção de corpos estranhos. Tal problemática requer grande atenção por parte da comunidade científica e é sabido que os profissionais de saúde que realizam ações assistenciais mais críticas são passíveis de notificação para tais ocorrências (ANVISA, 2013; SILVA et al, 2016).

Pacientes críticos em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) estão mais vulneráveis a qualquer condição, ou seja, neste cenário os EA são particularmente mais preocupantes, uma vez que estes pacientes e este ambiente já apresentam condições de gravidade clínica que incluem maior número de visitas e procedimentos. Os pacientes críticos demandam mais medicamentos, maior necessidade de procedimentos e estão expostos ao uso dispositivos invasivos (KANG; KIM, 2016).

Estudos mais clássicos já demonstravam que seria nas unidades de cuidados intensivos que estão o maior número de ocorrência de EA a medicamentos (43,7%) (ROQUE; MELO, 2010). Outros estudos mostraram um total de mais de 15 mil EA e incidentes sem lesão segundo uma análise em apenas dois hospitais de grande porte. Os EA (2.317: 15,4%) atingiram 296

admissões (PARANAGUÁ et al., 2013; NOVARETT et al., 2014).

Os EA podem ser utilizados como indicadores da qualidade da assistência prestada, sendo assim podem subsidiar ações de educação permanente e mudanças no perfil de atendimento de um determinado hospital. Nas UTI predominaram eventos relacionados à sonda nasogástrica, quedas e administração de medicamentos. A cultura punitiva se tornou uma barreira para realização de investigações eficazes, uma vez que este fenômeno parece ser um dos principais responsáveis pela subnotificação e omissão dos casos (FIGUEIREDO; D'INNOCENZO, 2017).

Outro estudo realizado em São Paulo mostrou inadequações na alocação da equipe de enfermagem como fator da consequente sobrecarga de trabalho associado a eventos adversos. A ocorrência dos eventos foi proporcionalmente maior de acordo com o incremento das alocações inadequadas. Esses dados destacam a necessidade de dimensionamento de pessoal adequado, bem como ajuste quanto a carga horária de trabalho (GONÇALES et al., 2012).

Devido as características do paciente internado na UTI as consequências dos EA podem ocasionar aumento de mortalidade e maior permanência hospitalar dos pacientes (ROQUE; TONINI; MELO, 2016; ORTEGA et al., 2017). Sendo assim, dada a importância da prevenção dos EA associado a maior necessidade de uma assistência de enfermagem segura, cabe avaliar os principais fatores influenciam a ocorrência de EA em UTI.

Nestas perspectivas, o objetivo desse estudo foi avaliar, por meio de uma revisão da literatura, a ocorrência de EA e os fatores associados segundo o dimensionamento da equipe de enfermagem.

## METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se por ser uma revisão integrativa da Literatura científica que abordou os Eventos Adversos associados a equipe de Enfermagem

em Unidades de terapia intensiva, caracterizando os principais fatores casuais associados sua ocorrência e repercussão.

A Revisão integrativa pode ser constituída por 5 etapas: 1-identificação do tema e questão de pesquisa; 2- busca na literatura com os critérios de inclusão e exclusão, 3- Avaliação dos estudos; 4- Análise e interpretação dos resultados; 5- apresentação da revisão/síntese do conhecimento (CROSSETI, 2012).

A busca foi realizada nos meses de fevereiro e março de 2023 nas seguintes bases de dados: PUBMED, SCOPUS e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os descritores utilizados foram buscados no Descritores em ciências da saúde (DECS) e no Medical Subject Headings section (MESH) em associação com operador booleano AND.

Os descritores utilizados: Eventos adversos, Enfermagem de cuidados críticos, Segurança do paciente e Unidades de terapia intensiva, em português. *Adverse events, Critical care nursing, Intensive care units e Patient safety*, em inglês.

### CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

O critério de inclusão para seleção das publicações era ter as expressões utilizadas nas buscas no título ou palavras-chave, ou ter explícito no resumo que o texto tratava sobre EA em UTI. Os critérios de inclusão foram: estudos completos e originais completos na íntegra que retratassem a temática, nos idiomas: português e inglês, dos últimos 10 anos (de 2013 a 2023). Focou-se nos estudos em português e que tratassem diretamente sobre tema. O quantitativo de publicações encontradas foi possível pelo cruzamento dos descritores.

Como critério de exclusão, não foram admitidos estudos de revisão ou que no resumo percebe fuga do objeto do presente estudo. Foram excluídas teses, dissertações, editoriais capítulos de livros, revisões integrativas e narrativas, relatos de experiência.

Após exclusão de duplicatas e recuperação das informações-alvo, foi conduzida, inicialmente, a leitura dos títulos e resumos, não tendo ocorrido exclusão de publicações nessa etapa.

Posteriormente, foi realizada a leitura completa dos textos, divididos em eixos de análise. Seguidamente, buscou-se classificar os estudos quanto às particularidades da amostragem. Especificamente, para analisar a produção científica identificada, não se utilizaram técnicas qualitativas e/ou quantitativas específicas de tratamento de dados, tendo sido feita a análise de cada um dos textos.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forma geral, os resultados demonstram um grande quantitativo de estudos relacionados aos “eventos adversos”, no entanto torna-se necessário maior aprofundamento no que se refere aos EA na UTI devido a gravidade da repercussão destes eventos. Quanto ao ano de publicação, a maioria dos artigos foram datados de 2016 e 2017, e deu-se prioridade às publicações desenvolvidas por enfermeiros (100%).

Houve um predomínio de estudos quantitativos, predominando os estudos transversais. Além dos fatores associados a EA, os estudos também indicaram que estratégias de avaliação e monitoramento de pacientes têm sido utilizadas para assegurar a qualidade da assistência, tendo significativa redução na ocorrência de eventos indesejáveis (GARCIA; FUGILI, 2012; ORTEGA et al., 2017).

Pacientes críticos, aqueles internados a mais tempo em UTI, estão mais vulneráveis a ocorrência de EA. Além disso, a análise dos estudos mostrou que neste cenário, os eventos indesejáveis são particularmente mais preocupantes dada a condição de gravidade clínica dos pacientes, que incluem maior número de visitas e procedimentos. Os pacientes críticos demandam mais medicamentos, maior necessidade de procedimentos e



também estão mais expostos ao uso dispositivos invasivos (KANG; KIM, 2016).

A maior ocorrência de EA esteve atrelada aos cuidados de saúde atribuídos a toda equipe assistencial, porém destacamos a equipe de enfermagem, pois estes profissionais prestam uma assistência direta e duradoura, podendo chegar até a 24 horas, com maior realização de procedimentos que possibilitam ocorrência de erros. Sendo assim, evidencia-se a responsabilidade por parte da equipe da equipe de enfermagem, bem como maior cobrança (TOFFOLLETO et al, 2016; DUTRA et al.,2017;).

Cabe destacar que, em UTIs, existem escalas para mensuração de parâmetros clínicos e prognósticos além da demanda de cuidados. A exemplo do índice prognóstico *Acute Physiology and Chronic Health Evaluation II* (APACHE II), desenvolvido para estimar a gravidade da doença e prever a mortalidade hospitalar (FREITAS, 2010). Estas escalas foram usadas em estudos como os achados de Souza et al. (2014).

Partindo da necessidade de estudar o ortostatismo passivo enquanto um recurso para mobilização dos pacientes críticos, Souza et al. (2014) se propuseram a caracterizar os eventos adversos durante a utilização da prancha ortostática em doentes críticos em uma UTI. O estudo foi direcionado para avaliação de frequência e fatores associados a tal. Sendo assim, com um transversal realizado numa UTI na cidade de Salvador, os autores avaliaram uma amostra de 38 pacientes, com idade média  $80 \pm 16$  anos, APACHE II  $13 \pm 5$ , existindo predomínio de pacientes com problemas neurológicos na admissão (56,2%).

Os resultados expuseram que dentro de um universo de 57 intervenções de ortostase, apenas 1,7% de eventos adversos foi detectado, devido perda de dispositivo (sonda nasoenteral). O tempo gasto para transferência para ortostase foi  $16 \pm 5$  minutos e o de permanência na posição  $44 \pm 15$  minutos. Neste sentido, esta pesquisa evidenciou que embora presente, a frequência de eventos adversos foi pequena durante o

ortostatismo passivo. Além disso o ocorrido apresentou baixa complexidade sem intervenções médicas adicionais para reversão.

Já em outro estudo foi destacada a perda da sonda nasoenteral como um dos principais EA nas internações avaliadas, além disso, destacando-se e o desenvolvimento de lesões por pressão. Os EA estiveram mais frequentes em pacientes com idade mais elevada, maior tempo de internação e com maiores escores gravidade clínica. O aspecto dimensionamento de pessoal não influenciou na ocorrência dos eventos entre os grupos estudados, para o estudo, este aspecto não mostrou relevância (ORTEGA et al., 2017).

Os EA podem ser utilizados como indicadores da qualidade da assistência prestada, sendo assim podem subsidiar ações de educação permanente e mudanças no perfil de atendimento de um determinado hospital. Nas UTI predominaram eventos relacionados à sonda nasogástrica, quedas e administração de medicamentos. A cultura punitiva se tornou uma barreira para realização de investigações eficazes, uma vez que este fenômeno parece ser um dos principais responsáveis pela subnotificação e omissão dos casos (FIGUEIREDO; D'INNOCENZO, 2017).

Alguns estudos demonstraram a ocorrência de pelo menos um EA em 8% das internações, já outros encontraram taxas mais altas entre 23 a 32%. (Pagnamenta et al., 2012). Quando um estudo avaliar EA específicos o que subestima a taxa de eventos como um todo, então cabe a realização de análises que avaliam todas as condições possíveis. Torna-se importante considerar que cabe a instituição gerenciar seus processos de trabalho e monitoramento de EA. De forma ampla, houve significativa prevalência de eventos adversos e suas relações com diversos parâmetros clínicos e relativos ao trabalho da equipe de enfermagem (ORTEGA et al., 2017).

OS EA mais prevalentes em UTI são relacionados a procedimentos clínicos. Segundo os resultados de Roque et al. (2016) esse número corresponde a lesões

por pressão, danos relacionados a manejos de dispositivos, coleta de exames e infecções relacionadas a assistência à saúde sendo (IRAS) devido ao uso de cateter vascular e a pneumonia associada a ventilação mecânica.

Outra problemática diz respeito aos EA durante o transporte de pacientes críticos, seja para admissão ou seja pra mudança de ambiente. Veiga et al. (2019) demonstrou que eventos indesejáveis durante o transporte são: perda de dispositivos, instabilidade hemodinâmica, aumento ou queda da pressão arterial média, dessaturação e falhas com equipamentos, ou seja, problemas técnicos e humanos. Vale saliente que alguns destes podem ser evitáveis.

Muitos são os incidentes que ocorrem durante o transporte interssetores e a ausência de planejamento ou comunicação da equipe só propiciam estes casos, deixando os pacientes vulneráveis. No que consta do transporte intra-hospitalar o uso de sedativos, drogas vasoativas, maior tempo de transporte (superior a 30 minutos), falta de comunicação entre setores e equipes podem se tornar um agravante e propiciar de forma mais frequente os EA (SILVA et al., 2018; VEIGA et al., 2019).

No que se referente a problemas com equipe e carga horário de trabalho, cabe ressaltar que A alocação inadequada da equipe de enfermagem este associada ao aumento de ocorrências de EA nas UTI. Além disso, um estudo aprontou a associação entre o dimensionamento de enfermagem e as consequências dos EA quando ocorridos em unidades de cuidados intensivos. Ou seja, os EA resultaram em infecções, aumento da mortalidade, complicações pós-operatorias e extubação não planejada (KANG; KIM, 2016).

A maioria dos estudos apresentam limitações metodológicas ao tipo de estudo, sem poder gerar relação de causa-efeito. Outras limitações estão relacionadas ao perfil de menor risco dos pacientes admitidos nas UTIs avaliadas, devido a frequência de admissão de casos de menor gravidade e pacientes de baixo risco devido à ausência de unidade de semi-intensiva no hospital em análise. Além disso, cabe

ressaltar as diferenças metodológicas de amostra e de tamanho do centro de terapia de cada estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise qualitativa dos artigos possibilitou identificar os fatores associados aos EA em unidades de terapia intensiva, sendo estes: erros de medicamentos (dose e administração), sobrecarga de trabalho e erros de alocação da equipe, perda da sonda nasoenteral, lesões por pressão, danos relacionados a manejos de dispositivos, coleta de exames e infecções relacionadas a assistência à saúde.

Além disso, cabe ressaltar as características e implicações dos eventos adversos relacionados às práticas assistências. Alguns estudos trouxeram informações relevantes sobre medidas de prevenção de eventos adversos e notificações de tais eventos, mas não é o foco do presente trabalho.

## REFERÊNCIAS

ANVISA. Brasil - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 2013 jul 26; Seção 1:32.

CROSSETTI, M. G. O. Revisão integrativa de pesquisa na enfermagem o rigor científico que lhe é exigido. Revista gaúcha de enfermagem, v.33, n.2, p.8-9, 2012.

DICCINI S, PINHO PG, SILVA FO. Assessment of risk and incidence of falls in neurosurgical inpatients. **Rev Lat Am Enfermagem**, v.16, n.4, p.752-7, 2008.

FIGUEIREDO, M. L.; D'INNOCENZO, M. Eventos adversos relacionados às práticas assistenciais: uma revisão integrativa. **Enfermería Global** - Revista Eletrônica trimestral de enfermagem, n.47, p.621-625, 2017.

FEREZIN, T. P. M., et al. Análise da notificação de eventos adversos em hospitais acreditados. *Cogitare Enfermagem*. v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.saude.ufpr.br/portal/revistacogitare/wp-content>.

FREITAS ER. Profile and severity of the patients of intensive care units: prospective application of the

APACHE II index. *Rev Lat Am Enfermagem*.2010; 18(3):317-23

GARCIA PC, FUGULIN FM. Nursing care time and quality indicators for adult intensive care: correlation analysis. *Rev Lat Am Enfermagem*. 2012; 20(4): 651-8.

GONÇALVES LA, ANDOLHE R, OLIVEIRA EM et al. Alocação da equipe de enfermagem e ocorrência de eventos adversos: incidentes em unidade de terapia intensiva. *Rev Esc Enferm USP [Internet]*. 2012 [acesso em 14 de dezembro de 2014];46(n.º esp);71-1. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46nspe/en\\_11.pdf](http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46nspe/en_11.pdf).

KANG JH, KIM CW. Nurse-perceived patient adverse events depend on nursing workload. *Osong Publ Health Res Perspect*. 2016; 7(1):56-62.

KLEFFMAN, J., PAHL, R., DEINSBERGER, W. et al. Intracranial pressure changes during intrahospital transports of neurocritically ill patients. *Neurocrit Care*. 25(3):440-5. 10.1007/s12028-016-0274-6

NOVARETTI MCZ, SANTOS EV, QUITÉRIO LM et al. Sobrecarga de trabalho da Enfermagem e incidentes e eventos adversos em pacientes internados em UTI. *Rev Bras Enferm*. 2014 set-out;67(5):692-9.

ORTEGA, D. B. et al.. Análise de eventos adversos em pacientes internados em unidade de terapia intensiva. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 30, n. Acta paul. enferm., 2017 30(2), p. 168–173, mar. 2017.

PAGNAMENTA A, RABITO G, AROSIO A. et al. Adverse event reporting in adult intensive care units and the impact of a multifaceted intervention on drug-related adverse events. *Ann Intensive Care*. 2012; 2(1):47.

PARANAGUÁ TTB, BEZERRA ALQ, CAMARGO E SILVA AEB et al. Prevalence of no harm incidents and adverse events in a surgical clinic. *Acta Paul Enferm*. 2013;26(3):256-62.

ROQUE, K. E.; MELO, E. C. P. Adaptação dos critérios de avaliação de eventos adversos a medicamentos para uso em um hospital público no Estado do Rio de Janeiro. *Rev Bras Epidemiol.*, v.13, n.4, p.607-1, 2010.

SILVA, A. T., et al. “Assistência de enfermagem e o enfoque da segurança do paciente no cenário brasileiro”. *Saúde em Debate*. v.40, n.111, p. 292–301, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/>

SILVA, R.; AMANTE, L. N.; SALUM et al. Incidentes e Eventos Adversos no Transporte Intra-Hospitalar em

*Terapia Intensiva*. v.8, e2805, 2018. <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v8i0.2805>.

SOUZA, G. F; ALBERGARIA, T. F. S.; BOMFIM, N. V. et al. Eventos adversos do ortostatismo passivo em pacientes críticos numa unidade de terapia intensiva. *ASSOBRAFIR Ciência*, v.5, n2, p.25-33, 2014.

TOFFOLLETO, M. C., BARBOSA, R. L., ANDOLHE et al. Factors associated with the occurrence of adverse events in critical elderly patients. *Rev Bras Enferm*, v.69, n.6, p.977-83, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0199>.

## A ARTE DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL THE ART OF MUSIC IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Asenath dos Santos Santana da Mota <sup>1</sup>

### RESUMO

A música é uma arte como expressão de nossos sentimentos, como alegria, tristeza, raiva entre outros sentimentos, nos quais possibilitar ser trabalhado com os alunos de forma a envolver todos num só contexto. A música como arte trabalhar o emocional, discorre de assuntos pertinentes ao momento e à situação. Como dito anteriormente a música serve para diversos fins, ou seja, para aclamar, dá alegria, descontração e outros. A questão central do trabalho é voltada para a arte da música como ferramenta de ensino na educação infantil, tendo como objetivo principal: compreender os benefícios que a inserção da música pode proporcionar para alunos da educação infantil. O tipo de pesquisa realizado neste trabalho foi uma Revisão de Literatura, no qual foi realizada consulta a livros, dissertações e em artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados SCIELO, Google Acadêmico e etc. O período dos artigos pesquisados foram os trabalhos publicados nos últimos 15 anos. Portanto, conclui-se que a importância da música na educação infantil está cada vez mais evidente dentro do processo educacional quando se busca entender a criança como autora da sua própria manipulação musical e através de experiências ao contato com a arte da música.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arte. Música. Benefícios. Aprendizado.

### ABSTRACT

Music is an art as an expression of our feelings, such as joy, sadness, anger, among other feelings, which can be worked with students in order to involve everyone in a single context. Music as an art to work the emotional, talks about subjects relevant to the moment and the situation. As previously said, music serves several purposes, that is, to acclaim, to give joy, to relax and others. The central issue of the work is focused on the art of music as a teaching tool in early childhood education, with the main objective: to understand the benefits that the insertion of music can provide for students of early childhood education. The type of research carried out in this work was a Literature Review, in which books, dissertations and selected scientific articles were consulted through a search in the following databases: SCIELO, Google Scholar, etc. The period of the researched articles were the works published in the last 15 years. Therefore, it is concluded that the importance of music in early childhood education is increasingly evident within the educational process when one seeks to understand the child as the author of his own musical manipulation and through experiences in contact with the art of music.

**KEYWORDS:** Art. Music. Benefits. Apprenticeship.

<sup>1</sup>Docente. Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **E-MAIL:** asenath2@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9955966505530050



## INTRODUÇÃO

A música vem da palavra de origem grega musiké téchne, que significa a arte das musas, divindades que cantavam as memórias do passado. Entende-se que a música se iguala a palavra falada, aquela que usamos pra conversar, nos expressar. Entendida dessa forma, a música é uma linguagem, uma forma de comunicação, porém com formado mais expressivos e arranjado.

A música está etimologicamente na vida do homem desde da tenra idade. Acredita-se que a música, na pré-história, era percebida através de sons da natureza, como por exemplo, através de som de água, canto dos pássaros, ou quaisquer tipos de ruídos, porém com o passar dos tempos a música foi fazendo parte de forma mais sistemática para o homem, que descobriu que a música é muito mais que som e ruídos, ela fazia parte de tudo que o representava por sentimentos. A música já era utilizada por nossos ancestrais desde muito tempo e ainda hoje é, vimos isso acontecer em vários momentos da vida, seja numa festividade em comemoração, e/ou em condições de perdas, como funeral.

A música como forma de expressão tem sido importante participação da cultura do homem, quando em algum acontecimento ela é representada, ou seja, de forma a demonstrar alegria ou tristeza, seja para representar amor ou ódio. A música é sentimento e é da natureza do homem essa expressão de sentimentos.

Como se percebe, a musicalização infantil através dos jogos e brincadeiras na infância auxilia no desenvolvimento das habilidades, desperta o interesse pleno pelo conhecimento. Isso, acontece porque a música desperta o raciocínio lógico da criança quando é exportada a qualquer tipo de som inclusive a canção de ninar muito utilizado nessa fase da vida. Outro tipo brincadeira cantada é a canção de brincar, já diferente da outro que tem o objetivo de acalmar despertar o sono, a canção de brincar é utilizada nas brincadeiras e

tem o sentido de diversão e aprendizado, além de ter na sua essência ser mais agitada e animada.

Nesse sentido, a criança tem mais facilidade no aprendizado pois se utiliza das brincadeiras cantadas como proposta pedagógicas. Tudo isso refere-se na fase da primeira infância que compreende desde o período da gestão até os 6 anos de idade, período em que a criança tem as primeiras experiências e os primeiros contatos com as pessoas e como mundo.

Diante disso, o objetivo do presente estudo consiste em compreender os benefícios que a inserção da música pode proporcionar para alunos da educação infantil.

## DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Segundo Teca Brito (2003, p.17): a música é uma linguagem universal. Tudo o que o ouvido percebe sob a forma de movimentos vibratórios. Os sons que nos cercam são expressões da vida, da energia, do universo em movimento e indicam situações, ambientes, paisagens sonoras: a natureza, os animais, os seres humanos traduzem sua presença, integrando-se ao todo orgânico e vivo deste planeta.

A música é expressão de tudo que é perceptível por isso ela é universal, pois pode ser encontrada em diversos meios com diferentes reações e situações. Segundo a autora os sons que nos cercam expressam a vida e em quais situações encontram-se denunciando assim o seu habitat. Portanto, tudo que é escutado ano osso redor e que soa, como os animais das florestas, os ambientes rurais e urbanos que produzem som fazem parte desse universo sonora da música.

No mesmo contexto, o som de uma cidade produzidas por carros assim como uma floresta com seus cantos dos pássaros. Portanto, podemos dizer que nas etapas da infância também pode ser marcada pela música, como, por exemplo na primeira infância as canções de ninar são muito usadas, já na infância nos referenciamos com a “música de brincar”, quer dizer os

tipos de ritmos mais acelerados e pedagógico encontradas nas brincadeiras na educação infantil.

Portando a música na infância é complemento da educação, pois ela leva a criança a pensar, a se expressar corporalmente e é aliado na formação psicológica e cognitivo. Partindo desse pressuposto observa nesse trabalho que a música tem sido bastante encontrada nessa fase tão significativa da criança, digamos que faz parte da formação do pensamento e do processo educacional, sendo determinante no avanço do comportamento social através das experiências que as brincadeiras proporcionam com o auxílio da música. Portanto, através dele se processa a construção de conhecimento, principalmente nos períodos sensório-motor e pré-operatório.

Nesse sentido, a criança quando canta e brinca interage entre si e com as outras crianças, criando assim uma atmosfera de alegria e de aprendizagem, pois elas vivem no cotidiano e favorecem vários tipos de desenvolvimentos físicos e mentais. A importância das brincadeiras cantadas é essencial no processo de ensino e aprendizagem de acordo com a faixa-etária, embora a brincadeira seja uma atividade livre, devemos respeitar suas características e o modo de usá-las.

Muitas professoras relataram suas crenças com relação ao valor da música como meio para acalmar e tranquilizar os alunos [...] também parece ser muito comum a utilização da música como auxiliar no desenvolvimento de outras disciplinas ou como pano de fundo para a realização de outras atividades [...] as aulas de música devem ser prazerosas para as crianças, já que estas estão submetidas, no seu cotidiano escolar, a uma série de atividades e disciplinas compulsórias (SOUZA, et al. 2001).

Nesse contexto, a complexidade depende das experiências vividas e é fundamental que possa oferecer ambientes de qualidade e calmo, pois a criança precisa se sentir bem à vontade.

Assim, brincar cantando favorece princípios básicos e características da aprendizagem, pois elas

exploram a cultura, refletem, sobre a realidade desenvolvendo o seu psicológico.

De acordo que vão brincar dançando atribui sentidos e funções ao corpo, à atividade lúdica e física.

Os métodos de ensino da música mostraram que a educação musical não pode ser promovida apenas por atividades cantadas. Deslocar-se pela sala adequando-se o passo ao andamento da música; as atividades de produção e reprodução de ritmos utilizando o próprio corpo; a execução de instrumentos Musicais criados pelas crianças e a criação de pequenas melodias e ritmos também devem fazer parte do planejamento (MAFFIOLETTI, 2001, p.134).

Nestes termos, ao que o autor se refere, está na forma em que o professor do ensino de música utilizar como métodos as aulas quando se trata do uso dos sons enquanto propostas. Ressalta que a música não está somente no som cantado, mas também em outras formas de se utilizar. Nisso, o aluno poderá aprender a confeccionar seus próprios instrumentos, ou seja, fazer sua própria música. O corpo também é citado, quando o autor se refere a dinâmica das brincadeiras no qual orienta desloca as crianças pela sala utilizando o ritmo do som. Nestes termos, Libâneo (1994, p. 128), discorre que:

Por outro lado, essa compreensão do trabalho docente requer um professor capaz de encarar sua tarefa como parte da prática social global, para o que precisa adquirir um conhecimento teórico que lhe permita pensar e agir sobre o real histórico e, também, dominar os meios operacionais: o saber e o saber-fazer didáticos.

Portanto, com a prática dos jogos e das brincadeiras a criança vai adquirindo prazer em brincar com o corpo vai desenvolvendo uma aprendizagem progressiva de domínio do corpo. O movimento do corpo, a dança ela é espontânea, como também é dirigida, orientada.

Nestes termos, a música e as brincadeiras têm funções lúdicas e educativas ambos com valor

pedagógico. Nisso, a brincadeira cantada pode ser livre ou dirigida, mas o importante é que o educador consiga equilibrar estas funções para que aconteça o aprendizado.

Desse modo, segundo Kishimoto: “O brincar infantil não é apenas uma brincadeira superficial desprezível, pois no verdadeiro e profundo brincar, acordam e avivam forças da fantasia, que, por sua vez, chegam a ter uma ação plasmada sobre o cérebro.” (2001, p. 52 apud SILVA, 2010).

Com a prática dos jogos e das brincadeiras criança vai adquirindo prazer em brincar com o corpo vai desenvolvendo uma aprendizagem progressiva de domínio do corpo.

Essa interatividade que tanto a brincadeira quanto a música proporcionam a criança, quando ela joga e/ou brinca, leva a vivenciar simulações diversas do dia-dia, tornando, assim uma criança preparada para a vida. O “jogo” será visto como sistema de regras explícita, e as “brincadeiras” como sistema de regras implícitas (o jogo infantil ou faz-de-conta ou jogos simbólicos).

O brincar e o cantar são algo tão espontânea, tão natural, tão próprios da criança, que não haveria como entender sua vida sem as duas coisas. A interatividade do jogo ajuda a criança a se aproximar mais da vida real, é exatamente um exercício de aprendizagem, a sensação de liberdade, o prazer que a música favorece ajudam na memorização, na agilidade e noção de espaço.

A ludicidade dos jogos e das brincadeiras, são assuntos que tem conquistado espaço no panorama nacional, essa prática através do jogo traz para a criança a necessidade de obedecer às regras do jogo. Saber quando é a sua vez, comprometer-se, seja individualmente ou coletivamente, de acordo com a proposta do jogo, faz a criança desenvolver sua personalidade sua moralidade.

A música é uma linguagem universal, tendo participado da história da humanidade desde as

primeiras civilizações. Conforme dados antropológicos, as primeiras músicas seriam usadas em rituais, como: nascimento, casamento, morte, recuperação de doença e fertilidade. (BRÉSCIA, 2003, p. 15).

A música como forma de expressão tem sido importante participação da cultura do homem, quando em algum acontecimento ela é representada, ou seja, de forma a demonstrar alegria ou tristeza, seja para representar amor ou ódio. A música é sentimento e é da natureza do homem essa expressão de sentimentos.

Nestes termos, a música é um elemento fundamental da nossa formação como espécie. A música tem vestígio de cerca do ano de 60.000 a.C., foi encontrada uma flauta de osso e de 3.000 a.C. a presença de liras e harpas na região Mesopotâmica.

Na pré-história a música era atribuído a um sentido religioso, pois acreditavam que era um presente dos deuses. Somente a partir da queda do império romano, a música foi usada pela a igreja a qual atravessou a história. Seguente a isso, a música se desenvolveu pelos monges na idade média, e com ela também a escrita.

Seguindo a historiografia da arte da música, o período barroco foi muito conceituado, onde surgiu novos elementos Musicais e variações de ritmos e com isso variando os estilos Musicais foram se propagando com a música instrumental, nesse período surgiu outros modos como jônico e eólio, na Grécia. Vale ressaltar que um grande filósofo Grego foi responsável por estabelecer relações entre a música e a matemática. Sendo assim, o grande gênio da ciência, Pitágoras, encontrou na música harmonia com a matemática, descobrindo as notas e os intervalos Musicais.

A música instrumental ganha um destaque ainda maior no período conhecido como Classicismo, período conhecido entre os anos de 1750 a 1830, criando-se dessa maneira estruturas musicais como, o concerto, o quarteto de cordas, a sonata e a sinfonia.

A relevante experiência da música na infância não se remete tão somente à formação do músico, no seu desenvolvimento musical, mas, sim, na capacidade sensorial adquirida através da música. Vale ressaltar que o lúdico que a música desperta na infância é determinante na sua formação cognitivo, afetivo e emocional, além do desenvolvimento racional.

No entanto surge na Europa o período do Romantismo, em que é agregado a os estilos um tom mais meloso e romântico nas mãos dos gênios da música: Mozart e Beethoven, tão conhecidos e ainda propagado nos dias atuais.

A música no Brasil foi formada por vários elementos, seja elas europeia, africana, indígenas. Porém, fundamentada e trazida pelos Portugueses, escravos e padres jesuítas. A música era simplesmente de cunho religioso através dos cantos gregoriano, foi trazido pelos jesuítas. Como sabemos a música brasileira se popularizou e diversificou-se em vários ritmos que conhecemos até hoje.

O movimento da Escola Nova europeu e Americano (1889-1918), herdou a concepção de criança ativa e lúdica baseada nas atitudes e nos pensamentos filosóficos de Froebel, um principal teórico do movimento escolanovista. Para Dewey, o lúdico, como ação livre e espontânea, na sua concepção na teoria dos movimentos, necessita dos interesses da criança e por isso tem um fim em si mesma. Já no Brasil, embora estivesse presente nos primeiros jardins de infância dos tempos de império, ganharam cada vez mais espaços nos anos 20 e 30 deste século. No primário (educação infantil) utilizava os jogos como ferramenta de ensino sob a influência do movimento modernista e no resgate do folclore de hoje, a qual é defendida pela escolanovista, percebesse tal influência nas propostas de ensino, através dos materiais pedagógicos e recreações. Nas escolas de hoje o ensino pré-escolar é trabalho de forma de interação, das brincadeiras de rodas, com brinquedos de forma muito lúdica

Segundo Teca Brito (2003, p.17):

A música é uma linguagem universal. Tudo o que o ouvido percebe sob a forma de movimentos vibratórios. Os sons que nos cercam são expressões da vida, da energia, do universo em movimento e indicam situações, ambientes, paisagens sonoras: a natureza, os animais, os seres humanos traduzem sua presença, integrando-se ao todo orgânico e vivo deste planeta.

É por meio da música que a criança consegue perceber a dimensão do ambiente com suas cores e formas, criando assim uma gama de informações que podem auxiliar na construção do conhecimento, principalmente o linguístico.

No Brasil a lei que possibilitou a inclusão do ensino de Música nos projetos pedagógicos das escolas, assim, a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica, foi estabelecida através da Lei de nº 11.769, sancionada em 18 de agosto de 2008. Com isso, a música tem proporcionado através do seu lúdico, subsídios necessários para criar estímulos e proporcionar uma percepção de mundo com sons e ritmos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesta pesquisa descrever e discutir de maneira clara e objetiva, uma reflexão a respeito da música na educação infantil na sua importância para o processo de ensino aprendizagem levando em consideração fatores que a música dispõe para o crescimento humano e intelectual. Observando então os resultados da pesquisa, observou que o lúdico da música tem ajuda bastante significativo nesse processo de educar de forma dinâmica e prazerosa.

Visto que, a musicalização na escola está atrelada ao processo criativo das crianças, principalmente nessa fase onde tudo é princípio de aprendizagem, buscou-se analisar o objeto musical quando por ela criada e compreendida na sua perspectiva.



Portanto, a importância da música na educação infantil está cada vez mais evidente dentro do processo educacional quando se busca entender a criança como autora da sua própria manipulação musical e através de experiências ao contato com a arte da música.

Conclui-se que por meio dos suportes teóricos utilizados nesta investigação, fica evidente que a música como forma de expressão natural vem sendo importante na vida da humanidade através dos tempos, logo, vem sendo instrumento de ensino aprendido. Assim, considerando a trajetória da educação infantil com a música, pode-se vislumbrar que o processo educacional pode ser muito mais eficaz através do lúdico que a música contempla e oferece nas formas mais dinâmicas possíveis tornando-se facilitadora no processo da aprendizagem.

Fica evidente, dessa forma, que a música não anda sozinha sempre. Nisso as brincadeiras vêm sendo auxiliadora nesse processo completando com o dinamismo na ludicidade oferecida. As brincadeiras Musicais como a ciranda entre outras, conhecidas é bastante utilizada na educação infantil.

Sendo assim, é impossível não se falar em educação infantil e não visualizar as brincadeiras cantadas, já faz parte cultural na trajetória dessa modalidade de ensino, pois brincar entende-se como algo natural e espontâneo da criança.

É com base nas pesquisas que concluo a relevante atuação do professor dentro da proposta alçadas na musicalidade da criança como requisitos essenciais para a formação cognitivo, afetivo e emocional e do desenvolvimento racional. A criatividade também é destacada nesse processo educacional pois acredita-se que quando a criança tem contato direto com o objeto é acelera o processo e vislumbra a capacidade de criação, sendo, portanto, essencial para receber a aprendizagem significativa oferecida.

Nisso, concluo este trabalho evidenciando a importância da música educação infantil como

instrumento capaz de auxiliar o ensino de forma mais prazerosa e dinâmica. concluiu-se, também, que primeira atividade que a criança exerce é a música no seio de sua mãe, e é através dessa atividade lúdica, que será estimulada para o mundo, sendo o começo de uma série com outras atividades, as quais vão se desencadeiam à medida que se tornam ação, levando-a a reconhecer novas formas de aprendizagem, numa dialética permanente entre o eu e o mundo.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Leis de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB)**, Brasília, 1996.

BRASIL, **Congresso Nacional. Referencial curricular nacional para a educação infantil**. v. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação Musical: Bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

BRITO, Teca de Alencar. **Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

BRITO, Teca ALENCAR de. **Música na Educação Infantil**. São Paulo: Peirópolis, 2003

KISHIMOTO, T.M. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 6. ed. São Paulo: CORTEZ, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor)**. São Paulo, 1994

MAFFIOLETTI, Leda de Albuquerque. **Práticas musicais na Escola Infantil**. Educação. Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre, v. 1.n. 1, p. 123 -134, 2001.

OLIVEIRA, Marcos. Tema: **História da música**, Disponível em . Acesso 11 de maio de 2022.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

PIAGET, Jean. **A Formação do símbolo na criança**. São Paulo: LTC, 1990.

SOUSA, Jocélia Santos Batista de. **Interdisciplinaridade através das Cantigas de Roda na Educação Infantil**. Duas Estradas. 2019.

VYGOTSKY, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## A IMPORTÂNCIA DOS REFORÇADORES SENSORIAIS DO MÉTODO ABA PARA ALUNOS COM TEA

### THE IMPORTANCE OF THE SENSORY REINFORCERS OF THE ABA METHOD FOR STUDENTS WITH TEA

Nathália Alves de Oliveira <sup>1</sup>  
Cristiano de Assis Silva <sup>2</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Ao longo do tempo podemos afirmar que a inclusão de alunos com autismo já avançou, mas ainda há muito que se pensar para que esse processo aconteça de fato e como a escola regular pode dar uma contribuição significativa no que diz respeito ao desenvolvimento integral de alunos com autismo, pois também como sua atuação com maior autonomia no meio social em que vivem. Sabemos que o processo de inclusão envolve muitas exigências, pois cada aluno deve receber atenção de acordo com suas especificidades e necessidades. **OBJETIVO:** Esta pesquisa busca compreender sobre a aplicação do método de análise comportamental aplicada (ABA) e suas contribuições no processo de inclusão de crianças com autismo. **METODOLOGIA:** Para a realização deste trabalho, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, como revisão de literatura, por meio de livros, documentos oficiais, revistas e artigos científicos, a fim de atender aos objetivos de analisar a importância e os problemas da utilização do método ABA para a inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino, definindo a origem e o conceito do termo autista e compreendendo a utilização do método ABA e seus processos de desenvolvimento. Portanto, cabe esclarecer que a metodologia da pesquisa bibliográfica busca investigar e analisar um problema por meio de referenciais teóricos que avaliam, discutem e refletem sobre diferentes contribuições científicas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através desta pesquisa, pode-se perceber uma longa jornada com muitas dificuldades e desafios, mas também vislumbramos oportunidades de aprendizado que podem superar as expectativas. Ressalta-se que é necessário que os envolvidos na aplicação do método analisado vão além, superem o foco nas técnicas e criem afeto para que a criança perceba interesse pessoal e naturalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforçadores. Método ABA. Inclusão. Autismo.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** INTRODUCTION: Over time we can say that the inclusion of students with autism has advanced, but there is still much to think about for this process to actually happen and how the regular school can make a significant contribution regarding the full development of students with autism, as well as their performance with greater autonomy in the social environment in which they live. We know that the inclusion process involves many requirements, because each student must receive attention according to his or her specificities and needs. **OBJECTIVE:** This research aims to understand the application of the ABA method and its contributions to the inclusion process of children with autism. **METHODOLOGY:** To carry out this study, we used the bibliographic research methodology as a literature review through books, official documents, journals and scientific articles in order to meet the objectives of analyzing the importance and problems of using the ABA method for the inclusion of autistic children in regular school systems, defining the origin and concept of the term autistic and understanding the use of the ABA method and its development processes. Therefore, it is important to clarify that the methodology of bibliographic research seeks to investigate and analyze a problem through theoretical references that evaluate, discuss, and reflect on different scientific contributions. **FINAL REMARKS:** Through this research we can perceive a long journey with many difficulties and challenges, but we also glimpse learning opportunities that may exceed expectations. We emphasize that it is necessary that those involved in the application of the method analyzed go beyond, go beyond the focus on techniques and create affection so that the child perceives personal interest and naturalness.

**Keywords:** Reinforcers. ABA Method. Inclusion. Autism.

<sup>1</sup>Mestranda em Psicologia pela ACU - Absolute Christian University, Mestre em Gerontologia pela UneAtlantico, Especialista em Psicologia Cognitivo Comportamental pela Faveni. Especialista em Neuropicopedagogia pela Universidade Candido Mendes, Docência no Ensino Superior pela Fetac. Especialista em Orientação Educacional e Pedagógica pela FETAC. Licenciatura em Normal Superior pela Universidade Candido Mendes, Graduação em Pedagogia pela FETAC. E-MAIL: nathaliaoliveira1986@gmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/7678331046597082.

<sup>2</sup> PhD em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. E-MAIL: cristiano.wc32@gmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/7723981451094769

## INTRODUÇÃO

Fazendo uma retrospectiva do tempo, podemos dizer que a inclusão dos alunos com autismo já avançou, mas ainda falta pensar para que esse processo ocorra de fato e como uma escola regular pode contribuir significativamente para o desenvolvimento integral dos alunos com autismo, bem como seu desempenho com maior autonomia no meio social em que vivem.

Sabemos que o processo de inclusão envolve muitas exigências, pois cada aluno deve receber atenção de acordo com suas especificidades e necessidades. Porém, nem sempre os envolvidos no processo sabem como fazer de fato esse processo de inclusão acontecer sem descuidar da criança como um todo.

Para uma melhor compreensão do assunto, é necessário entender a origem do termo autismo. Desta forma, Bosa (2006) mostra que o termo autismo foi mencionado e descrito pela primeira vez pelo médico austríaco Léo Kanner em 1943 em um artigo intitulado Transtornos autistas no contato afetivo a partir de um estudo com um grupo de onze crianças com comportamento diferenciado de outros que, mesmo com uma aparência física normal, apresentavam isolamento extremo, obsessão por manter as coisas ao seu redor e principalmente certas objetos, mutismo ou linguagem sem intenção de comunicar, hipersensibilidade a estímulos e excelente memória.

Segundo Cunha (2016), houve outro médico austríaco, Hans Asperger, que em 1944 escreveu um artigo chamado Psicopatologia Autística na Infância com descrições semelhantes às de Kanner, mas com um nível de linguagem e cognição um pouco mais avançado do que o grupo de crianças descritas por Kanner, mais tarde denominada síndrome de Asperger. No entanto, deve-se dizer que o artigo de Asperger levou muitos anos para ser elaborado, ao contrário dos escritos de Kanner, que foram amplamente lidos; a razão mais comum para não conhecer este artigo seria o fato de ter sido escrito em alemão.

Conceituar o termo "autista" é muito complexo porque existem vários aspectos que levam uma pessoa a esta condição e que determinam o seu grau de autismo. O autismo é, portanto, uma síndrome comportamental caracterizada por certos distúrbios do desenvolvimento. Características que interferem nas disfunções das habilidades sociais, de linguagem e também físicas, afetando principalmente a área de comunicação, interação social e aprendizagem, bem como a capacidade de adaptação, conforme afirma a APS (2014). Porém, é de extrema importância ressaltar que o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5ª Edição (DSM-V) de 2013 define o autismo como apenas um dos transtornos que inclui o termo definido no manual acima, Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Ao fazer isso, o DSM-V enfatiza que o transtorno do espectro do autismo pode ter variações envolvendo a intensidade dos sintomas. Exemplos de transtornos que também fazem parte do espectro, mas foram classificados com diagnósticos diferentes antes do DSM-V, são a já mencionada Síndrome de Asperger e o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento. Além disso, é importante ressaltar que as causas do autismo ainda são desconhecidas. Acredita-se que possam ser problemas associados a fatos durante a gravidez ou parto, anormalidades de alguma parte específica do cérebro que ainda não foram claras ou definidas geneticamente. O autismo pode ser percebido desde os primeiros dias de vida, embora a maioria dos pais relate que a criança já passou da fase de normalidade antes de perceber os sintomas (CUNHA, 2016).

Nesse sentido, é comum que os pais comecem a observar um comprometimento em uma criança ainda bebê, quando ela percebe sono intenso, repouso excessivo, recusa em ser abraçado ou choro prolongado sem poder confortar. Com os primeiros anos de vida, percebem que a criança não responde a comandos simples, não demonstra sentimentos ou quaisquer sensações, não imita gestos ou sons, como é habitual nas crianças dos primeiros anos de vida. Segundo Hora

(2018), o autismo é uma condição crônica porque não depende do tempo e tem como principal característica a presença de danos em áreas do desenvolvimento, e por isso ainda acredita que o tratamento deve ser contínuo, principalmente envolvendo uma equipe multidisciplinar para que todas as áreas do desenvolvimento da criança sejam consideradas.

No entanto, atualmente existem vários métodos de acompanhamento e tratamento que podem ajudar essa criança a se desenvolver melhor. Especialistas, dizem que o tratamento deve começar o quanto antes para que os efeitos dos estímulos sejam melhores. Enfatizam que a ajuda deve ser adaptada às necessidades e individualidade de cada criança (GOMES, 2016).

Vale ressaltar que uma criança autista tem suas singularidades e necessidades diferenciadas, portanto, ao integrar esses alunos, devemos levar em consideração que uma grande dificuldade no cotidiano de uma pessoa com deficiência ocorre quando ela inicia seu relacionamento em um meio social, ou melhor, na escola. Varella (2018) relata que o desenvolvimento social é determinado principalmente pelas transformações biológicas esperadas, pelas condições ambientais que cercam a criança, até mesmo pelas relações sociais que a cercam e pelo desenvolvimento cognitivo da criança, entre outros. Isto significa que a intervenção pode reduzir as dificuldades que caracterizam qualquer síndrome, sendo também possível a implementação desta intervenção numa rede regular de ensino. Assim, pode-se dizer que proporcionar oportunidades para que crianças com autismo possam estar e conviver na escola com outras pessoas da mesma idade promove suas habilidades de interação, o que pode minimizar o isolamento regular. De fato, diante do processo de inclusão na rede regular de ensino, mesmo crianças com graves deficiências cognitivas e grandes dificuldades em assimilar o conteúdo do currículo do ensino comum, a criança pode se beneficiar de experiências coletivas. O aprendizado de atitudes cotidianas, mesmo que simples, pode permitir que a

criança autista se torne mais autônoma, facilitando a conquista de seu lugar no ambiente em que vive (DUARTE, 2018).

No que diz respeito às dificuldades específicas de uma criança autista, é óbvio que a escola deve estar atenta à necessidade de intervenção que corresponda às necessidades individuais deste aluno. Nesse contexto, uma importante metodologia a ser utilizada é o método ABA, que é um modelo de intervenção eficaz no comportamento de pessoas autistas, com muitos benefícios, que contribui para resultados positivos tanto em termos de pedagogia quanto no desenvolvimento cognitivo de uma pessoa com autismo (HORA, 2018).

Uma criança com autismo ou outros atrasos no desenvolvimento podem ter reforçadores importantes para sua intervenção ABA. Sendo assim, é de suma importância que, pais, professores e outros profissionais envolvidos em seus programas ABA devem aprender a estimular novos interesses nessa criança sem reforços.

Portanto, este trabalho visa cumprir os objetivos de analisar a importância e os desafios da utilização do método ABA na inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino, bem como compreender a utilização deste método e os processos de seu desenvolvimento, e definir a origem e o conceito do termo autista através da metodologia de pesquisa bibliográfica por meio de pesquisa, análise e reflexão sobre as idéias e estudos de diversos autores.

## OBJETIVO

Compreender sobre a aplicação do método de análise comportamental aplicada (ABA) e suas contribuições no processo de inclusão de crianças com autismo.

## METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, como revisão de



literatura, por meio de livros, documentos oficiais, revistas e artigos científicos, a fim de atender aos objetivos de analisar a importância e os problemas da utilização do método ABA para a inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino, definindo a origem e o conceito do termo autista e compreendendo a utilização do método ABA e seus processos de desenvolvimento. Portanto, cabe esclarecer que a metodologia da pesquisa bibliográfica busca investigar e analisar um problema por meio de referenciais teóricos que avaliam, discutem e refletem sobre diferentes contribuições científicas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A observação de que uma criança terá comportamentos restritos ou repetitivos e também pode mostrar interesses restritos é comumente vista no autismo. Para crianças sem reforçadores, expandir esses interesses, especificamente nas áreas de uso e brincadeiras de brinquedos, é uma importante meta de programação porque pode ter vários efeitos positivos. Primeiro, a taxa de comportamento socialmente apropriado pode aumentar, enquanto a taxa de comportamento inapropriado pode diminuir. Por exemplo, envolver uma criança na leitura de um livro pode reduzir o comportamento estereotipado ou a passividade (HORA, 2018).

Já em segundo lugar, o aumento do interesse pode levar a novas oportunidades sociais para as crianças e promover maior flexibilidade em sua aceitação em novos ambientes. Por exemplo, uma criança com uma preferência recém-descoberta por colorir pode ter mais sucesso em um restaurante porque se senta e pinta o cardápio, ou pode frequentar a escola porque colore uma imagem quando instruída. Em terceiro lugar, adicionar novos reforçadores aos programas ABA pode ajudar a evitar que uma criança exagere em determinados motivadores a ponto de perder sua capacidade. Finalmente, novos itens podem permitir que os provedores atribuam itens mais preferidos aos objetivos de aprendizagem

difíceis e itens menos preferidos a objetivos mais fáceis (VARELLA, 2018).

Duarte (2018) mostraram que os professores provavelmente oferecem menos opções para indivíduos com interesses restritos e permitem que eles se envolvam por mais tempo com itens associados a esses interesses restritos.

Os autores sugerem que uma possível razão para essa tendência é que os professores podem ser sensíveis ao fato de que comportamentos negativos (por exemplo, choramingar, empurrar um brinquedo) são mais propensos a acompanhar a apresentação de um brinquedo que não está associado a um interesse restrito da criança (CUNHA, 2016).

Em geral, essa sensibilidade ao comportamento de uma criança é importante para manter o problema de comportamento sob controle, mas pode limitar o acesso a novas experiências ou atividades. Portanto, devemos programar sistematicamente maneiras eficazes de expandir os interesses da criança sem provocar lágrimas e outros comportamentos negativos (HORA, 2018).

Contudo é importante ainda que os pais e provedores de intervenção devam concentrar-se em fortalecer o reforço e usar dados para determinar se as práticas estão fazendo a diferença. É necessário rastrear o número de brinquedos e atividades diferentes em que o seu filho se envolve para determinar os padrões atuais. Em seguida, medir os efeitos das tentativas de estender o reforço no comportamento de seu filho.

Um conjunto de potenciais reforçadores comportamentais para indivíduos diagnosticados com TEA. Geralmente está relacionado à sua dimensão sensorial (uma cena de um desenho, som, luzes, cores, música e desenhos específicos, objetos que giram, etc.). Poucos ou nenhum desses estímulos reforçadores (potencialmente) têm uma característica social.

Portanto, um dos procedimentos utilizados na terapia ABA para o ensino de habilidades é o emparelhamento (aproximação) de estímulos que já são reforçadores para a criança (geralmente relacionados ao sensorial)

com estímulos sociais subsequentes e como resultado de reações sociais. Por exemplo: o terapeuta ABA programa que ao ser solicitado a pintar um quadro, a resposta para pintar será um carrinho de brinquedo (que a criança gosta muito, principalmente de girar as rodas) + elogio (o elogio varia de criança para criança). O carrinho não é uma consequência social (nem uma resposta natural nem arbitrária à pintura. Pelo menos em nossa cultura, não vemos crianças na escola ganhando carrinhos como resultados da pintura de quadros. Na maioria das vezes, eles ganham estrelas, graus, etc.). O elogio é uma consequência social arbitrária (conforme definido acima). A lógica do procedimento é que conforme a apresentação simultânea do carrinho + elogio, o segundo começará a adquirir as funções de reforço assim como o primeiro. Após certo período de emparelhamento, espera-se que a criança comece a pintar um quadro por causa do elogio da professora e não por causa do carrinho.

É por essa razão que os reforçadores sensoriais são usados com tanta frequência na terapia ABA. A aprendizagem artificial de uma habilidade não é o objetivo principal. Em vez disso, busca-se proporcionar à criança o ambiente de aprendizagem mais estimulante possível.

Sobre os reforçadores, podemos dizer que pode conter vários itens. Até mesmo algo da própria escola que nem sempre é acessível à criança (ex: brinquedos de recreio que só podem ser usados no recreio ou em horários pré-determinados pelos funcionários da escola). O mais importante, os reforçadores devem ser constantemente renovados e ajustados de acordo com as mudanças nos interesses da criança e as características dos processos de saturação e privação, que já descrevi em outras publicações. O processo de reforço ocorre em cada indivíduo, mas basta um grupo de reforçadores para que cada ser aprenda. Quando uma criança neurotípica pronuncia as primeiras palavras, por exemplo, os pais costumam sorrir, prestar atenção, repetir o que a criança fala, e isso acaba reforçando o comportamento falado. Reforço social ou recompensas verbais geralmente são

suficientes para reforçar o comportamento dessas crianças. No caso de uma criança no espectro autista, ela não é sensível ao reforço social e precisa começar a trabalhar com reforçadores tangíveis, ou seja: brinquedos, comida, vídeo, etc. Chamamos esse tipo de reforço de reforço arbitrário porque não ocorre naturalmente.

Deste modo, vários autores e sua defesa sobre a aplicação da ABA, a eficácia do método tem se mostrado uma opção para famílias e professores que precisam ajudar essa criança. Vale ainda dizer que com a aplicação correta, seguindo os passos, respeitando a individualidade da criança, possibilitará uma qualidade de vida cada vez melhor para a criança e sua família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, pode-se perceber uma longa jornada com muitas dificuldades e desafios, mas também vislumbramos oportunidades de aprendizado que podem superar as expectativas. Portanto, cabe ressaltar que embora seja um desafio e muitas vezes uma experiência nova para a família, para os professores e para a escola em geral, é possível que o processo de inclusão da criança autista na rede regular de ensino, bem como em seu meio ambiente, está realmente acontecendo.

Aqueles que já estão familiarizados com a intervenção ABA sabem que o ponto central desse tipo de terapia é o uso de reforçadores. Um reforçador, simplesmente, é uma recompensa pelo comportamento "apropriado". No entanto, um item só é reforçador se sua apresentação aumentar a chance de que o comportamento alvo volte a ocorrer. Ressalta-se que é necessário que os envolvidos na aplicação do método analisado vão além, superem o foco nas técnicas e criem afeto para que a criança perceba interesse pessoal e naturalidade.

Porém, mesmo em casos pontuais e raríssimos, o método ABA permite que uma criança com autismo estabeleça relações com seus pares, estude em rede regular de aprendizagem com suas adaptações curriculares,

adquirir diversas habilidades e exercer autonomia em seu meio social. Cabe, portanto, aos professores e a nós pesquisadores, como formadores e influenciadores, realizar estudos e outras pesquisas que possam influenciar, ajudar e despertar possibilidades de trabalhar com crianças autistas para que seus direitos sejam respeitados e garantidos, a fim de melhorar a qualidade do atendimento vida e torná-la um desenvolvimento mais significativo.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Ver. Téc. Aristides Volpato Cordioli et al. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BOSA, C. A. **Autismo: intervenções psicoeducacionais**. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 2006.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.  
CUNHA, Eugênio Cunha. **Práticas Pedagógicas para Inclusão e Diversidade**. 6ª Edição, Rio de Janeiro. Editora Wak, 2016.

DUARTE, Cintia Perez Duarte; SILVA, Luciana Coltri; VELLOSO Renata de Lima. **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo, Editora Memon. 2018.

GOMES, Camila Graciella. SILVEIRA, Analice Dutra. **Ensino de Habilidades Básicas para Pessoas com Autismo. Manual para Intervenção Comportamental Intensiva**. Editora Appris. 2016

HORA, Cassia Leal da. **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo, Editora Memon. 2018.

VARELLA, André Augusto Borges. **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo, Editora Memon. 2018.

# CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO ABA PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM AUTISMO

## CONTRIBUTIONS OF THE ABA METHOD FOR SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM

Nathália Alves de Oliveira <sup>1</sup>  
Cristiano de Assis Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular é um desafio para as escolas reformularem os seus procedimentos, porque o direito de acesso não pode ser reduzido ao ato da matrícula e é necessário consolidar estratégias que visem influenciar esse desenvolvimento de aprendizado do aluno. Sendo assim, a análise do comportamento aplicada (ABA) destaca-se como métodos de intervenção exitosos que direcionaram as pesquisas para sua contribuição à prática inclusiva. **OBJETIVO:** Contudo, este artigo teve como objetivo Apresentar o científico-ABA e esclarecer sua contribuição para a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista-TEA. **METODOLOGIA:** Este estudo pautou-se metodologicamente na pesquisa qualitativa de revisão integrativa da literatura. Nesse contexto, Lakatos e Marconi (2001) sugerem que o método qualitativo é apontado como um trabalho de conhecimento social que: “[...] tempo consolidado do espaço real e analítico e por fim o concreto que se refere às estruturas aos atores sociais em uma relação” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.35). Buscou-se através da busca pelas fontes selecionar referências que discutissem o tema dado e o problema apresentado, para atingir o objetivo proposto, em que analisamos reflexivamente obras que atendessem às expectativas de nossas questões, caracterizando a pesquisa como bibliográfica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É comprovado que muitas vezes um aluno com TEA passa pela pré-escola e chega ao ensino fundamental sem conseguir permanecer em sala de aula, e se fica não consegue acompanhar a aula devido à quantidade de estímulos em sala de aula, causando prejuízos comportamentais problemas. Os periódicos examinados indicam o benefício que o professor recebe em utilizar a análise do comportamento aplicada no ambiente escolar, principalmente no comportamento problemático de alunos com autismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Método ABA. Inclusão Escolar. Autismo.

### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** The inclusion of students with disabilities in regular education is a challenge for schools to reformulate their procedures, because the right of access cannot be reduced to the act of enrollment and it is necessary to consolidate strategies aimed at influencing the student's learning development. Thus, applied behavior analysis (ABA) stands out as successful intervention methods that have directed research toward its contribution to inclusive practice. **OBJECTIVE:** However, this article aimed to present ABA and clarify its contribution to school inclusion for students with Autistic Spectrum Disorder (ASD). **METHODOLOGY:** This study was methodologically based on qualitative research of integrative literature review. In this context, Lakatos and Marconi (2001) suggest that the qualitative method is pointed out as a social knowledge work that: “[...] consolidated time from the real and analytical space and finally the concrete that refers to the structures to the social actors in a relationship” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.35). Through the search for sources, we sought to select references that discussed the given theme and the problem presented, to achieve the proposed objective, in which we reflexively analyzed works that met the expectations of our questions, characterizing the research as bibliographic. **FINAL CONSIDERATIONS:** It is proven that many times a student with ASD goes through preschool and reaches elementary school without being able to stay in the classroom, and if he stays he cannot follow the class due to the amount of stimuli in the classroom, causing behavioral damage problems. The examined journals indicate the benefit that the teacher receives in using behavior analysis applied in the school environment, especially in the problematic behavior of students with autism.

**KEYWORDS:** ABA Method. School Inclusion. Autism.

<sup>1</sup>Mestranda em Psicologia pela ACU - Absolute Christian University, Mestre em Gerontologia pela UneAtlantico, Especialista em Psicologia Cognitivo Comportamental pela Faveni. Especialista em Neuropicopedagogia pela Universidade Candido Mendes, Docência no Ensino Superior pela Fetac. Especialista em Orientação Educacional e Pedagógica pela FETAC. Licenciatura em Normal Superior pela Universidade Candido Mendes, Graduação em Pedagogia pela FETAC. E-MAIL: nathaliaoliveira1986@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7678331046597082.

<sup>2</sup> PhD em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. E-MAIL: cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769



## INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular é um desafio para as escolas reformularem os seus procedimentos, porque o direito de acesso não pode ser reduzido ao ato da matrícula e é necessário consolidar estratégias que visem influenciar esse desenvolvimento de aprendizado do aluno. Esse direito, portanto, deve estar explícito nas atividades pedagógicas para garantir as condições de aprendizagem desse público.

Sendo assim, a análise do comportamento aplicada (ABA) destaca-se como métodos de intervenção exitosos que direcionaram as pesquisas para sua contribuição à prática inclusiva. Este método tem princípios científicos baseados na psicologia comportamental e tenta corrigir atrasos de desenvolvimento e comportamentos inadequados: Isso porque, na perspectiva da análise do comportamento, o processo de ensino-aprendizagem se dá por meio do arranjo adequado de contingências que devem ser planejadas em pequenos passos para evitar o fracasso e “proporcionar oportunidades para que os alunos progridam continuamente” (BLANCO, M.B, GENNAR, A.G. 2019, p.101).

Essa estratégia permite identificar dificuldades em encontrar intervenções baseadas em currículos que identifiquem formas de controle individualizado, tragam aprendizagem significativa e ajudem a construir sua autonomia na sociedade. Portanto, é essencial que os profissionais adquiram conhecimento do método de Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para contribuir com o aprendizado desse público. BRITES, L.; BRITES, C.; 2019, p. 110 destacam que ABA é um modelo científico de intervenção comportamental considerado o mais eficaz para reduzir os sintomas autistas e seu comportamento inapropriado e desadaptativo ao meio ambiente. Baseado nos princípios de Skinner, ele fundamenta suas ações na análise detalhada do comportamento inicial da criança em relação aos fatores

do ambiente e de seus cuidadores, que favorecem ou dificultam seu modo de agir.

Desta forma, em face de estímulos e/ou situações, determinados comportamentos ora podem ser controlados, ora estimulados quando são benéficos para os mesmos, através de estratégias denominadas de reforço positivo, que condicionam o comportamento desejado a serem repetidas mais vezes e outras a ser controlado. (SKINNER, 2003). A metodologia consiste em modificar comportamentos inadequados, substituindo-os por outros mais funcionais. O foco da mudança é baseado principalmente no comportamento social e verbal e na cessação das birras. Uma variedade de práticas comportamentais é usada para reforçar as habilidades existentes e modelar aquelas que ainda não foram desenvolvidas. Isso inclui criar oportunidades para que a criança aprenda e pratique habilidades por meio de incentivos ou reforços positivos, ou seja, recompensando e elogiando cada comportamento realizado corretamente (SILVA, GAIATO E REVELES, 2012, p.104).

Deste modo, podemos salientar que a introdução dessas estratégias por meio de metodologias cientificamente comprovadas e eficazes na legislação educacional contribui para o pleno desenvolvimento desse público, que começa a encontrar oportunidades de acesso ao conhecimento.

No cenário educacional atual é cada vez mais comum a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação no âmbito do ensino regular, essa prática teve início com determinação legal, conforme aponta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e leis posteriores como, entre outras, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015). Neste contexto, é essencial o conhecimento de métodos concretos que possam contribuir para uma prática verdadeiramente inclusiva e uma real inclusão. E é nesse processo que a ABA se destaca com métodos de

intervenção bem-sucedidos que direcionam a pesquisa para sua contribuição à prática inclusiva.

Diante do exposto, a estrutura deste estudo se baseia nesta problemática e visa apresentar a Análise do Comportamento Aplicada-ABA, que esclarecerá seus benefícios para a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista-TEA. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica, onde selecionamos textos de autores que contextualizavam nosso objeto de estudo.

### OBJETIVO

Apresentar o científico-ABA e esclarecer sua contribuição para a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista-TEA.

### METODOLOGIA

Este estudo pautou-se metodologicamente na pesquisa qualitativa de revisão integrativa da literatura. Nesse contexto, Lakatos e Marconi (2001) sugerem que o método qualitativo é apontado como um trabalho de conhecimento social que: “[...] tempo consolidado do espaço real e analítico e por fim o concreto que se refere às estruturas aos atores sociais em uma relação” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.35).

Buscou-se através da busca pelas fontes selecionar referências que discutissem o tema dado e o problema apresentado, para atingir o objetivo proposto, em que analisamos reflexivamente obras que atendessem às expectativas de nossas questões, caracterizando a pesquisa como bibliográfica. Segundo Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos”.

Como etapas para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos aquelas apontadas por Moreira e Caleffe (2008), que percorrem o caminho de destacar os objetivos, o plano de trabalho, a fonte a ser pesquisado,

o material de leitura para aprofundamento (referências), arquivos e análises das leituras que apontaram para os debates sobre este estudo e, por fim, a elaboração do artigo.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão de alunos com TEA em escolas regulares tem aumentado significativamente nos últimos anos, mas pesquisas mostram que as práticas educativas adotadas para essa população têm pouco efeito na aprendizagem de alunos autistas porque suas práticas ainda possuem características excludentes, dados os padrões homogeneizadores que caracterizam uma escola que, mesmo que devesse garantir a permanência de todos, sua realidade ainda prima por estruturas pedagógicas conservadoras que acabam investindo apenas na permanência de alguns grupos.

Devemos salientar que para que seja feita a efetivação que destina-se ao público da Educação Especial – PEE, a escola não deve se limitar a mudanças estruturais, mas deve envolver o processo pedagógico, tendo em vista que é preciso romper com práticas que anulam e marginalizam as diferenças.

Diante do exposto, as trajetórias escolares dos alunos com TEA ainda são pontos de grande tensão, porém, alguns estudos têm apontado estratégias que buscam proporcionar a esses alunos o acesso ao currículo regular. Kenyon (2018) aponta que a ABA traz benefícios para o desenvolvimento desse segmento em diversas áreas, sendo a educação uma delas. No que diz respeito ao ambiente escolar, a perspectiva da Análise do Comportamento representa uma mediação pedagógica que leva em consideração o ritmo do aluno e suas especificidades, mapeia-as e desenvolve um currículo que oportuniza a aprendizagem neste ambiente.

Sobre a ABA, Duarte, Silva e Velloso (2018, p. 7), apresentam suas dimensões, que são sete: (1) Aplicada: os estímulos e/ou organismos estudados são escolhidos por sua importância para o ser humano e para a

sociedade, e não apenas para o desenvolvimento de teoria; (2) Comportamental: medição precisa dos eventos a serem estudados para determinar o comportamento-alvo. Operacionalizar a investigação é essencial; (3) Analítica: para analisar o comportamento, é necessário controlar esse comportamento; (4) Tecnológica: as técnicas que compõem uma determinada aplicação comportamental devem ser identificadas e descritas, (5) Conceitual: as descrições dos procedimentos não devem ser apenas precisamente tecnológicas, mas também estar de acordo com os princípios filosóficos do behaviorismo radical; (6) Eficaz: a intervenção/pesquisa deve ser capaz de mudar o comportamento o suficiente para se tornar socialmente relevante e (7) Generalização: a mudança de comportamento deve ser sustentada ao longo do tempo, ocorrer em diferentes contextos e se estender a uma ampla gama de comportamentos relacionados.

Contudo, um estudo baseado nesses pilares reflete a possibilidade de preparar um ambiente que contribua para a vivência de práticas verdadeiramente inclusivas, levando em consideração as peculiaridades do desenvolvimento do autista e direcionando-o para a elaboração de um plano que busque alcançar objetivos mais claros quando conhecimento, tornando o processo de aprendizagem mais proveitoso. Porque para a intervenção nesta abordagem é necessário realizar o trabalho de avaliação, planejamento e intervenções contínuas, onde a partir desta análise será realizado o planejamento do currículo da intervenção centrada no desenvolvimento das competências comunicativas, acadêmicas, sociais e motoras da vida diária e reduzindo o comportamento disjuntivo: Ou como diria um analista do comportamento, quem ensina deve estar no controle do que quer ensinar, de quem está aprendendo e das condições disponíveis na situação dada. Falar em “mudar” ou “gerar” comportamentos ou fazer alguém “se comportar de determinada maneira” implica a existência de um objetivo que se deseja alcançar. Você não pode ensinar se não souber o que quer ensinar e se não criar as condições

necessárias para ensinar o que quer (ZANOTTO, 2004, p. 42).

Segundo aponta Serra (2010) devemos a aplicação do método ABA e a necessidade de uma utilização mais consistente dessa prática no contexto escolar é de suma importância. Portanto, é necessário que todos os envolvidos na educação busquem conhecimentos que lhes permitam recomendações metodológicas que atendam às suas especificidades, para que o seu direito à educação seja verdadeiramente concretizado.

Para que a inclusão de alunos com TEA e outros alunos que apresentem alguma característica específica seja efetivada por meio da promoção do acesso ao conhecimento científico, é necessário estudar métodos específicos para apoiar sua participação em atividades pedagógicas.

Dessa forma, a ABA se destaca e ganha cada vez mais espaço, torna-se referência e seu estudo pelos professores é um grande passo para ofertar educação a esse público, que pode assim intervir de forma mais assertiva no processo ensino-aprendizagem, fazendo valer o direito à inclusão desse segmento que, em grande parte, limitava-se apenas ao acesso à escola, sem comprometer o processo de ensino-aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o assunto nos proporcionou uma introdução ao conhecimento do método ABA. Espera-se que isso crie expectativas em prol de uma compreensão e análise mais precisas para que possamos contribuir com a qualidade da educação desse público com o conhecimento de métodos específicos, auxiliando-os com intervenções que levem em consideração suas necessidades específicas.

É comprovado que muitas vezes um aluno com TEA passa pela pré-escola e chega ao ensino fundamental sem conseguir permanecer em sala de aula, e se fica não consegue acompanhar a aula devido à quantidade de estímulos em sala de aula, causando prejuízos

comportamentais problemas. Os periódicos examinados indicam o benefício que o professor recebe em utilizar a análise do comportamento aplicada no ambiente escolar, principalmente no comportamento problemático de alunos com autismo.

Foi enfatizada a importância da qualificação do professor, onde deve haver educação continuada, buscando atualizações das abordagens existentes para aprofundar mais o autismo, e assim identificar um aluno com traços de TEA no que diz respeito às intervenções que precisam ser aplicadas ao aluno.

Neste contexto, o acesso aos direitos é necessário para discutir a ABA, onde embora seja uma estratégia complexa e extensa, alguns pontos importantes podem ser levantados para criar um material que auxilie uma discussão mais ampla sobre o tema.

Desta forma, algumas abordagens de ordem básica e fácil administração para os educadores identifiquem como utilizá-lo em sala de aula, e com este trabalho, eles podem se sentir motivados a fazer mais pesquisas sobre ABA, pois observa-se a necessidade de qualificação para garantir que os alunos com autismo tenham o direito de serem incluídos na escola ecológica e consigam se desenvolver satisfatoriamente.

Observou-se que a ABA é apontada como uma alternativa eficaz para trabalhar as dificuldades e potencialidades advindas do TEA, com embasamento científico mostra sua relevância ao sinalizar que uma pessoa com autismo pode ter seu comportamento alterado, problemas e suas potenciais habilidades, oportunizando um desenvolvimento mais satisfatório desse público por meio dessas intervenções.

É preciso que os profissionais dessa área ultrapassem as técnicas e desenvolvam graus de afetividade para que suas intervenções expressem naturalidade e imponham aos autistas a ideia de que há um real interesse pessoal por eles. Para mediar o processo de aprendizagem, independentemente do método escolhido, profissionais e familiares devem demonstrar afeto pelo autista. Além disso, todos devem entender que o

pensamento de cada autista é específico; seu vocabulário é limitado e há muitas dificuldades nas interações sociais. Três expressões podem fazer uma grande diferença: interesse próprio, paciência e amor. Portanto, muito mais importante do que a ajuda que a família recebe é o sentimento de que os outros nos amam e nos valorizam. A melhor coisa que você pode fazer por uma família com uma criança com autismo é permanecer um amigo da família.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015b.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRITES, L.; BRITES, C.; **Mentes únicas**. 3.ed. São Paulo: Editora Gente, 2019. 192p.

BLANCO, M.B.; GENNAR, A.G.; **Análise do comportamento e educação: Conceitos, equívocos e contribuições para a formação de professores**. 1.ed. Curitiba: Editora CRV, 2019, 150p.

DUARTE, C.P.; SILVA, L.C.; VELLOSO, R.L. (orgs). **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoas com Transtorno do espectro do Autismo**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KENYON, P.B. Ensino em ambientes naturais. In: DUARTE, C.P.; SILVA, L.C.; VELLOSO, R.L. (orgs) **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2018. p.140-149.

LAKATOS, E.M. e MARCONI M. De A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4.ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 39-67.



SERRA, D. **A educação de alunos autistas: entre discursos e as práticas inclusivas das escolas regulares.** *Revista Polêmica*, 2010.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. *Mundo Singular. Entenda o Autismo.* São Paulo: Fontanar, 2012.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e Comportamento Humano.** São Paulo: Martins Fontes, 2003. 58 p.

ZANOTTO, Maria de Lourdes Bara. Subsídios da análise do comportamento para a formação de professores. In: HUBNER, Maria Martha Costa. MARINOTTI, Miriam (orgs). **Análise do Comportamento para a Educação: contribuições recentes.** 1ª ed. Santo André/SP: ESETec Editores Associados, 2004. 318 p.2018.

## O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO NA MODALIDADE DE ENSINO À DISTÂNCIA: CONCEITOS, VANTAGENS E DESAFIOS

### TEACHING MANAGEMENT IN DISTANCE LEARNING: CONCEPTS, ADVANTAGES AND CHALLENGES

Rafaella Cuzzuol Nunes <sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central, debater de maneira conceitual sobre a educação à distância no ensino de administração de empresas. Foi possível notar que o mercado contemporâneo demanda das empresas uma alta competitividade, bem como excelência na prestação de serviços, atendimento, resultados elevados e de bom desempenho para que estejam aptas a permanecer neste mercado, caso contrário, são duramente rejeitadas por ele. As empresas, por sua vez, imersas neste cenário, passam a demandar um capital humano que forme um verdadeiro contingente intelectual com base na qualidade e competência profissional. É este contingente humano que fará com que a empresa mantenha seus negócios, suas vendas, o relacionamento positivo com o cliente. Os profissionais que as empresas contratam serão capazes de determinar se sua atuação no mercado será competitiva, superior ou inferior ao que se espera. Por este motivo a educação surge como uma questão primordial para que exista a mínima possibilidade de o profissional competir por uma colocação no mercado de trabalho, ao passo que a formação em administração de empresas pode preparar o profissional para as mais diversas situações do cotidiano profissional, sendo um elemento importante para o posicionamento que este colaborador tomará na empresa. Concluiu-se que, ainda que exista muito potencial imbuído no ensino de administração com o advento do EaD e possibilitando a inclusão da população que anteriormente não possuía acesso ao ensino superior por diversas razões, tornou-se também fácil possuir um título profissional, o que cada vez mais se distancia do fato de possuir capacidade profissional para uma boa atuação no mercado. A trajetória de pesquisa empreendida neste trabalho foi capaz de fomentar uma base teórica importante, que levou ao levantamento de diversos outros questionamentos que podem ser trabalhados em estudos posteriores. A justificativa para a escolha do tema paira sobre sua intrínseca contemporaneidade, bem como na expectativa de fomentar conhecimento e desafiar o pensamento crítico da comunidade acadêmica sobre o tema. O método de pesquisa empreendido segue natureza qualitativa, com pesquisa do tipo bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração de empresas. Educação a Distância. Formação. Qualificação.

#### ABSTRACT

This work was aimed, debate conceptually on distance education in business administration education. It observed that the contemporary market demands of a high competitive companies, as well as excellence in service delivery, customer service, high results and good performance so that they are able to stay in this market, otherwise they are hard rejected by him. Companies, in turn, immersed in this scenario, begin to demand a human capital that forms a true intellectual quota based on the quality and professional competence. It is this human contingent that will cause the company to maintain its business, sales, positive customer relationships. The companies hire professionals who will be able to determine whether their performance in the market will be competitive, higher or lower than expected. For this reason education emerges as a major issue so that there is the slightest possibility of professional compete for a place in the labor market, while training in business administration can prepare professionals for many different situations of daily work, and an important element in the position that this employee will take the company. It was concluded that, although there is a lot of potential imbued in management education with the advent of distance education and enabling the inclusion of the population who previously had no access to higher education for various reasons, has also become easy to have a professional title, which increasingly moves away from being in possession of professional capacity for good performance in the market. The research trajectory undertaken in this study was able to foster an important theoretical basis, which led to the lifting of several other questions that can be addressed in future studies. The rationale for the choice of subject hanging over its very contemporary, and in anticipation of fostering knowledge and critical thinking challenge the academic community on the subject. The research method undertaken following qualitative, with the bibliographical research.

**KEYWORDS:** Business Administration. Distance Education. Training. Qualification.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Empresárias pela Faculdade de Ciências Empresárias The Grendal College And University

## INTRODUÇÃO

A educação a distância (EaD) no Brasil, há pouco tempo era considerada uma modalidade de ensino encarada com desconfiança, especialmente em cursos de nível superior. Hoje, com o desenvolvimento de tecnologias de informação e a comunicação, foi possível o crescimento desta modalidade, reduzindo os preconceitos.

Legalmente, o ensino à distância no Brasil passou a fazer parte oficialmente do sistema educacional através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96.

São diversos os conceitos atribuídos a EaD. O Ministério da Educação (MEC), caracteriza a educação a distância no artigo 1º do decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 que diz:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como a modalidade educacional na qual a mediação didática-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades em lugares ou tempos diversos. (MEC, Decreto nº 5.622/05).

Uma das principais diferenças entre a modalidade de ensino à distância e a presencial, é a separação geográfica e espacial dos participantes. O conhecimento não está mais restrito à sala de aula presencial, sendo possível aprender e construir novos saberes através da internet, nos ambientes virtuais de aprendizagem. Para diminuir a sensação de distanciamento, é importante utilizar os recursos existentes de forma adequada.

Na EaD, a autonomia do aluno se destaca em diferentes situações. Entre elas, o fato de definir o melhor local, estudar de acordo com seu ritmo e seu estilo de

aprender. Essa característica também é fortalecida pelo fato de o aluno ter que gerenciar mais seu aprendizado.

## OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICOS

O trabalho tem como objetivo geral, debater de maneira conceitual sobre o ensino de administração na educação à distância, traçando um paralelo entre o ensino, a educação corporativa e os benefícios que o conhecimento pode trazer para o desempenho da empresa. Serão os objetivos específicos:

- Conceituar o cenário da educação à distância;
- Compreender a importância da educação em administração e da educação corporativa;
- Debater sobre as vantagens da empresa com a implantação de programas educacionais.

## JUSTIFICATIVA

O presente estudo justifica-se, pois pretende contribuir para o âmbito acadêmico oferecendo uma visão diferenciada sobre o tema e ampliando o material teórico, que poderá ser utilizado no desenvolvimento de estudos e pesquisas posteriores.

Além da relevância acadêmica, a pesquisa servirá como fonte de informações para o âmbito social ao oferecer dados relevantes para o público de interesse.

## REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o dicionário Michaelis, o termo educação vem do latim *educatio*, que é o ato ou efeito de educar; aperfeiçoamento das faculdades físicas intelectuais e morais do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino; processo pelo qual uma função se desenvolve e se aperfeiçoa pelo próprio exercício; formação consciente das novas gerações segundo os ideais de cultura de cada povo; civilidade; delicadeza; cortesia; consiste em formar hábitos e atitudes que promovam o desenvolvimento harmonioso

do corpo humano, mediante instrução sobre higiene corporal e mental e mediante vários e sistemáticos exercícios, esportes e jogos.

O dicionário Priberam da Língua Portuguesa define educação como o conjunto de normas pedagógicas tendentes ao desenvolvimento geral do corpo e do espírito; conhecimento e prática dos usos da gente fina; instrução, polidez, cortesia.

Assim, percebe-se que educação é um conjunto de práticas que buscam o desenvolvimento intelectual, físico e emocional do indivíduo.

Pacievitch (2009) afirma que a história da educação faz parte da história da cultura e da história geral. Em cada período histórico, a educação atendeu a objetivos, que satisfaziam à política da época, por isso que para entendê-la completamente, precisa estar inserida no contexto histórico.

O autor explica ainda que as principais fases da história da educação são:

### **EDUCAÇÃO PRIMITIVA**

Mesmo não havendo documentos, acredita-se que ocorria de forma espontânea, onde as crianças ou jovens aprendiam por imitação, ao observarem os mais velhos em suas atividades elementares, que eram a pesca, a caça, a agricultura, etc. A observação de fenômenos meteorológicos, rituais sagrados e a preparação para a guerra, com o passar dos séculos, passaram a fazer parte da educação dos jovens, que para isso precisavam ser treinados.

### **EDUCAÇÃO ORIENTAL**

Escrita sistematizada criada no oriente, associada à organização social, levou a criação de escolas e mestres em alguns dos países orientais. No Egito, as crianças frequentavam a escola elementar a partir dos 6 ou 7 anos, onde aprendiam a ler, escrever e contar, isso para o povo. Havia as escolas superiores ou

eruditas, que além do elementar, ensinavam astronomia, matemática, música, poesia, etc., para os filhos dos funcionários.

A educação entre os hebreus, baseada nos livros sagrados Tora e Talmud tinha duração de 10 anos, dos 8 aos 18 anos. Entre os hindus, a educação era privilégio das castas superiores, e geralmente os pais eram responsáveis pela educação dos filhos, como base nos textos Vedas. Na China, a educação sistematizada só ocorreu a partir do período imperial, por volta do sec. V a. C., e dividia-se em elementar, para o povo, e superior para os funcionários mandarins.

### **EDUCAÇÃO CLÁSSICA**

Surge entre os séculos V a. C. e V d. C., na Roma e Grécia antigas, que mesmo sendo bastante parecidas, apresentam pontos bastante divergentes. A educação grega teve quatro períodos, com características bem definidas:

- Heroica, com os poemas homéricos;
- Cívica, com Atenas e Esparta;
- Clássica/humanista, com os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles;
- Helenística/enciclopédica, com a cultura Alexandrina.

A educação romana teve três períodos principais: heróico-patricia (V – III a. C.); de influência helênica (III – I a. C.); e Imperial (I a. C. – V d. C.).

### **EDUCAÇÃO MEDIEVAL**

Surge com quando o cristianismo alcança toda a Europa (V – XV d. C.), tem um caráter essencialmente religioso, dogmático, predominando matérias abstratas, literárias, com prejuízo a educação intelectual e científica. Utiliza o latim como língua única.

### **EDUCAÇÃO HUMANISTA**



Após o período da Renascença, no século XV, surge à educação humanista, versão do conhecimento greco-romano, dando espaço ao desenvolvimento do pensamento livre e crítico. Nesse período as matérias científicas retornam ao currículo, são estudados o latim e o grego e os exercícios físicos são valorizados.

### **EDUCAÇÃO CRISTÃ REFORMADA**

No século XVI surge a reforma religiosa, resultando numa educação cristã reformada, tanto católica, como protestante. A educação católica pós-renascença, foi marcada por um movimento conhecido por contrarreforma. As ordens religiosas, destacando-se os jesuítas, foram as responsáveis por disseminar o cristianismo por meio da educação durante séculos.

### **EDUCAÇÃO REALISTA**

Com base na filosofia e nas ciências de Galileu, Copérnico, Newton e Descartes, as chamadas ciências novas, a educação realista dá início aos métodos de educação modernos.

### **EDUCAÇÃO NATURALISTA**

A partir das ideias de Jean-Jacques Rousseau, a educação naturalista teve influência decisiva à educação moderna. Para Rousseau, a liberdade, a atividade pela experiência, a diferença entre a mente da criança e do adulto, deixando a criança de ser vista como um adulto em miniatura, e passou a ser vista como um ser em desenvolvimento.

Assim, surge uma educação integral, atendendo aos aspectos físicos, intelectuais e morais. Mas, para Rousseau, para cada aluno deveria haver apenas um educador. Suas ideias inspiraram vários pensadores e educadores, entre eles Pestalozzi.

### **EDUCAÇÃO NACIONAL**

Ideia com origem na Revolução francesa, no século XVII, a educação nacional pressupõe a responsabilidade do Estado para o estabelecimento da escola primária universal, gratuita e obrigatória, visando à formação da consciência patriótica.

Atualmente, fala-se em educação democrática, pois se pressupõe que, na grande maioria dos países ao menos a educação primária já seja universal, gratuita e obrigatória.

### **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Lakatos e Marconi (1996, p. 15) definem que “pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos”. Através desta ótica é possível notar que a pesquisa é algo mais amplo do que se imagina em um primeiro momento. A pesquisa não se identifica apenas como um processo de investigação, sua finalidade é possuir uma compreensão mais profunda sobre o tema levantado e sobre a questão que direciona a pesquisa.

Ainda de acordo com as autoras, a pesquisa necessita de um planejamento organizado e detalhado, que contemple as etapas que se pretende cumprir e observar durante seu desenvolvimento, tal como a seleção do tema, a definição do problema, o processo que será adotado para a coleta e como serão feitas as análises e tratamentos de dados, bem como a apresentação dos resultados.

Sobre o método de pesquisa, Fiorese (2003, p. 27) explica que é necessário optar por um em qualquer pesquisa que se disponha a realizar. A escolha do método acaba por validar o resultado final da pesquisa. Sendo assim, o autor define: “O método (metodologia) é o conjunto de processos pelos quais se torna possível desenvolver procedimentos que permitam alcançar um determinado objetivo”.

Segundo Santos e Candeloro (2006) existem duas naturezas diferentes para uma pesquisa

metodológica: a qualitativa e a quantitativa. A seguir, as definições segundo os autores:

“A pesquisa de natureza qualitativa é aquela que permite que o acadêmico levante dados subjetivos, bem como outros níveis de consciência da população estudada, a partir de depoimentos dos entrevistados, ou seja, informações pertinentes ao universo a ser investigado, que leve em conta a ideia de processo, de visão sistêmica, de significações e de contexto cultural. [...] A pesquisa qualitativa é a que tem o objetivo de mensurar algumas variáveis, transformando os dados alcançados em ilustrações como tabelas, quadros, gráficos ou figuras. [...] Em geral, o instrumento de levantamento de dados mais adequado a este tipo de pesquisa é o questionário, em que questões fechadas correspondem a respostas codificadas”. (SANTOS e CANDELORO, 2006, p.71-72).

Neves (1996, p. 1), define a pesquisa qualitativa como “[...] *um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social [...]*”.

De acordo com Moreira (2002, p. 55):

- 1ª) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.
- 2ª) A pesquisa qualitativa é descritiva.
- 3ª) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.
- 4ª) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente.
- 5ª) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

É possível notar que quando se trata da pesquisa qualitativa não há pretensão de conceber dados numéricos e manipuláveis, tampouco fórmulas

matemáticas e criação de gráficos e tabelas que compilam dados colhidos durante a pesquisa.

Oliveira (2002) debate que existem problemas e hipóteses que só podem ser investigados por uma metodologia quantitativa, enquanto outros só podem ser realizados por metodologia qualitativa. Ainda, segundo o autor, o tratamento qualitativo de um problema justifica-se pelo fato de esclarecer a relação de causa e efeito do fenômeno e conseqüentemente ser adequado para se chegar à verdade e razão.

A natureza escolhida para a criação deste trabalho é qualitativa, buscando levantar informações teóricas. A metodologia de pesquisa seguirá o método fenomenológico que, como determina Husserl (1990) consiste em uma metodologia que não se enquadra nem como dedutiva e nem como indutiva, de modo que suas atribuições consistem na descrição direta da experiência do modo como ela é, assim sendo, a realidade se constrói de maneira social e passível de entendimento e interpretação de cada indivíduo, ao passo que nunca será única, existindo tantas realidades possíveis, quanto possíveis forem suas interpretações.

A pesquisa seguirá a metodologia exploratória, com a utilização de bibliografia como procedimento de pesquisa. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória pode envolver o levantamento bibliográfico ou entrevistas. Neste caso, elegeu-se o levantamento bibliográfico, que ainda de acordo com autor, consiste no desenvolvimento de uma pesquisa embasada em material já existente, especialmente livros e artigos científicos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Laudon e Jane (2004) para que haja uma administração dos sistemas de informação eficiente, a cultura da informação é um elemento crucial, já que se relaciona intrinsecamente e forma a própria cultura organizacional de uma empresa.

Ainda segundo os autores, para que esta relação ocorra, é preciso que haja o alinhamento de fatores tecnológicos com a realidade organizacional no que concerne à informatização de ações reais do cotidiano da empresa, com a informatização de processos, transmitindo para o ambiente virtual as operações ocorridas no ambiente físico.

Os autores também explicam que tal fator possui um impacto tamanho sobre a cultura organizacional, uma vez que esta também pode ser influenciada pela cultura da informação, onde o computador e as redes de computadores, bem como a tecnologia em dispositivos móveis, passam a permear todo o ambiente organizacional, possibilitando a mobilidade, agilidade e atuação na troca de informações.

Laudon e Jane (2004) explicam que estas informações precisam ser transmitidas cada vez com maior rapidez e precisão, já que são grandes responsáveis por auxiliar durante os processos de tomada de decisão, podendo também colaborar de maneira direta sobre os resultados alcançados pela organização.

Rossini (2006) também explica que, a fim de compreender qual é o papel do administrador de sistemas de informações, é preciso manter em mente dois conceitos centrais, o primeiro é o de administrador, como um todo, e o segundo é o de sistemas de informações, de maneira geral.

O autor explica que o administrador, em oposição ao operador, seja qual nível hierárquico ocupar dentro da organização, se ausenta de atividades de operação, tem sim como função a liderança e coordenação dos colaboradores responsáveis por operar, visando assim direcionar os esforços deste grupo no intuito de atingir uma mesma finalidade.

Laudon e Laudon (1996) acreditam que, ao tratar da administração ou do administrador é preciso lembrar sempre que o administrador lida diretamente com as pessoas da organização, induzindo-as a produzir.

O autor complementa ainda que os sistemas de informação não possuem um único conceito aceito e é difundido universalmente.

Rossini (2006) explica que os sistemas de informação podem se verter de duas maneiras igualmente estratégicas no ambiente organizacional: a primeira é quando são destinados no sentido de oferecer subsídio para tomadas de decisão administrativas; o segundo quando atuam no auxílio para as tomadas de decisão operacionais, isto é, quando suportam as ações que são executadas diretamente pelos operadores da empresa.

Assim, o autor complementa dizendo que, compreendendo que a principal atribuição de um administrador é liderar a fim de direcionar sua equipe para a operação de ações que culminarão na mesma finalidade, e que esta, por sua vez consiste em assegurar que a circulação de informações alcance a excelência, visando assim à sobrevivência da empresa.

Laudon e Jane (2004) constata então que a administração de sistemas de informação trata-se de uma ação de cunho administrativo que passa a se doutrinar por um escopo mais amplo, que se encontra por sua vez, inserido no planejamento estratégico da informação.

O documento suprarreferido se configura como um plano a fim de traçar metas de sobrevivência organizacional, que demanda que a informação seja plena, ou seja, que se apresente de maneira precisa, em tempo certo, lugar certo e no formato certo. O dito planejamento então será o resultado de um desdobramento no sentido de alcançar o objetivo de sobrevivência.

Rossini (2006) explica que, para que o plano seja colocado em ação e atinja suas metas, devem ser empreendidos uma série de meios e causas que o permeiam, formando então o sistema de informação, que resultará na excelência da informação que a empresa deseja.

O papel então do administrador da informação é justamente o de gerenciar todas as causas que colaboram para que a finalidade seja atingida. Assim, cabe também a este profissional o desafio de compreender quais informações precisam circular no sistema, além do mecanismo que deve ser empreendido no sentido de fazê-las fluir e articular umas com as outras. Em conclusão, o papel do administrador dos sistemas de informação é elevar a eficácia das ações gerenciais (ROSSINI, 2006; LAUDON; JANE, 2004).

Marchand (1997) explica que cada empresa possui então uma cultura, sendo que, a da informação é crucial no sentido de modificar aspectos organizacionais que demonstram necessidades de melhorias a fim de se desvencilhar de ameaças do ambiente interno ou externo, ou ainda na tentativa de encontrar oportunidades nestes mesmos ambientes.

O autor determina que a cultura da informação será então o conjunto de ações, valores e comportamentos que a empresa apresentará e que terão potencial de impactar o comportamento das pessoas da organização, bem como suas maneiras de aprender, avaliar, colher, organizar, processar, comunicar e utilizar a informação.

Deste modo, a cultura da informação trata de como os recursos humanos da organização lidará com as informações que recebe, bem como o peso e a relevância que darão a esta informação. O autor ainda lembra que a cultura da informação não trata somente de uma vertente da cultura organizacional, mas sim corresponde a um grupo específico que compõe esta cultura.

Laudon e Jane (2004) complementam dizendo que a ausência de uma cultura da informação bem estruturada, integrada à ausência de uma visão única sobre a importância que a informação possui para a empresa, tendem a oferecer dificuldades para que esta organização encontre um meio eficaz no modo como seus colaboradores recebem, organizam, processam e realizam todas as demais etapas da informação.

E concluem dizendo que, quando uma organização possui problemas em sua área de informação, demonstra que não existe uma efetividade e tampouco capacidade de lidar com esta, o que pode culminar em dúvidas e ineficácia no modo de obter os resultados que podem ser abarcados através da utilização adequada da informação.

De acordo com Sashkin e Kiser (1994) uma gestão eficiente deve ter como base a teoria da qualidade total, onde se vale de instrumentos técnicos, foco no cliente e cultura organizacional. Os autores também acreditam que existem alguns elementos básicos para seguir a doutrina desta cultura, sendo estes: informações no sentido de otimizar processos; autoridade em igual medida à responsabilidade; resultados recompensados; cooperação; estabilidade para os colaboradores; justiça; remuneração adequada; e, participação dos colaboradores no capital.

Em suma, os autores querem dizer que a primeira regra da cultura da informação é utilizar as informações com a finalidade de otimizar processos, ao invés de utilizá-las a fim de manter julgamentos e controle sobre as pessoas da organização.

Rossini (2006) expõe que outra questão decorrente sobre cultura da informação é se existem diversos tipos da mesma, ao passo que responde com a afirmativa de que, cada empresa deve possuir uma cultura da informação que se adeque a seu perfil, o que pode ser determinado por conta de dois principais fatores: nível de incertezas sobre as informações vindas do mercado; e, nível de complexidade das informações sobre produtos e processos.

Costa (2001) por sua vez, acredita que para determinar a cultura da informação mais adequada para cada empresa, basta encontrar as respostas para duas questões simples: O nível de incerteza de informações sobre o mercado é elevado ou baixo? O nível de complexidade da informação sobre produtos e processos é elevado ou baixo?



Quando se responde tais questões, será possível determinar qual é a cultura da informação que melhor se adequa ao perfil da organização, ao passo que será possível, por meio dela, assegurar sua sobrevivência. Assim, a cultura mais adequada, na concepção de Costa (2001), consiste no modo como as pessoas da organização irão avaliar, colher, organizar, processar, comunicar e utilizar as informações que recebem da maneira mais alinhada com as estratégias da empresa, de acordo com suas metas.

Sashkin e Kiser (1994) finalizam dizendo que um dos aspectos vitais para o estabelecimento de uma cultura organizacional é justamente a relação com a informação, os autores acreditam que estas devem ser utilizadas no sentido de otimizar as operações da empresa e não para utilizar como meio de julgamento e controle sobre as pessoas. Este aspecto é importante e deve ser encarado como a primeira regra desta cultura da informação.

Ulrich (2000) explica que uma das aplicações que vem sendo atribuídas ao TI é a possibilidade de informatizar todos os processos que envolvem os mais diversos setores organizacionais, desde a gestão de pessoas até a gestão financeira, de modo que os sistemas são geralmente reconhecidos como uma das mudanças mais significativas os serviços do setor dentro dos últimos anos. No departamento de gestão de pessoas, por exemplo, Teuke (2001) explica a utilização do RH auto atendimento, que tem como finalidade criar uma zona de interação que visa integrar os líderes das organizações. Formado por três zonas, a primeira trata de conectar o funcionário à organização, onde terá acesso aos serviços básicos relacionados à documentação.

A zona seguinte, como o autor define, trata de conectar os funcionários com os outros, de modo que a democratização, conhecimento e a socialização entre estes fiquem facilitada e permeie o ambiente organizacional. Então, formam-se os instrumentos de conhecimento da administração de pessoas.

A terceira zona, como afirma Teuke (2001) liga os funcionários às suas tarefas profissionais, de modo que as ferramentas, informações e aplicações para a realização de cada tarefa ficam disponíveis nesta zona. O autor ainda determina que pode existir uma quarta zona, com a finalidade de ligar o funcionário à sua vida externa e assim, algumas empresas podem possibilitar que o funcionário se comunique e organize tarefas que estão fora de sua alçada profissional.

De acordo com Marcucci (2002) para compreender as contribuições do TI na gestão de empresas, é preciso partir da premissa de que existe todo um cenário de competitividade para que as empresas criem valor, bem como a postura da gestão empresarial e assim, a tecnologia da informação neste contexto pode ser abordada por meio de três visões:

- Ganho de eficácia operacional;
- Redução de custos;
- Aquisição, tratamento e difusão de conhecimento.

Marcucci (2002) explica então que estes elementos podem ser traduzidos em dimensões que são capazes de impactar os processos de gestão. O autor prossegue dizendo que algumas experiências demonstram que estes elementos podem afetar positiva e negativamente, dependendo do alinhamento das soluções de TI que são adotadas para as ferramentas gerenciais e os recursos que a empresa possui.

Estes fatores acabam doutrinando o processo de produção das empresas e, de certo modo, culminam em outros quatro aspectos que podem caracterizar o cenário descrito:

- Sistemas de gestão de pessoas;
- Tecnologia da informação;
- Pessoal e cultura organizacional;
- Ambiente de competitividade.

O autor ainda explica, por meio da figura a seguir, que é possível verificar o contexto onde a TI se insere em uma organização:

**FIGURA 4:** Cenário de implantação das soluções de TI



**FONTE:** Marcucci, 2002.

O autor ainda explica que o TI para a gestão de empresas passa por evoluções contínuas e, por conta disto precisa manter conhecimento sobre as novidades existentes e as tendências deste setor. Assim, a tecnologia da informação por certo não pode ser considerada uma solução definitiva para toda a gestão da empresa, contudo, pode ser encarada como uma alternativa importante e que necessita de uma dedicação tamanha, bem como de investimento e de tempo. (MARCUCCI, 2002).

O autor complementa que a demanda por estes investimentos se faz necessária, porque os resultados que originam das soluções oferecidas pelo TI consistem na maior parte, de fatores somados que formam em conjunto uma ótica de soluções empresariais que se deseja implantar na organização, assim como o êxito do processo também dependerá da disposição de investimento que a empresa demonstrar.

Marcucci (2002) explica também que uma máxima empregada entre os profissionais da área, que mantém uma fórmula comum de apresentação para os empresários interessados nos serviços de TI, que consiste em: Tecnologia nova + empresa antiga = empresa antiga mais cara.

Através desta ótica é possível notar que, quando se trata da implantação de sistemas com o objetivo de reduzir os custos e otimizar o desempenho operacional na gestão de empresas, pode-se partir do princípio de que, primeiramente deve-se compreender a existência de novas tecnologias como ferramentas

transformadoras do ambiente organizacional. (MARCUCCI, 2002).

O autor ainda acredita que, em vista desta noção, é possível desmembrar o processo de implantação do sistema em duas partes:

A primeira trata-se da delimitação e elaboração do plano de negócio – aqui trata-se do business case, onde a finalidade principal doutrina-se por duas questões primárias: por que investir em TI? Qual é a relação com a gestão de pessoas?

Assim, Marcucci (2002) explica que para a elaboração do plano de negócios é preciso, antes de mais nada, que se mantenham claros os seguintes aspectos:

- Os objetivos e a estratégia da empresa;
- Os objetivos e as estratégias da gestão de pessoas da empresa;
- A gestão organizacional e a educação corporativa;
- O modelo do gerenciamento de pessoas adotado;
- Avaliação do cenário global da empresa para a implantação da tecnologia da informação;
- Calcular investimentos e retornos esperados.

O segundo ponto que o autor expõe é a transformação da função de gestão de pessoas e da empresa – isto para que seja possível fazer a delimitação de um modelo gerencial a ser adotado para a gestão de pessoas dentro do plano de negócios. É preciso que se tenha compreensão dos aspectos:

- Quais são os produtos e os serviços que necessitam ser entregues e para quem será feita a entrega;
- Quais os processos e os projetos que serão necessários para que isto ocorra;
- Como se deve organizar os processos e as pessoas de maneira adequada para tal;
- Qual a tecnologia envolvida e qual seria uma opção tecnológica interessante para substituir a atual; e,
- Qual é o perfil das pessoas envolvidas que serão responsáveis por esta modificação.

Marcucci (2002) explica então que a tecnologia figura sempre no âmbito empresarial como um instrumento importante, até mesmo fundamental em alguns casos, além de ser também um facilitador de processos bastante interessante para mediar o relacionamento entre organização e colaboradores.

O autor aponta ainda que outro fator positivo da implementação do TI na gestão de pessoas consiste no exercício dos recursos humanos, com relação à avaliação de alterações nos fluxos de trabalho, nas responsabilidades de cargos por conta de promoções, durante o processo que engloba a implantação tecnológica, etc. Tanto que o autor confirma que especialistas na área podem ainda envolver-se em programas empresariais que se destinam à capacitação de colaboradores, como a educação corporativa, que vem sendo implantada em muitas empresas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das pesquisas realizadas com o objetivo de compor o presente trabalho, foi possível compreender que a educação profissional na contemporaneidade é um elemento de extrema importância para agregar valores e competências à trajetória de um trabalhador, além de se tornar cada vez mais uma demanda urgente do mercado de trabalho.

Levando em consideração ainda o cenário de uma sociedade cujos pais e mães de família não tem possibilidade de dedicar-se tão somente aos estudos para que somente depois se dediquem à busca de trabalho, surge uma modalidade de educação que veio contribuir com esta realidade: os cursos de graduação, pós-graduação e profissionalizantes de EaD, que se encontram com as necessidades destes novos profissionais em busca de capacitação, sem tomar-lhes todo o tempo de aulas presenciais.

A falta de profissionais qualificados para ocupar cargos em empresas leva à necessidade do mercado de

trabalho por capacitação, fazendo com que muitas organizações passem então a enxergar no ensino superior uma oportunidade de negócio rentável. Este fator, por sua vez, culminou em uma infinidade de institutos e faculdades que oferecem cursos superiores de especialização, graduação ou mesmo de ensino profissional na modalidade à distância.

É preciso pensar que a educação é um elemento importante para o crescimento profissional do indivíduo, bem como sua busca de objetivos passa a ser alcançada por meio do desenvolvimento que teria de ser uma meta no decorrer do curso de qualificação, preparando de fato este profissional para as situações técnicas, lógicas e críticas de seu cotidiano profissional.

Neste sentido, com vistas à otimização de seus processos administrativos, muitas empresas tomam a responsabilidade da capacitação de seus colaboradores para si e empreendem a educação corporativa, por meio de universidades corporativas que direcionam o ensino justamente para os métodos da empresa em questão. Para além, nota-se ainda que a formação em administração de empresas, tanto em nível técnico quanto superior, tendem a fomentar no indivíduo uma consciência geral que pode ser útil para sua atuação e inserção no mercado de trabalho, contribuindo para o fomento de um pensamento lógico, crítico e analítico de situações cotidianas que determinarão sua excelência ou fracasso como profissional.

A questão, porém, que se torna evidente dentro desta trajetória sobre a educação profissional/superior, paira sobre a questão da comercialização da educação, um negócio que passou a se atribuir de um caráter que pode até mesmo desvirtuar sua finalidade social, cultural e fomento de conhecimento.

Para que a educação em administração de empresas e todas as demais áreas do ensino superior cumpram seu papel de formar profissionais competentes, conscientes, capazes de suprir as demandas das empresas de maneira plena, com

resultados e gerar competitividade, primeiramente seria necessário reformular todo o processo da educação no Brasil. Partindo de conteúdos, formação de professores, infraestrutura escolar, desde o ensino infantil até graduações, pós-graduações, mestrados e doutorados.

Cabe neste ponto as ideias que Paulo Freire trabalhou em praticamente todas as suas obras, consideradas um cânone pedagógico contemporâneo, a ideia da educação para a libertação do ser humano, a pedagogia da autonomia, fomentar conhecimento para criar cidadãos conscientes, presentes, responsáveis, capazes, não somente no simples fator de comercializar e transferir conteúdos pré-concebidos, mas trocar experiências, valorizar vivências, problematizar o ensino para criar nos indivíduos o desafio de sua resolução.

Enquanto a educação brasileira não se permear destes ideais em todos os seus níveis de ensino, o EaD, que surge como um advento facilitador do fomento de conhecimento, bem como o ensino de maneira geral, não podem ser considerados cumprindo suas finalidades concretas e reais. Falta consciência da sociedade, do governo, do cada um para o todo, afinal educação é uma responsabilidade social, um direito, um dever de todos, para todos os níveis de ensino.

Conclui-se então que tanto o objetivo geral quanto os específicos foram alcançados. Deu-se o primeiro passo em direção a um campo de estudos que ainda possui inúmeras oportunidades de abordagem e aprofundamentos. Além do conhecimento, fomentou-se ainda um estímulo pelo aprofundamento do tema que pode ocorrer em estudos posteriores, talvez com uma nova abordagem de linha de pesquisa que possibilite resultados mais concretos e específicos, servindo como um instrumento ainda mais concreto de contribuição acadêmica.

## REFERÊNCIAS

ALBERTIN, A. Comércio eletrônico: benefícios e aspectos de sua aplicação. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, Volume 38, n.1, p. 52-63, Jan./Mar. 1998.

ALMEIDA, D. O mediador da escola. NOVA ESCOLA. Editora Abril. Ano XXIV. Nº220. Março de 2009. Ministério da Educação FNDE.

ARAÚJO, I. L. Introdução à filosofia da ciência. Curitiba: Editora da UFPR, 1993. BARTHES, Roland. Aula. Trad. de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978.

BELLONI, M. L. Educação a Distância. Campinas: Autores Associados, 2001. BOOG, G.G. Manual de treinamento e desenvolvimento. São Paulo: MakronBooks, 2001.

BORINELLI, Márcio Luiz. A identificação do ciclo de vida das pequenas empresas através das demonstrações contábeis. 1998. 167 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BLOIS, M.; MELCA, F. Educação corporativa: novas tecnologias na gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Edições Consultor, 2005.

CANDIDO, A. A formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 4. ed. São Paulo: Martins, 1971.

CARNEIRO, J. L. et al. WatchMeAndLearn: Um Portal Colaborativo para Suporte a Educação Através de Vídeos Criados em Tempo Real. In: Anais do Workshop de Informática na Escola. p. 1401-1404. 2010.

CARVALHO, M. de L. R. da S. A função do orientador educacional. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CEZAR, K. M. M.; RIBAS, J. R. Educação a distância nas universidades corporativas. XIII Simpósio de Engenharia de Produção, Bauru/SP, 2006. Disponível em: <[http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais\\_13/artigos/769.pdf](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/769.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2014.

CHERMANN, M.; BONINI, L. M. Educação a Distância: Novas Tecnologias em Ambientes de Aprendizagem pela Internet. São Paulo: Universidade Braz Cubas, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CONCEIÇÃO, L. F. Coordenação Pedagógica: princípios e ações em formação de professores e formação do estudante. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CONTE, A. C. C.; SCHNEIDER, E. J. Educação Corporativa: Empresa, lugar de trabalhar e crescer. Instituto Catarinense de Pós-Graduação, s/d. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-04.pdf>>. Acesso em: mai. 2015. COSTA, Manuel Antônio Meireles da. Sistemas de Informação: quesitos de excelência dos sistemas de informações operativos e estratégicos. V. 1.



Série: Indicadores Gerenciais. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

COSTA, A. C. A. da. Educação corporativa: um avanço na gestão integrada do desenvolvimento humano. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

DRUCKER, P. F. O Melhor de Peter Drucker: o homem, a administração e a sociedade. São Paulo: Ed. Nobel, 2001.

DUART, J. M., LUPIAÑEZ, F. Procesos Institucionales de Gestión de la Calidad del E-learning en Instituciones Educativas Universitarias. España, 2003. EBOLI, M. Educação corporativa como vantagem competitiva. Artigo publicado em 2000. Disponível em: <<http://www.hsm.com.br/artigos/educacao-corporativa-como-vantagem-competitiva>>. Acesso em: 15 dez 2014.

FARB, D. e GEE, D. Link to Learn: E-learning Initiatives, Enhanced by Traditional Classroom Tools, Can Help Your ROI Make the Grade. *Managed Healthcare Executive*, v. 15, p. 38, March, 2005.

FIGLIARESE, R. Metodologia da pesquisa: como planejar, executar e escrever um trabalho científico. João Pessoa: EDU, 2003.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 45ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. GADOTTI, M. História das ideias pedagógicas. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1999. GARCIA, Jaiter Ribeiro. Relato de Experiências em Educação à Distância do SENAC de São Paulo. Palestra Proferida na IV Jornada Catarinense de Tecnologia Educacional, Florianópolis-SC, 12 set. 2002. GIL, A. L. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. HUSSERL, E. A Ideia da Fenomenologia. Tradução: MORÃO, A. Lisboa: Edições 70, 1990.

ILHA, F.R. da S.; KRUG, H. N. O significado da educação escolar para professores de educação física em diferentes redes de ensino. Artigo publicado em 2009. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/redesdeensino.asp>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

KRAEMER, M. E. P. Universidade corporativa como alavanca da vantagem competitiva. Artigo publicado em 2004. Disponível em: [http://www.degerencia.com/articulo/universidade\\_corporativa\\_como\\_alavanca\\_da\\_vantagem\\_competitiva](http://www.degerencia.com/articulo/universidade_corporativa_como_alavanca_da_vantagem_competitiva)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

LAJOLO, Marisa. O que é literatura. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos).

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAUDON, K. C. S.; LAUDON, J. P. Management of information systems: a contemporary perspective. [S.l.]: MacMillan, 1996.

LAUDON, K. C. S.; JANE, P. Sistemas de informações gerenciais: administrando a empresa digital. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LE BOTERF, G. Desenvolvendo a Competência dos Profissionais. Porto Alegre: Artmed, Bookman, 2003.

LEIFHEIT, M.; NASCIMENTO, L. Análise de um curso a distância que utilizou uma nova ferramenta de courseware chamada moodle. Monografia (Graduação) Cinted, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? São Paulo: Cortez, 2003.

MARION, K. Educação corporativa. Artigo publicado em 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informese/artigos/educacao-corporativa/51529/>>. Acesso em: 15 dez 2014.

MARTINS, H. G. Estudos da Trajetória das Universidades Brasileiras. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ COPPE, 2004.

MARRAS, Jean Pierre. Administração da remuneração: remuneração tradicional e estratégica: elementos de estatística aplicada: normas legais: benefícios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MAYRING, Philipp. Qualitative Content Analysis. In: FLICK, Uwe; VON KARDOFF, Ernst; STEINKE, Ines (Ed.). A companion to qualitative research. Sage, 2004.

MEISTER, J. C. Educação Corporativa. São Paulo: Makron Books, 1999. MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a distância: uma visão integrada. Tradução Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007. Título original: Distance education: a systems view.

MOREIRA, D. A. O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MACUCCI, José Valério; MATIAS, Antonio J. et al. Manual de Gestão de pessoas e equipes: estratégias e tendências, vol. 1. São Paulo: Editora Gente, 2002.

MARCHAND, D. A. A cultura da informação de cada empresa. *Mastering Management* n.10, *Gazeta Mercantil*, 30.out. 1997, p.6-9

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisa em administração*. FEA-USP. São Paulo, v. 1. n. 3. 2ª sem, 1996.

NISKIER, A. Educação a distância: a tecnologia da esperança. São Paulo: Loyola, 1999.

OLIVEIRA, S. L. de. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PACIEVITCH, Thais. Tecnologia da Informação e Comunicação. 2009. Disponível em: <[www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-ecomunicacao](http://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-ecomunicacao)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: ARTMED Editora, 1999.

PILETTI, N. Estrutura e funcionamento do ensino fundamental. São Paulo: Ática, 2004.

ROSSINI, A. M. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ROGLIO, K. D. Aprendizagem em equipe: Um Estudo de Caso na Implementação do Aperfeiçoamento de Processos in Anais da XXXVII Assembleia do Conselho Latino Americano de escolas de Administração CLADEA. Porto Alegre: UFRGS, área temática comportamento organizacional art. 709 p.278, CD-ROM, 8pp, 2002.

ROSENBERG, M. J. E-Learning: Estratégias para a Transmissão do Conhecimento na Era Digital. São Paulo: Pearson, 2002.

RUAS, R. Desenvolvimento de competências gerenciais e a contribuição da aprendizagem organizacional. In: FLEURY, M. T. e OLIVEIRA Jr. M. (org). Gestão Estratégica do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2001.

SENGE, P. A quinta disciplina: Arte e Prática da Organização que aprende. São Paulo: Best Seller, 1990.

SENGE, P. A quinta disciplina. São Paulo: Ed. Best Seller, 1998.

## A DIFERENÇA ENTRE REUNIÃO DE GRUPO E FOCUS GROUP E SUA CONTRIBUIÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

### THE DIFFERENCE BETWEEN GROUP MEETING AND FOCUS GROUP AND THEIR CONTRIBUTION IN COLLEGE EDUCATION

Danielle Magalhães de Souza <sup>1</sup>  
Fernanda Malta Leite Nascimento <sup>2</sup>  
Karla Juliana de Souza Coelho <sup>3</sup>  
Thiago Malta Leite Nascimento <sup>4</sup>  
Wilson Rodrigues de Sousa Junior <sup>5</sup>

#### RESUMO

A técnica de investigação qualitativa chamada de Focus Group tem sido muitas vezes utilizada de maneira inadequada e incorreta, se parecendo mais com a técnica de entrevista em grupo, pois para utilizá-lo como uma técnica de coleta de dados, deve-se seguir uma série de parâmetros preestabelecidos e possuir as características necessárias, como será elucidado nesse artigo. Serão analisados também os artigos encontrados nos EnANPAD'S de 2005, 2006 e 2007 que para verificar se houve indícios sobre a realização correta desta técnica. Percebeu-se que em todos os artigos encontrados, foi apenas utilizado como uma técnica complementar de coleta de dados, sempre associada a outro método. Os autores que utilizaram o Grupo Focal como técnica, estão deixando de citar ou talvez de realizar alguns procedimentos importantes na caracterização desta metodologia.

A técnica do Focus Group pode contribuir para o planejamento e gestão da docência do ensino superior, pois em uma instituição de ensino superior pode proporcionar a integração das disciplinas, unificando o aprendizado e conhecimento dos alunos e também constante aperfeiçoamento dos professores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Grupo Focal. Focus Group. Coleta de Dados. Método.

#### ABSTRACT

The qualitative research technique called Focus Groups, has often been used improperly, because it feels like a group interview, instead a data collection. The literature says that if the Focus Group is going to be used as a data collection technique, then it should follow a collection of well defined parameters and it should have specific characteristics, as will be elucidated in this paper. The EnANPAD'S of 2005, 2006 and 2007 will also be analyzed to verify if there was any indication about the correct implementation of the methodology. It was noticed that in all articles found, the Focus Group was used as a complementary technique of data collection, always associated with another method. The authors failed using important procedures in the characterization of this technique.<sup>1</sup>

The Focus Group method contributes with college teaching, providing integration of disciplines, unifying learning and knowledge for the students and also constant faculty's improvement.

**KEYWORDS:** Focus Group. Data Collect. Method.

<sup>1</sup> Especialista em Gestão de Negócios e Docência. Graduada em Engenharia de Produção. **E-MAIL:** dani\_2109@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduada em Nutrição. **E-MAIL:** nandamln@hotmail.com

<sup>3</sup> Especialista em Docência. Graduada em Arquitetura e Urbanismo. **E-MAIL:** karla.coelho@terra.com.br

<sup>4</sup> Mestre em Gestão. Especialista em Gestão de Pessoas e Docência do Ensino Superior. Graduado em Administração. **E-MAIL:** thiagomalta@doctum.edu.br

<sup>5</sup> Graduação e mestrado em administração. **E-MAIL:** wjunior@salesiano.br

## INTRODUÇÃO

Os autores KRUEGER and CASEY, definem grupo de foco como um tipo especial de grupo em termos de objetivo, tamanho (mínimo seis e máximo doze pessoas), composição e procedimentos. Para os autores, o propósito do grupo de foco é ouvir e obter informação, além de ser uma maneira bastante assertiva de conhecer melhor como as pessoas se sentem e pensam em relação a um assunto, produto ou serviço, quando não se tem muitas informações como base.

A literatura coloca o Grupo de Foco como uma discussão conduzida por um moderador, que tem por objetivo revelar experiências, sentimentos, percepções, preferências das pessoas sobre um assunto ou produto. É um tipo especial de grupo em termos de objetivo, tamanho, composição e procedimentos. Pessoas reunidas e agrupadas que possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizada.

Ao utilizar esta técnica o entrevistador se torna um moderador que apresenta a questão ao grupo, e este procede a discussão, interagindo, podendo fazer outras perguntas uns aos outros sobre o que ouviram, e podem também reagir, ou complementar às colocações dos participantes. Os atributos do moderador são: promover a participação de todos, e evitar a dispersão dos objetivos da discussão, assim como a monopolização de alguns participantes sobre outros, deve ser treinado, de uma forma não estruturada, e natural, com um pequeno grupo de entrevistados. (MALHOTRA, 2006).

A entrevista em grupo se caracteriza pela presença de várias pessoas, escolhidas utilizando poucos critérios, em uma sala simples, fazendo perguntas acerca de um assunto específico para o grupo, sem que esta indagação seja feita para uma pessoa de cada vez, a reunião deve render mais do que apenas perguntas e respostas e deverá ter aproximadamente duas horas de duração.

Já no *Focus Group*, o claro propósito do estudo que vai determinar a população alvo a ser considerada para se contatar os participantes.

Independentemente da técnica de coleta de dados ou metodologia, o claro propósito do estudo é importante, mas neste caso, se o objetivo do estudo não estiver claramente definido, pode levar a uma escolha errada de participantes, e desta maneira fugir ao objetivo da discussão. Os integrantes deverão ser selecionados por terem certas características em comum, que os relaciona ao assunto que se deseja avaliar, devem conviver com o tema a ser discutido e ter conhecimento dos fatores que afetam os dados mais pertinentes. O grupo deve ser homogêneo e também compatíveis, pois homogeneidade é diferente de compatibilidade, um grupo pode ser homogêneo em relação ao gênero e idade (homens entre vinte e vinte e cinco anos, por exemplo) e ao mesmo tempo seus integrantes serem incompatíveis, devido, por exemplo, à opção sexual de cada um. Assim se colocarmos esse grupo para discutir a respeito de um tema que envolva questões de sexo ou gênero, a falta de consistência do grupo poderá mascarar as conclusões da equipe de pesquisa, saindo do foco e conseqüentemente não alcançando o objetivo da pesquisa. Quanto melhor a seleção do grupo, melhor a qualidade da discussão.

Com isso claro objetivo da pesquisa é o que vai colaborar nas categorias que o pesquisador vai definir para tornar o grupo homogêneo. Dentro de um grupo, o pesquisador pode encontrar várias categorias, como: gênero, idade, profissão, partido político, pacifistas, racistas, usuários de drogas e etc. e dentro dessas categorias, tipos físicos, estilos de vida, etc., o pesquisador vai separar as pessoas em grupos de acordo com o foco do estudo. Segue abaixo um exemplo:

Um pesquisador deseja verificar a satisfação dos dentistas com relação ao trabalho e tempo com a família, logo a primeira categoria a selecionar são os profissionais de odontologia. Em seguida, ele deverá avaliar se a categoria gênero é relevante para os resultados do

estudo, caso entenda que há discrepâncias na opinião, interesses ou outros sentimentos do gênero masculino em relação ao gênero feminino. Caso entenda que é significativo, os grupos terão que ser formados por dentistas do mesmo gênero. Outra possível avaliação é o estado civil, avaliar se a discussão pode ser afetada devido ao conflito das opiniões entre solteiros e casados, divorciados, etc. Caso novamente entenda que é significativo, os grupos deverão ser compostos por dentistas, do mesmo gênero e com o mesmo estado civil e assim por diante.

Seguindo esse raciocínio o pesquisador pode ir separando grupos homogêneos e os mais compatíveis dentro do possível. A similaridade dos membros do grupo evita interações e conflitos a propósito de questões secundárias. Além disso, os participantes devem ser cuidadosamente selecionados a fim de preencher as especificações a seguir. Eles devem ter tido uma experiência adequada com o objeto ou problema em discussão. Não devem ser incluídas pessoas que já tenham participado de vários grupos focais (MALHOTRA, 2006).

Com os grupos selecionados corretamente, segundo KRUEGER and CASEY, o pesquisador deverá fazer em torno de três ou quatro reuniões, até a saturação do tema e de acordo com seu tempo e recursos. Podendo depois cruzar e/ou comparar os dados obtidos, o número de pessoas em cada grupo deve ser entre seis e oito integrantes.

Os autores colocam de uma maneira simples que, a partir do propósito do estudo e se guiando por ele, o pesquisador deve se perguntar: “Quais as características que se deve buscar para compor o grupo?”; “Que tipo de pessoas podem fornecer as informações almejadas?”.

A intenção dos grupos de foco não é fazer inferências e sim entender, não é generalizar e sim determinar um leque de abrangência, nem estabelecer leis sobre uma população, mas fornecer visões de

como as pessoas em grupo percebem uma situação. Ouvir como as pessoas trocam e comparam seus diferentes pontos de vista fornece um substrato de informação não apenas sobre o que pensam, mas sobre as razões que conduzem esse pensamento. (KRUEGER and CASEY, 2000, p. 24).

Algumas vezes o *Focus Group* é citado como uma técnica de baixo custo, mas deve-se levar em consideração que este custo pode se tornar bastante elevado dependendo da quantidade de reuniões e grupos que deverão ser realizados vai depender do seu claro objetivo da pesquisa e da saturação das informações obtidas em cada reunião, e, além disso, a sala para realização da pesquisa deve ser especialmente preparada, com lanches e bebidas, de fácil acesso aos participantes, dentre outros itens tais como:

- Espelho unidirecional, com uma mesa retangular ou oval que permita dispor aproximadamente dez cadeiras;
- Microfones para gravação;
- Câmera de vídeo com tripé, a serem alocados atrás do espelho unidirecional;
- Sala anexa à especial com entrada independente e equipada com aparelho de TV que permita à equipe de pesquisadores e assistentes acompanhar a gravação do grupo;
- Um profissional habilitado para coordenar os grupos.

Além destes, existem outros custos indiretos: aluguel de uma sala, transportes, deslocamento, alimentação e possível hospedagem dos integrantes do grupo e entrevistador, entre outros.

É possível citar outro ponto forte desta técnica, o fato de ser um grupo fácil de conduzir e isto pode ser facilmente confirmado se o pesquisador fizer uma seleção bastante criteriosa do grupo e do moderador (que poderá ser ele mesmo ou contratado), em função do objetivo que ele quer atingir.

KRUEGER e CASEY afirmam que, torna-se importante oferecer alguma outra atividade para que



enriquecer a pesquisa, dentre essas atividades, os autores destacam:

- **Elaborar lista:** A partir de uma solicitação do moderador, os participantes são encorajados a elaborar listas individuais a serem compartilhadas com o grupo. A lista permite identificar itens repetidos.
- **Categorizar itens:** De posse de uma escala de avaliação, os participantes preenchem as fichas para os quesitos apresentados, categorizando-os, por exemplo, como excelente, bom, fraco, ruim. Também os resultados da categorização devem ser discutidos em grupo.
- **Escolher entre idéias:** Nesta dinâmica são oferecidas aos participantes algumas alternativas. Após falar sobre cada uma delas, pede-se que se discuta sobre o que lhes agrada e o que não lhes agrada em cada uma das alternativas e escolham a de que mais gostam.
- **Escolha de imagens:** Imagens podem ser úteis para entender alguns assuntos, ao invés de palavras. Por isso, pode-se conduzir uma discussão por meio da exposição de algumas imagens retiradas de revistas representando diferentes situações e diferentes tipos de pessoas. O moderador solicita que os participantes busquem dentre as imagens as mais adequadas às características em questão.
- **Desenhar:** Cada participante recebe uma folha de papel, lápis, marcadores e canetas. São orientados a desenhar algo que representem alguns comportamentos ou atitudes.
- **Usar a imaginação:** Pode-se solicitar aos participantes que imaginem ou sonhem sobre como as coisas poderiam ser diferentes. Esse tipo de abordagem traz bons resultados, pois é algo com que os participantes não contavam que fosse acontecer.
- **Desenvolver uma campanha:** Após sensibilizar o grupo sobre o que é uma campanha, parte-se para as etapas de desenvolvimento dos elementos: slogan, faixas, cartazes, etc. essa abordagem é bem eficiente com jovens, pois exige que sejam ativos e mostrem sua

capacidade. Com adultos pode funcionar ao tratar de temas sociais, por exemplo.

- **Fazer algo antes do grupo de foco:** Algumas vezes é necessário que os participantes realizem alguma tarefa antes do grupo de foco. A tarefa pode ser visitar algum lugar, rever material, registrar atividades realizadas, visitar um website, etc.

O quadro abaixo ilustra e resume as principais características da técnica *Focus Group*:

**QUADRO 1:** Principais Características da Técnica *Focus Group*:

|                              |  |
|------------------------------|--|
| <b>Tamanho do grupo</b>      | 6 a 12 pessoas   |
| <b>Composição do grupo</b>   | Homogênea; Compatível; Entrevistados pré-selecionados                                      |
| <b>Contexto físico</b>       | Sala especial  |
| <b>Duração</b>               | 1 a 3 horas  |
| <b>Gravação / registro</b>   | Áudio e Vídeo  |
| <b>Quantidade de sessões</b> | Até a saturação do tema, ou de acordo com os recursos do pesquisador.                      |
| <b>Moderador</b>             | Ótima capacidade de liderança, observação, comunicação e promover a participação de todos. |

**FONTE:** KRUEGER and CASEY (2000)

Abaixo destacamos de forma sintetizada as principais diferenças entre a Entrevista em Grupo e o *Focus Group*:

**QUADRO 2:** Principais Diferenças entre Entrevista em Grupo e *Focus Group*:

| <b>ENTREVISTA EM GRUPO</b>                               | <b>FOCUS GROUP</b>   |
|--|--|
| Seleção dos integrantes do grupo usando poucos critérios | Recrutamento dos integrantes do grupo usando critérios bem definidos |
| Grupos podem ser heterogêneos                            | Grupos homogêneos e consistentes                                     |
| Entrevistador  | Moderador; Observador  |
| Espera uma resposta coletiva do grupo                    | Promove a Discussão do grupo procurando entender como as             |

|                       |  |
|-----------------------|--|
|                       | peças do grupo percebem uma situação       |
| Sala ou local simples | Sala especial com câmeras, vidro espelhado |

**FONTE:** KRUEGER and CASEY (2000)

## **FOCUS GROUP E SUA CONTRIBUIÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Diante da caracterização e diferença entre o ambiente de Grupo e o Grupo Focal, é possível perceber a contribuição que este pode proporcionar ao ensino superior, mais especificamente aos educadores, influenciando no planejamento e preparação das aulas, bem como nos objetivos e metodologia utilizadas no processo de aprendizagem.

As reuniões frequentes, em grupo, ocorridas nas instituições de ensino superior, podem ser mais eficazes se aplicadas técnicas do Focus Group, ou seja, tendo um moderador, responsável pela condução e orientação do processo/reunião, que pode ser exercido pelo coordenador de curso, utilizando um grupo homogêneo, que pode debater temas e assuntos que permitam, por exemplo, a integralização das disciplinas, permitindo ainda, se possível, unificação de disciplinas, ampliando a relevância do assunto e interesse dos alunos. Com isso é possível ofertar de maneira mais adequada os conteúdos aos alunos e prepara-los melhor para a vida e o mercado de trabalho, que são altamente competitivos e exigem a integração de setores e informações.

Diante do exposto torna-se importante entender as principais diferenças entre o Focus Group e a reunião de grupo, pois impacta diretamente na sua utilização e resultados obtidos junto aos envolvidos.

Segundo (RUBEM ALVES, 1994) o papel do educador vai além dos conhecimentos específicos das disciplinas; o educador deve contribuir para a vida. Com isso a interligação entre as práticas de ensino e ciências que envolvem o aprendizado, se torna essencial na formação e educação do profissional de ensino e consequentemente no aluno, além do ambiente de

debate e troca de informações, contribuindo cada vez mais para a formação e aprimoramento dos professores.

E é na construção deste ambiente de debate e no melhor aproveitamento das informações trocadas nele, que o Focus Group pode contribuir.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O objetivo deste artigo é enfatizar como as técnicas do *Focus Group* e Entrevista de Grupo estão sendo confundidas, utilizadas ou citadas incorretamente, principalmente no primeiro caso, muitas vezes os autores citam a utilização da técnica, mas deixam de aplicar os procedimentos que o caracterizam, impactando diretamente em sua utilização em diversos ambientes como no ensino superior, uma vez que a aplicação equivocada desta técnica pode criar um ambiente desfavorável na educação.

Neste trabalho, serão analisados dezesseis artigos encontrados nos EnANPAD'S de 2005, 2006 e 2007 que utilizaram a técnica *Focus Group*, chamada também de Grupo de Foco ou Grupo Focal, palavras utilizadas na busca pelos artigos, como técnica de investigação qualitativa, e verificar se houve a caracterização de uma utilização correta em relação à escolha, recrutamento e seleção dos participantes, montagem dos grupos, quantidade de encontros realizados, quantidade de participantes, condução das reuniões, tempo de duração dos encontros e características do local utilizado.

## **RESULTADOS DA PESQUISA**

### **EnAPAD 2005**

#### **1. Artigo APS2071:**

Não apresenta os critérios utilizados para seleção dos participantes, realizou apenas um encontro, e não citou se houve saturação do assunto, e não coloca se utilizou sala especial com presença de um observador. Não foi o único método utilizado.

## 2. Artigo MKT1825:

Esse artigo citou os critérios utilizados para seleção dos participantes das quatro sessões realizadas até a saturação do tema na opinião do pesquisador, citou a questão da homogeneidade nos grupos, cita também a gravação áudio/visual, porém não cita se houve uma sala especial com presença de um observador.

## 3. Artigo MKT2011:

Este artigo talvez por falta de informações em seu conteúdo, pareceu apenas ter realizado ao invés de *Focus Group*, uma aplicação de questionário para um grupo, que sugeriu mudanças neste questionário, citado apenas um encontro (grupo).

## 4. Artigo MKT3008

Este artigo cita a questão e a preocupação com a homogeneidade na seleção dos seis grupos realizados, cita também que houve o esgotamento do assunto, o pesquisador como moderador, mas não cita as técnicas de gravação utilizadas nos encontros, e nem a utilização de uma sala especial.

## 5. Artigo MKT2193:

Realizou apenas dois grupos com seleção aleatória de participantes dentro de uma população definida de acordo com o objetivo do trabalho, não cita a saturação das discussões nos Grupos Focais, presença de moderador ou observador, e também utilização de sala especial. Não cita a presença de observador.

### EnAPAD 2006

#### 1. Artigo ADI1793:

Citado que o encontro foi feito com um moderador presente, mas não cita Observador, Sala Especial, critérios utilizados na seleção dos participantes, a quantidade de encontros, e nem a técnica utilizada para gravação do encontro. Não foi o único método utilizado.

#### 2. Artigo GCT1617:

Nesse artigo o autor cita que foram feitos 5 Grupos com 6 a 9 pessoas por grupo, mas não cita se houve critérios para se obter homogeneidade/compatibilidade nos grupos, nem o local utilizado para realização dos

encontros, resumindo, esse artigo cita apenas a quantidade de encontros e a quantidade de participantes por grupo.

#### 3. Artigo GPR2400:

Cita apenas a quantidade de grupos realizados, que foram três.

#### 4. Artigo GPR1502:

Realizou três grupos com trinta participantes, mas não cita quantos em cada grupo, citou apenas uma categoria para seleção (hierarquia) e somente isso, não cita se houve utilização de uma sala especial, presença de um observador, e nem se teve gravação áudio/visual.

### EnAPAD 2007

#### 1. Artigo EOR1356:

Realizou apenas um encontro, com dez pessoas, e com participantes claramente heterogêneos. Não cita mais nada que possa caracterizar *Focus Group*.

#### 2. Artigo GCT3092:

Faz também apenas um encontro com treze participantes, e mostrou uma seleção heterogênea, e não cita mais nada que possa caracterizar a realização de um grupo focal.

#### 3. Artigo MKT3126:

Este artigo se limita a citar somente que houve a realização de um grupo com dez participantes.

#### 4. Artigo MKT2093:

Esse artigo cita que houve um planejamento para desenvolvimento das questões, a identificação das características dos participantes, a obtenção da lista dos potenciais participantes, o recrutamento dos participantes, a realização das reuniões, o *feedback* do planejamento, a transcrição, a análise e a redação do relatório. Cita que foi abordado com maior detalhe: o número e o tamanho dos grupos, os participantes, o nível de envolvimento do moderador, o conteúdo da entrevista, a seleção do local e a coleta dos dados. Coloca a participação do moderador. Caracterizou bem o método, somente não citou se houve uma adaptação ou

aluguel de uma sala especial, e se participou um observador.

#### 5. Artigo GPR2963:

Cita que teve vinte e cinco participantes divididos em cinco grupos, não cita a quantidade de participantes em cada grupo, e tentou propositalmente formar grupos heterogêneos, fugindo de uma característica importante do *Focus Group*. Não cita como foi o registro das reuniões e nem se houve moderador, observador, e sala especial.

#### 6. Artigo ESO1896:

Realizou apenas um encontro com seis participantes, e cita somente como foi à seleção do grupo, mas não caracteriza homogeneidade, e também não cita como foi o registro das reuniões e nem se houve moderador, observador, e sala especial.

#### 7. O Artigo GPR235:

Fez apenas uma entrevista com quatro pessoas apenas, foi feita na Sede de um sindicato, e não foram citadas as características relevantes dos quatro participantes para a realização do Grupo Focal, cita que houve registro áudio/visual, mas não cita se houve um Observador ou Moderador.

profunda de percepções e contradições, sendo um elemento de grande valor e força na pesquisa.

Não foi observado em nenhum dos artigos analisados, a utilização de uma sala especial (definida anteriormente) ou a presença de um moderador, sequer um observador.

Os autores que utilizaram esta técnica estão deixando de citar e até realizar procedimentos muito importantes na caracterização do *Focus Group*, o que pode deixar de ser uma fonte rica de detalhes a respeito da reunião, reação dos participantes a respeito do tema ou produto, bem como servir de base para futuras pesquisas.

A educação carece de profissionais que encarem o ensino com uma inovação em todo processo educacional. Sendo assim, técnicas bem aplicadas como o Focus Group ganham relevância e importância, incentivando de forma constante e persuasiva a discussão dos assuntos de interesse em comum, demonstrando mais seriedade com práticas que possibilitem o crescimento intelectual e moral dos envolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que em todos os artigos encontrados o Grupo Focal foi utilizado como uma técnica complementar de coleta de dados, sempre associada a outro método. E em muitos casos foram usadas citações a respeito do *Focus Group*, a respeito de sua aplicação, recomendando-o quando o objetivo é explicar como as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou evento, visto que a discussão durante as reuniões é efetiva em fornecer informações sobre o que as pessoas pensam, sentem e agem.

Outra citação descreve sobre esta técnica, sobre ser uma ferramenta de alto valor para os pesquisadores, sobre sua capacidade de complementaridade com outras metodologias de pesquisa qualitativa e quantitativa, somada a sua formatação, possibilitando a exploração

## REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **A alegria de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 1994.
- MALHOTRA, NARESH. **Pesquisa de Marketing**. 4ª Edição. Porto Alegre. Bookman, 2006.
- KRUEGER, R. A. **Focus Groups: A practical guide for applied research**. New York. Sage, 1996.
- KRUEGER, R.; CASEY, M.A. **Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research**. 3º Edição. Thousand Oaks, Sage, 2000.
- NASCIMENTO, LUIS FELIPE. **Gestão Socioambiental Estratégica: a percepção de executivos de pequenas e médias empresas americanas** (Artigo APS2071), ANPAD, 2005. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=30&cod\\_evento\\_edicao=9&cod\\_edicao\\_trabalho=154](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=30&cod_evento_edicao=9&cod_edicao_trabalho=154). Acesso em 22 de dezembro de 2016.

SOUZA, MARCELLO DA SILVA BUDOLLA ALCEU. **O Patrocínio Esportivo como Canal de Comunicação da Estratégia Mercadológica: o Estudo de Caso do Banco do Brasil** (Artigo MKT2193), ANPAD, 2005. Disponível em:

[http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=30&cod\\_evento\\_edicao=9&cod\\_edicao\\_trabalho=791](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=30&cod_evento_edicao=9&cod_edicao_trabalho=791). Acesso em 22 de dezembro de 2016.

DE MOURA, ANDREIA CASSIA. **Validação do Modelo de Satisfação ACSI Modificado no Setor de Telefonia Móvel** (Artigo MKT3008), ANPAD, 2005. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=30&cod\\_evento\\_edicao=9&cod\\_edicao\\_trabalho=744](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=30&cod_evento_edicao=9&cod_edicao_trabalho=744). Acesso em 22 de dezembro de 2016.

LEITE, RAMON SILVA; ELIAS, CRISTIANO LOURENÇO; SUNDERMANN, JORGE. **O Índice Europeu de Satisfação de Clientes (ECSI): Um Estudo Empírico de sua Aplicação em uma Empresa Brasileira Fornecedora de ERP** (Artigo MKT2011), ANPAD, 2005. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=30&cod\\_evento\\_edicao=9&cod\\_edicao\\_trabalho=732](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=30&cod_evento_edicao=9&cod_edicao_trabalho=732). Acesso em 22 de dezembro de 2016.

GOSLING, MARLUSA; DINIZ, LILIAN CRISTINA DE OLIVEIRA; DE MATOS, CELSO AUGUSTO. **Variáveis Relacionais no Setor de Ensino Privado: Adaptação e Refinamento de Escalas** (Artigo MKT1825), ANPAD, 2005. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=30&cod\\_evento\\_edicao=9&cod\\_edicao\\_trabalho=730](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=30&cod_evento_edicao=9&cod_edicao_trabalho=730). Acessado em 22 de dezembro de 2016.

GALAS, EDUARDO SANTOS; MARQUES, ÉRICO VERAS. **Impactos do Grau de Importância dos Fatores na Avaliação do Nível de Alinhamento da Tecnologia da Informação com o Negócio** (Artigo ADI1793), ANPAD, 2006. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=149&cod\\_evento\\_edicao=10&cod\\_edicao\\_trabalho=5215](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=149&cod_evento_edicao=10&cod_edicao_trabalho=5215). Acesso em 5 de janeiro de 2017.

BINOTTO, ERLAINE; NAKAYAMA, MARINA KEIKO. **Do Modelo de Nonaka e Takeuchi a um Novo Método de Análise da Criação de Conhecimento para a Realidade Específica do Agronegócio** (Artigo GCT1617), ANPAD, 2006. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=149&cod\\_evento\\_edicao=10&cod\\_edicao\\_trabalho=5704](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=149&cod_evento_edicao=10&cod_edicao_trabalho=5704). Acesso em 5 de janeiro de 2017.

FURTADO, RAQUEL ALVES; PENA, ROBERTO PATRUS MUNDIM. **Responsabilidade Social Empresarial com o Público Interno: a Percepção dos Empregados da Promon** (Artigo GPR2400), ANPAD, 2006. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=149&cod\\_evento\\_edicao=10&cod\\_edicao\\_trabalho=5804](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=149&cod_evento_edicao=10&cod_edicao_trabalho=5804). Acesso em 5 de janeiro de 2017.

FURTADO, RAQUEL ALVES; PENA, ROBERTO PATRUS MUNDIM. **Empregados-Acionistas: a Visão de Quem Trabalha na Promon sobre as Práticas de Gestão Participativa da Empresa** (Artigo GPR1502), ANPAD, 2006. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=149&cod\\_evento\\_edicao=10&cod\\_edicao\\_trabalho=5665](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=149&cod_evento_edicao=10&cod_edicao_trabalho=5665). Acesso em 5 de janeiro de 2017.

BALESTRIN, ALSONES; VERSCHOORE, JORGE RENATO. **A Cooperação em Rede Proporciona Condições para a Aprendizagem e a Inovação junto às Empresas Associadas?** (Artigo GCT3092). ANPAD, 2007. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=280&cod\\_evento\\_edicao=33&cod\\_edicao\\_trabalho=7444](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=280&cod_evento_edicao=33&cod_edicao_trabalho=7444). Acesso em 8 de janeiro de 2017.

GRASSELLI, MONICA FARDIN; SOUKI; GUSTAVO QUIROGA. **Imagem e Posicionamento Profissional: Um Estudo Exploratório Sobre o Marketing na Arquitetura** (Artigo MKT3126), ANPAD, 2007. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=280&cod\\_evento\\_edicao=33&cod\\_edicao\\_trabalho=7800](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=280&cod_evento_edicao=33&cod_edicao_trabalho=7800). Acesso em 8 de janeiro de 2017.

LEITE, NILDES PITOMBO; PRIETO, VANDERLI CORREIA; MIZUMOTO, FÁBIO MATUOKA. **Gestão da Mudança dos Padrões Culturais em Processo de Transformação: O Caso da Organização Alfa** (Artigo EOR1356), ANPAD, 2007. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=280&cod\\_evento\\_edicao=33&cod\\_edicao\\_trabalho=7331](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=280&cod_evento_edicao=33&cod_edicao_trabalho=7331). Acesso em 8 de janeiro de 2017.

GRANERO, ARLETE ENI; NETO, SILVIO CARVALHO. **Gestão de Marcas e de Comunicação na Indústria de Calçados: Um Estudo Qualitativo com Enfoque Publicitário sobre Linguagem das Marcas de Calçados da Moda** (Artigo MKT2093), ANPAD, 2007. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=280&cod\\_evento\\_edicao=33&cod\\_edicao\\_trabalho=7767](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=280&cod_evento_edicao=33&cod_edicao_trabalho=7767). Acesso em 8 de janeiro de 2017.



COMINI, GRAZIELLA MARIA; KONUMA, CLAUDIA; DOS SANTOS, ANDRÉ LAIZO. **Sistema de Gestão de Pessoas por Competências: um olhar crítico para a dimensão do desenvolvimento individual** (Artigo GPR2963), ANPAD, 2007. Disponível em:

[http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=280&cod\\_evento\\_edicao=33&cod\\_edicao\\_trabalho=7549](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=280&cod_evento_edicao=33&cod_edicao_trabalho=7549). Acesso em 8 de janeiro de 2017.

GHOBRIL, ALEXANDRE NABIL; MOORI, ROBERTO GIRO. **Alinhamento Estratégico entre Indústrias Bens de Capital e de Alimentos: uma Análise com Base em Miles e Snow** (Artigo ESO1896), ANPAD, 2007. Disponível em:

[http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=280&cod\\_evento\\_edicao=33&cod\\_edicao\\_trabalho=7189](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=280&cod_evento_edicao=33&cod_edicao_trabalho=7189). Acesso em 8 de janeiro de 2017.

SERRANO, CLAUDIA; BRUNSTEIN, JANETTE. **Relações de trabalho, percepção da deficiência e o desenvolvimento profissional do tetraplégico em uma organização pública: em busca do significado da inclusão** (Artigo GPR235), ANPAD, 2007. Disponível em:

[http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=16&cod\\_edicao\\_subsecao=262&cod\\_evento\\_edicao=32&cod\\_edicao\\_trabalho=6864](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=16&cod_edicao_subsecao=262&cod_evento_edicao=32&cod_edicao_trabalho=6864). Acesso em 8 de janeiro de 2017.

## QUILOMBO DA AROEIRA: NEGROS NO SERTÃO PEDRO-AVELINENSE

### QUILOMBO DA AROEIRA: BLACK PEOPLE IN THE PEDRO-AVELINENSE HINTERLAND

Jobson Cleyton Bezerra do Nascimento <sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar através da história e historiografia potiguar o registro da existência de mais um grupo de escravos refugiados (um quilombo), desconhecido dentre vários existentes, que fixam presença no território brasileiro. O Quilombola Aroeira é uma comunidade de negros remanescentes de escravos, que existe até os dias atuais na zona rural a 9 (nove) KM da sede do município de Pedro Avelino, em uma região popularmente chamada como: fazenda Aroeira, com uma área de 530,8024 hectares, situada na região central do sertão potiguar. E o que era visto como uma utilização da mão de obra negra africana e de seus descendentes libertos no Brasil foi um dos processos que contribuiu consideravelmente para deixar marcas inesquecíveis na história da sociedade brasileira. Seguindo pelo processo de povoamento da região; tempo de ocupação da região; como o grupo chegou à região; como se deu a ocupação da terra; famílias que formaram o grupo; organização social e atividades econômicas e culturais desenvolvidas pelos membros da comunidade. Como fontes de pesquisa para realizar este trabalho foram utilizadas tanto registros escritos, como também orais provenientes de um casal de anciões: Antônio Martins da Silva (vovó); de 115 anos de idade, e da senhora Maria Francisca da Conceição da Silva, de 106 anos de idade. Ambos afirmam que a comunidade surgiu no interior do município muito antes da emancipação de Pedro Avelino, que era distrito do município de Angicos, no final do século XIX. A origem da comunidade transcende desde a província do Rio Grande do Norte – Período Imperial; e do encontro de negros vindos de outras regiões: alagadiços do Ceará-mirim – trabalhadores das lavouras de cana; do Seridó Potiguar – vaqueiros de gado; e de negros libertos das cidades de Açu e Mossoró, que se encontraram e povoaram a Aroeira onde já existia negros habitando-a.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Potiguar. Negros Refugiados. Quilombola da Aroeira.

#### ABSTRACT

The present work has the purpose of showing through history and historiography the existence of another group of refugee slaves (a quilombo), unknown among several existing ones, that establish presence in the Brazilian territory. The Quilombola Aroeira is a community of black slaves remaining, that exists until the present days in the rural area to 9 (nine) KM of the seat of the municipality of Pedro Avelino, in a region popularly called like: farm Aroeira, with an area of 530,8024 hectares, located in the central region of the sertão of Potiguar. And what was seen as a use of black African labor and its descendants freed in Brazil was one of the processes that contributed considerably to making unforgettable marks in the history of Brazilian society. Following the process of population of the region; occupation time of the region; how the group arrived in the region; as was the occupation of the land; families that formed the group; social organization and economic and cultural activities developed by members of the community. As sources of research to carry out this work were used both written records, as well as oral records from a couple of elders: Antônio Martins da Silva (grandma); of 115 years old, and Mrs. Maria Francisca da Conceição da Silva, 106 years old. Both claim that the community emerged within the municipality long before the emancipation of Pedro Avelino, who was district of the municipality of Angicos in the late nineteenth century. The origin of the community transcends from the province of Rio Grande do Norte - Imperial Period; and the meeting of blacks from other regions: floodwaters of Ceará-mirim - workers in sugarcane plantations; of Seridó Potiguar - cattle herders; and of freed blacks from the cities of Açu and Mossoró, who met and settled in Aroeira where there were already blacks inhabiting it.

**KEYWORDS:** Potiguar History. Black Refugees. Quilombola da Aroeira.

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade do Grupo UNIASSELVI, FAMESUL. Licenciatura em História pela Universidade Potiguar, UnP. **CURRÍCULO LATTES:** [lattes.cnpq.br/0921985045970270](https://lattes.cnpq.br/0921985045970270)

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa sobre a comunidade Quilombola Aroeira, que fica a 9 (nove) Km do município de Pedro Avelino/RN.

Para realização deste trabalho, utilizamos como fontes de pesquisa, os registros escritos e orais do casal de anciãos que moram na comunidade da Aroeira; são eles: Antônio Martins da Silva, vulgo vovô, de 115 anos de idade, e da senhora Maria Francisca da Conceição da Silva, conhecida como Chiquinha de vovô, de 109 anos. Ambos afirmam que a comunidade surgiu no interior do município – muito antes da emancipação de Pedro Avelino (era distrito do município de Angicos) no final do século XIX.

Para entender a formação histórica da Aroeira, é necessário resgatarmos fatos como a origem da comunidade que transcende a província do Rio Grande do Norte – Período Imperial- e também o encontro de negros vindos de outras regiões, como os alagadiços do Ceará-mirim, que eram os trabalhadores da cana-de-açúcar; os provenientes do Seridó Potiguar, que eram os vaqueiros de gado e os negros libertos das cidades de Assú e Mossoró, que, também, povoaram o “grupo”.

### AROEIRA, COMUNIDADE NO SERTÃO PEDRO-AVELINESE

A introdução do negro africano à Capitania do Rio Grande (do Norte) iniciou-se no Século XVII, vindos dos portos de Pernambuco, para trabalhar como escravos, nos engenhos de açúcar do vale de Cunhaú e Ferreiro Torto e, posteriormente, nos engenhos de Ceará-Mirim, de São José do Mipibu, de Goianinha e de Canguaretama. “Os negros foram mais presentes na Zona da Mata”. (MONTEIRO, 2000, p. 91).

À medida que os engenhos de açúcar foram se instalando na faixa litorânea – Zona da Mata, da Capitania, mais negro foram sendo importados da costa do continente Ocidental africano, sobre tudo de Angola,

Congo e Guiné (Território que fazia parte do grande Império Português na África), “através de mercadores de Pernambuco”. (MONTEIRO, 2000, p. 91).

Além da Zona da Mata, no interior da Capitania, os negros fixaram-se em outras regiões; no Oeste: Assú, Mossoró; no Seridó: Caicó, jardim do Seridó, Parelhas, Acará e Currais Novos. A ocupação e povoamento iniciaram nos primeiros anos do Século XVII, durante a Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris:

Lutas contra os índios que tiveram como resultado o conhecimento de quase todos os caminhos dos sertões (...), principalmente na região das ribeiras do Açu onde as condições do pasto eram melhores. A concessão de sesmarias para criação de fazendas de gado fixou a população e originou o ciclo do gado. (MARIZ; SUASSUNA, 2006, p. 108-109).

O gado bovino, necessitando de pastagens e ocupando demasiado espaço nas fazendas açucareiras, foi empurrado para o Agreste e o Sertão.

O verde que emoldurava as ribeiras era a certeza de água para o consumo humano e dos animais. Assim, as primeiras estradas se confundiam com os leitos dos rios, secos a maior parte do ano no semiárido. Mas, se cavados em cacimbas revelariam sempre algum veio d’água. (...) A importância usufruída pelos rios – perenes ou temporários – no período colonial é notável. Vias naturais para o andamento dos colonos, possibilitaram o povoamento do interior brasileiro, integrando-o ao circuito produtivo da colônia. Nos sertões nordestinos, as primeiras fazendas localizavam-se nas ribeiras, o leito do rio dividido no comprimento a sesmaria ao meio. Podemos depreender dos documentos da época – cartas de data de terra, protocolos de freguesias etc. – que a referência às ribeiras denotava não só acidentes geográficos, mas cartografias do poder, demarcações de territórios, jurisdições. (...) No verbete Ribeira, (...) compreende um certo número de fazendas de criar gados. Cada ribeira se distingue das outras pelo nome do que a banha; e tem, além, um ferro comum a todas as fazendas do distrito, afora aquele

que pertence a cada proprietário. (MACÊDO, 1998, p. 25-26).

O sertão é descrito como um lugar de vida simples, quase como se fosse um espaço sócio-cultural sem conta o com mundo civilizado:

No sertão, a vida das “fazendas” e das cidades do interior eram simples, afadigados, bastando a produção do campo, quando chovia, e a criação, porém marcada pela austeridade dos costumes familiares, com vestimentas e alimentação características. (...). Quando os negros chegaram (...) a comunidade norte-rio-grandense, mandados para o sertão, transformaram-se em vaqueiros cantadores aclamados, compadres de ioiôs, irmãos e protetores do “senhor moço”, vaquejadores de touros nas corridas festiva, posseiros de sesmarias das produções das fazendas e das “apartações” do gado, libertando-se pelo trabalho antes da lei. (MEDEIROS, 1973, p. 69).

Os escravos fixaram o braço no ciclo de couro das fazendas de carne de sol. “A população encontrava-se espalhada por toda parte, alcançando (...), áreas mais longínquas, concentrando-se nos vales férteis do litoral e nas ribeiras dos rios sertanejos. Isso garças ao aumento da criação e a expulsão dos índios”. (MARIZ; SUASSUNA, 2006, p. 118).

Em de 1875 a população escrava representava apenas uma pequena parcela da população. No Ceará, por exemplo, está constituía cerca de 4,5%, no Rio Grande do Norte, 5,1%, na Paraíba, 6,8%; no Amazonas, 1,7% e em Goiás, 5%. (COSTA, 2008, p.12).

As rebeliões e fugas de negros do cativo para os quilombos continuaram com frequência. De acordo com (SILVA, 2003) o quilombo de rompimento, edifica-se como ruptura em relação à sociedade que oprime o escravo. Outro tipo de quilombo começa a aparecer cada vez mais nas décadas abolicionistas. O quilombo abolicionista não procurava formar uma nova sociedade

no interior do espaço nacional. Seu objetivo último, que vinha a coincidir com os dos movimentos abolicionistas, era a extinção da escravidão.

Os negros libertos encontraram, inicialmente, dificuldade para viver. Nos centros urbanos a mão-de-obra assalariada não lhe dava vez, pela da habilitação, excesso existente de operários e até pelo preconceito. Para o interior, não havia possibilidade na agricultura, com a terra já ocupada e com seus irmãos sobrando na vida de vaqueiro. O deslocamento foi, portanto, de engenho em engenho, de fazenda em fazenda, muitos se deixando ficar com seus antigos senhores e sinhás, trabalhando “de meia”, de “empreitada”, tendo apenas o necessário para o sustento. (MEDEIROS, 1988, p. 56).

A formação da sociedade colonial do Brasil levou a miscigenação entre três principais elementos étnicos formadores do povo brasileiro: o índio, o branco e o negro. No Rio Grande do Norte os negros foram os últimos desses elementos a chegarem e desenvolveram ao longo das margens do Rio Ceará-Mirim, quilombos dos alagadiços, deixando remanescentes – os quilombolas; descendentes dos antigos negros escravos.

No vale do Ceará-Mirim, vivem os negros de coqueiros, excelentes limpadores de cana-de-açúcar nos engenhos dos senhores locais, além de serem, “Cambiteiros da melhor indústria de cangalhas do município e fabricantes da famosa farinha de alagadiços”. (MEDEIROS, 1988, p. 56).

“Na década de 1880, instigados pelos abolicionistas, os escravos começaram a fugir cada vez em maior número das fazendas”. (COSTA, 2008, p.115). Migrando para outras regiões distantes das fazendas, onde o próprio quilombo foi área de migração para outras localidades.

A comunidade negra rural da Aroeira, está localizada na mesorregião central potiguar, e na microrregião de Angicos (IBGE, 1989), estado do Rio Grande do Norte, a uma distância de 9 (nove) km da sede

do município de Pedro Avelino – coordenada geográfica à 05° 31’ de latitude sul e 35° 22’ de longitude oeste, com limites ao norte com Guamaré, ao sul com Angicos, a leste com Jandaíra e Lajes, a oeste com Macau e Afonso Bezerra. Possui uma área territorial de 967 km, ocupando 1,82% da superfície do Estado, a uma altitude média de 97 metros do nível do mar.

Os primeiros habitantes da região foram os tapuias e o povoamento colonizador se deu a partir do século XVIII. De acordo com (GURGEL, 2005) o povoado de Gaspar Lopes teve sua origem com os irmãos Diogo, Jacinto, Felix e Gaspar Lopes, por volta de 1717. Gaspar Lopes era o proprietário de uma fazenda no riacho do Machado. “O povoamento da região segue o curso dos rios, como ocorreu nas demais regiões do sertão nordestino” (ASSUNÇÃO, 2009, p.25).

Deu início a ocupação e ao desenvolvimento das terras nas quais atualmente se localiza o município de Pedro Avelino.

A comunidade das Aroeiras formou-se no período imperial brasileiro com o encontro de negros viajantes provenientes de outras regiões da Província do Rio Grande (do Norte): Mossoró, Assú, Seridó e do Vale do Ceará-Mirim. E fixou-se entre a vegetação da caatinga, de animais selvagens, do sertão Pedro-avelinense.

Os primeiros homens, sugeria-se (plausivelmente), preferiram o campo aberto às florestas por sua segurança: era possível ver o que se aproximava defendesse com antecedência. (...) Os primeiros habitantes destruíram “as matas e os grandes bosques”, (...) para que não dessem refúgio aos animais selvagens e perigosos: “com isso, as feras foram levadas a buscar abrigo naquelas áreas onde havia matas, para delas fazerem sua residência”. (THOMAS, 1988, p. 232)

<sup>2</sup> Pseudônimo como era conhecido o Sr. Antônio Martins da Silva, pelos seus familiares, parentes, habitantes da Comunidade Aroeira e todos do município. Junto com sua esposa Maria Francisca da Silva (Chiquinha como também era conhecida). Formaram o casal de ancião mais velho do Estado

Os negros das Aroeiras – como era e são chamados os habitantes da comunidade Aroeira – por toda população do município, tem sua história relatada por parte de sua população, e um dos relatos mais importantes ocorre de um diálogo com um casal de idosos descendentes de quilombo, Antônio Martins da Silva, (vulgo vovô, de 115 anos de idade), casado com Maria Francisca da Silva, (conhecida como Chiquinha, 107 anos de idade). “Vovô”<sup>2</sup> relata que sua mãe, Maria Joana da conceição, mãe Joana (parteira), contava a ele ainda criança, que quando ela chegou a região onde hoje é a comunidade Aroeira, já existia cerca de 30 a 40 negros na região morando no Quilombo, os negros dali (Aroeira), comunicavam-se com outros negros de uma outra comunidade negra vizinha – o Curralinho, localizado no atual município de Afonso Bezerra.

**FOTO 1:** Vovó e Chiquinha<sup>3</sup>



**FONTE:** acervo do autor (29/01/2009)

Dando continuidade aos relatos, segundo ele, no ano de 1902 sua mãe grávida do mesmo e com catapora, saiu da comunidade da Aroeira com destino para os alagadiços do Agreste no município de Ceará-Mirim, onde lá ela reencontrou o pai dele. Conduzindo mais três filhos ainda pequenos, e após passados cinco anos seus pais com dificuldades alimentícias, econômica

do Rio Grande do Norte, até sua morte na data de 31/05/2017. E sua esposa continua viva até esta data. Morando na antiga casa do casal na Fazenda Espinheiro.

<sup>3</sup> Faleceu na data de 04/01/2022.



e saúde, retorna para a comunidade, sem o seu pai, em virtude da maleita (malária), doença que dizimava muita gente ali nos alagadiços; e no ano de 1907, com cinco anos de idade chegou ao local onde nasceu, com seus avós paternos: Maria Roxa e José Tatu, e sua avó materna Patrícia do Nascimento – a negra Patrícia.

A história da comunidade da Aroeira se desenvolveu paralelo com a história da evolução do povoamento de Gaspar Lopes – o povoado surgiu no período colonial brasileiro, e durante o período imperial surgiu à comunidade que vivia isolada com receio de serem marginalizados e explorados.

Parte da população da Província do Rio Grande do Norte foi utilizada para a construção da linha de ferro, vovô afirma ter trabalhado durante um longo período de tempo na construção dessa ferrovia – Estação Central do Brasil / Sampaio Correia que chegava ao povoado de Gaspar Lopes no ano de 1918.

Para os moradores do povoado seria o progresso chegando, e “no dia 24 de dezembro de 1922, o vilarejo mudava seu nome, sendo renomeado de Vila Eptácio Pessoa (...). Homenagem feita ao presidente nordestino (da Paraíba, apontados pelos cafeicultores); Eptácio Pessoa – (1919 – 1922) que tinha como lema: Governar é abrir estradas. Os serviços ferroviários para o ramal de Macau rumavam para Gaspar Lopes.” (CASCUDO, 2002, p.232).

Ao longo dos seus 115 anos, vovô, trabalhou também como vaqueiro, agricultor, nas terras de Aroeira, Cabeceiro<sup>4</sup> no embarque e desembarque de algodão – nas usinas de beneficiamento de algodão. Como também, nas feiras da vila de Eptácio Pessoa.

**IMAGEM 1:** 2ª via da Certidão de casamento de Vovô e Chiguinha



**FONTE:** Cartório Único extraordinario Josefa Vilany da Paz Avelino – Comarca de Afonso Bezerra/RN (2006)

No ano de 1958, Antônio Martins da Silva (vovô), casou-se com Maria Francisca da Conceição da Silva. Deste casamento foram gerados sete filhos: Francisco de Assis da Silva, Maria Vera Lúcia da Silva, João Batista Martins da Silva, Maria Damiana da Silva, Francisco Jorge da Silva, Maria Cleide da Silva e Dioclécio da Silva.

Vovô atualmente não mora na comunidade Aroeira e sim em Espinheiro, nas redondezas da Aroeira a 13 km de Pedro Avelino. Afirma ele que saiu, pois a Aroeira estava crescendo muito, precisava de sossego.

A comunidade de quilombo da Aroeira pratica uma economia que se assenta na mão-de-obra familiar e está orientada prioritariamente para a satisfação das necessidades do grupo doméstico.

O seu sistema produtivo se sustenta basicamente nas atividades agrícolas e extrativistas. No entanto, muitas vezes os quilombolas também realizam trabalho assalariado nas plantações dos grandes proprietários de terras locais ou em centros urbanos,

equilibrando-os na cabeça, de um ponto comercial a outro ponto comercial. Gerando uma rota de produtos.

<sup>4</sup>Homem de músculos vigorosos e de grande disposição cujo trabalho é carregar enormes fardos de mercadoria,

para poderem complementar a renda familiar e adquirir alguns bens e utensílios diversos não produzidos localmente.

Além disso, os habitantes da comunidade criam animais de grande (boi e vaca) e pequeno porte (tais como, galinhas, porcos, patos, cabritos e perus), que utilizam como alimento e como eventual fonte de renda, e pescam nos rios e córregos da região. Ainda existem outros animais utilizados como tração (mulas e jumentos).

A agricultura é bastante variada. São plantados, milho, feijão, mandioca, batata-doce, algumas fruteiras (como acerola, goiaba, limão, mamão, melancia e melão – os dois últimos apenas em períodos de chuvas), hortaliças (cebolinha) e vegetais silvestres (como o coentro).

Demonstrando ter uma vasta alternativa de subsistência a localidade é muito pobre e pouco conhecida, por isso, “as mulheres tentavam romper essa pobreza e do isolamento, valendo-se para isso do círculo de comadres e vizinhas”. (DEL PRIORE; 1993, p. 61).

A vegetação do território é caracterizada por caatinga, vegetação típica de região do semiárido e do sertão nordestino, e vegetação de capoeira, rasteira, além de arbustos e formas arbóreas. Algumas áreas foram descaracterizadas para a implantação de pastagem, criatórios e lavoura de subsistência pertencente à comunidade territorial. A rede hidrográfica é caracterizada pela existência de pequenos riachos nos períodos chuvosos (...) nos espaços denominados de “baixos” seja nos tanques naturais. (ASSUNÇÃO, 2009, p. 64).

Pelo último censo a localidade Aroeira tem 30 famílias e uma população de 150 pessoas, onde todos

têm origem das famílias Martins e Silva. Os quilombolas relacionam-se entre si.

Os negros da Aroeira não absorveram a cultura dos seus ancestrais, adotam a religião católica cristã, na comida a gastronomia nordestina e na dança o forró.

A comunidade Aroeira, como citado, existe antes mesmo do fim da abolição. Não se sabe ao certo, quando iniciou o povoamento da localidade, que atende uma dimensão territorial de 530,8024 hectares, em total de 70 famílias, com uma pequena população de 200 habitantes<sup>5</sup>, pois os próprios habitantes do quilombo desconhecem os seus direitos. A Aroeira foi reconhecida como remanescentes de quilombos pela fundação Palmares no ano de 2006 - O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003 (Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), em seu artigo 2º, considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Mesmo através desse reconhecimento a comunidade sofre com falta de recursos públicos, e preconceito racial e social. Ocorre um pequeno processo de redução da área do quilombo por fazendeiros vizinhos.

**IMAGEM 2:** Certidão de autodefinição da fundação Palmares de reconhecimento da Comunidade Aroeira como Remanescente de quilombo

<sup>5</sup>Dados informados pela Secretaria de Assistência Social do Município de Pedro Avelino/RN -cedida pela secretaria de assistência Francisca das Chagas - 2018



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA CULTURA  
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

2ª VIA

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.001965/2006-35 CERTIFICOU que a **COMUNIDADE DE AROEIRA**, localizada no município de Pedro Avelino/RN, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 007, Registro nº 712, fl. 23, devidamente assinada à época pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, Ubiratan Castro Araújo, nos termos do Decreto supra mencionados e da Portaria Interna da FCP nº 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 43 de 4 de março de 2004, Seção 1, fl. 07, **SE AUTODEFINIU COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO.**

O referido é verdade e dou fé.

Brasília, 20 de janeiro de 2015.

Alexandro Reis  
 Diretor

SCAN QR Code - CEF Palmeiras - 111 - Brasília/DF  
 CEP: 70810-010 - Fone: (61) 842-2100 - www.palmares.gov.br

**FONTE:** Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Pedro Avelino, cedida pelo secretário de agricultura Jailson Felix – 2018

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo procurou apresentar a comunidade Aroeira (Citou-se Arueira, como a palavra é expressada na região) existente no município de Pedro Avelino do estado do Rio Grande do Norte, a fim de apresentar o registro da existência de mais uma comunidade quilombola desconhecida dentre as várias existentes, que fixaram presença no território brasileiro.

Abordou-se como os negros chegaram ao Brasil, bem como sua trajetória e costumes, onde nas fazendas, era proibida a consecução de práticas religiosas de origem africana, ou a realização de festas e rituais, pois a condição de escravo os obrigava a seguir a cultura imposta por seus senhores.

A chegada dos escravos na região nordeste no período do século XVII, saindo do estado de Pernambuco para o Rio Grande do Norte, no período imperial os escravos chegavam aos municípios do estado, e na comunidade de Aroeira em Pedro Avelino/RN.

Assim, a comunidade até hoje habitada segue alguns costumes e práticas de sobrevivência atividades

econômicas baseiam-se na pecuária (bovinos, suínos, caprinos e aves domésticas), agricultura (milho, feijão, melão, melancia – em tempo de inverno). No entanto, a cultura por eles desconhecidas dos seus ancestrais, eles praticam a religião católica cristã.

Diante de tais, foi de fundamental importância conhecer e aprimorar conhecimentos a respeito dos quilombolas, percebe-se que a história continua a ser explorada e continuada com o passar dos anos pelos novos integrantes que vão habitando aquela comunidade.

E assim, nota-se quão forte é a cultura dos escravos em conseguir prosseguir com os ensinamentos dos antepassados, adequando ao mundo contemporâneo vivido nos dias atuais sem perder costumes e práticas de muito tempo atrás.

### REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Luiz. **Jatobá:** ancestralidade negra e identidade. Natal/RN: EDUFERN, 2009.
- BARROS, José D'Assunção. **A Construção Social da Cor:** diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira.** São Paulo: Cultrix, 2006.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **Nomes da Terra.** Natal, Sebo Vermelho, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. **A abolição.** 8. ed. São Paulo, Editora UNESP, 2008.
- DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edumb, 1993.
- FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão:** o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. **Palmares, ontem e hoje.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- GURGEL, Alexande. **Jornal a voz do Natal.** ano IX, n. 118, nov., 2005.

HEYWOOD, Linda M. **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2009.

HISTÓRIA UFRN. **100 anos (1888-1989)**. CCHLA, Órgão do Departamento de História, FUNPEC. Tarcísio Medeiros, Pág. 56.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense**. Natal: s.n., 1998.

MAESTRI, Mário. **O escravismo no Brasil**. São Paulo: Atual, 1994.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2006.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos Geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal/RN: Imprensa Universitária, 1973.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal/RN: EDUFRN, 2000.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A História da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio: história do quilombo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Eduardo. **As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura** – Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil. 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 2005.

THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

## O AUTISMO E O PROCESSO EDUCACIONAL NO BRASIL

### AUTISM AND THE EDUCATIONAL PROCESS IN BRAZIL

Lindinalva Ramos da Silva <sup>1</sup>

#### RESUMO

A presente pesquisa versa sobre o autismo e o processo educacional no Brasil. A pesquisa possui a seguinte pergunta norteadora: Como ocorre a escolarização de pessoas com transtorno do espectro autista no Brasil? O método lúdico contribui para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem? A pesquisa analisou produções científicas publicadas entre 2018 e 2023, na plataforma Scielo. A presente pesquisa traz como objetivo geral, analisar o processo educacional relacionados a pessoas com transtorno do espectro autista no Brasil. Utilizando os descritores estruturados no DeCS e MeSH. O período de coleta dos dados correu no mês de maio de 2023. Utilizou-se como critério de inclusão artigos científicos pertinentes ao tema e com no máximo 5 anos de publicação e, como critérios de exclusão, artigos científicos que não consideram a temática. Assim, conclui-se que o processo educacional no Brasil de pessoas autista vem acontecendo em passos lentos, mas apesar de todas as dificuldades, esse processo de escolarização voltado para inclusão do ensino regular, deve acontecer de modo a respeitar a dignidade das pessoas autistas e concretizar o seu direito educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Processo Educacional. Autismo. Brasil.

#### ABSTRATCT

This research deals with autism and the educational process in Brazil. The research has the following guiding question: How does the schooling of people with autism spectrum disorder occur in Brazil? Does the ludic method contribute to the development of teaching-learning? The research analyzed scientific productions published between 2018 and 2023 on the Scielo platform. The present research has as general objective, to analyze the educational process related to people with autism spectrum disorder in Brazil. Using the descriptors structured in DeCS and MeSH. The period of data collection ran in the month of May 2023. Scientific articles relevant to the theme and with a maximum of 5 years of publication were used as inclusion criteria and, as exclusion criteria, scientific articles that do not consider the theme. Thus, it is concluded that the educational process in Brazil for autistic people has been happening at a slow pace, but despite all the difficulties, this schooling process aimed at the inclusion of regular education, must happen in a way that respects the dignity of autistic people and realize their right to education.

**KEYWORDS:** Educational Process. Autism. Brazil.

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia.  
lattes.cnpq.br/1180885360731366

**E-MAIL:** lindinalva9889@gmail.com.

**CURRÍCULO**

**LATTES:**



## INTRODUÇÃO

O presente artigo traz como tema o autismo e o processo educacional no Brasil, pois é um tema de grande relevância sociocultural, o qual tem ganhado destaque em diferentes esferas e instituições.

No decorrer dos últimos anos, direitos importantes relacionados ao autismo, a inclusão, foram conquistados, no entanto, muito precisa ser feito para garantir que todos tenham acesso à educação e a oportunidades isonômicas (SOBRAL; ROCHA, 2022).

O desenvolvimento de pesquisas nas áreas da educação e dos direitos humanos vem transformando a legislação e as práticas educacionais e de gestão, sendo necessário uma reestruturação das escolas para uma organização que vise um sistema educacional inclusivo, que garanta o acesso de todos os alunos (RIBEIRO, 2020).

É necessário compreender o que é o autismo e o que pode ser para que haja a efetiva inclusão dessas pessoas no processo de escolarização e na sociedade, sendo essa uma tarefa basilar para promoção do bem-estar individual e garantia de que todos possam se desenvolver plenamente e com dignidade (LEANDRO; LOPES, 2018).

Os autistas assim como qualquer outra pessoa são cidadãos e necessitam ser inseridos na sociedade e, a escolarização possui papel essencial nesse processo. Deste modo, as escolas

com todos os profissionais da educação, principalmente, os professores devem estar preparados para receber esse público, através de formação e especialização pedagógica com qualidade e que promovam o desenvolvimento de habilidades necessárias aos profissionais da Educação Inclusiva (SOARES; SANTOS, 2022).

A presente pesquisa busca responder a seguinte pergunta norteadora: Como deve ocorrer a inclusão das pessoas com transtorno do espectro autista no processo educacional no Brasil?

E, traz como objetivo geral: analisar o processo educacional relacionados a pessoas com transtorno do espectro autista no Brasil.

## METODOLOGIA

No presente artigo adotou-se como metodologia a revisão sistemática, que possui as etapas apresentadas no quadro 1. Analisando os artigos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.

**QUADRO 1** – Etapas da Revisão Sistemática.

| ETAPA                       | TÓPICOS DE CADA ETAPA   | DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO   |   |   |
|-----------------------------|---|---|---|---|
| 1ª                          | <b>Tema</b>   | O autismo e o processo educacional no Brasil  |   |   |
|                             | <b>Pergunta norteadora</b>  | Como deve ocorrer a inclusão das pessoas com transtorno do espectro autista no processo educacional no Brasil?  |   |   |
|                             | <b>Objetivo geral</b>   | Analisar o processo educacional relacionados a pessoas com transtorno do espectro autista no Brasil.  |   |   |
|                             | <b>Estratégias de busca</b>   | Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND;<br>Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH;<br>Uso de metadados (filtros). |   |   |
|                             | <b>Bancos de terminologias</b>  | Banco   | Link  |   |
|                             |   | DeSC  | <a href="http://decs.bvs.br/">http://decs.bvs.br/</a>                             |   |
|                             |   | MeSH  | <a href="https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh">https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh</a> |   |
|                             | <b>Descritores livres e estruturados</b>  | Descritor   | DeSC (Registro)   | MeSH (Identificador Único)  |
|                             |   | Autismo   | 1327  | D001321   |
|                             |   | Educação  | 4562  | D004493   |
| <b>String de busca</b>      | Autismo AND Educação AND Brasil<br>Autismo AND Escolarização AND Brasil   |   |   |   |
| <b>Bibliotecas Virtuais</b> | Link  |   |   |   |
|                             | Scielo  | <a href="https://search.scielo.org/">https://search.scielo.org/</a>   |   |   |
|                             | Periódicos Capes  | <a href="https://www.periodicos.capes.gov.br/">https://www.periodicos.capes.gov.br/</a>   |   |   |
| 2ª                          | <b>Período de coleta dos dados</b>  | maio de 2023  |   |   |
|                             | <b>Crítérios de inclusão</b>  | 1. Texto (artigos de espécie científico).<br>2. Publicação (2018-2022).   |   |   |
|                             | <b>Crítérios de exclusão</b>  | 1. Artigos que não contemplam a temática “Sistema Educacional e Pandemia”.  |   |   |
| 3ª                          | <b>Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).</b> |   | 16  |   |
| 4ª                          | <b>Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados <i>online</i> gratuitos e de livre acesso.</b>  |   | 02  |   |
| 5ª                          | <b>Tecnologias digitais utilizadas</b>  | Tecnologia (software ou website)  | Link  | Utilidade   |
|                             |   | WordArt: Nuvem de palavras  | <a href="https://wordart.com/">https://wordart.com/</a>                           | Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas. |

FONTE: Elaborada pela autora.

## RESULTADOS

QUADRO 2 – Total de documentos disponíveis nas Bibliotecas virtuais

| STRING DE BUSCA                      | BASES DE DADOS PLATAFORMA | TOTAL DE PUBLICAÇÕES SEM O FILTRO | PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS APÓS APLICAR OS FILTROS | PUBLICAÇÕES APROVEITADAS NA REVISÃO SISTEMÁTICA |
|--------------------------------------|---------------------------|-----------------------------------|---|---|
| Autismo AND Educação AND Brasil      | Scielo                    | 15                                | 11  | 9   |
|                                      | Periódicos Capes          | 100                               | 83  | 7   |
| Autismo AND escolarização AND Brasil | <b>TOTAL</b>              | 115                               | 94  | 16  |

FONTE: Elaborada pela autora.

De acordo com o quadro acima, as bibliotecas virtuais pesquisadas disponibilizaram um total de 115 artigos científicos pertinentes a pesquisa, desses, 94 artigos científicos resultaram após a utilização de filtros, e foram feitos 16 downloads, por atenderem aos critérios

de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

**QUADRO 3** - Descrição dos artigos conforme os critérios de inclusão.

| ART. | AUTOR   | TEMA   | ANO  | CONCLUSÃO   |
|------|---|--|------|---|
| 01   | Mary Ane de Souza<br>Bruna Maria de Souza   | O autismo na etapa da educação infantil no Brasil: levantamento bibliográfico                                      | 2020 | Diante das análises realizadas nos trabalhos que tratam do autismo na educação infantil conclui-se que as preocupações que a literatura especializada na área traz nas pesquisas baseiam-se na prática pedagógica dos professores e também há uma preocupação com o brincar das crianças com TEA.   |
| 02   | Paulo César Morales Mayer<br>Marta Angélica Iossi Silva<br>Reinaldo Antonio Silva-Sobrinho<br>Rosane Meire Munhak da Silva<br>Adriana Zilly | Professor auxiliar e a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista                                       | 2019 | Pontua-se que a atividade do professor auxiliar ainda está em desenvolvimento, poucos estudos relatam essa atuação e ainda há necessidade de normativas específicas delimitando seus requisitos profissionais, abrangência e metas educacionais.  |
| 03   | Daniele de Oliveira<br>Camaliente<br>Letícia Kondo<br>Aila Narene Dahwache Criado Rocha   | Estudantes do ensino superior com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa da literatura brasileira | 2021 | Conclui-se, portanto, haver uma lacuna na literatura nacional sobre intervenções baseadas em evidências especificamente projetadas para os estudantes universitários com Transtorno do Espectro Autista, no Brasil.   |
| 04   | Bruna Alves Lopes   | Autismo, Narrativas Maternas e Ativismo dos Anos 1970 a 20081  | 2020 | Concluimos que os dois documentos analisados demonstram que a família, no caso do espectro autista, foi um sujeito fundamental no desenvolvimento de uma incipiente rede de proteção aos autistas, em um momento de transição democrática no país. Apesar da distância temporal das narrativas, e possível verificar elementos em comum entre elas, como as motivações para escrever sobre o assunto, o papel das associações de mães e pais de autistas e as dificuldades em encontrar serviços adequados para as necessidades de seus filhos. Também se encontram nelas diferenças, principalmente no olhar acerca do ativismo materno. |
| 05   | Millena Alicia Oliveira Silva<br>José Albenes Bezerra Júnior  | O direito à educação inclusiva do autista e a Lei nº 13.977/20: possibilidades e implicações práticas              | 2021 | Por fim, é feita uma análise das inovações e implicações práticas que a Lei n. 13.977/2020 apresenta para o direito à educação das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. A pesquisa se utiliza de uma metodologia documental e bibliográfica.   |

|           |  |   |      |  |
|-----------|--|---|------|--|
| <b>06</b> | Rubiana Cunha Monteiro<br>Camila Boarini dos Santos<br>Rita de Cassia Tiberio Araujo<br>Danielle dos Santos Cutrim Garros<br>Aila Narene Dahwache Criado Rocha | Percepção de Professores em Relação ao Processamento Sensorial de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista <sup>1</sup>                              | 2020 | Os resultados apontam para a importancia das ações do terapeuta ocupacional no ambiente escolar por meio do trabalho colaborativo com o professor, visto que os resultados em relação ao perfil sensorial interferem diretamente no desempenho dos estudantes com TEA perante as demandas das atividades no contexto escolar.  |
| <b>07</b> | Cibele Shirley Agripino-Ramos<br>Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos<br>Nadia Maria Ribeiro Salomao   | Vivências escolares e transtorno do espectro autista: o que dizem as crianças?  | 2019 | Como resultados, as crianças mencionaram adjetivos positivos ao descreverem sua creche, professora e colegas, tanto no início quanto no final do ano letivo. Também foi comum as crianças descreverem a creche em termos das atividades que realizavam em sua rotina, e as pessoas, em relação aos seus comportamentos. Como colegas com quem as crianças não brincavam, foram citados aqueles com desenvolvimento típico que apresentavam comportamentos agressivos. Sobre seus colegas com TEA, estes foram considerados por seus pares como colegas preferidos, destacando-se também o uso dos termos “especial” ou “bebe” para caracterizalos, e, ainda, o fato de que com o tempo eles passaram a ser vistos a partir das suas capacidades e interesses. Discute-se, por fim, a importância de estudar a inclusão escolar a partir da perspectiva das crianças. |
| <b>08</b> | Andrea Soares Wuo  | Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo: estado do conhecimento em teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008-2016) | 2019 | Concluiu-se que, embora o conhecimento sobre o autismo ainda seja de domínio das áreas médicas, a emergência de pesquisas no âmbito da inclusão escolar permite a construção de formas de pensar o processo de escolarização que superam modelos exclusivamente médicos de olhar a diferença.  |
| <b>09</b> | José Augusto Leandro<br>Bruna Alves Lopes  | Cartas de mães e pais de autistas ao Jornal do Brasil na década de 1980   | 2018 | Os resultados da pesquisa apontam para mães e pais transformando sua maternagem e paternagem em instrumento político.  |
| <b>10</b> | Simone Pinto Vasconcellos<br>Monica Maria Farid Rahme<br>Taisa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves   | Transtorno do Espectro Autista e Práticas Educativas na Educação Profissional <sup>1</sup>  | 2020 | Os resultados desta investigação apontam para o reduzido numero de matriculas de pessoas com autismo no ETI e para a efetividade do trabalho colaborativo, em interlocução com a família, ações de apoio ao estudante, flexibilização curricular, adequações das avaliações, procedimentos didáticos e propostas de ensino especificas. Essas ações resultaram em condições mais adequadas de escolarizacao para o estudante com autismo, mas com  |

|    |   |  |      |   |
|----|---|--|------|---|
|    |   |  |      | desafios a serem superados, relativos as fragilidades na formação dos educadores e a necessidade de institucionalização de diretrizes e práticas educativas pautadas na diversidade humana, que ampliem as oportunidades educacionais.  |
| 11 | Renata Corcini Carvalho<br>Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira<br>Carlo Schmidt                          | Tradução e Adaptação Transcultural da Escala de Avaliação de Autoeficácia de Professores de Alunos com Autismo: Autism Self-Efficacy Scale for Teachers (ASSET)                  | 2018 | A versão da escala ASSET em português mostrou indicadores adequados de equivalência denotativa e conotativa após as etapas de tradução, retrotradução e análise da equivalência semântica. Isso possibilitou a sistematização da versão síntese do instrumento com poucas modificações para atender tanto as adequações semânticas em relação a versão original quanto aos ajustes culturais, na etapa de avaliação dos especialistas e adaptação da pontuação. No estudo piloto, a versão síntese foi avaliada como adequada pela maioria dos professores. Na versão final da escala, foram incluídas sugestões dos participantes a partir do estudo piloto, considerando as adequações tanto de vocabulário coloquial quanto de manutenção do efeito de cada item na cultura brasileira. Sugerem-se novos estudos que avaliem outras propriedades psicometricas da ASSET. |
| 12 | Suelen Priscila Macedo Farias<br>Nassim Chamel Elias  | Marcos do comportamento verbal e intervenção comportamental intensiva em Trigêmeos com autismo   | 2020 | Os resultados indicaram que a intervenção foi efetiva, sendo que o participante com menor comprometimento adquiriu mais repertórios. A diferença dos resultados indica que os ganhos obtidos não foram em função da passagem do tempo, mas indica uma relação com os repertórios iniciais e com o número de programas aplicados.  |
| 13 | Carla Cecília Rocha<br>Sara Mariane Velasques de Souza<br>André Felipe Costa,<br>João Rodrigo Maciel Portes | O perfil da população infantil com suspeita de diagnóstico de transtorno do espectro autista atendida por um Centro Especializado em Reabilitação de uma cidade do Sul do Brasil | 2020 | Os resultados mostraram que a média de idade da amostra é de 5,47 anos, sendo 83,8% do sexo masculino, 42% encontram-se na educação infantil e 59,7% fazem parte de uma família nuclear. Os sinais que mais motivaram encaminhamentos foram os déficits de linguagem (58,8%) e comportamentos externalizantes (56,9%); 30,1% da amostra obtiveram diagnóstico de TEA confirmado e o instrumento mais utilizado foi o ABC (70,5%). Observase a efetividade da aplicação do serviço proposto por essa política pública, destacando-se a necessidade de instrumentos qualificados para avaliação do diagnóstico e capacitação continuada para profissionais que nela atuam.  |
| 14 | José Jailton Ribeiro  | Educação inclusiva e os desafios para formação de docente  | 2020 | Identificar o perfil do docente para atuar com as diferentes deficiências.  |



|    |   |   |      |  |
|----|---|---|------|--|
|    |   |   |      | Fundamentar o processo histórico da educação especial no Brasil professor, diante das diversas mudanças sociais ocorridas.   |
| 15 | Renata da Silva<br>Andrade Sobral<br>Genylton Odilon<br>Rêgo da Rocha         | O transtorno do espectro autista: as produções dos programas de pós-graduação nas universidades federais no norte do Brasil (2016 – 2020) | 2022 | Os resultados obtidos demonstraram que as práticas direcionadas aos alunos com TEA normalmente apresentam seus referenciais teóricos embasados na perspectiva histórico-cultural (Vygotsky) ou no behaviorismo (Skinner). Outro dado, é que as produções ainda se apresentam em número incipiente, normalmente direcionadas as etapas iniciais da Educação Básica, revelando lacunas nas produções relativas aos anos finais e ensino superior, bem como, a ausência de pesquisas que apresentem ênfase na acessibilidade e inovação tecnológica, além de fragilidades metodológicas e conceituais.                          |
| 16 | Cíntia Helisa<br>Freitas Cruz<br>Soares<br>Soraya Dayanna<br>Guimarães Santos | Processo de Escolarização dos Estudantes com Transtorno do Espectro Autista: Contribuições da Família durante a pandemia                  | 2022 | A pesquisa apontou alguns desafios, tais como: os alunos dispersavam com facilidade às aulas e demandavam uma maior aproximação com o profissional do Atendimento Educacional Especializado, em colaboração com os demais profissionais. Outros entraves foram as estratégias adotadas pelo Regime Especial Não Presencial de Ensino, que embora tenham sido consideradas referências para o país, não mostraram-se eficientes. Além disso, a pesquisa indicou a prevalência da participação materna na escolarização desses estudantes e o quanto, em um cenário de pandemia, a família constituiu-se ainda mais essencial. |

FONTE: Bibliotecas virtuais Scielo e Periódicos Capes, 2023.

Através da utilização da Plataforma online *WordArt*, as conclusões dos artigos escolhidos foram analisadas por meio da frequência de palavras, que forma a nuvem de palavras (Figura 1).

O *WordArt* é uma ferramenta que agrupa e organiza graficamente as palavras-chave demonstrando as mais frequentes, colaborando para definição das categorias que irão formar a presente pesquisa.



Figura 1 - Nuvem de Palavras.

FONTE: Elaborada pela autora.

As categorias foram elaboradas a partir da Nuvem de Palavras (Figura 1), com base nas palavras destacadas de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. Assim, a Tabela 1 apresenta a frequência de palavras e as categorias obtidas. Em consonância com o objetivo da pesquisa, prevaleceu as palavras que apresentaram maior frequência e que possuem sentido para pesquisa.

**Tabela 1** - Frequência das palavras - Plataforma *WordArt*.

| PALAVRAS      | FREQ. | CATEGORIAS   |
|---------------|-------|--|
| Autismo       | 19    | Conhecendo o Autismo   |
| TEA           | 17    |  |
| Processo      | 15    |  |
| Educação      | 15    |  |
| Escolarização | 12    | O proceso educacional das pessoas com transtorno do espectro autista – TEA e a formação de professores |
| Professor     | 10    |  |
| Educador      | 8     |  |
| Brasil        | 8     |  |

**FONTE:** Elaborada pela autora.

## DISCUSSÕES:

### CONHECENDO O AUTISMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) - autismo, é um transtorno no desenvolvimento do cérebro que afeta a capacidade de relacionamento com pessoas e o ambiente. O TEA é uma condição neurológica que interfere na comunicação e interação social, e no comportamento de uma pessoa, podendo ser diagnosticada em qualquer faixa etária (SOBRAL; ROCHA, 2022).

A pessoa com autismo apresenta como característica padrões repetitivos de comportamento, possui interesses restritos e dificuldade de comunicação (RIBEIRO, 2020).

Não existe um padrão fixo de sintomas do TEA, esses podem variar expressivamente de pessoa para pessoa. Mas, é possível citar alguns sintomas, sabendo que cada pessoa possui seu próprio padrão, como: dificuldade em entender sarcasmo ou humor, dificuldade

em estabelecer contato visual, dificuldade em entender emoções, dentre outros. Os portadores de TEA, também, podem desenvolver habilidades excepcionais em áreas específicas, como arte, matemática e música (CANABARRO; TEIXEIRA; SCHMIDT, 2018).

Justamente, por possui sintomas que variam de pessoa para pessoa em intensidade e tipo, é que o autismo é considerado um espectro (RIBEIRO, 2020).

O diagnóstico só é possível quando realizado por profissionais de saúde, que irão observar o comportamento da pessoa e com a realização de testes específicos para isso. Já, o tratamento geralmente exige o acompanhamento de uma equipe multifuncional que compreende terapia comportamental, terapia ocupacional e fonoaudiologia (AGRIPINO-RAMOS; LEMOS; SALOMÃO, 2019).

Assim sendo, no pese as características do TEA variarem de pessoa para pessoa, possui alguns aspectos comuns que podem ser observados em pessoas com autismo (LEANDRO; LOPES, 2018), conforme abaixo:



O esquema acima, apresenta resumidamente os aspectos comuns apresentados por pessoas com autismo (CAMALIONTE; KONDO; ROCHA, 2021).

Assim, quanto a dificuldade na linguagem e comunicação social, é possível observar que as pessoas com TEA podem ter dificuldade em iniciar ou manter uma conversa e em entender sarcasmo ou humor, bem como, podem ter atrasos na linguagem ou usar uma

linguagem própria, que pode incluir a repetição de palavras ou frases sem contexto (ROCHA et al., 2019).

Quanto a dificuldade na interação social, trata-se da dificuldade em fazer ou manter contato visual, em fazer amizades ou, até mesmo, em compreender as emoções (ROCHA et al., 2019).

Também, podem apresentar comportamentos repetitivos como bater as mãos, balançar o corpo ou alinhar objetos (ROCHA et al., 2019).

Outra característica é o interesse restrito, que podem ser observados quando a pessoa possui um interesse intenso e restrito por determinada coisa como, por exemplo, em esportes ou jogos (ROCHA et al., 2019).

Habilidades especiais, também podem ser desenvolvidas por pessoas com TEA, habilidades excepcionais e em áreas específicas, como memória, matemática, música ou arte (CAMALIONTE; KONDO; ROCHA, 2021).

No entanto, mesmo diante dessas características comuns, é importante salientar que cada pessoa com autismo é única e pode demonstrar sintomas diferentes e em intensidade diferente (CAMALIONTE; KONDO; ROCHA, 2021).

Assim, para se chegar ao diagnóstico é essencial o acompanhamento de profissionais da saúde, bem como, para que sejam indicados as abordagens e tratamentos mais apropriados (RIBEIRO, 2020).

## **O PROCESSO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

A educação especial, durante muito tempo, era entendida como uma educação que deveria ser organizada de forma paralela à educação comum. Esse entendimento exerceu impacto negativo duradouro na história da educação especial, já que, pretendia que existisse um processo educacional a parte para os alunos que apresentavam deficiência (LOPES, 2020).

Após a Declaração de Salamanca (1994), que prescreveu que o processo educacional direcionado a pessoas com deficiência deve ocorrer dentro das escolas regulares com orientação inclusiva, por este ser o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, além de ser um direito dos alunos com necessidades educacionais especiais (SOARES; SANTOS, 2022).

Os sistemas educacionais atuais, ainda seguem oferecendo propostas homogêneas, que não atendem às diferentes necessidades e situações do aluno, tendo como consequência altos índices de reprovação e evasão escolar (MAYER et al., 2019).

A escola possui um papel fundamental na vida das pessoas, pois, além de ser um espaço fundamental para a difusão de cultura e socialização, também contribui para a construção da identidade pessoal, quando garante a individualidade de cada indivíduo e reconhece sua liberdade e autonomia (MAYER et al., 2019).

A um movimento crescente no desenvolvimento das escolas inclusivas no Brasil, por se acreditar que esse é um meio essencial para transformar a sociedade em uma sociedade mais justa, integrada e democrática. Pois, garante aos alunos igualdade de oportunidades e fomenta a solidariedade entre os alunos (SOUZA; SOUZA, 2020).

Diante dessas considerações, observa-se a importância do papel do educador dentro desse contexto de inclusão. O educador deve buscar aperfeiçoar seus conhecimentos através de formação pedagógica específica em Educação Especial e Inclusiva, para educar pessoas com deficiência, e nesse contexto, inclui-se os alunos autistas (SOUZA; SOUZA, 2020).

Além disso, o educador deve estar sempre atualizado e participar de formações e capacitações com ênfase no atendimento educacional especializado para alunos com autismo, no decorrer de cada ano letivo, para que o desenvolvimento educacional aconteça da melhor forma (VASCONCELLOS; RAHME; GONÇALVES, 2020).

Tais cursos oferecem conhecimentos teóricos e práticos para que o educador possa compreender as especificidades do TEA e desenvolver táticas pedagógicas que beneficiem o aprendizado desses alunos (WOU, 2019).

O educador poderá sair da área de educação e buscar formação em Psicologia ou outras áreas afins, para aprimorar seus conhecimentos a respeito do funcionamento do cérebro e dos processos cognitivos que estejam conexos ao autismo. Tais conhecimentos proporcionaram uma visão ampla das necessidades e particularidades dos alunos com TEA, e conseqüentemente, o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas a realidade de cada aluno (FARIAS; ELIAS, 2020).

Os profissionais da educação direcionados a atender os alunos autistas, em especial os educadores, devem desenvolver habilidades especiais compatível as necessidades desses alunos, pois possuem papel essencial no desenvolvimento de alunos autistas, devendo oferecer um ambiente de aprendizagem seguro, acolhedor e inclusivo (SILVA; JÚNIOR, 2021).

Assim, os educadores da educação inclusiva precisam ter uma série de habilidades que admitam o entendimento e atendimento das necessidades singulares dos alunos com TEA (SILVA; JÚNIOR, 2021).

Assim, é possível citar as principais habilidades que o educador deve possuir para realizar um bom trabalho de forma responsável: empatia, paciência, comunicação clara, flexibilidade, consciência sensorial, conhecimento especializado, dentre outros (MONTEIRO et al, 2020).

Com o desenvolvimento de tais habilidade, dentre outras que possam favorecer o desenvolvimento do aprendizado, o professor terá grande chance de obter o sucesso na inclusão dos alunos com TEA no ensino regular (MONTEIRO et al, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar o processo educacional no Brasil relacionados a pessoas com transtorno do espectro autista, através da revisão sistemática.

Observou-se que o TEA é um transtorno que se relaciona, principalmente, ao convívio social o que dificulta o desenvolvimento da aprendizagem dentro de uma escola regular que não busque o sistema de inclusão.

Cada pessoa com TEA possui suas características próprias e únicas, que podem coincidir com a de outra pessoa autista ou não, além de divergir em intensidade.

O primeiro passo, é buscar informação, ampliar os conhecimentos a respeito do TEA e, dentro do sistema educacional regular, mas inclusivo, trabalhar o processo educacional de alunos autistas.

A formação doa profissionais da educação que atendem os alunos autistas, deve ser específica em educação especial e inclusiva, além de buscar aperfeiçoar sempre seus conhecimentos através de capacitações e formações constantes relacionadas ao TEA, inclusive em outras áreas como a psicologia.

O desenvolvimento de habilidades próprias para conquistar esses alunos e conseguir obter sucesso dentro do processo de aprendizagem, é necessário. E, tais habilidades são desenvolvidas, justamente, através de estudos e práticas pedagógicas.

Por fim, conclui-se que o processo educacional no Brasil de pessoas autista vem acontecendo em passos lentos, mas apesar de todas as dificuldades, esse processo de escolarização voltado para inclusão do ensino regular, deve acontecer de modo a respeitar a dignidade das pessoas autistas e concretizar o seu direito educação.

## REFERÊNCIAS

AGRIPINO-RAMOS, C. S.; LEMOS, E. L. D. M. D.; SALOMÃO, N. M. R. School experiences and autism spectrum disorder: What do children say? **Revista**

**Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 3, p. 449–464, 2019.

CAMALIONTE, D. D. O.; KONDO, L.; ROCHA, A. N. D. C. Estudantes do ensino superior com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa da literatura brasileira. **Revista Educação Especial**, v. 34, 2021.

CANABARRO, R. C. C.; TEIXEIRA, M. C. T. V.; SCHMIDT, C. Tradução e Adaptação Transcultural da Escala de Avaliação de Autoeficácia de Professores de Alunos com Autismo: Autism Self-Efficacy Scale for Teachers (Asset). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 2, p. 229–246, 2018.

FARIAS, S. P. M.; ELIAS, N. C. Marcos Do Comportamento Verbal E Intervenção Comportamental Intensiva Em Trigêmeos Com Autismo. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, p. 1–11, 2020.

LEANDRO, J. A.; LOPES, B. A. Cartas de mães e pais de autistas ao jornal do Brasil na década de 1980. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 22, n. 64, p. 153–163, 2018.

LOPES, B. A. Autism, maternal narratives and activism from 1970 to 2008. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 3, p. 377–392, 2020.

MAYER, P. C. M. et al. Professor Auxiliar e a Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 74, 2019.

MONTEIRO, R. C. et al. Percepção de Professores em relação Ao processamento sensorial de estudantes com transtorno do espectro autista. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v. 26, n. 623–638, p. 623–638, 2020.

RIBEIRO, J. J. Educação inclusiva e os desafios para formação de docente. **Temas em Educação e Saúde**, v. 16, n. 1, p. 84–95, 2020.

ROCHA, C. C. et al. O perfil da população infantil com suspeita de diagnóstico de transtorno do espectro autista atendida por um Centro Especializado em Reabilitação de uma cidade do Sul do Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, n. 4, p. 1–20, 2019.

SILVA, M. A. O.; JÚNIOR, J. A. B. O direito à educação inclusiva do possibilidades e implicações práticas. **RJLB**, v. 7, n. 5, p. 1905–1946, 2021.

SOARES, C. H. F. C.; SANTOS, S. D. G. Processo de Escolarização dos Estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Educação em Foco**, v. 25, n. 45, p. 52–72, 2022.

SOBRAL, R. A.; ROCHA, G. O. O Transtorno Do Espectro Autista: As Produções Dos Programas De Pós-Graduação

Nas Universidades Federais No Norte Do Brasil (2016 – 2020). **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 8, n. 3, p. 756–773, 2022.

SOUZA, M. A. DE; SOUZA, B. M. O autismo na etapa da educação infantil no Brasil: levantamento bibliográfico. **Horizontes - Revista de Educação**, v. 9, n. 16, p. 1–10, 2020.

VASCONCELLOS, S. P.; RAHME, M. M. F.; GONÇALVES, T. G. G. L. Autism spectrum disorder and educational practices in professional education. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 555–566, 2020.

WOU, A. S. Education of people with autism spectrum disorders: State of knowledge in dissertations and theses in the southern and southeastern regions of Brazil (2008–2016). **Saude e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 210–223, 2019.



## ATUAÇÃO DO NEUROPSICOPEDAGOGO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

### THE PERFORMANCE OF THE NEUROPSYCHOPEDAGOGIST AND ITS CONTRIBUTIONS TO AN INCLUSIVE EDUCATION

Erivaldo de Jesus Coutinho<sup>1</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** A atuação do neuropsicopedagogo clínico e do neuropsicopedagogo institucional contribuem para a consolidação de uma educação inclusiva, na qual cada aluno é valorizado em sua singularidade e recebe o suporte necessário para o seu desenvolvimento pleno. Esses profissionais desempenham um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e acolhedora, onde todos têm a oportunidade de aprender e crescer, independentemente de suas diferenças e necessidades especiais. **OBJETIVO:** Discutir sobre as contribuições do neuropsicopedagogo institucional e clínico para consolidação da educação inclusiva. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e abordagem básica com cunho bibliográfico diante da abordagem. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Contudo, concluiu-se que Ambos os profissionais desempenham um papel fundamental na sensibilização da comunidade escolar e da sociedade como um todo sobre a importância da educação inclusiva. Eles trabalham em parceria com as famílias, orientando e envolvendo-as no processo educacional dos alunos, fortalecendo a colaboração entre escola e família.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão. Educação. Neuropsicopedagogia.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** The role of the clinical neuropsychologist and the institutional neuropsychologist contribute to the consolidation of an inclusive education, in which each student is valued in their uniqueness and receives the necessary support for their full development. These professionals play an essential role in building a more just, equitable and welcoming society, where everyone has the opportunity to learn and grow, regardless of their differences and special needs. **OBJECTIVE:** To discuss the contributions of institutional and clinical neuropsychologists to the consolidation of inclusive education. **METHODOLOGY:** This is a qualitative research, with a descriptive approach and a basic approach with a bibliographical nature in view of the approach. **FINAL CONSIDERATIONS:** However, it was concluded that both professionals play a key role in raising awareness of the school community and society as a whole about the importance of inclusive education. They work in partnership with families, guiding and involving them in the students' educational process, strengthening collaboration between school and family.

**KEYWORDS:** Inclusion. Education. Neuropsychopedagogy.

<sup>1</sup> Graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Licenciatura em Pedagogia (Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias - FAC) Especialista em Geografia e Meio Ambiente, Educação Ambiental na Área Multidisciplinar, Coordenação Pedagógica e Planejamento Educacional, Gestão, Supervisão e Orientação Educacional, Atendimento Educacional Especializado AEE, com Ênfase em Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa, Neurociência Aplicada a Psicopedagogia Clínica e Institucional, Mestre em Políticas e Administração de Educadores pela Universidade Aberta do Brasil - UAB. Atualmente efetivo no Município de Riachão das Neves e no Município de Barreiras - BA. Doutorando em Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** e.erivaldocoutinho@bol.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2185865589643710.

## INTRODUÇÃO

A atuação do neuropsicopedagogo é pautada em uma avaliação multidimensional, considerando aspectos neurológicos, cognitivos, emocionais e sociais. Por meio dessa avaliação, o profissional pode identificar as habilidades preservadas e as áreas de dificuldade específicas de cada criança, permitindo o planejamento de intervenções personalizadas (LERNER, 2014).

Assim, o papel do neuropsicopedagogo institucional é de suma importância nas instituições escolares, pois auxilia a equipe técnica-pedagógica e o grupo de professores no desenvolvimento de estratégias educacionais inclusivas e adaptadas às necessidades dos alunos. O neuropsicopedagogo institucional promove a compreensão das dificuldades de aprendizagem e das necessidades especiais dos estudantes, contribuindo para a criação de um ambiente educacional acolhedor e estimulante (DEHAENE, 2012).

No tocante a atuação do neuropsicopedagogo clínico este desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva, ao realizar avaliações e intervenções individualizadas para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais. Por meio de sua expertise em neuropsicologia e pedagogia, o neuropsicopedagogo clínico contribui para o diagnóstico preciso das dificuldades e transtornos que podem afetar o desenvolvimento acadêmico e emocional dos estudantes, fornecendo estratégias terapêuticas e apoio para superar essas barreiras (CARNEIRO et al., 2021).

A atuação do neuropsicopedagogo clínico e do neuropsicopedagogo institucional contribuem para a consolidação de uma educação inclusiva, na qual cada aluno é valorizado em sua singularidade e recebe o suporte necessário para o seu desenvolvimento pleno. Esses profissionais desempenham um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e acolhedora, onde todos têm a oportunidade de aprender

e crescer, independentemente de suas diferenças e necessidades especiais (SANTOS; SOUZA, 2020).

## OBJETIVO

Discutir sobre as contribuições do neuropsicopedagogo institucional e clínico para consolidação da educação inclusiva.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e abordagem básica de cunho bibliográfico diante da abordagem.

## NEUROPSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL

O profissional especializado em Neuropsicopedagogia tem a capacidade de atuar tanto no contexto escolar quanto no clínico. Seu trabalho envolve uma compreensão aprofundada do funcionamento do cérebro, incluindo a plasticidade cerebral, os transtornos do neurodesenvolvimento, as síndromes e as metodologias de ensino e aprendizagem relacionadas ao processo de aprendizagem e suas dificuldades (BARBOSA, 2001).

No que diz respeito ao código de ética, o artigo 15º enfatiza claramente que

O Neuropsicopedagogo fará sua atuação dentro das especificidades do seu campo e área do conhecimento, no sentido da educação e desenvolvimento das potencialidades humanas, daqueles aos quais presta serviços (SBNPp nº 00.001, 2014 p. 01)

O Neuropsicopedagogo Institucional é um profissional que atua nas instituições escolares, desempenhando um papel de apoio à equipe técnico-pedagógica e aos grupos de professores. Sua função principal é utilizar conhecimentos da neurociência, da psicologia e da pedagogia para compreender as necessidades individuais dos alunos, especialmente aqueles com dificuldades

de aprendizagem ou transtornos neuropsicológicos (DEHAENE, 2012).

O Neuropsicopedagogo Institucional trabalha em colaboração com a equipe escolar, fornecendo suporte na identificação de problemas de aprendizagem, elaborando estratégias pedagógicas diferenciadas e desenvolvendo intervenções personalizadas (SILVEIRA, 2019).

O Neuropsicopedagogo Institucional desempenha um papel de extrema importância, pois utiliza seus conhecimentos para socializar as informações disponíveis, promovendo o desenvolvimento cognitivo e potencializando as habilidades dos alunos. Ele é essencial na comunicação direta com todos os envolvidos nesse processo, incluindo não apenas a equipe pedagógica, mas também a família (DEHAENE, 2012).

### NEUROPSICOPEDAGO CLÍNICO

O profissional especializado em Neuropsicopedagogia Clínica desenvolve suas funções em consultórios clínicos e postos de saúde, onde realiza avaliações de crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais, como Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), entre outros (CARNEIRO et al., 2021).

No contexto da avaliação, é enfatizado que o objetivo principal é identificar o diagnóstico do estudante, ou seja, compreender qual dificuldade ou transtorno está impedindo seu desenvolvimento, seja no âmbito do vínculo afetivo, comportamental, habilidades neuromotoras ou atraso na linguagem, podendo ser de origem intrínseca ou externa. Com base nessas observações, é elaborado um laudo consciente que colabora com a família e a escola.

É crucial que o profissional continue acompanhando o desenvolvimento do estudante após a emissão do laudo, e também pode encaminhá-lo para outros especialistas que, em conjunto, darão continuidade ao processo, buscando meios para amenizar seu quadro clínico (ROSARIO et al., 2018).

Cada tipo de habilidade ou comportamento pode ser bem relacionado a certas áreas do cérebro em particular. Assim, há áreas habilitadas a interpretar estímulos que levam a percepção visual e auditiva, à compreensão e a capacidade linguística, à cognição, ao planejamento de ações futuras, inclusive de movimento (RELVAS, 2010, p. 15).

Portanto, durante a condução de sua avaliação, o neuropsicopedagogo tem a capacidade de realizar testes, utilizar materiais lúdicos e aplicar jogos. Suas observações e anotações desempenham um papel fundamental na análise diagnóstica e são de suma importância para uma possível intervenção (ROSARIO et al., 2018).

### O NEUROPSICOPEDAGOGO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Quando se aborda a educação inclusiva, trata-se de uma transformação no modo como a sociedade enxerga e garante os direitos de todas as crianças e adolescentes com necessidades especiais. Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial ao ampliar a participação dos alunos dentro das instituições de ensino (ROSARIO et al., 2018). De acordo com o Ministério da Educação (MEC, 2004, p. 26):

A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania (BRASIL, 2004, p. 14).

Diante da educação inclusiva, que visa atender a todos os indivíduos com diferentes necessidades especiais, o papel do neuropsicopedagogo é ainda mais exigente. Ele precisa ser habilidoso no planejamento de suas intervenções pedagógicas e avaliações, além de ter um olhar atento para identificar as necessidades

apresentadas pelos alunos, sejam elas físicas, sensoriais, mentais ou relacionadas a transtornos comportamentais. Essas necessidades podem estar impedindo o progresso do aluno em seu desenvolvimento social e acadêmico (ROSARIO et al., 2018).

Sahb (2004, p.6) descreve sobre a escola inclusiva que:

[...] pressupõe uma nova escola, comum na sua organização e funcionamento, pois adota os princípios democráticos da educação de igualdade, equidade, liberdade e respeito à dignidade que fortalecem a tendência de manter na escola regular os alunos.

Portanto, ao realizar seu trabalho, o neuropsicopedagogo deve garantir que a criança ou adolescente com necessidades especiais seja integrado de forma inclusiva, sem discriminação, dentro do ambiente escolar. Ele desempenha um papel crucial ao auxiliar pais e professores na implementação de práticas positivas que promovam o desenvolvimento desses alunos (ROSARIO et al., 2018).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do neuropsicopedagogo clínico e do neuropsicopedagogo institucional desempenha um papel fundamental na consolidação de uma educação inclusiva. Esses profissionais têm como objetivo principal promover o desenvolvimento e a aprendizagem de alunos com dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais, garantindo que eles tenham acesso a uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva.

O neuropsicopedagogo clínico desempenha um papel crucial ao realizar avaliações detalhadas e diagnósticos precisos, identificando as necessidades específicas de cada aluno. Com base nessa compreensão, ele desenvolve estratégias personalizadas de intervenção, utilizando testes, materiais lúdicos e jogos para estimular o

desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos.

Já o neuropsicopedagogo institucional trabalha em estreita colaboração com a equipe pedagógica e os professores dentro das instituições escolares. Ele fornece suporte na identificação de dificuldades de aprendizagem, adaptação de práticas pedagógicas, elaboração de estratégias diferenciadas e criação de um ambiente inclusivo. O objetivo é garantir que todos os alunos sejam acolhidos, respeitados e tenham igualdade de oportunidades para alcançar seu pleno potencial educacional.

Ambos os profissionais desempenham um papel fundamental na sensibilização da comunidade escolar e da sociedade como um todo sobre a importância da educação inclusiva. Eles trabalham em parceria com as famílias, orientando e envolvendo-as no processo educacional dos alunos, fortalecendo a colaboração entre escola e família.

### REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. M. S. A Psicopedagogia no âmbito da instituição escolar. Curitiba: Expoente; 2001.

BRASIL, SEESP/MEC. Educação inclusiva, MEC, v. 3, 2004. 26 p.

CARNEIRO, L. V. et al. Desafios no processo de educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 6, p. e7689-e7689, 2021.

DEHAENE, S. **Os Neurônios da Leitura: Como a Ciência explica a nossa capacidade de ler**. Porto Alegre: Penso, 2012.

LERNER, Richard M. Intervenções personalizadas: um framework baseado em teoria para aprimorar funções executivas. *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, v. 40, n. 6, p. 475-487, 2014.

RELVAS, M. P. **Neurociência e educação: potencialidades dos gêneros humanos na sala de aula**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak. Ed., 2010.

ROSARIO et al. **A importância da atuação do neuropsicopedagogo para minimizar o baixo rendimento escolar a partir dos casos de**

**bullying.** Cuadernos de Educación y Desarrollo, Servicios Académicos Intercontinentales. 2018.

SANTOS, T. M. C.; SOUZA, M. S. A atuação do psicopedagogo institucional na perspectiva inclusiva. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 91, p. 132-142, 2020.

SILVEIRA, R.O que faz um psicopedagogo institucional? **Revista Práxis Pedagógica**. vol. 2, nº 1, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/view/119/pdf>. Acesso em 17 mai. 2023.



## NEUROPSICOPEDAGOGIA APLICADA AO COTIDIANO ESCOLAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE INCLUSÃO

### NEUROPSYCHOPEDAGOGY APPLIED TO SCHOOL DAILY LIFE AND ITS CONTRIBUTIONS IN THE INCLUSION PROCESS

Erivaldo de Jesus Coutinho <sup>1</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** A Neuropsicopedagogia é uma área de atuação recente que tem como objetivo lidar com problemas relacionados à aprendizagem humana e seu desenvolvimento cerebral. A intervenção neuropsicopedagógica na inclusão visa criar um ambiente educacional inclusivo e acolhedor, adaptando metodologias e recursos pedagógicos para atender às necessidades individuais dos alunos. **OBJETIVO:** Analisar e discutir as contribuições da neuropsicopedagogia no processo de inclusão no ensino fundamental. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e abordagem básica com cunho bibliográfico diante da abordagem. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Contudo, concluiu-se que a neuropsicopedagogia é um campo científico emergente que reúne pesquisadores em tecnologia educacional, neurociência cognitiva da evolução, psicologia educacional, teoria educacional, neurociência cognitiva e outras metodologias associadas para explorar as interações entre processos biológicos e educação. Assim, neuropsicopedagogia desempenha um papel fundamental no processo de inclusão, oferecendo suporte e intervenção para garantir a participação plena e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com necessidades educacionais especiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Aprendizagem. Neuropsicologia.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** Neuropsychopedagogy is a recent area of activity that aims to deal with problems related to human learning and brain development. The neuropsychopedagogic intervention in inclusion aims to create an inclusive and welcoming educational environment, adapting methodologies and pedagogical resources to meet the individual needs of students. **OBJECTIVE:** To analyze and discuss the contributions of neuropsychopedagogy in the process of inclusion in elementary education. **METHODOLOGY:** This is a qualitative research, with a descriptive approach and a basic approach with a bibliographic nature in view of the approach. **FINAL CONSIDERATIONS:** However, it was concluded that neuropsychopedagogy is an emerging scientific field that brings together researchers in educational technology, evolutionary cognitive neuroscience, educational psychology, educational theory, cognitive neuroscience and other associated methodologies to explore the interactions between biological processes and education. Thus, neuropsychopedagogy plays a key role in the inclusion process, offering support and intervention to ensure full participation and the academic and social development of students with special educational needs.

Keywords: Special education, Learning; Neuropsychology.

<sup>1</sup> Graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Licenciatura em Pedagogia (Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias - FAC) Especialista em Geografia e Meio Ambiente, Educação Ambiental na Área Multidisciplinar, Coordenação Pedagógica e Planejamento Educacional, Gestão, Supervisão e Orientação Educacional, Atendimento Educacional Especializado AEE, com Ênfase em Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa, Neurociência Aplicada a Psicopedagogia Clínica e Institucional, Mestre em Políticas e Administração de Educadores pela Universidade Aberta do Brasil - UAB. Atualmente efetivo no Município de Riachão das Neves e no Município de Barreiras - BA. Doutorando em Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** e.erivaldocoutinho@bol.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2185865589643710.

## INTRODUÇÃO

A Neuropsicopedagogia é uma área de atuação recente que tem como objetivo lidar com problemas relacionados à aprendizagem humana e seu desenvolvimento cerebral. O termo "Neuropsicopedagogia" é formado pela combinação de três áreas fundamentais para a atuação desse especialista: neurociência, psicologia e pedagogia (FONSECA, 2014).

Assim, essa abordagem está fundamentada nos estudos das neurociências, da psicologia e da pedagogia, focando no processo de aprendizado do ser humano. A Neuropsicopedagogia se baseia em diversas disciplinas do conhecimento humano que estão relacionadas ao estudo da aprendizagem humana (OLIVER, 2013).

Então, o conhecimento da neurociência desempenha um papel fundamental na atuação do neuropsicopedagogo, pois permite compreender as dificuldades que o indivíduo enfrenta em relação à aprendizagem. Esse conhecimento embasado na neurociência, combinado com uma abordagem psicopedagógica, permite ao profissional identificar as causas das dificuldades e elaborar estratégias de intervenção adequadas.

Ao compreender como o cérebro funciona e como os processos cognitivos e emocionais estão relacionados à aprendizagem, o neuropsicopedagogo pode oferecer suporte personalizado e direcionado para cada indivíduo.

O neuropsicopedagogo desempenha um papel abrangente, indo além do processo de aprendizagem, ao considerar as diversas nuances que envolvem a vida dos indivíduos, como fatores socioemocionais e familiares. Sua atuação pode ocorrer em diferentes contextos, como escolas, empresas, hospitais, organizações não governamentais, orfanatos, asilos e outros espaços sociais. O objetivo principal é oferecer estratégias para superar as dificuldades de aprendizagem, aproveitando a capacidade de neuroplasticidade do cérebro humano (TAVARES et al., 2019).

É importante salientar que, a neuropsicopedagogia aperfeiçoa a aprendizagem na educação especial considerando que busca por uma aprendizagem com eficiência dispõe de mecanismos inovadores através da neurociência. Nesse sentido as ciências do cérebro, que avançam adicionando informações científicas essenciais para a melhor compreensão do aprendizado como fenômeno complexo contemporâneo das ações educacionais (GOMES, 2020).

No contexto da inclusão, o neuropsicopedagogo atua de forma multidisciplinar, colaborando com professores, profissionais da saúde e da educação, familiares e demais envolvidos no processo educacional. Ele realiza avaliações neuropsicopedagógicas, identificando as dificuldades e potencialidades do aluno, e desenvolve estratégias de intervenção personalizadas, levando em conta suas particularidades.

A intervenção neuropsicopedagógica na inclusão visa criar um ambiente educacional inclusivo e acolhedor, adaptando metodologias e recursos pedagógicos para atender às necessidades individuais dos alunos. O profissional trabalha em conjunto com os demais envolvidos para implementar adaptações curriculares, oferecer suporte emocional e promover a autonomia e o desenvolvimento pleno do aluno (GOMES, 2020).

## OBJETIVO

Analisar e discutir as contribuições da neuropsicopedagogia no processo de inclusão no ensino fundamental.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e abordagem básica com cunho bibliográfico diante da abordagem.

## NEUROCIÊNCIA

A neurociência é uma disciplina científica que se dedica ao estudo do desenvolvimento, estrutura e funcionamento do sistema nervoso. Os neurocientistas concentram-se especialmente no cérebro e em como ele influencia o comportamento e as funções cognitivas, como o pensamento. Além disso, eles investigam o que acontece no sistema nervoso quando um indivíduo apresenta algum distúrbio neurológico, psiquiátrico ou neurodegenerativo (FERNANDEZ, 2010).

Trata-se de um campo multidisciplinar da biologia, que combina conhecimentos de fisiologia, anatomia, biologia molecular, biologia do desenvolvimento, citologia, modelagem matemática e psicologia. Seu objetivo é compreender as propriedades fundamentais e emergentes dos neurônios e dos circuitos neurais. A compreensão da base biológica da aprendizagem, memória, comportamento, percepção e consciência foi descrita por Eric Kandel como o "desafio final" das ciências biológicas (VENTURA, 2012).

Ao longo do tempo, o escopo da neurociência tem se expandido para incluir diferentes abordagens usadas no estudo do sistema nervoso em diversas escalas. As técnicas utilizadas pelos neurocientistas também se tornaram cada vez mais avançadas, abrangendo desde estudos moleculares e celulares de neurônios individuais até imagens de atividades sensoriais e motoras no cérebro. A neurociência deu origem a outras disciplinas, como neuroeducação, neuroética e neurologia (HENNEMANN, 2012).

Com o aumento do número de cientistas que se dedicam ao estudo do sistema nervoso, várias organizações proeminentes na área da neurociência foram criadas para fornecer um fórum para neurocientistas e educadores. Por exemplo, a Organização Internacional de Pesquisa do Cérebro foi fundada em 1960, a Sociedade Internacional de Neuroquímica em 1963, a Sociedade Europeia de Cérebro e Comportamento em 1968 e a Sociedade de Neurociência em 1969 (BEAR; CONNORS; PARADISO, 2002).

A neurociência tem sido historicamente considerada como um ramo da biologia, mas é uma ciência multidisciplinar que se relaciona com diversas outras disciplinas, como matemática, linguística, engenharia, ciência da computação, química, filosofia, psicologia e medicina (HENNEMANN, 2012).

Algumas pessoas consideram a neurociência e a neurobiologia como sinônimos. No entanto, a neurobiologia abrange a biologia do sistema nervoso, enquanto a neurociência abrange tudo o que está relacionado ao sistema nervoso. Os neurocientistas exploram diversos aspectos, desde os níveis funcional, molecular, evolutivo, celular e médico do sistema nervoso até os aspectos computacionais (COLE; COLE, 2003).

## NEUROPSICOPEDAGOGIA

A neuropsicopedagogia é um campo de conhecimento que busca integrar de forma equilibrada informações provenientes de diversas áreas, como Antropologia, Pedagogia, Sociologia, Psicologia, entre outras. Ela desempenha um papel crucial na construção do conhecimento individual e na promoção de uma aprendizagem significativa, com base no desenvolvimento cognitivo e no desenvolvimento de competências. A neurociência caminha junto com outros saberes e ciências, complementando os conhecimentos (FONSECA, 2014).

De acordo com Moreira (2020), a neuropsicopedagogia adota uma visão ampla e baseia-se em conhecimentos fundamentados na neurociência. Tanto o neuropsicopedagogo clínico quanto o institucional contribuem para o processo de aprendizagem e a formação de professores.

[...] a neuropsicopedagogia procura reunir e integrar os estudos do desenvolvimento, das estruturas, das funções e das disfunções do cérebro, ao mesmo tempo que estuda os processos psicocognitivos responsáveis pela aprendizagem e os processos psicopedagógicos responsáveis pelo ensino" (FONSECA, 2014, p.1).

Portanto, o neuropsicopedagogo é um especialista responsável por avaliar e intervir em questões relacionadas a transtornos, síndromes e potencialidades no contexto da aprendizagem. Para essa intervenção, é necessário um diagnóstico preciso.

Assim, o principal objetivo da neuropsicopedagogia é conhecer e estudar o cérebro e seus comportamentos, uma vez que o cérebro exerce um papel fundamental na regulação do corpo. É importante compreender cada área cerebral e como ela influencia os comportamentos individuais, a fim de avaliar, analisar e intervir de forma adequada (MOREIRA, 2020).

O pedagogo é o profissional que trabalha diretamente na educação, na escola, atuando como professor e sendo responsável pelo desenvolvimento do processo de aprendizagem da criança. Ele orienta o aluno em sua formação, direcionando-o no caminho da aprendizagem e do crescimento educacional. O pedagogo possui conhecimentos pedagógicos e metodológicos essenciais para planejar e executar práticas educativas adequadas. Seu objetivo é criar um ambiente propício ao ensino-aprendizagem, utilizando estratégias pedagógicas eficientes e adaptadas às necessidades dos alunos “ a pessoa que se forma em pedagogia entende os processos de ensino-aprendizagem. Aprende também métodos de ensino, de modo que o pedagogo disponha dos conhecimentos de vários métodos de ensino para que a aprendizagem da turma ou do indivíduo” (CASTRO, 2019, p.1).

## NEUROPSICOPEDAGOGIA E INCLUSÃO

A aprendizagem, segundo Vigotsky (1987), é resultado da interação entre o sujeito e um objetivo comum. Essa interação envolve a comunicação, e a linguagem desempenha um papel fundamental nesse processo. No início, quando bebês, a linguagem se manifesta por meio da oralidade e gestos, à medida que vão assimilando e agregando conhecimentos, até que surgem as

primeiras palavras, dando origem às funções da linguagem (VIGOTSKY, 1987).

O desenvolvimento humano ocorre em estágios distintos, divididos em quatro fases: sensório-motor (do nascimento até cerca de 2 anos), pré-operatório (dos 2 aos 7 anos), operacional concreto (dos 7 aos 11 anos) e operações formais (a partir dos 11 ou 12 anos) (FREITAS, 2000).

Portanto, é de grande importância abordar a educação especial e inclusiva no processo educacional, pois a educação é uma das fases da vida humana. A inclusão é essencial e extremamente significativa para aqueles que estão sendo incluídos. Embora seja um processo desafiador, é de extrema importância em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino básico e superior.

Conforme mencionado nos tópicos anteriores, a inclusão tem sido amplamente discutida atualmente. No entanto, antes de abordar a inclusão, é necessário questionar o diagnóstico das deficiências, pois muitas crianças precisam passar por um processo de acompanhamento e avaliação antes de necessitar da intervenção de um neuropsicopedagogo. Conforme Schneider (2019, p. 2):

Neuropsicopedagogia, é um campo do conhecimento que compartilha de modo harmonioso com outros conhecimentos e princípios de diferentes elementos das Ciências Humanas: Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Antropologia, entre outras, compreendendo o erro apresentado pelo sujeito na técnica de construção do seu conhecimento, de uma aprendizagem significativa e suas interações como razões relevantes no desenvolvimento das competências cognitivas. Ou seja, neurociência anda junto com outros saberes e ciências, complementando os conhecimentos.

Portanto, durante o processo pedagógico, podem surgir situações que nem o professor, psicólogo ou pedagogo conseguem resolver sozinhos. Essas questões muitas vezes se tornam práticas e mais fáceis de serem

solucionadas com o acompanhamento de um neuropsicopedagogo.

Dessa forma, fica evidente que esse profissional pode auxiliar no processo de inclusão de alunos com deficiência, promovendo uma aprendizagem significativa e aquisição de novos conhecimentos.

### ATUAÇÃO DO NEUROPSICOPEDAGOGO

No processo de acompanhamento com o neuropsicopedagogo, o indivíduo, seja criança ou adulto, inicialmente visita o consultório. O profissional avalia a necessidade do paciente por meio do conhecimento familiar e individual, utilizando entrevistas como ferramenta. A partir disso, o profissional traça seus objetivos e trabalha com o paciente, muitas vezes incluindo também objetivos para a família (GOMES, 2020).

"A escuta nos leva a pensar que, como sintoma, esse não aprender resistente pode estar traduzindo conflitos intrapsíquicos construídos nas relações intersubjetivas, particularmente dentro da dinâmica familiar contemporânea" (GOMES, 2020, p. 2).

Portanto, qualquer ação requer um diagnóstico abrangente e aprofundado, que envolva a família, a escola e o desempenho da criança. É necessário identificar as dificuldades da criança para elaborar um plano individualizado (GOMES, 2020).

A importância do neuropsicopedagogo no processo de inclusão é notável, pois ele realiza um trabalho completo, visando estimular áreas do cérebro do aluno e auxiliá-lo no processo de aprendizagem. O objetivo é buscar o progresso e o avanço contínuos da criança ao longo do tempo, sempre considerando a formação do aluno dentro do cronograma estabelecido. Diante disso, o próximo tópico abordará de forma mais específica a importância do neuropsicopedagogo nas intervenções escolares e no processo de aprendizagem (CASTRO, 2020).

A educação básica abrange diferentes níveis de ensino que contribuem para a formação escolar dos indivíduos. Ela é composta pela Educação Infantil, que inclui

a creche (0 a 3 anos) e a pré-escola (4 a 5 anos), pelos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), pelos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e pelo Ensino Médio (1º ao 3º ano).

A Educação Infantil desempenha um papel fundamental na formação global da criança. Os primeiros anos de vida são essenciais para o seu desenvolvimento imediato. Nessa fase, é importante que haja um foco no desenvolvimento psicomotor, que está relacionado ao desenvolvimento motor da criança. É necessário integrar novas construções psicomotoras e proporcionar experiências motoras adaptadas.

O Ensino Fundamental é uma etapa importante no percurso da educação básica, representando a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Nessa fase, é importante que sejam realizadas atividades que envolvam a exploração do corpo e do movimento na escola, visando ao desenvolvimento integral do aluno.

O processo de ensino e aprendizagem a crianças com dificuldades de aprendizagem na pré-escola deve estar pautado numa perspectiva de mudança, de transformação social, no respeito as diversidades de raça, classe, gênero ou qualquer outra distinção, como forma de legitimar um fazer pedagógico democrático. O ensino como construção social, precisa contribuir para a formação integral do ser humano, em seus aspectos físicos, motores, cognitivos, psicológicos, entre outras dimensões (LIMA, 2017, p. 91).

É principalmente nessas etapas que o neuropsicopedagogo desempenha um papel relevante. Quanto mais cedo for realizado o diagnóstico e o tratamento, melhor será para o processo educacional e de aprendizagem. É importante que a intervenção seja específica e adequada, considerando as necessidades individuais dos alunos (CASTRO, 2019).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS



Contudo, concluiu-se que a neuropsicopedagogia é um campo científico emergente que reúne pesquisadores em tecnologia educacional, neurociência cognitiva da evolução, psicologia educacional, teoria educacional, neurociência cognitiva e outras metodologias associadas para explorar as interações entre processos biológicos e educação.

O papel do neuropsicopedagogo é mediar, apoiar, contribuir para que a criança ou adolescente seja despertado e tenha motivos para o estudo, por meio de incentivos e técnicas adequadas e singularizada para cada pessoa, considerando suas formas e meios de aprendizagem e contribuindo com a independência cognitiva gradual do neuro-aprendiz.

Ademais, no contexto da inclusão, o neuropsicopedagogo trabalha em colaboração com professores, profissionais da saúde, familiares e demais envolvidos na educação do aluno. Ele realiza avaliações neuropsicopedagógicas, identificando possíveis dificuldades de aprendizagem, transtornos ou síndromes que possam influenciar no processo educativo.

Assim, neuropsicopedagogia desempenha um papel fundamental no processo de inclusão, oferecendo suporte e intervenção para garantir a participação plena e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com necessidades educacionais especiais.

Com base nessas avaliações, o neuropsicopedagogo elabora planos de intervenção individualizados, que visam suprir as necessidades específicas de cada aluno. Essas intervenções podem envolver estratégias pedagógicas diferenciadas, adaptações curriculares, recursos de tecnologia assistiva, suporte emocional e orientações para os professores sobre como lidar com as demandas específicas do aluno.

## REFERÊNCIAS

BEAR, M. F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M. A. **Neurociências: desvendando o sistema nervoso**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CASTRO, T. **Pedagogia, psicopedagogia e neuropsicopedagogia: qual a diferença?**. 2019. Disponível em <<https://tatianecastro.com/2019/08/pedagogia-psicopedagogia-e-neuropsicopedagogia-qual-a-diferenca/>>. Acesso em maio. 2023.

COLE, M.; COLE, S. R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERNANDEZ, A. C. G. **Aportes de la Neuropsicopedagogía a la pedagogía. La visión de Jennifer Delgado em: Desmistificación de la Neuropsicopedagogía**. Colômbia, ASO-COPSIP, 2010.

FONSECA, V. **Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica**. Rev. Psicopedagogia 2014; 31(96): 236-53.

FREITAS, M.T.A. de. **Vygotsky e Bakhtin: Psicologia e Educação: um intertexto**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

GOMES, M.L. M. **Intervenção Neuropsicopedagógica: um Ensaio Sobre a Inclusão Escolar de Alunos com Dificuldades de Aprendizagem**. 2020. Disponível em <<https://psicologado.com.br/neuropsicologia/intervencao-neuropsicopedagogica-um-ensaio-sobre-a-inclusao-escolar-de-alunos-com-dificuldades-de-aprendizagem>> Acesso em maio. 2023.

LIMA, F. R. **Sentidos da intervenção neuropsicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem na pré-escola**. EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação, v.4, n.7, p. 78-95, jan/abr, 2017-ISSN: 2359-2087. Disponível em <<file:///C:/Users/User/Downloads/2012-8432-2-PB.pdf>>. Acesso em maio. 2023.

MOREIRA, N. E. **A psicopedagogia e a neuropsicopedagogia na intervenção pedagógica da aprendizagem como ferramenta na formação continuada de professores**. 2020. Disponível em <[http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/a\\_psicopedagogia\\_e\\_a\\_neuropsicopedagogia\\_na\\_intervencao\\_pedagogica\\_da\\_aprendizagem\\_como\\_ferramenta\\_na\\_formacao\\_continuada\\_de\\_professores.pdf](http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/a_psicopedagogia_e_a_neuropsicopedagogia_na_intervencao_pedagogica_da_aprendizagem_como_ferramenta_na_formacao_continuada_de_professores.pdf)> Acesso em maio. 2023.

OLIVIER, L. **Distúrbios de Aprendizagem e de Comportamento**. Rio de Janeiro: Wark ed. 2011.

\_\_\_\_\_, L. **Transtornos de Comportamento e Distúrbios de Aprendizagem**. RJ: Wak Editora, 2013.

SCHNEIDER, F. **Atuação do Profissional da Neuropsicopedagogia no Contexto Escolar**. 2019. Disponível em <<https://psicologado.com.br/neuropsicologia/atuacao-do-profissional-da-neuropsicopedagogia-no-contexto-escolar>> Acesso em março. 2023.

TAVARES, D. S.et al. Inclusão Escolar, Dificuldades E Transtornos De Aprendizagem Na Prática Neuropsicopedagógica Institucional. **In: Anais**. VII Congresso Nacional de Educação –CONEDU, 2019.

VENTURA, D. F. Um retrato da área de neurociência e comportamento no Brasil. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2012, Vol 26 nº especial. Brasília: Universidade de São Paulo.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

## DIFICULDADES NO APRENDIZADO DE MATEMÁTICA: DISCALCULIA

### LEARNING DIFFICULTIES IN MATHEMATICS: DYSCALCULIA

Esrael dos Santos Ramos <sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a aprendizagem de alunos com discalculia nas turmas regulares. É fato que algumas instituições de ensino e algumas famílias não possuem estrutura adequada, além disso, poucos profissionais da área da educação estão preparados para viver esse novo momento da educação brasileira, faz-se necessário que haja a quebra dos paradigmas e obter o conhecimento sobre as práticas pedagógicas adequadas que possibilitarão que esta nova realidade seja de fato efetivada. Os meios de investigação usados foram pesquisa bibliográfica, observações e leituras de artigos, textos e livro. Através deste estudo foi possível perceber de que forma crianças com discalculia, que é causada por um distúrbio da maturação das habilidades matemáticas que podem ser amenizadas com a ajuda de profissionais especializados, aprendem fazer cálculos, interpretam problemas matemáticos e compreendem conceitos matemáticos; e, amenizam as suas dificuldades nessa disciplina. Portanto o aluno com esse transtorno da aprendizagem, é capaz de aprender e desenvolver a sua capacidade cognitivo, desde que tenha um acompanhamento familiar e um ensino eficaz, principalmente com o lúdico, uso de jogos que estimulem o raciocínio, o pensamento rápido e a atenção do aluno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discalculia. Intervenção. Aprendizagem.

#### ABSTRACT

This paper aims to analyze the learning of students with dyscalculia in regular classes. It is a fact that some educational institutions and some families do not have an adequate structure; moreover, few professionals in the field of education are prepared to live this new moment in Brazilian education, it is necessary to break paradigms and obtain knowledge about appropriate pedagogical practices that will enable this new reality to be in fact effective. The means of investigation used were bibliographic research, observations, and article, text, and book readings. Through this study it was possible to see how children with dyscalculia, which is caused by a maturation disorder of mathematical skills that can be alleviated with the help of specialized professionals, learn to do calculations, interpret mathematical problems and understand mathematical concepts; and, alleviate their difficulties in this subject. Therefore, the student with this learning disorder is capable of learning and developing his cognitive capacity, as long as he has family support and effective teaching, especially with playful games that stimulate the student's reasoning, quick thinking, and attention.

**KEYWORDS:** Dyscalculia. Intervention. Learning.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Mestrado em Ciências da Educação pela UI - Universidad Interamericana. Especialização em andamento em Ensino de Matemática pela Faculdade de Artes, Ciências e Tecnologias, FACET/BA. Especialização em Coordenação E Gestão Pedagógica pela Faculdade Serigy, FS. Graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Sergipe, UFS. **E-MAIL:** esraelrael4@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9676694996767506.

## INTRODUÇÃO

A aprendizagem em Matemática de alunos com discalculia não é tarefa fácil, mas pode ser adquirida através de um trabalho voltado para o desenvolvimento da sua capacidade cognitiva, através do empenho e mediações do professor, em parceria com a escola e a família. Pois, a discalculia, é causada por um distúrbio da maturação das habilidades matemáticas que podem ser amenizadas com a ajuda de profissionais especializados; que costuma manifestar-se a partir do sétimo e oitavo ano de vida.

Ensinar o aluno com discalculia não é tarefa impossível; é uma tarefa que requer muita criatividade e dedicação, mesmo que a pessoa com essa dificuldade em Matemática estude numa turma regular, que é um direito ele estudar junto com os demais alunos. O que pode dificultar o trabalho de professores de alunos com discalculia, é a falta de preparação para lidar com esse transtorno; e, até mesmo da direção e coordenação pedagógica, como também a falta do apoio da família; a falta de recursos didáticos e pedagógicos nas escolas; e professores desqualificados, mal humorados, sem nenhum compromisso com a educação desses alunos.

As dificuldades no aprendizado de matemática pela discalculia são desafios na sala de aula para o professor de Matemática, pelo fato de o aluno, em muitos dos casos não ter diagnóstico; a falta de apoio familiar, a despreparação do currículo e a falta de políticas públicas como suporte preparatório e materiais didáticos adequados para lidar com esse transtorno silencioso e desconhecido para muitos.

Assim se faz necessário que o professor tenha uma meta, se o aluno com discalculia está na escola, ele vai aprender; buscando sempre o aperfeiçoamento através dos mecanismos que oferecem soluções para esse problema; mesmo que às vezes tenha que parar uma alternativa que julgue certo, mas que não teve êxito, porque a criatividade e a flexibilidade devem fazer parte

do ensino do professor de Matemática do aluno com discalculia.

O presente trabalho objetiva analisar a aprendizagem de alunos com discalculia nas turmas regulares. É fato que algumas instituições de ensino e algumas famílias não possuem estrutura adequada, além disso, poucos profissionais da área da educação estão preparados para viver esse novo momento da educação brasileira, faz-se necessário que haja a quebra dos paradigmas e obter o conhecimento sobre as práticas pedagógicas adequadas que possibilitarão que esta nova realidade seja de fato efetivada.

É de suma importância estudar e conhecer as dificuldades no aprendizado de matemática causado pela discalculia, pois alunos com discalculia que têm um acompanhamento familiar/clínico e, que são atendidos de forma correta (pedagogicamente, didaticamente e humanamente), enfim, que têm um suporte escolar eficiente, são mais fáceis de lidar e tem muito mais chance de aprender, e de se desenvolver cognitivamente.

Os meios de investigação usados foram pesquisa bibliográfica, observações e leituras de artigos, textos e livro. Através deste estudo foi possível perceber de que forma crianças com discalculia, que é causada por um distúrbio da maturação das habilidades matemáticas que podem ser amenizadas com a ajuda de profissionais especializados, aprendem fazer cálculos, interpretam problemas matemáticos e compreendem conceitos matemáticos; e, amenizam as suas dificuldades nessa disciplina.

### O QUE É DISCALCULIA?

Segundo BARBOSA (2008, p. 132), a palavra discalculia apresenta duas raízes gregas: “dis” que significa dificuldade e “calculia”, que se relaciona à arte de contar; ou seja, discalculia é uma dificuldade de aprendizagem apresentada na disciplina de matemática, na qual se qualifica pela dificuldade de fazer operações

matematicamente, de reconhecer e interpretar problemas, porque o portador de discalculia apresenta um baixo nível de desempenho nas tarefas de matemática que envolve competências aritméticas. Em geral, essa dificuldade é descoberta na escola, ao desenvolver atividades como estruturação de textos escritos, gráficos, compreensão de tabelas, interpretação de soluções problemas, entre outros.

Na discalculia do desenvolvimento, alguns processos cognitivos demonstram-se afetados, como: Velocidade de processamento da informação; Memória de trabalho; Memória em tarefas não-verbais, Memória de curto e longo prazo; Memória sequencial auditiva; Habilidades visuo-espaciais; Habilidades psicomotoras e perceptivo-táteis; linguagem matemática. (WAJNSZTEJN e WAJNSZTEJN, 2009, p.188).

A discalculia é definida como um transtorno na capacidade da matemática que se expõe na forma estrutural da maturação por inúmeras quantidades de erros nas habilidades de contar, habilidades computacionais, compreensão de números, soluções de problemas verbais e não verbais.

A discalculia é um transtorno estrutural da maturação das habilidades matemáticas, referente, sobretudo a crianças, e que se manifestaria pela quantidade de erros variados na compreensão dos números, habilidades de contagem, habilidades computacionais e solução de problemas verbais. (Jesus Nicasio Garcia, 1998). Ou ainda é um distúrbio neurológico que afeta a habilidade com números, em realizar operações matemáticas, em classificar números e colocá-los em sequência. Essa dificuldade de ordem neurológica e com evidência genética ocorre em razão de uma falha na formação dos circuitos neuronais, onde acredita-se que os dois hemisférios possam estar envolvidos. A D.D. (Discalculia do Desenvolvimento) parece ser um problema específico com o entendimento e ao acesso rápido de conceitos e fatos numéricos (WAJNSZTEJN e WAJNSZTEJN, 2009, p.187).

Diante desse contexto, uma boa parte das crianças que apresentam a discalculia é descoberto na escola. Por exemplo, esse transtorno pode ser encontrado em seis subtipos listados abaixo: discalculia verbal: dificuldades em nomear as quantidades matemáticas, os números, os termos, os símbolos e as relações; discalculia practognóstica: dificuldades para enumerar, comparar, manipular objetos reais; discalculia léxica: dificuldades na leitura de símbolos matemáticos; discalculia gráfica: dificuldades na escrita de símbolos matemáticos; discalculia ideognóstica: dificuldades em fazer operações mentais e compreender os conceitos matemáticos; discalculia operacional: dificuldades na execução de operações e cálculos numéricos. (WAJNSZTEJN e WAJNSZTEJN, 2009, p.188)

Assim, através desses subtipos pode-se compreender melhor como o aluno discalculico age em sala de aula ao aprendizado de matemática. É importante notar que a discalculia às vezes está junta a outros tipos de dificuldade como a Disgrafia, Dislexia e Transtorno de Déficit de Hiperatividade e Atenção (TDAH). “Essa dificuldade específica na matemática pode ocorrer concomitantemente a outros transtornos de aprendizagem como: TDAH, Dislexia, atraso de linguagem”. (WAJNSZTEJN e WAJNSZTEJN, 2009, p.187)

Vale ressaltar que a discalculia não é causada por deficiência mental, por déficit auditivo, visual ou por não ter uma boa escolarização. As crianças que sofrem dessa dificuldade não conseguem entender o que se é expresso na sala de aula, questões que achamos simples como relação de quantidade, ordem, espaço, distância e tamanho elas não conseguem ter uma compreensão clara; apresentam dificuldades em somar, diminuir, dividir e multiplicar. É na faixa etária dos 7 aos 8 anos de idade, quando as crianças começam a estudar os inícios das quatro operações que esses sinais podem ser percebidos com mais precisão. Segundo WAJNSZTEJN e WAJNSZTEJN (2009, p.188-189), alguns sinais de crianças que apresentam a discalculia podem ser notados frequentemente pelo professor como:



Símbolos numéricos são escritos em espelho ou em posição invertida; dígitos similares como 6 e 9, 3 e 8, são confundidos entre eles; inabilidade para compreender o espaçamento entre dois números, por exemplo: 9 17 será lido novecentos e dezessete; dificuldade no relacionamento e uso dos símbolos das 4 operações aritméticas básicas; problemas para entender mapas e tabelas; problemas para tomar nota de objetos ou símbolos quanto aparecem junto a outros objetos e símbolos; problemas em copiar números, dígitos ou figuras geométricas ou em reproduzi-las de memória; problemas em compreender peso, direção, espaço e tempo; falha na escrita ou leitura correta de valores com dois ou mais dígitos; problemas em entender o significado de símbolos das quatro operações aritméticas básicas ou reconhecer o uso de sinal negativo; problemas para entender a mudança de uma operação aritmética para outra; não conseguir pensar automaticamente que 64 é cinco mais que 59; incapacidade de incluir corretamente 7 e 25 numa série numérica; problemas em organizar a sequência numérica, bem como problemas em ordenar os números; por exemplo, se 16 vem antes ou depois de 17; ter péssima memória para fatos numéricos; ter dificuldade em acessar informações já aprendidas; problemas em associar palavras a símbolos ou vice-versa, ou em nomear objetos; dificuldades para encontrar o melhor caminho para resolver um problema proposto; Problemas em seguir do nível concreto para o pensamento abstrato. Isso é percebido quando se alteram questões onde se trabalham objetos concretos para símbolos matemáticos; dificuldade para seguir uma sequência de pensamentos na resolução de problemas, incluindo a inabilidade para introduzir uma estratégia de trabalho; dificuldade em entender responder oralmente ou por escrito os problemas apresentados em termos verbais ou visuais; problemas para realizar na prática as questões de vida diária; problemas na resolução de assuntos relacionados a figura geométrica; dificuldade em considerar o que pode ser calculado com valores estimados; dificuldade em seguir corretamente estratégias para solucionar um problema matemático, dificuldade em guardar todos os dados de um problema.

Pais e professores pensam que as crianças que sofrem desse tipo de dificuldade sentem preguiça para fazer as atividades propostas, mas, na verdade, essas crianças não conseguem compreender claramente o que é para fazer. Por isso que é necessário encaminhar a criança a profissionais especializados e em sala de aula o professor também auxiliar na parte pedagógica com intervenções necessárias, motivar a criança quanto a sua autoestima, para que a mesma não sofra e encara esse desafio do seu aprendizado, de forma precisa e natural para o bom desenvolvimento cognitivo e prático.

Quando se trata de analisar o domínio dos afetos, nada parece haver de muito misterioso: A afetividade é comumente interpretada como uma “energia”, portanto como algo que impulsiona as ações. Vale dizer que existe algum interesse, algum móvel que motiva a ação. O desenvolvimento da inteligência permite, sem dúvida, que a motivação possa ser despertada por um número cada vez maior de objetivo ou situações. Todavia, ao longo desse desenvolvimento, o princípio básico permanece o mesmo: a afetividade é a mola propulsora das ações, e a Razão está a seu serviço. (TAILLE; OLIVEIRA e DANTAS, 1992, p. 65).

A criança discalculica já apresenta alguns traços da dificuldade com a matemática, antes mesmo de estar na escola, porém na escola tem-se certeza, desse problema se não for bem trabalhado, pode criar um tipo de resistência ou bloqueio emocional, na qual irá interferir em todo o processo de aprendizagem e acabar se estendendo também na vida adulta, WAJNSZTEJN e WAJNSZTEJN (2009).

É necessário entender que nem todas as dificuldades encontradas por alguns alunos no processo de aprendizagem da matemática podem ser detectadas como discalculia. Às vezes, é apenas uma falta de entendimento, conexão na relação professor/aluno no ensino, aprendizagem. É de suma importância que o professor tenha consciência disso e chegue a uma conclusão de que o aluno não sofre desse transtorno da

discalculia, e passe a usar metodologias essenciais adequadas a idade e atendimento as dificuldades no ensino aprendizagem, para não haver a confusão de discalculia com dificuldade metodológica que pode ser superada em sala de aula. *“O papel do professor e da professora no processo de ensinar/aprender, portanto, é o de provocar situações nas quais aprender passe a ser interessante e conseqüentemente prazeroso”*. (BARBOSA, 2008, p. 25).

### COMO LIDAR COM O DISCALCULIA NA ESCOLA?

O aluno com discalculia é um indivíduo carente de um acompanhamento escolar adequado às suas necessidades cognitivas; pois a discalculia varia de pessoa para pessoa, pelos vários tipos de discalculia, há casos quase invisíveis, apenas qualificados diagnosticamente, ou seja, uns têm mais dificuldades de aprender. Crianças com esse transtorno apresentam diferenças e merecem atenção, respeito, compreensão e entendimento, com relação às áreas de interação social, comunicação e comportamento. Na escola, mesmo com tempos diferentes de aprendizagem, esses alunos devem ser incluídos em classes com os pares da mesma faixa etária (PESTANA, 2003).

Estabelecer rotinas em grupo e ajudar o aluno a incorporar regras de convívio social são atitudes de extrema importância para garantir o desenvolvimento na escola. Boa parte dessas crianças precisa de ajuda na aprendizagem da autorregulação (MEC /SEF/SEESP, 1998).

A escola precisa conhecer os limites do aluno com discalculia, criar e executar normas de boa conduta social; e apresentar as atividades do currículo visualmente, ação que ajuda no processo de aprendizagem desses alunos. Fazer ajustes nas atividades sempre que necessário e contar com a ajuda do profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Também cabe ao professor identificar as potências dos alunos. Investir em

ações positivas, estimular a autonomia e fazer o possível para conquistar a confiança da criança. Os alunos com discalculia costumam procurar pessoas que sirvam como 'porto seguro' e encontrar essas pessoas na escola é fundamental para o desenvolvimento (MEC; SEESP, 2001).

A escola deve colocar ofertas de métodos para a alfabetização, para aprendizagem, porque um aluno insatisfeito agirá contrariado. O aluno não somente aprende, mas repete aquilo que lhe causa prazer. Quando o efeito de uma informação é agradável, ele repete-a; quando é o contrário, não quererá repeti-la, devido ao mau gosto, a insatisfação mesmo. É aí que a escola deverá desenvolver projetos interdisciplinares e de atividades voltadas para o desenvolvimento da linguagem, interação social e comportamento, pois são áreas que precisam atenção e muita paciência, mesmo que no momento essas crianças não demonstrem aprendizagem, mas com passar do tempo essas aprendizagens podem ser vistas; porque o aluno com discalculia consegue aprender, mesmo que seja lento o processo (CARVALHO, 2004).

A escola deve estar de portas abertas e preparada para receber e atender o aluno com TGD para que ele tenha uma boa aprendizagem dos conteúdos seculares, porque a escola é um ambiente que proporciona o desenvolvimento dessa criança. Os rituais da escola funcionam como uma organização interna desse mesmo, tipo, ir ao banheiro, ao bebedouro; chegar no horário; conhecer os nomes dos coleguinhas e identifica-los; fazer refeição juntos, atividades físicas dentre outras, como garante:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.”

A escola é o meio mais adequado e preparado para o aluno com discalculia, pela sua definição e a forma como é organizada, qualificada para o atendimento desse aluno, pena que nem toda escola está preparada para tal missão. Mas diante de qualquer impossibilidade (estrutura física, pedagógica ou cortesia de profissionais), ela deve buscar soluções, seja do Estado, ou até mesmo da União, se for o caso, junto aos órgãos competentes, para que ela esteja apta a desenvolver a capacidade cognitiva (aprendizagem) do aluno com discalculia. Pois, segundo Jean Piaget (1896 –1980) “a capacidade cognitiva nasce e se desenvolve, não vem pronta.”

### **O PROFESSOR E O SUCESSO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO DISCALCÚLICO**

O professor é um benfeitor da humanidade. É aquele que tem características marcantes, como: agradável, positivo, respeitado, estruturado, organizado, dinâmico e estabelece normas claras em sala de aula; ora pedindo orientação; é um mediador responsável e que tem domínio de classe e de conteúdo; dá suporte estratégico no desenvolvimento das atividades do aluno, ou seja, quando ele percebe que o aluno está com dificuldade para responder as suas atividades, ele cria a melhor forma possível para que o aluno consiga responder e tenha uma boa aprendizagem (ACKERMAN, 2011); visto que, o aluno com discalculia apresenta distúrbio neurológico que afeta a habilidade em Matemática, cálculos. Ele deve ser tratado com carinho e muito amor. O professor não pode pressioná-lo, exigir no seu tempo, mas deixa-lo à vontade no que diz respeito à aprendizagem; orientá-lo na medida do possível, no que precisar.

O professor deve criar estratégias pedagógicas diversificadas para atender o comportamento do indivíduo, implementá-las, monitorar e avaliar seus resultados sistematicamente, reajustar sua prática pedagógica, se for preciso; sempre com orientação,

integração do conhecimento e suporte transdisciplinar; estar refletindo:

“Inflexibilidade / apego a rotinas; acolhimento à criança – como? Adaptação progressiva... (importância da antecipação dos fatos); rituais da escola como aprendizagem de organização do meio social real... Intervenções dos colegas – aprendizagens transformadoras de comportamentos. A escola tem se mostrado essencial..., demonstrando que a exposição ao meio social é condição de desenvolvimento para qualquer ser humano” (MEC/SMECE. UFC, 2010).

Há a urgência de suporte ao professor, com o objetivo de ofertar possibilidades para favorecer o desenvolvimento do aluno com discalculia, num ambiente adequado com menos restrições e com o máximo de recursos necessários à sua participação ativa e inclusão social, evitando a inadequação das práticas pedagógicas.

Investigadores e associações internacionais apontam, na escola, a ausência de clima pedagógico e de estratégias educacionais individualizadas, além de detectarem atitudes pessimistas, quando não opressivas ou utilistas, em muitos atores do processo ensino-aprendizagem (FONSECA, 2002: 13).

O professor do aluno com discalculia não pode sentir-se ou trabalhar sozinho. Ele deve fazer parte de uma rede, que identifique, observe, descreva, registre e avalie para discutir com a família, profissionais da equipe técnica e diretiva, acompanhar a evolução do caso, também através do encaminhamento para profissionais especializados. Mas, ele precisa, essencialmente, da estrutura institucional sistemática, formal e regularmente disponibilizada na escola e na rede de ensino (MORAIS, 2001).

O professor do aluno com discalculia, antes de pensar numa aula tradicional, copiar o livro didático para o aluno, deve criar atividades que levem o aluno a praticar, criar e estudar; propor a melhor forma de mediação do conteúdo; que o aluno seja capaz de pesquisar, estudar para resolver os deveres de casa; formar o aluno para a vida, mas para isso é preciso fazer um diagnóstico do aluno para conhecer o seu desenvolvimento intelectual e, a partir desse pressuposto saber lidar com ele: explorando seus conhecimentos de forma respeitosa e cautelosa (LIBÂNEO, 1994).

### O QUE É APRENDIZAGEM?

Aprendizagem é tudo aquilo que fica guardado na mente para sempre; é a qualidade de aprender o que é conduzido, mediado. A capacidade de aprender está no homem, mas o desenvolvimento dessa capacidade está no mestre, que pode ser um professor, um pai, uma mãe, um tio, um amigo ou qualquer outra pessoa com essa missão (COLL, 1992).

Aprendizagem requer criatividade, harmonia de conteúdo, objetivos e estratégias; O educador precisa se autoavaliar sempre; vê o que está dando certo e o que dá errado; fazer, refazer, tantas vezes precisar; o educador não é o dono do saber; nem o dono da verdade. Medo de errar não deve fazer parte do educador; o educador deve ter consciência de que, na vida, tudo o que é feito, passa por vários processos e, nesses processos, estão os erros e os acertos, mesmo que muitas das vezes não sejam visíveis. É uma virtude muito grande do educador, a humildade; o humilde aceita sempre correções, opiniões, conselhos e mudanças; não pensa no seu próprio bem; é altruísta, mas o arrogante, se acha o dono da verdade e da razão (FREIRE, 2004).

A aprendizagem do aluno com discalculia é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Aprender é o

resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. De acordo com a nova ênfase educacional, centrada na aprendizagem, o professor é coautor do processo de aprendizagem dos alunos, independente do grau de intelecto de cada um. Nesse enfoque centrado na aprendizagem, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente. Não dá para o educador estacionar no tempo, porque o mundo não para; a cada dia aparece uma nova descoberta, uma nova criação; graças às curiosidades daqueles que não se acomodam, querem o melhor, alcançar o alvo, determinado pelas exigências da sociedade. Enfim, a aprendizagem do aluno com discalculia é um processo que requer muita sabedoria, gosto, amor, dedicação e paciência, do professor, escola e família. O apoio (cuidado) da família é de suma importância no desenvolvimento da aprendizagem desse aluno (MARTOS-PÉREZ, 2005: S77).

O aluno com discalculia aprende através de jogos matemáticos, atividades educativas lúdicas, criativas e práticas que podem ser desenvolvidas usando recursos didáticos eficazes para o desenvolvimento da sua capacidade cognitiva, como: jogos educativos, cantinho de leitura, massa de modelar, pinturas, desenhos, colagem, elástico, tangaram, origami, ábaco, material dourado, dama, dominó, xadrez, dado, palito de picolé, dominó, dominó numérico, quebra-cabeça, calculadora, computador, régua, transferidor, compasso, figuras geométricas, rótulos, vídeo, música, teatro, cinema, paródia etc. E, também, através da repetição de atividades. Visto que os recursos didáticos na aula são essenciais para a elevação da autoestima, a assimilação dos conteúdos, e o estímulo à atenção, pois a aprendizagem do aluno com discalculia acontece de uma forma bem mais eficaz quando há estímulo à prática e o bem estar, ou seja, quando ele se sente atraído pela aula (MEC /SEF/SEESP, 1998).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem de Matemática do aluno com discalculia é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais, concretos, ambientais e o lúdico, como jogos e materiais didáticos adequados que estimulem o raciocínio lógico e cognitivo.

Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. De acordo com a nova ênfase educacional, centrada na aprendizagem, o professor é coautor do processo de aprendizagem dos alunos, independente do grau de intelecto de cada um. Nesse enfoque centrado na aprendizagem, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente. Não dá para o educador parar no tempo, porque o mundo não para; a cada dia aparece uma nova descoberta, um novo desafio, uma nova criação; graças às curiosidades daqueles que não se acomodam, querem o melhor, alcançar o alvo, determinado pelas exigências da sociedade. Enfim, a aprendizagem do aluno com discalculia é um processo que requer muita sabedoria, gosto, amor, dedicação, paciência e intervenção do professor, escola e família. O apoio (cuidado) da família é de suma importância no desenvolvimento da aprendizagem desse aluno.

A escola deve ofertar métodos para o desenvolvimento da aprendizagem, porque um aluno insatisfeito agirá contrariado. O aluno não somente aprende, mas repete aquilo que lhe causa prazer. Quando o efeito de uma informação é agradável, ele repete-a; quando é o contrário, não quererá repeti-la, devido o mau gosto, a insatisfação mesmo. É aí que a escola deverá desenvolver projetos interdisciplinares e de atividades voltadas para o desenvolvimento da linguagem, interação social e comportamento, pois são áreas que precisam atenção e muita paciência, mesmo que no momento essas crianças não demonstrem aprendizagem, mas com passar do tempo essas aprendizagens podem ser vistas; porque o aluno com

discalculia consegue aprender, mesmo que seja lento o processo.

Portanto, o professor comprometido com a aprendizagem do aluno com discalculia deve participar de conferências educativas, simpósios, congressos cursos, palestras e demais formações continuadas que lhe tragam benefícios enriquecedores para a qualificação do seu trabalho e desenvolvimento da capacidade cognitiva desses alunos; e também dizer que eles são capazes de aprender; ter bastante paciência e cautela nas interações e mediações; pois fazer um bom trabalho não é impossível é sacrificial. E, o melhor do que o sacrifício é o gozo de ver o aluno envolvido na aula, e ser um eterno aprendiz.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Psicopedagogia: um diálogo entre a psicopedagogia e a educação**. 2. ed. Curitiba: Bolsa nacional do livro, 2008.
- BRIZULA, Bárbara M. **Desenvolvimento matemático na criança: explorando notações**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotski e Wallon: **teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WAJNSZTEJN, Alesssandra Caturani; WAJNSZTEJN, Rubens. **Dificuldades escolares: um desafio superável**. 2. ed. São Paulo: Ártemis, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 29.ed São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LIBÂNÊO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MORAIS, R. (org.). **Sala de aula: que espaço é este?** 14ª ed. São Paulo: Papyrus, 2001.
- BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais Brasília: MEC, 1994.**



BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial.** – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva Com Os Pingos nos Is.** Editora: Meditação, Porto Alegre, 2004.  
PESTANA, André. **Gestão e educação: uma empresa chamada escola.** Petrópolis, RJ: Catedral das letras, 2003.

ACKERMAN, Beth. El maestro proactivo. In: Buena Conducta: **Una Guía Práctica Para La Disciplina Efectiva.** Publicaciones ACSI. 2011.

MARTOS-PÉREZ, J. **Intervención educativa en autismo desde una perspectiva psicológica.** Rev. Neurol.[online], 2005; vol. 40, (Supl 1): S177-S180.

FONSECA, V. **Libertar as inteligências: exclusão escolar como processo de exclusão social.** São Paulo: Salesiana, 2002.

COLL, C. **As contribuições da Psicologia para a Educação: Teoria Genética e Aprendizagem Escolar.** In LEITE, L.B. (Org.) Piaget e a Escola de Genebra. São Paulo: Editora Cortez, 1992. P. 164-197.

PULASKI, M.A.S. Piaget: perfil biográfico. In, Compreendendo Piaget: **uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança.** (?): Zahan Editora, 1980

## REALIDADE VIRTUAL E REALIDADE AUMENTADA NA EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO LITERÁRIA INTEGRATIVA

### VIRTUAL REALITY AND AUGMENTED REALITY IN EDUCATION: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Lady Jane Farias de Lima <sup>1</sup>

#### RESUMO

Em uma sociedade onde as Tecnologias de Informação e Comunicação progredem continuamente, de modo que a utilização de diversos equipamentos tecnológicos tornou-se algo cotidiano, faz-se necessário que o âmbito educacional mantenha-se em constante atualização, visando atender às demandas sociais surgentes. A Realidade Virtual (RV) e a Realidade Aumentada (RA) na educação podem ser viabilizadas por meio de computadores, smartphones, óculos de RV, headsets, livros didáticos que possuem a tecnologia de RA, dentre outros meios advindos da sociedade contemporânea. Todavia, quando se trata da busca por um processo educacional que conceba a utilização de RV e RA, torna-se necessário a verificação crítica em relação ao seu uso. Assim sendo, o objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão literária integrativa acerca da Realidade Virtual e Realidade Aumentada no contexto educacional. Foram consultados artigos provenientes das plataformas SciELO e periódicos da CAPES, publicados no período de 2017 a 2023. Os resultados apontam que estes recursos possuem potencial para auxiliar o processo educativo de uma maneira muito positiva, embora seja necessário a ênfase que seu uso não deve vir a substituir práticas pedagógicas que possam ser feitas no mundo real, como a observação de plantas ou animais, ou a realização de um experimento que possa ser fisicamente realizado, por exemplo. Isso indica que a RV e RA podem servir como um complemento didático importantíssimo, ao serem associadas à teorias de aprendizagem e às modalidades educacionais já existentes. Sempre considerando a importância do professor, elemento fundamental para o processo de ensino e aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Realidade virtual; Realidade Aumentada; Processo de ensino-aprendizagem contemporâneo.

#### ABSTRACT

In a society where Information and Communication Technologies progress continuously, so that the use of various technological equipment has become something everyday, it is necessary for the educational scope to remain constantly updated, in order to meet emerging social demands. Virtual Reality (VR) and Augmented Reality (AR) in education can be made possible through computers, smartphones, VR glasses, headsets, textbooks that have AR technology, among other means arising from contemporary society. However, when it comes to the search for an educational process that conceives the use of VR and AR, it becomes necessary to critically verify its use. Therefore, the objective of this work was to carry out an integrative literary review about Virtual Reality and Augmented Reality in the educational context. Articles from the SciELO platforms and CAPES journals, published from 2017 to 2023, were consulted. The results indicate that these resources have the potential to help the educational process in a very positive way, although it is necessary to emphasize that their use should not come to replace pedagogical practices that can be done in the real world, such as observing plants or animals, or carrying out an experiment that can be physically carried out, for example. This indicates that VR and AR can serve as a very important didactic complement, when associated with existing learning theories and educational modalities. Always considering the importance of the teacher, a fundamental element in the teaching and learning process.

**KEYWORDS:** Virtual reality; Augmented Reality; Contemporary teaching-learning process.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Educação Infantil pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL. Graduação em Química pela Universidade Federal de Alagoas, UFAL.  
**CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/905236588439960

## INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos e científicos inerentes à sociedade contemporânea fazem com que os mais diversos âmbitos globais enfrentem muitas modificações. Recursos digitais e eletrônicos estão cada vez mais presentes na vida das pessoas, e nos mais diversos ambientes sociais. Tratando do contexto educacional, tem-se que os docentes se veem frente uma necessidade crescente de incorporação de novos recursos tecnológicos e didáticos em sua rotina de trabalho, uma vez que os estudantes têm acesso a equipamentos como smartphones e computadores, por exemplo, em uma faixa etária cada vez mais jovem (TAVARES e ROSANE, 2019).

Dentre os recursos que podem ser utilizados no meio pedagógico, cabe destaque àqueles advindos da Realidade Virtual (RV) e Realidade Aumentada (RA). Sendo duas ferramentas inovadoras em relação ao desenvolvimento de práticas pedagógicas criativas e estimulantes, seu uso é capaz de ofertar experiências únicas e dinâmicas. A RV e RA possibilitam que o compartilhamento de conhecimento ocorra de modo interativo, atrativo e dinâmico, o que é capaz de causar um impacto direto na motivação dos discentes (GARCÍA, ORTEGA, ZEDNIK, 2017).

Corroborando com Tori e Hounsell (2018), a RV é uma interface avançada do usuário, em que pode-se acessar aplicações executadas no computador que propiciam a visualização, movimentação e interação do usuário com o ambiente virtual. Se trata de um sistema que tem como objetivo fazer com que o usuário sinta que está no ambiente virtual.

A RA se trata de um sistema de visualização de informação que resulta do progresso da RV (TORI e HOUNSELL, 2018). Algo que distingue a RV da RA, é que está última não tem como objetivo explorar os sentidos do usuário de modo a fazê-lo se sentir dentro do ambiente virtual. A RA tem como objetivo a permanência consciente do usuário no ambiente físico e ambiciona a

locomoção do ambiente virtual para o espaço do usuário, através de alguma ferramenta tecnológica. Através da RA, a interação do usuário com os elementos virtuais se dá de modo intuitivo e natural, sem que haja necessidade de adaptação e treinamento (TORI e HOUNSELL, 2018).

Tendo em vista que um ambiente educacional contemporâneo e produtivo têm como necessidade a transfiguração do ensino tradicional, de modo a incorporar os mais diversos recursos tecnológicos do mundo globalizado, o uso de recursos advindos da evolução da informática é essencial. Investimentos nessa área são essenciais, visto que é necessário que o âmbito educativo se integre às novas tecnologias surgentes. Estando a sociedade cada vez mais integrada às Tecnologias de Informação e Comunicação, faz-se necessário uma firme mudança acerca de atitudes e comportamentos pedagógicos tradicionais, visando preparar os estudantes para as exigências do mundo contemporâneo. Dito isto, a presente pesquisa possui como objetivo geral a realização de uma pesquisa de revisão literária integrativa acerca das possibilidades e tendências a respeito das tecnologias baseadas em Realidade Virtual e Realidade Aumentada no âmbito educacional. Foi fundamentada nos estudos de TORI e HOUNSELL, (2018); NASCIMENTO JÚNIOR, (2017); KLETTEMBERG, TORI e HUANCA, (2021); GARCÍA, ORTEGA, ZEDNIK, (2017), entre outros.

## METODOLOGIA

Foi utilizada a revisão bibliográfica integrativa, que possibilita resumir pesquisas anteriores e a partir delas obter conclusões gerais de análise do conteúdo científico a ser investigado. Corroborando com Beyea e Nicoll (1998); Silveira e Zago (2006), é essencial que a revisão integrativa siga algumas etapas básicas, que foram percorridas neste trabalho.

Na primeira etapa, foi elaborado o tema do estudo, que teve como objetivo analisar a utilização e perspectivas a respeito da Realidade Virtual e Realidade

Aumentada na educação, de acordo com periódicos científicos sobre essa temática.

Na segunda etapa foi realizado o levantamento bibliográfico, nas plataformas SciELO e Periódicos da CAPES. Na plataforma SciELO foram utilizadas as palavras-chave Realidade Virtual, Realidade Aumentada e Educação, que foram cruzadas simultaneamente visando encontrar estudos importantes. De acordo com Mitre et al., (2008); Silva e Sá-Chaves (2008), os critérios de inclusão utilizados para a seleção da amostra podem ser o período, e neste trabalho foram selecionados trabalhos publicados no período de 2017 a 2023, e que os trabalhos trouxessem conteúdos significativos a respeito da temática abordada, nesse caso, a inserção de recursos advindos da realidade virtual e realidade aumentada no âmbito educativo.

A terceira etapa consiste na organização dos dados coletados, que, corroborando com Lobiondo e Habes (2001; Gil (1999), foi feita a partir da organização, por ordem decrescente, da ano de publicação e ordem alfabética do sobrenome dos autores, respectivamente.

A quarta etapa se trata da interpretação e avaliação dos resultados, que baseou-se na incidência dos conteúdos e nas características presentes nos estudos selecionados.

Por fim, na quinta etapa, que traz a apresentação dos resultados, as informações mais relevantes à revisão foram coletadas em cada estudo e expostas de modo descritivo. Os dados foram organizados de modo sucinto, para facilitar a análise crítica da amostra.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sendo tecnologias capazes de proporcionar a seus usuários uma melhor visualização e interação com ambientes digitais, a Realidade Virtual e Realidade Aumentada podem ou até mesmo já estão sendo utilizadas em sistemas educacionais, ainda que de modo disperso. Dentre as aplicabilidades da realidade virtual,

pode-se citar equipamentos, aplicativos, softwares e plataformas que possibilitam aos estudantes a visualização de assuntos que estejam sendo trabalhados (BARROSO, 2022).

Um grande destaque referente à realidade virtual voltada à práticas educativas se trata de uma plataforma de computação cognitiva chamada Watson. Foi desenvolvida pela pinacoteca de São Paulo em parceria com a International Business Machines Corporation. Através da plataforma Watson, os visitantes podem conversar e interagir com obras de arte na pinacoteca paulista (CHIOVATTO, 2019).

Como exemplo de recursos advindos da realidade aumentada com elevado potencial educacional, pode-se citar o Tablet Tour, ferramenta utilizada pelo museu britânico para melhor visualização dos objetos do museu. Através desta tecnologia de realidade aumentada, os visitantes podem se envolver com acontecimentos históricos de maneiras inovadoras, e assim desenvolver seus conhecimentos e habilidades de investigação histórica de uma forma mais interativa (COELHO, 2022).

Corroborando com Nascimento Junior (2017), existem dois tipos de realidade virtual: imersiva e não imersiva. A realidade virtual não imersiva consiste na sensação de não-inclusão do usuário no ambiente virtual. Ambiente virtual não imersiva consiste na utilização de recursos que possibilitem a visualização de imagens tridimensionais, como um monitor, em que o usuário interage com os elementos presentes no ambiente virtual através de dispositivos como o mouse, teclado e joystick.

Em relação à realidade virtual imersiva, Nascimento Junior (2017) afirma que se trata de um ambiente virtual no qual os sentidos humanos são simulados. Por meio de equipamentos de hardware repletos de sensores, o usuário tem a sensação de inclusão no âmbito virtual e interage com seus elementos. A realidade virtual imersiva é capaz de recriar a realidade através de equipamentos como capacetes de

visualização, luvas de dados, óculos de realidade virtual e headsets, que estimulam sobretudo a visão e a audição do utilizador. Através desses recursos, o estudante pode visualizar e se sentir em lugares referentes à história geral ou do Brasil, ou em pontos geográficos importantes, por exemplo. Essas ferramentas possibilitam a visualização, com detalhes, daquilo que o professor está ensinando.

Por intermédio da realidade virtual, o indivíduo pode, através de jogos, simulações, dentre outros recursos, desenvolver experiências utilizando o mundo digital que seriam inviáveis, inacessíveis no mundo real. Fazendo assim com que o processo de ensino e aprendizagem se torne uma experiência mais motivadora e interessante (BARROSO, 2022).

Devido aos custos de sua utilização, a tecnologia de realidade virtual tem apresentado bons resultados no que se refere ao ensino singularizado, ou seja, os índices de utilização da realidade virtual voltada à educação melhoram à medida que o ensino se individualiza. Isso significa que são necessários mais investimentos para que esse recurso seja utilizado em instituições de ensino, de uma maneira coletiva (AFONSO et al., 2020).

Já a Realidade Aumentada visa o enriquecimento do mundo real com informações advindas do mundo virtual. Se trata de imagens dinâmicas, sons espaciais, sensações aceleradas, por exemplo, que são geradas por equipamentos eletrônicos em tempo real e devidamente dispostas no ambiente 3D. Os sistemas de realidade aumentada apresentam três principais características, que são a combinação do mundo real com objetos virtuais dentro do mundo real; interação em tempo real; alinhamento adequado dos objetos virtuais no âmbito real (TORI e HOUNSELL, 2018).

Desenvolvedores de conteúdos virtuais para o ramo empresarial e educacional já utilizam a realidade aumentada para, dentre outras coisas, gerar uma maior interatividade e engajamento nos usuários de seus produtos (FIALHO, 2018).

No contexto educacional, a realidade aumentada pode ser utilizada de diferentes maneiras. A exemplo podemos citar a Editora Enovus Publicações, que em parceria com a MASSFAR (empresa de soluções em realidade virtual e aumentada) investiu no desenvolvimento de apostilas e livros didáticos que possuem esta tecnologia, inovam na forma de apresentar os conteúdos e são capazes de proporcionar aos estudantes uma melhor imersão nos estudos. Ao possuir esses impressos, o estudante deve instalar em seu smartphone ou tablet o aplicativo solicitado, que é capaz de potencializar o aprendizado através de simulações em 3D, com visualização em 360°, mapeadas no material impresso do aluno. Através da tecnologia, é possível interagir com os objetos de uma forma inovadora (ENOVUS, 2018).

Softwares de realidade aumentada podem ser alternativas muito interessantes para fixação dos conteúdos. Empresas como a Daqri, por exemplo, estão investindo na geração e desenvolvimento de aplicações que permitem, dentre outras coisas, visualizar os sistemas e órgãos do corpo humano, com detalhes, possibilitando assim a compreensão das inter-relações espaciais entre os diferentes sistemas e proporcionando uma experiência de aprendizagem que outrora só seria viável em um laboratório de anatomia (KLETTEMBERG, TORI e HUANCA, 2021).

Jogos de quebra-cabeça também podem utilizar a realidade aumentada para oferecer um jeito divertido e interativo de aprender. O estudante pode montar o quebra-cabeça, que pode ser sobre anatomia, alfabetização ou sobre o sistema solar, por exemplo, e juntamente a um aplicativo de celular ou tablet, conseguir visualizar os sistemas do corpo humano, ou projeções de palavras e sons capazes de auxiliar o aprendizado inicial em leitura e escrita, ou ainda elementos astronômicos, como planetas, estrelas e o sistema solar (KLETTEMBERG, TORI e HUANCA, 2021).

Aplicativos de dispositivos móveis que utilizam realidade aumentada são ferramentas muito



interessantes a serem utilizadas em sala de aula. Essas aplicações trabalham diferentes áreas de ensino e devem ser apoiadas no planejamento de aula dos professores. Ao utilizar esta tecnologia, torna-se possível observar e interagir com objetos virtuais como sólidos geométricos, átomos e moléculas, planetas do sistema solar, satélites, construções com arquitetura Grega, Gótica ou Romana, dentre diversas outras possibilidades (LEITE, 2020).

A necessidade de reformulação das atitudes pedagógicas e práticas docentes é algo notoriamente necessário, à medida que a vida em sociedade torna-se cada vez mais influenciada pelas atualizações tecnológicas.

É necessário que a educação faça o uso da tecnologia para motivar os estudantes e conduzi-los à descoberta, ao novo. Ao se sentirem motivados, os alunos ativam regiões do cérebro responsáveis pela aprendizagem, criatividade, imaginação, e assim podem estimular, também, sua capacidade criativa e de análise. Desse modo, a tecnologia se torna algo fundamental para que o aluno se mobilize e adquira sua motivação pessoal ao longo de seus aprendizados (GARCÍA, ORTEGA, ZEDNIK, 2017).

Todavia, o uso de tecnologias digitais no ambiente educacional deve servir como um meio facilitador, que nunca deve ser proposto sem a devida abordagem prévia do assunto, levando sempre em consideração o contexto educacional. Questões como a realidade onde o aluno está inserido, o meio social e econômico dos estudantes são fatores que devem ser levados em consideração. Além de jogos educacionais, os recursos advindos da realidade virtual e realidade aumentada devem instigar os discentes a buscar conhecimentos cada vez mais significativos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Realidade Virtual e Realidade Aumentada são dois ramos tecnológicos que possuem um enorme potencial de crescimento. Podendo proporcionar

soluções, produtos e serviços para os mais diversos âmbitos sociais, a RV e RA já estão presentes em lugares como empresas, hospitais, centros acadêmicos e educacionais. Os estabelecimentos de ensino devem, inevitavelmente, incorporar as tecnologias surgentes em sua rotina de trabalho, para formar cidadãos críticos, consciente e cada vez mais preparados para conviver, interagir e trabalhar com as mais diversas tecnologias que o mercado de trabalho exige.

A RV e RA podem ajudar os estudantes significativamente. Ao tornar elementos virtuais cada vez mais interativos e engajadores, influenciam o processo de ensino e aprendizagem ao incutir nos alunos o interesse e a vontade de aprender. Esses recursos também possibilitam um entendimento mais aguçado do conteúdo estudado, auxiliando o processo de fixação do conteúdo.

São necessários mais estudos e investimentos em RV e RA voltadas à educação, dado que a Realidade Virtual possui um custo consideravelmente alto e inacessível para muitas escolas. Entretanto, a Realidade Aumentada é mais acessível, pois tem algumas ferramentas que necessitam apenas da utilização de um celular ou tablet e um aplicativo, e nessas situações os investimentos devem ser voltados à internet da instituição, que deve ser de qualidade, e à formação dos docentes, que devem estar capacitados para trabalhar com esses e com outros recursos tecnológicos.

É preciso que os professores, como compartilhadores de conhecimentos, atualizem seus métodos de trabalho continuamente, e estejam sempre empenhados e interessados em aprender metodologias inovadoras. Sendo fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, os docentes devem sempre buscar a aplicação de aulas dinâmicas, tecnológicas e interativas, para a formação de cidadãos mais críticos, conscientes e contemporâneos.

### REFERÊNCIAS

- AFONSO, G. B.; MARTINS, C. C.; KATERBERG, L. P.; BECKER, T. M.; SANTOS, V. C.; AFONSO, Y. B. Potencialidades e fragilidades da realidade virtual imersiva na educação. *Revista Intersaberes*, v. 15, n.34. 2020. Disponível em: <https://revistas.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1800>. Acesso em: 25 Jun 2023.
- BARROSO, P. Da realidade à hiper-realidade da simulação. *SciELO* [online]. 2022, v. 15. Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/1983-3652.2022.37426>>. Acesso em: 16 Jun. 2023.
- BEYEA S. C.; NICOLL L. H. *Writing an integrative review*. AORN J. 1998.
- CHIOVATTO, M. Watson, uso de Inteligência Artificial (AI) e processos educativos em museus. *Revista Docência e Cibercultura*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 217-230, set. 2019. ISSN 2594-9004. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redoc/article/view/40293>>. Acesso em: 25 jun. 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/redoc.2019.40293>.
- COELHO, A. F. A. Museu Virtual: aplicação da realidade virtual no patrimônio cultural. *Repositório Comum*. 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/41204>>. Acesso em: 22 Jun. 2023.
- FIALHO, A. B. Realidade Virtual e Aumentada Tecnologias para Aplicações Profissionais. São Paulo. *Ed. Érica*, 2018.
- GARCÍA, C. L.; ORTEGA, C. A. C.; ZEDNIK, H. Realidade Virtual e Aumentada: Estratégias de Metodologias Ativas nas Aulas sobre Meio Ambiente. *Informática na educação: teoria & prática*, 2017, v. 20, n. 1.
- GIL A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas; 1999.
- KLETTEMBERG, J. S.; TORI, R.; HUANCA, C. M. Perspectivas mundiais sobre a realidade aumentada nos anos iniciais da educação básica. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, v. 29. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5753/RBIE.2021.29.0.827>>. Acesso em: 17 Jun 2023.
- LEITE, B. Aplicativos de realidade virtual e realidade aumentada para o ensino de química. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, v.6, 2020.
- LOBIONDO G.; HABER J. Pesquisa em enfermagem. 4ª ed. Rio de Janeiro: *Guanabara Koogan*; 2001. p. 54-73.
- MITRE S. M.; SIQUEIRA-BATISTA R.; GIRARDI-DEMENDONÇA J. M. *Metodologias ativas de ensino-aprendiza-gem na formação profissional em saúde: debates atuais*. Ciênc Saúde Coletiva. 2008.
- NASCIMENTO JÚNIOR, D. S. *Realidade aumentada na educação: uma análise das ferramentas Flaras e aumentaty como recursos para aulas expositivas*/David Severo do Nascimento Júnior. – João Pessoa, 2017.
- REALIDADE AUMENTADA EM APOSTILAS E LIVROS DIDÁTICOS. *Enovus*. 2018. Disponível em: <<https://editoraenovus.com.br/realidade-aumentada-em-apostilas-e-livros-didaticos/>> . Acesso em: 22 Jun 2023.
- SILVA R. F.; SÁ-CHAVES I. *Formação reflexiva: representações dos professores acerca do uso de portfólio reflexivo na formação de médicos e enfermeiros*. Interface Comun. Saúde Educ. 2008.
- SILVEIRA C. S.; ZAGO M. M. F. Pesquisa brasileira em enfermagem oncológica: uma revisão integrativa. *Rev Latino Am Enf*. 2006.
- TAVARES, V. S. M.; ROSANE B. Possibilidades de aprendizagem formal e informal na era digital: o que pensam os jovens nativos digitais?. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 2019, v. 23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392019013039>>. Acesso em: 30 Jun 2023.
- TORI, R. e HOUNSELL, M. Introdução a Realidade Virtual e Aumentada. *Editora SBC*, 2018.

## O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS RELEVANTES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

### THE LUDIC IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: RELEVANT ASPECTS IN PEDAGOGICAL PRACTICE

Markeyla Silva dos Santos <sup>1</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho levanta a temática “O lúdico na Educação Infantil” na contextualização, que por meio dos instrumentos que direcionam a construção do conhecimento do educando, a partir dos elementos que contribuem para o desenvolvimento das habilidades fundamentais no processo ensino aprendizagem como um todo, porém, o foco é a educação infantil. **OBJETIVO:** O objetivo principal dessa produção científica consiste em abordar o lúdico na prática pedagógica no contexto da educação infantil, ao mesmo tempo que investigar como essa prática pode influenciar no desenvolvimento da criança em sala de aula. **METODOLOGIA:** Com base em um levantamento bibliográfico foi feita uma introdução a respeito do lúdico na educação infantil, quando esta começou a ser discutida e abordada, além de outros pontos importantes, como por exemplo, o emprego da ludicidade na prática pedagógica da Educação Infantil. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** os resultados encontrados nesse estudo mostraram que a história do brincar, o lúdico na educação infantil, a importância da brincadeira para o aprendizado além de outros conteúdos ligados foram construindo um entendimento essencial de que as brincadeiras precisam ser direcionadas como elementos pedagógicos beneficiando toda a prática pedagógica e o processo de ensino aprendizagem como um todo, levando o aluno a ser mais participativo e envolvido com o processo. Por fim, conclui-se que é com base nos jogos lúdicos e das brincadeiras que a criança pode ser introduzida no processo ensino aprendizagem, portanto, essas atividades contribuem de forma concisa para a melhoria do processo cognitivo dos educandos formulando ações que desenvolvam as experiências implementadas pelos professores em sala de aula, favorecendo a construção do conhecimento dos alunos e suas experiências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jogos. Brincadeiras. Ludicidade. Criança. Educadores.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** The present work raises the theme "The ludic in Early Childhood Education" in the context, which through the instruments that direct the construction of the student's knowledge, from the elements that contribute to the development of fundamental skills in the teaching-learning process as a however, the focus is on early childhood education. **OBJECTIVE:** The main objective of this scientific production is to address the ludic in pedagogical practice in the context of early childhood education, while investigating how this practice can influence the development of children in the classroom. **METHOD:** Based on a bibliographical survey, an introduction was made regarding playfulness in early childhood education, when it began to be discussed and addressed, in addition to other important points, such as the use of playfulness in the pedagogical practice of Early Childhood Education. **FINAL CONSIDERATIONS:** the results found in this study showed that the history of playing, the ludic in early childhood education, the importance of playing for learning, in addition to other related contents, were building an essential understanding that games need to be directed as pedagogical elements benefiting the whole the pedagogical practice and the teaching-learning process as a whole, leading the student to be more participative and involved with the process. Finally, it is concluded that it is based on ludic games and games that the child can be introduced in the teaching-learning process, therefore, these activities contribute concisely to the improvement of the students' cognitive process by formulating actions that develop the implemented experiences. by teachers in the classroom, favoring the construction of students' knowledge and their experiences.

**KEYWORDS:** Games. Pranks. Playfulness. Child. Educators.

<sup>1</sup>Administradora Escolar na Unidade de Educação Básica Alzira Mourão. Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absoulute Christian University. **E-MAIL:** markeyla2015@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4765645443093325

## INTRODUÇÃO

O lúdico precisa sempre fazer parte do cotidiano da criança, seja em casa ou na escola, pois a criança precisa ter momentos de interação com os objetos e demais materiais para poder compreendê-los, ou seja, o objeto se caracteriza porque ele funciona como o foco do processo de construção do desenvolvimento e não o resultado. Sendo assim, o mais relevante está no que a criança pode construir ou formar por meio desse objeto (FERNANDES, 2013).

Destaca-se que quando se aborda o tema da ludicidade deve-se ter o entendimento que o mesmo pode contribuir para o desenvolvimento de um processo de ensino aprendizagem com maior aproveitamento e bem mais abrangente. O docente, responsável por conduzir esse processo, pode conceder oportunidades para as crianças de uma forma dinâmica e que estes sintam prazer em aprender e participar de cada processo, pois, a educação fazendo uso da ludicidade propõe um aprender brincando, inspirando uma concepção de educação para além da instrução, ou seja, para a autonomia do aprendiz (FONSECA, 2007).

A prática pedagógica por meio da ludicidade pode proporcionar o desenvolvimento de atividades que estimulem o raciocínio lógico da criança, assim como ajudam na sua criatividade e principalmente no seu desenvolvimento pedagógico de forma mais significativa.

De acordo com Gulinelli (2008 p. 9), “a atividade lúdica é um fator muito importante para o desenvolvimento da criança. Por meio dela podemos tornar a aprendizagem mais prazerosa (...)”.

Os estudos que tratam sobre a ludicidade têm conquistado cada vez mais espaço no meio educacional, dando ênfase que o brincar contribui para o desenvolvimento infantil e do indivíduo de forma geral. O uso do lúdico pode permitir um trabalho pedagógico que abra portas para uma melhor produção do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento, “brincando a criança aprende novos conceitos, adquire

informações e tem um crescimento saudável” (GULINELLI, 2008, p.10).

Diante disso, é de suma importância mencionar que no brincar, as crianças acabam se transformando em agentes de sua experiência social, estabelecem diálogos, organizam suas ações e interações, construindo regras de convivência social e de participação nos jogos e brincadeiras (FERNANDES, 2013).

A problemática a ser investigada nesse estudo, teve como base o seguinte problema: de que forma o lúdico na prática pedagógica no contexto da educação infantil pode influenciar no desenvolvimento da criança em sala de aula?

## OBJETIVO

Abordar o lúdico na prática pedagógica no contexto da educação infantil, ao mesmo tempo que investigar como essa prática pode influenciar no desenvolvimento da criança em sala de aula.

## METODOLOGIA

A metodologia surge no preparo da pesquisa com a descrição da metodologia utilizada, bem como os instrumentos para a coleta das informações e construção do trabalho. “A pesquisa é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico ou informatizados” (GIL, 2010, p. 30).

Para Gil (2010, p. 32), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Nesse sentido, buscar-se-á a efetivação do objetivo de acordo com o tipo de pesquisa já anteriormente descrita. Assim, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado,

constituído principalmente de livros e artigos científicos não é aconselhável que textos retirados da Internet constituam o arcabouço teórico de um trabalho científico (GIL, 2010).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho com o lúdico exige que o professor faça uma associação do jogo em si, com o objetivo que pretende alcançar, por meio de uma reflexão sobre o sentido daquela atividade com sua prática pedagógica. Para tanto, o docente precisa ser um exímio conhecedor das regras do jogo e deve também saber orientar, incitar, interferir, amimar, demonstrar segurança e domínio (ALVES; FEITOSA; SOARES, 2022).

Assim, para que possa trabalhar o lúdico dentro da sala de aula, não basta apenas ter vontade de desenvolver esta prática, é preciso antes de qualquer coisa, que o docente se inteire de todo o processo, para não incorrer ao risco de propor jogos apenas para manter os alunos ocupados, pois isso só vai ser prejudicial a construção do conhecimento, por não ser focado em um trabalho voltado àquela turma, e principalmente ao objetivo almejado com aquela ação. Que se volte sobre maneira, para a disciplina explorada (PINTO; TAVARES, 2010).

O lúdico conduz a criança ao controle de si mesma, e das estruturas a ela apresentadas para a construção de seu conhecimento, sendo possível sua aprendizagem ir muito além do que a própria brincadeira direciona a ensinar. E o sucesso da adoção do lúdico é responsabilidade do professor (ANDRADE, 2018).

É papel do professor realizar uma prática pedagógica que auxilie no desenvolvimento do aluno proporcionando a aprendizagem prazerosa e significativa, ao mesmo tempo fornecer a educação de qualidade contribuindo para que a criança tenha uma compreensão mais clara dos processos e consiga superar a realidade em que vive, criando no espaço escolar laços de respeito e solidariedade (BANDEIRA; SOUZA, 2015).

Diante desse contexto apresentado, as crianças se sentem mais à vontade para expressarem suas expectativas, interesses e necessidades, usando de diferentes formas de linguagem, promovendo e estimulando a criatividade, valorizando e respeitando cada brincadeira adotada por seu professor. A ludicidade é indispensável para a construção e a afirmação do sujeito criativo e construtor da sua história. (FERNANDES, 2013).

A brincadeira, no entanto, não pode ser analisada como uma atividade integrante, mas sim uma atividade essencial para a prática pedagógica (BATISTA; CAMARGO, 2017). Almeida e Ferreira (2018, p. 5) ressaltam que:

O ensino aprendido é uma realidade que engloba fatores internos (pessoais) e externos (culturais, históricos e sociais) que possibilita a evolução de um processo criativo e a ludicidade torna-se um meio pelo qual essa construção se realiza tendo em vista o desenvolvimento integral do sujeito aprendente. Por meio das experiências proporcionadas pelas brincadeiras e jogos é possível identificar aprendizagens que se expressam em diversas dimensões, sejam elas de ordem motora, relacional, comunicativa e cognitiva e nelas o acesso e apropriação dos bens culturais se realizam à medida que é oportunizado à criança essa aprendizagem (ALMEIDA, FERREIRA, 2018, p. 5)

Oliveira e Dias (2017, p. 113) destacam que “as atividades lúdicas exercem um papel importante na aprendizagem das crianças”. A potencialização que possuem no que diz respeito ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos é algo que nem se pode ser discutida. Desta forma, essas atividades são de suma importância no ensino que visa de fato um ensino-aprendizagem de qualidade.

O objetivo principal das atividades lúdicas não se refere somente ao entretenimento dos alunos e o preenchimento do tempo. Pelo contrário, vai muito além



disso, os recursos didáticos tem grande valor para o ensino. A diversão é parte que não pode ser ignorada, contudo a mediação do adulto-professor faz com que a promoção de muitos conhecimentos seja absorvido de forma eficaz (BERNARDO, 2018).

É notório que o lúdico vem se destacando cada vez mais como uma metodologia relevante no contexto escolar, na condição de uma prática prazerosa que ajuda diretamente na prática pedagógica, tendo destaque fundamental no plano de aula de professores que veem nessa metodologia uma possibilidade diversa e contextualizada para uma educação enriquecedora (SANTOS; CHAVES, 2018).

Discutir o papel do professor dentro de uma educação com abordagem lúdica e que utilize de jogos para fixar o conhecimento e dar maior ênfase à questão da motivação dentro da sala de aula é imprescindível, pois, é este profissional quem direcionará a construção deste aprendizado, assim, ele precisa estar preparado para tal atividade (SOUZA, 2021).

A esse respeito, Pinto e Tavares (2010 p. 232), argumentaram que:

O professor deve organizar suas atividades para que sejam significativas para o aluno. Deve criar condições para um trabalho em grupo ou individual, facilitando seu desenvolvimento. Pois, é no lúdico que a criança tem a oportunidade de vivenciar regras, normas, transformar, recriar, aprender de acordo com suas necessidades, desenvolver seu raciocínio e sua linguagem.

A adoção de novas atitudes, envolvimento de fato com a formação do educado e uma fundamentação teórica sólida conduz o professor a uma mudança em seus conceitos cristalizados, como um padrão a ser adotado e rigorosamente seguido, muitas vezes oriundos de sua formação acadêmica retrógrada que direciona sua prática pedagógica rumo a um modelo tradicional de ensinamento como reflexo da escola tradicional que se volta unicamente para a transmissão de conteúdos, que distancia o professor e o impossibilita de adotar uma

prática lúdica em seu trabalho diário (VALE; NERES; MARTINS, 2021).

Muito embora esses professores em semanas pedagógicas, cursos de formação continuada possam sentar-se ao lado de seus colegas para receber as mesmas orientações que eles, não executam sua prática com a mesma astúcia. Consequentemente, seus alunos também não possuem a mesma desenvoltura e conhecimento que os dos outros colegas (ZANATA, 2006).

Sant'anna e Nascimento (2011), destacam que a metodologia de trabalho e o aperfeiçoamento do professor em relação a sempre está inovando abrem portas para a exploração das habilidades que a atividade lúdica propõe, para isso tem que estar equipado com material que venha atrair a atenção dos alunos e também para o desenvolvimento das habilidades proposta e de outras que os jogos costumam resgatar.

Diante do exposto, é notória a importância assumida pelos jogos no fazer pedagógico do professor, de forma que se tem que admitir que para que os resultados positivos possam aparecer, é preciso que o professor saiba fazer uso desse recurso, em sua prática pedagógica. Isso porque o lúdico não pode ser responsabilizado pelas falhas que porventura venham surgir no ensino aprendizagem, pois ele representa apenas uma ferramenta que quando bem conduzida pode produzir o efeito esperado pelo professor, que com certeza terá seu reflexo no aluno (VALE; NERES; MARTINS, 2021).

É nesse momento que deve ser pontuada a relevância da formação dos educadores com foco para o ensino lúdico, com o objetivo de capacitá-lo para desenvolvimento das atividades de forma eficiente, rompendo caminhos para dinamizar seu trabalho, tornando-o mais produtivo e prazeroso. Na verdade, é mister que o educador realize uma reflexão sobre sua prática pedagógica atual, o que dependerá do nível de envolvimento do educador e de sua concepção de educação (SOUZA, 2021).

Por fim, a Ludicidade precisa ser direcionada como um instrumento que consiga proporcionar o envolvimento e a inserção da criança na prática pedagógica da educação infantil, explorando suas vivências dentro e fora do ambiente escolar, trabalhando jogos e brincadeiras como instrumentos que direcionam para a interação com o processo ensino aprendizagem (VALE; NERES; MARTINS, 2021).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Educação Infantil os jogos e brincadeiras tem a capacidade de aguçar e capacitar as peculiaridades de cada criança, ao mesmo tempo que vai de encontro aos seus anseios em busca de novos conhecimentos, sob esses aspectos os educadores e a escola precisam desenvolver esse trabalho com a ludicidade objetivando continuamente a adaptação no contexto teórico/prático, pois dessa forma, as crianças crescem e se adaptam tanto individualmente como coletivamente.

Diante do exposto, compreendeu-se no estudo que os jogos lúdicos e as brincadeiras necessitam fazer parte do processo ensino aprendizagem na Educação Infantil, oferecendo um conhecimento complexo, explorando cada vez mais a integração da criança enquanto aluno na prática pedagógica como um todo.

Fica na responsabilidade do educador adotar atividades lúdicas criativas na sala de aula, com foco na postura da criança, construindo sua própria forma de apreender novos conteúdos, introduzindo no mundo pedagógico, desempenhando e valorizando a busca pelo conhecimento, trabalhando o lúdico, desenvolvendo do prazer em estudar.

Os resultados encontrados nesse estudo mostraram que a história do brincar, o lúdico na educação infantil, a importância da brincadeira para o aprendizado além de outros conteúdos ligados foram construindo um entendimento essencial de que as brincadeiras precisam ser direcionadas como elementos pedagógicos beneficiando toda a prática pedagógica e o

processo de ensino aprendizagem como um todo, levando o aluno a ser mais participativo e envolvido com o processo.

Por fim, conclui-se que é com base nos jogos lúdicos e das brincadeiras que a criança pode ser introduzida no processo ensino aprendizagem, portanto, essas atividades contribuem de forma concisa para a melhoria do processo cognitivo dos educandos formulando ações que desenvolvam as experiências implementadas pelos professores em sala de aula, favorecendo a construção do conhecimento dos alunos e suas experiências.

### REFERÊNCIAS

ALVES, Paloma de Andrade; FEITOSA, Regina Célia de Souza; SOARES, Michelle Beltrão. A ludicidade na prática docente: o que pensam os professores. Artigo. 2022.

ALMEIDA, Ana Raquel Silva; FERREIRA, Victor Silva. (2018). A importância do brincar no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Revista de Pós-graduação Multidisciplinar, São Paulo, 1(5), 115-126.

ANDRADE, Luzia Rodrigues de. A importância do lúdico na educação infantil: um estudo de caso em uma creche pública. Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa-PB. Junho/2018.

BANDEIRA, Priscilla Oliveira; SOUZA, Priscilla Kézia Tavares de. O lúdico e suas contribuições na educação infantil. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa, 2015.

BATISTA, Flóida Moura Rocha Carlesso; CAMARGO, Sandra Regina. O lúdico na prática pedagógica na educação infantil. R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol, Medianeira, Edição Especial - Cadernos Ensino / EaD, e-4792, dez 2017.

BERNARDO, Heloíse Corrêa. A importância da ludicidade na prática pedagógica dos professores da unidade municipal de educação infantil Kimie Ohaze no município de Santarém Novo. Trabalho de Conclusão de Curso. Castanhal – Pará, 2018.

FERNANDES, Valdirlene de Jesus Lopes. A ludicidade nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas da EDUVALE - ISSN 1806-6283, 2013.

FONSECA, Gercília Alves Neves. O lúdico nas aulas de educação das séries iniciais do ensino fundamental. Brasília, 2007.

FREITAS, Savana dos Anjos; BECKER, Thiana Maria. A importância do lúdico e o papel do professor na educação infantil: uma revisão bibliográfica em periódicos nacionais. CONEDU VII Congresso Nacional de Educação. 15, 16 e 17 de outubro de 2020.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GULINELLI, Deize. A ludicidade nos anos iniciais do ensino fundamental: uma retrospectiva dos jogos tradicionais. São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Carla Mendes de; DIAS, Adiclecio Ferreira. (2017). A Criança e a Importância do Lúdico na Educação. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, São Paulo, 2(13), 113-128.

PINTO, Cibele Lemes; TAVARES, Helenice Maria. O lúdico na aprendizagem: apreender e aprender. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 226-235, 2010.

SANT'ANNA, A; NASCIMENTO, P. R. A história do lúdico na educação. REVEMAT, v. 6, n. 2, p. 19-36, Florianópolis, 2011.

SANTOS, Willian Lima; CHAVES, Svetlana da Silva Ribeiro. O lúdico na prática docente: Estratégias pedagógicas utilizadas no processo de alfabetização na educação infantil. Revista Científica da FASETE 2018.1.

SOUZA, Antonia Silva de. O Lúdico na Prática Pedagógica: O Desenvolvimento e Aprendizagem das Crianças das Escolas Públicas do Município de São Luís Gonzaga Maranhão – Brasil. Dissertação. Lisboa, fevereiro de 2021.

VALE, Milena Braga; NERES, Maysa dos Santos; MARTINS, José Pedro de Azevedo. A importância da ludicidade como prática pedagógica na educação infantil. CONEDU VII Congresso Nacional de Educação. 15, 16 e 17 de outubro de 2020.

ZANATA, Nara Lucia Racinoski. A importância da abordagem lúdica na prática pedagógica da educação infantil para o desenvolvimento e aprendizagem: visão das educadoras do CEI municipal pingo de gente. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

## DESAFIOS E ESTRATÉGIAS: AÇÕES ANTE AS PROBLEMÁTICAS DA EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL DO PIAUI-BRASIL

### CHALLENGES AND STRATEGIES: ACTIONS IN THE VIEW OF EDUCATION PROBLEMS IN THE RURAL AREA OF PIAUI-BRAZIL

Jackeline Cardoso Lemos <sup>1</sup>  
Francisco José Lopes Cajado <sup>2</sup>

#### RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar o trabalho das professoras da zona rural do município de José de Freitas, Piauí e compreender as estratégias utilizadas para lidar com as adversidades do cotidiano. Além disto, o trabalho buscou ainda, identificar os mecanismos de defesa e enfrentamento das problemáticas encontradas dentro e fora da labuta escolar. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, envolvendo entrevistas e observações diretas com docentes de escolas da zona rural do Piauí. Os dados coletados foram analisados por meio de técnicas de análise de conteúdo. Os resultados apontaram que as docentes enfrentam, no momento da pesquisa, condições precárias de infraestrutura, baixo acesso à tecnologia e recursos educacionais limitados. No entanto, as professoras demonstraram resiliência e criatividade ao lidar com essas adversidades. As estratégias e ações adotadas pelas mulheres da zona rural incluíram o envolvimento comunitário, o diálogo aberto com os alunos e suas famílias, o cultivo de hortas escolares e a realização de atividades extracurriculares. Diante desses resultados, conclui-se que o trabalho das docentes na zona rural do Piauí é desafiador, e conforme as mesmas é um trabalho gratificante. Deste modo, recomenda-se a implementação de políticas públicas específicas, como formação continuada e melhoria da infraestrutura educacional, para apoiar e fortalecer o trabalho dessas profissionais. É importante valorizar as estratégias e ações das mulheres da zona rural, reconhecendo seu papel fundamental na promoção da educação de qualidade e no desenvolvimento social e profissional da região. Portanto, este estudo revelou os desafios enfrentados pelas docentes, descreveu as estratégias e mecanismos de defesa adotados e ressaltou a importância de políticas e práticas educacionais adequadas para atender às necessidades das comunidades rurais. Essas descobertas podem contribuir para o aprimoramento da educação no meio rural e para a valorização do trabalho das docentes nessa região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação no Campo. Estratégias. Desafios. Piauí.

#### ABSTRACT

This research aimed to analyze the work of teachers in the rural area of the municipality of José de Freitas, Piauí and to understand the strategies used to deal with the adversities of everyday life. In addition, the work also sought to identify the mechanisms of defense and coping with the problems found inside and outside the schoolwork. The research was conducted using a qualitative approach, involving interviews and direct observations with teachers from schools in the rural area of Piauí. The collected data were analyzed using content analysis techniques. The results showed that the teachers face, at the time of the research, precarious conditions of infrastructure, low access to technology and limited educational resources. However, the teachers demonstrated resilience and creativity in dealing with these adversities. Strategies and actions adopted by women in the rural area included community involvement, open dialogue with students and their families, growing school gardens and carrying out extracurricular activities. In view of these results, it is concluded that the work of teachers in the rural area of Piauí is challenging, and according to them, it is a rewarding job. Thus, the implementation of specific public policies is recommended, such as continuing education and improving educational infrastructure, to support and strengthen the work of these professionals. It is important to value the strategies and actions of rural women, recognizing their fundamental role in promoting quality education and social and professional development in the region. Therefore, this study revealed the challenges faced by teachers, described the strategies and defense mechanisms adopted and highlighted the importance of adequate educational policies and practices to meet the needs of rural communities. These discoveries can contribute to the improvement of education in rural areas and to the appreciation of the work of teachers in this region.

**KEYWORDS:** Education in rural areas. Strategies. Challenges. Piauí.

<sup>1</sup> Licenciada em Biologia (UFPI); Graduada em Psicologia (UNINASSAU); Especialista em Psicopedagogia (Sinapses); Especialista em Vigilância em Saúde, Ambiental e Epidemiológica/ UESPI e Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6350912930456656

<sup>2</sup> Doutor em Biotecnologia (UFC). Mestre em Engenharia de Pesca (UFC); Especialista em Análises Clínicas (Faculdade Única - MG); Licenciado em Ciências Biológicas (UECE); Bacharel em Ciências Biológicas/Ecologia (UECE); Professor celetista da Faculdade Metropolitana de Horizonte (FMH) e professor orientador e colaborador da ACU – Absoulute Christian University. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7366500861439534

## INTRODUÇÃO

O trabalho das mulheres docentes nas comunidades rurais é fundamental para o sucesso do ensino fundamental e o desenvolvimento dessas comunidades (FREIRE, 2007). Elas são agentes de mudança, buscando uma formação acadêmica baseada em suas vivências e experiências para

Na escola José Amado de Oliveira, zona rural de Teresina-PI, as docentes trabalham para proporcionar um futuro melhor para as crianças, superando diversos desafios, como falta de recursos, dificuldades de locomoção, responsabilidades domésticas e falta de apoio familiar. Além da formação acadêmica, é importante desenvolver habilidades humanas para buscar transformações sociais, agregando conhecimentos empíricos, científicos e saberes humanísticos (FREIRE, 2007).

O trabalho dessas docentes, estudadas nesta pesquisa, vai além da sala de aula, promovendo uma transformação em toda a comunidade. No entanto, elas enfrentam desafios pessoais e profissionais diários, buscando formação continuada e uma visão holística de seu trabalho. As escolas rurais enfrentam problemas decorrentes da falta de apoio à educação que valorize a consciência ecológica, preservação dos valores culturais e ação política do povo do campo. A população rural apresenta baixa qualidade de vida devido à renda insuficiente e influência da cultura urbana (DEMO, 1996).

Diante dos desafios enfrentados pelas professoras da zona rural do Piauí, é fundamental analisar sua realidade laboral, compreendendo as estratégias utilizadas para lidar com as adversidades e alegrias do cotidiano.

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, entrevistando professoras de duas escolas públicas na zona rural de José de Freitas.

Assim, é necessário um olhar atento à realidade das professoras que atuam no meio rural, valorizando suas experiências e buscando soluções para os desafios

enfrentados, proporcionando uma educação de qualidade que considere as necessidades dessas comunidades.

Deste modo, este trabalho teve como objetivo analisar o trabalho das docentes no meio rural a partir da compreensão das estratégias utilizadas por elas para lidar com as adversidades e alegrias do cotidiano. De maneira específica, o trabalho procurou ainda, descrever os desafios por que passam tais docentes; explicitar as estratégias e ações desempenhadas pelas mulheres da zona rural e identificar os mecanismos de defesa/enfrentamento que as docentes utilizam no dia a dia na escola.

## METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, buscando compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes. Coleta dados foi realizada por meio de observação direta, entrevistas e outras técnicas. A escolha da área geográfica de estudo considera a relevância do tema e as características socioeconômicas, culturais e ambientais da região.

Onze professoras, de duas escolas públicas na zona rural de José de Freitas, Piauí, foram entrevistadas por meio de um questionário semiestruturado com 10 questões que foi enviado às participantes por meio do *Google forms*, devido à pandemia da COVID-19. O questionário permitiu conhecer opiniões, crenças, sentimentos, interesses e situações vivenciadas pelas participantes. A análise dos dados foi realizada de forma sistemática, utilizando métodos qualitativos adequados. O estudo segue as diretrizes éticas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os princípios de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça são respeitadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO:



## A FAIXA ETÁRIA DOS PROFESSORES

Os dados da pesquisa mostram que a faixa etária dos professores em atividade variava entre 34 a 45 anos. Não existe uma faixa etária ideal para os professores, já que a capacidade de ensinar não está diretamente relacionada à idade cronológica. O mais importante é que os professores possuam as qualificações necessárias, como formação adequada, habilidades pedagógicas, capacidade de comunicação e motivação para o ensino. A idade não é o fator mais relevante na escolha de um professor. A experiência, formação e habilidades pedagógicas são mais importantes do que a idade cronológica (TÉBAR, 2023).

A diversidade de idades entre os professores pode trazer benefícios para a escola e os alunos, pois cada faixa etária contribui com habilidades e experiências únicas para o ambiente de aprendizagem. Professores jovens podem estar atualizados com as tecnologias e metodologias educacionais mais recentes, enquanto os mais experientes possuem maior domínio dos conteúdos e habilidades de orientação. Um ambiente escolar com professores de diferentes idades proporciona aos alunos uma variedade de perspectivas e experiências (RIBEIRO, 2020).

Além disso, é importante que a escola forneça condições adequadas de trabalho, formação contínua e valorização profissional, a fim de manter os melhores professores.

## A TITULAÇÃO DO PROFESSOR

A obtenção de titulação em nível de pós-graduação é uma forma de assegurar que o professor esteja atualizado e capacitado para exercer sua função (COSTA, 2021). A formação dos professores é um processo contínuo que inclui graduação, especializações e formação pedagógica, visando

aprimorar a qualidade do ensino e garantir a formação integral dos alunos.

A maioria dos entrevistados possui pelo menos um curso de especialização. No entanto, nenhum professor entrevistado possuía titulação de mestrado ou doutorado. A titulação dos professores é um indicador importante de qualidade na educação. A formação acadêmica proporciona aos professores conhecimentos específicos e habilidades pedagógicas essenciais para o trabalho em sala de aula. Pesquisas mostram que quanto maior a titulação dos professores, maior a possibilidade de melhoria na qualidade do ensino (DE MAGALHÃES; SCHIMITD, 2022).

No Brasil, a maioria dos professores da educação básica possui apenas licenciatura curta ou licenciatura plena. No entanto, a titulação de pós-graduação *stricto sensu* tem sido incentivada por políticas públicas, trazendo benefícios significativos para a educação. Professores com pós-graduação *stricto sensu* tendem a ser mais críticos, reflexivos e inovadores no processo de ensino-aprendizagem, além de possuírem maior capacidade de utilizar a pesquisa científica para aprimorar a prática pedagógica (GOLDFINGER, 2022).

## O TEMPO DE MAGISTÉRIO

O tempo de magistério é um indicador importante da experiência e conhecimento acumulado pelos professores ao longo de suas carreiras. Professores com mais tempo de magistério tendem a ter habilidades mais desenvolvidas para lidar com situações complexas em sala de aula, entender as necessidades dos alunos e aplicar metodologias eficazes. No entanto, é fundamental que os professores estejam em constante atualização e busca por novas práticas pedagógicas (PONTES, 2022). O tempo de magistério não é garantia de qualidade no ensino. Apenas a experiência acumulada não é suficiente para garantir uma prática pedagógica

excelente. É necessário que os professores estejam sempre se atualizando, participando de programas de formação continuada e trocando experiências com outros profissionais. A busca pelo aprimoramento profissional é essencial (PONTES, 2022).

### **O TEMPO DE SERVIÇO DO PROFESSOR NA ESCOLA**

O tempo de serviço de um professor em uma escola é um fator importante para sua familiaridade com a cultura escolar e sua capacidade de atender às demandas específicas da comunidade. Permanecer na mesma escola por um longo período pode contribuir para o desenvolvimento de uma relação de confiança com os alunos, permitindo uma atuação mais personalizada. Além disso, a permanência do professor na escola pode ajudar a construir uma identidade coletiva e desenvolver projetos que reflitam a realidade da comunidade escolar (DOS SANTOS VASCONCELOS, 2022).

É essencial que os professores estejam em constante atualização e aprimoramento, participando de programas de formação continuada e buscando novas metodologias. A troca de experiências com outros profissionais também é fundamental para o desenvolvimento profissional (DELMIRO, 2023).

Outros aspectos, como formação acadêmica, habilidades pedagógicas e contribuição para projetos e atividades escolares, também devem ser considerados para garantir a qualidade do ensino (DOS SANTOS VASCONCELOS, 2022).

### **AS ADVERSIDADES NA ZONA RURAL**

Este trabalho mostrou que alunos da zona rural enfrentam diversas adversidades que podem dificultar o seu acesso à educação e o seu desempenho escolar. A falta de infraestrutura adequada nas escolas é uma das dificuldades enfrentadas pelos alunos da zona rural. A falta de laboratórios, bibliotecas e

equipamentos audiovisuais pode limitar a qualidade do ensino e prejudicar o desempenho dos alunos. A falta de recursos financeiros das famílias rurais também pode ser um obstáculo, pois muitas vezes não têm condições de adquirir material escolar e uniformes, o que prejudica a participação dos alunos nas atividades escolares.

Outra adversidade enfrentada pelos alunos da zona rural é a distância entre suas casas e a escola. Muitos alunos precisam percorrer longas distâncias diariamente para chegar à escola, o que pode ser desgastante e perigoso em algumas situações. O transporte escolar é essencial para garantir o acesso dos estudantes à escola, especialmente considerando as longas distâncias que muitos deles precisam percorrer.

Além disso, as condições das estradas, muitas vezes carroçáveis, e a falta de transporte adequado podem dificultar ainda mais o acesso dos alunos à escola. A falta de infraestrutura de telecomunicações também é uma adversidade enfrentada pelos alunos da zona rural. Em muitas áreas rurais, o acesso à internet e às tecnologias digitais é limitado devido à falta de infraestrutura, o que dificulta o acesso dos alunos a recursos educacionais online e prejudica sua capacidade de se conectar com o mundo digital.

Investir na melhoria da infraestrutura escolar, construindo e reformando escolas, é fundamental para garantir o acesso à educação de qualidade, especialmente em áreas rurais e periféricas. Além disso, é importante desenvolver programas de formação e capacitação para os professores que atuam nas escolas rurais, visando aprimorar a qualidade do ensino. A disponibilização de transporte escolar adequado e o acesso a recursos educacionais online também são medidas que podem ajudar a superar as adversidades enfrentadas pelos alunos da zona rural.

### **OS PROFESSORES DA ZONA RURAL**

Os professores da zona rural enfrentam diversas dificuldades em seu trabalho, que podem interferir na qualidade da educação oferecida aos alunos. As escolas localizadas em áreas rurais muitas vezes estão distantes de centros urbanos, o que pode dificultar o acesso a serviços básicos, como transporte e saúde. Além disso, a falta de contato com outros profissionais da área pode gerar isolamento e dificuldades na busca por soluções para os desafios enfrentados.

Muitas escolas rurais sofrem com a falta de recursos e infraestrutura adequada, o que pode prejudicar a qualidade do ensino. A falta de equipamentos de informática, bibliotecas e salas de aula adequadas são exemplos de infraestrutura precária que podem afetar o processo de ensino-aprendizagem.

Diversas escolas rurais estão localizadas em áreas remotas e sem acesso a serviços de internet e telefonia. Isso dificulta a comunicação entre professores, alunos e pais, prejudicando a organização das atividades escolares e o acompanhamento do desempenho dos alunos.

A falta de valorização dos profissionais da educação pode afetar a qualidade do ensino nas escolas rurais, levando à desmotivação e até mesmo ao abandono da profissão. A remuneração inadequada pode gerar um ciclo vicioso de precarização do ensino nas escolas rurais.

A falta de capacitação pode dificultar a implementação de novas metodologias de ensino e a utilização de tecnologias educacionais, afetando a qualidade do ensino.

Diante dessas dificuldades, é fundamental que os governos e as instituições educacionais adotem políticas e medidas para superá-las. Isso inclui investir em infraestrutura, transporte, acesso à *internet* e programas de formação e capacitação para professores. Além disso, é importante valorizar os profissionais da educação, oferecendo remuneração

adequada e oportunidades de crescimento profissional. A melhoria da qualidade do ensino nas escolas rurais requer um esforço conjunto para garantir igualdade de oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de sua localização geográfica.

## **A ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL**

As escolas rurais no Brasil geralmente são pequenas e contam com uma infraestrutura limitada. Muitas vezes, essas escolas têm apenas algumas salas de aula, um refeitório, banheiros e uma sala para o diretor e os professores. A falta de recursos financeiros, o isolamento geográfico e a escassez de mão de obra qualificada para a construção e manutenção das escolas são alguns dos principais desafios enfrentados pelas escolas rurais. Segundo dados do Censo Escolar de 2020, as escolas rurais no Brasil geralmente são pequenas e contam com uma infraestrutura limitada (INEP, 2020). Muitas vezes, essas escolas têm apenas algumas salas de aula, um refeitório, banheiros e uma sala para o diretor e os professores. A falta de recursos financeiros, o isolamento geográfico e a escassez de mão de obra qualificada para a construção e manutenção das escolas são alguns dos principais desafios enfrentados pelas escolas rurais (LIMA, 2020).

De acordo com dados do Ministério da Educação, as escolas rurais enfrentam diversos desafios, incluindo problemas relacionados à infraestrutura básica. Dentre eles, destacam-se a falta de saneamento básico, como água potável, esgoto e coleta de lixo, além da carência de energia elétrica que dificulta o uso de equipamentos eletrônicos e tecnológicos em sala de aula (BRASIL, 2019).

Apesar dessas dificuldades, muitas escolas rurais têm se esforçado para melhorar sua infraestrutura física e oferecer um ambiente adequado

para o aprendizado. Alguns exemplos de melhorias incluem a construção de salas de aula mais espaçosas e confortáveis, a instalação de sistemas de energia solar, a criação de hortas e jardins para a produção de alimentos e a realização de atividades para promover a conscientização ambiental e a sustentabilidade.

### **MECANISMOS DE DEFESA DO PROFESSOR**

Os professores da zona rural enfrentam muitos desafios em sua rotina de trabalho, desde a falta de recursos e infraestrutura até a dificuldade de comunicação e isolamento geográfico. Para lidar com esses problemas, os professores podem utilizar alguns mecanismos de defesa e estratégias para proteger sua saúde mental e manter a qualidade do seu trabalho.

O suporte de colegas de trabalho é essencial para o sucesso da prática docente, e a busca por orientação pode ser uma estratégia eficaz para superar obstáculos. O compartilhamento de experiências, a troca de informações e o diálogo aberto entre colegas podem contribuir significativamente para a resolução de problemas (TÉBAR, 2023).

Os professores desempenham diversas funções na comunidade rural. É essencial estabelecer um vínculo com a comunidade para conquistar a confiança dos moradores locais. Dessa forma, o professor deve compreender melhor as necessidades e demandas da região, adaptando o currículo e as metodologias de ensino às particularidades locais (CARNEIRO, 2022).

A integração entre a escola e a comunidade é um aspecto importante. O professor pode promover essa integração por meio de atividades extracurriculares e projetos que envolvam a participação dos pais e da comunidade em geral (IMBERNÓN, 2022).

Além disso, o professor pode incentivar a participação dos alunos em projetos e atividades voltados para o desenvolvimento da comunidade, evidenciando o papel da educação na transformação

social. Isso permite a promoção do diálogo entre pais, alunos, autoridades locais e representantes da sociedade civil (MENDES; VILARONGA, 2023).

Dessa forma, o professor contribui para a formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de atuar de forma consciente e responsável na realidade em que estão inseridos (DE FARIAS LEITE, 2021).

Para desempenhar essas funções de maneira efetiva, o professor deve conhecer bem a realidade da comunidade rural, compreendendo suas particularidades e demandas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo sobre o trabalho das professoras na zona rural, foram observadas as estratégias que elas utilizam para lidar com os desafios e as alegrias do cotidiano profissional. O trabalho dessas professoras é extremamente desafiador devido às condições precárias de infraestrutura, falta de acesso à tecnologia e recursos educacionais limitados na zona rural do Piauí. Estas docentes enfrentam dificuldades adicionais, como a falta de incentivo governamental, acesso limitado à formação continuada e problemas sociais na comunidade, como falta de saneamento básico, violência e questões de saúde. No entanto, as professoras demonstraram resiliência e encontraram maneiras criativas de contornar essas adversidades.

Foram identificadas diversas estratégias e ações adotadas pelas mulheres da zona rural de José de Freitas, como envolvimento comunitário e diálogo aberto com os alunos e suas famílias. Além disso, elas promovem projetos para melhorar o ensino, como cultivo de hortas escolares e atividades extracurriculares.

Também foram observados mecanismos de defesa e enfrentamento utilizados pelas professoras no dia a dia, como apoio emocional entre colegas de trabalho, trabalho em equipe e uso de recursos didáticos alternativos ou compartilhados.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - **PROINFÂNCIA**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- CARNEIRO, M.A. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. Editora Vozes, 2022.
- COSTA, D da. A contribuição da formação e da atuação docente com a construção do perfil de professor-pesquisador e sua relação com o mercado de trabalho. 2021. 107 f. **Dissertação** Programa Stricto Sensu em Educação. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021.
- DE MAGALHÃES M.G.M.; SCHMITD, L.L. As contribuições da formação continuada para o ensino superior em um centro universitário de Maceió/AL. **Horizontes**, v. 40, n. 1, p. e022008-e022008, 2022.
- DELMIRO, E. de A. Práticas pedagógicas para o ensino de matemática-explorando propostas para a sala de aula. 2023. **Dissertação de Mestrado**. Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba.
- DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- DOS SANTOS VASCONCELLOS, C. **Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente**. Cortez Editora, 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- GOLDFINGER, A.P.R. de O. Portfólio como instrumento de avaliação da trajetória dos alunos de um curso lato sensu em saúde pública ofertado pela Escola Dr. Jorge David Nasser. 2022. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Cortez editora, 2022.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. (INEP). (2020). **Censo Escolar 2020**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- LIMA, M.T.M. de. ONG Mulheres do Futuro: anteprojeto de um espaço assistencial à mulher com creche-escola comunitária. 2020. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- PONTES, L.B.C. Estudo dos efeitos da experiência profissional dos professores de educação física na elaboração de dicas para o ensino de habilidades motoras. 2022. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo.
- RIBEIRO, M.V.M. Metodologia aplicada na educação em tempos digitais. **Conhecimento Interativo**, v. 14, n. 2, 2020.
- TÉBAR, L. **O perfil do professor mediador: pedagogia da mediação**. Editora Senac São Paulo, 2023.



## A MÚSICA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL, CEARÁ

### MUSIC AS A TEACHING TOOL IN ELEMENTARY EDUCATION I AT A SCHOOL IN THE CITY OF SOBRAL, CEARÁ

Fabiula Feitosa Rodrigues <sup>1</sup>  
Francisco José Lopes Cajado <sup>2</sup>

#### RESUMO

Este estudo teve como objetivo principal pesquisar e analisar o desenvolvimento e a evolução das crianças em relação à matemática no ensino fundamental I, utilizando uma abordagem qualitativo-descritiva e um levantamento do tipo *survey*. Também, o trabalho procurou verificar o desenvolvimento das crianças no Ensino Fundamental I por meio de aulas musicalizadas, investigar as implementações da musicalização para o aprendizado do raciocínio matemático nas séries finais desse nível de ensino, analisar as estratégias dos alunos na resolução de problemas com o uso da musicalidade e investigar a emergência da musicalização na resolução de problemas matemáticos. Para alcançar esses objetivos, a pesquisa foi realizada com alunos de uma escola de ensino fundamental em um município no interior do Ceará, Brasil. Foi elaborado um questionário com seis categorias, explorando a percepção dos alunos sobre as aulas, a opinião deles sobre a didática do professor, a concretização do conhecimento por meio da memorização, a mobilização do conhecimento, a fixação da aprendizagem e a resolução de problemas de matemática na avaliação escrita. Os dados foram coletados por meio do questionário, entregue impresso aos participantes juntamente com uma caneta. Os respondentes tiveram cinco minutos para preencher o questionário e devolvê-lo à pesquisadora. Após a coleta de dados, a pesquisadora realizou a preparação dos dados, incluindo a triagem dos questionários para detecção de respostas incompletas, seguida de uma análise descritiva dos dados. Os resultados indicaram que as aulas musicalizadas foram um recurso eficaz para auxiliar os alunos no desenvolvimento do conhecimento matemático, facilitando o processo de ensino-aprendizagem. A prática do uso da música no ambiente escolar viabilizou o processo de ensino-aprendizagem, motivando os alunos e despertando sua cognição em diversas áreas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Música. Matemática. Ensino Fundamental I.

#### ABSTRACT

The main objective of this study was to research and analyze the development and evolution of children in relation to mathematics in elementary school I, using a qualitative-descriptive approach and a survey-type survey. Also, the work sought to verify the development of children in Elementary School I through musicalized classes, to investigate the implementations of musicalization for learning mathematical reasoning in the final series of this level of education, to analyze the students' strategies in solving problems with the use of musicality and investigate the emergence of musicalization in solving mathematical problems. To achieve these objectives, the research was carried out with students from an elementary school in a municipality in the interior of Ceará, Brazil. A questionnaire with six categories was elaborated, exploring the students' perception about the classes, their opinion about the teacher's didactics, the materialization of knowledge through memorization, the mobilization of knowledge, the fixation of learning and the resolution of problems of mathematics in the written assessment. Data were collected through a printed questionnaire, delivered to the participants along with a pen. Respondents had five minutes to complete the questionnaire and return it to the researcher. After data collection, the researcher prepared the data, including sorting the questionnaires to detect incomplete responses, followed by a descriptive analysis of the data. The results indicated that musicalized classes were an effective resource to help students develop mathematical knowledge, facilitating the teaching-learning process. The practice of using music in the school environment made the teaching-learning process possible, motivating students and awakening their cognition in several areas.

**KEYWORDS:** Music. Mathematics. Elementary Education.

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – (UVA); Especialista em Educação Especial Inclusiva (FAVENI); Especialista em Gestão e Coordenação Educacional (FAVENI); Especialista em Educação Infantil (COTEMAR); Especialista em Recursos Humanos (UVA) e Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **CURRÍCULO LATTES:** [lattes.cnpq.br/8584888527290240](http://lattes.cnpq.br/8584888527290240)

<sup>2</sup> Doutor em Biotecnologia (UFC). Mestre em Engenharia de Pesca (UFC); Especialista em Análises Clínicas (Faculdade Única - MG); Licenciado em Ciências Biológicas (UECE); Bacharel em Ciências Biológicas/Ecologia (UECE); Professor celetista da Faculdade Metropolitana de Horizonte (FMH) e professor orientador e colaborador da ACU – Absolute Christian University. **CURRÍCULO LATTES:** [lattes.cnpq.br/7366500861439534](http://lattes.cnpq.br/7366500861439534)

## INTRODUÇÃO

A música é amplamente estudada como um meio de melhorar a aprendizagem em diferentes áreas do saber. Ela pode ser uma ferramenta poderosa para envolver os alunos e estimular a capacidade de aprendizado. Além disso, a música pode potencializar a memória, concentração, criatividade, coordenação motora, capacidade de expressão e compreensão de conceitos.

Além do aspecto acadêmico, a música também contribui para o desenvolvimento social e emocional dos alunos, permitindo-lhes expressar emoções e trabalhar em equipe.

A musicalização infantil, em particular, é uma porta de entrada para a cultura musical, promovendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança.

A música é reconhecida como uma das linguagens artísticas a serem desenvolvidas pelos alunos, conforme indicado nas orientações pedagógicas do Ministério da Educação (MEC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece a importância da educação em promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Neste sentido, esta pesquisa, propõe a utilização da música como ferramenta de ensino, podendo esta, influenciar positivamente o desenvolvimento cognitivo, emocional, social, aprendizagem e raciocínio matemático dos alunos. A pesquisa de natureza qualitativa e foi realizada em uma escola de ensino fundamental I, em Sobral, Ceará e buscou investigar esses efeitos por meio da observação direta das aulas, questionários e entrevistas com os alunos.

Os objetivos deste trabalho incluíram analisar os efeitos da utilização da música no desenvolvimento cognitivo, investigar o impacto no desenvolvimento emocional, identificar estratégias eficazes de integração

da música no currículo escolar e compreender a percepção dos alunos sobre o uso da música como recurso pedagógico.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, a fim de investigar os impactos da utilização da música como ferramenta de ensino na turma de alunos do Ensino Fundamental em Sobral, Ceará.

A amostra foi composta por alunos previamente selecionados. Foi considerada uma turma específica da escola, na qual foram realizadas aulas utilizando a música como recurso pedagógico.

Os dados foram coletados permitindo uma análise abrangente dos efeitos da musicalização no desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos, bem como na aprendizagem do raciocínio matemático.

A análise dos dados foi realizada por meio de categorização e interpretação dos resultados. Os registros das observações, as gravações audiovisuais, as respostas dos questionários e as informações das entrevistas foram analisados em conjunto, buscando identificar padrões, tendências e relações entre as variáveis estudadas. A análise foi realizada de forma a responder aos objetivos da pesquisa.

Por fim, foram respeitados todos os princípios éticos no desenvolvimento da pesquisa. Os alunos e seus responsáveis foram devidamente informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, e o consentimento foi obtido para a participação dos alunos. Também foram asseguradas a privacidade e a confidencialidade dos participantes, garantindo aos mesmos e seus tutores a não divulgação de nomes e imagens dos envolvidas na pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

## PERCEPÇÕES DAS AULAS PELOS ALUNOS

Os resultados indicaram que tanto os alunos do grupo controle, sem o uso de música, quanto os alunos do grupo experimental, com o uso, apresentaram percepções variadas em relação às aulas. No grupo controle, alguns alunos consideraram as aulas normais ou boas, enquanto outros as acharam desinteressantes. Já no grupo experimental, os alunos relataram maior satisfação e descreveram as aulas como estimulantes. Foi destacada a participação ativa do professor e dos colegas durante essas atividades.

A literatura existente sobre o tema sugere que a música permite que os alunos se envolvam mais intensamente nas atividades, criem suas próprias interpretações e expressem-se de maneira significativa. No entanto, é importante ressaltar que o uso da música como recurso pedagógico requer um planejamento cuidadoso. É necessário considerar os objetivos de aprendizagem, adaptar as atividades musicais às características e necessidades dos alunos e garantir a integração harmoniosa entre a música e a matemática.

Os resultados deste estudo sugerem a eficácia da musicalização como ferramenta pedagógica, mas são necessárias pesquisas adicionais para confirmar e aprofundar essas conclusões. A implementação da musicalização no ensino requer uma reflexão cuidadosa sobre o contexto, os objetivos educacionais e as necessidades dos alunos, bem como a formação adequada dos professores e a avaliação contínua dos resultados.

### A OPINIÃO DISCENTE SOBRE A DIDÁTICA DO PROFESSOR

Os resultados destacam a importância dos gestos na memorização dos conteúdos e o impacto positivo da musicalização nas aulas de matemática. A combinação de gestos e música pode criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, estimulante e eficaz,

melhorando a experiência de aprendizagem dos alunos e potencializando seus resultados acadêmicos.

De acordo com Brandão (2021), a música é uma ferramenta importante para motivar os alunos, pois ela pode ser qualificada como uma linguagem comunicativa e educativa. A música relaciona a cultura e a realidade em que o aluno vive, permitindo que ele compartilhe ideias e crie novas alternativas. Além disso, a música está presente no meio social cotidiano e participa das culturas desde os primórdios da humanidade.

No estudo realizado por Castro (2019), os alunos expressaram suas opiniões sobre a utilização da musicalização como uma estratégia didática em sala de aula.

Os alunos do grupo controle destacaram a importância dos gestos realizados pela professora, que estimularam a memorização dos conteúdos. Por exemplo, um aluno mencionou que tenta memorizar pelos gestos. No grupo experimental, os alunos relataram que as aulas com música são rápidas, animadas e facilitam a resolução das atividades. Um aluno mencionou que a aula com música fica animada, os alunos ficam contentes e a resolução das atividades se torna mais fácil.

Esses relatos dos alunos estão em linha com as pesquisas que enfatizam os benefícios da musicalização no processo de aprendizagem. A música pode despertar emoções, criar um ambiente motivador e servir como uma ferramenta mnemônica poderosa. A melodia e a estrutura musical podem facilitar a memorização e a recuperação de informações, proporcionando uma abordagem alternativa e eficaz para o ensino de diferentes disciplinas (Rocha; Carvalho, 2022).

Paiva (2019) argumenta que a memorização dos conteúdos por meio da musicalização é favorecida pela sensação agradável de cantar um texto de uma música. Quando a música é utilizada para fins educativos, ela auxilia os processos de aprendizagem e propicia a lembrança de um determinado conteúdo.

No entanto, é importante ressaltar que os relatos dos alunos refletem suas percepções subjetivas e não foram analisados quantitativamente. Para obter evidências mais robustas sobre os benefícios da didática com musicalização no ensino de matemática, é necessário realizar pesquisas mais aprofundadas, com amostras maiores e instrumentos de coleta de dados mais abrangentes.

### **CONCRETIZAÇÃO DO CONHECIMENTO PELA MEMORIZAÇÃO**

Na visão de Santiago (2018), a utilização de diversas metodologias para a concretização do conhecimento é mencionada nos PCNs (BRASIL, 2007), incluindo a música. O documento ressalta que o uso de recursos como vídeos, filmes, jornais, revistas, livros de divulgação e ficção, jogos didáticos, peças teatrais e a música tem grandes potencialidades para vincular o conhecimento científico ao convívio social dos estudantes, promovendo a interligação entre os diversos saberes e estimulando a discussão sobre assuntos do mundo contemporâneo.

Desta forma, foi observado que o grupo controle, ao sair da escola, lembrava principalmente das atividades realizadas em sala de aula e das dúvidas sobre os conteúdos que ainda permeavam suas mentes. Já o grupo experimental, que participou das aulas com música, afirmou que suas lembranças estavam relacionadas às músicas ministradas na escola. Isso indica que a música teve um impacto significativo na memória dos alunos e se tornou uma lembrança marcante para eles.

Alves (2021), destaca o papel do educador em instruir e ensinar os alunos a pensar. Segundo o autor, Kant acreditava que o papel do professor era levar o aluno a alcançar a excelência nos estudos, passando por três estágios de aprendizagem: o entendimento, a razão e a instrução. Esses estágios visam desenvolver

a capacidade de compreensão, o pensamento crítico e a análise dos conhecimentos.

A importância da memória no processo de aprendizagem também é ressaltada. A memória é responsável por comparar, registrar e recuperar o conhecimento almejado. É uma função essencial para o desenvolvimento da inteligência, do raciocínio e da linguagem. A falta de memória e a dificuldade em recordar o que foi aprendido nos livros e em sala de aula podem levar o aluno à desmotivação e à frustração em relação às suas ambições acadêmicas.

De acordo com Paiva (2019), a presença da música na vida cotidiana do aluno é essencial para uma aprendizagem significativa. Quando a experiência musical faz sentido para o aluno, há uma maior possibilidade de conexão entre as regiões específicas do cérebro, facilitando a recordação dos assuntos abordados em sala de aula. Araújo (2019) argumenta que os professores enfrentam dificuldades para atrair a atenção dos alunos e incentivá-los a refletir, o que pode ser atribuído a diversos fatores, como a sobrecarga de alunos em sala de aula e as dificuldades de assimilação dos conteúdos.

Nesse contexto, a música pode ser uma ferramenta pedagógica relevante, auxiliando na concentração dos alunos e facilitando a assimilação dos conteúdos com maior ou menor complexidade.

### **A MOBILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

A mobilização do conhecimento refere-se a um processo em que o conhecimento adquirido é colocado em ação e utilizado de forma prática. Segundo Cianbroni e Santos (2017), a mobilização do conhecimento envolve ações que permitem que o conhecimento seja aplicado e utilizado em situações reais, por meio da tomada de decisões e intervenções.

No contexto da pesquisa, os resultados revelaram divergências nas respostas dos alunos do grupo controle em relação à fixação da aprendizagem

dos conteúdos vistos em sala de aula com a musicalização. Os alunos do grupo controle mencionaram que a compreensão do conteúdo é um fator-chave para a fixação da aprendizagem. Quando os alunos entendem os conceitos abordados em sala de aula, eles se sentem mais confiantes e capazes de aplicar esse conhecimento na resolução das atividades propostas. Essa perspectiva está alinhada com a ideia de que a compreensão é um componente fundamental da aprendizagem significativa, na qual os alunos conseguem relacionar os novos conhecimentos com suas experiências prévias e construir um entendimento sólido dos conteúdos.

No entanto, é importante destacar que a compreensão do conteúdo nem sempre é fácil para todos os alunos. Alguns podem enfrentar dificuldades de compreensão devido a fatores como a complexidade do conteúdo, o estilo de ensino utilizado pelo professor, as habilidades individuais de cada aluno e até mesmo fatores emocionais e motivacionais. Nesse sentido, a musicalização por si só não garante automaticamente a compreensão dos conteúdos, mas pode ser uma estratégia complementar que ajuda a tornar o processo de aprendizagem mais engajante e significativo para alguns alunos.

Os resultados sugerem que, embora a musicalização possa contribuir para tornar a aprendizagem mais atrativa e envolvente, não é uma solução única para a compreensão dos conteúdos. É necessário considerar outros aspectos do processo educacional, como a qualidade das explicações, a adequação dos materiais didáticos, a interação entre professor e aluno, entre outros, para facilitar a compreensão e a fixação da aprendizagem.

Portanto, os resultados destacam a importância da compreensão dos conteúdos para a fixação da aprendizagem. Enquanto alguns alunos relatam que a compreensão facilita a resolução das atividades, outros demonstram dificuldades nesse aspecto. A

musicalização pode ser uma estratégia complementar que contribui para tornar a aprendizagem mais atrativa e engajante, mas não pode substituir a necessidade de uma abordagem pedagógica abrangente, que considere diversos fatores relacionados à compreensão e ao suporte aos alunos.

## A FIXAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A fixação da aprendizagem dos conteúdos vistos em sala de aula com a musicalização foi tema de divergências nas respostas dos alunos do grupo controle. Alunos 1 e 3 destacaram que a compreensão do conteúdo facilita a resolução das atividades, enquanto o aluno 4 mencionou ter dificuldade para compreender o conteúdo. Essas divergências podem ser analisadas à luz de teorias relacionadas à compreensão e à dificuldade de aprendizagem.

A compreensão é um processo ativo de construção de significado, que vai além da simples memorização. Alunos que compreendem os conceitos e princípios subjacentes são capazes de aplicá-los de forma mais efetiva na resolução de problemas e atividades. Isso envolve a capacidade de relacionar os novos conhecimentos com os conhecimentos prévios, identificar padrões e estabelecer conexões significativas.

No entanto, a dificuldade de compreensão do conteúdo, mencionado pelo aluno 4, pode indicar a presença de dificuldades de aprendizagem específicas ou outros fatores que afetam a compreensão. Dificuldades de aprendizagem podem ser causadas por diferenças individuais na forma como os alunos processam a informação, problemas de atenção, memória, habilidades linguísticas ou dificuldades emocionais e motivacionais. Essas dificuldades podem interferir na capacidade do aluno de compreender e assimilar os conteúdos, mesmo quando estratégias pedagógicas como a musicalização são aplicadas.



A musicalização pode vir a ser uma abordagem valiosa para engajar os alunos e conferir significado e motivação à aprendizagem. Ela estimula a atenção, a memória e a emoção, promovendo a retenção e recuperação de informações. No entanto, é importante reconhecer que a musicalização, por si só, pode não ser capaz de superar as barreiras individuais que dificultam a compreensão dos conteúdos para alunos com dificuldades de aprendizagem.

Diante dessas divergências, é necessário adotar uma abordagem diferenciada e personalizada para atender às necessidades individuais dos alunos. Isso pode incluir estratégias de ensino adaptadas, como o uso de recursos visuais, práticas de ensino explícitas e a oferta de suporte adicional, como tutorias individuais ou intervenções específicas para superar as dificuldades de aprendizagem.

Conforme o exposto, os resultados evidenciam a importância da compreensão dos conteúdos para a fixação da aprendizagem, mas também revelam divergências entre os alunos do grupo controle.

### **SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE MATEMÁTICA NA AVALIAÇÃO ESCRITA**

Os resultados indicam que os alunos do grupo experimental, que utilizaram a música como ferramenta didática, apresentaram estratégias que envolvem a memória e associação com a música e os gestos do conteúdo. Eles mencionaram a importância de lembrar da música durante a resolução dos problemas, realizando mentalmente os comandos da musicalização. Também recorreram às anotações feitas no caderno e utilizaram a música como uma forma de recordar todo o conteúdo.

Essas estratégias mnemônicas, como associação com música, gestos e anotações, demonstraram ser eficazes na recordação e aplicação dos conteúdos matemáticos durante a resolução de problemas. Elas fornecem suporte cognitivo adicional,

ajudando os estudantes a organizar, consolidar e recuperar informações relevantes, o que promove uma compreensão mais profunda dos conceitos matemáticos e facilita sua aplicação prática.

Por outro lado, os alunos do grupo controle utilizaram diferentes abordagens. Alguns fizeram uso de uma folha em branco como rascunho e revisaram suas lembranças da aula e do conteúdo para resolver os problemas. Outros fizeram uma revisão do conteúdo anotado no caderno antes da avaliação. Também houve alunos que destacaram a importância de ensinar os colegas como uma forma de consolidar sua própria aprendizagem. Além disso, um aluno mencionou utilizar os dedos para realizar cálculos matemáticos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados desta pesquisa demonstraram os impactos positivos da utilização da música como instrumento de aprendizagem no ensino fundamental I. Na escola pesquisada, a presença da música nas aulas contribuiu para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes, fortalecendo habilidades como raciocínio lógico, concentração, memória, expressão emocional, autoestima e criatividade. A música mostrou-se uma estratégia pedagógica eficaz, tornando as aulas mais dinâmicas e estimulantes, com maior interesse, participação ativa e motivação dos alunos. Além disso, a música como recurso pedagógico torna o ambiente escolar receptivo, alegre e propício à expressão da individualidade dos alunos, inclusive os mais tímidos. Os estudantes perceberam os benefícios da abordagem musical no ensino, refletindo uma percepção positiva. No entanto, foram identificados desafios, como a adaptação das práticas pedagógicas e a disponibilidade de recursos adequados. Com base nos resultados, a música desempenha um papel fundamental na educação, enriquecendo e

abrangendo a experiência educativa. Educadores e gestores escolares devem reconhecer e valorizar o potencial da música como ferramenta pedagógica valiosa, integrando-a adequadamente no currículo, levando em consideração as necessidades dos alunos. A música como instrumento de aprendizagem tem o poder de transformar o ambiente educacional, promovendo um ensino mais significativo e estimulante, capacitando os alunos a explorarem todo o seu potencial.

SANTIAGO, D. **Prática musical, memória e linguagem**. Salvador: EDUFBA, 2018.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A.K. de O. Sensibilização musical da gestação ao 1º ano de vida: um relato de experiência com Édgar. 2021. **Monografia**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2021.

ARAÚJO, E.B. de. A contribuição da leitura enquanto estratégia auxiliar na quebra do círculo de violência na escola e a busca de formação de leitores permanentes. 2019. 121f. **Dissertação** (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins. Pós-Graduação em Letras. Araguaína.

BRANDÃO, C.R. **Paulo Freire: uma vida entre aprender e ensinar**. Ideias e Letras, 2021.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

CASTRO, M. G. G. **Educação musical na educação do campo**: um estudo de caso na Escola Estadual de Ensino Médio São José do Maratá – São José do Sul (RS). 2019. **Dissertação**. Pós-Graduação em Música. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

CIANBRONI, S. H.; SANTOS, R. A. T. Perspectivas de mobilização de conhecimentos musicais em atividades de colaboração pianística: três estudos de caso. **Opus**, v. 23, n. 1, p. 166-186, abr. 2017.

PAIVA, A. (Org.) **Literatura fora da caixa** – O PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2019

ROCHA, F.F.; DE CARVALHO ATAIDE, S.M. Direitos de aprendizagem e a musicalização na educação infantil. **Educação e cultura em debate**, v. 8, n. 1, p. 179-199, 2022.

## O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE O SUJEITO DA PRÁTICA

### THE INCLUSIVE EDUCATION TEACHER: REFLECTIONS ON THE SUBJECT OF PRACTICE

Lécia Moreira Lopes <sup>1</sup>

#### RESUMO

Trata-se de estudo sobre a “Educação Inclusiva”, com o objetivo de oferecer uma reflexão detalhada sobre o assunto, dada a necessidade do professor atuar em sala de aula levando em consideração as diferenças de seus alunos para a ascensão profissional etapas de planejamento flexíveis. A educação é um direito fundamental do ser humano. Portanto, é esse direito que irá não só potencializar os demais direitos conquistados como também reestruturar uma sociedade, tão desigual e ávida por mudanças. A vinda e oferta desses alunos á escola secular não significa necessariamente sucesso, e sim o surgimento de um novo paradigma que inquietam estudiosos e profissionais da educação. A pesquisa terá cunho de revisão bibliográfica, que diz respeito a um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material acessível ao público em geral. A inclusão que é um movimento mundial de luta em busca de direitos e lugar na sociedade. A inclusão se faz necessária, com mudança de postura dos profissionais de educação, profundas mudanças na escola secular, por meio do questionamento à organização curricular, na organização do trabalho pedagógico em razão das especificidades dos alunos, reafirmando que o atendimento educacional especial não substitui a escola secularização, somente completa a formação dos alunos, objetivando a independência e a autonomia. As escolas seculares inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. Concluiu-se que a criança e adolescente deficiente têm muito a aprender e a nos ensinar, desde que saibam trabalhar o potencial que possui, pode-se realizar um trabalho gratificante e adequado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pedagogia. Educação Inclusiva. Importância.

#### ABSTRACT

This is a study on "Inclusive Education", with the aim of offering a detailed reflection on the subject, given the need for teachers to work in the classroom taking into account the differences of their students for professional advancement. Flexible planning steps. Education is a fundamental human right. Therefore, it is this right that will not only enhance the other conquered rights, but also restructure a society, so unequal and eager for change. The arrival and offer of these students to regular school does not necessarily mean success, but the emergence of a new paradigm that disturbs scholars and education professionals. The research will have the nature of a bibliographic review, which concerns a systematic study developed based on material published in books, magazines, newspapers, electronic networks, that is, material accessible to the general public. Inclusion, which is a worldwide movement of struggle in search of rights and a place in society. Inclusion is necessary, with a change in the posture of education professionals, profound changes in the school, through questioning the curriculum organization, in the organization of pedagogical work due to the specificities of the students, reaffirming that special educational assistance does not replace schooling, only completes the training of students, aiming at independence and autonomy. Inclusive schools propose a way of building the educational system that takes into account the needs of all students and is structured around these needs. It was concluded that disabled children and adolescents have a lot to learn and teach us, as long as they know how to work with their potential, they can do a rewarding and adequate job.

**KEYWORDS:** Pedagogy. Inclusive education. Importance.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário de Brasília, UniCEUB. **E-MAIL:** leciamoreiralopes@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9547182613521284

## INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como tema “Educação Inclusiva”, tendo por escopo propor uma reflexão aprofundada sobre o assunto, haja vista a necessidade do professor de atuar em sala de aula considerando as diferenças de seus alunos de modo a promover ações profissionais em que haja um planejamento flexível.

A aprendizagem inclusiva é algo que chama a atenção por ser trabalhado de modo a facilitar o aprendizado logo nos primeiros anos iniciais e acompanhando todo seu desenvolvimento. É importante, portanto, ressaltar como o professor, a escola secular pode ter grande importância no desenvolvimento desse aluno, identificando as estratégias metodológicas que a instituição deve desenvolver para aprendizagem do estudante com deficiência intelectual. Desta forma, baseados em uma perspectiva de escola secular para todos, o professor deverá encontrar meios para ensinar todos os alunos, independentemente de suas necessidades físicas, mentais, psicológicas e sociais: afinal, a educação é um direito de todos.

É necessário que a alfabetização e o letramento tenham seu início na educação infantil, desde a idade mais tenra, de acordo com Magda Soares (2009), os pequenos, antes mesmo do ensino fundamental devem ter acesso tanto a atividades de introdução ao sistema alfabético e suas convenções, a alfabetização, como também práticas sociais do uso da leitura e da escrita, o letramento.

O processo de ensino-aprendizagem da leitura e a escrita deve ser organizada de modo que sejam desenvolvidas em uma linguagem real, contextualizada, significativa e de acordo com o cotidiano da criança. A alfabetização tem como objetivo criar situações para que a criança perceba o seu desenvolvimento e conseqüentemente adquira a sua autonomia, tornando-se fase adulta um ser crítico e conhecedor de seus direitos.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas que

segundo Gil (2008) têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, análise sobre as atividades desenvolvidas na alfabetização.

## REFERENCIAL TEÓRICO:

### EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

O marco histórico da educação especial no Brasil deu-se início em 1854, com a inauguração do “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, inspirada na experiência do “Instituto Nacional de Jovens cegos” em Paris.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado no Rio de Janeiro por Dom Pedro II, era dirigido pelo médico Benjamim Constant. O instituto atualmente é conhecido como “Instituto Benjamim Constant”.

Após três anos de inaugurado o instituto para meninos cegos, fundou-se o “Imperial Instituto dos Surdos-mudos”, atualmente conhecido como “Instituto Nacional de Educação para Surdos” (INES), também sediado na cidade do Rio de Janeiro.

Outras campanhas ocorreram e diversas associações foram criadas, após uma iniciativa de um pai de uma criança com paralisia cerebral, ao publicar uma reportagem em um jornal para a criação de uma associação voltada para crianças com essa deficiência nos Estados Unidos em 1940.

Com isso, inspirou o Brasil, e deu origem campanhas e diversas associações como, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Fundação Nacional da Sociedade Pestalozzi (FENASP).

Entre 1970 a 1993, foram criados outros centros, ligados ao ministério da educação (MEC), como o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que com o passar do tempo sofreu alterações e passou a ser

chamado de Secretaria de Educação Especial (SEESP). A criação do CENESP foi um passo importante no Brasil, e deu início a ações mais sistematizadas dirigidas a melhoria e a expansão do atendimento educacional para pessoas com necessidades especiais.

Implantaram-se subsistemas de educação especial nas diversas redes públicas de ensino, porém o serviço funcionava em “paralelo” a educação geral. Os alunos permaneciam “segregados” e a maioria em instituições privadas. Em 1986 o CENESP foi extinto e implantado o SESPE, que também foi extinta em 1990. As críticas ao processo de exclusão nas escolas seculares nortearam a na década de noventa e com isso surge a proposta da educação Inclusiva.

No que diz Fonseca (2003) o processo histórico que levou a educação inclusiva passou primeiro por instituições isoladas e segregadas, em que se adotou a perspectiva longe da vista, longe do coração; mais tarde passou pela Escola secular Tradicional, percorrendo a Escola secular Integrativa classificativa, e posteriormente a proposta da Escola secular Inclusiva. Vários documentos surgem no processo de valorização das diferenças, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 determina que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidades e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros”. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

A Constituição de 1988 determina que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino. A educação inclusiva se afirmou na década de 90, a partir da Conferência Mundial, evento patrocinado pela UNESCO e pelo governo Espanhol, originado a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994).

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas seculares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem-

dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados (...). Às escolas seculares têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências graves. É cada vez maior o consenso de que crianças e jovens com necessidades educativas especiais sejam incluídos nos planos de educação elaborados para a maioria de meninos e meninas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.17-18).

Para que o professor possa trabalhar com alunos com deficiência necessita de alguns pré-requisitos como, conhecer as particularidades da educação desses alunos, suas potencialidades, bem como suas necessidades especiais e os avanços que podem obter, para que assim utilizando-se de flexibilidade, comprometimento, criatividade, competência, dedicação, entre outras características, possam realizar um bom trabalho.

O professor é o mediador e o condutor da aprendizagem, então precisa ter clareza que o processo de aprendizagem acontece a partir de experiências que podem ser organizadas em cinco níveis de experiências na aprendizagem. Assim como na filogênese, na ontogênese humana também observaremos a aquisição paulatina destas habilidades relacionada ao desenvolvimento da aprendizagem (SOARES, 2017).

**Sensação:** é o nível mais primitivo do comportamento, referindo-se unicamente à ativação de estruturas sensoriais. É a partir das sensações que o indivíduo pode perceber o mundo que o cerca.

**Percepção:** Constitui-se na tomada de consciência relativa a sensações em progresso. A eficiência da percepção depende de que o aparato neurológico seja capaz de converter, adequadamente, as sensações em impulsos elétricos. Apesar de ser um comportamento neurologicamente superior à sensação, do ponto de vista psicológico é, ainda, extremamente



rudimentar. No entanto, é baseado na percepção que o indivíduo irá formar imagens.

**Formação de Imagens:** Refere-se a sensações ou informações já recebidas e percebidas. Está relacionada aos processos de memória já que corresponde a um registro de aspectos das experiências vividas, ainda que a elas não se associem palavras (aspectos não verbais). As imagens formadas não se restringem apenas ao nível visual; são registros de percepções oriundas de quaisquer dos órgãos dos sentidos. Incluem-se, aqui, além das imagens do cotidiano, os sons sociais não verbais (ruídos de automóveis e máquinas, vozes de animais, etc.), odores característicos de diversas coisas, os sabores típicos dos diferentes alimentos, texturas de objetos, assim como também a percepção social, ou seja, expressões faciais e corporais percebidas em várias situações.

**Simbolização:** Habilidade descrita como exclusiva da espécie humana e que corresponde à capacidade de representar uma experiência de forma verbal ou não verbal. As simbolizações não verbais verificam-se através de símbolos visuais ou auditivos, em manifestações artísticas, musicais, religiosas e patrióticas. Incluem-se nesta categoria as capacidades de avaliar e recordar situações, emitindo julgamentos do tipo: perto, longe, grande, pequeno, alto, baixo, cheio, vazio, depressa, devagar, etc. As simbolizações verbais estão relacionadas a palavras. O ser humano apresenta três sistemas verbais: falado, escrito e lido. Além disso, a maturidade psiconeurológica aqui exigida é menor do que nos sistemas lido e escrito. Estas considerações nos levam a compreender porque a língua falada ocupa posição de destaque em nossas vidas, predominando não apenas na infância.

Algumas modificações relativas a estes sistemas verbais podem ser observadas em circunstâncias especiais, como a linguagem de sinais utilizadas pelos surdos ou o *braille*, código de escrita utilizado pelos cegos. Os sistemas verbais abrangem três aspectos. A linguagem interna, linguagem receptiva e a linguagem

expressiva, que serão tratados mais adiante. A conquista da habilidade de simbolizar abre caminho para o domínio da conceituação.

**Conceituação:** Complexo processo mental que envolve capacidades de abstração, classificação e categorização. É preciso observar que conceituar e abstrair não são sinônimos. A abstração contrapõe-se à concretização, pressupondo um maior grau de distanciamento em relação a uma circunstância observável. Ainda assim, a experiência abstraída pode ser, e em algum momento certamente foi, observada. No entanto, para conceituar, também é necessário classificar e categorizar, sendo estes fatores críticos do processo já que classes e categorias, sendo estes, fatores críticos do processo já que classes e categorias não são, em si, observáveis.

(...)o professor precisa estar ciente de que algumas crianças formam conceitos espontaneamente quando adquirem a facilidade verbal necessária. Por outro lado, muitas precisam ser ajudadas a aprender a generalizar e categorizar. Frequentemente, essas crianças têm dificuldades com os significados múltiplos de uma palavra, com provérbios e metáforas. (Johnson e Myklebust, 1987).

Convém ressaltar que as permanentes aquisições, em cada um dos níveis de experiências, passam por momentos de indiferenciação – diferenciação – separação – integração, (Borges, 1994) da mesma forma que os sucessivos níveis representam cada um destes momentos, uns em relação aos outros. Assim, para que forme uma imagem, por exemplo, um indivíduo passará por cada um dos momentos deste movimento e, ao chegar a integrá-la, poderá encontrar-se indiferenciado em relação à simbolização desta experiência.

A deficiência desafia a escola secular comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O

aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola secular preconiza (BATISTA e MANTOAN, 2007).

O aluno com deficiência tem direito de iniciar um programa de alfabetização em classes comuns do ensino regular com os recursos e métodos corretos elas podem ter um avanço significativo e avançar. “A alfabetização desses alunos exige do sistema educacional preparo para que encontre caminhos diversificados para incluir esse aluno (BRASIL, 1997).”

São comuns os responsáveis por crianças com deficiência questionarem o avanço destes alunos de uma série a outra, sem que o processo de alfabetização esteja consolidado. Do ponto de vista pedagógico, é preciso situar que a escola secular também peca em consequência da condução pedagógica.

O aluno com deficiência necessita de planejamentos que auxiliem na sua autonomia e nos processos de relação com o mundo. É preciso que os conteúdos trabalhados na escola secular tenham impacto significativo para o aluno.

De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 4 DE 13 DE JULHO DE 2010 – Diretrizes para o AEE - Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escola secularização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola secular ou em outra escola secular de ensino regular. O art.5º da referida Resolução preconiza:

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão.

Verifica-se por meio de observações, através de professores e de profissionais da educação, uma enorme

oposição no que tange ao desafio imposto no processo de constituição da escola secular inclusiva, o que se considera de certa forma, inteligível, haja vista a falta de formação para lidar com esta problemática. Tal resistência surge, entre outros diversos determinantes, em decorrência da não problematização do assunto, tendo em vista que, raramente, este é contemplado nos momentos de formação inicial e/ ou continuada, o que conduz a formas inadequadas de entendimento. Para que a inclusão escola secular seja real o professor da classe regular deve estar sensibilizado e capacitado para “mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar” – (GLAT, 2007) para atender às necessidades de todos os alunos, inclusive de alguns que tenham maiores dificuldades.

Os cursos ou programas de formação e capacitação docente ao mesmo tempo em que precisam dar condições efetivas para que o professor trabalhe de imediato com seus alunos, “não podem ser uma capacitação voltada apenas para questões pontuais (tipo receita - de - bolo) e sim proporcionar aprofundamento teórico metodológico” (que a maioria dos professores tanto do ensino regular quanto especial, não tem) “que lhe permita se transformar em um “professor que possa refletir e resignificar sua prática pedagógica para atender à diversidade do seu alunado”.

Segundo Carvalho (2007), “Devemos nos questionar se estamos realmente preparados para o desempenho de nossos papéis político-pedagógicos em relação a qualquer aluno? Criticar nossos cursos de formação e constatar as inúmeras lacunas existentes tem sido um lugar comum que, infelizmente, mais nos tem imobilizado e “engessado” em discursos sobre a incompetência, do que nos levado a produzir mudanças necessárias. Mas reconhecer que necessitamos de atualização, já é o início de um processo que nos tira do imobilismo e da acomodação e que, por nos inquietar, gera movimentos de busca e de renovação. Pode ser sofrido e custoso, mas, convenhamos, a vivência da inquietação é que nos faz avançar.

A formação continuada é uma das estratégias que nos permite desalojar o estatuído, substituindo-o por novas teorias e novas práticas alicerçadas em outra leitura de mundo e, principalmente, nas crenças da infinita riqueza de potencialidades humanas (as nossas e de nossos alunos). Convém trazer para a discussão o sentido e o significado da formação continuada que não coloca apenas, restrita aos cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que eles são necessários, que trazem muitas informações e novas teorias, mas a experiência mostra que se tornam insuficientes se houver, como rotina das escolas seculares, encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escola secular.

O dia-a-dia da sala de aula, desde que submetido a uma avaliação crítica e compartilhada, pode ser mais útil ao professor do que um conjunto de livros ou de apontamentos que acabam no fundo de uma gaveta ou das prateleiras. Penso que a questão é valorizar espaços de discussão, estabelecendo-os nas escolas seculares com uma das atividades sistemáticas previstas no projeto político-pedagógico.

Ressalta-se que em relação à importância que se atribui à teoria e à prática: sempre entendi que existe uma circularidade entre teoria e prática, pois na prática da teoria nós a estamos experimentando e recriando. Estamos construindo teoria para, a seguir, praticá-la e assim por diante. O que lamentavelmente nos falta é o espírito de pesquisadores. Deixa-se de observar mais atentamente e de registrar, sistematicamente, nossos erros e acertos, nossos “jeitinhos” para remover barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, na escola secular”.

Com a implantação da atual Lei de Diretrizes e Bases e a clara intenção do princípio inclusivo que fundamenta, a adoção e a implementação de currículos abertos e flexíveis, que atendam à diversidade do alunado presente na escola secular, passou a ser objeto de discussão nas diretrizes curriculares e nos cursos de

formação continuada dos sistemas de ensino o conceito da Escola secular Inclusiva.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC / SEESP,1998), implica uma nova postura da escola secular comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogenias. A escola secular capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e a escola secular o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Sendo assim, a Educação Especial já não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de medidas que a escola secular regular põe ao serviço de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos. Neste contexto, a instituição escola secular passa a ser alvo de questionamentos e de conflitos, provavelmente, por expor a diversidade e o compartilhamento de interesses, contradições, expectativas e identidades. Muitas são as ansiedades que movimentam as transformações em busca do que se julga ser o ideal, correspondendo às necessidades específicas de todos.

Para atender esta demanda a escola secular deve promover mudanças de modo que consiga possibilitar a todos sem exceção um ensino de qualidade que respeite as diferenças e especificidades do ser humano, ou seja, na perspectiva da inclusão não é o aluno que se adapta ao ensino e sim a escola secular que deve promover meios para que este aluno acesse ao conhecimento.

## EDUCAÇÃO SECULAR

A educação secular, como o próprio nome indica, é aquela perspectiva educacional cuja atenção se dirige horizontalmente para o presente século. Neste caso, a abordagem da educação é feita a partir do conceito de realidade como um sistema fechado, regido por leis fixas e universais de causa e efeito, cujas explicações passam pela teoria evolutiva do aparecimento e funcionamento do universo e do homem. Nesse contexto, a educação é definida como uma atividade sistemática de interação entre os seres sociais, tanto no nível intrapessoal quanto no nível de influência ambiental. Assume-se aqui, a interligação na ação pedagógica de três componentes: agente (alguém, grupo, meio social, etc.), mensagem transmitida (conteúdos, métodos, automatismos, competências, etc.) e educando (aluno, grupos de alunos, geração, etc.). (GLASNER, 1996a)

Por sua própria natureza, a perspectiva secular da educação exclui Deus de suas considerações, bem como as necessidades espirituais de seus alunos. A educação laica, influenciada pelas teorias psicanalíticas, evita de qualquer forma “frustrar a criança”. Seus métodos buscam promover a liberdade irrestrita e descontrolada dos alunos. As pessoas acabam sendo o centro dessa perspectiva educacional. (GLASNER, 1996b)

O construtivismo é certamente a expressão mais comum da educação laica nas escolas brasileiras. Uma das premissas por meio da interação do indivíduo com o meio em que vive. Jean Piaget, um dos representantes do construtivismo contemporâneo, enfatizou a importância dessa interação ao defender: “entender é descobrir”. Nessa perspectiva, o educador é apenas um “agente facilitador” que deve evitar direcionamentos na educação e manter a neutralidade ideológica no processo educativo. (GLASNER, 1996a)

Defendendo a teoria do conhecimento como construção das interações sociais, o construtivismo acaba promovendo um culto à auto expressão, pois todos os seus pressupostos são baseados no homem. O principal objetivo da educação, segundo o construtivismo, é a conquista da autonomia humana.

A história da raça humana se constrói por mudanças e avanços contínuos como na área da tecnologia, da cultura e educação a qual vem se consolidando de forma fragmentada. Discutir educação inclusiva e os direitos, de quem dela necessita infelizmente nos remete a um triste cenário que se encontra ainda em construção, apesar de avanços inegáveis conquistados pela luta social da pessoa com surdez e seu crescente reconhecimento e legitimidade, de um povo, uma história, uma língua e uma cultura.

### **A INCLUSÃO SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SECULAR**

Na verdade, a inclusão se encontra com muitas questões a serem esclarecidas. Sendo assim, a escola secular necessita de uma ação planejada, voltada para a conscientização não só da comunidade escola secular, mas também dos familiares, a fim de superar gradativamente a exclusão dos sujeitos com necessidades especiais, pois, sem esse suporte, a educação inclusiva está fadada ao fracasso, ficando contemplada apenas no papel.

A educação inclusiva não requer apenas recursos financeiros, mas faz necessário repensar nas formas como será ofertado esse ensino a crianças com limitações há de se pensar que o indivíduo, tem sua maneira peculiar de aprender, então não há como se exigir e querer o mesmo desempenho de crianças tão diferentes em suas peculiaridades. Então pensar no melhor método de ensino, requer uma reflexão mais profunda. Cabe à escola secular oferta da língua de sinais a qual deve ser não só oferecida mais valorizada como uma língua. Desta forma, o sujeito se sentirá envolvido no seu processo de ensino – aprendizagem, sendo autor da construção de sua história no ambiente educacional. O aluno precisa saber que possui os mesmos direitos como qualquer estudante e, principalmente, como cidadão.

Ainda sobre o papel da escola secular, deve-se

destacar que a escola secular, não pode ser de paternalista e assistencialista, mas sim oferecer recursos internos e educacionais para que essas crianças possam construir sua dependência, se tornado construtores de seus saberes. Neste sentido, pode-se afirmar que no que diz respeito à educação inclusiva existe uma continuidade e descontinuidade, no plano da educação inclusiva, pois apesar da garantia à classe regular ainda se discute a qualidade do ensino. Sendo a escola secular uma instituição, ela possui um produto que é o educando e não os meios pelos quais esses educandos aprendem. Se esses meios não estão sendo suficientes para que a aprendizagem aconteça, algo deve ser feito, pois, segundo Paro (2011), só há ensino quando há aprendizagem.

A inclusão escola secular necessita de educadores com formação na perspectiva da educação inclusiva, pois sem tal formação não vai conseguir vivenciar com seus alunos experiências inclusivas. Mendes (2001, p.17) destaca “ao mesmo tempo em que o ideal de inclusão se populariza, e se torna pauta de discussão obrigatória para todos interessados nos direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais, surgem as controvérsias, menos sobre seus princípios e mais sobre as formas de efetivá-la.

Mantoan (2001), por sua vez, traz-nos um aspecto interessante ao ressaltar preocupação nas “formas de efetivá-la”, direcionando-se às práticas de Educação Inclusiva. É um avanço em relação ao passado, quando um jovem com necessidades especiais era excluído da sociedade, sendo mantido somente dentro de sua casa; além de não receber nenhum tipo de educação e de não participar de contatos ou atividades sociais, muitas vezes sendo até mesmo maltratado. Entretanto, para que a inclusão de fato se concretize, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação. O art. 59, inciso III, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior,

para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 44).

Porém, não é isso que é verificado na realidade. Silva e Retondo (2008) citam Bueno (1999), dizendo que:

De um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem (SILVA e RETONDO, 2008, p. 28).

Ainda para os autores, muitos alunos com necessidades especiais acabam sendo apartados ou excluídos – ocorre um distanciamento deles, que não conseguem dar continuidade aos estudos. Além dos professores despreparados, as próprias instituições de ensino não contam com recursos físicos e didáticos que visam atender às necessidades desses alunos. Infelizmente, não é isso que se vê em muitas escolas seculares da rede pública, principalmente em escolas seculares mais afastadas do centro urbano, que carecem de condições mínimas para continuarem funcionando.

Para Silva e Retondo (2008, p.28), focalizando, porém, no educador, existem cada vez mais pesquisas pautadas nessa formação dos professores voltada para a educação inclusiva. Uma atividade que pode ajudar durante essa formação é “estabelecer uma via de comunicação com instituições e escola secular que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



A educação inclusiva no Brasil ainda está em seu estado embrionário, e sabe-se que o apoio e o investimento dos governos são necessários. Todavia, espera-se que o contínuo aprimoramento de projetos nesse sentido, tanto na formação, como na formação continuada de professores, com o tempo sane ou pelo menos minimize os pontos decedentes do atendimento às pessoas com necessidades especiais.

Ainda temos muitos desafios a enfrentar para atingirmos uma educação como direito de todos. Um deles é não permitir que os alunos com necessidades especiais sejam matriculados em salas de aulas comuns, para estarem apenas matriculados. Nesse caso, eles estariam inseridos em seu contexto, mas não estariam sendo reconhecidos em suas igualdades de direitos.

A integração escola secular tem como objetivo ajudar pessoas com deficiências a estarem inseridas em um ambiente cotidiano para que possam fazer parte de uma existência possível ao normal, disponibilizando padrões de vida cotidianos, proporcionando uma proximidade física e a inserção nos espaços públicos como a escola secular, usufruindo dos mesmos recursos educacionais que os demais alunos.

A integração, mediante a comunicação, a assimilação, pela participação ativa e reconhecida do excepcional como elemento do grupo de crianças “normais” e, finalmente, a aceitação, refletida na aprovação da criança excepcional como elemento participante e aceito no grupo, mediante relações regulares e espontâneas que fazem com que o excepcional se sinta parte natural do grupo.

A escola secular para ser inclusiva precisa se adaptar a todos os alunos, não só ao especial, reestruturando sua organização escola secular e pedagógica para que cada aluno faça parte da instituição, receba um atendimento especializado e de qualidade para que possa estudar e viver socialmente. Contudo, quando ocorre apenas o processo de integração ao aluno especial possibilita-se a inserção em uma sala de aula onde irá interagir com os demais,

participando das aulas, cumprindo seu “dever” de aluno, mas a escola secular não muda a sua estrutura para que isso aconteça; simplesmente o aluno com necessidades especiais será tratado como igual a todas outras crianças.

O compromisso social deve ser assumido por todos. Esse prazer em aprender deve ser construído pela escola secular em parceria, com a família numa interação mútua. Como a escola secular vai promover essa inclusão, as especificidades do trabalho docente requerem uma teoria e prática articulada, onde a ação, reflexão e ação devem assumir os pilares para uma boa prática pedagógica e contemplar as necessidades e exigências dessas crianças incluídas no sistema regular de ensino.

À escola secular cabe também o trabalho de inclusão dos alunos na sociedade e não apenas na escola secular. Visto que futuramente essas crianças estarão à procura de empregos, buscando seu lugar dentro de um sistema de emprego cada vez mais competitivo. Pensando assim, a escola secular não pode se furtar desse compromisso em trabalhar a valorização e reconhecimento desse futuro profissional, o que implica um exercício de cidadania. Todavia, os professores devem estar preparados não só para lidar com a falta de recursos e materiais pedagógicos, mas também para lidar com as questões afetivas e motivacionais. Exigindo deles (educadores) um olhar diferenciado e uma sensibilidade para lidar com esses “empecilhos”.

## REFERÊNCIAS

- ARAGO, R. F.; SILVA, N. M. Observando a prática pedagógica no ensino de geografia. Fortaleza, Geosaberes, 2012.
- ARAÚJO, I. S.; ELIAS-FILHO, M.R.; SILVA, M. D. B; CASTRO, S. M. V.; YANO, V. T. B. Aprendizagem de física para deficientes visuais: a importância do uso de experimentos em sala de aula. Revista Brasileira de Ciências Naturais, vol. 1, pág. 78-86, 2015.

BATISTA, C. A. M. e MANTOAN, M. T. E. Serviços Educacionais Especializados em Deficiências Mentais. In: GOMES, A. L. L. et al, Deficiência Mental - São Paulo: MEC / SEESP, 2007

BATISTA, J.O; MOCROSKY, L.F.; MIRANDA, P.B. Uso de recursos didáticos manipulativos na educação de alunos cegos ou amblíopes em contexto matemático, vl. Teoria e prática da educação, vol. 19, não. 1, pág. 113-122, janeiro / abril 2016

BRASIL, Ministério da Educação (MEC), Diretrizes de Educação Adicional para Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, MEC / SEMTEC, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acessado em 28 de out. 2022

BRASIL, Ministério da Educação (MEC), Política Nacional de Educação Especial para a Educação Inclusiva, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acessado em 28 de out. 2022

BRASIL, Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_acao/pcnacao\\_alf.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_acao/pcnacao_alf.pdf) acessado em 28 de out. 2022  
BRASIL. Ministério da Educação (MEC), Parâmetros Curriculares do Ensino Médio, MEC / SEMTEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>>. 25 de out. de 2021.

CARDOSO, Marcel Anghinoni. I Seminário de Diálogos com Paulo Freire. A prática docente: uma análise bibliográfica da atuação do professor no universo escola secular. 2007

CRUZ, E. C. A. Circuitos elétricos - análise em corrente contínua e momento, série Eixos, Editora Erica, 2014.

GASPAR, A. Física, São Paulo, Ática, 2009. Gestão Escola secular: Alfabetização e deficiência intelectual: uma estratégia diferencial. <[Http://www.gestoescola.secular.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/julho\\_2016/dee\\_anexo3.pdf](http://www.gestoescola.secular.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/julho_2016/dee_anexo3.pdf)>. > acessado em 28 de out. 2022

GLAT, R. & BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no Contexto da Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). Educação Inclusiva: cultura e vida escola secular. 14 (Coleção Atualidades em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2007.

GLASNER, P. E. Secularismo. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 678-679, 1996a.

\_\_\_\_\_. Secularização. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 679-681, 1996b.

GOMES, J. A. Uma revisão bibliográfica sobre o ensino de física para pessoas com deficiência visual. Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

JOHNSON, D. J. A MYKLEBUST, H. R. Learning Disorders. São Paulo: Pioneira, 1987.

LIMA, F. J., LIMA, R. A. F. e SILVA, J. A. (2000). Prioridade da visão: crença, filosofia, ciência e cegos. Arquivos de Psicologia Brasil, 2 (52), 51-61.

LIMA, P. C.; FONSECA, L. P. Adaptou ou construiu recursos táteis para a aprendizagem de pessoas com deficiência visual no XII Congresso Brasileiro de Educação a Distância e II Congresso Internacional de Educação Superior, 2016.

MARQUES, B. D; CALEGARI, Z. C. Ensino de física para deficientes visuais: um padrão a ser quebrado. Revista Latino-americana de Educação em Ciências, vol. 1, não. 1, 2014.

NARDI, R; CASTIBLANCO, O. Didática da Física, 1ª Edição, Rio de Janeiro, União Nacional dos Editores de Livros, 2014.

NASCIMENTO, A. D; HETKOWSKI, T. M. Educação e modernidade: pesquisa científica e tecnológica. Salvador, EDUFBA, 2009, 400 páginas.

OLIVEIRA, M.K.Vygotsky: Aprendizagem e Desenvolvimento: Um Processo Sócio-Histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

RAMALHO-JÚNIOR, F. et al., Fundamentals of Physics. 9ª ed. São Paulo, Moderno, 2007.

SANTOS, L. E.; SOUSA, R. S.; MOLHO, L. C. Ensino de ótica para alunos com deficiência visual: um desafio a superar. In VII CONNEPI, Tocantins, vol.1, no.1, p. 5, 2012.

SOARES, Dulce Consuelo R. O Cérebro X Aprendizagem. Disponível em <http://www.profala.com/arteducesp67.htm>. Acessado em 28 de out. 2022

SOARES, M.A.L. - Educação de deficientes auditivos no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

## JOGOS EDUCATIVOS COMO FERRAMENTA PARA OS DOCENTES

### EDUCATIONAL GAMES AS A TOOL FOR TEACHERS

Christian Maria de Castro Sousa <sup>1</sup>

#### RESUMO

Os jogos educativos são ferramentas de aprendizagem muito utilizadas nos dias de hoje, principalmente na educação infantil, nas creches ou pré-escolas, consegue despertar o aluno ou a criança para um universo divertido de aprendizagem. Por outro lado, é preciso destacar o papel do professor na aplicação desses jogos, a fim de descobrir o momento certo e os jogos certos para cada passo da educação. A questão central do trabalho é voltada para os jogos educativos como ferramenta de ensino na educação, tendo como objetivo principal: analisar as contribuições dos jogos educativos como ferramenta para os docentes. O tipo de pesquisa realizado neste trabalho foi uma Revisão de Literatura, no qual foi realizada consulta a livros, dissertações e em artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados SCIELO, Google Acadêmico e etc. O período dos artigos pesquisados foram os trabalhos publicados nos últimos 15 anos. O trabalho está fundamentado em um referencial teórico com base em estudos de autores nas áreas de jogos educativos, tecnologias e ludicidade. Algumas opções de jogos foram apresentadas no trabalho com o propósito de beneficiar o processo de aprendizagem. Todavia, diante de uma análise mais profunda fica claro que os professores, mesmo conhecendo os benefícios da aplicação dos jogos e brincadeiras, também enfrentam muita das vezes a falta de estrutura e suporte das escolas nas quais lecionam.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jogos Educativos. Lúdico. Brinquedos. Tecnologia. Docentes.

#### ABSTRACT

Educational games are learning tools that are widely used these days, especially in early childhood education, in day care centers or preschools, they manage to awaken the student or child to a fun universe of learning. On the other hand, it is necessary to highlight the teacher's role in the application of these games, in order to discover the right moment and the right games for each step of education. The central issue of the work is focused on educational games as a teaching tool in education, with the main objective: to analyze the contributions of educational games as a tool for teachers. The type of research carried out in this work was a Literature Review, in which books, dissertations and selected scientific articles were consulted through a search in the following databases: SCIELO, Google Scholar, etc. The period of the researched articles were the works published in the last 15 years. The work is based on a theoretical framework based on studies by authors in the areas of educational games, technologies and playfulness. Some game options were presented in the work with the purpose of benefiting the learning process. However, in the face of a deeper analysis, it becomes clear that teachers, even knowing the benefits of applying games and games, also often face the lack of structure and support of the schools in which they teach.

**KEYWORDS:** Educational Games. Ludic. Toys. Technology. Teachers.

<sup>1</sup>Docente. Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. E-MAIL: christianmariacastro@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Os jogos educativos são ferramentas de aprendizagem muito utilizadas nos dias de hoje, principalmente na educação infantil, nas creches ou pré-escolas, consegue despertar o aluno ou a criança para um universo divertido de aprendizagem. Por outro lado, é preciso destacar o papel do professor na aplicação desses jogos, a fim de descobrir o momento certo e os jogos certos para cada passo da educação (NAGASHIMA, 2014).

Muitas vezes as tecnologias que são disponibilizadas e entram nas escolas não são de escolha dos professores mais sim, por imposição das mesmas, o que acaba conduzindo a esses professores a deixar esquecido, adormecido outras tecnologias mais tradicionais. Por outro lado, se tem uma visão holística de que é possível fazer uso de tecnologias avançadas que contribuem no processo ensino e aprendizagem (FERNANDES, 2010).

O ato de brincar possibilita o desenvolvimento de todo e qualquer aluno, e os jogos educativos agem como um instrumento auxiliador e facilitador do aprendizado, podendo alcançar vários aspectos, como por exemplo, inteligência, afetividade, sociabilidade e principalmente a criatividade. Contudo, percebe-se que os jogos educativos são uma forma que o aluno tem de colocar pra fora todo seu potencial (FRANCO, et al, 2020).

Diante disso, pode-se perceber que os jogos têm outros sentidos, ou seja, não servem apenas para entretenimento, mas para desenvolvimento de habilidades. Muitas vezes ocultas. E, é nessa oportunidade que o mestre em sala de aula deve interagir com o aluno, utilizando do lúdico para isso (SOUSA, 2017).

Muitos autores, que serão mencionados no decorrer da pesquisa, afirmam e ressalta a todo o momento a importância dessas atividades lúdicas,

principalmente na infância, o brincar desenvolve o lado cognitivo e social dela (SOUSA, 2017).

Diante disso, o objetivo do presente estudo consiste em analisar as contribuições dos jogos educativos como ferramenta para os docentes.

## DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Baseado na história pode-se dizer que jogo, brinquedo e brincadeira são importantes porque proporcionam as crianças a interagir entre si. Expressar sentimentos e valores, conhecer a si, os outros e o mundo, repetir ações poderosas, partilhar brincadeiras com o outro, expressar sua individualidade e identidade, explorar o mundo dos objetos, das pessoas da natureza e da cultura para compreendê-lo, usar o corpo os sentidos, os movimentos, as várias linguagens para experimentar situações que lhe chamam a atenção, solucionar problemas e criar. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Segundo Kishimoto (2003, p. 28):

Ao longo do tempo o jogo foi limitado à recreação. Durante a idade média foi considerado como “não-sério” por sua associação ao jogo de azar. Os jogos destacados na antiguidade são jogos de carta. Par ou ímpar... Essa concepção mantém o jogo a margem da atividade educativa. A mudança de concepção do jogo surge concomitante a uma nova percepção da infância. Onde o jogo passaria a ser considerado como um meio de reflexão.

Historicamente os jogos exprimem formas sociais de organização das experiências dos seres humanos, onde por meio da brincadeira é possível experimentar, compreendê-lo, usar o corpo, os sentidos, desenvolver sua vontade e ao mesmo tempo tornar consciente das suas escolhas e decisões. Segundo Kishimoto (2003, p. 60):

Quando brinca a criança assimila o mundo à sua maneira. “Sem compromisso com a realidade, pois sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança atribui.” É o que Piaget chama de jogo simbólico, o que qual se apresenta inicialmente solidário, evoluindo para o estágio de jogo sócio dramático. Isto é, para a representação papéis, como brincar de médico, de casinha, de mãe.

Percebe-se que, diante do ensino, o professor não introduz um objeto qualquer. Necessita da percepção do contexto em que se encontram inseridos. É preciso que o professor identifique a matriz simbólica anterior do objeto. Para entender melhor as necessidades e dificuldades mais imediatas dos alunos. De acordo com Kishimoto (2003 p. 122/123):

Um professor que não gosta de brincar dificilmente desenvolverá a capacidade lúdica de seus alunos. Estruturas de alienação no saber mais comum. Tradicionalmente usados pelos professores e alunos: diante de um material novo, é bastante comum o professor estabelecer uma atitude distante em relação a este objeto. Colando como especialista e não como quem brinca. A forma estereotipada de o professor ver o aluno. É o próprio aluno que em que dizer quem ele é, do que gosta com que quer brincar e etc.

Partilhar brincadeiras é a atividade principal do dia a dia. Pois, é por meio delas que as crianças desenvolvem atividades físicas, e aprende como controlar as coisas. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Para a criança, a brincadeira faz com que ela se expresse, aprenda e se desenvolva melhor a sua imaginação. Para Kishimoto (2003, p. 60) Vigotsky (1984, apud WAJSKOP. 2007):

Afirma que é na brincadeira que a criança vencer seus limites e passa a vivenciar

experiência que vão além de sua idade e realidade. Fazendo com que ela desenvolva sua consciência. Dessa forma é na brincadeira que pode proporcionar a desafios e questões que a façam refletir, propor soluções e resolver problemas. Brincando ela pode desenvolver imaginação além de criar e respeitar regras de organização e convivência que serão no futuro, utilizadas pra a compreensão da realidade. A brincadeira permite também o desenvolvimento do autoconhecimento, elevando a auto-estima desenvolvimento físico-motor bem como o do raciocínio e o da inteligência.

O jogo tradicional infantil é um tipo de jogo livre, espontâneo no qual a criança brinca pelo prazer de fazê-lo. Por pertencer à categoria de experiências transmitidas espontaneamente conforme manifestações internas da criança, ele tem um fim em si mesmo e preenche a dinâmica da vida social, permitindo alterações e criações de novos jogos. (KISHIMOTO, 2003, p. 38).

Nessa situação os jogos antigos é um tipo de jogo livre, aberto no qual as crianças gostam de brincar pelo prazer de fazê-lo. Cada geração vai tomando convívio com objetos e histórias criadas pelas gerações anteriores e assim há uma acumulação de bens ao longo dos séculos. Deste jeito, nesta ocasião pela historicidade, é possível assimilar como consequência as interrupções em que se preservam padrão dominantes de valores, costumes, cultura e comportamentos, num processo de aprendizagem e conhecimentos, e como resultado os antigos se incorporam nos atuais (NAGASHIMA, 2014).

Durante muito tempo, o brincar foi visto apenas como uma recreação ou um momento em que se livrava a criança das preocupações do mundo adulto, a infância não tinha o seu próprio espaço social e, dessa forma, as crianças não eram vistas como seres que necessitavam de cuidados próprios e de uma educação voltada inteiramente para elas. A criança então passava a dividir o mesmo espaço social com os adultos, entre jogos e



brincadeiras, sob o pretexto de uma melhor socialização. É com esse pensamento que o Romantismo considera que a criança é um ser frágil e rico em pureza, e, dessa forma, a brincadeira passa a ter o papel de preservar a inocência infantil.

Ainda assim, a sociedade determinava o que as crianças se tornariam a partir da educação, e isso nos leva a compreender que a educação não as deixava livres para escolhas.

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, surgem novas questões relacionadas ao cuidado e à educação das crianças pequenas. A partir daí, apontam-se soluções educacionais e alternativas. Tratava-se, portanto, da existência de uma educação voltada para o desenvolvimento infantil.

Apesar da grande contribuição que os materiais didáticos, em geral, proporcionam para a educação infantil, os professores não devem se limitar ao seu uso, sob pena de estarem diminuindo as habilidades da criatividade e da imaginação das crianças, impedindo-as de possuírem autonomia com relação à brincadeira.

De acordo com Kishimoto (2003, p. 38), o jogo tradicional infantil possui elementos folclóricos, eles adotam características de anonimato, de tradicionalidade, de transmissão oral, de conservação, de mudança e de universalidade. Anonimato: os autores são anônimos, não se sabe com exatidão a origem desses jogos. Tradicionalidade e universalidade: povos distintos e antigos brincavam de brincadeiras que até hoje nossas crianças brincam da mesma forma, como amarelinha e empinar pipas. Oralidade: porque esses jogos foram repassados de uma geração a outra através das manifestações espontâneas da cultura popular. Conservação e mudança: devido ao fato de alguns jogos conservarem sua estrutura inicial e outros vão sofrendo transformações e recebendo novos conteúdos.

Através de jogos a criança brinca com temas fazendo relações com vários papéis que representam pessoas e ambientes que aparece no contexto do seu imaginário. Pois é através da cultura popular que leva a

criança valorizar até hoje as brincadeira que vem de geração e geração, preservando e modificando novos conteúdos.

Kishimoto (2008, p. 147) Afirmar que no século passado, nas regiões canavieiras, meninos de engenho brancos, brincavam de capa bode, brincadeira de faz de conta em que simulavam ser donos de engenho de açúcar. A brincadeira reproduzia contra o negro, impedindo-o de assumir o papel de proprietário de engenho de açúcar.

Segunda a autora a brincadeira impedia que o negro assumisse como dono de engenho por forma preconceituosa, pois essa criança era preparada para ocupar um lugar na sociedade.

Para Kishimoto (2003, p.17) a maioria dos jogos tradicionais infantis incorporados à cultura lúdica brasileira chegou ao país por intermédio dos portugueses, mas já carregava uma antiga tradição europeia, vinda de tempos remotos.

Dessa forma, os portugueses foram de grande importância ao incorporar sua cultura lúdica ao país brasileiro, incorporando assim nos dias de hoje uma cultura lúdica educativa as crianças contemporâneas.

Kishimoto (2003, p. 17) lembra que no Brasil ainda há falta de conceituação em relação aos jogos, brinquedos e brincadeiras, uma vez que estes são utilizados indistintamente, quando na verdade o jogo possui múltiplo sentido na educação. Para ela cada assunto social desenvolve uma imagem de jogos conforme suas culturas e modo de vida, manifestando em forma de linguagem.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998, p.13), especifica os vários aspectos a serem contemplados, dentre eles o brincar. Diz:

A qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para exercício da cidadania, respeitando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a

seis anos, devem estar embasadas nos seguintes princípios:

O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;

O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;

O acesso das crianças aos bens sócios culturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação, ao pensamento, à ética e à estética;

A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;

O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Segundo o Referencial Curricular para Educação Infantil (BRASIL, 1998 p. 28) o Brincar é um precioso momento de construção pessoal e social, é permeado pelo eixo de trabalho movimento, onde a criança movimenta-se construindo sua moralidade, afetiva perante as situações desafiadoras e significativas presentes no brincar e inerentes à produção social do conhecimento. Buscando suporte teórico e metodológico para proporcionar aos pais, e educadores de educação infantil uma proposta educacional pautada nos valores éticos, morais, afetivos através das brincadeiras infantis.

Khisimoto (2003, p. 28) salienta que ao introduzir os jogos e as brincadeiras tradicionais no contexto pedagógico, com peculiaridades de ambientes livres como, clubes, ruas e o espaço público em geral a escola infantil participa do movimento de divulgação das brincadeiras e jogos tradicionais, porém, sua intenção é proporcionar por meios dos jogos o desenvolvimento infantil. Reconhecendo a importância dos jogos e brincadeiras, entre eles também os jogos tradicionais, os educadores poderão ajudar os alunos a desenvolverem o aprendizado de forma prazerosa.

A autora ressalta sobre jogos e as brincadeiras tradicionais no contexto pedagógico, particularmente com ambientes livres as crianças divulga e proporcionando por meio das brincadeiras e jogos, reconhecendo a importância com ajuda dos educadores para desenvolver uma aprendizagem de forma livre e prazerosa.

No RCNEI, (1998. V.1, p.27), nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brincam. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira a criança deve conhecer algumas de suas características. Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narrada em livros etc.

Nessa perspectiva, a brincadeira é aperfeiçoada de tempos em tempos, através de relatos vividos ou assistidos para que a brincadeiras se tornem de forma mais caracterizadas sem perder sua originalidade, tornando-as conhecidas e mais divertidas (NAGASHIMA, 2014).

Nos dias de hoje, para que a imagem da brincadeira que uma criança tem, deve ser recriada vindo daquilo que sabem com espontaneidade e recreação para que seja enriquecida, como também com o auxílio de concepções psicológicas e pedagógicas, reconhecendo que a criança ao brincar de faz de conta representa e comunica de uma forma específica no papel de brinquedos e brincadeiras no desenvolvimento e na construção do conhecimento infantil.

O trabalho direto com crianças pequena exige que o professor tenha uma competência polivalente. A LDB (9394/ 96, p. 13 art. 29, 30), afirma que ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do

conhecimento. Esse caráter polivalente demanda por sua vez um conhecimento profundo do profissional de educação, já que ele precisa ter uma formação bastante ampla, capaz de torná-lo também um aprendiz e, acima de tudo, levá-lo a uma reflexão constante sobre a sua prática pedagógica, debatendo com seus pares, envolvendo as famílias e a comunidade através de diálogos, buscando, assim, informações necessárias para o trabalho que desenvolve.

Dessa forma, para trabalhar com crianças, o professor tem que ser criativo para desenvolver diversas atividades, abraçando desde cuidados básicos indicando o termo das quais o conhecimento relaciona as diversas Arias. E que o professor polivalente seja um profissional de educação com formação ampla e adequada para exercer a profissão levando-o assim o trabalho em que desenvolve informações necessárias à criança, familiares e a comunidade (SOUSA, 2017).

Kishimoto (2003, p.18) Afirma que hoje os brinquedos reproduzem o mundo técnico e científico e o modo de vida atual, com aparelhos eletrodomésticos, naves espaciais, bonecos e robôs. A imagem representada não é uma cópia idêntica da realidade existente, uma vez que os brinquedos incorporam características como tamanho, formas delicadas e simples, estilizadas ou ainda, antropomórficas, relacionadas à idade e gênero do público ao qual é destinado.

Desta forma pode-se dizer que e através da especialização e a condição de vida atual, através de aparelhos eletrodomésticos, robôs, motores histórias de piratas. As crianças estão sempre representando algo imaginário através dos brinquedos onde a realidade esta sempre incluída nas características dos objetos do dia a dia ou ainda em forma de pessoas.

A brincadeira tradicional infantil, filiada ao folclore, incorpora a mentalidade popular, expressando-se, sobretudo, pela oralidade. Considerada como parte da cultura popular, essa modalidade de brincadeira

guarda a produção espiritual de um povo em certo período histórico (FERNANDES, 2010).

A autora e doutora Tizuko Morchida sugere uma atividade prática para que as crianças vivam a realidade através de dramatizações com histórias populares, e que o professor desenvolva na criança sua criatividade e seu raciocínio lógico dentro das brincadeiras e jogos inserido assim ao mundo.

Wajskop (2001, p. 28), Entende que a brincadeira é um fato social, espaço privilegiado de interação infantil e de constituição do sujeito humano, produto e produtor de história e cultura. Ainda Wajskop, A brincadeira na perspectiva sócio histórica e antropológica, é um tipo de atividade cuja base genética é comum à da arte, ou seja, trata-se de uma atividade social, humana, que supõe contextos sociais e culturais, a partir dos quais a criança recria a realidade através da utilização de sistemas simbólicos próprios.

Segundo a autora a criança ao brincar desenvolve experiência social, nas interações que estabelece, desde cedo com os adultos e com o mundo, pois a brincadeira é uma forma de atividade humana na qual as crianças são introduzidas constituindo-se em um modo de assimilar e recriar a experiência sócio-cultural dos adultos (NAGASHIMA, 2014).

Para Wajskop (2001, p. 19) foi apenas com a ruptura do pensamento romântico que a valorização da brincadeira ganha espaço na educação das crianças pequenas. Anteriormente, a brincadeira era geralmente considerada como fuga ou recreação e a imagem social da infância não permitia aceitação de um comportamento infantil, espontâneo, que pudesse significar algum valor em si.

Pois nesta época a criança era apenas um reflexo que o adulto e a sociedade queriam que ela fosse e que temiam que ela se tornasse. Assim com a ruptura do pensamento romano a criança foi vista livre para desenvolver e ser educadas, para exercerem suas liberdades, através das brincadeiras e dos jogos infantis (SOUSA, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi bem válido, onde foi possível perceber que os jogos educativos implantados pelos docentes na sala de aula são indispensáveis para o seu desenvolvimento.

Acredita-se que o modo tradicional de brincar tem mais proveito devido ao aluno ter o contato presencial com o outro, vivenciando situações na prática, realizando atividade, procurando entender como o outro pensa ou age. Fazer, Errar e corrigir, chorar ou sorrir, os alunos precisam despertar todas as suas habilidades que através da imitada ou assimilada em relação com a vida adulta.

Nisso, concluo este trabalho diante de uma análise mais profunda fica claro que os professores, mesmo conhecendo os benefícios da aplicação dos jogos e brincadeiras, também enfrentam muita das vezes a falta de estrutura e suporte das escolas nas quais lecionam.

Uma recomendação válida para esse estudo é que os professores precisam ter mais criatividade na aplicação de jogos, ou seja, precisam sair da sala de aula com os alunos e realizar atividades lúdicas no campo.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Referencial Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, vol. 1-3.

FERNANDES, Naraline Alvarenga. **Uso de jogos educacionais no processo de ensino e de Aprendizagem**. Trabalho de Conclusão de Curso. Alegrete – RS, 2010.

FRANCO, Magda Aparecida de Oliveira. **Jogos como ferramenta para favorecer a aprendizagem**. V CONEDU, 2020.

KISHIMOTO, TizukoMorchida (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez 1998.

\_\_\_\_\_. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortês, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengagelearning,2008.

NAGASHIMA, Lucila Akiko. **Desenvolvimento de jogos didáticos como ferramenta pedagógica: um olhar para o ensino de Ciências**. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE Artigos. 2014.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. 3ªed. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1973.

PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. 3ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Ática 2003.

SOUSA, Diego Barrêto Nóbrega. **Utilização de Jogos Educativos Digitais no Processo Ensino-Aprendizagem**. Monografia. Dezembro de 2017.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 7. ed- São Paulo: Cortez, 2007.

## ANÁLISE DA ÉTICA CAPITALISTA DE JOÃO ROMÃO NA OBRA *O CORTIÇO* DE ALUÍSIO DE AZEVEDO

### ANALYSIS OF JOÃO ROMÃO'S CAPITALIST ETHICS IN THE NOVEL *THE SLUM* BY ALUÍSIO DE AZEVEDO

Maria Aparecida da Silva <sup>1</sup>  
Pedro Henrique Dantas Monteiro <sup>2</sup>

#### RESUMO

Busca-se, com este ensaio, discutir alguns elementos sociais e históricos que despontam no comportamento moral do personagem fictício “João Romão” da obra literária *O Cortiço* de autoria de Aluísio de Azevedo, tendo em vista, o estabelecimento de um campo de análise que possibilite mapear os elementos que fazem inferência no real, que se estabelecem no campo ficcional da literatura, podendo deste modo, construir um entendimento mais concreto das ações morais dos indivíduos que viveram nos fins do século XIX no Brasil, e que compartilharam das profundas mudanças que ocorriam na realidade histórica desse período. Para o estabelecimento da compreensão das ações morais de um indivíduo em particular ou de um conjunto de indivíduos no interior de uma sociedade, é necessário antes de tudo, entender o conjunto de elementos que perpassam a temporalidade, a cultura, a economia, a sociedade e a realidade política de onde está se propondo estabelecer a análise, pois, tais elementos são primordiais para entender o percurso da elaboração de um juízo moral. Como aporte teórico-metodológico para a construção desse ensaio, fizemos uso do método hermenêutico. E para além de Aluísio de Azevedo, também nos valem de autores como Max Weber, 2004; JANOTTI, 1999; PESAVENTO, 2006; José Murilo de Carvalho, 1990 e Marx, 1999, para fundamentação da análise.

**PALAVRAS-CHAVES:** O Cortiço. Brasil República. Ética.

#### ABSTRACT

This essay seeks to discuss some social and historical elements that emerge in the moral behavior of the fictional character “João Romão” from the novel *The Slum* by Aluísio de Azevedo. The work aims to determine a field of analysis, making it possible to map the elements already established in the fictional Literature that make inferences in reality. Then, it will be possible to build a better knowledge of the moral actions of individuals who lived at the end of the 19th century in Brazil, and who also participated in the deep changes that occurred in the historical reality of that period. In order to establish a knowledge of the moral actions of a particular individual or a group of individuals within a society, first of all it is necessary to understand the set of elements that keep on through time, culture, economy, society and the political reality of where it is proposed to establish the analysis. Such elements are essential to understand the route of a moral judgment conception. As a theoretical-methodological contribution to the construction of this essay, it was used the hermeneutic method. Over Aluísio de Azevedo, it was also used authors such as Max Weber, 2004; JANOTTI, 1999; PESAVENTO, 2006; José Murilo de Carvalho, 1990, and Marx, 1999, to support the analysis.

**KEYWORDS:** The Slum. Brazil Republic. Ethic.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). **E-MAIL:** maria.silva@ifpb.com.br

<sup>2</sup> Orientador do artigo. Mestre e graduado em História Política pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). **E-MAIL:** maria.silva@ifpb.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3250236495130777



## INTRODUÇÃO

Serão abordadas, neste ensaio, algumas reflexões sobre as relações entre a narrativa histórica e a narrativa literária na busca por estabelecer uma compreensão e um intercâmbio entre estes espaços do conhecimento.

O estabelecimento do diálogo entre história e literatura, tem o intuito de fundamentar os campos do objeto que se apresenta no real, seja ele uma realidade material concreta; como um lugar uma coisa ou um ser; seja as relações sociais, políticas e econômicas de uma determinada temporalidade e espacialidade que foi abstraída pelo autor da obra e se fez representar no texto escrito. Portanto, faz a necessidade do estabelecimento de uma análise dos elementos históricos que predisõem a realidade, a qual está se desenvolveu tanto a representação literária, quanto os elementos de sua inferência no real, dependemos de uma abordagem histórica, com vista, a buscar os fenômenos necessários para compreensão do lugar social e temporal, onde foram constituídas as ações morais e o comportamento do personagem João Romão. Tudo isso com a finalidade de análise a partir da obra de Aluísio de Azevedo, O Cortiço, os elementos históricos e éticos que se encontram na narrativa do personagem João Romão. Construindo assim, o perfil das ações morais dos indivíduos no Brasil dos fins do século XIX, a partir das transformações que a lógica capitalista implementou nos costumes e práticas daquele povo.

Para o desenvolvimento desta análise, estabeleceu-se o método de leitura, mapeamento e análise do material bibliográfico utilizado para a construção deste texto, assim, foi realizada uma leitura de modo inicial, onde foram mapeadas as principais discussões e diálogos estabelecidos pelo autor da obra, no que tange o personagem análise, para assim, em um segundo momento, com base nos dados coletados na primeira análise, possa se estabelecer uma discussão acerca da proposta formulada por este trabalho. O material utilizado para este fim consiste no livro de

literatura brasileira O Cortiço, de autoria do literário brasileiro naturalista Aluísio de Azevedo.

## DIÁLOGOS ENTRE A NARRATIVA HISTÓRICA E A NARRATIVA LITERÁRIA

Como tange a proposta, inicia-se essa discussão por meio de uma breve análise sobre a importância do intercâmbio entre história e literatura, tendo em vista o objetivo principal dessa análise que consiste em, a partir de um personagem fictício da literatura, mapear elementos com inferência no real histórico.

Desta forma, compreende-se que, em especial no que diz respeito ao material historiográfico produzido no recorte temporal aqui analisado, é possível notar um vazio com relação a produção que abordasse especificamente uma história do período, sendo relegada a abordagens históricas interligadas ao passado do imperial e colonial, ambos coordenados por historiadores em sua maioria filiados ao IHGB (Instituto Histórico Geográfico), que produzia uma história em grande medida, de caráter nacionalista e saudosista (JANOTTI, 1999).

Em certa medida, a literatura mostrou um espaço contrário a essa prática e muitos dos literários tornaram-se vozes de um período marcado por fortes transformações e convulsões sociais apresentando um lugar de "consciência histórica", pois compartilharam em suas obras as experiências históricas e sociais as quais presenciaram em suas vivências, prestando lugar e voz a sua contemporaneidade. Só algo como isso bastaria para comprovar que a literatura dispõe um lugar de importância no que compreende o pensamento histórico, pois, como lugar de produção e diálogo com o conhecimento, a literatura por muitas vezes exerce uma liberdade de percepção tão grande que atinge lugares, que, em outrora, eram pouco perceptíveis e, por este motivo, traz consigo detalhes, lugares, personagens, sentimentos e visões substanciais para compreensão do mundo humano, o "reino cultural".

Assim,

Clío se aproxima de Calíope, sem com ela se confundir. História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música (PESAVENTO, 2006).

O campo interdisciplinar criado entre história e literatura, certamente, torna-se tão rico que seria pouco substancial dispensar tal intercâmbio, tendo em vista, que os pressupostos deste contato só tornam-se possíveis quando ambas as áreas são compreendidas dentro de suas particularidades evitando assim, os equívocos de confundir e desrespeitar as singularidades que sustentam as bases de cada um dos saberes. Sendo assim, como um diplomata, o historiador dirige-se à literatura quase que de modo político, como um estrangeiro que busca manter relações recíprocas e enriquecedoras com o outro. Que, por meio do diálogo, pretende estabelecer um espaço de contribuição, reflexão e compreensão.

Aquilo que é "não-material", não significa que seja "não-real", deste modo, quando a literatura fala de um lugar não-material, não significa que seu discurso não predispõem uma não-verdade (ARANHA, 2011). Mas, aquilo que se estabelece na literatura é um modo de linguagem, um modo de tornar o real em uma mensagem, em uma forma de percepção, em uma forma de compreender e entendimento do mundo, tendo em vista, as suas múltiplas fases de assimilação do real em um campo que se estabelece o indivíduo e o objeto.

Desta forma, cabe ao historiador, por meio de seus métodos, mapear, analisar e compreender os elementos que se dispõem na literatura para assim compreender a realidade histórica presente naquele

documento. Tendo a noção de que, antes de tudo, um livro literário é uma produção humana no tempo, então, inegavelmente, interessa ao historiador.

Para Collingwood (2001), o verdadeiro trabalho do historiador consiste, antes de mais nada, compreender o que as pessoas de uma determinada época pensavam para, assim, entender suas ações, levando-nos a perceber o potencial ao qual a literatura desponta para esse exercício, representando um legítimo elemento do pensar e do compreender de uma determinada época. "Assim, literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo" (PESAVENTO, 2006). Comportando em si, elementos que dão sentido ao material, quando ultrapassam a pura e simples ação nele constituído.

Operacionalizar os trabalhos históricos no campo de intercâmbio com a literatura é uma atividade histórica rica e crível, tendo em vista as possibilidades e potencialidades que são retiradas deste trabalho em conjunto. Assim, compreende-se que a história só tem a lucrar com essa atividade e, por este motivo, seguiremos por este caminho, entendendo que as perguntas que movem a pesquisa histórica podem ser sanadas de forma lúcida e, em certa medida, seguras pela literatura.

#### **BREVE APONTAMENTO SOBRE O CENÁRIO HISTÓRICO DOS FINS DO SÉCULO XIX**

Antes de iniciar a análise propriamente dita dos elementos morais, os quais se despontam em torno do personagem central da discussão, deve-se ter em vista que este trabalho reflexivo busca compreender este comportamento moral dentro de uma temporalidade, pois, antes de mais nada, ele consiste em um trabalho de caráter histórico. E, por este motivo, deve-se situar a discussão no interior de uma historicidade, entendendo os elementos históricos que permeiam toda a discussão.

Sendo assim, será desenvolvido, ao longo desta reflexão, alguns elementos do quadro histórico e social dos fins do século XIX, compreendendo os fatores históricos que predominaram na formação de um comportamento e entendimento moral interligado a elementos da lógica capitalista no personagem central da análise, o João Romão.

O período ao qual se estabelece essa discussão, relaciona-se de modo direto com as transformações da chamada "Revolução Científico-Tecnológica" ou a Segunda Revolução Industrial. Nessa Revolução, como a própria denominação já apresenta, seu eixo de transformação está no desenvolvimento das técnicas e tecnologias, baseadas no desenvolvimento dos aparatos científicos que servem ao progresso material. Assim,

Ela representava de fato um salto enorme, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, em relação à primeira manifestação da economia mecanizada. Resultante da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, ela possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial, como os alto-fornos, as indústrias químicas, novos ramos metalúrgicos, como os do alumínio, do níquel, do cobre e dos aços especiais (...) (SEVCENKO, 1998, p. 8, 9).

Tais transformações na nova lógica de produção do sistema capitalista chegaram em larga escala no Brasil. No período ao qual foi escrito a obra, o Brasil já encontrava-se sob o regime republicano, onde a monarquia havia sido deposta em 1889, onde os militares e a classe dominante nacional tiveram responsabilidade sobre a implantação da nova forma de governo, tornando a administração executiva em uma presidência e repartindo os demais poderes administrativos do Estado entre o legislativo e o judiciário.

Uma nova constituição foi promulgada em 1891, as antigas províncias tornaram-se estados com governadores eleitos por voto "popular" e câmaras estaduais de deputados foram implantadas. O voto por renda foi retirado e as eleições tinham como critério de participação por voto: ser homem; maior de 21 anos; ter pai e mãe brasileiros; ser nascido no Brasil e ser alfabetizado.

No que tange o período ao qual se passa a narrativa da obra, o mesmo revela-se em um espaço tempo em que a monarquia se encontra em seus últimos momentos, tendo em vista que ainda não havia sido abolida em lugar da república. Contudo, por mais que o período da narrativa da obra seja anterior à república, o autor apresenta em sua narrativa claros elementos da transformação que se estabelecia no governo republicano. Neste período, o Brasil encontrava-se em crises políticas, o regime achava-se decadente e a monarquia posicionava-se em um espaço desinteressante para os interesses de muitas das classes, como os militares, positivistas e liberais ligados aos grandes latifundiários, chegando a se organizar para depor o regime, cada um com seu interesse particular, despontando em intensas lutas pelo poder (CARVALHO, 2012).

A economia brasileira baseava-se na produção agrícola, tendo seu eixo principal o cultivo e a exportação de café. Tal perfil tornava o Brasil servo e presa das ideologias, práticas e lógicas europeias, onde as grandes potências, em especial, a Inglaterra, monopolizavam as relações econômicas brasileiras. As classes brasileiras, em especial a classe dona dos meios de produção, ligada aos grandes latifúndios, reinavam soberanas nos quadros políticos e administrativos do país. Essa realidade trazia consigo um sistema de controle e exploração entre as relações que se estabeleciam entre as classes dominantes e aquelas que eram dominadas.

No que tange a relação política do país, em especial no período que retrata a narrativa da obra, o Brasil era administrado basicamente por um sistema

estruturado sobre a relação de poder estabelecida entre o monarca e as elites, uma relação de intercâmbio mútuo entre as elites e a monarquia, sustentando, dessa maneira, o próprio sistema imperial (FAORO, 2001). As transformações históricas do século XIX e a nova lógica do mundo capitalista, baseadas na fé do progresso tecnológico, já citada anteriormente, unido ao progressivo desgaste das relações entre a monarquia e as elites levou à ruína das instituições patrocinando, assim, o fim do Império.

As elites desfizeram o Império, contudo, os antigos protagonistas se mantiveram,

A situação deixa claro como a estabilização do país foi comandada por uma elite vinda dos quadros da monarquia, cuja atuação, porém, se efetivava por meio do discurso cientificista e da competência técnica da geração dos republicanos positivistas, como o grupo sob o comando de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, o que incluía notabilidades como Euclides da Cunha, Artur Orlando e Aluísio Azevedo ou os auxiliares diretos de Rodrigues Alves, os engenheiros Louro Müller e Pereira Passos e o médico higienista Oswaldo Cruz (SEVCENKO, 1998, p. 33, 34).

A República foi proclamada e uma nova constituição foi promulgada, leis com o caráter de pactos econômicos como o Convênio de Taubaté e a chamada Política dos Governadores, mostraram como as articulações da elite no poder – obviamente – visavam apenas um ganho particular, administrando o Estado como ferramenta para atingir seus objetivos. O povo se mantinha alheio ao protagonismo de todo o processo de mudança, restando-lhe apenas o débito das transformações efetuadas por uma classe dominante com discursos nacionalistas e patriotas voltados aos moldes do conservadorismo ufanista, do positivismo e liberalismo burguês europeu.

O Rio de Janeiro, capital do Brasil nesse período, é o cenário central da narrativa do *O Cortiço*, espaço onde prevalecia uma realidade complexa e bastante

conturbada. A cidade que havia sido capital do Império, e agora da República, possuía um considerado contingente demográfico, que vivia às margens desta transformação "positiva" e progressista que os ideólogos da República pregavam, e isso mostra-se bastante notório quando se analisa documentos do período referentes às agitações sociais ocorridas no início da República. A população, em muito, não compreendiam as mudanças que estavam sendo submetidas de modo violento.

Tais transformações mexeram profundamente com as relações dos indivíduos que viveram naquele recorte temporal e espacial da primeira República. Suas experiências de vida dividiam espaço com o desenvolvimento das tramas que o sistema implementava, seja no que se revela no comportamento ao absorver os valores que a lógicas da Segunda Revolução Industrial trazia consigo, seja nas relações mais diretas como as ações operativas do Governo: nos impactos financeiros criados pelo Encilhamento ou nos conflitos sociais desenvolvidos pela Revolta da Vacina. O início da República não foi uma experiência simples, nem muito menos tranquila, seu desenvolvimento foi marcado por convulsões sociais e transformações que influenciaram até o comportamento moral dos seus contemporâneos.

### JOÃO ROMÃO E OS VALORES DO CAPITAL

Pensar a ação moral dos fins do século XIX, tendo em vista as influências do mundo capitalista em transformação, é pensar a predominância dos valores implementados por um sistema que prega a ganância, o individualismo e antes de mais nada a avareza no comportamento dos indivíduos. Ao analisar o comportamento do personagem João Romão, tornou-se perceptível o conjunto destes elementos em suas ações, revelando uma moralidade a serviço do sistema e que compreendia valores ligados à lógica puramente material ou, como diria Max Weber (2004, p. 81), "era a busca da

riqueza por si mesma, pois a riqueza em si é uma tentação".

Como apresenta Azevedo ao longo da obra, João é um português residente em Botafogo, vivia de modo a buscar a riqueza constantemente, suas ações eram devotadas ao propósito de enriquecimento e acumulação. Pois,

João Romão foi, dos treze aos vinte e cinco anos, empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro do Botafogo; e tanto economizou do pouco que ganhara nessa dúzia de anos, que, ao retirar-se o patrão para a terra, lhe deixou, em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro. Proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações (AZEVEDO, p. 2)

Como é possível perceber ao longo da narrativa, João Romão é um estrangeiro que busca o sucesso nas terras brasileiras, ao custo de qualquer atitude. Suas relações com o capital são estabelecidas em uma atmosfera de submissão dos indivíduos ao material, tendo nesse espaço a predominância dos valores financeiros aos humanos. João Romão, por mais que seja fictício, é um personagem que sem muitas dúvidas possui inferência no real, pois, os valores do capital desenvolvidos ao longo do século XIX encontravam-se no espírito de homens do cotidiano, assim como ele. Sendo proprietário de uma venda, de uma estalagem (Cortiço) juntamente à pedreira, manobrava as relações de lucro no interior dessas propriedades nas quais buscava fazer fortuna.

A avareza tornava tanto Romão seu servo, quanto aqueles aos quais se aproximava de sua vida. Bertoleza, em toda obra, foi vítima das ações avarentas e

desumanas de Romão ao contar do monopólio e furto das suas economias, as relações de submissão servil as quais Romão a submetia, sem para essas revelar qualquer espaço de remorso, pelo contrário, Romão empreendia todas suas investidas no seu objetivo único, o acúmulo e ganho de capital.

Contra todo o costume, abriu-se nesse dia uma garrafa de vinho do Porto, e os dois beberam-na em honra ao grande acontecimento. Entretanto, a tal carta de liberdade era obra do próprio João Romão, e nem mesmo o selo, que ele entendeu de pespegar-lhe em cima, para dar à burla maior formalidade, representava despesa porque o esperto aproveitara uma estampilha já servida. O senhor de Bertoleza não teve sequer conhecimento do fato; o que lhe constou, sim, foi que a sua escrava lhe havia fugido para a Bahia depois da morte do amigo (AZEVEDO, p. 9).

Sua consciência não pesava frente a estas atitudes, a lógica de seus valores estava situada em outro espaço, não valorizava a honestidade e humanidade e a alteridade não tinha espaço na formulação dos seus juízos morais.

Pois, como bom capitalista, "dizia isto com uma convicção de quem tudo pode e tudo espera da sua perseverança, do seu esforço inquebrantável e da fecundidade prodigiosa do seu dinheiro, dinheiro que só lhe saia das unhas para voltar multiplicado" (AZEVEDO, p. 9). Quanto mais riqueza material produzia, mais pobre humanamente ficava, suas relações eram previamente calculadas, pois nenhum prejuízo poderia atingir sua fortuna, o valor era sempre material, nada mais que isso.

A medida de suas atitudes dependia, não de uma formulação de um juízo moral lúcido, racional e humano, mas da relação que se estabelecia com suas ações e suas realidades de acumulação de dinheiro. Bastava pensar em arriscar uma vivência diferente que sua inquietude mostrada o em que era baseado o seu caráter,



E um desgosto negro e profundo assoberbou-lhe o coração, um desejo forte de querer saltar e um medo invencível de cair e quebrar as pernas. Afinal, a dolorosa desconfiança de si mesmo e a terrível convicção da sua impotência para pretender outra coisa que não fosse ajuntar dinheiro, e mais dinheiro, e mais ainda, sem saber para que e com que fim, acabaram azedando-lhe de todo a alma e tingindo de fel a sua ambição e despolindo o seu ouro (AZEVEDO, p. 77).

O vazio existencial que o acúmulo de capital causava em Romão era apenas uma amostra de tantos outros homens de seu tempo, que se rendiam ao sistema capitalista. O vazio de suas vidas era tão grande quanto a ganância por acúmulo de dinheiro, o vetor que os guiava não tinha rumos emancipatórios, não compreendia nenhuma finalidade de liberdade, autorreconhecimento ou felicidade, tal vazio mostrava-se presente em suas ações. A alienação criada pelo sistema atinge de modo tão profundo João Romão que este torna-se mais vítima do que vilão. Romão mostrou estar pouco esclarecido daquilo no qual estava inserido, o português era servo do sistema, não possuía quase nenhuma liberdade e autonomia, caso se desvinculasse daquela realidade, estaria perdido e sua razão de ser não existiria.

Romão não se preocupou com seus próximos em momento nenhum. Exemplo disso foi o episódio do incêndio da estalagem, sua preocupação com a segurança desse espaço pouco se apresentava em suas prioridades, a ponto de a catástrofe remeter a seu próprio desejo, pois a única atenção evidente era para com o seguro que receberia nessa condição, como podemos ver na visita de Miranda onde: "o Miranda apresentou-se na estalagem logo pela manhã, o ar compungido, porém superior. Deu um ligeiro abraço em João Romão, falou-lhe em voz baixa, lamentando aquela catástrofe, mas felicitou-o porque tudo estava no seguro" (AZEVEDO, p. 131). O indivíduo que detém potencial para efetuar esse tipo de atitude, apenas por motivo de um financeiro, certamente, não compreende

outro espaço de interpretação do seu mundo, que não seja a coisificação do ser e como bem nos lembra Marx e Engels (1999, p. 40) "As leis, a moral, a religião são para ele outros tantos preconceitos burgueses, atrás dos quais se escondem outros tantos interesses burgueses".

É difícil fugir das relações históricas e sociais que permeiam o estabelecimento das ações morais, em especial a uma moral submetida aos dizeres de um sistema, como o capitalismo. Deste modo, Romão não era um caso isolado, mas fazia parte de um todo, em um período inconstante, perturbador e complexo como os fins do Império no início da República.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem é um ser em transformação e modificação histórica constante, tal fato nos leva a refletir como os elementos temporais e as relações que se estabelecem em um determinado lugar temporal exercem uma predominância nas ações e pensamentos dos indivíduos de modo profundo.

Por este motivo, entender João Romão é mais que localizar um avaro e desumano indivíduo, mas é reconhecer nesse espaço uma vítima, em potencial, de um sistema e de uma lógica que a torna servo e objeto.

Entender que a literatura propicia esse espaço de reflexão e compreensão de algo tão vital tanto para compreensão do recorte analisado, quanto para compreensão de um comportamento moral guiado pelas relações capitalistas, coisa que ainda hoje predomina no cenário brasileiro de modo geral. A literatura nessa situação, é mais que uma fonte propriamente dita, é um campo substancial para o intercâmbio e mútuos ganhos para ambas as áreas.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Ática, 1998.

ARANHA, Gervácio Batista. HISTÓRIA E FONTES: DIÁLOGOS COM A LITERATURA. **ANPUH**, 2011.

Disponível em:  
[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300851815\\_ARQUIVO\\_TEXTOPARAXXVISNH.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300851815_ARQUIVO_TEXTOPARAXXVISNH.pdf). Acesso em: 24 de Abril de 2016.

CARVALHO, José M. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COLLINGWOOD, R. G. **A Idéia de História**. 7a ed. Lisboa: Presença, 1989.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65 p.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Editora Globo, 4ª ed., 1977.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. "O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República". In: Freitas, Marcos Cezar de (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo, Contexto; Bragança Paulista, USF, 1998.

WEBER, M. Weber, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. Antônio Flávio Pierucci (Ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates**, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL:  
<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>. Consultado en 11de maio de 2009. Leia mais:  
<http://www.cadernoterritorial.com/news/historia-e-literatura-um-dialogo-possivel-patricia-martins-alves-do-prado/>

SEVCENKO, Nicolau. "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". In: \_\_\_\_\_(org.). **História da vida privada Vol. 3**, São Paulo, Cia das Letras, 2008.

## A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

### THE IMPORTANCE OF EMOTIONAL INTELLIGENCE IN HUMAN RESOURCE MANAGEMENT

Samuel António Domingos Bemba <sup>1</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Este estudo consiste, basicamente, na pesquisa sobre a importância da inteligência emocional na Gestão de Recursos Humanos, já que apesar de ser discutido há anos, ainda é novo e/ ou desconhecido para muitos. A inteligência emocional é um tipo de inteligência que envolve as emoções voltadas em prol de si mesmo. **OBJETIVO:** Entender a importância da inteligência emocional na gestão de recursos humanos e a sua relação com a melhoria da comunicação interpessoal nas organizações. **METODOLOGIA:** O presente estudo consiste em uma revisão de literatura, e utiliza bases de dados científicos, para abarcar autores propostos. O propósito é de trazer conteúdos relevantes à temática com enfoque em várias teorias. Foi feita uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa sobre o assunto através de livros, artigos e em vídeos aulas das bases de dados como Scielo e Google Acadêmico, levando em consideração estudos clássicos pertinentes ao tema. Em seguida, foi realizada uma inclusão dos materiais mais relevantes, excluindo conteúdos que não diziam respeito sobre a temática. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A Inteligência Emocional é dos temas mais em voga na literatura no final do século XX, por esta razão este estudo tentou dar o seu contributo para o enriquecimento deste conceito, ao estudar a influência do mesmo, no desempenho no trabalho e na Satisfação Laboral.

Assim, considera-se que o debate desta temática assume uma importância fundamental não só no crescimento individual de cada pessoa, bem como na promoção de comportamentos que contribuem para o bem-estar individual e coletivo.

**PALAVRAS-CHAVES:** Inteligência Emocional; Desempenho no Trabalho; Satisfação Laboral.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** This study basically consists of research on the importance of emotional intelligence in Human Resource Management, since despite being discussed for years, it is still new and/or unknown to many. Emotional intelligence is a type of intelligence that involves emotions directed towards oneself. **OBJECTIVE:** To understand the importance of emotional intelligence in human resource management and its relationship with improving interpersonal communication in organizations. **METHODOLOGY:** The present study consists of a literature review, and uses scientific databases, to cover proposed authors. The purpose is to bring relevant content to the theme with a focus on various theories. A qualitative bibliographical research was carried out on the subject through books, articles and video lessons from databases such as Scielo and Google Scholar, taking into account classic studies relevant to the subject. Then, the most relevant materials were included, excluding content that did not relate to the theme. **FINAL CONSIDERATIONS:** Emotional Intelligence is one of the most popular themes in the literature at the end of the 20th century, for this reason this study tried to contribute to the enrichment of this concept, by studying its influence on job performance and satisfaction Labor.

Thus, it is considered that the debate on this topic is of fundamental importance not only in the individual growth of each person, as well as in the promotion of behaviors that contribute to individual and collective well-being.

**KEYWORDS:** Emotional Intelligence; Work Performance; Job Satisfaction.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Administração pela ACU – Absolute Christian University, com linha de pesquisa em Gestão de Recursos Humanos; Mestre em Finanças pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique - Portugal; MBA em Gestão de Recursos Humanos pela COGNOS – Formação e Desenvolvimento Pessoal - Portugal. Graduado em Ciências da Educação pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade Agostinho Neto - Angola. **E-MAIL:** Samuel.bemba@minfin.gov.ao; bembafilhodedeus@hotmail.com; bembafilhodedeus@gmail.com. **CURRICULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5133438161376795

## INTRODUÇÃO

Hoje em dia percebemos cada vez mais a importância da inteligência emocional (IE) como um dos fatores de sucesso, não apenas em nossa vida pessoal, mas de grande relevância em nossa vida profissional.

A inteligência emocional é um fator importante não só no estabelecimento de relações interpessoais positivas, bem como na compreensão das nossas próprias emoções. Aprender a educar ou a gerir as emoções perante situações que despertam raiva, ódio, medo, entre outros, é aprender a conhecermo-nos e ao mesmo tempo, agir de uma forma pensada, com calma, sem que nos arrependamos posteriormente da nossa atitude.

Ao longo do presente trabalho, será efectuada uma revisão bibliográfica sobre “A Importância da Inteligência Emocional na Gestão de Recursos Humanos” e subsequentemente serão referenciadas algumas técnicas para reconhecer e expressar de uma forma mais adequada, as emoções.

O conceito de inteligência emocional vem da psicologia e teve sua primeira abordagem no século XIX pelo renomado biólogo britânico, Charles Darwin, em seus estudos sobre a evolução das espécies. Nessa época, Charles Darwin a definiu como expressão emocional necessária como forma de garantir uma vida saudável capaz de se adaptar e sobreviver ao contexto em que vivemos.

Darwin acreditava na importância da expressão das emoções como forma de garantia de uma vida saudável capaz de sobreviver e se adaptar no mundo em que vivemos (citado por Bar-On, 2006, pp.2).

Assim, considera-se que o debate desta temática assume uma importância fundamental não só no crescimento individual de cada pessoa, bem como na promoção de comportamentos que contribuem para o bem-estar individual e coletivo.

## OBJETIVO

Entender a importância da inteligência emocional na gestão de recursos humanos e a sua relação com a liderança nas organizações.

### INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: DEFINIÇÃO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Inteligência emocional é o nome que se dá ao conjunto de competências relacionadas a lidar com emoções. Mais especificamente, a como (e o quanto) se percebe, processa, compreende e tem habilidade de gerenciá-las.

O conceito de inteligência emocional vem da psicologia e teve sua primeira abordagem no século XIX pelo renomado biólogo britânico, Charles Darwin, em seus estudos sobre a evolução das espécies. Nessa época, Charles Darwin a definiu como expressão emocional necessária como forma de garantir uma vida saudável capaz de se adaptar e sobreviver ao contexto em que vivemos.

Darwin acreditava na importância da expressão das emoções como forma de garantia de uma vida saudável capaz de sobreviver e se adaptar no mundo em que vivemos (citado por Bar-On, 2006, pp.2).

Os responsáveis por fixar a teoria de inteligência emocional por meio de artigo acadêmico foram os psicólogos e pesquisadores estadunidenses Peter Salovey e John D. Mayer, em 1990, cinco anos antes de Goleman publicar seu livro (Salovey & Mayer, 1990, p. 189).

A utilização de processos relacionados à Inteligência Emocional se inicia quando uma informação carregada de afeto entra no sistema perceptual, envolvendo os seguintes componentes:

- a) avaliação e expressão das emoções em si e nos outros;
- b) regulação da emoção em si e nos outros; e

c) utilização da emoção para adaptação. Esses processos ocorrem tanto para o processamento de informações verbais, quanto não-verbais (Salovey & Mayer, 1990).

Daniel Goleman, psicólogo, escritor e PhD da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, foi quem popularizou o conceito da Inteligência Emocional em seu livro intitulado “Inteligência emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente”.

Mas as pesquisas em torno da influência das emoções já vinham sendo realizadas há algum tempo.

Em 1920, Edward Thorndike, também psicólogo norte-americano, descreveu a inteligência emocional como a habilidade de administrar as emoções.

Depois dele, outros nomes aparecem na linha do tempo, acrescentando informações e fatos importantes para a formatação do conceito.

É possível descrever a inteligência emocional como a capacidade de identificar e compreender os próprios sentimentos, aceitar as emoções como habilidades aprendidas, estabelecer o controle quando as emoções se manifestam assim como identificar o reflexo das emoções no comportamento e na motivação. É a capacidade de gerir as emoções a fim de influenciar positivamente a manifestação dos sentimentos com a aplicação de técnicas, análise e direcionamento sistemático, bem como de adquirir a capacidade de identificar os sentimentos dos outros para atuar no desenvolvimento efetivo e eficaz de relacionamentos com pessoas e grupos. Ela está diretamente ligada ao sucesso profissional, às relações interpessoais e à automotivação.

Pessoas que conseguem ter o controle sobre as suas emoções também têm mais autogestão sobre suas vidas.

Tudo isso contribui para alcançar os propósitos estabelecidos.

Assim, a realização plena é mais fácil e rápida de ser conquistada.

A inteligência emocional também é essencial para se adaptar ao futuro do trabalho.

Conforme Goleman (1998, p. 338), “Por muitas décadas, falou-se vagamente sobre essas habilidades que eram chamadas de temperamento e personalidade ou habilidades interpessoais (habilidades ligadas ao relacionamento entre as pessoas, como a empatia, liderança, otimismo, capacidade de trabalho em equipe, de negociação etc.), ou ainda competência. Atualmente, há uma compreensão mais precisa desse talento humano, que ganhou um novo nome: inteligência emocional”.

Com a evolução da ciência, assim como da psicologia, da psiquiatria e atualmente da neurociência, foi se descobrindo que existiam diferentes fatores a determinar o sucesso de pessoas e organizações, chegando ao QE (Quociente Emocional), aonde vem se verificando que a inteligência emocional também se torna imprescindível neste processo (Goleman, 2007, p.398). O controle das emoções pode trazer transformações significativas, tanto no ambiente profissional quanto familiar, uma vez que o indivíduo se torna mais consciente de suas responsabilidades sobre o bem-estar de si mesmo e de outros, usando as habilidades adquiridas para promover uma mudança cultural e social no meio em que vive e ou trabalha Segundo Goleman (2007), é possível descrever a inteligência emocional como a capacidade de:

- Identificar e compreender os próprios sentimentos;
- Aceitar as emoções como habilidades aprendidas;
- Estabelecer o controle quando as emoções se manifestam;
- Identificar o reflexo das emoções no comportamento e na motivação;
- Gerenciar as emoções a fim de influenciar positivamente a manifestação dos sentimentos com a aplicação de técnicas, análise e direcionamento sistemático;



- Adquirir a capacidade de identificar os sentimentos dos outros para atuar no desenvolvimento efetivo e eficaz de relacionamentos com pessoas e grupos.

Goleman (1999: 323) define Inteligência Emocional: *“como a capacidade de reconhecer os nossos sentimentos e os dos outros, de nos motivarmos e de gerirmos bens as emoções em nós e nas nossas relações”*.

Goleman (1995: 59) refere a definição resumida das inteligências pessoais: interpessoal e interpessoal de Gardner, que poderão ter servido de base à criação do que é hoje a inteligência emocional:

*“A inteligência interpessoal é a capacidade de compreender as outras pessoas; o que é que motiva, como trabalhar cooperativamente com elas. Os vendedores, políticos, professores, clínicos e líderes religiosos bem-sucedidos terão tendência para ser pessoas possuidoras de um elevado nível de inteligência interpessoal. A inteligência interpessoal (...) é uma capacidade correlativa, voltada para dentro. É a capacidade de criarmos um modelo correcto e verídico de nós mesmos e de usar esse modelo para funcionar eficazmente na vida”*.

### O LÍDER EMOCIONALMENTE INTELIGENTE:

Como já foi definido atrás, a IE é a capacidade de compreender os sentimentos e emoções próprias e dos outros, com o objectivo de as distinguir e de usar essa informação para orientar o pensamento e a acção.

Goleman (2002) apresenta resultados de pesquisas que indicam que a IE é responsável por cerca de 80 % das competências que distinguem os líderes espetaculares dos medianos. *“Emoções em equilíbrio abrem portas”*, garante o psicólogo norte-americano.

As emoções são definidas como sendo as alterações súbitas do nosso estado de ânimo que experimentamos quase sem darmos conta, conforme Goleman(2012, p. 310). Kleinginna e Kleinginna (1981, p. 355), as emoções são provocadas por ideias, recordações

ou acontecimentos que produzem reacções rápidas e que nos conduzem a actuar em função do que sentimos no momento. A emoção produzida dá origem a um estado de ânimo que se chama sentimento.

O sentimento é mais duro que a emoção, tal como podemos ver na tabela 1.

**TABELA 1.** Emoção vs Sentimentos

| SITUAÇÃO   | EMOÇÃO   | SENTIMENTO                           |
|--|----------|--------------------------------------|
| Notícia de que os objectivos não foram atingidos | Tristeza | Frustração, impotência, desmotivação |

**FONTE:** OFConsultores (2023)

Saber conviver com emoções e sentimentos negativos é fundamental para os transformar em positivo. A IE consiste em substituir umas emoções por outras, expressando-as adequadamente, conforme espelha a tabela 2.

**TABELA 2.** Emoções Negativas vs Positivas

| EMOÇÕES NEGATIVAS  | EMOÇÕES POSITIVAS   |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ira</li> <li>• Frustração</li> <li>• Ansiedade</li> <li>• Ciúme/inveja</li> <li>• Ódio</li> <li>• Arrogância</li> <li>• Tristeza</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Altruismo</li> <li>• Alegria</li> <li>• Generosidade</li> <li>• Humildade</li> <li>• tolerância</li> </ul> |

**FONTE:** OFConsultores (2023)

Por isso a liderança e a IE caminham juntas. Os verdadeiros líderes não se distinguem pelo talento inato ou domínio técnico, mas pela capacidade de inspirar os outros com energia, paixão e entusiasmo. E esses sentimentos se espalham rapidamente nas equipes de trabalho, estimulando outros (Goleman, Boyatzis e MaKee, 2002). Cada vez mais o líder precisa ser consciente do que sente, e compreender de que maneira

as suas emoções impactam nos demais. O fator humano é fundamental no ambiente empresarial, sendo muitas vezes até mais impactante que o conhecimento técnico no mercado de trabalho.

Em suma, produtividade e IE são dois aspectos intimamente ligados, já que é o nível ideal de cada um que colabora para um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. A produtividade necessita ter um objetivo e o recurso tempo deve ser muito bem administrado para que a vida pessoal e profissional possa se equilibrar. Não dá para negligenciar nenhum dos dois.

As boas relações em casa favorecem a produtividade no lar e no trabalho. Já a produtividade saudável no trabalho permite saúde, disposição e tempo para viver seu lado pessoal também. A busca é produzir o máximo, sem perder a qualidade, dentro de um tempo alcançável, para que as tarefas pessoais não sejam postergadas ou procrastinadas em função da sobrecarga profissional.

Porém, o que se também observa é que a produtividade, tanto seu excesso, quanto sua ausência, produz um sentimento negativo gerador dos três maiores distúrbios da atualidade: a depressão, o estresse e a ansiedade. A quantidade de responsabilidades dos líderes e também de sua equipe, acaba por produzir profissionais com baixa saúde mental.

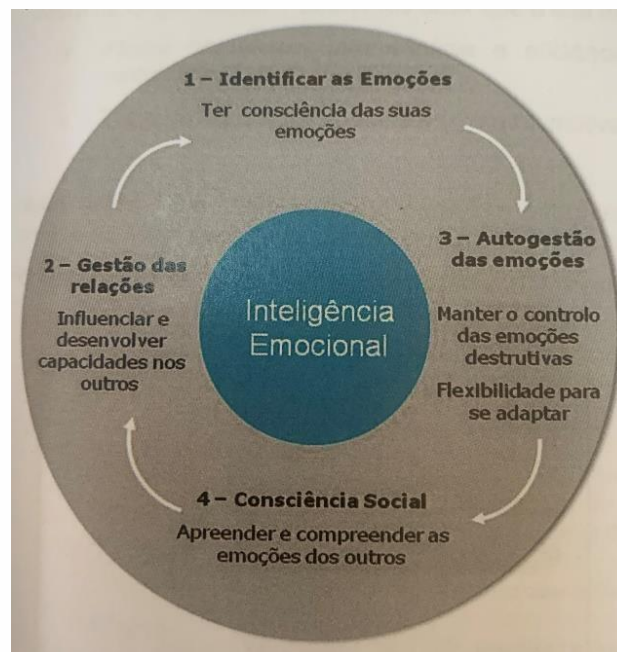
## O PODER E AS APTIDÕES PRÁTICAS DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

As múltiplas faces da liderança primordial se tornaram evidentes para nós quando conversamos com centenas de executivos, administradores e funcionários de empresas e organizações mundo afora. Encontramos líderes ressonantes em organizações de todos os tipos e em todos os níveis. Alguns podem não ter cargo oficial de liderança, mas tomam a iniciativa de liderar quando é preciso, depois ficam em segundo plano até que uma nova oportunidade surja. Outros comandam uma equipe ou uma organização inteira, guiam uma *start-up*,

implantam mudanças na sua empresa, ou saem espertamente para começar o próprio empreendimento.

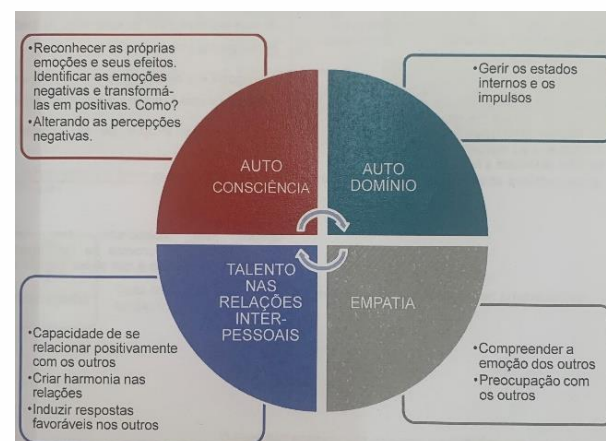
O poder da IE se resume em quatro habilidades fundamentais:

FIGURA 1. Habilidades da IE



FONTE: OFConsultores (2023)

A IE determina o potencial do líder para as aptidões práticas que se baseiam em quatro elementos:



FONTE: OFConsultores (2023)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inteligência Emocional é dos temas mais em voga na literatura no final do século XX, por esta razão este estudo tentou dar o seu contributo para o

enriquecimento deste conceito, ao estudar a influência do mesmo, no Desempenho no trabalho e na Satisfação Laboral. A presente investigação desenvolveu-se no âmbito da profissão de servidor público, um tipo de trabalho que exige competências a nível de inteligência emocional, como tal era pertinente averiguar a sua relação com estas variáveis tão importantes no contexto organizacional.

Este estudo visou proporcionar conhecimento a respeito do tema a Importância da Inteligência Emocional na Gestão dos Recursos Humanos, já que apesar de ser discutido há anos, ainda é novo e/ ou desconhecido para muitos.

Em algum momento da vida, ouvimos falar a respeito de inteligência emocional no trabalho.

Apesar de ser uma expressão conhecida por muitas pessoas, nem todos sabem exactamente o que é a inteligência emocional e como desenvolvê-la em diferentes áreas da vida.

Foi o psicólogo, escritor e PhD pela Universidade de Harvard, Daniel Goleman, quem popularizou o conceito de inteligência emocional. Em seu livro, “Inteligência Emocional”, o autor discorre sobre as diferenças entre o Quociente Emocional e o Quociente de Inteligência.

A inteligência emocional é algo que pode ser aprendido e desenvolvido, aqueles que desenvolvem essa aptidão conseguem elaborar melhor suas ideias, ter atitudes adequadas, fazer boas escolhas e tem mais chances de obter sucesso em todos os âmbitos da vida. O novo modelo de gestão de pessoas não enxerga mais os colaboradores como mera mão de obra, mas o considera como um todo, levando em consideração suas emoções e, por conseguinte, sua vida pessoal que não se dissocia do indivíduo. Embora ainda haja resistência por parte de algumas companhias ou profissionais, as relações trabalhistas têm se tornado mais humanas nas organizações e isso tem se apresentado como uma vantagem competitiva frente ao mercado.

A psicologia determina que a inteligência emocional é a capacidade de compreender, administrar e gerir seus próprios sentimentos, aprendendo, assim, a lidar com diferentes emoções pessoais e de outras pessoas.

Essa gestão de sentimentos é importante para que os indivíduos consigam atingir os mais diversos objetivos, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, pois saber lidar com diferentes emoções é fundamental para a criação e manutenção de ambientes de trabalho saudáveis e produtivos.

Agir com inteligência emocional no trabalho pode ser um grande diferencial para os trabalhadores que precisam administrar diversas tarefas ao longo do dia e lidar com equipes de diferentes perfis.

A inteligência emocional é tão importante para o sucesso pessoal e profissional quanto as demais capacidades cognitivas. Desenvolver essa habilidade e saber aplicá-la no trabalho é importante para a criação de um ambiente mais acolhedor, empático e motivador, além de ser um fator que beneficia muito o clima organizacional positivo.

A inteligência emocional também facilita o desenvolvimento de habilidades comunicativas, pois o autoconhecimento proporciona uma comunicação não-agressiva e respeitosa.

Uma forma de incentivar essa habilidade entre as equipes é fornecer feedbacks aos colaboradores, através de análises respeitosas e transparentes a respeito de suas atividades e seu desempenho. Assim, os colaboradores podem desenvolver habilidades de escuta ativa e a receber críticas construtivas sem levá-las para o lado pessoal.

O controlo emocional pode ser trabalhado através do exemplo, logo, um funcionário que é exposto a uma comunicação desse tipo pode ter mais facilidade em desenvolver o mesmo comportamento.

Este trabalho abordou também o perfil do líder competente emocionalmente e ficou evidente que eles são influenciadores, comunicativos, sabem lidar com as

emoções alheias, assim como com as próprias emoções, são contagiantes, inspiradores, são admirados por seus subordinados e vistos como modelos a serem seguidos.

De forma geral, a inteligência emocional é a capacidade das pessoas em identificarem seus sentimentos e administrarem as próprias emoções de forma positiva, sem deixar que sensações desagradáveis ou sentimentos negativos as abalem.

## BIBLIOGRAFIA

- BAR-ON, R. & PARKER, J.D.A. (2006). **Manual de inteligência emocional**. Porto Alegre: ArtMed GARDNER, H. *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. Disponível em: [http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?rh=GerindoPessoas&idc\\_cad=e2f46ydt8](http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?rh=GerindoPessoas&idc_cad=e2f46ydt8). 2015.
- GOLEMAN D. *Inteligência emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*, (Rio de Janeiro: Objetiva, 1995, 36ª edição). Disponível em <https://www.scielo.br/j/epsic/a/SKZZ6J5ZS4dk5X5dzNdTMhm/>
- GOLEMAN, D. **Trabalhando com a Inteligência Emocional**. (Trad. M. H. C. Cortês). Rio de Janeiro: Objetiva, (1998). Disponível em <https://www.scielo.br/j/paideia/a/NGwkzfpn8JbRdhD3vXhnjtQ/?lang=pt&format=pdf>
- GOLEMAN, D. **Trabalhar com a Inteligência Emocional** (trad. do inglês), Lisboa, Temas e Debates, 1999. Disponível em [https://scholar.google.com/scholar?start=10&q=goleman+1999&hl=pt-PT&as\\_sdt=0,5&as\\_vis=1](https://scholar.google.com/scholar?start=10&q=goleman+1999&hl=pt-PT&as_sdt=0,5&as_vis=1).
- GOLEMAN, Daniel et al. **Os mestres da administração**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2002. Disponível em <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/1620409.pdf>
- GOLEMAN, D. Ph.D. **Trabalhando com a inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. *Inteligência emocional como competência no ambiente de trabalho* Disponível em . 2015. Acessado em: 2 de Julho de 2023 .
- GOLEMAN, D. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Disponível em <http://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/2446-922X.V4N3A12>.
- KLEINGINNA Jr., P. R. & KLEINL-GINNA, A. M. (1981). A categorized list of emotion definitions, with suggestions for consensual definition. *Motivation and Emotion*, 5. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/David-Guedes/publication/305400098\\_Entre\\_o\\_Caos\\_e\\_a\\_Ordem\\_a\\_Complexidade\\_aplicada\\_ao\\_estudo\\_das\\_Emocoes/links/578d5b6608ae5c86c9a6595e/Entre-o-Caos-e-a-Ordem-a-Complexidade-aplicada-ao-estudo-das-Emocoes.pdf](https://www.researchgate.net/profile/David-Guedes/publication/305400098_Entre_o_Caos_e_a_Ordem_a_Complexidade_aplicada_ao_estudo_das_Emocoes/links/578d5b6608ae5c86c9a6595e/Entre-o-Caos-e-a-Ordem-a-Complexidade-aplicada-ao-estudo-das-Emocoes.pdf).
- OFConsultores. **Manual de cultura organizacional**. Ministério das Finanças. Luanda 2017.
- SALOVEY, P., & MAYER, J. D. (1990). **Emotional intelligence. Imagination, Cognition and Personality**, 9, 185-221. Disponível em <https://www.scielo.br/j/paideia/a/NGwkzfpn8JbRdhD3vXhnjtQ/?lang=pt&format=pdf>

## A CPI DO PÓ PRETO E A RESPONSABILIZAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

### THE BLACK POWDER CPI AND THE ACCOUNTABILITY OF LEGAL ENTITIES

Felipe Sardenberg Machado<sup>1</sup>  
 Luciano Costa Felix<sup>2</sup>  
 Wemerson Carvalho dos Santos<sup>3</sup>  
 Laura Pimenta Krause<sup>4</sup>  
 Fabiane Aride Cunha<sup>5</sup>  
 Vitor Eduardo Goese<sup>6</sup>  
 Barbara Barros de Oliveira<sup>7</sup>  
 Daniel da Luz Pimenta<sup>8</sup>  
 Wiviane Vargas Grillo<sup>9</sup>

#### RESUMO

O presente artigo apresenta o direito ambiental como esfera essencial para sociedade e suas gerações futuras, analisando os avanços e ausências jurídicas e legislativas com foco na CPI do Pó Preto no Estado do Espírito Santo, bem como a responsabilização pelos impactos ambientais e sociais oriundos da tirania. A problemática que partindo da análise das consequências da poluição para população do Estado do Espírito Santo enfrenta com os resíduos jogados no Meio Ambiente e que são constantemente inalados por toda a população metropolitana, também chamado de pó preto. A evolução da história ambiental nacional permitiu o início da fiscalização das condições do ar no Estado e prevendo em lei a responsabilização civil, criminal e administrativa das Pessoas Jurídicas. Por fim, o direito a informação é também ponto importante para essa discussão que é responsável por uma efetiva participação da principal interessada, a sociedade, na efetivação do direito constitucional de um meio ambiente ecologicamente equilibrado no presente e para as gerações futuras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Responsabilidade Civil; Meio Ambiente; CPI do pó preto; Plano Nacional de Meio Ambiente; Direito a Informação.

#### ABSTRACT

This article presents environmental law as an essential sphere for society and its future generations, analyzing the legal and legislative advances and absences with a focus on the CPI of Pó Preto in the State of Espírito Santo, as well as accountability for environmental and social impacts arising from tyranny. The problem that starting from the analysis of the consequences of pollution for the population of the State of Espírito Santo faces with the waste thrown into the environment and that are constantly inhaled by the entire metropolitan population, also called black powder. The evolution of the national environmental history allowed the beginning of the inspection of the air conditions in the State and providing in law the civil, criminal and administrative liability of Legal Entities. Finally, the right to information is also an important point for this discussion that is responsible for an effective participation of the main stakeholder, society, in the realization of the constitutional right to an ecologically balanced environment in the present and for future generations.

**KEYWORDS:** Civil Responsibility; Environment; Black Powder CPI; National Environmental Plan; Right to Information.

<sup>1</sup> Especialização em Especialização em Direito Tributário PELO IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Graduação em Direito pela Faculdades Integradas de Vitória, FDV. **E-MAIL:** felipe@fsm.adv.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9671402196131516

<sup>2</sup> Mestrado em Segurança Pública - Universidade Vila Velha, UVV. Graduação em Direito - Faculdade Batista de Vitória, FABAVI. **E-MAIL:** lucfelix5@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5342341113815968

<sup>3</sup> Mestrado em Administração pela Florida University. Especialista em Redes de Computadores pela Centro Universitário do Espírito Santo, UNESC. Graduação em Redes de Computadores pela Instituto Capixaba de Educação e Tecnologia, ICET. **E-MAIL:** Vixwemerson@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1249612537067308

<sup>4</sup> Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdade de Direito de Vitória, FDV. Graduação em Direito - Faculdade Brasileira UNIVIX. **E-MAIL:** laura.krause.adv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3653270308360251

<sup>5</sup> Especialização em Direito pela Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA. Graduação em Direito - Universidade Vila Velha, UVV. **E-MAIL:** cunhaaride@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5438885251121292

<sup>6</sup> Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Serra Geral. Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira MULTIVIX - **E-MAIL:** vitorgoeseadv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4644085991098393

<sup>7</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade Multivix Cariacica.

<sup>8</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade Multivix Cariacica.

<sup>9</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade Multivix Cariacica.



## INTRODUÇÃO

Em 2021 a Lei nº 6.938/91 completou 40 anos de vigência, a legislação buscou trazer um tratamento homogêneo sobre as questões ambientais do país. Sob a premissa de dar um novo norte às discussões ambientais da nação é que surge a Política Nacional do Meio Ambiente. Antes mesmo de sua vigência a Lei já era conhecida como um marco progressista pelo seu aspecto revolucionário, o que fez ser recepcionada pela Constituição Federal de 1988, pois tratou de contemplar normas de comando, controle e a busca pelo incentivo por meio de um desenvolvimento sustentável.

Ato contínuo, a criação do Plano Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é o momento divisor sobre o posicionamento nacional em questões ambientais. Esse marco histórico, jurídico e político é o catalisador da nova política ambiental do Brasil. Ao constatar o quão escassos são os recursos ambientais, os governos, lideranças internacionais, entidades privadas e ONG's passaram a compreender que o tratamento de pouco cuidado com os recursos era insuficiente para a garantia futura e a continuidade da vida.

Além disso, a busca da proteção do Meio Ambiente criou políticas de proteção com intuito de frear o crescimento descontrolado; a industrialização e a deterioração do solo. O Legislador tratou em Lei sobre a possibilidade de responsabilização das Pessoas Jurídicas, caminho iniciado no PNMA encontra uma efetiva proteção ao Meio Ambiente com a vigência da Lei de Crimes Ambientais que tratou de especificar e definir a responsabilização das Pessoas Jurídicas, seja administrativa, civil ou penalmente. O avanço é evidente quando o Brasil passou a compreender que a lógica existente no sistema capitalista de contínuo lucro e consumo desenfreado acabam por desaguar em pouquíssimo, ou mesmo, nenhum desenvolvimento

sustentável.

Volta-se ao texto de Fontenelle para compreender como o PNMA e novas políticas ambientais introduzidas na legislação brasileira representam um novo estágio do Direito Ambiental do Brasil. O Direito Ambiental nasceu para proteger, fortalecer e controlar o meio ambiente, com seus conceitos e principais princípios com objetivo de garantir os recursos ambientais. A partir dos anos 80 foi o marco em que o meio ambiente foi compreendido como bem transindividual tutelando direitos difusos e coletivos.

Apesar da clara evolução legal após quatro décadas de existência da Lei nº 6.938/81, o Estado se mostrou falho no combate a crimes ambientais e não alcançou uma proteção real ao Meio Ambiental. A afirmação é fortalecida quando há um breve retorno as notícias constantes que relatam todo o descaso nacional em relação às políticas ambientais, entre estas notícias há destaque àquelas que acompanharam as grandes catástrofes ambientais do país, como: Mariana, Brumadinho, as queimadas no Pantanal e o crescente desmatamento de Ecossistemas.

Antes mesmo das grandes catástrofes ambientais dos recentes anos, especialistas já visualizavam um desanimar da implementação de políticas públicas, uma crescente lentidão na aprovação de leis que aumentassem a proteção ambiental – se assim podemos chamar os atos de colocar de escanteio as políticas de preservação e sustentabilidade.

No Espírito Santo, o ponto de maior discussão em questão ambiental é a poluição ocasionada pelo Pó Preto – resultado de minérios jogados no ar pelas chaminés das grandes empresas do Estado. O Pó Preto<sup>1</sup> é o causador de muitos problemas respiratórios para os moradores da Grande Vitória.

A inegável problemática no Estado culminou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na

no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pó Preto.

<sup>1</sup> Ao desenvolver do presente trabalho será aberto um tópico para definir, explicar e conceituar sobre os aspectos técnicos que envolvem a partícula conhecida como Pó Preto, com base

Assembleia Legislativa do Espírito Santo<sup>2</sup>. O relatório final apontou três empresas como as principais responsáveis pela produção de Pó Preto.

Portanto, fica visível a prática de Dano Ambiental recorrente em âmbito nacional e estadual por inúmeras Pessoas Jurídicas, sendo assim, o presente trabalho se localiza como uma tentativa de demonstrar como o Estado – gestor do bem público, nesse caso, o Meio Ambiente – é ausente em seus deveres constitucionais de fiscalização e proteção ambiental, o que leva em uma crescente incidência de crimes ambientais.

Para alcançar os objetivos esperados, como método o presente trabalho seguirá uma abordagem qualitativa e quantitativa ao fazer uma análise dos relatórios de partículas do IEMA; pesquisa bibliográfica sobre os artigos científicos que trataram da evolução das legislações ambientais brasileiras, no lapso temporal 2016-2022, com foco em textos e pesquisas que buscaram tratar das alterações decorrentes das legislações brasileiras.

O trabalho preceitua uma análise do Relatório Final da CPI do Pó Preto de 2015 e para auxiliar a construção de uma identidade social que permita o papel da população em proteção ao bem Meio Ambiente será feito análise de dados concedidos por institutos de pesquisa sobre a importância dada pela população em questões ecológicas, o que, por fim, permite a revisão de literatura neste trabalho científico.

Neste prisma, no primeiro capítulo será demonstrado o entendimento legal e doutrinário do Meio Ambiente como bem jurídico. No segundo capítulo, será abordado o Princípio da Informação e a luta ambiental que abarca o tema. Já no terceiro capítulo, será arrazoada a responsabilidade da pessoa jurídica como defesa do Meio Ambiente. E, por fim, no quarto e último capítulo, será discorrido sobre o impacto do Pó

Preto na Região Metropolitana de Vitória/ES.

Ao fim do trabalho espera-se encontrar meios de contribuir com a efetivação de novas metas de proteção do ar da metrópole Capixaba, bem como, demonstrar a negligência do Estado em efetivar um combate a poluição estadual e auxiliar em motivar os representantes políticos e sociais a trabalharem com maior veemência na fiscalização do das partículas expelidas pelas grandes empresas da região da Grande Vitória.

## MEIO AMBIENTE COMO BEM JURÍDICO

A Constituição Federal de 1988 inseriu capítulo próprio para tratar do Meio Ambiente como um direito, sendo assim, texto pioneiro na legislação brasileira em cuidar de forma especial da temática. No momento que o legislador age de tal maneira, ele acaba por elevar a importância do Meio Ambiente, inserindo-o em âmbito hierárquico superior, garantindo-o como um Direito Fundamental.

Apesar das inovações acerca da temática ambiental em sede da Carta Magna de 1988, as questões ecológicas já eram discutidas na legislação brasileira, pois, apesar da ausência de uma proteção expressa em constituições anteriores, à tutela sobre o Meio Ambiente surgia por meio do Direito à Vida, em que a interpretação deságua em uma proteção acidental ao Meio Ambiente.

Nessa lógica de proteção, agora não mais *per accidens*, o legislador tratou de prevê a possibilidade de responsabilização ao agente que produz dano ambiental em três esferas do Direito. Essa lógica surge como resultado da união do art. 14 da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e o art. 225, CF/88, que existem três tipos de responsabilidade, sendo elas: administrativa, civil e penal.

Para que seja possível dar início a caminhada pelo Direito Ambiental, certos pontos devem ser

<sup>2</sup> A primeira reunião extraordinária ocorreu aos dias vinte e três de fevereiro de dois mil e quinze e o relatório foi finalizado aos dias sete de outubro de dois mil e quinze.

definidos, como: a definição de Meio Ambiente e de Dano Ambiental para o Direito.

Onde para a legislação será entendido como Meio Ambiente, e outros conceitos de importância para o estudo do Direito Ambiental, estão expressos no art. 3º da Lei 6.938/81, *in verbis*:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. (BRASIL, 1981, p.1)

Já para Silva (2003), o conceito de Meio Ambiente como “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”.

Apesar de toda lógica de definição legal e doutrinária, sob o conceito de Meio Ambiente, é certo na questão de amplitude dada a definição do conceito, pois não há sentido em dar uma ideia restrita do que é Meio Ambiente, em que é abrangência do conceito é o que

torna possível a defesa da flora, da fauna, das águas, do solo, do subsolo e do ar.

Em primeiro momento, Calyton Reis traz como conceito de Dano, no aspecto de dano material, sendo:

Os danos patrimoniais são aqueles que atingem os bens e objetos de natureza corpórea ou material. Por consequência, são suscetíveis de imediata avaliação e reparação. Afinal, os bens materiais podem ser reconstituídos ou ressarcidos – todos possuem valor econômico no campo das relações negociais. (REIS, 2000, p. 8)

Maria Helena Diniz ainda constata ainda sobre a ideia de Dano:

O dano patrimonial vem a ser a lesão concreta, que afeta um interesse relativo ao patrimônio da vítima, consistente na perda ou deterioração, total ou parcial, dos bens materiais que lhe pertencem, sendo suscetível de avaliação pecuniária e de indenização pelo responsável. Constituem danos patrimoniais a privação do uso da coisa, os estragos nela causados, a incapacitação do lesado para o trabalho, a ofensa a sua reputação, quando tiver repercussão na sua vida profissional ou em seus negócios. (DINIZ, 2023, p. 31)

Milaré (2020) define o Dano Ambiental como uma lesão aos recursos ambientais com consequente degradação-alteração adversa ou *in pejus* do equilíbrio ecológico.

O Dano Ambiental é uma espécie de dano, com suas singularidades, como afirma Campello:

O dano, como gênero, configura-se como elemento básico a uma pretensão de indenização, visto que, a obrigação de reparar está vinculada à ocorrência de uma lesão. Nesta lógica, o dano deve ser analisado como pressuposto essencial da obrigação de reparar, bem como elemento indispensável para se constituir a responsabilidade civil. O dano ambiental, (...), se apresenta de forma peculiar, tendo em vista que a lesão ambiental assume especificidades em cotejo à visão

tradicional que se tem de dano (CAMPELLO, 2006, p.195).

Fica claro nesse momento que o Dano Ambiental não se prende ao indivíduo, e na maioria das vezes, também não ficará sujeito apenas ao momento do que ocorre a lesão ao bem jurídico Meio Ambiente. Campello retira tal lógica de Morato Leite (2019) que afirma que o dano ambiental constitui uma expressão ambivalente, que designa, em certas vezes, alterações nocivas ao meio ambiente e outras, ainda, os efeitos que tal alteração provoca na saúde das pessoas em seus interesses.

O Plano Nacional do Meio Ambiente é visto como o ponto de virada em toda questão ambiental do Brasil. Tal importância não se mostra só para a época em que foi promulgada, mas também se mantém devido a recepção feita pelo Constituinte. A presente lei, composta por 21 artigos, trabalha que a visão futuro dado ao PNMA é clara em todos os sentidos, como afirma Miriam Fontenelle:

A política Nacional do Meio Ambiente, (...), tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar ao país condições de desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (FONTENELLE, 2006, p. 10).

Fontenelle (2006) ainda diz que a partir da década de 80, vem sendo preconizado no Brasil um novo padrão de gestão para o meio ambiente, promovido pelas mudanças das políticas voltadas à proteção e ao manejo dos recursos naturais.

Após a conceituação de Meio Ambiente e Dano Ambiental, é correto para dar sentido à caminhada lógica aqui feita discutir quais princípios fundamentam e dão base ao Direito Ambiental.

Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que:

Princípio – já averbamos alhures – é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critérios para sua exata compreensão e inteligência exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. (MELLO, 2013, p. 974-975)

É claro a existência da importância principiológica no Direito Ambiental, os quais existem quatro que devem receber a devida atenção, sendo eles: Do Ambiente Ecologicamente Equilibrado e Sadio Qualidade de Vida; Obrigatoriedade da Intervenção Estatal e Indisponibilidade do Interesse Público; Informação.

O princípio do Ambiente Ecologicamente Equilibrado e Sadio Qualidade de Vida surge da necessidade de manter um equilíbrio entre o Meio Ambiente e a vida do ser humano, onde os recursos naturais não devem ser utilizados de forma negligente, pois no que tange às gerações futuras é preciso manter os recursos naturais disponíveis para aqueles estarão por vir.

Para Luís Roberto Gomes (1999), o ambiente ecologicamente equilibrado traduz-se em um desdobramento da proteção do direito à vida, uma vez que: “a salvaguarda das condições ambientais adequadas à vida depende logicamente da proteção dos valores ambientais”.

O reconhecimento de um direito fundamental surge com a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, de 1972, por meio do princípio 1, o qual prevê:

Princípio1. O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que

promovem ou perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenada e devem ser eliminadas. (ONU, 1972, p.1)

Antes que seja possível alcançar o que compõem a ideia presente nos princípios da Obrigatoriedade da Intervenção Estatal e da Indisponibilidade do Interesse Público presentes no Direito Ambiental, é preciso ir ao Direito Administrativo.

O Direito Administrativo é regido, principalmente, por dois princípios, os quais não se encontram positivados na Constituição Federal de 1988, nem mesmo em outros textos que fazem parte do “código”<sup>3</sup>. O Princípio da Supremacia do Interesse Público e o Princípio da Indisponibilidade do Bem Público surgem no Direito Administrativo como suas bases fundamentais. A lógica que permite a existência de ambos os princípios é inerente ao próprio texto constitucional e sua interpretação.

Conforme ensina Celso Antônio Bandeira de Mello (2015, p. 62), o primeiro é conceituado como uma declaração de superioridade do interesse da coletividade com relação ao particular. Já o segundo, significa que, em se tratando de interesse classificado enquanto próprio da coletividade, este não se encontra à livre disposição para quem quer que seja, portanto, este tem viés de medida para àquele.

Ao decorrer do texto constitucional, a Doutrina e Jurisprudência entenderam que a lógica principal do Estado é a buscar a prevalência da coletividade sobre a individualidade e, como consequência, na tentativa de manter a supremacia do público sobre o privado torna-se clara a proteção também do bem público, algo de todos, o que o torna impossível como disponível para satisfazer a vontade privada.

<sup>3</sup> A utilização de aspas para a palavra código se dá pelo fato de não haver um Código Administrativo. O que vem a coroar tal lógica de código é a união inúmeras leis (Lei 8.112/90; Lei

Nesse sentido, os princípios presentes no Direito Ambiental se mostram uma clara ramificação dos princípios do Direito Administrativo. Pois, a lógica de ser algo de todos, um direito de todos, também é presente no direito ao Meio Ambiente. Assim prevê o art. 225 da Carta Magna de 1988, *in verbis*:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, p.1)

Quando o Legislador Constituinte decidiu por dar um capítulo específico para o Meio Ambiente foi uma das inúmeras formas de representar a importância temática que ali seria tratada. Não obstante, o legislador decidiu demonstrar a importância do Meio Ambiente ao dizer que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Por se tratar de um direito de todos, resultando como algo claramente público, o legislador tornou por indisponível o Meio Ambiente. O que nos leva aos dois princípios existentes no Direito Ambiental, no qual recapitula-se: Obrigatoriedade da Intervenção Estatal e Indisponibilidade do Interesse Público.

Todo pensamento aqui desenvolvido permite chegar que a Obrigatoriedade da Intervenção Estatal vai ser referenciada pela natureza pública que cria necessidade de intervenção do Estado. Estando diretamente ligado ao princípio da Indisponibilidade do Interesse Público, pois o Meio Ambiente não compõe o patrimônio disponível do Estado.

## PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO E A LUTA AMBIENTAL

Após entender que a importância do Meio

8.429/92; Lei 8.666/21, etc.) e a Constituição Federal de 1988.



Ambiente é algo de preocupação de todo o povo e dever do Estado e momento que o povo compreende a necessidade de proteção ao Meio Ambiente torna-se possível cobrar medidas e ações para o Estado. Pois, a não proteção do Meio Ambiente não apenas atinge as presentes populações, mas também atingirá as futuras gerações.

Com isso, o Princípio da Informação mostra-se, em certa perspectiva, o mais importante dos princípios porque é ele que vai criar aquilo que poder ser tratado como a consciência geracional. A consciência geracional permite a fiscalização real da proteção ao bem jurídico pelo Estado.

A Conferência Eco-92 estabeleceu<sup>4</sup> princípios que buscam o desenvolvimento sustentável em âmbito global. Entre os princípios há o Princípio 10, que segue:

Princípio 10: O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis, No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de dicções. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento de danos e recursos pertinentes. (ONU, 1992, p.1)

Como fica claro após a leitura do Princípio 10, a informação representa ponto crucial na proteção ao Meio Ambiente. A luta pela conscientização da sociedade por meio da informação possibilitaria a efetiva

participação e manifestação da população em discussões de demasiada importância acerca da temática, bem como, a conscientização.

Nessa lógica, se torna natural o resultado de a informação ser um catalisador para a luta pela devida proteção ao Meio Ambiente. A luta pelo Meio Ambiente se mostra inerente a todas as demais lutas sociais. O filósofo Slavoj Zizek traz que a discussão sobre a luta de classe, no âmbito econômico, não se desprende das demais lutas sociais, *in verbis*:

No nível da forma, a economia capitalista tem âmbito universal. Portanto, o que me interessa é a dimensão estruturante global do que acontece no nível da economia capitalista. Não se trata apenas de domínio entre outros. Neste ponto, mais uma vez, discordo do mantra pós-modernos: gênero, luta étnica, seja lá o que for, e, depois, classe. A classe não é um elemento na série. Por classe, é claro, entendemos luta econômica anticapitalista. (ZIZEK, 2006, p. 182).

Apesar de tratar da questão de luta de classe, no que tange o capital, é possível a interpretação de união entre as lutas sociais, como étnicas e de gênero, e luta sustentável. Por tratar de direito que representa a importância não atual, mas também crucial ao futuro fica claro a questão social existente na luta pela proteção ao Meio Ambiente.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a Primeira Seção estabeleceu teses acerca das questões de informação e transparência da coisa pública ambiental. Vejamos:

Em julgamento do Incidente de Assunção de Competência (IAC 13), a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu quatro teses relativas ao direito de acesso à informação no direito ambiental, à possibilidade de registro das informações em cartório e à atuação do

maior preocupação em questões ecológicas estão o desmatamento das florestas e a poluição das águas.

<sup>4</sup> Em 2018, o IBOPE divulgou pesquisa sobre a preocupação da população com questões que envolvam o Meio Ambiente. A pesquisa demonstrou que para a população os dois pontos de

Ministério Público em tais questões. As teses foram as seguintes: 1. O direito de acesso à informação no direito ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa); ii) o direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva); e iii) o direito a requerer a produção de informação ambiental não disponível para a administração (transparência reativa); 2. Presume-se a obrigação do Estado em favor da transparência ambiental, sendo ônus da administração justificar seu descumprimento, sempre sujeita a controle judicial, nos seguintes termos: i) na transparência ativa, demonstrando razões administrativas adequadas para a opção de não publicar; ii) na transparência passiva, de enquadramento da informação nas razões legais e taxativas de sigilo; e iii) na transparência ambiental reativa, da irrazoabilidade da pretensão de produção da informação inexistente; (...) Segundo o relator, o acesso à informação ambiental é elemento primordial, "transcendente e magnético", em tudo aquilo que diga respeito à coisa pública e à democracia, em especial nas matérias ecológicas. Essa relação entre o direito de acesso à informação ambiental e o direito de participação cidadã, apontou, foi cristalizada em eventos como a Rio 92 – na qual foi publicada a Declaração do Rio – e assumida pelo Brasil ao assinar o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú) – tratado ainda pendente de ratificação pelo Congresso. (...) Og Fernandes explicou que o direito de informação ambiental é formado de duas partes principais: o direito de as pessoas requisitarem informações ambientais ao Estado (transparência passiva) e o dever estatal de fornecer informações às pessoas (transparência ativa). O magistrado lembrou que, embora tradicionalmente o poder público tenha se pautado pela transparência passiva, a tendência atual é de ampliação da transparência ativa – elemento revelador do nível de maturidade democrática e civilidade do país. (FONTE STJ fixa teses sobre direito à informação ambiental)

Dessa forma, surge-se como possibilidade de ponto de compreensão do que deve ser buscado como obrigação do Estado e direito do povo a lógica bidimensional inerente ao Direito de Informação, que corresponde em parte a lógica de direito de requisitar informação e o dever estatal de conceder estas informações, desde que não colocadas sob sigilo. O momento de reconhecimento efetivo desta lógica é possibilitado na leitura da Lei de Acesso à Informação, bem como, nos estudos da Administração Pública. Destarte, o Princípio da Informação é importante diretriz para o Direito Ambiental e para proteção ao Meio Ambiente.

### REPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA COMO DEFESA DO MEIO AMBIENTE

A Constituição Federal de 1988 trouxe a possibilidade de responsabilização da pessoa física e da pessoa jurídica pela produção do dano ambiental. Ou seja, aquele que pratica dano ambiental gera três espécies de responsabilidades, podendo ser administrativas, civis e penais.

Independente da espécie, a incumbência será objetiva, conforme determina o texto constitucional em seu artigo 225, § 3º:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...] § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. (BRASIL, 1988, p.1)

Nessa lógica, o desembargador Vladimir Passos de Freitas explica:

A prática do dano ambiental gera três tipos de responsabilidades, administrativa, civil e penal. Esta é uma regra prevista na antiga Lei da Política do Meio Ambiente, de 1981 (artigo 14) e na Constituição de 1988 (artigo 225, §3º). Sucede que, autônomas as esferas de responsabilização, um acordo celebrado em uma não tem influência direta na outra. Assim, por exemplo, a avença feita na ação penal não impedirá a propositura da ação civil pública. (FREITAS, 2022, p.1)

Como bem-dito pelo Desembargador, o primeiro momento em que o Legislador demonstrou preocupação em tratar a responsabilidade das Pessoas Jurídicas foi através do PNMA, em 1981, através do art. 14 que preconiza:

Art. 14 sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º - No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 5º A execução das garantias exigidas do poluidor não impede a aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos previstas no § 1º deste artigo. (BRASIL, 1981, p.1)

Recepcionado pela Constituição Federal em seu art. 225, § 3º, o Legislador assevera:

[...] § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. (BRASIL, 1988, p.1)

A lógica de proteção que nasce dos artigos supramencionados representa a clara tentativa do Legislador em proteger o bem-jurídico. Todavia, é bem sabido pelos operadores do Direito que a lógica aplicada para possibilidade de sanção a Pessoa Jurídica não poder ser a mesma quando se responsabiliza a Pessoa Jurídica. Ao presente tópico, Paulo André Morales Arêas explicou toda questão genérica dado aos crimes ambientais, previstos na Lei nº 9.605/98:

[...] ao disciplinar os crimes ambientais em seu Capítulo V, não previu qualquer distinção de tratamento no que toca à natureza jurídica do sujeito ativo na prática de tais condutas. Em outras palavras, os crimes ambientais lá previstos são traçados genericamente, sem qualquer distinção entre os crimes praticados por pessoas jurídicas e os praticados por pessoas físicas. (BRASIL, 1998, p.1)

Cumpra ser esclarecido que os três tipos de responsabilidade e quais teorias estão em seu cerne. A responsabilidade civil está ligada a responsabilidade objetiva, que se liga a como base na teoria do risco, onde o aquele que produz uma atividade de risco deve responsável pelos danos decorrentes da sua atividade. Ou seja, o responsável pela ação é responsável também pelo resultado. Não se confundir aqui com as demais

responsabilidades – as quais estão ligadas a responsabilidade subjetiva que precisa ser provado a existência de dolo ou culpa. É evidente a inovação do constituinte.

No entanto, a responsabilização da pessoa jurídica não exime a pessoa física como autora, coautora ou partícipe do mesmo fato. Ao qual nos levar a necessidade da utilização da Teoria do Domínio do Fato para que seja possível compreender a responsabilidade da Pessoa Jurídica; Pessoa Física e do Estado nessa relação de conduta e resultado: dano ambiental.

A presença do Estado surge dos textos de Alysso Mascaro (2013), explica como o que se analisa é que seria implausível pensar em um Estado senão como um ente que não encontra-se neutro, e está à disposição da burguesia, a fim de que esta exerça o poder e manifeste seus interesses. Vejamos:

[...] o objeto do processo penal é uma pretensão acusatória, vista como a faculdade de solicitar a tutela jurisdicional, afirmando a existência de um delito, para ver o final concretizado o poder punitivo estatal pelo juiz através de uma pena ou medida de segurança. O titular da pretensão acusatória será o Ministério Público ou o particular. Ao acusador (público ou privado\_ corresponde apenas o poder invocação (acusação), pois o Estado é o titular soberano do poder de punir, que será exercido no processo penal através do juiz, e não do Ministério Público (e muito menos do acusador privado). (JÚNIOR, Aury Lopes, Direito Processual Penal. 17ª Ed. São Paulo, Saraiva Educação, 2020. P. 59).

O Estado é aquele que detém a gestão da coisa pública, possuindo interesse de proteger o bem público. Contudo, como preceitua a Constituição Federal, o Meio Ambiente é coisa pública, em outras palavras, pertence ao povo.

Em uma situação de um dano ambiental provocado por uma Pessoa Jurídica, o Estado, através do

MP possui a pretensão acusatória e a titularidade da punição por meio do Juiz mais do que bem esclarecido o direito ao Meio Ambiente é original ao povo. Ou seja, na situação de Dano Ambiental provocado por Pessoa Jurídica, o Estado é terceiro, sendo ainda necessário na relação proteção e responsabilização.

Nesse sentido, explica Mascaro:

Devido à circulação mercantil e à posterior estruturação de toda a sociedade sobre parâmetros de troca, exsurge o Estado como terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho. Este terceiro não é um adendo nem um complemento, mas parte necessária da própria reprodução capitalista. Sem ele, o domínio do capital sobre o trabalho assalariado seria domínio direto – portanto, escravidão ou servidão (...). (MASCARO, 2013, p. 18)

A relação Pessoa Jurídica, Estado e o Povo se representa nessa tríade essencial para definir a responsabilidade de reparação. Todavia, até que ponto o Estado encontra-se como defensor do interesse público e participe dos danos ambientais e da degradação praticada pelo Capital.

## A REGIÃO METROPOLITANA CAPIXABA E O PÓ PRETO

Para uma efetiva compreensão acerca do que consiste a situação ambiental no Estado do Espírito uma breve leitura do Relatório Final da CPI do Pó Preto é imprescindível. Pois, trata-se de um relatório divisor da realidade ambiental na região metropolitana capixaba, em que ciente da importância da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pó Preto<sup>2</sup>, os Legisladores Estaduais à época decidiram por buscar explicações de especialistas sobre o que existia por trás de termos importantes para aquela comissão, como, por exemplo, Pó Preto.

Vejamos:

[...] Como surgiu o pó preto? Falando como técnico, mas também como um cidadão capixaba e que acompanhou desde o início

o momento que surgiu esta terminologia, o pó preto está englobado em um grupo chamado tecnicamente de partículas sedimentáveis e popularmente conhecido como poeira. De acordo com a ABNT, as partículas sedimentáveis correspondem ao material particulado que está na atmosfera, geralmente de modo grosseiro. É uma partícula mais grossa que se deposita por livre sedimentação. O pó preto sobre o qual estamos falando possui características especiais que, na verdade, deram origem ao nome pó preto. Veremos algumas dessas características. Ele pertence ao grupo de partículas sedimentáveis e possui uma coloração negra e algumas vezes castanha avermelhada, alto teor de ferro e carbono, diâmetros superiores a 2,5 micrômetros e origem industrial. Se não possuir essas características não o chamaremos de pó preto, mas de poeira, para podermos diferenciar onde esse pó preto causa impacto e em quais regiões está presente [...] podemos concluir que o material sedimentável, a poeira sedimentável ou pó preto, gera incômodo, afeta a saúde E É UM POLUENTE. (Resolução nº 3.931/2015)

Ou seja, o Pó Preto consiste em uma partícula sedimentável. Porém, o que é uma partícula sedimentável? O Professor Neyval Costa Reis Júnior explica:

E as tais partículas sedimentáveis, que são as que chamamos de pó preto? Quais são elas? Todas. Qualquer partícula que está na atmosfera tem o potencial de se sedimentar. Então, sedimentáveis são todas. Desde a mais fininha até a mais pesada. Obviamente, partículas menores tendem a se depositar mais lentamente. Então, se ela é emitida a partir de uma fonte é muito pequeninha. Vai ficar muito tempo no ar e vai demorar para se depositar. Já uma partícula grande a tendência é cair. [ . ] Normalmente as grandes mais próximas da fonte e as pequenas ficarão mais tempo na atmosfera.” (Resolução nº 3.931/2015)

Em momento seguinte, o professor apresenta uma foto feita do ponto de vista do Morro do Moreno

em direção a Ponta de Tubarão. Essa foto permitiu demonstrar como estão localizados os maiores responsáveis pela emissão do Pó Preto na Região da Grande Vitória. A foto – retirada de um relatório do Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA) – permite compreender que há focos de emissão em vários lugares pelo quantitativo de indústrias existentes na região da capital capixaba, mas, cabe ressaltar como ponto central de emissão o setor e área da Ponta de Tubarão.

Salienta-se que a “questão” Pó Preto não é exclusividade do Estado do Espírito Santo, pois, a Câmara Municipal de Matozinhos/MG, realizou Comissão Parlamentar de Inquérito com Participação Popular. O “marco final” da CPI do Pó Preto de Matozinhos/MG foi a publicação do Relatório Final da CPI do Pó Preto aos dias dezoito de julho de dois mil e vinte e dois.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) conceitua o que é Qualidade de Ar em Resolução Nº 491 de Novembro de 2018. A Resolução estabelece que:

Art. 1º Esta resolução estabelece padrões de qualidade de ar.

Art. 2º Para efeito desta resolução são adotadas as seguintes definições:

I - poluente atmosférico: qualquer forma de matéria em quantidade, concentração, tempo ou outras características, que tornem ou possam tornar o ar impróprio ou nocivo à saúde, inconveniente ao bem-estar público, danoso aos materiais, à fauna e flora ou prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade ou às atividades normais da comunidade;

II - padrão de qualidade do ar: um dos instrumentos de gestão da qualidade do ar, determinado como valor de concentração de um poluente específico na atmosfera, associado a um intervalo de tempo de exposição, para que o meio ambiente e a saúde da população sejam preservados em relação aos riscos de danos causados pela poluição atmosférica. (Resolução nº 491/2018)

O IEMA explica como o Estado do Espírito Santo posiciona-se em relação às fiscalizações da Qualidade do



Ar. As medições dos níveis de poluição atmosférica são avaliadas com base na presença de substâncias poluentes encontradas no ar. A abrangência de partículas possíveis e na atmosfera faz com que seja dificultosa a classificação acerca destas substâncias.

Além disso, o instituto defende uma legislação mais dura para o Pó Preto. Em uma das sessões da CPI do Pó Preto, o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através da diretora presidente à época, Sueli Tonini, explica que mesmo com os parâmetros e limites serem alcançados pelas empresas emissoras de Pó Preto, há ainda grande incômodo pela quantidade presente no ar da região metropolitana.

O Relatório Final da CPI do Pó Preto, ao tratar das especificações de tamanho das partículas poluentes, esclarece sobre o perigo dos tais níveis e metas aceitáveis de emissão. *In verbis*:

[...] 65. Ou seja, adotando o conceito médico-científico devem ser consideradas como partículas poluentes não apenas aquelas menores que 2,5 (dois vírgula micros), mas também as maiores, as quais estão mais relacionadas ao incômodo das pessoas. 66. A existência de níveis “aceitáveis” de poluição e o estabelecimento de metas escalonadas representam verdadeira autorização para matar, concedida pela legislação, pois não existem níveis aceitáveis para exposição de poluentes. Não se pode conceber que as pessoas sofram com as gravíssimas consequências à saúde, em troca de uma suposta melhoria gradual dos índices de poluição atmosférica. (ALES, Relatório Final da CPI do Pó Preto)

Outrossim, a busca da Autarquia é fortalecida com os relatórios elaboradas por seus técnicos que, a despeito de ter sido realizado a CPI do Pó Preto, demonstra uma constância e elevação nos níveis de partículas poluentes na atmosfera. Os relatórios dos anos 2018 e 2019, que tratam do mês de janeiro, demonstraram um crescimento do quantitativo de concentração de Pó Preto em 06 (seis) dos 10 (dez)

pontos vigados pelo instituto.

O “marco final” da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pó Preto foi aos dias sete de outubro de dois mil e quinze (07/10/2015), quando a Assembleia Legislativa do Estado Espírito divulgo o Relatório Final da CPI do Pó Preto. Sete anos após esta divulgação, o Pó Preto ainda é um problema que afeta a vida dos capixabas moradores da região metropolitana, seja pelo encontrar de grande quantidade de Pó Preto em seus lares; por estudos que demonstram como o pulmão é atingido pelos efeitos do Pó Preto; por Chuva de Pó Preto.

Sem embargo, mesmo com a continuidade dos níveis de poluição existentes no ar da área metropolitana e os parâmetros aceitáveis que resultam perigo para os moradores da região, começa um caminhar de alteração das leis de fiscalização do Estado do Espírito Santo.

Ato contínuo, o Governo do Estado do Espírito Santo através da Secretária de Estado do Meio Ambiente, apresentou proposta, o Projeto de Lei (PL) 328/2020, que cria Política de Qualidade do Ar no Espírito Santo, sendo o IEMA o órgão responsável por executar a política e a SEAMA responsável pela política.

Conforme o Projeto de Lei 328/2020 que estabelece Política, Normas e Diretrizes de Proteção da Qualidade do Ar Atmosférico no âmbito do Estado de Espírito Santo e dá outras providências.

Art. 2º A gestão da qualidade do ar será realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEAMA como órgão gestor e o pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente - IEMA como órgão executor, e terá como meta o atendimento aos padrões de qualidade do ar visando a preservação da saúde da população e do meio ambiente em relação aos riscos e danos causados pela poluição atmosférica. Parágrafo único. Os padrões de qualidade do ar serão definidos em regulamentação própria observando as melhores práticas nacionais, internacionais e diretrizes da Organização Mundial da Saúde. (ESPÍRITO SANTO, Governo do Estado do. Projeto de Lei 328/2020).

Passados 2 (dois) anos desde que o Projeto de Lei 328/2020 foi protocolado na Assembleia Legislativa, o texto recebeu mais de 50 (cinquenta) emendas para alterar a proposta do Governo Estadual, cabe salientar que estas emendas foram feitas por quatro deputados estaduais, sendo eles: Renzo Vasconcelos (PSC), Sergio Majeski (PSDB), Dr. Rafael Favatto (Patri) e Iriny Lopes (PT).

As alterações buscam modificar vários pontos do projeto, abrangem mudanças em relação a conceitos, regulamentação própria dos órgãos competentes, sobre a gestão da qualidade do ar, objetivos, metas etc.

Por conseguinte, os Deputados Estaduais entenderam por necessário apresentar um novo texto para o Projeto de Lei 328/2020, pois, ao dar atenção ao quantitativo de emenda apresentado os parlamentares visam alterar por completo o texto original do PL. A alteração acrescenta tópicos de grande importância: os responsáveis pela qualidade do ar deverão seguir não apenas as recomendações, práticas e os parâmetros internacionais e da OMS mas também dos estabelecidos no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pó Preto.<sup>5</sup>

Por fim, mostra-se evidente que há indícios de clara evolução das questões relacionadas ao Meio Ambiente no país e, em especial, ao Estado do Espírito Santo. O progresso das discussões sobre a importância de proteger o Meio Ambiente, visando como um bem jurídico que necessita de vias para garantir o presente e o futuro das gerações está agora enraizado em inúmeros pontos da sociedade, seja em escolas, órgãos públicos ou na casa de cada morador. A leve melhora deste problema, contudo, a sua persistência em ainda ser feito atual demonstra que há e ainda haverá inúmeros desafios para que seja, enfim, garantido o um ar não poluído para a população.

<sup>5</sup> Em reportagem do portal de notícias Folha de Vitória informou que houve uma melhoria nas medições de qualidade de ar da região metropolitana. Entretanto, o IEMA afirmou que está com dificuldade, em sentido técnico, de disponibilizar os

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho, as leituras, estudos e dados permitem reconhecer a importância do papel do PNMA na reposição do Brasil em questões que envolvam o Meio Ambiente. A imprescindível mudança de posicionamento do Brasil em questões ambientais, estas que apesar de passarem por inúmeras dificuldades desde 1988, tornou possível reconhecer, em macro, a evolução do empenho em busca de um Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, direito previsto na Constituição Federal de 1988.

Tal mudança possibilitou que tanto o Estado e a Sociedade alcançasse compreensão de que quando as discussões ambientais são colocadas em segundo plano, principalmente, quando o Estado passa a focar em um lucro incessante, sendo assim, fundamentado em uma lógica inerente ao Capitalismo, as consequências, como parte entende, não se resumem em problemas presentes, mas também levam a grandes impactos futuros.

Há muito a se debater, questionar, fiscalizar e, claro, mudar. Em outras palavras, assim como a discussão sobre meios eficazes de diminuir as emissões de Pó Preto na região e os caminhos para punir de forma correta e efetiva os responsáveis por estas emissões não terminaram, este estudo não colocará um fim à temática. O presente trabalho busca apenas ser um aspecto enriquecedor e contribuidor de melhoria de condições da sociedade, seguindo o preceituado na Constituição Federal de 1988, o Direito Fundamental de um Meio Ambiente ecologicamente equilibrado.

Uma vírgula. Jamais um ponto final.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República**

dados sobre o monitoramento da qualidade. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/dados-sobre-emissao-de-po-preto-nao-estao-sendo-divulgados-diz-prefeitura-de-vitoria-18052022>

**Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

FONTENELLE, Miriam. **Política Nacional do Meio Ambiente. In: Temas de Direito Ambiental** (Coleção José Patrocínio; V. 6). ----- . Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2006;

NOBRES, Juirana; ARPINI, Naiara; REZENDE, Rodrigo e MACHADO, Viviane. **Entenda o que é o pó preto que polui p ar e o mar de Vitória há anos.** G1, Rio de Janeiro, 26/01/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/01/entenda-o-que-e-o-po-preto-que-polui-o-ar-e-o-mar-de-vitoria-ha-anos.html>

ESPÍRITO SANTO, Assembleia Legislativa. **Relatório Final da CPI do Pó Preto.** Disponível em: [http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos\\_internet/downloads/Relat%C3%B3rio%20Final%20da%20CPI%20do%20P%C3%B3%20Preto%20-%20Ales%20-%20Outubro%20de%202015.pdf](http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_internet/downloads/Relat%C3%B3rio%20Final%20da%20CPI%20do%20P%C3%B3%20Preto%20-%20Ales%20-%20Outubro%20de%202015.pdf).

MEL, Kissila. **“Projeto cria política de qualidade do ar no ES”.** Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 2020. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2020/06/39337/proje-to-cria-politica-de-qualidade-do-ar-no-es.html>

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional.** 5. Ed. São Paulo: Malheiros, 2014;

REIS, Clayton. **Os Novos Rumos da Indenização do Dano Moral.** Rio de Janeiro: Forense, 2003;

DINIZ, Maria H. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil.** v.7. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553627765. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627765/>. Acesso em: 01 mai. 2023;

MILARÉ, Édís. **Direito Do Ambiente.** 12. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020;

CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio. **Responsabilidade Civil pelos Danos Ambientais e a versão contemporânea do fenômeno da objetivação.** In: **Temas de Direito Ambiental (Coleção José patrocínio; V. 6).** FONTENELLE, Míriam. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2006;

ARAÚJO, José Rubens Morato/Ayala Leite Patryck de. **Dano Ambiental.** [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788530988531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988531/>.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Adminsitrativo.** São Paulo: Malheiros, 2013;

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 62.

GOMES, Luís Roberto. **Princípios fundamentais de proteção ao meio ambiente.** In Revista de Direito Ambiental, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano.** In: Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, 1972;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferência Rio-92 sobre o Meio Ambiente do Planeta.** Rio de Janeiro, 1992;

ZIZEK, Slavoj. **Arriscando o impossível: conversas com Zizek.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GALILEU, Redação. **Pesquisa do Ibope avalia a preocupação da população com o meio ambiente.** Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2018/09/pesquisa-do-ibope-avalia-preocupacao-da-populacao-com-o-meio-ambiente.html>

FREITAS, Vladimir Passos de. **Crimes ambientais: acordos e o processo penal.** São Paulo: Conjur, 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-abr-10/segunda-leitura-crimes-ambientaisacordos-processo-penal>.

ARÊAS, Paulo André Morales. **Responsabilização Penal das Pessoas Jurídicas na Lei nº 9.605/98 e o Princípio da Legalidade.** In: **Temas de Direito Ambiental (Coleção José Patrocínio; V. 6).** FONTENELLE, Míriam. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2006;

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política.** São Paulo, 2013, p. 18-19.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral. 20.** Ed. Niterói, 2018;

BACIGALUPO, Enrique. **Lineamento de la teoria del delito.** Buenos Aires: Astrea, 1974;

ESPÍRITO SANTO, IEMA. **Qualidade do Ar – Histórico.** Disponível em: <https://iema.es.gov.br/qualidadedoar/historico>.

PITTELLA, Fátima. **IEMA quer legislação mais dura para o pó preto.** Disponível em: <https://www.cmv.es.gov.br/noticia/ler/6111/iema-quer-legislao-mais-dura-para-p-preto>.

A Gazeta. **Quantidade de pó preto aumenta em vários**

**locais da Grande Vitória.** Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/quantidade-de-po-preto-aumenta-em-varios-locais-da-grande-vitoria-0319>.

FOLHA VITÓRIA, Redação. **Problema antigo: moradores reclama da sujeira deixada pelo pó preto.** Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/01/2021/problema-antigo-moradores-reclamam-da-sujeira-deixada-pelo-po-preto>.

MEL, Kissila. **Estudo avalia efeitos do pó preto nas células pulmonares.** Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 2020. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2020/11/40135/estudo-avalia-efeitos-do-po-preto-nas-celulas-pulmonares.html>.

A GAZETA, Redação. **Chuva de pó preto incomoda e assusta moradores na Serra.** A Gazeta, 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/chuva-de-po-preto-incomoda-e-assusta-moradores-na-serra-0719>.

MEL; TETE, Kissila e Gleyson. **Apresentadas emendas à política de qualidade do ar.** Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 2020. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2020/06/39407/apresentadas-emendas-a-politica-de-qualidade-do-ar.html>.

ALDESCO, EXPÓSITO, MEL, TETE; Aldo, Nicolle, Kissila e Gleyson. **PL sobre qualidade de ar pode ter novo texto.** Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 2022. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2022/08/43309/pl-sobre-qualidade-do-ar-pode-ter-novo-texto.html>.

## DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NO NOVO CPC: DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA

### THE INCIDENT OF RESOLUTION OF REPETITIVE DEMANDS IN THE NEW CPC: OF THE VIOLATION OF THE PRINCIPLE OF ACCESS TO JUSTICE

Felipe Sardenberg Machado<sup>1</sup>  
 Luciano Costa Felix<sup>2</sup>  
 Wemerson Carvalho dos Santos<sup>3</sup>  
 Laura Pimenta Krause<sup>4</sup>  
 Fabiane Aride Cunha<sup>5</sup>  
 Vitor Eduardo Goese<sup>6</sup>

#### RESUMO

O Projeto do Novo Código de Processo Civil instituiu, dentre suas diversas mudanças, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Tal instituto processual foi criado pelo legislador ordinário na tentativa de buscar maior efetividade/celeridade aos processos judiciais. Lançando-se como premissa a obediência aos princípios da segurança jurídica e da isonomia, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas prevê a criação de tese jurídica única a ser aplicada, com eficácia vinculativa e absoluta, aos processos idênticos, já em trâmite ou ainda a serem ajuizados. Permite-se, assim, um possível “desafogamento” do judiciário e um julgamento uniforme às chamadas ações de massa, que, por fatores óbvios e inerentes à natureza do ser humano, vinham-se submetendo a decisões completamente antagônicas de Juízo em Juízo. A partir do presente trabalho, é possível vislumbrar, entretanto, que embora o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas tenha como objetivo efetivar os princípios da isonomia e segurança jurídica, este restringe o acesso à justiça.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Processual Civil; Novo Código de Processo Civil; Isonomia; Segurança Jurídica; Acesso à Justiça; Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

#### ABSTRACT

The Project of the New Code of Civil action instituted, amongst its diverse changes, the Incident of Resolution of Repetitive Demands. Such procedural institute was created by the legislator in the attempt to search greater effectiveness to the judicial demands. Launching itself as premise to the obedience to the principles of the legal security and the isonomy, the Incident of Resolution of Repetitive Demands foresees the creation of only one legal thesis to be applied, with absolute effectiveness, to the identical processes, already in proceeding or still to be initiated. It is allowed, thus, a possible lowering of the demand in the judiciary and a uniform judgment to the calls actions of mass, that, for obvious and inherent factors to the nature of the human being, were completely submitted to antagonistic decisions. From the present work, it is possible to glimpse, however, that even so the Incident of Resolution of Repetitive Demands has as objective to accomplish the principles of the isonomy and legal security, this restricts the access to justice.

**KEYWORDS:** Civil Procedural Law; New Code of Civil action; Isonomy; Legal security; Access to Justice; Incident of Resolution of Repetitive Demands.

<sup>1</sup> Especialização em Especialização em Direito Tributário PELO IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Graduação em Direito PELA Faculdades Integradas de Vitória, FDV. **E-MAIL:** felipe@fsm.adv.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9671402196131516

<sup>2</sup> Mestrado em Segurança Pública - Universidade Vila Velha, UVV. Graduação em Direito - Faculdade Batista de Vitória, FABAVI. **E-MAIL:** lucfelix5@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5342341113815968

<sup>3</sup> Mestrado em Administração pela Florida University. Especialista em Redes de Computadores pela Centro Universitário do Espírito Santo, UNESC. Graduação em Redes de Computadores pela Instituto Capixaba de Educação e Tecnologia, ICET. **E-MAIL:** Vixwemerson@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1249612537067308

<sup>4</sup> Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdade de Direito de Vitória, FDV. Graduação em Direito - Faculdade Brasileira UNIVIX. **E-MAIL:** laura.krause.adv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3653270308360251

<sup>5</sup> Especialização em Direito pela Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA. Graduação em Direito - Universidade Vila Velha, UVV. **E-MAIL:** cunhaaride@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5438885251121292

<sup>6</sup> Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Serra Geral. Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira MULTIVIX – **E-MAIL:** vitorgoeseadv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4644085991098393



## INTRODUÇÃO:

### DO IRDR FRENTE AO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA

O princípio do acesso à justiça só é verdadeiramente garantido quando o Poder Judiciário for acessível a todos e quando a tutela jurisdicional aplicada, a cada caso, for efetivamente justa e adequada aos direitos pleiteados.

Tal garantia constitucional, entretanto, resta amplamente violada por meio de dispositivos previstos pelo novo Código de Processo Civil quando o legislador previu a criação do Incidente de Resolução de Demanda Repetitivas.

O IRDR prevê em seu artigo 980<sup>1</sup> a possibilidade de suspensão dos processos, que versam sobre a mesma matéria de direito, até julgamento definitivo do incidente. Até aí tudo bem, tendo em vista tratar-se de uma mesma imposição ocorrida no julgamento dos recursos repetitivos pelos Tribunais Superiores.

Peca, profundamente, entretanto, o legislador ao permitir (no parágrafo único do artigo) que tal paralisação, inicialmente prevista para durar até 01 ano, possa ser prorrogada, sem qualquer previsão de limite temporal, por simples decisão fundamentada do relator.

Ora o IRDR foi criado com o principal intuito de permitir o desafogamento do judiciário através de uma resolução rápida dos conflitos por meio da tese jurídica única a ser criada e aplicada a todos.

Pela redação do parágrafo único do art. 980, todavia, abre-se uma brecha para uma possibilidade de paralisação das demandas idênticas durante anos, até que o relator finalmente decida julgar o incidente.

Temos, assim, que inúmeras demandas poderão ficar à mercê do relator do incidente, que pela redação do novo CPC poderá postergar o julgamento do incidente

seu bel prazer, por qualquer motivo que seja e pelo tempo que entender cabível.

Como entender pela efetivação do acesso à justiça diante de tais balizas? Para concretização de tal princípio, não basta que se permita o literal acesso à justiça ao jurisdicionado, é preciso que outras garantias sejam observadas ao decorrer do processo em si, como, por exemplo, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, ou seja, é preciso que o processo se desenrole da forma mais equilibrada e constitucional possível e que a tutela ao final seja justa e adequada.

Mas onde estaria o acesso à justiça se o próprio legislador permite que a demanda do jurisdicionado fique suspensa/paralisada sem a previsão de uma limitação? De fato, tal princípio resta, completamente, afastado pela redação do dispositivo em comento.

Isso porque uma justiça morosa/paralisada é antônimo de acesso à justiça e da própria ideia de justiça, conforme bem expõe Francisco Chagas Lima Filho<sup>2</sup>:

O Poder Judiciário encontra-se em crise sobretudo porque tem se apresentado congestionado, lento, inacessível, dogmatizado e, muitas vezes, não se tem feito merecedor da confiança da população, especialmente dos carentes, o que tem contribuído de forma decisiva para, com o passar do tempo, tornar inútil todo o sistema judicial, bem como os fins perseguidos, quis sejam, a distribuição da justiça.

Vale apontar que a redação do artigo 980 sequer prevê a possibilidade de uma revisão de tal decisão, tornando-se letra máxima a decisão proferida pelo relator, ainda que, por exemplo, não venha a apresentar qualquer fundamento plausível para prorrogação da suspensão.

<sup>1</sup> Art. 980. O incidente será julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus. Parágrafo único. Superado o prazo previsto no caput, cessa a suspensão dos processos prevista no art. 982, salvo decisão fundamentada do relator em sentido contrário. (grifo nosso)

<sup>2</sup> LIMA FILHO, Francisco das Chagas. Acesso à justiça e os mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos. Porto Alegre: Ed. Sérgio Antonio Fabris, 2003. p. 292.

Vejamos que a tal “decisão fundamentada do relator”, não se trata de acórdão, portanto não passível de Recurso Especial ou Extraordinário. Por sua vez, o agravo de instrumento e agravo interno também não são cabíveis. Ou seja, temos uma decisão monocrática irrecorrível do relator que poderá, por qualquer razão que seja, prorrogar a suspensão dos processos.

E nesta linha de raciocínio insta salientar que a prorrogação poderá ocorrer, de fato, por qualquer razão que seja, desde que o relator utilize o mínimo de fundamentação, já que o parágrafo único somente exige este último requisito, sem impor qualquer rol taxativo/limitativo de situações que autorizariam a prorrogação.

Vale apontar que a possibilidade de previsão de uma prorrogação da suspensão poderá desencorajar o órgão competente pelo julgamento em resolver o incidente da forma mais rápida possível, podendo mais este instituto cair nas garras da morosidade enraizada em nosso poder judiciário e permitir um julgamento lento e completamente prejudicial aos jurisdicionados.

Frise-se que a suspensão também envolve os processos que tratam de outras matérias, além da questão de direito a ser analisada no IRDR, ou seja, atrasa-se também a tutela de direitos que sequer mantém relação com a tese a ser lançada no incidente, impedindo, claramente, o acesso à justiça à parte, sem permitir com que esta possa escolher em submeter-se à suspensão ou não, ausência de escolha esta que demonstra a segunda violação ao acesso à justiça permitido pelo legislador.

O artigo 985 do CPC, prevê que a eficácia vinculativa da decisão judicial advinda do incidente, é absoluta a todos os processos existentes e futuros, não conferindo aos jurisdicionados a opção de não se submeter à tese jurídica única fixada e de prosseguir com

sua ação pelos trâmites normais de qualquer outra demanda.

Primeiramente, aponta-se o absurdo que é a eficácia vinculativa estender-se à demandas sequer ajuizadas ainda, uma vez que havendo a criação de tese jurídica desfavorável o jurisdicionado terá o seu acesso à justiça negado antes mesma da existência da própria ação.

Vale aqui rememorar o artigo 332 do CPC que demandas contrárias a tese fixada poderão ser julgadas liminarmente improcedentes antes mesmo da citação do réu caso esteja contrário a entendimento obtido em IRDR. O mesmo ocorre com a apelação que será negada monocraticamente caso a sentença for fundada em tese jurídica proveniente do incidente, conforme artigo 932 do CPC<sup>3</sup>.

Consequência lógica dos ditames acima é de que após fixada a tese jurídica única por meio do IRDR esta desencorajará o ajuizamento de novas demandas contrárias a tese, o que claramente trará o enrijecimento de nossa jurisprudência, já que demandas que poderiam desafiar o entendimento inicial sequer serão ajuizadas. “Essa vinculação para o futuro evidencia o caráter cronofóbico e anti-hermenêutico do IRDR.”<sup>4</sup>

No que tange à eficácia vinculativa absoluta sem opção da parte em submeter ou não a sua demanda ao julgamento coletivo, vale transcrever importantes observações dos autores Abboud e Cavalcanti:

O NCPD prevê que a decisão de mérito pro et contra deve alcançar de forma vinculada todos os processos repetitivos em tramitação. Essa vinculação é praticamente absoluta. O novo sistema processual não adota o sistema de opt-in, de modo que todos os processos repetitivos serão alcançados pela decisão de mérito, independentemente de requerimento nesse sentido. Do mesmo

<sup>3</sup> Art. 932. Incumbe ao relator:(...)

IV - negar provimento a recurso que for contrário a: (...)

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

<sup>4</sup> ABOUD, Georges e CAVALCANTI, Marcos de Araújo. Inconstitucionalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e os riscos ao sistema decisório. Revista de Processo, REPRO, Ano 40, nº 240. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2015. p. 230

modo, o NCPC não segue o sistema de opt-out, uma vez que não aceita o exercício do direito de auto exclusão, com a possibilidade de o litigante prosseguir com sua demanda isoladamente. Quando muito, o NCPC somente autoriza que a parte interessada comprove que seu caso é distinto da situação jurídica comum sob análise no IRDR. Para tanto, deve demonstrar, fundamentadamente, que seu processo versa sobre situação particularizada por hipótese fática distinta ou questão jurídica não abarcada pelo objeto do IRDR. Essa forma de vinculação absoluta fere o direito fundamental de ação (art. 5.º, XXXV, da CF/1988).<sup>5</sup>

Em sentido diverso, o modelo alemão, em evidente observância ao princípio do acesso à justiça, previu em sua normatização que a parte, após instauração do processo-modelo, pudesse desistir de sua demanda, caso não tivesse interesse de ser incluído no julgamento coletivo, podendo ajuizar sua demanda após julgamento e seguir os trâmites normal de um processo individual (já que o Musterverfahren, inteligentemente, não prevê a aplicação da tese aos casos futuros).<sup>6</sup>

Temos, desta forma, evidente violação ao acesso à justiça também em relação a esta previsão do IRDR, na medida em que nega à parte processual a opção de como quer que seja lhe concedida a sua tutela jurisdicional, seja por meio de um julgamento coletivo, que poderá, em tese, não observar as nuances específicas de sua demanda, ou por meio de um julgamento particular com observância de todos os requisitos e hierarquias de um processo normal.

Neste sentido, são importantes as observações feitas pelos autores Abboud e Cavalcanti<sup>7</sup>:

Não há como o NCPC impedir o direito de a parte prosseguir com sua demanda

isoladamente, ou seja, fora do regime jurídico do IRDR. O sistema processual deve sempre assegurar ao litigante o direito de opção. Essa possibilidade de escolha decorre do direito fundamental de ação, de sorte que o legislador não pode criar uma forma de vinculação absoluta pro et contra sem estabelecer mecanismos processuais que assegurem seu pleno exercício. Importante registrar que não ignoramos a sobrecarga vivenciada pelo Judiciário e o grande número de ações ajuizadas no Brasil. Todavia, esse problema estrutural que acompanha desde sempre o Judiciário brasileiro não pode ser solucionado às custas do texto constitucional, mais precisamente sobre o direito de ação do cidadão. Em uma democracia, a Constituição obrigatoriamente deve valer, ou seja, ter força normativa. Essa normatividade não pode ser afastada por razões pragmáticas por mais graves que elas sejam.

Analisando a redação do artigo 985 ora em discussão, percebe-se que o legislador pretende resolver o problema do abarrotamento de demandas do judiciário às custas do acesso à justiça.

É certo que a previsão do incidente foi feita pelo legislador com intuito de garantir os princípios da isonomia e segurança jurídica, amplamente ameaçados com a permissão de que demandas idênticas pudessem ser julgadas de forma completamente diferente.

O NCPC, entretanto, “não pode esvaziar o direito de ação do cidadão sob o argumento de que o Judiciário não consegue absorver a quantidade de ações apresentadas. A lei inconstitucional não deixa de conter a inconstitucionalidade porque a realidade infelizmente é inconstitucional.”<sup>8</sup>

É preciso, portanto, uma alteração na redação dos artigos que normatizam o Instituto de Resolução de

Processo, REPRO, Ano 40, nº 240. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2015. p. 230

<sup>8</sup> ABOUD, Georges e CAVALCANTI, Marcos de Araújo. Inconstitucionalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e os riscos ao sistema decisório. Revista de Processo, REPRO, Ano 40, nº 240. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2015. p. 230

<sup>5</sup> *Ibidem*. p. 230

<sup>6</sup> VIAFORE, Daniele As ações repetitivas no direito brasileiro e a proposta de um “incidente de resolução de demandas repetitivas” no Projeto de Lei nº 8.046/2010. Revista de Processo. Ano 38 nº217. Revista dos Tribunais, São Paulo: 2013.

<sup>7</sup> ABOUD, Georges e CAVALCANTI, Marcos de Araújo. Inconstitucionalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e os riscos ao sistema decisório. Revista de

Demandas Contraditórias para que este, na busca da efetivação dos princípios da segurança jurídica e isonomia, não o faça às custas do princípio do acesso à justiça, como vem ocorrendo.

A primeira alteração, seria no parágrafo único do artigo 980, com a previsão de rol taxativo acerca das situações que pudessem ocasionar a prorrogação da suspensão até julgamento do incidente.

Permite-se, assim, com que a continuidade da suspensão não se baseie apenas no entendimento particular do relator, que pela redação atual pode utilizar qualquer argumento, desde que fundamentado, para sustentar a decisão de prorrogação.

Caberá, portanto, ao legislador evidenciar as hipóteses em que estará autorizada a prorrogação da suspensão, impedindo que o relator, por exemplo, utilize como argumento para tal o simples fato de não ter havido prazo hábil para julgamento do incidente.

Além da existência de rol taxativo, deverá ser previsto pelo legislador que tal decisão, monocrática, poderá ser alvo de recurso (um agravo interno, por exemplo) a ser julgado por parte de órgão colegiado. Permite-se, desta forma, uma revisão da decisão monocrática, caso esta não apresente fundamentos suficientes ou esteja fora do rol taxativo autorizado.

O artigo 985, por sua vez, também deverá sofrer alterações. Primeiramente, deverá ser abolida a previsão de aplicação da tese jurídica às demandas futuras, por violar claramente, não só o princípio do acesso à justiça como o do contraditório, posto que terceiros que sequer participaram do julgamento do incidente e que não tiveram oportunidade em influenciar no julgamento do mesmo, se submeterão à decisão deste.

Retirada a previsão acima, o legislador deverá incluir a possibilidade de opção do litigante em permitir a inclusão de sua demanda no julgamento coletivo ou de continuar com sua demanda fora de tal regime, fazendo

com que a sua ação siga o curso normal perante o juízo competente, com efetivação de todas as garantias constitucionais e processuais (ex: devido processo legal, contraditório, ampla defesa) e, principalmente, do acesso à justiça.

A morosidade da justiça e o afogamento do judiciário com inúmeras demandas jamais poderão ser razões para se retirar esta opção de “*op-out*” da parte processual, que deverá ter o poder de decidir qual curso que a sua demanda tomará e como será julgada.

Efetuadas as alterações acima evidenciadas, o acesso à justiça restará devidamente protegido e se manterá as intenções iniciais do legislador de efetivação da segurança jurídica e da isonomia, já que continuaria se permitindo a criação de uma tese única a ser aplicada às inúmeras ações idênticas existentes.

A única diferença é que a suspensão das causas repetitivas não poderá mais depender única e exclusivamente da mera subjetividade do relator, sendo esta alvo de recurso ao órgão colegiado e somente podendo correr em casos específicos, ou seja com base em fundamentos efetivamente válidos.

A eficácia vinculativa da tese jurídica única, por sua vez, não se tratará mais de decisão “onipresente”<sup>9</sup>, aplicando-se somente aos processos existentes e, ainda, àquelas cujas partes optaram por tal, sendo garantida a continuidade da ação de forma individual caso assim a parte o queira.

O incidente de resolução de demandas repetitivas, portanto, restará efetivamente em harmonia com os princípios constitucionais da segurança jurídica, isonomia e acesso à justiça.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme delineado no presente estudo, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas foi

Processo, REPRO, Ano 40, nº 240. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2015. p. 230

<sup>9</sup> ABBOUD, Georges e CAVALCANTI, Marcos de Araújo. Inconstitucionalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e os riscos ao sistema decisório. Revista de

criado por parte do legislador como tentativa de pôr fim à morosidade de nosso sistema judiciário, problema este advindo, em grande parte, da existência de número excessivo de demandas em tramitação.

Vislumbrando que entre estas inúmeras ações solicitando uma tutela jurisdicional muitas tratavam de uma única questão de direito, foi previsto com a instituição do novo Código de Processo Civil a criação do IRDR, visando um julgamento coletivo de tais demandas e a aplicação de uma tese jurídica única as mesmas.

O legislador, na tentativa desesperada de afastar problemas já enraizados em nosso judiciário, criou o referido incidente, sob fundamento de buscar a efetividade dos princípios da segurança jurídica e da isonomia, apontando em sede de Exposição de Motivos que havia utilizado, como procedimento modelo, o *Musterverfahren* adotado no direito alemão.

A transposição, entretanto, das ideias contidas no modelo alemão, não ocorreu da forma mais correta, pecando o legislador na redação de determinados dispositivos, violando frontalmente princípio essencial ao âmbito processual, qual seja o acesso à justiça.

Em verdade, o modelo alemão sequer deveria ter sido utilizado como base para criação do IRDR, na medida em que se trata de técnica processual criada com intuito completamente diverso do incidente ora instituído em nosso direito, já que deve a sua edição a partir de uma questão jurídica pontual, servindo apenas para julgamento desta.

Logo, o uso do mesmo como modelo deveria ter sido cercado pelo maior cuidado possível, uma vez que estava se criando técnica processual nova que prevê uma aplicação vinculativa e absoluta de uma tese jurídica, a afetar diversas mandas em tramitação. Tal, todavia, não foi o ocorrido. A redação atual acerca da normatização do IRDR deve sofrer alterações, sob pena de manutenção de violação grave ao princípio do acesso à justiça.

<sup>10</sup> ABOUD, Georges e CAVALCANTI, Marcos de Araújo., Inconstitucionalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e os riscos ao sistema decisório. Revista de

Isso porque a uma o artigo 980 do CPC permite uma prorrogação da suspensão das demandas repetitivas completamente arbitrária e, possivelmente, até mesmo *ad eternum*, já que inexistente a previsão de qualquer limitação à mesma.

E a duas, porque o artigo 985 prevê uma eficácia vinculativa absoluta da tese jurídica criada pelo IRDR a demandas sequer existentes ainda e sem possibilitar ao jurisdicionado a sua exclusão do julgamento coletivo.

Como extraordinariamente já expuseram os autores Abboud e Cavalcanti<sup>10</sup>

Importante registrar que não ignoramos a sobrecarga vivenciada pelo Judiciário e o grande número de ações ajuizadas no Brasil. Todavia, esse problema estrutural que acompanha desde sempre o Judiciário brasileiro não pode ser solucionado às custas do texto constitucional, mais precisamente sobre o direito de ação do cidadão. Em uma democracia, a Constituição obrigatoriamente deve valer, ou seja, ter força normativa. Essa normatividade não pode ser afastada por razões pragmáticas por mais graves que elas sejam.

Não é possível, portanto, que as buscas da efetivação de dois princípios (segurança jurídica e isonomia) o próprio legislador venha a instituir normas processuais que ferem um terceiro princípio (acesso à justiça).

O princípio ora violado trata-se de garantia basilar do nosso direito processual civil, existindo este não somente no começo da relação do indivíduo com o Estado mas também durante a busca da tutela e ao final, uma vez que permite o acesso literal do cidadão ao judiciário, o desenrolar equilibrado do processo (com obediência a todos os princípios) e a ideia de aplicação de uma tutela justa, tempestiva e adequada ao que foi pleiteado.

Processo, REPRO, Ano 40, nº 240. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2015. p. 230



Trata-se, portanto, de princípio que jamais poderia ser violado como vem ocorrendo, sendo necessárias alterações na redação dos dispositivos 980 e 985 do CPC, modificações estas que deverão ser feitas de forma urgente, já que o CPC fora recentemente editado e não houve, ainda, a aplicação de tais dispositivos e, conseqüentemente, o legislador poderá afastar as violações antes mesmo de ocorrerem.

## REFERÊNCIAS

- ABBOUD, Georges e CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **Inconstitucionalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e os riscos ao sistema decisório**. Revista de Processo, REPRO, Ano 40, nº 240. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2015.
- CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Anotações sobre o Incidente de Resoluções de demandas repetitivas previsto no Projeto do Novo CPC**. In O Projeto do Novo Código de Processo Civil. Org. Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta e Rodrigo Klippel. Jus Podivm, 2011.
- DELGADO, José Augusto. **O princípio da segurança jurídica: supremacia constitucional**. Palestra proferida no XXI Congresso Brasileiro de Direito Constitucional – “O Direito Constitucional do Século XXI”, em 21 de maio de 2005.
- FILHO, Willis Santiago Guerra. **Sobre Princípios Constitucionais Gerais : Isonomia e Proporcionalidade**. in RT nº.719:58/59.
- GROSSI, Paolo. **Primeira Lição Sobre Direito**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.
- LIMA, Tallita Cunha de. **A Imprevisibilidade Das Decisões Judiciais: Violação Aos Princípios Da Segurança Jurídica, Da Igualdade E Da Liberdade**. In FACIPLAC JURÍDICA - Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central. Ano nº 5, Nov. 2011.
- MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro e RODRIGUES, Roberto Aragão Ribeiro, In **“Reflexões sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas previsto no Projeto de Novo Código de Processo Civil**. Revista de Processo 2012, REPRO 211.
- LIMA FILHO, Francisco das Chagas. **Acesso à justiça e os mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos**. Porto Alegre: Ed. Sérgio Antonio Fabris, 2003.
- OLIVEIRA, Marcelo Henrique Matos. **Considerações sobre os direitos transindividuais**. *Cognitio Juris*, João Pessoa, Ano I, Número 2, agosto 2011. Disponível em . Acesso em: 22 de Abril de 2013.
- PORTO, Italo da Justa, et al. **O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo CPC: o common law no direito processual brasileiro**. Disponível em: <http://www.revistadireito.ufc.br/index.php/revdir/artic/e/view/91/239>. Acesso em 03.11.2016.
- ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **Constituição e segurança jurídica: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Estudos em homenagem a José Paulo Sepúlveda Pertence**. 2 ed., Belo Horizonte: Fórum, 2005,
- SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. **Segurança jurídica e jurisprudência**. São Paulo: LTR, 1996,
- VANOSSI, Jorge Reinaldo apud SILVA, José Afonso da. **Reforma constitucional e direito adquirido**. Revista Interesse Público. Ano 2, nº 6. São Paulo: Notadez, 2000.
- VIAFORE, Daniele **As ações repetitivas no direito brasileiro e a proposta de um “incidente de resolução de demandas repetitivas” no Projeto de Lei nº 8.046/2010**. Revista de Processo. Ano 38 nº217. Revista dos Tribunais, São Paulo: 2013.

## É DEVIDO ISS SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA?

### IS ISS DUE ON ATTORNEY'S FEES?

Felipe Sardenberg Machado<sup>1</sup>  
 Luciano Costa Felix<sup>2</sup>  
 Paulo Moisés Gagno<sup>3</sup>  
 Wemerson Carvalho dos Santos<sup>4</sup>  
 Laura Pimenta Krause<sup>5</sup>  
 Fabiane Aride Cunha<sup>6</sup>  
 Vítor Eduardo Goese<sup>7</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho pretende demonstrar que o fisco municipal de São Paulo/SP se encontra equivocado no que tange a orientação de que deve incidir Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) na verba honorária advocatícia de sucumbência. Até porque a orientação da fazenda municipal é de que o advogado que receber honorários sucumbenciais, mesmo que o contratante dos serviços não seja o responsável pelo pagamento de tais honorários, a nota fiscal deverá ser emitida no nome do cliente. Para tanto iremos discorrer acerca dos honorários advocatícios, do tributo de competência municipal (ISS), assim como analisar a solução dada pelo município ao responder à Consulta SF/DEJUG nº. 23, de 21 de setembro de 2017.

**PALAVRAS CHAVES:** Imposto sobre serviços de qualquer natureza; Honorários Advocatícios Sucumbenciais; Princípio da causalidade.

#### ABSTRACT

The present work intends to demonstrate that the municipal tax authorities of São Paulo/SP are mistaken with regard to the orientation that Tax on Service of Any Nature (ISS) should be levied on the attorney's fee of succumbence. Especially because the guidance of the municipal treasury is that the lawyer who receives succumbence fees, even if the contractor of the services is not responsible for the payment of such fees, the invoice must be issued in the name of the client. To this end, we will discuss attorney's fees, the municipal tax (ISS), as well as analyze the solution given by the municipality when responding to Consultation SF / DEJUG no. 23, of September 21, 2017.

**KEYWORDS:** Tax on Services of Any Nature; succumbent attorney's fees; principle of causality.

<sup>1</sup> Especialização em Especialização em Direito Tributário PELO IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Graduação em Direito PELA Faculdades Integradas de Vitória, FDV. **E-MAIL:** felipe@fsm.adv.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9671402196131516

<sup>2</sup> Mestrado em Segurança Pública - Universidade Vila Velha, UVV. Graduação em Direito - Faculdade Batista de Vitória, FABAVI. **E-MAIL:** lucfelix5@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5342341113815968

<sup>3</sup> Mestrado em Administração pela Florida University. Especialista em Redes de Computadores pela Centro Universitário do Espírito Santo, UNESC. Graduação em Redes de Computadores pela Instituto Capixaba de Educação e Tecnologia, ICET. **E-MAIL:** Vixwemerson@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1249612537067308

<sup>4</sup> Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdade de Direito de Vitória, FDV. Graduação em Direito - Faculdade Brasileira UNIVIX. **E-MAIL:** laura.krause.adv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3653270308360251

<sup>5</sup> Especialização em Direito pela Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA. Graduação em Direito - Universidade Vila Velha, UVV. **E-MAIL:** cunhaaride@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5438885251121292

<sup>6</sup> Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Serra Geral. Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira MULTIVIX – **E-MAIL:** vitorgoeseadv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4644085991098393

## INTRODUÇÃO

O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) é um tributo de competência dos municípios (artigo 156, inciso III<sup>1</sup>, da CF/88), disciplinado pela Lei Complementar nº. 116<sup>2</sup>, de 31 de Julho de 2003, sendo que na lista anexa a referida norma, no item nº. 17.14, consta expressamente que a “Advocacia” corresponde a uma prestação defazer que é objeto de tributação pelo imposto sobre serviços.

Acontece que pela legislação do ISS, o tributo incidiria sobre os honorários advocatícios objeto de contratação direta entre o cliente e o advogado, tendo em vista a natureza bilateral da prestação dos serviços objeto de acerto entre os contratantes.

Portanto, os honorários advocatícios de sucumbência, provenientes de condenação judicial transitada em julgado, por não estarem discriminados na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº. 116, não sendo objeto de convenção no instrumento particular de prestação de serviços celebrado entre o profissional da advocacia e o cliente, não poderiam constituir como fato gerador do ISS, visto que tais honorários não correspondem ao esforço humano objeto de contratação entre as partes.

Referida questão ao ser abordada no respectivo artigo acadêmico adquire relevância em função da recente Consulta SF/DEJUG de nº. 23, de 21 de setembro de 2017, dirigida ao Município de São Paulo/SP, eis que no entendimento do fisco daquela municipalidade: “embora os honorários de sucumbência não sejam em decorrência direta da relação contratual entre advogado e seus clientes, certamente o advogado não teria direito ao recebimento desses caso não houvesse sido a referida

relação contratual estabelecida”<sup>3</sup>, razão pela qual possuem relação direta com o contrato de prestação de serviços pelo qual o profissional foi contratado.

Sob a ótica adotada pelo município de São Paulo/SP, a verba honorária de sucumbência, fixada em decisão judicial, deve ser tributada pelo ISS, devendo ser emitida Nota Fiscal para recolhimento do tributo quando do trânsito em julgado da decisão judicial, a partir do momento em que houver o recebimento de tais valores adimplidos pela parte sucumbente da ação judicial. Ademais, a nota seria emitida em favor do cliente pelo qual o advogado foi contratado, mesmo que este não seja o responsável legal pelo pagamento dos honorários sucumbenciais.

Pelo simples fato da verba honorária de sucumbência encontrar previsão no artigo 22<sup>4</sup> do Estatuto da Advocacia (Lei nº. 8.906/1964), bem como na regra inserta ao artigo 85<sup>5</sup>, do CPC/15, não constituindo objeto de contrato de prestação de serviços advocatícios, infere-se que referida verba não deveria ser tributada pelo ISS, até porque quem paga os honorários sucumbenciais é a parte vencida no processo judicial.

Desta feita, muito embora a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ainda não tenha definido referida temática, o presente estudo visa demonstrar que a orientação do município de São Paulo/SP para os advogados contribuintes se encontra equivocada quando analisada a legislação pertinente sobre o assunto.

Sendo assim, indaga-se: é devido ISS sobre os honorários advocatícios de sucumbência?

## O QUE É IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA?

<sup>1</sup> Artigo 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: (...). III. Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

<sup>2</sup> Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de Competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

<sup>3</sup> > [https://www.normasbrasil.com.br/norma/solucao-de-](https://www.normasbrasil.com.br/norma/solucao-de-consulta-23-2017-sao-paulo_356872.html)

[consulta-23-2017-sao-paulo\\_356872.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/solucao-de-consulta-23-2017-sao-paulo_356872.html) < Acesso em 01/09/2022

<sup>4</sup> Artigo 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

<sup>5</sup> Artigo 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

Conforme mencionado no tópico anterior, o ISS é um tributo de competência municipal, o qual visa tributar a prestação de serviços correspondente ao esforço humano exercido em favor do cliente, como exemplo: o conserto do carro, datelevisão, da geladeira, o serviço de contabilidade, até mesmo o serviço de advocacia, o qual encontra previsão expressa na lista anexa à Lei Complementar nº. 116/2003, no item 17.14. E o artigo 1º, da LC nº. 116/03, define referido encargo tributário da seguinte forma:

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

Nos termos do dispositivo legal acima, referido tributo possui como fato gerador a prestação de serviços constante da lista anexa à LC nº. 116/2003, cujo rol é taxativo, ou seja, apenas pode ser objeto de tributação o serviço que expressamente conste na referida lista.

Quanto a taxatividade da referida lista, cumpre salientar que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao enfrentar o tema nº. 296, definiu que tal lista embora seja taxativa admite, dentro da razoabilidade e proporcionalidade, a interpretação extensiva, sendo que eventuais excessos de interpretação poderão ser solucionados pelo Poder Judiciário (tema 296 do STF):

"É taxativa a lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal, admitindo-se, contudo, a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados em lei em razão da interpretação extensiva", vencidos os Ministros Gilmar Mendes, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, que acompanhavam a Relatora, mas divergiam quanto à fixação da tese, e o Ministro

Marco Aurélio, que dava provimento ao recurso.

Nesse passo, em virtude do caráter taxativo da lista, compreende-se que o item 17.14 especifica os serviços de advocacia persistentes entre a relação contratual do cliente (tomador dos serviços) com o advogado, não contemplando eventual verba honorária de sucumbência, a qual não é objeto do contrato de prestação de serviços eventualmente firmado pelas partes, pelo contrário, a sucumbência é sempre fruto de uma decisão judicial e decorre da causalidade.

E acerca da ausência de natureza contratual da verba sucumbencial, Cláudio Lamachia<sup>6</sup> (2018, p. 19) adverte:

"Tal como o art. 20 do CPC/73, o art. 85, *caput*, do CPC adota, como espécie de fato gerador dos honorários advocatícios, os princípios da causalidade e da sucumbência. Em respeito ao princípio da sucumbência, o dever de pagar é sempre de quem ficou vencido na causa. O vencido pagará ao vencedor as despesas, que foram antecipadas no curso do processo (v.g., perícia, custas, preparo etc.) e também os honorários dos advogados. Como bem diz Cândido Dinamarco, a condenação honorária é uma inerência da condição do vencido no processo, sendo essa, portanto, a regra". "Somando-se a isso, o princípio da causalidade, que ganhou maior cuidado na redação do CPC/15, em complemento ao princípio da sucumbência, contempla o cabimento de honorários advocatícios por aquele que der causa ao ajuizamento da demanda, independentemente da existência de um vencedor e da natureza da decisão".

Em função da sucumbência não se caracterizar por uma prestação de fazer objeto de contratação, o recebimento da referida verba não se traduz como fato gerador do ISS.

Conselho Federal, 2018.

<sup>6</sup> Honorários Advocatícios no CPC – Lei 13.105/2015. Cláudio Lamachia, Estefânia Viveiros. Brasília: OAB,

## QUAL A NATUREZA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA?

Como visto, os honorários advocatícios sucumbenciais não decorrem da relação de prestação de serviços existente entre advogados e clientes, pelo contrário, taishonorários estão previstos na lei (art. 85, *caput*, do CPC) e são devidos por força dos princípios da sucumbência e da causalidade, ou seja, o processo não pode gerar ônus para parte vencedora, impondo ao vencido o dever de pagar os honorários sucumbenciais. Já pela ótica da causalidade, àquele que deu causa ao ajuizamento da demanda deve ser responsável pelo pagamento da sucumbência.

Neste sentido, sobre os Princípios da Causalidade e da Sucumbência, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou através do tema 872:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. DESCONSTITUIÇÃO DE PENHORA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. DISTRIBUIÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC/1973.

"É admissível a oposição de Embargos de Terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóveis, ainda que desprovido do registro" (Súmula 84/STJ).

A sucumbência, para fins de arbitramento dos honoráriosadvocatícios, tem por norte a aplicação do princípio da causalidade. Nesse sentido, a Súmula 303/STJ dispôs especificamente: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios".

O adquirente do imóvel, ao não providenciar a transcrição do título na repartição competente, expõe o bem à indevida constrição judicial em demandas ajuizadas contra o antigo proprietário. As diligências realizadas pelo oficial de Justiça ou pela parte credora, destinadas à localização de bens, no caso específico daqueles sujeitos a registro (imóveis,

veículos), são feitas mediante consulta aos Cartórios de Imóveis (Detran, no caso de veículos), razão pela qual a desatualização dos dados cadastrais fatalmente acarretará a efetivação da indevida penhora sobre o bem.

Nessas condições, não é lícito que a omissão no cumprimento de um dever legal implique, em favor da parte negligente, que esta deve ser considerada vencedora na demanda, para efeito de atribuição dos encargos de sucumbência.

Conforme expressamente concluiu a Corte Especial do STJ, por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência no REsp 490.605/SC: "Não pode ser responsabilizado pelos honorários advocatícios o credor que indica à penhora imóvel transferido a terceiro mediante compromisso de compra e venda não registrado no Cartório de Imóveis. Com a inércia do comprador em proceder ao registro não havia como o exequente tomar conhecimento de uma possível transmissão de domínio".

Para os fins do art. 1040 do CPC/2015 (antigo art. 543-C, § 7º, do CPC/1973), consolida-se a seguinte tese: "Nos Embargos de Terceiro cujo pedido foi acolhido para desconstituir a constrição judicial, os honorários advocatícios serão arbitrados com base no princípio da causalidade, responsabilizando-se o atual proprietário (embargante), se este não atualizou os dados cadastrais. Os encargos de sucumbência serão suportados pela parte embargada, porém, nahipótese em que esta, depois de tomar ciência da transmissão do bem, apresentar ou insistir na impugnação ou recurso para manter a penhora sobre o bem cujo domínio foi transferido para terceiro".

Precedentes: AgRg no REsp 1.282.370/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 06/03/2012; EDcl nos EDcl no REsp 375.026/PR, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal convocado do TRF 1ª Regidão), Segunda Turma, DJe 15/04/2008; REsp 724.341/MG, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 12/11/2007, p. 158; AgRg no REsp 462.647/SC, Rel. Ministro Castro Meira, SEGUNDA TURMA, DJ 30/08/2004, p. 244.

Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem concluiu que "a Fazenda Nacional, ao se opor à pretensão do terceiro embargante, mesmo quando cristalinas as provas de sua posse sobre o imóvel constrito, atraiu para si a aplicação do princípio da



sucumbência".

Recurso Especial desprovido. Acórdão submetido ao julgamento no rito do art. 1036 do CPC/2015 (antigo art. 543-C do CPC/1973). (REspn. 1.452.840/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 14/9/2016, DJe de 5/10/2016.)

E justamente em razão disso, é que defendemos que a verba sucumbencial não é fatogerador do Imposto Sobre Serviços, uma vez que não foi objeto da relação contratual firmada com o cliente, não tendo sentido emitir uma nota fiscal em nome do cliente, até mesmo porque não é o contratante dos serviços quem efetiva o pagamento da sucumbência e, por outro lado, a lista anexa à Lei Complementar nº. 116/2003 não faz menção a verba sucumbencial, devendo ser interpretada em sua literalidade.

Portanto, clarividente é que os honorários advocatícios sucumbências não possuem natureza contratual e, se não constituem uma obrigação de fazer não poderá ser objeto de tributação pelo imposto sobre serviços.

#### **DA SOLUÇÃO ADOTADA PELA CONSULTA SF/DEJUG Nº. 23 DE 21/09/2017 DIRIGIDA AO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO:**

Em que pese as considerações acima, um contribuinte formulou uma consulta ao fisco municipal de São Paulo/SP acerca da incidência de ISS sobre a verba honorária sucumbencial, sobrevivendo a seguinte orientação:

"8. Apesar de a consulente argumentar que os honorários de sucumbência não seriam decorrência direta da relação contratual entre ela e seus clientes, certamente a consulente não teria direito ao recebimento desses honorários caso não houvesse sido a referida relação contratual estabelecida. Em outras

palavras, os honorários de sucumbência são decorrentes da prestação do serviço para o qual a consulente foi contratada".

"9. Dispõe o artigo 1º da Lei nº 14.097, de 8 de dezembro de 2005, que a NFS - e deverá ser emitida por ocasião da prestação do serviço. No entanto, considerando que o valor dos honorários de sucumbência é determinado posteriormente ao momento da prestação do serviço, há uma impossibilidade técnica de, no momento da prestação do serviço, o valor relativo aos honorários de sucumbência ser discriminado na NFS - e".

"10 . Assim, a consulente deverá emitir a NFS - e, de acordo com as disposições do Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012, tão logo o valor dos honorários de sucumbência seja definido, ou seja, quando do trânsito em julgado da ação, e a decisão tornar líquido o valor a ser recebido".

"11 . Ademais, em decorrência do item 8 desta Solução de Consulta, a NFS - e deverá ser emitida em favor do cliente com a qual a consulente tem relação contratual, ainda que dele não tenha recebido o valor referente aos honorários de sucumbência".

Desse modo, acreditamos que o fisco municipal esteja adotando postura equivocada no que tange a tributação do ISS, até porque tais honorários não possuem natureza contratual, como também emitir nota fiscal em favor do cliente com o qual o advogado possui relação contratual se revela indevido, eis que o responsável pelo pagamento de tais honorários, via de regra, é a parte perdedora da demanda judicial.

Corroborando assertiva, em artigo científico publicado no *migalhas*, o advogado Fabio Artigas Grillo<sup>7</sup> aduz:

O item "Advocacia" da Lista Anexa à Lei Complementar 11/03 serve para especificar ou delimitar a extensão do significado da locução "serviços de qualquer natureza", ou seja, serviços de natureza advocatícia e que, portanto, decorrem estritamente da relação contratual, bilateral, existente entre o advogado e seu cliente.

<sup>7</sup> Extraído do site <https://www.migalhas.com.br/depeso/312769/não-incide-iss->

sobre-sucumbencia > acesso em: 02/09/2022.

Em última análise, a verba sucumbencial não está inserida nesse contexto, pois não equivale a serviço, e, tampouco, está indicada de modo expresso na Lista Anexa da referida Lei Complementar. Até porque, se assim fosse, a previsão da Lista deveria ser “Advocacia e verba sucumbencial dela decorrente”, o que não tem, frente ao aspectomaterial e à base de cálculo do ISS qualquer sentido diante das considerações acima consignadas.

Logo, em tais hipóteses, vislumbra-se ser necessário a propositura de ação de consignação em pagamento, como também referida questão necessita de ser levada ao Poder Judiciário ante a manifesta violação da LC nº. 116/2003, eis que a verba sucumbencial não se revela como fato gerador do referido encargo tributário, por não se caracterizar como prestação de serviços.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da diferença entre os honorários contratuais e os de sucumbência, verifica-se que a verba sucumbencial não é fato gerador do imposto sobre serviços, visto que incide ISS apenas sobre o trabalho advocatício objeto de contratação, o que destoa totalmente da natureza atribuída a verba sucumbencial.

E ao discorrer sobre o fato gerador do ISS, Sacha Calmon Navarro Coêlho<sup>8</sup> (2014, p.529) leciona:

“O imposto incide, sobre *prestação de serviços de qualquer natureza* realizada em favor de terceiros por profissionais autônomos ou empresas, o que exclui de saída:

- os serviços prestados em regime celetista (relação de emprego);
- os serviços prestados em regime estatutário (serviços públicos prestados pelos órgãos da Administração Pública);
- os autosserviços.

A escorar as prestações de serviços tributáveis, subjazem contratos escritos ou verbais (negócios jurídicos)”.

Pelo simples fato da verba sucumbencial não estar escorada em uma relação contratual entre advogado e cliente, conclui-se que não é fato gerador do ISS.

### REFERÊNCIAS

Honorários Advocatícios no CPC – **Lei 13.105/2015**. Cláudio Lamachia, Estefânia Viveiros. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2018.

Coêlho, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 13ª ed. Ver., atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

[https://www.normasbrasil.com.br/norma/solucao-de-consulta-23-2017-sao-paulo\\_356872.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/solucao-de-consulta-23-2017-sao-paulo_356872.html) < Acesso em 01/09/2022.

<sup>8</sup> Coêlho, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Sacha Calmon Navarro Coêlho. 13ª ed. Ver., atual e

ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

## INCONSTITUCIONALIDADE DO §1º DO ART. 204 DO CÓDIGO CIVIL, A LUZ DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

### UNCONSTITUTIONALITY OF §1 OF ART. 204 OF THE CIVIL CODE, I N LIGHT OF THE PRINCIPLE OF LEGAL CERTAINTY

Felipe Sardenberg Machado<sup>1</sup>

Luciano Costa Felix<sup>2</sup>

Wemerson Carvalho dos Santos<sup>3</sup>

Laura Pimenta Krause<sup>4</sup>

Fabiane Aride Cunha<sup>5</sup>

Vitor Eduardo Goese<sup>6</sup>

#### RESUMO

A proposta encetada neste trabalho visa analisar, sob a ótica da Segurança Jurídica, princípio corolário da Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil, a aplicabilidade da norma prevista no §1º do artigo 204 do código Civil Brasileiro, às relações jurídicas entre credor e devedores solidários, na medida em que, a possibilidade de aproveitamento, em favor dos demais devedores, da interrupção da prescrição para outro solidário, pode eternizar a exigibilidade de determinado título de crédito. Salvo raras exceções, o ordenamento jurídico brasileiro, veda a eternização das relações jurídicas, não havendo razão lógica e ou normativa que permita a perseguição de bens de determinado devedor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inconstitucionalidade. Prescrição. Credor. Devedor. Segurança.

#### ABSTRACT

The proposal initiated in this work aims to analyze, from the perspective of Legal Security, a corollary principle of the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil, the applicability of the rule provided for in §1 of article 204 of the Brazilian Civil Code, to the legal relations between creditor and joint debtors, to the extent that the possibility of taking advantage, in favor of the other debtors, of the interruption of the prescription for another joint debtor, can eternalize the enforceability of a given credit title. With rare exceptions, the Brazilian legal system prohibits the eternalization of legal relations, and there is no logical or normative reason that allows the pursuit of assets of a particular debtor.

**KEYWORD:** unconstitutionality, prescription, creditor, debtor, security.

<sup>1</sup> Especialização em Especialização em Direito Tributário PELO IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Graduação em Direito PELA Faculdades Integradas de Vitória, FDV. **E-MAIL:** felipe@fsm.adv.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9671402196131516

<sup>2</sup> Mestrado em Segurança Pública - Universidade Vila Velha, UVV. Graduação em Direito - Faculdade Batista de Vitória, FABAVI. **E-MAIL:** lucfelix5@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5342341113815968

<sup>3</sup> Mestrado em Administração pela Florida University. Especialista em Redes de Computadores pela Centro Universitário do Espírito Santo, UNESC. Graduação em Redes de Computadores pela Instituto Capixaba de Educação e Tecnologia, ICET. **E-MAIL:** Vixwemerson@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1249612537067308

<sup>4</sup> Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdade de Direito de Vitória, FDV. Graduação em Direito - Faculdade Brasileira UNIVIX. **E-MAIL:** laura.krause.adv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3653270308360251

<sup>5</sup> Especialização em Direito pela Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA. Graduação em Direito - Universidade Vila Velha, UVV. **E-MAIL:** cunhaaride@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5438885251121292

<sup>6</sup> Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Serra Geral. Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira MULTIVIX – **E-MAIL:** vitorgoeseadv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4644085991098393

## INTRODUÇÃO

A reflexão proposta neste trabalho parte de um cenário jurídico processual, onde determinado credor ajuíza ação de execução de título extrajudicial em desfavor de um só devedor, quando tal relação jurídica é extensiva a outros solidários a este último. Tal cenário deve prever ainda a existência de dificuldades para a realização da citação do executado, fato este que acarreta o transcurso de prazo superior ao prescricional para que se realize a triangularização da relação jurídica processual, excepcionada a incidência de artigos art. 202, inc. I do Código Civil.

A situação prevista acima, tal como proposta, permitirá a extensão da cobrança aos demais devedores não executados, que poderão ser incluídos no pólo passivo da ação inicialmente proposta, mesmo que, nenhum ato de cobrança tenha-lhes sido dirigido desde a data do vencimento do título. Isso porque, segundo o teor do §1º do art. 204 do Código Civil Brasileiro, a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais, neste caso, a citação regular do 1º devedor interromperá a fluência do prazo em desfavor dos demais, permitindo o seu ingresso no feito.

Contextualizadas as circunstâncias, volvemos a atenção às normas que influenciam nas conclusões que almejamos alcançar. Tem-se no inc. VIII, §3º do art. 206 do Código Civil Brasileiro, as normas primárias referentes ao marco inicial para início do transcurso da contagem prescricional da pretensão para haver o pagamento de título de crédito, bem como, o próprio prazo trienal.

Esclarecendo melhor, propõe o §1º do art. 204 do Código Civil Brasileiro, a possibilidade de interrupção da fluência do prazo prescricional, nos seguintes termos e condições:

Art. 204. A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.

§1º A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.

A aplicação da regra prevista no §1º do art. 204 do CCB, permite o redirecionamento da execução aos Credores Solidários a qualquer tempo, mostra-se inconstitucional, pois fere um dos princípios corolários da Carta Magna, qual seja, o da Segurança Jurídica.

## DESENVOLVIMENTO - SEGURANÇA JURÍDICA X ETERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE DÉBITO.

Conquanto ao tema: Segurança, esta deve ser reconhecida como um elemento amplo e geral, a ser garantida indiscriminadamente. E, passa a ser uma condição a ser respeitada nas ações do Estado. Além da segurança física, para que possa garantir a proteção esperada, o ente estatal precisa garantir uma segurança no que se refere às relações jurídicas.

E a essa espécie de segurança se dá o nome de “Segurança Jurídica”. Ela funciona como uma regra informacional de proteção sistêmica que, nas palavras de Couto e Silva, possui sentido duplicado, em função das suas duas naturezas. Nesse sentido, trata-se de: “(...) *um conceito ou um princípio jurídico que se ramifica em duas partes, uma de natureza objetiva e outra de natureza subjetiva. A primeira, de natureza objetiva, é aquela que envolve a questão dos limites à retroatividade dos atos do Estado até mesmo quando estes se qualifiquem como atos legislativos.*”<sup>1</sup> E, compulsando as regras vigentes, pode-se perceber que esse princípio se encontra

<sup>1</sup> COUTO E SILVA, Almiro. O Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança) no Direito Público Brasileiro e o direito da Administração Pública de anular seus próprios Atos Administrativos: o Prazo Decadencial do art. 54 da Lei do

Processo Administrativo da União (Lei 9.784/99). Revista Eletrônica de Direito do Estado, n. 2, v. 1, abr.-jun. 2005, p. 27-28.

consignado teoricamente às previsões constantes no inciso XXXVI do art. 5º da CF/88. Nos termos deste, “(...) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada,”<sup>2</sup>. Além disso, há uma natureza subjetiva, relativa àquilo que “(...) concerne à proteção à confiança das pessoas no pertinente aos atos, procedimento e condutas do Estado, nos mais diferentes aspectos de sua atuação”<sup>3</sup>.

Conforme a percepção ora propugnada, a Segurança Jurídica se origina de uma confiança mútua entre o Estado e o cidadão, que devem conjuntamente atuar, buscando uma estabilidade associada a certo *status quo*, cuja função precípua é o estabelecimento da reciprocidade essencial à efetivação de certos direitos. Quanto mais robusta for esta, maior a confiança no Estado, bem como, em todo o sistema de normas que este provê. Assim sendo, ela se expressa enquanto uma garantia da efetivação do Contrato Social existente, que coloca lado a lado Estado e Sociedade Civil.

Resta claro, que, respeitadas essas condicionantes, a segurança se apresenta como uma evidenciação da necessidade de ordem social, que é suportada, em última instância, pela atuação do Estado. E, nesse sentido, a proteção individual e coletiva é estabelecida em conformidade com a necessidade de oferecer sustentação à Ordem consubstanciada, especialmente no que se refere à não-interferência.

Preocupação similar é expressa por Couto e Silva, para o qual a Segurança Jurídica delimita um *status quo* que visa à correção da viabilidade das relações interindividuais e dos indivíduos para com o Estado. Essa arquitetura de ações visa evitar “surpresas” em relação àqueles direitos individuais consignados na lei:

“Nessa moldura, não será necessário sublinhar que os princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança são

elementos conservadores inseridos na ordem jurídica, destinado à manutenção do *status quo* e a evitar que as pessoas sejam surpreendidas por modificações do direito positivo ou na conduta do Estado, mesmo quando manifestadas em atos ilegais, que possa ferir os interesses dos administrados ou frustrar-lhes as expectativas.”<sup>4</sup>

Relevando-se o teor do excerto citado, deve restar claro que, mesmo havendo alguma margem de discricionariedade, associada às ações do ente estatal, há determinadas prerrogativas que se impõe, quando se trata do desenvolvimento da sociedade. Há certas barreiras de atuação, que se constituem em liberdades as quais o Estado não pode alterar, inerentes aos direitos de todos os cidadãos, que são questões “(...) tidas como tão essenciais que toda a autoridade política (e todo o poder em geral) teria a obrigação de garantir o seu respeito.”<sup>5</sup>

Nesta senda, é mister ter por referência que a Segurança Jurídica, enquanto princípio, “(...) se encontra intimamente relacionado ao Estado Democrático de Direito, podendo ser considerado inerente e essencial ao mesmo, sendo um de seus princípios basilares que lhe dão sustentação.”<sup>6</sup> Considerando-se essa perspectiva, há limites tidos como integrantes dos Direitos Humanos ou mesmo da categoria dos Direitos Fundamentais, que o Estado não pode ferir, para que possa ser reconhecido como efetivamente democrático.

Considerando-se toda situação, a Segurança Jurídica, continua a funcionar como um complemento às disposições legais, que foram incorporadas à legislação. Nesse sentido, “(...) se a lei é garantia de estabilidade das relações jurídicas, a segurança se destina a estas e às pessoas em relação; é um conceito objetivo, a priori,

<sup>2</sup> BRASIL, Op. cit., p. 09.

<sup>3</sup> COUTO E SILVA, Op. cit., p. 28.

<sup>4</sup> COUTO E SILVA, Op. cit., p. 28.

<sup>5</sup> HAARSCHER, Guy. A filosofia dos direitos do homem. Coleção Direito e Direitos Humanos. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, p. 13.

<sup>6</sup> CHACON, Paulo Eduardo de Figueiredo. O princípio da segurança jurídica. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 118, 30 out. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=43>>. Acesso em: 19 jan. 2012.



*conceito finalístico da lei.*<sup>7</sup> Em vista de tal situação, a lei serve como uma garantia de Segurança Jurídica, sendo tratada como elemento diferenciador, no direcionamento à possibilidade de efetivação da Justiça, inclusa em um *corpus* protetivo de direitos, que mantém as relações em ordem, dentro do Estado.

Dessa forma, deve-se reconhecer à Segurança Jurídica uma condição que deve ser interpretada enquanto um comando que resulta em uma leitura “equalizadora” das leis, que garante a coesão necessária ao Ordenamento Jurídico. E isso auxilia a contemplar a própria proposta que se associa ao Estado Democrático, uma vez que este “(...) necessita de um direito cujo funcionamento seja previsível de forma semelhante ao de uma máquina”<sup>8</sup>. No entanto, o Direito, enquanto uma operação humana, não deve deixar de contabilizar o fato de que se trata de um mecanismo que atua entre seres humanos e que, por conta disso, não deve dar curso à sua própria e eventual desumanização.

Discutida a questão da Segurança Jurídica, relevando-se o modo como está deve funcionar, resta claro que ela exsurge enquanto uma espécie de “regra de coesão”. Ela representa a evidenciação de algumas Garantias que são necessárias ao funcionamento do Ordenamento Jurídico Brasileiro. Nesse sentido, ela se revela enquanto questão que transcende a esfera processual e que traz estabilidade às relações sociais. Ela assegura respeito ao *status quo*, tornando possível o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Dentro do tópico ora proposto, há de se fazer uma reflexão acerca do papel do tempo nas relações jurídicas. E isso é feito de forma a verificar a importância daquele no Ordenamento Jurídico.

Ao se referir acerca do papel do tempo, especialmente no âmbito jurídico, destaca Sílvio de Salvo Venosa, que “(...) o exercício de um direito não pode ficar

*pendente indefinidamente. Deve ser exercido pelo titular dentro de determinado prazo. Não ocorrendo isso, perde o titular a prerrogativa de fazer valer seu direito*”.<sup>9</sup> E isso já demonstra o seu papel na construção e manutenção da estrutura dos direitos.

Dessa forma, entendem os juristas que o decurso do tempo é uma ocorrência natural para todos os seres vivos. E, nesse sentido, Orlando Gomes, afirma que “(...) dentre os acontecimentos naturais ordinários, o decurso do tempo é dos que maior influência exerce nas relações jurídicas. A lei atribui-lhe efeitos, seja isoladamente, seja em concurso com outros fatores”<sup>10</sup>. E isso já demonstra a necessidade do reconhecimento de sua influência na vida e nas relações jurídicas dos indivíduos.

Marcelo Rodrigues Prata, manifestando-se acerca dessa questão, resumindo as posições de diversos autores, exprime que:

“A esse respeito, professa Caio Mário que: “O tempo domina o homem, na vida biológica, na vida privada, na vida social e nas relações civis. Atua nos seus direitos”. Além disso, o mesmo autor diz que o tempo “...conduz à extinção da pretensão jurídica, que não se exercita por certo período, em razão da inércia do titular...”. Por seu turno, Clóvis Beviláqua, citando Kohler, diz que “o tempo é o meio onde se realizam os acontecimentos humanos; e uma atividade continuada em certa direção ou desviando-se de certa outra, não pode ser indiferente ao direito; a regulamentação das relações opera-se de acordo com as circunstâncias e os acontecimentos de um determinado tempo, vive neles e com eles se tece. Uma separação subitânea do direito ambiente, uma ‘fragmentação da esfera jurídica, não é coisa necessária ao progresso; daí o princípio: o que manteve durante certo tempo pode tornar-se um direito’”. Por seu turno, escreve Sílvio Rodrigues que “...existe um interesse da sociedade em

<sup>7</sup> SOUZA, Op. cit., p. 128.

<sup>8</sup> WEBER *apud* KÜHNEL, Reinhard. O modelo liberal de exercício do poder. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. (Orgs.) Política & sociedade. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 242.

<sup>9</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: parte geral. v. 1. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2005, p. 611.

<sup>10</sup> GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 507.

atribuir judiciedade àquelas situações que se prolongaram no tempo. De fato, dentro do instituto da prescrição, o personagem principal é o tempo".<sup>11</sup>

Porém, essa não é a única demonstração do papel jurídico do tempo. Ele também é responsável pela ascensão e extinção de um Direito. Observando essa situação, William Coelho Costa reflete sobre a importância do tempo, afirmando que: "(...) o direito é um instrumento de pacificação social, assegura ao titular de certo direito o seu pleno exercício em certo lapso temporal, sob pena de ser constante a instabilidade social em face da possibilidade do titular do direito violado ou ameaçado vier a exercitá-lo quando bem entender".<sup>12</sup>

Visando impedir eventual arbitrariedade ou abuso de direito, o Estado fixa a Prescrição como uma regra acerca do exercício jurídico. Ela busca garantir a continuidade da Ordem, assegurando correção às Relações Interindividuais. Venosa expõe que, a decorrência de um dado lapso temporal objetiva "(...) colocar uma pedra sobre a relação jurídica cujo direito não foi exercido."<sup>13</sup>, protegendo, assim, o exercício do Direito como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando-se a questão ora posta, resta claro que a Prescrição é um importante instrumento jurídico. Ela auxilia na possibilidade de garantir a Segurança Jurídica, estabilizando as Relações Sociais, bem como as Relações Jurídicas. E isso se torna possível, uma vez que ela influencia a criação e a extinção de Direitos para os indivíduos, nos mais diversos ramos do Direito Pátrio. Trata-se de uma garantia da preservação de relações harmoniosas.

<sup>11</sup> PRATA, Marcelo Rodrigues. A prescrição intercorrente, pronunciada de ofício, no processo de execução trabalhista. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1470, 11 jul. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10116>>. Acesso em: 07 fev. 2012, p. 01.

Por meio destes dois institutos, o cidadão não ficará indefinidamente temeroso da eventual ação de outrem. Pela inércia, uma vez decorrido o lapso temporal a ele associado, se instaura a Prescrição e, dessa forma, vê-se retirado o direito ao reconhecimento da pretensão.

Dessa forma, atuando em conjunto com a Segurança Jurídica, a Prescrição é essencial ao funcionamento do Sistema de Normas. A primeira viabiliza a proteção que deve tornar o Ordenamento Jurídico coeso e funcional e garantindo a validade do poder do Estado. A segunda impõe a retaliação a um *status quo* que não é mais útil aos indivíduos e que não protege adequadamente seus direitos.

## REFERÊNCIAS

COUTO E SILVA, Almiro. **O Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança) no Direito Público Brasileiro e o direito da Administração Pública de anular seus próprios Atos Administrativos: o Prazo Decadencial do art. 54 da Lei do Processo Administrativo da União (Lei 9.784/99)**. Revista Eletrônica de Direito do Estado, n. 2, v. 1, abr.-jun. 2005, p. 27-28.

HAARSCHER, Guy. **A filosofia dos direitos do homem**. Coleção Direito e Direitos Humanos. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, p. 13.

CHACON, Paulo Eduardo de Figueiredo. **O princípio da segurança jurídica**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 118, 30 out. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4318>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

WEBER *apud* KÜHNEL, Reinhard. **O modelo liberal de exercício do poder**. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. (Orgs.) Política & sociedade. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 242.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: parte geral**. v. 1. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 611.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 507.

<sup>12</sup> COSTA, William Coelho. **Prescrição no novo Código Civil Brasileiro**. A priori. Curitiba, 18 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.apriori.com.br/cgi/for/prescricao-no-novo-codigo-civil-brasileiro-t1953.html>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

<sup>13</sup> VENOSA. Op. cit., p. 593

COSTA, William Coelho. **Prescrição no novo Código Civil Brasileiro**. A priori. Curitiba, 18 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.apriori.com.br/cgi/for/prescricao-no-novo-codigo-civil-brasileiro-t1953.html>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

PRATA, Marcelo Rodrigues. **A prescrição intercorrente, pronunciada de ofício, no processo de execução trabalhista**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1470, 11 jul. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10116>>. Acesso em: 07 fev. 2012, p. 01.

## O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO COMO NORMA FUNDAMENTAL DE REGIMENTO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI 13.105/2015

### THE ADVERSARIAL PRINCIPLE AS A FUNDAMENTAL RULE OF PROCEDURE IN THE NEW CODE OF CIVIL PROCEDURE - LAW 13.105/2015

Felipe Sardenberg Machado<sup>1</sup>  
 Wemerson Carvalho dos Santos<sup>3</sup>  
 Laura Pimenta Krause<sup>4</sup>  
 Fabiane Aride Cunha<sup>6</sup>  
 Vitor Eduardo Goese<sup>7</sup>

#### RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo analisar a nova perspectiva concedida ao princípio constitucional do contraditório à luz do Novo Código de Processo Civil de 2015. Para tanto, investigam-se os princípios processuais que operam conjuntamente com o contraditório, dentre outros, o princípio do devido processo legal e o princípio da cooperação. Será rapidamente estudado como o princípio do contraditório era aplicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973, bem como hipóteses em que sua interpretação era falha. A partir disso, será introduzido um novo conceito do princípio do contraditório em caráter de afinidade com o princípio da motivação das decisões judiciais e o princípio da cooperação, também trazidos pelo CPC/15. Busca-se, nesta pesquisa, uma mudança de paradigma na realidade forense, pela qual o debate das partes envolvidas no processo como direito de se manifestar sobre os fundamentos a serem adotados pela decisão judicial é de suma importância.

**PALAVRAS-CHAVE:** Princípio do contraditório. Direito de Influência. Novo Código de Processo Civil.

#### ABSTRACT

The present research has as its object of study to analyze the new perspective granted to the constitutional principle of the contradictory in the light of the Novel Code of Civil Procedure of 2015. To this end, the procedural principles that operate together with the adversarial principle are investigated, among others, the principle of due process of law and the principle of cooperation. It will be briefly studied how the adversarial principle was applied in the 1973 Code of Civil Procedure, as well as hypotheses in which its interpretation was flawed. From this, a new concept of the adversarial principle will be introduced in affinity with the principle of motivation of judicial decisions and the principle of cooperation, also brought by CPC/15. In this research, a paradigm shift in the forensic reality is sought, whereby the debate of the parties involved in the process as a right to express themselves on the grounds to be adopted by the judicial decision is of paramount importance.

**KEYWORDS:** Principle of adversarial proceedings. Right to influence. New Code of Civil Procedure.

<sup>1</sup> Especialização em Especialização em Direito Tributário PELO IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Graduação em Direito PELA Faculdades Integradas de Vitória, FDV. **E-MAIL:** felipe@fsm.adv.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9671402196131516

<sup>2</sup> Mestrado em Segurança Pública - Universidade Vila Velha, UVV. Graduação em Direito - Faculdade Batista de Vitória, FABAVI. **E-MAIL:** lucfelix5@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5342341113815968

<sup>3</sup> Mestrado em Administração pela Florida University. Especialista em Redes de Computadores pela Centro Universitário do Espírito Santo, UNESC. Graduação em Redes de Computadores pela Instituto Capixaba de Educação e Tecnologia, ICET. **E-MAIL:** Vixwemerson@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1249612537067308

<sup>4</sup> Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdade de Direito de Vitória, FDV. Graduação em Direito - Faculdade Brasileira UNIVIX. **E-MAIL:** laura.krause.adv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3653270308360251

<sup>5</sup> Especialização em Direito pela Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA. Graduação em Direito - Universidade Vila Velha, UVV. **E-MAIL:** cunhaaride@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5438885251121292

<sup>6</sup> Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Serra Geral. Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira MULTIVIX – **E-MAIL:** vitorgoeseadv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4644085991098393

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo explorar as novas concepções processuais trazidas ao direito do contraditório, à luz da Lei 13.105, o novo Código de Processo Civil (NCPC), inclusive analisando as possibilidades de aplicação prática com a transformação desse instituto.

A redação da nova lei processual traz um ponto de vista moderno ao que tange à aplicação do princípio constitucional processual do contraditório, requerendo, assim, esforço por parte dos operantes do direito para que se concretize o propósito trazido pelo legislador ordinário no Novo CPC.

O direito à ampla defesa já era previsto no artigo 153, §15, da Constituição da República de 1969, o qual preconizava que “A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com todos os recursos a ela inerentes. [...]”. O referido princípio constitucional já era regularizado pelo Código de Processo Civil de 1973, mas, apenas com o advento da Constituição Federal 1988, foi que o legislador constituinte trouxe a previsão expressa do princípio do contraditório, tornando-o uma garantia individual do cidadão brasileiro.

O direito fundamental ao princípio do contraditório está previsto no art. 5º, LV da CF/88, que traz a seguinte redação: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

O presente estudo objetiva a análise das interpretações e aplicação do artigo 10 do Novo Código de Processo Civil, construído e discutido sob a ótica de nossa Constituição mais recente, no qual é vedado ao juiz decidir com base em fundamento a respeito do qual não tenha dado às partes a oportunidade de se manifestar, qualquer que seja o grau de jurisdição, mesmo se tratando de matéria cognoscível de ofício.

Este novo comando legal traz várias inovações procedimentais necessárias que busquem impedir a

decretação de nulidade das decisões proferidas, devendo os magistrados, essencialmente, oportunizarem a manifestação prévia à decisão, aos sujeitos da relação processual.

Nesta oportunidade, importante destacar a parte final do art. 10 do NCPC, que traz a intervenção do magistrado no processo para o reconhecimento de eventual questão de ordem pública, bem como qualquer outra matéria cognoscível de ofício, também sujeitas à nova abordagem do direito ao contraditório.

Serão explorados os pontos positivos e negativos do supramencionado dispositivo legal, bem como sua aplicação prática. Por um lado, o novo instituto reduz o número de decisões surpresas e a incerteza do processo, tudo devido ao diálogo dos sujeitos do triângulo processual na construção de uma decisão, diminuindo, inclusive, a interposição de recursos por mera insatisfação da parte. De outra banda, pergunta-se: se verificado que a ausência do princípio do contraditório não trará prejuízo à defesa e venha a atingir o objetivo do ato, poderá ser dispensado o contraditório sem a decretação de nulidade processual?

Ou seja, embora a nova lei processual vede ao magistrado proferir decisão sem que antes tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, devem ser analisadas eventuais hipóteses, de caso concreto, as quais permitam a eficácia da decisão ora proferida sem a observância do contraditório e, verificar, até onde o desrespeito do princípio constitucional pode ser aceitável na perspectiva processual.

Por fim, e não menos importante, será observado a garantia constitucional ao princípio do contraditório nas hipóteses em que o magistrado pode reconhecer matéria de ordem pública de ofício, sob os prismas da Constituição Federal de 1988 e o Novo Código de Processo Civil de 2015.

Com o advento do Novo Código de Processo Civil, este trouxe consigo uma nova discussão no que tange a possível aplicabilidade ou dispensa do princípio constitucional processual do contraditório nos atos



processuais.

A proposta desta análise, então, é buscar uma possível solução para saber se, em casos concretos, poderão existir situações as quais o princípio do contraditório é dispensado sem ocorrência de nulidade dos atos do processo.

## **O CONTRADITÓRIO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Vigora no Código de Processo Civil de 1973 a concepção “Formal” de aplicação do princípio do contraditório, a qual é conferida aos sujeitos da relação processual a mera oportunidade de se manifestar sobre os atos do processo.

Entretanto, atualmente, com o aumento do ajuizamento de ações judiciais e com a busca por um processo mais célere, a sentença proferida no processo não mais satisfaz às partes, o que vem tornando essa perspectiva do contraditório (Formal) defasada<sup>1</sup>.

Portanto, deve-se analisar a nova perspectiva do princípio do contraditório trazida pelo artigo 10 do Novo Código de Processo Civil, buscando demonstrar se há a possibilidade de dispensa deste princípio constitucional nos atos do processo.

## **O PROCEDIMENTO COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL**

Para a análise do princípio do contraditório sob o prisma do Novo Código de Processo Civil (NCPC), faz-se necessário observar que este prevê em seu Capítulo I, suas normas fundamentais de aplicação.

São na verdade, diretrizes que buscam conduzir

o sistema procedimental sob a perspectiva principiológica, se enquadrando às normas constitucionais que conferem garantias aos cidadãos, permitindo que o conceito de processo atinja a qualificação de um processo justo<sup>2</sup>.

Entre as regras, estão: a previsão de que o processo civil será interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República (artigo 1º); a inafastabilidade de jurisdição e a garantia de pleno acesso à justiça (artigo 3º); a razoável duração do processo (artigo 4º); a sujeição das partes ao princípio da boa-fé (artigo 5º); o dever de cooperação das partes (artigo 6º); a paridade de tratamento aos litigantes, competindo ao juiz zelar pelo contraditório (artigo 7º); a observância aos fins sociais e às exigências do bem comum (artigo 8º); garantia de que as partes serão ouvidas (artigo 9º) e; a garantia de que as partes se manifestarão e colaborarão com todos os argumentos da decisão (artigo 10)<sup>3</sup>.

Verifica-se, portanto, que o novo processo civil brasileiro busca zelar pelas premissas constitucionais, garantindo um contraditório efetivo e consumir a democratização da prestação jurisdicional<sup>4</sup>.

## **O CONTRADITÓRIO SUBSTANCIAL NA CONSTRUÇÃO DO PROVIMENTO JURISDICIONAL**

Em seu primeiro capítulo, o Novo Código de Processo Civil traz artigos dedicados a expor sobre as normas fundamentais através dos quais o processo civil deve se prosperar. A título de exemplo, dispõe expressamente, em seus artigos 7º e 9º, os princípios do contraditório e ampla defesa:

<sup>1</sup> FRANCO, Marcelo Veiga. Devido processo legal x indevido processo sentimental: o controle da função jurisdicional pelo contraditório e o modelo participativo de processo. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas. 2013. v. 29/1.

<sup>2</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. A Constitucionalização do processo no estado democrático brasileiro. In: CÂMARA, Alexandre Freitas; GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira (Coord.). Novo CPC: Reflexões e perspectivas. Belo Horizonte: Del Rey, 2014. p. 184.

2014. p. 184.

<sup>3</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. A Constitucionalização do processo no estado democrático brasileiro. In: CÂMARA, Alexandre Freitas; GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira (Coord.). Novo CPC: Reflexões e perspectivas. Belo Horizonte: Del Rey, 2014. p. 184.

<sup>4</sup> Ibid, p. 184.

Art. 7º É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica:

I - à tutela provisória de urgência;

II - às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III; III - à decisão prevista no art. 701.

A simples posituação do princípio do contraditório na nova legislação não mudaria muito a ótica em que era trabalhado no Código de 1973. Assim, o NCCP veda expressamente, em seu artigo 10, a possibilidade do magistrado decidir, qualquer seja o grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual as partes não tenham tido a oportunidade de se manifestar.

Dispõe o artigo 10 do NCCP:

Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

A partir da leitura do dispositivo, é possível depreender que o legislador preocupou-se em assegurar expressamente a possibilidade das partes influenciarem e debaterem a fundamentação da decisão do magistrado, buscando assim, a efetivação do princípio do

contraditório em sua acepção substancial.

Explicitam DIERLE NUNES e THEODORO JUNIOR<sup>5</sup>:

Tal concepção significa que não se pode mais, na atualidade, acreditar que o contraditório se circunscreva ao dizer e contradizer formal entre as partes, sem que isso gere uma efetiva ressonância (contribuição) para a fundamentação do provimento, ou seja, afastando a ideia de que a participação das partes no processo possa ser meramente fictícia, ou apenas aparente, e mesmo desnecessária no plano substancial.

Assim, o princípio do contraditório não pode ser enxergado como apenas uma garantia formal, mas sim como a possibilidade de influenciar na formação dos fundamentos da decisão do magistrado antes que seja proferida a decisão que acarretará em ônus para um dos litigantes<sup>6</sup>.

Segundo DIERLE NUNES e ALEXANDRE BAHIA<sup>7</sup>:

Ao passo que quando a decisão é proferida com debate (com respeito ao processo constitucional) o uso de recursos é diminuído, ou a sua chance de êxito é bastante minorada, garantindo que técnicas de julgamento abreviado (por ex.: julgamento liminar pelo juízo monocrático do relator – art. 557 CPC) não inviabilizem a obtenção de direitos fundamentais. Isso porque o primeiro debate ocorrido no juízo de primeiro grau, devidamente realizado, garante participação e influência adequadas dos argumentos de todos os sujeitos processuais e impede a formação de decisões de surpresa.

Consequentemente, com a participação das

<sup>5</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle José Coelho. Princípio do Contraditório: tendências de mudança da sua aplicação. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas. 2009. v. 28. Disponível em: <<http://www.fdsu.edu.br/site/posgraduacao/volume28/10.pdf>> Acesso em: 07 maio 2018.

<sup>6</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle José Coelho. Princípio do Contraditório: tendências de mudança da sua aplicação. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas.

2009. v. 28. Disponível em: <<http://www.fdsu.edu.br/site/posgraduacao/volume28/10.pdf>> Acesso em: 07 maio 2018.

<sup>7</sup> NUNES, Dierle José Coelho; BAHIA, Alexandre. Processo, jurisdição e processualismo constitucional democrático na América Latina: alguns apontamentos. Revista Brasileira de Estudos Políticos. 2010. Belo Horizonte, n. 101. Disponível em: <<http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/118/114>>. Acesso em: 07 maio 2018.

partes de maneira efetiva nos argumentos a serem utilizados pela sentença, permite uma consolidação do conteúdo decidido, o que, portanto, aumenta a satisfação dos sujeitos da relação processual, e reduz o número de recursos judiciais para sanar eventuais erros, ou até a insatisfação do polo sucumbente<sup>8</sup>.

## OS PEDIDOS DE TUTELA PROVISÓRIA E O CONTRADITÓRIO

Como já amplamente exposto acima, o princípio constitucional processual do contraditório é regra, direito de influência e direito à não surpresa. Isso porque, prevê o novel CPC, que o juiz não está autorizado a decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício (artigo 10) e, igualmente impõe ao juiz o dever (artigo 7º) de garantir aos litigantes sua participação efetiva na formação do provimento jurisdicional, zelando pelo contraditório.

Contudo, o artigo 9º e seu parágrafo único, do CPC, dispõem que:

Art. 9º - Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica:

I - à tutela provisória de urgência;

II - às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III; [...].

Assim como o princípio do contraditório, as tutelas provisórias também possuem respaldo constitucional, mormente no artigo 5º da Constituição Federal, incisos XXXV, que prevê o acesso à justiça; LIV,

<sup>8</sup> Ibid, p. 86.

<sup>9</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. Antecipação da Tutela. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, pág. 174.

<sup>10</sup> BUENO, Cassio Scarpinella, et all. Tutela provisória no novo CPC: dos 20 anos de vigência do art. 273 do CPC/1973 ao

que traz o devido processo legal como garantia individual e; LXXVIII, que busca assegurar a todos a razoável duração do processo (judicial ou administrativo), com todos os meios que garantem a celeridade de sua tramitação.

Para MARINONI, a tutela antecipatória, portanto, nada mais é do que instrumento necessário para a realização de um direito constitucional<sup>9</sup>. Nesse contexto, SCARPINELLA<sup>10</sup>, afirma que:

[...] a concessão de tutela jurisdicional intempestiva pode conduzir, até mesmo, à perda do interesse processual superveniente, além de ensejar o descrédito do Poder Judiciário e a deformação da acepção que se tem acerca do processo, que, de meio de solução de controvérsias, pode passar a método de perpetuação de conflitos.

Questiona-se: a concessão das tutelas provisórias, em sede de cognição sumária, sem a oitiva da parte contrária, não violaria os princípios do contraditório e ampla defesa?

Segundo NELSON NERY JUNIOR<sup>11</sup>:

Quando a natureza e a finalidade do provimento jurisdicional almejado, no superior interesse da justiça, ensejarem pedido de liminares em possessórias, MS, ações populares, ADin, cautelares, ACP, e tutela antecipatória (CPC 273), a efetiva concessão da liminar não configura ofensa, mas sim, limitação iminente do princípio do contraditório no processo civil brasileiro. Citado, o réu terá oportunidade de contestar e deduzir amplamente sua defesa. O adiamento da tutela de mérito ou de seus efeitos, tanto nas ações de conhecimento (CPC 273 e 461 § 3o), quanto nas ações do consumidor, é expressamente permitido (CDC 84 § 3o).

CPC/2015 – São Paulo: Saraiva, 2016. p. 78.

<sup>11</sup> NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, pág. 79

Para a corrente majoritária, as tutelas provisórias não ferem o princípio constitucional do contraditório, pois apenas posterga-o, denominando-o de contraditório diferido. A propósito, NELSON NERY JUNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY, citados por PATRÍCIA GOES DE OLIVEIRA<sup>12</sup>, aduzem que:

Quando a citação do réu puder tornar ineficaz a medida, ou, também, quando a urgência indicar a necessidade de concessão imediata da tutela, o juiz poderá fazê-lo inaudita altera parte, o que não constitui ofensa, mas sim limitação imanente do contraditório, que fica diferido para momento posterior do procedimento.

Cabe destacar, por fim, que uma vez citado, o réu tem à sua disposição uma ferramenta recursal na tentativa de reverter a situação a seu favor no decurso do processo, por meio de agravo de instrumento, com fulcro permissivo no art. 1.015, I do CPC.

#### **A IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO E O CONTRADITÓRIO**

No artigo 332 do Novel CPC, o legislador autoriza ao magistrado a julgar liminarmente improcedente o(s) pedido(s) da petição inicial, independentemente da citação do réu, nas causas que dispensem a fase instrutória e quando o pedido contrariar:

I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos

repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

Nesse contexto, a excepcionalidade prevista pelo membro do poder legislativo fora embasada nas apostas da celeridade, economia processual e valorização da jurisprudência, concedendo ao magistrado o poder de julgar liminarmente improcedentes o(s) pedido(s), quando afetados pelo rol do artigo 332, independentemente do exercício do direito de manifestação do autor<sup>13</sup>.

Do referido dispositivo nascem os seguintes questionamentos: antes de proferir uma sentença de improcedência liminar do(s) pedido(s), o magistrado deverá intimar o autor da ação para se manifestar? Não teria o magistrado de concretizar o dever de consulta (diálogo) antes de decidir?

Para MARINONI, ARENHART e MITIDIERO, a improcedência liminar do pedido, *prima facie*, pode parecer violar o direito da parte de influenciar na decisão do juiz<sup>14</sup>, composto pelos artigos 5º, LV da CF e 10 do CPC/15, pois o autor poderia demonstrar que o caso é distinto do caso resolvido em incidente de demanda repetitiva, ou contrário a súmula ou enunciado de súmula do STF, STJ e dos tribunais em relação ao direito local, ou porque não ocorreu nem prescrição ou decadência<sup>15</sup>. Porém, como a apelação, para esses casos, possibilita que o juiz se retrate (artigo 332, § 3º), e ainda, caso essa retratação não ocorra e o processo prossiga, o réu será citado para oferecer contrarrazões, então o contraditório será exercido de forma eficaz<sup>16</sup>.

<sup>12</sup> NERY JUNIOR, Nelson e DE ANDRADE NERY, Rosa Maria, apud OLIVEIRA, Patrícia Goes de. Concessão de tutela antecipada inaudita altera partes em colisão aos princípios do contraditório e ampla defesa. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3225, 30 abr. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21609>>. Acesso em: 09 out. 2018

<sup>13</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. vol. I, 56ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 759.

<sup>14</sup> MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz,

MITIDIERO, Daniel. Curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum. vol. 2, São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015. p. 167-168.

<sup>15</sup> MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum. vol. 2, São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015. p. 167-168.

<sup>16</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. vol. I, 56ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 762.

Segundo de DENIS DONOSO, não é necessário intimar o autor da ação, porque na própria peça exordial, este já teve a oportunidade de convencer o juízo sobre o seu caso não se enquadrar nas hipóteses de julgamento liminar de improcedência do(s) pedido(s), explicando, inclusive, sobre a possibilidade de o autor demonstrar em um capítulo introdutório de sua petição inicial, que o caso não se enquadra nas situações previstas na legislação<sup>17</sup>.

Entretanto, é oportuno destacar e relembrar que a concepção que concede ao princípio do contraditório como direito de influência na decisão proferida pelo magistrado é de suma importância.

Na prática forense, esta relação entre as partes e o magistrado foi escopo de análise em julgamento de recurso de Apelação pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais e, no caso, o Juízo de primeiro grau indeferiu liminarmente a petição inicial por entender que o autor não juntou cópia das peças processuais relevantes para o ajuizamento dos embargos à execução. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por sua vez, declarou nula a sentença sob os fundamentos invocados pelo Desembargador Relator Eduardo Andrade<sup>18</sup>, cujo trecho do voto dispõe:

Data venia, o douto Juiz, ao determinar a juntada das cópias das peças processuais relevantes (fl. 15), deveria ter especificado os documentos faltantes, notadamente se considerarmos que o artigo 736 do CPC é genérico ao se referir às peças processuais relevantes que devem ser anexadas aos embargos à execução, sob pena de ofensa ao princípio da colaboração, corolário lógico do princípio do contraditório e que se traduz numa visão cooperativista do processo. Com efeito, o princípio da colaboração entre os sujeitos processuais prevê o dever de auxílio - o Juiz deve auxiliar a parte na superação de eventuais falhas na condução do processo - e o dever de consulta - o Juiz não pode decidir uma

questão de direito ou de fato, ainda que seja de conhecimento oficioso, sem que as partes tenham tido a oportunidade de se pronunciarem sobre ela, com a necessária discussão sobre o respectivo tema. Destarte, a cooperação processual, consagrada como princípio exponencial do processo civil, tem como norte propiciar que as partes e o Juiz cooperem entre si, a fim de se alcançar uma prestação jurisdicional efetiva, com a justiça do caso concreto, sendo inconcebível, data venia, o indeferimento liminar da petição inicial por irregularidade constante da petição inicial, sobre a qual o autor sequer tomou conhecimento.

Novamente, fora reconhecida que a participação das partes na construção do ato decisório é direito fundamental inerente ao contraditório. O voto proferido destaca, que o princípio do contraditório está intimamente ligado ao princípio da colaboração, os quais resultam em uma visão cooperativista do processo (artigo 6º do CPC) e, ao final, demonstra que o julgamento que se realize sem a observância deste preceito é nulo.

Para ALVIM, THAMAY e GRANADO, o artigo 332 do CPC/15 (hipóteses de Improcedência Liminar do Pedido) assemelha-se às possibilidades de julgamento antecipado do mérito, isso porque promovem a celeridade e economia processual, haja vista que não há necessidade de dilação probatória, ou, nos casos em que ocorreu à revelia, o órgão jurisdicional já aplicou seus efeitos, conforme previsão legal<sup>19</sup>.

Diversamente, nas hipóteses de julgamento antecipado do mérito, não há violação ao princípio do contraditório, porque já se oportunizou que as partes se manifestassem, e mesmo assim, somente poderá ocorrer quando a produção de prova for realmente desnecessária, ou seja, que ela apenas ratifique outras constantes dos autos, as quais foram exitosas em realizar

<sup>17</sup> DONOSO, Denis. Julgamento prévio do mérito. Análise do art. 285-A do CPC. apud: BUENO, Cassio Scarpinella (coord.). Direito e processo. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 89-90.

<sup>18</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Disponível em: <www.tjmg.jus.br>. Acesso em: 09 maio 2018.  
<sup>19</sup> ALVIM, Eduardo Arruda; THAMAY, Rennan Faria Kruger; GRANADO, Daniel Willian. Processo Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 41.



a comprovação de algo<sup>20</sup>.

Portanto, a concreta participação das partes no processo, como método dialético, possibilita a simetria entre os sujeitos na contribuição para a formação do convencimento do juiz, isto é, viabiliza que as partes influenciem diretamente sobre os atos decisórios (contraditório substancial).

### **A DISPENSA JUDICIAL DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO: POSSIBILIDADE?**

Apesar do reconhecimento da doutrina sobre os benefícios decorrentes da correta interpretação do princípio constitucional do contraditório, é possível observar-se no dia a dia do judiciário que a tendência dos tribunais pátrios é relativizar a sua aplicação, não apenas em casos excepcionais, mas em uma grande quantidade de processos.

Logo, antes de se falar nas possíveis consequências da não observância do direito ao princípio do contraditório, *mister* se faz reconhecer que com o advento da Lei 13.105/2015, exige-se uma mudança cultural por parte dos magistrados, tendo em vista que, com aproximadamente 43 anos de vigência do Código de Processo Civil de 1973, o contraditório era aplicado como mero direito à informação e à manifestação (acepção formal).

Por isso, Autor, Réu e Magistrado devem trabalhar em conjunto na condução da prestação jurisdicional eficaz sob o prisma da nova legislação.

### **HIPÓTESES DE DISPENSA LEGAL DO CONTRADITÓRIO**

<sup>20</sup> SCHMITZ, Leonard Ziesemer. Fundamentação das decisões judiciais: A crise na construção de respostas no processo civil. apud WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; TALAMINI, Eduardo. (coords.). São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015, p. 276.

<sup>21</sup> ENFAM. Enfam divulga 62 enunciados sobre a aplicação do CPC. Divulgado em 01/09/2015. Disponível em: <<http://www.enfam.jus.br/2015/09/enfam-divulga-62-enunciados-sobre-a-aplicacao-do-novo-cpc/>>. Acesso em 08 maio 2018.

Dando início às interpretações do novel Código de Processo Civil, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM divulgou 62 enunciados que foram aprovados por aproximadamente 500 magistrados durante seminário realizado entre 25 e 28 de agosto de 2015<sup>21</sup>.

A elaboração dos enunciados ali aprovados é de suma importância para o debate jurídico sobre a futura aplicação dos institutos apresentados pelo novo código processual, principalmente tendo em vista que os magistrados são também sujeitos da relação processual.

Dos 62 enunciados divulgados, destacam-se nesta oportunidade, 7 enunciados que refletem diretamente na interpretação do contraditório como direito de influência, sendo eles os enunciados de número 1, 2, 3, 5, 6, 10, e 42.

Primeiramente, o enunciado 1 dispõe: “Entende-se por “fundamento” referido no art. 10 do CPC/2015 o substrato fático que orienta o pedido, e não o enquadramento jurídico atribuído pelas partes.”<sup>22</sup>. Este enunciado demonstra a preocupação no que tange à interpretação do termo “fundamento”, delimitando-o ao substrato fático, e afastando o enquadramento jurídico pleiteado pelas partes.

No tocante ao enunciado 2, está disposto: “Não ofende a regra do contraditório do art. 10 do CPC/2015, o pronunciamento jurisdicional que invoca princípio, quando a regra jurídica aplicada já debatida no curso do processo é emanção daquele princípio.”<sup>23</sup> Este entendimento consolida que o princípio invocado na fundamentação da decisão não se sujeita ao contraditório participativo quando o dispositivo legal já

<sup>22</sup> ENFAM. Seminário – O poder judiciário e o novo código de processo civil: enunciados aprovados. Disponível em: <<http://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2018.

<sup>23</sup> Ibid. <<http://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2018.

foi debatido nos autos, buscando-se evitar uma cadeia de debates sobre a origem da norma aplicada.

No que se refere ao enunciado 3 apresentado pela ENFAM, mantém-se o entendimento da aplicação do livre convencimento adotado pelos tribunais pátrios: “É desnecessário ouvir as partes quando a manifestação não puder influenciar na solução da causam.”<sup>24</sup>. Este enunciado vem de encontro com os princípios discutidos no presente trabalho, uma vez que o Novo Código de Processo Civil instituiu em seu artigo 10, o dever do magistrado de fundamentar adequadamente suas decisões proferidas, fundamentação essa resultado do contraditório exercido por autor e réu.

Explicita o enunciado 5: “Não viola o art. 10 do CPC/2015 a decisão com base em elementos de fato documentados nos autos sob o contraditório.”<sup>25</sup>. O enunciado ressalta que decisão proferida com base em elemento fático documentado sob o contraditório é válida, o que corretamente se verifica da leitura do artigo 10. A decisão não pode surpreender as partes, sendo indispensável que o fundamento seja colocado à disposição das partes para que se manifestem.

Em seguida, o enunciado 6 dispõe que: “Não constitui julgamento surpresa o lastreado em fundamentos jurídicos, ainda que diversos dos apresentados pelas partes, desde que embasados em provas submetidas ao contraditório.”<sup>26</sup>. Entretanto, deve-se observar o disposto no artigo 489, §1º, IV do CPC/2015, que dispõe o dever de fundamentação da decisão pelo magistrado, para que este se manifeste sobre todos os argumentos deduzidos pelas partes no processo.

Frente a outras possíveis consequências da não

observância do princípio do contraditório, os enunciados 10 e 42 serão tratados posteriormente por esta pesquisa.

## O CONTRADITÓRIO E AS QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA

O presente trabalho abordou a questão da nova interpretação conferida ao princípio do Contraditório no Código de Processo Civil de 2015, no sentido de que Contraditório não se trata mais de somente o direito de defesa das partes da relação judicial, mas também o direito de se manifestarem previamente à decisão, no desenvolvimento do processo e influenciando o magistrado<sup>27</sup>.

Vale ressaltar que, neste raciocínio apresentado ao longo do trabalho, também deve ser aplicado nos casos em que o magistrado possa atuar de ofício, ou seja, quando se tratar de questões de ordem pública no processo. Assim, partes devem ser ouvidas para que se manifestem sobre o fundamento em que o juiz utilizará em sua decisão *ex officio*<sup>28</sup>.

Mesmo reservando as questões de ordem pública no processo civil como a análise de determinadas matérias que transcendem o interesse dos sujeitos litigantes, chamando a atenção da sociedade como um todo, há de se perceber que não existem fundamentos para afastar a manifestação prévia das partes sobre a tutela jurisdicional que invoca a matéria reconhecível de ofício<sup>29</sup>.

Isto escoa do fato de que o princípio do contraditório revela-se extremamente necessário para a ideal condução do processo, possuindo aplicação de grande impacto, determinando consequentemente a sua

<sup>24</sup> Ibid. <<http://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2018.

<sup>25</sup> ENFAM. Seminário – O poder judiciário e o novo código de processo civil: enunciados aprovados. Disponível em: <<http://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf>> . Acesso em: 09 maio 2018.

<sup>26</sup> Ibid. Disponível em: <[http://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-](http://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf)

DEFINITIVA-.pdf>. Acesso em: 09 maio 2018.

<sup>27</sup> NETO, Olavo de Oliveira; NETO, Elias Marques de Medeiros; OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira. Curso de Direito Processual Civil. 1ª ed. São Paulo: Editora Verbatim, 2015. p. 87.

<sup>28</sup> MANGONE, Kátia Aparecida. Prequestionamento e questões de ordem pública no recurso extraordinário e no recurso especial. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 141.

<sup>29</sup> APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. **Ordem pública e processo: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 10.

observância mesmo nos casos em que a manifestação das partes seria dispensada usualmente, ou seja, na hipótese do magistrado arguir questões relativas à matéria de ordem pública nos autos<sup>30</sup>.

Dispõe o Artigo 10 do NCPC: Art. 10.

O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Ou seja, prevê o dispositivo em sua parte final, que o direito de manifestação das partes, no intuito de se manifestarem para que convençam o magistrado, deve ser aplicado ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Portanto, a título de exemplo, se o Relator visualizar a incidência do instituto da prescrição nos autos, ao preparar o seu voto para o recurso, deverá, previamente, oportunizar às partes que se manifestem a respeito da supramencionada prejudicial de mérito, sob pena de proferir uma decisão surpresa.

#### **A NÃO DECRETAÇÃO DE NULIDADE DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO: POSSIBILIDADE?**

O princípio do devido processo legal é de extrema importância para a existência dos atos processuais, que devem ser seguidos como princípio fundamental e que sua inobservância pode gerar a nulidade absoluta dos atos processuais.

O devido processo legal é garantido pela Constituição Federal de 188, em seu artigo 5º, LIV, que assim dispõe:

Todos são iguais perante a lei, sem

distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Segundo de LUCON<sup>31</sup>:

[...] o devido processo legal revela-se na sua aplicação casuística, de acordo com o método de “inclusão” e “exclusão” característico do case system norte-americano, cuja projeção já se vê na experiência jurisprudencial pátria. Significa verificar in concreto se determinado ato normativo ou decisão administrativa ou judicial está em consonância com o devido processo legal.

Cabe demonstrar, nesta oportunidade, a importância do supramencionado artigo, no qual resta cristalino que a violação do devido processo legal é capaz de gerar nulidade absoluta do ato judicial. Neste sentido, tem-se o seguinte julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

Apelação cível. Ação de cobrança. Requerimento de produção de prova técnica para comprovar a existência de cláusulas abusivas no contrato. Não apreciação. Sentença de procedência. Princípio do devido processo legal. Cerceamento de defesa. Ofensa aos postulados da ampla defesa e contraditório. Como corolário do princípio do devido processo legal, a constituição da república federativa do Brasil assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, diversas garantias, tais como o contraditório, a ampla defesa, o duplo grau de jurisdição, a duração razoável do processo, entre outras. Tal possui nítido caráter processual ou formal. Ou seja, proferir decisões motivadas, garantir o contraditório, assegurar a ampla

tratamento paritário das partes. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1999.

<sup>30</sup> SCARPINELLA BUENO, Cassio. **Curso sistematizado de direito processual civil: teoriageral do direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 110.

<sup>31</sup> LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Garantia do

defesa, conferir publicidade aos atos, nada mais é do que respeitar o devido processo legal. Juízo que não pode deixar de apreciar o pedido de prova requerido e, posteriormente, surpreender o réu com a procedência do pedido ao argumento de que deixou de produzir as provas necessárias a corroborar suas alegações. Recurso provido. Sentença anulada. (TJ-RJ – APL 00091431520138190014, Relator: VALÉRIA DACHEUX NASCIMENTO, Data de Julgamento: 26/06/2018, DÉCIMA NONA CÂMERA CÍVEL, Data de Publicação: 28/06/2018)<sup>32</sup>.

Com efeito, o enunciado 42 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM é de muita relevância para este tópico que trata da possibilidade da decretação de nulidade dos atos do processo frente a não observância do Princípio do Contraditório.

É certo que estes enunciados não possuem efeito vinculante aos órgãos do judiciário brasileiro, porém, demonstram preocupação com a aplicação do novo Código de Processo Civil.

Dispõe o enunciado 42: “Não será declarada a nulidade sem que tenha sido demonstrado o efetivo prejuízo por ausência de análise de argumento deduzido pela parte.”<sup>33</sup>. Neste enunciado, há atenção com os casos concretos, se a dispensa do contraditório acarretaria em nulidade absoluta dos atos processuais tendo em vista a ausência de prejuízo para as partes.

Nesta senda, apresenta-se o seguinte julgado<sup>34</sup>:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA DE REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DE VÍCIOS CONSTRUTIVOS - PROVA PERICIAL REALIZADA EM AÇÃO CAUTELAR DE ANTECIPAÇÃO DE PROVAS - REGULARIDADE - PEDIDO DE NOVA PERÍCIA NOS AUTOS PRINCIPAIS -

<sup>32</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004D8F8C2DDE688E8FD6F675ABCD8598875C508315B1959&USER=>>>. Acesso em: 09 out. 2018.

<sup>33</sup> ENFAM. Seminário – O poder judiciário e o novo código de processo civil: enunciados aprovados. Disponível em:

PRECLUSÃO - DECLARAÇÃO DE NULIDADE POR FALTA DE CONTRADITÓRIO DE UM DOS CÔRREUS - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - IMPOSSIBILIDADE. - Tendo a prova pericial, produzida em sede de Ação Cautelar de Antecipação de Provas, sido homologada, após todas as oportunidades de manifestação das partes, descabe o pedido de nova prova técnica, já que preclusa sua pretensão. - Não se declara a nulidade de qualquer ato processual sem a prova de efetivo prejuízo à parte. (TJ-MG - AI: 10024142916733001 MG, Relator: Roberto Vasconcellos, Data de Julgamento: 22/03/2016, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/03/2016)

Trata-se, do princípio *pas de nullité sans grief*, ou, não há nulidade sem prejuízo, que vem sendo aplicado pelos Tribunais, ou seja, não provado o prejuízo aos litigantes, não há o que se falar em nulidade dos atos processuais.

#### OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARA SANAR A AUSÊNCIA DO CONTRADITÓRIO

Último enunciado a ser discutido, o enunciado 10, dispõe que: “A fundamentação sucinta não se confunde com a ausência de fundamentação e não acarreta a nulidade da decisão se forem enfrentadas todas as questões cuja resolução, em tese, influencie a decisão da causa.”.

Tem-se nesse enunciado uma breve atenção sobre possível nulidade com a não manifestação do magistrado sobre argumento deduzido pela parte. Isso decorre do artigo 489, §1º, IV do Código de Processo Civil de 2015, onde constam os elementos essenciais da sentença e as hipóteses para esta não ser considerada fundamentada. Explicita-se:

<<http://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2018.

<sup>34</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>. Acesso em: 09 maio 2018.

Art. 489, §1º, IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

Surge então, a possibilidade de que os embargos declaratórios sejam opostos como meio saneador da decisão violadora do artigo 10, para que a parte aponte tal violação e pleiteie a prolação de nova decisão sob a observação do contraditório<sup>35</sup>.

Apesar do Código de Processo Civil de 2015 não apresentar nenhum dispositivo que enfrente as consequências da inobservância do artigo 10, é possível observar-se no dia a dia do judiciário que a decisão surpresa existe no processo e é válida. Todavia, apesar da sua existência e da sua validade, essa decisão viola o debate prévio entre as partes<sup>36</sup>. A propósito, tem-se o seguinte julgado<sup>37</sup>:

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO MONITÓRIA. PRESCRIÇÃO. DECISÃO-SURPRESA. INOCORRÊNCIA. A extinção do processo por reconhecimento da prescrição não constitui ofensa ao disposto no art. 10 do CPC/15 porquanto fundamentada nos elementos com os quais a própria parte instruiu o processo. - Circunstância dos autos em que não se reconhece a nulidade da sentença. PRESCRIÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. [...] Circunstância dos autos em que se operou a prescrição; e se impõe manter a sentença. RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70075497693, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Moreno Pomar, Julgado em 24/10/2017).

Assim, como meio de recurso para que se demonstre a violação ao artigo 10 do novo Código de

Processo Civil, devem-se ser opostos embargos declaratórios, previstos no artigo 1.022 do NCPC, como meio de aperfeiçoamento da decisão/sentença<sup>38</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objeto principal a análise das novas perspectivas concedidas ao princípio constitucional processual do contraditório, preocupando-se com sua aplicação de forma conjunta com o princípio da cooperação processual entre as partes, bem como do princípio da motivação das decisões judiciais.

Inicialmente, fora constatado como a Constituição Federal de 1988 influencia diretamente a legislação processual, demonstrando que esta é consequência do desdobramento de princípios constitucionais processuais, restando claro que para a leitura da legislação ordinária é necessário se interpretar sob o foque do texto constitucional.

Em seguida, fora analisado como o princípio do contraditório era aplicado sob a vigência do Código Processual Civil de 1973, pelo qual fora apurado a existência de decisões surpresas (inclusive que nos remete ao conceito de “complexo de Magnaud”), bem como decisões pelas quais as argumentações das partes eram rechaçadas sem, entretanto, manifestar sobre elas.

A presente pesquisa também exemplificou oportunidades nas quais, no decorrer do processo, as partes propõem duas linhas de argumentação distintas e o magistrado resolve a lide com base em uma terceira tese, o que sob a nova ótica conferida ao princípio do contraditório, este estaria sendo violado. E mais, que este tipo de decisão, que não oportuniza previamente o direito às partes de se manifestarem, é válida.

Fora introduzido um novo conceito ao princípio

Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 10 out. 2018.

<sup>38</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. O projeto do CPC: críticas e propostas. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 76.

<sup>35</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. O projeto do CPC: críticas e propostas. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 76.

<sup>36</sup> Ibid p. 76.

<sup>37</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.



constitucional do contraditório, pelo qual o referido princípio está consubstanciado em três vertentes: a) o direito à informação sobre os atos processuais e o processo; b) o direito de manifestar-se sobre os atos do processo e; c) o direito de influência das partes na decisão judicial.

Na sequência, restou constatado que o direito de influência decorrente do princípio do contraditório é a consequência de uma visão mais ampla pela qual se deixa de lado o caráter de mero direito à defesa e passa a possuir um caráter construtivo da decisão judicial em conjunto com o magistrado. Isso porque o princípio da cooperação entre as partes assim o permite, onde magistrado adentra como sujeito da relação processual e revela-se no dever de condução cooperativa do processo.

Somado ao princípio da cooperação entre as partes, fora destacado que o magistrado, no momento de prolação da decisão judicial, está encarregado de observar, inclusive, a nova concepção do dever de fundamentação das decisões conferida ao princípio do contraditório, na qual, para o seu efetivo cumprimento, demanda-se que o magistrado manifeste-se sobre todas as teses arguidas pelas partes.

Em um juízo de expectativas, no último capítulo da presente pesquisa fora verificado a aplicação do direito de influência das partes na vigência do NCPC/15 a partir da análise dos enunciados divulgados pela ENFAM, restando demonstrado a intenção de que a referida aplicação da nova perspectiva do princípio do contraditório fosse desde já mitigada.

Fora apreciado por esta pesquisa, ainda, que o princípio do contraditório como direito de influência nas decisões judiciais também deve ser aplicado nas hipóteses de matérias de ordem pública, cabendo ao juiz, como condutor do processo, oportunizar previamente às partes o direito de se manifestar sobre a referida matéria cognoscível de ofício, sob pena de ser proferida uma decisão surpresa.

Por fim, o presente estudo investigou o recurso

de embargos de declaração como oportunidade de demonstrar em juízo a violação do princípio do contraditório, bem como meio saneador para suprir a ausência de manifestação das partes.

Todos os dados levantados nesta pesquisa levam à conclusão de que o princípio de contraditório como direito de influência das partes na decisão judicial pode ser interpretado diretamente pela Constituição Federal, entretanto, a positivação pelo legislador ordinário demonstra a importância de que seja concedido às partes o direito de expor argumentos sobre a fundamentação que venha embasar a decisão judicial e, mesmo que não acolhidos, sejam justificadamente afastados, para que se resulte na efetiva prestação jurisdicional. É o que se espera.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes apud PORTANOVA, Rui. **Princípios do Processo Civil**. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. **Ordem pública e processo**: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2011. p. 10.

BREDA, Antônio Acir apud PORTANOVA, Rui. **Princípios do Processo Civil**. 6 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 125.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 59.

DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho. **Processo Constitucional e Estado Democrático de Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. p. 120.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil**. V.1. 11. ed. Salvador: Jus Podium, 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 53.

DISTRITO FEDERAL. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**. Embargos de declaração no agravo de instrumento nº 20140020286093 Relator: Sebastião Coelho. Brasília. Diário de Justiça Eletrônico do TJDF. Disponível em:

<<https://dje.tjdft.jus.br/dje/djeletronico>>. Publicado em 02 jun. 2015. Acesso em 26 ago. 2018.

DUARTE, Bento Herculano; JUNIOR, Zulmar Duarte de Oliveira. **Princípios do processo civil: noções fundamentais (com remissão ao novo CPC):** jurisprudência do STF e do STJ. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 56.

ENFAM. **Enfam divulga 62 enunciados sobre a aplicação do CPC.** Divulgado em 01/09/2015. Disponível em: <<http://www.enfam.jus.br/2015/09/enfam-divulga-62-enunciados-sobre-a-aplicacao-do-novo-cpc/>>. Acesso em 08 maio 2018.

FERREIRA, Jussara Suzi Assis Borges Nasser; JÚNIOR, Aguinaldo Ribeiro. **O Princípio do Contraditório: Alcance e Prospecções.** Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=dd7d646241a0fb88>>. Acesso em: 07 maio 2018.

FRANCO, Marcelo Veiga. **Devido processo legal x indevido processo sentimental: o controle da função jurisdicional pelo contraditório e o modelo participativo de processo.** Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas. 2013. v. 29/1.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. **Garantia do tratamento paritário das partes.** São Paulo, Revista dos Tribunais, 1999.

MANGONE, Kátia Aparecida. **Prequestionamento e questões de ordem pública no recurso extraordinário e no recurso especial.** São Paulo: Saraiva, 2013. p. 141.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil.** 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MENDONÇA JR., Desomar, **Princípios da ampla defesa e da efetividade no processo civil brasileiro,** Editora Malheiros, 2001, p. 55.

MESQUITA, Gil Ferreira de. **Fundamentos constitucionais do processo: delineamentos para uma teoria geral.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 9, n. 468, 18 out. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5792>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MONTANS DE SÁ, Renato; FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. **Processo Civil I: Teoria geral do processo.** São Paulo: Saraiva, 2012.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal.** 8 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 60.

NETO, Olavo de Oliveira; NETO, Elias Marques de Medeiros; OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira. **Curso de Direito Processual Civil.** 1ª ed. São Paulo: Editora Verbatim, 2015. p. 87.

NUNES, Dierle José Coelho; BAHIA, Alexandre. **Processo, jurisdição e processualismo constitucional democrático na América Latina: alguns apontamentos.** Revista Brasileira de Estudos Políticos. 2010. Belo Horizonte, n.101. Disponível em: <http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/118/114>>. Acesso em: 08 maio 2018.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Garantia do contraditório. Garantias Constitucionais do Processo Civil.** São Paulo: RT, 1999.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do Processo Civil.** 6 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 125.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. **Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil.** São Paulo: Saraiva, 2007. p. 110.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A Constitucionalização do processo no estado democrático brasileiro.** In: CÂMARA, Alexandre Freitas; GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira (Coord.). **Novo CPC: Reflexões e perspectivas.** Belo Horizonte: Del Rey, 2014. p. 184.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil.** V.1, 12. ed. São Paulo: RT, 2013.

## DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E O RACISMO INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA FRENTE A POPULAÇÃO NEGRA: POR UMA NOVA POLÍCIA E POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA SEM VIOLÊNCIA, DISCRIMINAÇÃO/ESTIGMAÇÃO RACIAL E DESVIO DE FINALIDADE

### DEMOCRACY, HUMAN RIGHTS AND THE INSTITUTIONAL RACISM OF THE PUBLIC SECURITY SYSTEM TOWARDS THE BLACK POPULATION: FOR A NEW POLICE AND PUBLIC SECURITY POLICY WITHOUT VIOLENCE, RACIAL DISCRIMINATION/STIGMATIZATION AND MISUSE OF PURPOSE

Felipe Sardenberg Machado<sup>1</sup>

Luciano Costa Felix<sup>2</sup>

Wemerson Carvalho dos Santos<sup>3</sup>

Laura Pimenta Krause<sup>4</sup>

Fabiane Aride Cunha<sup>5</sup>

Vitor Eduardo Goese<sup>6</sup>

#### RESUMO

O presente artigo possui como objetivo chamar atenção para a necessidade da realização de uma discussão e reflexão crítica acerca do racismo institucional, sobretudo o existente nas práticas, abordagens e violência aliciada das corporações policiais contra a população afrodescendente, que constitui um segmento da sociedade historicamente oprimida, estigmatizada e marginalizada em sua cultura e religião tendo o Estado e as instituições públicas como os principais legitimadores e perpetuadores da violência física e simbólica contra essa população e, sobretudo, os jovens negros. Também se propõe a analisar a necessidade urgente do desenvolvimento e surgimento de uma nova política de segurança pública e, conseqüentemente, de uma nova organização/corporação policial sem violência, corrupção, práticas discriminatórias e desvio de finalidade, capaz de fornecer a todo e qualquer indivíduo, independentemente de sua raça ou classe social, uma adequada política de segurança pública. Para tanto, foi traçado a evolução da prisão e da polícia até chegarmos os dias atuais, demonstrando como o racismo institucional está enraizado nas abordagens policiais desde o seu surgimento. Será frisado que a segurança pública é primordial para realização da segurança nacional e de todos os cidadãos, independentemente de sua etnia, estando de forma expressa em nosso texto Constitucional, não podendo, portanto, ser uma instituição pública que venha a excluir, segregar, estigmatizar, negar a aplicação dos direitos humanos comuns a todos e legitimar as desigualdades sociais por meio de sua forma mais perversa que é o Racismo Institucional Estatal. Assim, é de grande relevância tal temática, posto que precisamos de uma nova polícia e política pública que promova a defesa dos direitos humanos e fundamentais de todos por meio da desnaturalização da ideologia imposta de uma relação entre pobreza; criminalidade e raça.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo Institucional. Direitos Humanos. Polícia. Segurança Pública.

#### ABSTRACT

This article aims to draw attention to the need for a discussion and critical reflection on institutional racism, especially that existing in the practices, approaches and violence of police corporations against the Afro-descendant population, which constitutes a segment of society historically oppressed, stigmatized and marginalized in its culture and religion, with the State and public institutions as the main legitimizers and perpetuators of physical and symbolic violence against this population and, above all, young blacks. It also proposes to analyze the urgent need for the development and emergence of a new public security policy and, consequently, a new police organization/corporation without violence, corruption, discriminatory practices and deviation of purpose, capable of providing any and all individuals, regardless of their race or social class, with an adequate public security policy. To this end, the evolution of the prison and the police was traced until we reached the present day, demonstrating how institutional racism has been rooted in police approaches since its inception. It will be stressed that public security is paramount for the realization of national security and all citizens, regardless of their ethnicity, being expressly in our Constitutional text, and therefore cannot be a public institution that will exclude, segregate, stigmatize, deny the application of human rights common to all and legitimize social inequalities through its most perverse form which is State Institutional Racism. Thus, this theme is of great relevance, since we need a new police and public policy that promotes the defense of human and fundamental rights of all through the denaturalization of the imposed ideology of a relationship between poverty; crime and race.

**KEYWORD:** Racismo Institucional. Direitos Humanos. Polícia. Segurança Pública.

<sup>1</sup> Especialização em Especialização em Direito Tributário PELO IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Graduação em Direito PELA Faculdades Integradas de Vitória, FDV. E-MAIL: felipe@fsm.adv.br. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/9671402196131516

<sup>2</sup> Mestrado em Segurança Pública - Universidade Vila Velha, UVV. Graduação em Direito - Faculdade Batista de Vitória, FABAVI. E-MAIL: lucfelix5@gmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/534234113815968

<sup>3</sup> Mestrado em Administração pela Florida University. Especialista em Redes de Computadores pela Centro Universitário do Espírito Santo, UNESC. Graduação em Redes de Computadores pela Instituto Capixaba de Educação e Tecnologia, ICET. **E-MAIL:** Vixwemerson@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1249612537067308

<sup>4</sup> Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdade de Direito de Vitória, FDV. Graduação em Direito - Faculdade Brasileira UNIVIX. **E-MAIL:** laura.krause.adv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3653270308360251

<sup>5</sup> Especialização em Direito pela Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA. Graduação em Direito - Universidade Vila Velha, UVV. **E-MAIL:** cunhaaride@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5438885251121292

<sup>6</sup> Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Serra Geral. Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira MULTIVIX – **E-MAIL:** vitorgoeseadv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4644085991098393

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz à baila a análise da instituição policial, desde sua origem até os dias atuais, pretendendo demonstrar a necessidade da reestruturação e mudança da ideologia tradicional das formas policiais, de forma que, seja possível o surgimento de uma nova polícia, sem violência, corrupção, desvio de finalidade e práticas discriminatórias e racistas em busca de uma segurança pública que tenha como premissa a proteção e efetivação dos Direitos Humanos e do Direito dos Deveres do Cidadão, como fundamento basilar para o manejo dos problemas sociais de ordem pública.

Neste íterim, foi necessário realizar uma perspectiva histórica da gênese das instituições policiais, para que possamos compreender sua estrutura e entendermos o atual momento da segurança pública no nosso Estado Brasileiro que se tornou um dos instrumentos da cultura hegemônica branca dominante para perpetuar a segregação e exclusão social por meio da perpetuação do Racismo Estrutural e Institucional contra a população negra, sobretudo os jovens negros e pobres, bem como, nos depararmos com a urgência de se criar medidas e políticas públicas capazes de combater e prevenir a violência física e simbólica presente nas atuações e performasse policiais contra a população afrodescendente, que constitui um segmento da sociedade historicamente oprimida, estigmatizada e marginalizada em sua cultura e religião tendo o Estado e as instituições públicas como os principais legitimadores

e perpetuadores da discriminação contra a população afrodescendente.

As políticas públicas são de suma importância em nosso Ordenamento Jurídico, onde a Segurança Nacional está contida em nossa Constituição de 1988 de forma expressa, demonstrando sua relevância na promoção da efetivação dos direitos humanos e fundamentais para todos.

Nesse aspecto, as políticas públicas, incluindo a política de segurança pública, deve ser voltada a promover o combate contra a ação agressiva e reiterada que viola a dignidade da pessoa humana, instaurada sobretudo no cotidiano das instituições públicas como a organização policial, que segrega, discrimina e legitima as desigualdades sociais com base na ideologia da cultura hegemônica de estereótipos raciais, buscando, assim, ações afirmativas e promovendo um ativismo contra a violência física e simbólica voltada a população negra desde o tempos da escravidão e, conseqüentemente, contra o terrorismo racial de Estado promovido por meio do Racismo Institucional.

Ante o exposto, para alcançarmos os objetivos propostos, foi abordado a criação da polícia, desde seu surgimento até a atualidade, bem como, a reflexão crítica da necessidade urgente da promoção e criação de um novo modelo de política de segurança pública e, conseqüentemente, de um novo modelo de corporação policial voltado não só em manter a ordem, mas também trazendo confiança e segurança para toda a sociedade, independentemente da classe social ou etnia do indivíduo, numa verdadeira mudança de paradigma de forma a promover uma política pública de inclusão social

e promoção dos direitos humanos de todos e não de segregação e perpetuadora da discriminação e desigualdades socioeconômicas por meio do Racismo Institucional.

### **O RACISMO INSTITUCIONAL E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL DA ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLICIAL DESDE SUA CRIAÇÃO ATÉ A ATUALIDADE NO BRASIL**

Antes de adentrarmos na temática proposta no presente estudo, que possui como objetivo realizar uma análise crítica sobre as instituições policiais e sua atuação na modernidade, bem como, destacar a importância de que tais instituições necessitam passar por verdadeiras mudanças de ideologias de forma a possibilitar o surgimento de uma nova polícia sem violência; corrupção, práticas racistas ou desvio de finalidade, é de extrema relevância, primeiramente, realizarmos algumas ponderações sobre a atuação da polícia desde sua criação até os dias atuais.

Analisar e refletir de forma crítica a gênese e a evolução das instituições policiais brasileiras torna possível compreendermos a atual situação da segurança pública no país e a urgência em se estabelecer medidas que sejam capazes de combater e prevenir a violência e a criminalidade que assolam o nosso país, que tem sido agravadas pela existência do Racismo Institucional das organizações policiais, sobretudo contra a população negra, que promove e legitima as distorções sociais e ideologias racistas historicamente e culturalmente construídas pela ideologia da cultura hegemônica dominante seja no Brasil ou no mundo.

Nesse sentido, é primordial para iniciarmos a discussão aqui proposta tecermos alguns esclarecimentos sobre o conceito de Polícia e Racismo Estrutural e Institucional. Dessa forma, torna-se mais apropriado para a compreensão da urgência e problemática do tema trabalhado no presente artigo, primeiramente, iniciaremos nossas ponderações sobre a definição de Racismo Institucional e suas devastas

consequências para a segregação social e práticas discriminatórias que, muitas vezes levam ao extermínio e violência simbólica e física contra os segmentos marginalizados e estigmatizados da sociedade, tendo como uma de suas maiores vítimas a população negra, que é cotidianamente perseguida, torturada, estigmatizada, compondo, historicamente, o maior número da população carcerária em nosso país e no mundo.

Antes de adentrarmos na definição do Racismo Institucional, importante se faz mencionar os ensinamentos de Geísa Mattos (2017, p. 194-195) no que diz respeito ao termo raça. Segundo autora deve-se destacar que:

Como tem sido largamente reconhecido no campo das Ciências Sociais, raça é uma construção social (Kasinitz 1992; Telles 2004; BonillaSilva 2014) e, como tal, tem efeitos reais nas vidas das pessoas identificadas como brancas, pretas ou morenas, mesmo que isso não tenha uma base biológica.

Nessa perspectiva, destaca-se que a classificação e subdivisão social da espécie humana por meio da terminologia raça não ocorre no campo das ciências biológicas, pois não existem evidências dentro da biologia que sustentem essa referida classificação social. Assim sendo, a ideologia, os antagonismos e representações preconceituosos derivados da utilização da terminologia Raça, não se sustentam nas ciências biológicas, e sim nos estigmas, estereótipos, e nos quadros e práticas de subordinação e marginalização histórica; cultural; política e socioeconômica impostos pela hegemonia grupo Racial e Social no poder.

Assim nessa linha de raciocínio, no que tange a definição do chamado Racismo Institucional ou Racismo Sistêmico, o mesmo pode ser caracterizado por meio de práticas ou tipo de discriminação que atua, não na dimensão individual/interpessoal, mas nas dimensão estrutural/institucional das organizações e instituições



públicas por meio da implementação de políticas públicas que visem, não a promoção dos direitos humanos e dignidade da pessoa humana, mas sim a efetivação e legitimação, por meio das instituições e políticas estatais, da cultura hegemônica dominante que busca consolidar o quadro de subordinação, discriminação e estigmatização histórica, política, cultural, econômica e social por meio da concretização da chamada hierarquia racial. Assim, nos dizeres de Werneck (2016, p.541-542), *in verbis*:

Já o racismo institucional (RI), que possivelmente é a dimensão mais negligenciada do racismo, desloca-se da dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais. É também denominado racismo sistêmico e garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nesses grupos. O conceito foi cunhado pelos ativistas do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, em 1967, [...] Desse ponto de vista, ele atua de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas - atuando também nas instituições privadas - produzindo e reproduzindo a hierarquia racial.

Diante do exposto, fica evidente que o Racismo Institucional é um termo/expressão utilizada para designar como se manifesta as práticas e ações racistas nas estruturas de organização social e nas instituições públicas estatais, como é o caso das organizações policiais.

Importante destacar que esse tipo perverso de racismo que é legitimado pelo próprio Estado, não se manifesta em atos explícitos e declarados, mas sim por meio de práticas, comportamentos e políticas públicas discriminatórias difusas e camufladas que estão presente no dia a dia das organizações privadas e públicas de forma a efetivar a hierarquia hegemônica racial, no que

se refere a distribuição de benefícios, serviços e melhores oportunidades aos diversos segmentos da população seja em âmbito nacional seja em âmbito internacional. Nessa linha de raciocínio, segundo Almir de Oliveira Junior e Verônica Couto de Araújo Lima (2013, p.22) o “[...] Racismo institucional pode ser definido como o fracasso coletivo das instituições em promover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa da sua cor”.

No entanto, é de primordial relevância destacarmos aqui, para uma maior compreensão da importância da discussão de nossa temática e das práticas raciais no Brasil e no mundo, que o Racismo vai além do âmbito institucional ou individual, transcendendo o espaço das práticas meramente individuais ou institucionais nos campos públicos e privados. O Racismo, e seus vários tipos de manifestação, encontram-se enraizados na própria estrutura central da configuração e organização da sociedade.

Em outras palavras, o Racismo, presente fortemente em nossa sociedade desde os tempos do Escravismo Colonial, se manifesta como elemento estrutural nas entranhas das relações sociais, políticas, econômicas e jurídicas, constituindo-se como “padrão de normalidade” em nossa sociedade. É o que se denomina de Racismo Estrutural. Nessa linha, defende o autor Silvio Almeida que,

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares não sendo uma patologia e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Neste caso, além das medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas

relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2018, p.38-39)

Superado as premissas acerca da definição do Racismo Institucional e Estrutural, é primordial iniciarmos a discussão e tecermos alguns esclarecimentos sobre o conceito de polícia. Nos dizeres de Reginaldo Canuto de Sousa e Maria do Socorro Almeida de Moraes (2011, p. 2) pode-se afirmar que polícia

[...] é a instituição que tem a legitimidade de agir, quando alguma coisa que não deveria acontecer, caso aconteça, algo tem que ser feito. Polícia é, então, a organização administrativa (vale dizer da polis, da civita, do Estado = sociedade politicamente organizada) que tem por atribuição impor limitações à liberdade (individual ou coletivo) na exata (mais, será abuso) medida necessária à salvaguarda e manutenção da Ordem Pública.

Já o autor Álvaro Lazzarini (1998, p. 30) esclarece que

A polícia cuida essencialmente das manifestações criminosas. Atuando preventiva ou repressivamente ela está lidando com o indivíduo predisposto à ilicitude pelos fatores sociais já abordados ou endógenos, sobre os quais ela não tem e nem poderia efetivamente ter controle. E mesmo assim, a polícia é apenas parte de todo um conjunto de órgãos que de forma sistêmica atuam no ciclo da perseguição criminal.

As instituições policiais, desde a sua gênese, sempre possuíram uma ideologia eivada de conservadorismo e práticas discriminatórias e racistas caracterizando-se e se consolidando, ao longo dos diferentes períodos históricos do Brasil, como uma instituição a serviço das classes hegemônicas dominantes e da manutenção dos *status quo* social da sociedade brasileira e mundial de forma a acentuar cada

vez mais a desigualdade e pobreza que sempre foram tão presentes em nosso país e em âmbito internacional.

A referida constatação em nosso país pode ser observada na obra de Marcos David Salem (2007) que ao realizar um estudo sobre a história da polícia do Rio de Janeiro, desde a sua criação e do seu momento fundacional até o ano de 1930, nos alerta que a essência do conservadorismo que norteava a ideologia das instituições policiais do período de 1808 a 1930 ainda se encontra fortemente presente nas práticas policiais na sociedade contemporânea brasileira.

O supramencionado autor revela que escolheu para a sua pesquisa a cidade do Rio de Janeiro pois, ao longo do processo histórico brasileiro, além de ter sido a capital do país de 1763 a 1960, o Rio sempre revelou-se como “caixa de ressonância” para todo o país, ditando regras, modas e costumes para as demais organizações policiais existentes em nosso território nacional. O que não foi diferente no que se refere ao desenvolvimento das instituições policiais, pois os modelos do “Sistema de Controle Social Penal” adotados no Rio de Janeiro foram replicados em outras regiões do país.

Ao longo da pesquisa, Salem (2007) verifica que a elite brasileira, possuidora do poder político e econômico, instituiu; organizou e utilizou as forças policiais, bem como, o sistema penal, desde 1808 até os dias atuais, como “Agência Reguladora da Convivência e do Controle Social”, que tinha a tarefa não só de vigiar as classes marginalizadas e subalternas, mas também, de intervir repressivamente para que as estratégias de sobrevivência e revoluções dessas classes estigmatizadas não perturbassem a reprodução e o desenvolvimento do mercado e do capital, e não abalasse o *status quo* social imposto pela elite hegemônica dominante.

Durante o período colonial, a polícia enquanto uma instituição profissional organizada não existia, sendo que a sociedade brasileira apenas subsistia, sobretudo, devido a uma aliança da coroa portuguesa com os senhores de terra da colônia, que distribuíam uma suposta “justiça, ordem e proteção” em troca de

trabalho e obediência. A repressão e as punições eram implementadas de forma desregular e privada, com a predominância do poder punitivo doméstico dos senhores de terra sobre seus escravos e, inclusive sobre sua própria família, sendo a tortura uma prática comum adotada (SALEM, 2007, p.14).

Contudo, no ano de 1808, ocorre a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, incrementando a atividade econômica e administrativa da cidade, gerando um intenso aumento populacional, bem como, o incremento do tráfico negreiro, que estava intimamente ligado ao desenvolvimento econômico da cidade e do país. (SALEM, 2007, p.14-26).

Por se tratar de uma sociedade escravista, a sociedade brasileira tinha a violência como característica marcante no relacionamento entre brancos proprietários, os escravos e os homens livres sem propriedade e função na ordem urbana, o que acabou por gerar maiores tensões, práticas discriminatórias e desigualdades entre essas distintas classes sociais, sendo, historicamente e culturalmente, as maiores vítimas da manutenção desse *status quo* a população negra. (SALEM, 2007, p.14-26)

Esse cenário fez com que fosse necessário realizar um aperfeiçoamento do aparelho policial e jurídico, com o objetivo de fazer frente à suposta ameaça potencial que partia das classes oprimidas, estigmatizadas e marginalizadas em sua cultura, origem e religião, já que inexistia uma organização policial capaz de conter os “problemas sociais” que surgiam e incomodavam a hierarquia racial e socioeconômica imposta pela elite hegemônica dominante. Assim, no ano de 1808 é criada a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, que, nas palavras de Reginaldo Canuto de Sousa e Maria do Socorro Almeida de Moraes (2011, p. 4) possuía:

[...] as tarefas de zelar pelo abastecimento da Capital (Rio de Janeiro) e de manutenção da ordem. Entre suas atribuições incluíam-se a investigação dos

crimes e a captura dos criminosos, principalmente escravos fujões. O intendente-geral de polícia ocupava o cargo de desembargador, e seus poderes eram bastante amplos. Além da autoridade para prender, podia também julgar e punir aquelas pessoas acusadas de delitos menores. Mais do que as funções de polícia judiciária, o intendente-geral era um juiz com funções de polícia, Costa (2004). A Intendência-Geral de Polícia da Corte foi a instituição que deu origem as Polícias Cíveis ou Polícia Judiciária hoje existente no Brasil, com previsão constitucional (art. 144, § 4°).

Outra importante instituição que surgiu ainda no período colonial, foi a Guarda Real de Polícia, criada em 13 de maio de 1809, constituindo-se no primeiro núcleo profissional de uma polícia organizada de vigilância, sendo a instituição policial que deu origem às Polícias Militares do Brasil. A referida guarda era subordinada ao Intendente-geral de Polícia e ficou conhecida por seus métodos de brutalidade, discriminação e violência simbólica e física em suas abordagens nas ruas contra as classes estigmatizadas e marginalizadas postas à margem da sociedade pela elite dominante, instituindo como principal características para a determinação de seus “suspeitos” estereótipos baseados na etnia do indivíduo. (SOUZA; MORAIS, 2011, p.5)

Nessa perspectiva, essa corporação policial foi utilizada principalmente para a captura de escravos fugidos, destruição de quilombos e pela prisão de capoeiras, sendo empregados excessivos castigos corporais durante os patrulhamentos das ruas. A Intendência Geral de Polícia e a Guarda Real de Polícia eram custeadas pelos impostos sobre serviços e pelas contribuições de quem estava em condições de fazê-las, o que acaba por desvelar a estreita relação de interdependência que existia entre as elites hegemônicas e econômicas dominantes e o Estado, principalmente na figura das instituições policiais. (SALEM, 2007, p.14-26)

Podemos constatar pelas obras dos autores acima citados que a principal preocupação das autoridades policiais da época era reprimir a população escrava, sendo que os métodos e padrões de detenção da época, é ainda presente nas práticas policiais atuais, eram norteados principalmente pela cor da pele, ficando claro que a população negra era vista como a principal ameaça a ser perseguida e combatida.

Diante desse panorama, Salem (2007, p.25) reflete que;

A polícia era um exército permanente travando uma guerra social contra os adversários que ocupavam o espaço ao seu redor. O contato com o inimigo advinha de ações guerrilheiras dos bandos de capoeira, de atos subversivos como fugir do controle de seu dono e de recusar-se a trabalhar, e de uma infinidade de pequenas violações individuais, que iam do pequeno furto ao atrevimento de ficar nas ruas depois do toque de recolher. Ainda nos moldes de um exército permanente, concebia-se a força policial como instrumento coercitivo daqueles que a tinham criado e que a mantinham e controlavam. Todavia, diferentemente da guerra contra os inimigos externos nos campos de batalha, o objetivo aqui não era exterminar ou eliminar o adversário. A meta era subjugar, manter um nível aceitável de ordem e tranquilidade que possibilitasse o funcionamento da cidade no interesse da classe que elaborou as regras e criou a polícia para fazê-las cumprir. [...] Tudo o que eles queriam era infundir terror nos corações dos ociosos, vadios e escravos recalcitrantes.

Diante do exposto, percebemos que as primeiras instituições policiais profissionais organizadas, nas figuras da Intendência Geral de Polícia e a Guarda Real de Polícia, foram criadas e utilizadas pela classe hegemônica dominante para manter o controle social e as condições ideais para que o capitalismo mercantil que norteava as relações econômicas da época pudesse florescer.

O cenário acima descrito pode ser facilmente constatado no fato de que a partir da proclamação da República Federativa do Brasil, o Estado brasileiro passa a desenvolver e estabelecer mecanismos racistas, intolerantes e discriminatórios, inclusive respaldados e legitimados por meio da legislação brasileira, contra a população negra que era perseguida em sua religião e cultura, a exemplo do Código Penal de 1890 que em seus artigos 156, 157 e 158 constituía as práticas religiosas de matriz africana como prática ilegal da medicina; da magia e proibição do curandeirismo. Nesse panorama, destaca a autora Nathalia Vince Esgalha Fernandes (2017, p.119-120)

Na sociedade colonial do século XVIII, as práticas religiosas africanas<sup>5</sup> eram consideradas manifestações de magia ou feitiçaria, e passíveis de punição pelo código canônico e perseguidas pela igreja e pelas autoridades. Yvonne Maggie descreve que “a crença na magia e na capacidade de produzir malefícios por meios ocultos e sobrenaturais é bastante generalizada no Brasil desde os tempos coloniais” (1992, p.22). Assim, a religiosidade negra teve efeitos marcantes no imaginário dos agentes colonizadores sob um misto de admiração e de terror encarnado nas figuras das ‘feiticeiras’ e ‘curandeiras’ (BASTIDE apud FERREIRA, 1985, p. 96); estas religiosidades eram chamadas ‘curandeirismo’, ‘feitiçaria’, ‘espiritismo’ e ‘baixo espiritismo’ até a metade do séc. XX. A partir da República, o Estado brasileiro cria mecanismos reguladores do combate aos “feiticeiros”, introduzindo as práticas das religiões afro-brasileiras no Código Penal de 1890 em três artigos: 156, 157, 1586, que versam sobre a prática ilegal da medicina, prática de magia e proibição ao curandeirismo.

No início do século XX, o Brasil passa por um expressivo crescimento industrial, o que desencadeou um maior crescimento urbano e diversificação e desigualdades sociais. Nesse cenário, as instituições policiais brasileiras passaram a adotar um caráter mais profissional e militar. Passa-se a adotar o discurso da

necessidade de “cientifização da polícia”, ou seja, a adoção de uma “polícia científica”, baseada na teoria lombrosiana, que possua a missão de civilizar a sociedade. (SALEM, 2007, p. 95-100)

Nesse contexto, o sistema penal republicano sofreu uma mudança de ideologia em que houve a substituição da inferioridade jurídica do escravismo pela inferioridade biológica, sendo que esta precisava ser cientificamente provada, o que acabou por desencadear a utilização do racismo no discurso penalístico republicano, ainda presente atualmente. (SALEM, 2007, p. 95-100)

Fica nítido que, desde a sua criação até os dias atuais, é transferido para às instituições e organizações policiais o dever de realizar o controle da sociedade brasileira de forma que se ataque tão somente os problemas sociais, mas não a sua origem ou causa, para a manutenção do “Código Racial” que impõe os padrões e herança sociocultural da elite hegemônica dominante que por meio da chamada “hierarquia racial” objetiva, historicamente, relegar a população negra a “lugares marginais e subalternizados” sem maiores condições, oportunidades, qualidade de vida e até mesmo privando-os de direitos humanos e fundamentais básicos, expressos na Constituição Federal Brasileira de 1988, que garantem uma vida digna a todos os indivíduos, independentemente, de sua raça, crença política e religiosa ou gênero.

Dessa forma, Souza e Morais (2011, p. 3) refletem que a “Polícia é um órgão governamental, presente em todos os países, politicamente organizados, cuja função é a de repressão e manutenção da ordem pública através do uso da força”, e dessa forma realiza o controle e manutenção do *status quo* social da cultura e grupos hegemônicos dominantes daquele determinado país.

Isto posto, ao longo dos diversos períodos históricos do Brasil, constata-se que as forças policiais sempre desempenharam a função de efetivos agentes reguladores das relações e convivência social, sendo esse

um dos principais motivos pelos quais mesmo diante da intensa brutalidade; violência e do exercício extremo e excessivo do poder punitivo, a sociedade brasileira ainda recorre diariamente a essa instituição depositando nela a responsabilidade e confiança de que somente a instituição policial será capaz de resolver seus conflitos.

Esse sentimento ainda se encontra fortemente enraizado em nossa sociedade, pois ao longo da história foi a autoridade policial a instituição que sempre esteve mais próxima e ao alcance dos indivíduos do que qualquer outra instituição representante do poder estatal. (SALEM, 2007, p.105)

Infelizmente, mesmo nos dias atuais a polícia ainda encontra-se indiretamente refém das classes hegemônicas dominantes, servindo sempre a essas em detrimento do restante da sociedade, na medida em que não possui autonomia financeira, contando com orçamentos cada vez mais reduzidos, sendo que estes são utilizados como barganha para a influência das forças políticas nas instituições policiais e nas políticas de segurança pública.

Nesse interim, fica nítido que desde a sua gênese as organizações e corporações policiais foram criadas para a manutenção do *status quo* social da cultura e grupo hegemônico dominante, sendo enraizadas e vividas de práticas perversas de violência física e simbólica contra os segmentos da sociedade subalternizados, oprimidos, marginalizados e estigmatizados, tendo como sua principal vítima a população negra que é massacrada e descriminalizada por sua origem, raça e religião.

Nessa perspectiva, fica evidente a existência do Racismo Institucional nas políticas de segurança pública das corporações policiais desde a sua criação até os dias atuais, que por meio da naturalização do mito que vincula pobreza; criminalidade e população/juventude negra busca manter e legitimar os padrões e segregação social imposta pela elite hegemônica branca racista.



Ante o exposto, é relevante destacar conforme aduz Jacqueline Sinhoretto e Danilo de Souza Morais (2018, p. 19), que

[...] o racismo é um fenômeno do presente e se agravou no período contemporâneo, muito em razão de políticas de segurança que denotam o racismo institucional em seus resultados: mais mortos, mais vulnerabilidade à violência e mais presos entre os jovens negros.

Nesse sentido, nota-se que o Racismo Institucional e a violência simbólica e física incutida nas corporações policiais institui e concretiza uma política de segurança pública que exclui, segrega, oprime, marginaliza e destitui todos os direitos humanos comuns e inerentes a todos os sujeitos, conforme nossa Constituição Federal de 1988, a população negra, sobretudo aos jovens negros e pobres, que são as principais vítimas da violência e agressão inerentes as práticas perversas de violência discriminatória e racista imposta pela Elite hegemônica branca dominante que financia e controla as corporações policiais.

Nessa linha de raciocínio, Edson Benedito Rondon Filho (2012, p. 281), de forma magistral nos desperta a reflexão crítica de que:

A identidade profissional não pode ser confundida com identidade étnica, mas ambas são produzidas e reproduzidas socialmente. Aquela, quando referida à polícia, está associada ao exercício de poder e pode ser instrumento de preconceito, discriminação racial e racismo, em razão da dominação de um grupo étnico sobre outro e reprodução social dessa relação e das condições sócio-históricas. A identidade étnica também pode dar azo ao preconceito, discriminação racial e racismo, mas difere da identidade profissional da polícia, pois esta última é um dos sustentáculos da razão de Estado, empregada como aparelho e mecanismo de controle. Ou seja, a identidade étnica dá sustentação aos discursos socialmente produzidos e pode ser justificativa de um projeto de

poder, ao passo que a polícia é o golpe de Estado em defesa da razão vigente.

O referido autor continua sua crítica reflexiva ainda indagando que (RONDON FILHO, 2012, p. 288):

[...] no Brasil, a cor ganhou um destaque maior que a raça, sendo pertinente questionar se é determinante na seletividade dos abusos policiais. Por isso podemos afirmar uma dificuldade em responder a tal questionamento, em razão das argumentações já expostas. Mas as estatísticas apontam um perfil de vítimas que se autoreconhecem como pretos ou pardos, e, ao mesmo tempo, pertencentes às camadas mais baixas da estratificação social.

Diante todo o exposto acima, pode-se salientar que o desrespeito, a discriminação e ação truculenta e racista da organização policial frente as população pobre e negra, sobretudo os jovens negros, deve ser inaceitável em um Estado Democrático de Direito, visto que, é exatamente essa organização que deveria zelar pela efetivação dos direitos humanos e segurança de todos os indivíduos, independentemente de sua raça, origem, gênero, religião ou opção política. Nessa vertente revela Jurandir de Almeida Araújo (2014, p.87-88) que

É inaceitável e desumana a forma como os sujeitos pobres e vulneráveis às mazelas sociais são tratados pelas polícias civil e militar. [...] afirmar-se, sem medo de ser injusto, que a grande maioria dos jovens negros assassinados, nos dias atuais, é vítima da ação truculenta e racista das polícias civil e militar. Polícias as quais oprimem, torturam e matam, quando deveriam cuidar da segurança de todos/as, independente de cor/raça, gênero, orientação sexual, religião, entre outras formas de diferenciação social.

Devemos urgentemente despertar para a reflexão crítica de que aumento dos índices de violência em nossa sociedade está indissociavelmente ligada a segregação opressão e desigualdades sociais impostos

pela cultura hegemônica da elite dominante presente em nosso país desde o descobrimento do Brasil. É primordial e emergente quebrar o paradigma de que o Poder; a Hierarquia da Renda e Pobreza devem possuir como fator determinante a raça, origem, gênero, opção sexual, religiosa e política do indivíduo para que possamos trilhar efetivamente o caminho da igualdade, justiça social e promoção dos direitos humanos e dignidade humana para todos.

Nesse paradigma, Almir de Oliveira Junior e Verônica Couto de Araújo Lima (2013, p.23) analisando como deve ser a distribuição e aplicação das políticas de segurança pública destacam que

O processo de produção e distribuição da segurança pública consiste em atividades de controle da criminalidade e da violência pelo sistema de justiça criminal, o qual é composto de instituições ligadas ao Poder Executivo e ao Judiciário, que atuam em etapas concatenadas e sucessivas de controle social que definem o papel do Estado na consecução da ordem pública. Como representante do Estado nas ruas, o policial deve, por lei, tratar os cidadãos de forma universal, imparcial, sem distinções de classe, cor de pele, gênero etc. Isso se dá, porém, no campo ideal. Negros são maiores vítimas de agressão por parte de policiais que brancos.

Ademais acrescentam os referidos autores que em seu cotidiano o policial fardado possui a atividade de vigilância ostensiva, abordagem e suspeita como meios e instrumentos de labor para a realização de seus serviços para com a sociedade, devendo tais mecanismos serem devidamente fundamentados, racionalizados e pautados no respeito aos direitos humanos antes mesmo da ocorrência da atuação policial. Nesse sentido, policial deveria possuir um justo e efetivo argumento para a ação de parar e revistar um indivíduo, já que esse ato vem a constranger, de certa forma, o direito de privacidade e liberdade do mesmo. (OLIVEIRA JÚNIOR; LIMA, 2013, p.23)

A previsão da realização da abordagem policial está descrita e previstas nos artigos 240 3 244 do Código de Processo Penal brasileiro. Tais dispositivos estabelecem que em caso de fundada suspeita os agentes policiais podem realizar a busca domiciliar e/ou pessoal mesmo não tem o respectivo mandato autorizando tal ação. A grande problemática dessa previsão legal encontra-se no termo “fundada suspeita” que por ser aberto e subjetivo deixa a decisão dessa específica atuação policial vinculada a discricionariedade do poder de polícia e seus respectivos agentes.

Diante dessas premissas, constata-se que o Racismo Institucional foi uma das ideologias que forjaram a identidade da organização policial desde sua gênese, o que podemos explicitar por meio dos dizeres seguintes dizeres dos autores Almir de Oliveira Junior e Verônica Couto de Araújo Lima (2013, p.23)

Na prática, os sinais identificados para abordar um suspeito são, de forma geral, apesar de não exclusiva, fortemente associados à classe social e à raça dos cidadãos. Em pesquisa realizada no Recife, ao serem perguntados sobre quem abordar primeiro em uma situação de suspeição que envolvesse um homem negro e outro branco, os policiais militares foram quase unânimes em dizer que o negro sofre um olhar diferenciado e, por isso, é sempre o primeiro a ser abordado – ou, às vezes, mesmo o único (Barros, 2008). Na mesma enquete, constatou-se que a situação em relação a condutores de veículos que mais levanta suspeita é a de uma pessoa de cor preta dirigindo um carro de luxo: trata-se de uma situação de suspeita para 21% dos policiais militares, enquanto um branco dirigindo um carro de luxo levantaria suspeita para apenas 2,6% dos entrevistados (Barros, 2008, p. 139).

Podemos citar tantos outros exemplos da manifestação do Racismo Institucional dentro e nas atuações cotidianos das organizações policiais. Nessa linha, é de grande relevância mencionar o que está acontecendo nos últimos dias nos Estados Unidos, em razão de uma onda de grande concentração de protestos

raciais contra a atuação perversa, truculenta e racista da polícia americana.

No dia 25 de maio de 2020 um afro-americano chamado George Floyd veio a óbito após sofrer uma autuação policial em que o agente policial Derek Chauvin da polícia de Minneapolis se ajoelhou no pescoço de George por quase nove minutos enquanto o mesmo estava deitado de bruços contra o asfalto, mantendo-o preso ao chão enquanto George suplicava que não conseguia respirar. O policial Chauvin foi preso, expulso da corporação policial e encontra-se em uma prisão de segurança máxima enquanto enfrenta várias acusações decorrentes do homicídio que cometeu durante o exercício de sua função de agente policial. (G1a, 2020, p.1)

A morte de George Floyd devida ao excesso de força e abuso de poder da polícia despertou e fez ressurgir com maior força a reflexão e debate crítico sobre o Racismo Institucional e autuação truculenta e racista das organizações policiais contra a comunidade negra. A autora Leticia Naisa (2020, p.1) analisa e comenta sobre a morte de George e os protestos antiracismo desencadeados por esse acontecimento, senão vejamos:

A última semana de maio de 2020 foi marcada por protestos nas ruas dos Estados Unidos. Na imprensa e nas redes sociais, as imagens de lugares vazios, uma constante em período de distanciamento social, deram lugar a fotos de aglomerações. Manifestantes foram às ruas pedir justiça pela morte de George Floyd, um segurança de 46 anos, negro, morto na última segunda-feira (25) por um policial na cidade de Minneapolis, no estado do Minnesota.

O momento em que Floyd é algemado, jogado ao chão e asfiziado foi gravado e divulgado nas redes sociais. Pronto: estava lançado o estopim para uma série de protestos, que vêm se espalhando pelo país, durante a pandemia do novo coronavírus. A imagem de uma delegacia em chamas viralizou pela internet, e o presidente Donald Trump, no Twitter, comentou: "quando os saques começam,

os tiros começam". Em resposta, pela primeira vez na história, a rede social sinalizou a postagem como violenta. Em seguida, a Guarda Nacional norte-americana foi acionada para conter novas manifestações. Na noite de sexta-feira (29), Trump recuou.

Exatamente na mesma semana da ocorrência do óbito de George Floyd nos EUA, acontecia no Brasil a morte do adolescente afrodescendente João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, que foi baleado e morto durante uma operação da Polícia Federal e Polícia Civil no Complexo Salgueiro, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro. Parentes da vítima relatam que os agentes policiais invadiram a residência e saíram atirando mesmo diante do fato de que um dos presentes no momento da ocorrência teria gritado que só havia crianças e adolescentes na casa e que todos estavam deitados no chão e com as mãos para cima. (G1b, 2020, p.1)

A Polícia Civil informou que João Pedro Mattos Pinto, que morava na Praia da Luz no bairro Itaoca, foi baleado durante um confronto de policiais na comunidade contra traficantes da região. Os agentes policiais relatam que seguranças dos traficantes tentaram fugir saltando o muro da casa, realizando disparos contra a polícia, enquanto os agentes policiais tentavam cumprir dois mandados de busca e apreensão contra a liderança de uma determinada facção criminosa. (G1b, 2020, p.1)

A autora Leticia Naisa (2020, p.1) ao realizar uma análise comparativa do motivo pelo qual os protestos nos EUA são diferentes dos realizados aqui no Brasil comenta sobre o caso de João Pedro comentando que

Enquanto isso, no Brasil: Na mesma semana da morte de Floyd, o menino João Pedro, 14, foi morto dentro de casa por policiais, durante uma operação em São Gonçalo (RJ). Aqui, nunca houve uma política explícita de segregação racial, mas a desigualdade é bem demarcada etnicamente quando se olham os

números. Negros compõem a maioria da população brasileira (56%) — para o IBGE, a categoria abarca pretos e pardos. Entretanto, homens negros têm expectativa de vida até 4,6 anos menor que a de homens brancos. No mercado de trabalho, uma pessoa negra e uma pessoa branca com a mesma formação têm diferença salarial de 31%. Na violência cotidiana, os dados passam batidos. "As pessoas acham que o que aconteceu com o João Pedro ou com a Ágatha foi um mero acidente. O mito da democracia racial gerou uma cegueira na população brasileira, principalmente branca, que nos faz naturalizar essas mortes", diz Brito. "A gente naturaliza e não se choca." Embora racismo seja crime no Brasil, atos racistas ainda não são percebidos com clareza pela população.

Segundo a autora Geísa Mattos (2017, p. 187-188) o que causou uma das maiores repercussões no Brasil, sendo considerado como um símbolo das práticas de violência racista física e simbólica, demonstrando nitidamente a triste existência do Racismo Institucional na corporação e atuação policial, foi o alarmante caso do jovem negro catador de material reciclado Rafael Braga que foi preso, não uma, mas duas vezes de forma injusta e racista pela polícia. Nos dizeres da referida autora ela relata que

[...] o caso de maior repercussão como símbolo do racismo no Brasil na abordagem policial foi o do jovem negro catador de material reciclado, Rafael Braga, que foi preso próximo a uma manifestação no Rio de Janeiro, em junho de 2013, acusado de portar "explosivos" (duas garrafas plásticas, uma com desinfetante, outra com água sanitária, usadas como "provas"). Enquanto cumpria pena em regime semiaberto, Rafael foi mais uma vez preso, acusado de levar drogas em uma sacola, tendo contra si apenas a palavra dos policiais que o abordaram – os mesmos que, depois de o terem espancado e ameaçado de estupro, teriam forjado o flagrante, como é comum em casos de racismo na abordagem policial. O caso gerou inúmeras campanhas nas redes sociais na internet pedindo a libertação de Rafael Braga.

Diante dessas perspectivas e sobre a revoltante realidade da existência da violência incutida e enraizada na abordagem e atuação da polícia em decorrência da sua identidade quanto instituição ter sido forjada pautada na ideologia do racismo institucional propagado pela elite hegemônica dominante, os autores Almir de Oliveira Junior e Verônica Couto de Araújo Lima (2013, p.24) refletem que

A cultura organizacional das polícias orienta um olhar enviesado. Esta falta de imparcialidade pode ser observada quando corpos de jovens negros e pobres são encontrados nas favelas e periferias. A mesma versão é continuamente citada por policiais nos noticiários exibidos nos mais variados veículos de comunicação do país, geralmente condensada na seguinte afirmação: "Já sabemos o que aconteceu, a vítima estava envolvida com o tráfico de drogas", sem ser realizado um trabalho mais sério de investigação. (OLIVEIRA JUNIOR; LIMA, 2013, p. 24)

Podemos perceber que diversas mortes da população negra, sobretudo de jovens negros e pobres, ocorrem em razão justamente da violência racista física e simbólica realizada pelas organizações policiais. Nessa linha, analisando de forma crítica as contingências desse fenômeno histórico-social Jacqueline Sinhoretto e Danilo de Souza Morais (2018, p. 18) revelam que:

Além da morte violenta causada por ação policial, o predomínio da vigilância policial sobre jovens negros também é constatado pelas taxas de encarceramento. Além de serem vítimas preferenciais dos homicídios cometidos no país, inclusive por policiais, os jovens e os negros são mais encarcerados do que os brancos e do que os adultos, a ponto de ser possível afirmar que o crescimento do número de presos no Brasil (que foi da ordem de 74% entre 2005 e 2012) foi impulsionado principalmente pela prisão de jovens e de negros.

No que tange, ao fato dos agentes policiais exercerem um maior poder punitivo sobre os jovens pobres e negros, que são encarados pela ideologia do Racismo Institucional das organizações policiais como a violência encarnada, os autores Almir de Oliveira Junior e Verônica Couto de Araújo Lima (2013, p.24) afirmam que:

É como se o jovem negro sintetizasse o drama de uma sociedade incapaz de solucionar suas contradições. A figura do jovem negro condensa o aspecto alegre e sincrético da cultura brasileira, expressa no samba e na malandragem, entre outras manifestações, que nos afastam do europeu colonizador. Ao mesmo tempo, simboliza um fator de desordem, execrável do ponto de vista de um Estado autoritário, historicamente voltado para o controle e domesticação das “classes perigosas”, como se fossem uma espécie de inimigo interno.

À luz das premissas acima expostas, passemos a analisar a necessidade do surgimento de uma nova política de segurança pública e um novo modelo de polícia, com uma nova ideologia capaz de promover a ordem e segurança pública para a todos sem distinção pautada na promoção dos direitos humanos, sem exercer o papel unicamente de máquina ou aparelho repressivo do Estado e da elite hegemônica dominante, pautada pelo Racismo Institucional contra os grupos subalternizados, marginalizados e oprimidos, sobretudo a população negra, quebrando o paradigma existente desde os tempos do Brasil colônia .

**POR UM NOVO MODELO DE POLÍCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PAUTADAS NA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS DE FORMA A DESMANTELAR O “CÓDIGO RACIAL” IMPOSTO POR UMA SOCIEDADE CULTURALMETE INJUSTA E SEGREGADORA DAS MINORIAS E DOS AFRODESCENDENTES**

Devido aos altos índices de violência e criminalidade que assolam a sociedade contemporânea brasileira, fica evidente que a ideologia conservadora e racista do policiamento excessivo que permeia as práticas policiais ao longo dos anos, não foi capaz de diminuir a quantidade de crimes cometidos, agravando ainda mais os padrões e índices de brutalidade e violência na sociedade.

Isso ocorre, pois esta ideologia, pautada no Racismo Institucional das organizações policiais implementado pela elite hegemônica dominante, de polícia fardada que concebe a questão da criminalidade como uma guerrilha urbana a ser combatida a qualquer custo, sobretudo contra a população negra, desvela um modelo autoritário de manutenção da ordem e *status quo* social de segregação e desigualdade totalmente descompromissado com a garantia dos Direitos Humanos, com a Dignidade da Pessoa Humana de todos os indivíduos, independentemente, de sua origem ou raça, e com as limitações do poder de polícia.

Nesse contexto, Luiz Eduardo Soares (2006, p. 100) ao realizar uma análise crítica sobre a atuação policial na sociedade contemporânea brasileira, reflete que

As polícias brasileiras, de um modo geral, são ineficientes na prevenção e na repressão qualificada, na investigação e na conquista da indispensável confiança da população. Problemas ligados à corrupção e à brutalidade ultrapassam qualquer patamar aceitável. São refratárias à gestão racional, não avaliam a própria performance, nem se abrem a controle e monitoramento externos. Não se organizam com base em diagnósticos sobre os problemas a enfrentar, o modo de fazê-lo, as prioridades a definir e as metas a identificar. Não planejam sua prática, a partir de diagnósticos, fundada em dados consistentes, nem corrigem seus erros, analisando os resultados de suas iniciativas – os quais, simplesmente, ignoram. São máquinas reativas, inerciais e fragmentárias, inscritas num ambiente institucional desarticulado e inorgânico, regido por marcos legais rígidos e



inadequados. Os profissionais não são apropriadamente qualificados e valorizados e as informações não são ordenadas de acordo com orientação uniforme, que viabilize a cooperação. Há ainda o dramático sucateamento da perícia e o conjunto de dificuldades que derivam da dicotomia: polícia civil-PM. Uma questão especialmente relevante é a segurança privada ilegal (não aquela legalmente constituída), que tem privatizado a segurança pública, envolvendo os policiais no segundo emprego, do qual o Estado acaba refém, porque dele depende a viabilização do insuficiente orçamento público.

Constata-se, assim, que a polícia em nosso país é deficiente, violenta, corrupta e racista, bem como, não é capaz de promover uma efetiva manutenção da ordem e segurança pública, sem violar os direitos básicos dos indivíduos estigmatizados e considerados como criminosos e suspeitos, tendo seu principal alvo a comunidade negra.

Desta forma, é primordial que se promova medidas e políticas públicas voltadas para a substituição do tratamento repressivo e racista que tradicionalmente as instituições policiais têm dedicado aos conflitos sociais. Neste ínterim, é necessário que seja repensado a organização e estrutura das forças policiais, para que possamos alcançar um novo modelo teórico democrático para as políticas de segurança pública que tenham os direitos civis e humanos como fundamento para o manejo dos problemas sociais e de ordem pública garantindo a todos os indivíduos seus respectivos direitos sem qualquer distinção de classe social, raça, origem, gênero, opção religiosa e política.

Compartilhando com as premissas acima expostas, Soares (2006, p. 100) defende que precisamos com urgência de realizar uma reforma policial, que quebre o paradigma existente do Racismo Institucional uma vez que a “[...] eficiência policial e respeito aos direitos humanos são mais do que meramente compatíveis entre si, são mutuamente necessários”.

Complementa ainda o autor que deve-se “[...] estimular a adoção de programas modulares de reforma, orientados para a implementação de um modelo de polícia que vise construir instituições passíveis de gestão racional, voltadas para a redução da insegurança pública e o respeito aos direitos humanos”. (SOARES, 2006, p. 100)

Assim sendo, é notório que devemos promover uma nova polícia, que não se preocupe em punir, oprimir, marginalizar os grupos subalternizados e manter a ordem social a qualquer custo, mas que tenha como principal ideologia a proteção e respeito aos Direitos Humanos a todos sem distinção de raça/etnia.

Neste sentido, Cerqueira (1996, p. 145) afirma que devemos defender “[...] um modelo democrático de resolução de conflitos, fugindo do tradicional modelo autoritário para o qual a polícia só existe para tarefa da manutenção da ordem”.

Para tanto, devemos construir uma nova concepção de ordem e política de segurança pública que não entenda o conflito social como uma ameaça a ser combatido a qualquer custo, mas que o enxergue como uma possibilidade de crescimento e instrumento de integração social de todos.

Só assim, será possível o surgimento de uma polícia integrada com a sociedade civil e preocupada em promover uma segurança pública que tenha como premissa a proteção e efetivação dos Direitos Humanos e do Direito dos Deveres de todos os Cidadãos, como fundamento basilar para o manejo dos problemas sociais e como forma de combate contra o Racismo, sobretudo o Racismo Institucional e Estrutural, que assolam o nosso país.

Segundo Soares (2006, p. 101) para que comece ocorrer mudanças efetivas nas instituições policiais, faz-se necessário que seja realizado uma PEC, cujo objetivo seja a “desconstitucionalização das polícias” o que se caracterizaria na

[...] transferência aos estados do poder para decidirem, em suas Constituições Estaduais, qual modelo de polícia desejam ter – entre as opções, inclusive, evidentemente, a preservação do modelo atual. O Brasil é um país de dimensões continentais e socialmente muito complexo, muito diversificado, o que recomenda respeito à autonomia republicana e federativa dos estados, evitando-se a imposição de modelos únicos, por natureza insensíveis às peculiaridades locais – quaisquer que sejam seus méritos intrínsecos e os benefícios que ofereçam a algumas unidades da federação.

Neste interim, segundo o autor além da PEC na busca da desconstitucionalização é indispensável

[...] estipular algumas regras gerais, de validade nacional, para garantir o salto de qualidade e para evitar que a criatividade e o experimentalismo – estimulados pela PEC – gerem mais fragmentação e obstáculos à cooperação do que já temos hoje (o que certamente seria difícil, dado o grau atual do problema). Essas regras gerais são as normas para a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), também postulado – como a própria desconstitucionalização – no Plano Nacional de Segurança Pública [...]. As regras em pauta determinariam a criação de: a) um ciclo básico (um currículo mínimo) comum, obrigatório para a formação de todo profissional de segurança pública no Brasil; b) uma linguagem informacional comum para todas as polícias, uniformizando-se as categorias e as plataformas de permuta de dados (que teriam tempo de adaptar-se ao novo sistema, o qual exigiria informatização); c) uma sistemática de gestão aberta à avaliação e ao controle externo; d) cotas orçamentárias fixas, destinadas ao investimento em perícia (SOARES, 2006, p. 101-102).

Neste sentido, podemos perceber que esse novo modelo de polícia só vai vir a contribuir para a confiança da instituição da polícia, melhorando o desempenho de suas atividades e por consequência

aumentando a credibilidade da população e promoção dos direitos humanos para todos.

Segundo todas as reflexões realizadas no presente trabalho, fica nítido que, senão forem feitas as referidas mudanças acabaremos agravando o nosso quadro atual de segregação social e violência simbólica e física contra os grupos estigmatizados, oprimidos e marginalizados, como a população negra, o que por consequência aumentará ainda mais os índices de violência e insegurança pública em nosso país.

Diante de tais considerações, faz-se necessário a aplicação de políticas públicas, com o propósito de diminuir o racismo, a violência, a discriminação, a segregação e desigualdades sociais em nosso país, concedendo maior credibilidade nesta instituição policial, que tem como fundamento a segurança e a ordem, pautadas, não na ideologia do Racismo Institucional, mas sim na promoção e efetivação dos direitos humanos para todos, sem distinção de sua origem ou etnia, numa verdadeira mudança de paradigma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como ênfase demonstrar a existência do chamado Racismo Institucional nas corporações policiais, promovido pela elite hegemônica dominante, despertando para reflexão crítica da urgência da necessidade de criação de uma nova polícia em prol da segurança pública, sem racismo, violência, corrupção e desvio de finalidade, posto que, as instituições policiais precisam sofrer alterações urgentes de ideologias e quebra de paradigmas, para que possamos caminhar na construção dessa nova polícia e justiça social.

O tema traz a baila um grande problema vivenciado em nossa sociedade brasileira e no mundo, por meio racismo, visto que, no Brasil e no mundo tanto o Poder, a Hierarquia de Renda e a Pobreza possuem a raça/etnia como fator determinante para a colocação do

indivíduo no “Código Racial” da Elite Hegemônica dominante, que relega e estabelece os lugares e *status quo* sociais considerados por ela “adequados” de cada indivíduo, segmento e grupo social. Fica mais que evidente, no presente artigo, que as organizações policiais foram, desde sua gênese, criadas para a manutenção do referido código racial, propagando, incrementando e legitimando a segregação; marginalização; opressão e estigmatização dos grupos subalternizados, sobretudo a população negra. Nesse interim, as corporações policiais passam a serem instrumentos estatais de legitimação da discriminação racial no nosso país e no mundo, promovendo a violação da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos que devem ser comuns e garantidos a todos os indivíduos independentemente da sua origem, raça, gênero e opção religiosa e política. Essa política de segurança pública calcada na ideologia do Racismo Institucional revela um palco de atrocidades e desumanidades, que possuem como um dos seus principais protagonistas as Organizações Policiais que, ao invés de promover e garantir a segurança, justiça e igualdade social, por meio de suas práticas acaba por realizar a violação dos direitos humanos, revelando, assim, que vivemos tempos de escravidão mais cruéis do que nos tempos remotos da escravidão. Ante todo o exposto acima, fica assustadoramente evidente que a Identidade Policial Brasileira foi criada e forjada na ideologia e premissas do Racismos Institucional das políticas públicas, que enxerga a população e juventude negra como a violência e ameaça encarnada que deve ser combatida. Nessa perspectiva, se faz urgente refletir criticamente sobre as contingências desse fenômeno histórico social e quebrar esses paradigmas impostos pelam elite hegemônica dominante e seu código racial, de forma que por meio de políticas públicas que visem a inclusão e justiça social possamos avançar no caminho da efetivação dos direitos humanos para todos e combater e exterminar a segregação social e a ação truculenta e racista das instituições públicas estatais, sobretudo das

organizações policiais. Assim sendo, faz-se necessária uma mudança com urgência dessa polícia, numa verdadeira quebra de paradigma capaz de diminuir significativamente a violência e brutalidade utilizadas pelas instituições policiais brasileiras, proporcionando mais segurança e credibilidade para toda a população, sendo também necessária a aplicação de políticas públicas, voltadas a um modelo de segurança pública democrático, que tenha como premissa a proteção e efetivação dos Direitos Humanos e do Direito dos Deveres do Cidadão, como fundamento basilar para o manejo dos problemas sociais de ordem pública na sociedade brasileira.

Que possamos avançar em tempos de paz e justiça em que a cor da pele seja motivo apenas de orgulho e inclusão social para todos, e não mais de violência, discriminação e segregação social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?** Letramento. Belo Horizonte, 2018.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. **Racismo, violência e direitos humanos: pontos para o debate.** RIDH | Bauru, v. 2, n. 2, p. 75-96, jun. 2014. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/177>> . Acesso em: 09 jun. 2020.

AUGUSTO, Acácio. **Foucault: filosofia & política, 2013.** Disponível: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=k\\_A22BCb8gC&oi=fnd&pg=PA19&dq=acacio+augusto+policia&ots=fRLB6Ymskp&sig=dso15rodR38jR-j0\\_V\\_RXtnhK4#v=onepage&q=acacio%20augusto%20policia&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=k_A22BCb8gC&oi=fnd&pg=PA19&dq=acacio+augusto+policia&ots=fRLB6Ymskp&sig=dso15rodR38jR-j0_V_RXtnhK4#v=onepage&q=acacio%20augusto%20policia&f=false)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

AUGUSTO, Acácio. **Os anarquistas e as prisões: notícias de um embate histórico.** Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5134/3661>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Discursos sediciosos crime, direito e sociedade. O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia.** Rio de Janeiro, 1997.

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. **A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana.** CALANDU: Revista Gira

Epistemológica - Vol. 1 - no 1 - JAN/JUN 2017 - p. 117-136. Disponível em: <<https://calundu.org/revista/revista-calundu-vol-1-n-1-jan-jun-2017/>>. Acesso em: 25 jun. 2020

G1a. **Caso George Floyd: o que se sabe de Derek Chauvin, policial acusado pela morte que abalou os EUA.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/09/caso-george-floyd-o-que-se-sabe-de-derek-chauvin-policial-acusado-pela-morte-que-abalou-os-eua.ghtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

G1b. **Menino de 14 anos morre durante operação das polícias Federal e Civil no Complexo do Salgueiro, RJ.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/menino-de-14-anos-e-baleado-durante-operacao-no-complexo-do-salgueiro-rj.ghtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LAZZARINI, Álvaro. **A segurança pública e o aperfeiçoamento da polícia no Brasil.** Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/44310/47780>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

LAZZARINI, Álvaro. **Segurança nacional e segurança pública na constituição de 1988.** Disponível em: <<file:///D:/Documents/Alessandra/Downloads/47195-93466-1-PB.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2016.

MATTOS, Geisa. **Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados Unidos.** Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n. 2, p.185-217, jul./dez., 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19498>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

NAISA, Leticia. **Por que protestos contra o racismo nos EUA são diferentes dos brasileiros.** Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/30/por-que-protestos-contr-o-racismo-nos-eua-sao-diferentes-dos-brasileiros.htm>>. Acesso em 08 jun. 2020.

OLIVEIRA JUNIOR, Almir de; LIMA, Verônica Couto de Araújo. **Segurança pública e racismo institucional.** Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5931/1/BAPI\\_n04\\_p21-26\\_RD\\_Seguranca-publica-racismo\\_Diest\\_2013-out.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5931/1/BAPI_n04_p21-26_RD_Seguranca-publica-racismo_Diest_2013-out.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ROSDON FILHO, Edson Benedito. **Polícia e minorias: Estigmatização, desvio e discriminação.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 6 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2013 - p. 269-293.

SALEM, Marcus Davi. **História da polícia no Rio de Janeiro.** Ed. Lumen Juris, 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A arma e a flor formação da organização policial, consenso e violência.** Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86536/89349>>. Acesso em: 05 ago. 2012.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo de Souza. **Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada.** Disponível em: <<https://journals.openedition.org/revestudsoc/10010>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança pública: presente e futuro.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28629>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

SOUSA, Reginaldo Canuto de; MORAIS, Maria do Socorro Almeida de. **Polícia e sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira.** Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/PODER\\_VIOLENCIA\\_E\\_PO LITICAS\\_PUBLICAS/POLICIA\\_E\\_SOCIEDADE\\_UMA\\_ANALI SE\\_DA\\_HISTORIA\\_DA\\_SEGURANCA\\_PUBLICA\\_BRASILEIR A.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_PO LITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALI SE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIR A.pdf)>. Acesso em 04 ago. 2016.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra.** Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sausoc/2016.v25n3/535-549/pt/>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

## ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO COMO FORMA DE EXPROPRIAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DO TRABALHADOR

### BULLYING IN THE WORKPLACE AS A FORM OF EXPROPRIATION OF THE DIGNITY OF THE HUMAN PERSON OF THE WORKER

Felipe Sardenberg Machado<sup>1</sup>  
 Luciano Costa Felix<sup>2</sup>  
 Wemerson Carvalho dos Santos<sup>3</sup>  
 Laura Pimenta Krause<sup>4</sup>  
 Fabiane Aride Cunha<sup>5</sup>

Vitor Eduardo Goese<sup>6</sup>  
 Francynelly Laine da Silva Binda<sup>7</sup>  
 Gabriela Clementino Lopes<sup>8</sup>  
 Karina Santana<sup>9</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho tratará sobre o assédio moral no ambiente de trabalho, visando falar sobre a realidade e a problematização do referido tema. Para tanto, será abordado no decorrer do trabalho o conceito, as modalidades de assédio morale a forma na qual este é praticado pelos empregadores. Trataremos também sobre as consequências do assédio moral sofrido pelo empregado, que muitas vezes tem sua sanidade mental colocada em risco, pois sofre pressão psicológica, ameaças, xingamentos, abusos físicos, bem como a responsabilidade civil de quem o pratica e por fim serão abordadas as possíveis formas de prevenção. Assim, no presente artigo será demonstrado como a legislação brasileira se porta perante esta situação degradante que é o assédio moral, responsável pela expropriação da dignidade da pessoa humana do trabalhador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assédio Moral, Ambiente de Trabalho, Empregado, Empregador, Hierarquia, Processo do Trabalho, Provas.

#### ABSTRACT

The present work will deal with moral harassment in the work environment, aiming to talk about the reality and the problematization of the referred theme. To this end, the concept, types of moral harassment and the way in which it is practiced by employers will be addressed in the course of the work. We will also deal with the consequences of moral harassment suffered by the employee, who often has his mental health put at risk, as he suffers psychological pressure, threats, name calling, physical abuse, as well as the civil liability of those who practice it. In addition, we will analyze what are the means of proof that support the configuration of moral harassment and the effectiveness of these evidentiary means, and finally, the possible forms of prevention will be addressed. Thus, in this article it will be demonstrated how Brazilian legislation behaves in the face of this degrading situation that is moral harassment, responsible for the expropriation of the dignity of the human person of the worker.

**KEYWORDS:** Bullying, Work Environment, Employee, Employer, Hierarchy, Work Process, Evidence.

<sup>1</sup> Especialização em Especialização em Direito Tributário PELO IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Graduação em Direito PELA Faculdades Integradas de Vitória, FDV. **E-MAIL:** felipe@fsm.adv.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9671402196131516

<sup>2</sup> Mestrado em Segurança Pública - Universidade Vila Velha, UVV. Graduação em Direito - Faculdade Batista de Vitória, FABAVI. **E-MAIL:** lucfelix5@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/534234113815968

<sup>3</sup> Mestrado em Administração pela Florida University. Especialista em Redes de Computadores pela Centro Universitário do Espírito Santo, UNESC. Graduação em Redes de Computadores pela Instituto Capixaba de Educação e Tecnologia, ICET. **E-MAIL:** vixwemerson@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1249612537067308

<sup>4</sup> Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdade de Direito de Vitória, FDV. Graduação em Direito - Faculdade Brasileira UNIVIX. **E-MAIL:** laura.krause.adv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3653270308360251

<sup>5</sup> Especialização em Direito pela Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA. Graduação em Direito - Universidade Vila Velha, UVV. **E-MAIL:** cunhaaride@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5438885251121292

<sup>6</sup> Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Serra Geral. Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira MULTIVIX – **E-MAIL:** vitorgoeseadv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4644085991098393

<sup>7</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade Multivix de Cariacica.

<sup>8</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade Multivix de Cariacica.

<sup>9</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade Multivix de Cariacica.



## INTRODUÇÃO

O assédio moral é uma prática nefasta que afeta a vida pessoal e profissional do trabalhador, violando seus direitos fundamentais e causando danos psicológicos. Este estudo aborda o assédio moral no ambiente de trabalho, abrangendo sua história, conceitos, características e classificações, bem como as principais consequências para as vítimas e empresas envolvidas. Também é destacada a dificuldade enfrentada pelos trabalhadores em comprovar o assédio moral em juízo. A análise é conduzida de forma profissional, com o objetivo de conscientizar sobre a gravidade do assédio moral e incentivar a adoção de medidas preventivas e corretivas.

Nessa linha de raciocínio, é imprescindível ressaltar que, no que tange à proteção legal e judicial contra o assédio moral, há diversos aspectos a serem considerados. Dentre eles, a responsabilidade civil do empregador, a comprovação do prejuízo moral e a legislação aplicada pelos magistrados para solucionar o conflito. Além disso, é importante entender como o Judiciário tem se posicionado em relação ao tema, a fim de garantir a justiça e a equidade nas decisões.

Neste viés, como forma de iniciarmos a análise e debate da temática proposta no presente artigo, considerando os desafios enfrentados pelos trabalhadores na comprovação de assédio, muitas vezes ocorrido em situações obscuras entre vítima e agressor, é importante avaliar a aplicação da prova ilícita com base nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Dessa forma, é possível garantir uma análise justa e equilibrada dos fatos, sem comprometer a integridade do processo. Vale lembrar que a busca pela verdade deve ser sempre pautada pelo respeito aos direitos fundamentais e à dignidade humana.

A expropriação da dignidade da pessoa humana do trabalhador ocorre quando o empregador abusa de sua posição de poder e trata seus subordinados como meros degraus para o lucro, ele desrespeita a dignidade

humana e viola um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, ao estabelecer princípios gerais, e, portanto, também aplicáveis ao Direito do Trabalho, consagra em seu art. 1º, inciso III, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, “a dignidade da pessoa humana”.

A proteção ao trabalho é uma das maneiras de garantir a integridade da condição humana. Assim, o acesso ao trabalho e sua proteção são meios de honrar os Direitos Humanos.

Para alcançar todos os objetivos propostos no presente estudo, o artigo foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, trataremos da Violação dos Direitos Fundamentais do Trabalho, bem como, sua definição e contexto histórico que originou a essencial proteção dos direitos trabalhistas no ambiente de trabalho e sua evolução.

Sob esse enfoque trataremos ainda no segundo capítulo a contextualização das Noções Gerais Sobre Assédio Moral, tratando de maneira mais aprofundada a respeito de seus conceitos e características. Esse capítulo será constituído por um subtópico onde abordaremos a Legislação Trabalhista e a Responsabilidade Civil Dano Moral, apontando os tipos de assédio moral, seus conceitos, características e aplicabilidade da lei e sobre os meios de provas admitidos para a caracterização do assédio moral no ambiente de trabalho.

E por fim, no terceiro capítulo é apresentado as principais críticas a cerca do Assédio Moral No Ambiente de Trabalho como Forma de Expropriação da Dignidade da Pessoa Humana do Trabalhador. É indagado acerca do artigo 223-G, da CLT em relação a tabela de precificação da indenização por dano moral na Justiça do Trabalho, uma vez que viola a dignidade da pessoa humana, sendo assim, inconstitucional. Reforça a própria violação cometida contra a vítima, que passa ser lesada e discriminada por causa do valor da sua remuneração.

Para tanto, com o viés de alcançar os objetivos propostos no presente artigo, foi utilizada a metodologia de revisão de literatura, com base em pesquisa

bibliográfica, através de textos e artigos publicados, assim como livros, jurisprudência e doutrinadores que retratam o tema abordado neste artigo.

## **VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO**

Um simples olhar sobre a história mundial atesta que a evolução dos regimes estatais, notadamente nos últimos três séculos, levou à implementação de princípios, direitos e garantias, que estão atualmente previstos na Constituição, os quais possibilitam uma maior participação popular no judiciário. Assim, ao buscar dissociar a ideia de governo da pessoa do governante e evoluindo para a ideia de Estado, como representação do conjunto de pessoas sujeitas a um governo comum, busca-se que essas pessoas sejam capazes de agir sobre os rumos deste governo, com base na regulamentação própria, ainda que não escrita.

Como resultado da nova ordem jurídica e com as atenções voltadas para o ser humano como indivíduo, por via reflexa, implicou em uma essencial proteção dos direitos trabalhistas, tendo em vista que o princípio da dignidade da pessoa humana é um dos pilares para a garantia do Estado Democrático de Direito. Neste sentido, vislumbrou-se que seria necessário a criação de normas que regulamentassem o direito do trabalhador. Nesta esteira, Sergio Pinto Martins, afirma que:

O Direito do Trabalho surge para limitar os abusos do empregador em explorar o trabalho e para modificar condições de trabalho. É uma forma de contraposição à liberdade ou autonomia da vontade do Direito Civil, também com o objetivo de proteger o trabalho como a parte mais fraca da relação de emprego. (MARTINS, 2023, p. 23).

Portanto, o direito do trabalho surge com a finalidade de garantir ao trabalhador melhores

condições de trabalho, utilizando a lei como meio para controlar possíveis atos do empregador que venham ferir a dignidade do trabalhador. Ainda sobre as alusões feitas pelo autor acima supramencionado, este conceitua Direito do Trabalho, Vejamos:

Direito do Trabalho é o conjunto de princípios, regras e instituições atinentes à relação de trabalho subordinado e situações análogas, visando assegurar melhores condições de trabalho e sociais ao trabalhador, de acordo com as medidas de proteção que lhe são destinadas. (MARTINS, 2023, p. 29)

Sendo assim, pode-se afirmar que o Direito do Trabalho surge como uma forma de assegurar os direitos do trabalhador, para que este não seja submetido à situações degradantes no ambiente de trabalho, como por exemplo o assédio moral, uma vez que é parte vulnerável na relação empregador X empregado. Além disso, cumpre salientar que o direito a um ambiente de trabalho com boas condições e que forneça ao empregador bem estar individual e social são atinentes ao princípio da dignidade da pessoa humana, que está assegurado pelo art. 1º, III, da Constituição Federal de 1988, sendo reconhecido como um direito fundamental da pessoa humana.

Infelizmente, a violação dos direitos do trabalhador é cada vez mais comum no Brasil, como por exemplo: a existência de trabalho forçado onde o trabalhador se vê restrito de liberdade, sendo obrigado a prestar serviços com a remuneração insuficiente para o cargo exercido ou até mesmo sem a devida remuneração para suprir as suas necessidades básicas, sendo considerada uma prática ilegal obrigar o trabalhador a prestar tais vínculos trabalhistas, ou até mesmo sendo humilhado e ridicularizado no ambiente no qual labora.

É lícito salientar que, em se tratando de penalidades aplicáveis no Brasil, é proibido pela Constituição Federal em seu art. 5º, III, o trabalho forçado do qual aduz que “ninguém será submetido a

tortura ou desumano ou tratamento degradante”. Não somente neste inciso, mais também no inciso XVIII trata a respeito da liberdade de exercício profissional, e ainda, no inciso XLVII, alínea C, aduz sobre a ilicitude da adoção de penas punitivas de cunho forçado.

Da mesma forma, a Constituição Federal garante ao trabalhador dignidade no ambiente de trabalho. Ocorre que, atualmente na sociedade contemporânea, muitos empregadores violam estas garantias do trabalhador, ao passo que submetem estes a ambientes de trabalho degradantes, o que resulta na incidência da prática de assédio moral.

A Consolidação das Leis do Trabalho, com o objetivo de coibir e punir os empregadores que infringirem as condições de trabalho e, por consequência, sujeitarem seus empregados à condições indignas, estão sujeitos às multas estabelecidas pelos artigos 47, 55, 75, 120 e 153.

Sendo assim, a CLT e a Constituição Federal buscam garantir o cumprimento dos princípios de defesa e efetividade dos direitos básicos do trabalhador, sempre preservando as garantias individuais do ser humano e preservando os fundamentos

## NOÇÕES GERAIS SOBRE ASSÉDIO MORAL:

### CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

Neste capítulo, trataremos acerca dos conceitos e características do assédio moral. José Fiorelli *et al*, conceitua assédio moral como sendo:

A palavra “assédio” significa “insistência importuna, junto de alguém, com perguntas, propostas, pretensões etc.” (dicionário Novo Aurélio) ou “insistência impertinente, perseguição, sugestão ou pretensão constantes em relação a alguém” (Dicionário Houaiss). Trata-se, pois, de um comportamento ou conjunto de comportamentos em relação a alguém. Portanto, ultrapassa o vago campo da “intenção”, “desejo” ou “ideia” para se referir a algo perceptível, no domínio do concreto, do comportamento, com uma

finalidade determinada. (FIORELLI *et al*, p. 9-10, 2015).

Sendo assim, para ter colaboradores com motivação, bom desempenho no trabalho e fidelizados, é necessário construir um ambiente de trabalho organizado e fundamentalmente, voltado para a valorização pessoal de cada trabalhador. O assédio moral tende a surgir em ambientes de trabalho nos quais há pressão e estresse, os quais resultam em desgaste psicológico e sofrimento. No mesmo sentido, Luciano Artinez *et al*, conceitua o assédio moral no ambiente de trabalho, vejamos:

O assédio moral no trabalho não comporta delimitação conceitual precisa, mesmo porque suas manifestações são proteiformes: assumem distintas modalidades de expressão. Em todas elas se constata a violência psicológica no meio ambiente laboral, consistente na exposição do trabalhador a condutas humilhantes, vexatórias, constrangedoras, repetitivas e prolongadas, tornando-o tóxico e nocivo. Essas manifestações agredem direitos fundamentais arduamente conquistados pelos trabalhadores em décadas de lutas sociais. (ARTINEZ, *et al*, p. 8, 2022).

Existem diversas maneiras de violar a intimidade do trabalhador, para Leite (2022, p. 28) “São exemplos de violação da intimidade nas relações empregatícias, a revista íntima (CLT, art. 373-A, VI), a utilização de câmeras em vestiários ou banheiros, o assédio moral e o assédio sexual.”

Portanto, a prática de assédio moral pode ser definida como o ato de cometer violência psicológica de forma sutil, dissimulada quase de forma intencional, com o intuito de humilhar e excluir socialmente a vítima no contexto social de trabalho, causando sofrimento psiquiátrico bem como danos significativos à sociedade e à organização.

Logo, a caracterização do assédio moral no ambiente laboral está diretamente ligada, muitas vezes,

a falta de ética dos agressores, os quais sujeitam as vítimas a péssimas condições de trabalho, seja por ações ou um tratamento diferenciado e injusto no local de trabalho.

Ainda sobre as alusões feitas pelo autor acima supramencionado, a prática de assédio moral pode ser definida como o ato de cometer violência psicológica de forma sutil e dissimulada, com o intuito de humilhar e excluir socialmente a vítima no contexto social de trabalho, causando muitas vezes até mesmo sofrimento psíquico na vítima.

O assédio moral pode ser dividido em quatro formas, Assédio Moral Vertical Descendente, Assédio Moral Organizacional, Assédio Moral Horizontal, Assédio Moral Vertical Ascendente.

O assédio moral vertical descendente é uma prática infelizmente comum nas empresas, em que um superior hierárquico exerce pressão abusiva sobre seus subordinados. Um exemplo disso pode ser observado em um gestor de uma equipe em uma loja de materiais de construção, que cobra metas de vendas de seus promotores de pisos de maneira humilhante. Esses funcionários são obrigados a realizar dancinhas constrangedoras e usar fantasias, tudo isso por imposição de sua supervisora, que os trata de forma pejorativa. Essa conduta é inaceitável e deve ser combatida com rigor, para que todos os trabalhadores possam desempenhar suas funções em um ambiente saudável e respeitoso.

No Assédio Moral Organizacional, o colaborador é vítima de agressões psicológicas perpetradas pela própria empresa, através do ambiente de trabalho em que está inserido. Infelizmente, essa realidade é bastante comum em organizações altamente competitivas, que incentivam a rivalidade entre os funcionários, gerando um clima de medo e ameaças, mesmo que sutis. É importante destacar que essa prática é totalmente inaceitável e deve ser combatida de forma enérgica.

O Assédio Moral Horizontal é um fenômeno que ocorre entre colegas de trabalho que ocupam a mesma

posição hierárquica dentro da empresa. Infelizmente, é comum testemunhar um funcionário alcançando suas metas e, em vez de celebrar o sucesso em conjunto, ridicularizando o colega que não conseguiu atingir os mesmos resultados. Esse comportamento tóxico é frequentemente observado em empresas altamente competitivas, onde a pressão para superar os outros é intensa. No entanto, é importante lembrar que o sucesso deve ser alcançado com respeito e colaboração, e não à custa da humilhação de um colega.

Embora seja raro, o Assédio Moral Vertical Ascendente é uma forma de assédio que ocorre quando um funcionário de nível inferior assedia seu superior hierárquico. Isso pode acontecer quando o funcionário tem acesso a informações confidenciais da empresa ou do superior e as usa como meio de chantagem para obter benefícios pessoais, como faltar sem justificativa, chegar atrasado, sair mais cedo ou pedir um aumento de salário indevido. É importante lembrar que o assédio moral é inaceitável em qualquer direção hierárquica e deve ser denunciado imediatamente para proteger a dignidade e o bem-estar de todos os envolvidos.

Portanto, Luciano *et al* pontua que

O combate ao assédio moral, por isso, interessa a toda sociedade e desafia a atuação de diversos saberes e instituições, em especial de quem se dedica à proteção da saúde dos empregados. O direito emerge como elemento de contenção e repressão. (ARTINEZ, et al, p.8, 2022).

Para identificar os responsáveis pelo assédio moral no ambiente de trabalho, é necessário considerar o tipo de violência sofrida pela vítima. O agressor pode ser o chefe direto, o empregador ou até mesmo os colegas de trabalho. Em alguns casos, o assédio pode ser praticado em conjunto, com a participação solidária do chefe e dos colegas. É importante destacar que a concordância com o agressor caracteriza o assédio moral e deve ser combatida no ambiente profissional. A seguir será analisado a legislação trabalhista no que tange ao

assédio.

## LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E RESPONSABILIDADE CIVIL DO DANO MORAL

A conduta do assédio moral, que varia e pode ocorrer de forma individual ou de forma coletiva é um desserviço direto aos direitos e princípios fundamentais do trabalho e invade o âmbito da responsabilidade civil, dar-se-á dignidade, direito à saúde, direito à honra, direito à imagem, e certo à privacidade da vítima.

A citação direta atribuída a Soares (2014) aborda a questão da legislação relacionada ao assédio moral no ambiente de trabalho no Brasil. Segundo o autor, ainda não existe uma legislação unificada abordando especificamente o assédio moral no ambiente de trabalho. No entanto, é possível encontrar leis municipais e estaduais esparsas que tratam do assunto e têm o objetivo de definir e coibir o assédio moral. Essas leis geralmente se aplicam apenas ao âmbito da Administração Pública direta e indireta. O autor ressalta que o assédio moral é uma prática grave, cuja principal causa é a hierarquia e as relações de poder no ambiente de trabalho, assim como a busca pela vantagem competitiva.

Assim que essas ações se tornam rotineiras e prazerosas, seus praticantes ficam livres para repeti-lá até que o funcionário se canse e peça demissão, momento em que um novo contrato é assinado. Como por exemplo, no caso da funcionária que fez as primeiras denúncias de abuso sexual contra Rogério Caboclo, presidente da CBF, ele ameaçou sua carreira e tentou interferir em sua vida profissional ao mesmo tempo em que insinuava interesse por ela; porém, vindo adiante, ela foi atendida, assim como outros funcionários que estavam passando pela mesma situação.

Apesar de não possuir uma legislação própria que possa distinguir entre assédio moral e dano moral, do qual trata-se de formas distintas e que podem ser confusas entre seus conceitos, e assim, quem tiver a

conduta ilícita de cometer assédio moral poderá ser punido juridicamente por fazê-lo, e isso pode resultar em que a condenação do empregador ao pagamento de indenização pelo assédio moral sofrido pelo empregado. Zanetti (2021), em seus livros expõe e reconhece tais diferenças sobre o assédio moral e o dano moral.

Todavia, Maria Helena Diniz descreve os danos morais como, A lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica, provocada pelo ato lesivo. (DINIZ, 2021, p. 84).

Diante do presente tema em questão, ocorreu inúmeras divergências doutrinárias e, Carlos Roberto Gonçalves, além de filósofo, definiu o dano moral como “atacar o ofendido como pessoa sem prejudicar seus bens”.

É uma condição de bem-estar que engloba os direitos inerentes à pessoa, conforme implicam os artigos 1º, inciso III, e artigo 5º, incisos V e X ambos da Constituição Federal, e que resultam na vivência de dor, angústia, infelicidade, desagrado e degradação. (GONÇALVES, 2008, p.359).

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988, Art. 1º, III)

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (BRASIL, 1988, Art. 5º, V e X)

A moral conceituada no âmbito trabalhista, é



entendida como um dano sofrido por uma pessoa que sente lesado os seus valores subjetivos. Tratando-se de dano moral, geralmente pensamos no empregador como o perpetrador e no empregado como a vítima. No entanto, o empregador também pode causar danos graves ao empregado, e se isso ocorrer, o empregador pode ser responsabilizado pelo dano resultante. (GUIA TRABALHISTA, 2014, p .1)

Nesse sentido, os valores morais são aplicáveis tanto nos casos das pessoas físicas, quanto nos casos das pessoas jurídicas, podendo elas estarem sujeitas ao alcance do crédito externo. Levando em consideração a Constituição Federal artigo 114, inciso VI, todas as ações relacionadas com a indenização decorrente de prejuízos morais que se originem nas relações de emprego devem ser processadas e julgadas pelo Tribunal Superior da jurisprudência trabalhista. (GUIA TRABALHISTA, 2014).

Conforme estabelecido no artigo 22, I da Constituição Federal, a União tem jurisdição exclusiva sobre as leis trabalhistas. Como resultado, a estrutura organizacional não inclui normas de direito do trabalho, mas sim normas administrativas que se destinam a regular as interações entre os governos e seus funcionários. Nesse sentido, acredita-se que o ideal seria uma lei federal incorporada à CLT que visasse à defesa da moralidade e estabelecesse a nulidade de quaisquer transferências, demissões ou sanções disciplinares decorrentes delas. Isso permitiria revogação indireta sem prejuízo da obrigação de indenizar os danos causados. (GAIVA, 2013).

Em síntese, o doutrinador Gaiva, compreende que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), usando sua autoridade para desenvolver normas internacionais do trabalho, produziu uma análise das várias configurações do assédio moral em 2002, bem como uma lista de vários comportamentos que apareceram ser mais comum ou difundido, do qual é proibido a discriminação em qualquer matéria de emprego em todo o Brasil, são considerados como verdadeiros, instrumentos normativos que devem ser

observados como verdadeiros de emprego membro tomar medidas como efeitos ao respeito a esses direitos.

Em suma, é razoável compreender que, a inexistência de legislação federal específica, que possui além do direito ao trabalho, acordos coletivos de trabalho podem ser uma ferramenta competente para que possa prevenir a torpeza moral nos mais diversos locais de trabalho e ambientes.

A conduta negligente do agente, pode ocorrer um dano patrimonial, moral, nexos necessários entre outros são elementos essenciais para a responsabilidade civil.

A responsabilidade civil é um conceito do direito que se refere à obrigação de reparar os danos causados a outra pessoa em virtude de um ato ilícito. Em outras palavras, quando alguém causa um dano a outra pessoa por meio de uma ação ou omissão contrária às normas legais, surge a responsabilidade de reparar esse dano.

Existem dois tipos principais de responsabilidade civil objetiva e subjetiva. Responsabilidade Civil Objetiva sobre esse tipo de responsabilidade, a obrigação de reparar o dano não depende da comprovação de culpa por parte do agente causador. Basta que exista uma relação de causa e efeito entre a ação ou omissão do agente e o dano causado. Em outras palavras, é suficiente provar que o dano ocorreu em decorrência da conduta do agente, independentemente de sua culpa. A responsabilidade civil objetiva é aplicada, por exemplo, em casos de acidentes de trânsito ou de responsabilidade por produtos defeituosos.

O Código Civil no artigo 43 também prevê sobre as responsabilidades a serem reparadas sobre as questões em que causam danos a terceiros na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a

terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo. (BRASIL, 2002, Art. 43)

Responsabilidade Civil Subjetiva nesse tipo de responsabilidade, é necessário comprovar que o agente causador do dano agiu com culpa ou negligência. Além de demonstrar o dano, é preciso provar que o agente teve a intenção de causar o dano ou agiu de forma imprudente, negligente ou de forma contrária ao dever de cuidado. A responsabilidade civil subjetiva é aplicada em muitas situações, como casos de negligência médica ou assédio moral, onde é necessário provar a conduta inadequada do agente.

O artigo 186 do Código Civil brasileiro estabelece que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outra pessoa, mesmo que seja um dano exclusivamente moral, comete um ato ilícito.

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. (BRASIL, 2002, Art. 186)

Esse artigo enfatiza que a responsabilidade civil subjetiva exige a comprovação de culpa ou negligência por parte do agente causador do dano. Portanto, para que haja a responsabilização por um ato ilícito.

No caso do assédio moral, a responsabilidade civil aplicada geralmente é a responsabilidade civil subjetiva. Para que, uma pessoa ou uma empresa seja responsabilizada por assédio moral, é necessário comprovar que houve uma conduta inadequada, como humilhações, intimidações ou ameaças repetidas, e que o agente agiu com culpa ou negligência.

Pereira (2012), por sua vez, destaca que essa tendência pode ser observada no desenvolvimento da responsabilidade civil objetiva e nas teorias do risco. A responsabilidade civil subjetiva abrange os elementos

mencionados (nexo causal, conduta e dano), enquanto a responsabilidade civil objetiva se concentra no nexo causal e no dano, permitindo a existência de excludentes de responsabilidade com base na análise do nexo causal.

O artigo 927 do Código Civil brasileiro estabelece também o princípio geral da responsabilidade civil, que é aplicável em diversas situações.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (BRASIL, 2002, Art. 927)

O parágrafo único do artigo estabelece que haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de terceiros. Isso significa que em certas situações, como em atividades consideradas de risco, a responsabilidade civil pode ser objetiva, ou seja, não é necessário provar a culpa do agente, bastando comprovar o dano e a relação de causa e efeito entre a atividade desenvolvida e o dano causado.

Bertotti, Monique (2014) diz que a responsabilidade civil no direito do trabalho, com ênfase nos casos em que há responsabilização objetiva do empregador. Inicialmente, é feita uma breve abordagem histórica para demonstrar a vanguarda do direito do trabalho no contexto da responsabilidade civil objetiva, especialmente no que diz respeito aos acidentes de trabalho.

A responsabilidade subjetiva é baseada na comprovação da culpa ou negligência do empregador. Isso significa que o trabalhador precisa demonstrar que o empregador agiu de forma imprudente, negligente ou intencionalmente para ser responsabilizado pelos danos

causados. No entanto, no âmbito do direito do trabalho, a responsabilidade civil objetiva tem ganhado destaque, especialmente em relação aos acidentes de trabalho. A responsabilidade civil objetiva significa que o empregador é responsável pelos danos causados ao trabalhador, independentemente de culpa ou dolo, quando determinadas condições são atendidas. Um exemplo de responsabilização objetiva do empregador é no caso de acidentes de trabalho decorrentes de atividades de risco. Se o trabalhador estiver exercendo uma atividade considerada perigosa, o empregador pode ser responsabilizado pelos danos causados, mesmo que não tenha agido com culpa ou intenção. Além disso, a responsabilização objetiva também pode ocorrer nos casos de abuso de direito por parte do empregador. Se o empregador utilizar seu poder de forma abusiva, causando danos ao trabalhador, ele pode ser responsabilizado independentemente de culpa ou dolo. Outra situação em que há responsabilização objetiva do empregador é quando ocorrem danos causados por atos de seus empregados, serviçais ou prepostos. O Código Civil prevê que o empregador é responsável pelos atos praticados por seus funcionários no exercício do trabalho ou em razão dele.

A utilização da responsabilidade civil objetiva no direito do trabalho é considerada extremamente útil, principalmente por estar em consonância com o princípio da proteção. Esse princípio visa proteger o trabalhador, que geralmente é uma parte hipossuficiente na relação de emprego e muitas vezes não possui meios de comprovar a culpa ou intenção do empregador. Portanto, a responsabilização objetiva do empregador no direito do trabalho, especialmente nos casos de acidentes de trabalho, atividades de risco, abuso de direito e atos dos empregados, visa garantir a proteção e a reparação adequada aos trabalhadores que sofrem danos durante o exercício de suas atividades profissionais.

O foco da pesquisa é direcionado aos casos específicos em que cabe a responsabilização

objetiva do empregador. Esses casos incluem acidentes de trabalho em atividades de risco, abuso de direito por parte do empregador e a responsabilidade do empregador ou comitente pelos atos de seus empregados, serviçais ou prepostos, conforme estabelecido nos artigos 932, III, e 933 do Código Civil.

Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos.

A pesquisa conclui que o instituto da responsabilidade civil objetiva é extremamente útil no direito do trabalho e está em consonância com o princípio da proteção. Isso ocorre porque a responsabilidade objetiva é uma forma de proteger o trabalhador, que geralmente é considerado hipossuficiente e, na maioria dos casos, enfrenta dificuldades para provar a culpa ou o dolo do empregador.

O artigo de Orlando José de Almeida (2019) aborda a aplicação das regras para a fixação de reparações por danos morais no contexto das relações de trabalho. O autor destaca as mudanças propostas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio dos artigos 223-A a 223-G, que têm como objetivo trazer maior clareza e direcionamento na definição das indenizações por danos morais. O dispositivo em questão trata da compensação de danos extrapatrimoniais que surgem em decorrência de violações morais ou existenciais sofridas pelo indivíduo ou pela empresa no âmbito das relações de trabalho. Essas violações podem ser causadas por ações ou omissões que afetam a integridade e dignidade do ofendido.

O artigo 223-B, incluído pela Lei nº 13.467/2017,

estabelece que causa dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão que ofende a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica. Esse dano extrapatrimonial refere-se aos prejuízos não financeiros, como danos à honra, imagem, dignidade, integridade psicológica ou emocional. De acordo com esse artigo, tanto as pessoas físicas quanto as pessoas jurídicas são titulares exclusivas do direito à reparação quando ocorre uma ofensa à sua esfera moral ou existencial. Isso significa que tanto os indivíduos como as empresas têm o direito de buscar a devida reparação por danos morais decorrentes de ações ou omissões que causem prejuízos em sua esfera pessoal ou institucional.

Art. 223-B. Causa dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, as quais são as titulares exclusivas do direito à reparação. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

O legislador estabeleceu o artigo 223-G da CLT, que define uma lista de 12 critérios a serem considerados na determinação da possível condenação por danos morais.

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - a natureza do bem jurídico tutelado; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - a possibilidade de superação física ou psicológica; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

VII - o grau de dolo ou culpa; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

VIII - a ocorrência de retratação espontânea; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

X - o perdão, tácito ou expresso; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

XI - a situação social e econômica das partes envolvidas; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

XII - o grau de publicidade da ofensa. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Além disso, o dispositivo do mesmo artigo no parágrafo 1º inciso IV estabelece um limite máximo de reparação equivalente a cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido. Essa medida tem como objetivo proporcionar uma abordagem justa e equilibrada nos casos de violações trabalhistas.

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Quanto aos meios de provas a admitidos para comprovação do dano moral no ambiente de trabalho temos: fotos, gravações, testemunhas e etc.

É importante ressaltar a relevância dos parâmetros estabelecidos, uma vez que, anteriormente, as indenizações trabalhistas eram fixadas pelos juízes de forma arbitrária, sem uma diretriz clara. Isso resultava em discrepâncias significativas nos valores das indenizações em casos semelhantes, o que gerava insegurança jurídica e atrasos na resolução dos processos devido à interposição de recursos. Com as diretrizes definidas pelo legislador, espera-se mais transparência e equidade nas decisões judiciais relacionadas a danos morais no âmbito trabalhista.

## ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO COMO FORMA DE EXPROPRIAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DO TRABALHADOR

Ao longo da trajetória do sistema capitalista, o trabalho tem sido destacado como um elemento crucial do processo produtivo. No entanto, à medida que evoluímos, passamos a enxergá-lo como um meio de construir a cidadania. É imprescindível enxergar o homem como um colaborador fundamental no processo produtivo, e jamais permitir que a sua contribuição seja minimizada ou desvalorizada.

Quando o superior hierárquico exerce pressão abusiva sobre seus subordinados, e utiliza o empregado meramente como degrau para obteção de lucro, ele expropria a dignidade da pessoa humana do trabalhador violando um direito fundamental consagrado pela Constituição Federal.

A dignidade humana está diretamente ligada à necessidade imperiosa de trabalho. Ele é visto como a principal forma de valorização do indivíduo e uma das maneiras mais razoáveis de alcançar a melhoria da conjuntura social atual.

A adoção de medidas como a flexibilização das normas trabalhistas e a pejetização pode parecer uma estratégia individualista por parte do empregador para impulsionar seu crescimento econômico. No entanto, é importante ressaltar que tais artifícios não podem, de forma alguma, violar os princípios constitucionais que garantem a dignidade da pessoa humana e protegem os direitos e garantias dos trabalhadores. É fundamental que as empresas atuem de forma ética e responsável, respeitando as leis e os valores fundamentais da sociedade.

Ao incluir o artigo 223-G na CLT, o legislador estabeleceu doze critérios para determinar possíveis condenações trabalhistas, além de limitar a reparação a cinquenta vezes o último salário contratual do trabalhador prejudicado. Essa medida busca garantir uma abordagem justa e equilibrada em casos de

violações trabalhistas. É importante destacar a relevância desses parâmetros, uma vez que, anteriormente, as indenizações eram definidas pelos juízes sem um direcionamento claro, o que gerava discrepâncias significativas de valores em casos semelhantes, trazendo insegurança jurídica e atrasos na resolução dos processos. Agora, com as diretrizes definidas, espera-se mais transparência e equidade nas decisões judiciais.

No entanto, é preciso ressaltar que já havia críticas em relação ao fundamento da norma antes mesmo de sua entrada em vigor. Definir uma reparação com base no salário do trabalhador ofendido ou do empregado ofensor pode gerar injustiças, especialmente em casos de morte de um trabalhador, onde a vida não pode ser precificada. Defensores da norma argumentam que ela é necessária para garantir justiça e equidade nas relações trabalhistas, mas é importante considerar as possíveis consequências dessa medida.

Nessa linha e, diversas ações diretas de inconstitucionalidade foram movidas contra a tarifação, incluindo a ADIn 5870 pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a ADIn 6082 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI e a ADIn 6069 pelo Conselho Federal da OAB. Na ADIn 5870, foi argumentado que a tarifação impõe uma restrição injusta ao dano extrapatrimonial decorrente da relação de trabalho, limitando a capacidade do Poder Judiciário de conceder uma indenização justa e adequada. Além disso, a norma viola o princípio da isonomia, pois a indenização por um mesmo dano moral teria valores diferentes com base no salário do ofendido. É importante destacar que essas ações foram movidas por organizações que representam os interesses dos trabalhadores e dos profissionais do Direito, buscando defender a justiça e a igualdade perante a lei.

O artigo 223-G da CLT já foi alvo de diversas decisões que o declararam inconstitucional. Em mais um caso que seguiu essa linha de raciocínio, o Juiz Titular da Segunda Vara do Trabalho de Nova Lima/MG, Vicente de



Paula Maciel Junior, proferiu sua decisão nos autos 001000164.2019.5.03.0165. Com uma postura profissional e embasada em argumentos sólidos, o magistrado reforçou a importância de se respeitar os princípios constitucionais em todas as esferas do direito.

A imposição de uma tarifa para a reparação de danos, conforme estabelecido no artigo 223-G, §1º, 2º e 3º da CLT, é claramente inconstitucional, pois viola os artigos 1º, III; 3º, IV; 5º, caput e incisos V e X, bem como o caput do artigo 7º da Constituição Federal. A tarifação dos danos é contrária ao princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III da Constituição Federal), uma vez que permite a violação da esfera pessoal do trabalhador sem uma reparação ampla e integral. Além disso, os limites e valores estabelecidos são módicos e insuficientes, desrespeitando claramente os artigos 5º, V e X da CF/88 e discriminando os trabalhadores. É importante ressaltar que a proteção dos direitos humanos deve ser garantida em todas as esferas, inclusive no âmbito trabalhista.

O artigo 223-G da CLT estabelece um tratamento discriminatório e menos protetivo para os trabalhadores em relação às reparações por danos extrapatrimoniais. Isso ocorre porque, ao contrário dos demais membros da sociedade, as regras do CCB não se aplicam aos trabalhadores, o que limita a reparação e vai contra os princípios da proteção integral previstos na CF/88. Essa restrição ao valor da reparação é uma clara violação aos artigos 3º, IV e 5º, caput, da Constituição da República. A dor de um trabalhador não é menor do que a dor de qualquer outro membro da sociedade, e essa distinção é inaceitável. Embora em alguns casos a norma seja aplicada sem restrições, é importante garantir que ela esteja em conformidade com a Constituição Federal em vigor.

Apesar da controvérsia gerada, diante do exposto, acreditamos que, até que o Supremo Tribunal Federal se pronuncie definitivamente sobre o assunto, o artigo 223-G da CLT deve ser aplicado sem qualquer

ressalva. (ORLANDO ALMEIDA, 2019).

O artigo 223-G, da CLT em relação a tabela de precificação da indenização por dano moral na Justiça do Trabalho, viola a dignidade da pessoa humana, sendo assim, inconstitucional. Reforça a própria violação cometida contra a vítima, que passa ser lesada e discriminada por causa do valor da sua remuneração.

Para garantir a proteção da honra e dignidade das pessoas, principalmente em relações de trabalho onde há uma grande discrepância de poder e remuneração, é fundamental que sindicatos, associações e outras entidades da sociedade organizada se mobilizem para tipificar e criminalizar qualquer ação ou omissão que cause danos. É inadmissível que milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo o país sejam submetidos a salários irrisórios e punições sociais injustas por sua posição de subordinados e hipossuficientes, um vez que o valor da indenização não gera impacto significativo as grandes empresas, sendo assim, a indenização poderia ser calculada na base salarial do agressor, como forma de incentivo para que a empresa invista em estratégias para tornar o ambiente de trabalho mais humanizado e saudável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do assédio moral ser um tema relevante, a maioria dos envolvidos no ambiente de trabalho ainda desconhece seu significado e as consequências devastadoras que pode causar. Muitas vezes, a vítima não reconhece que está sofrendo violência ou agressão moral, mesmo que esteja passando por um grande sofrimento. É crucial que medidas preventivas sejam adotadas para manter um ambiente de trabalho saudável e produtivo, que preserve a saúde física, moral e psicológica dos funcionários, e acima de tudo, que respeite a dignidade humana, um dos maiores direitos do cidadão brasileiro. Para erradicar o flagelo do assédio moral no local de trabalho, a conscientização é a chave mestra. Tanto o empregador quanto o trabalhador

assediado devem estar cientes da gravidade do problema e da necessidade de agir prontamente para pôr fim a essa prática nefasta.

É fundamental que todos estejam empenhados em promover um ambiente de trabalho saudável e respeitoso, onde a dignidade e o bem-estar de cada indivíduo são valorizados e protegidos. Em suma, a conscientização é o primeiro passo para uma cultura de trabalho mais ética e humana.

O assédio moral é uma questão que há tempos vem sendo debatida. As transformações na economia do país têm impactado as relações de trabalho, o que tem contribuído para a crescente incidência desse tipo de violência no ambiente profissional. É preciso estar atento e agir de forma consciente para coibir esse comportamento abusivo e garantir um ambiente de trabalho saudável e respeitoso para todos.

Durante a elaboração deste artigo, buscamos apresentar uma visão mais ampla do assédio moral, destacando sua relevância, abrangência e aplicação prática. É importante ressaltar que o trabalhador vítima desse tipo de violência psicológica tem o direito de buscar a proteção jurídica do Estado contra o que muitos especialistas consideram um verdadeiro terrorismo psicológico no ambiente de trabalho.

O presente artigo versa sobre a responsabilidade civil no âmbito do direito do trabalho, em especial, nos casos em que o empregador é responsabilizado objetivamente. Inicialmente, realizou-se uma breve abordagem histórica para demonstrar a vanguarda do direito do trabalho no que se refere à responsabilidade civil objetiva, especialmente nos casos de acidentes de trabalho.

Posteriormente, adentrou-se ao cerne da pesquisa, analisando de forma específica os casos em que o empregador pode ser responsabilizado objetivamente, tais como acidentes de trabalho em atividades de risco, abuso de direito e responsabilidade do empregador por atos de seus empregados, serviçais ou prepostos, conforme previsto nos artigos 932, III e 933

do Código Civil.

Concluiu-se que o instituto da responsabilidade civil objetiva é extremamente útil no direito do trabalho, pois está em consonância com o princípio da proteção, uma vez que é uma forma de proteger o trabalhador, que muitas vezes não tem condições de provar a culpa ou dolo do empregador.

Os direitos da personalidade, intrínsecos à própria essência do indivíduo, são uma manifestação única de sua existência. São eles que garantem o direito à vida, à liberdade, à integridade física, à honra, à imagem e à intimidade, todos protegidos pela Constituição. Em suma, são direitos que não podem ser violados, pois representam a essência da pessoa humana.

O assédio moral é um golpe devastador que atinge a vítima em todas as áreas de sua existência pessoal, social e profissional. As consequências para o funcionário assediado são múltiplas, com destaque para a violação de seus direitos fundamentais, em especial a dignidade humana, e o impacto negativo em sua vida como um todo. É preciso agir com firmeza e determinação para combater essa prática nefasta e garantir um ambiente de trabalho saudável e respeitoso para todos.

A jurisprudência brasileira tem se mostrado cada vez mais comprometida em proteger os direitos dos trabalhadores, especialmente no que diz respeito ao assédio moral. Quando o dano causado ao trabalhador é devidamente caracterizado, a justiça tem se manifestado de forma firme e contundente na punição dos responsáveis.

Por fim, Cabe ao empregador, portanto, tratar seus funcionários com dignidade e respeito, garantindo sua liberdade de trabalho, sua integridade física e moral, sua privacidade e sua reputação. Qualquer prática de humilhação ou violação dos direitos da personalidade deve ser evitada a todo custo, uma vez que tais direitos são agora protegidos pelo Estado. É fundamental que as empresas assumam essa responsabilidade e sejam

exemplo de ética e justiça no ambiente de trabalho.

## REFERÊNCIAS

DINIZ, Maria Helena. **CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: VOL. 1 – 39ª edição 2021.** Responsabilidade Civil. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GAIVA, Emilia Munhoz. **ASSÉDIO MORAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 110, mar 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **DIREITO CIVIL BRASILEIRO.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. v. IV.  
HIRIGOYEN, M. F. **Assédio moral: redefinindo o assédio moral/ Marie-France Hirigoyen: tradução \Rejane Janowitz.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOARES, Fernanda de Carvalho. **O assédio moral no ordenamento jurídico brasileiro.** Revista Fórum Trabalhista – RFT, Belo Horizonte, ano 3, n. 11, p. 21-47, mar./ abr. 2014.

ZANETTI, Robson. **Dano moral e assédio moral na justiça do trabalho são a mesma "coisa"?** . Acesso em 14 de mai. 2021.

PEREIRA, Ricardo Diego Nunes. **Os novos danos: danos morais coletivos, danos sociais e danos por perda de uma chance.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012.

GUIA TRABALHISTA, **Dano moral nas relações de emprego. Guia trabalhistas,** ano 2014. Disponível em: <https://www.guiatrabalhista.com.br/guia/danomoralnoemprego.htm> Acesso em: 11 DE junho de 2023.

BERTOTTI, Monique. **A responsabilidade civil objetiva no âmbito trabalhista.** Revista Fórum trabalhista: RFT, Belo Horizonte, ano 3, n. 11, p. 109-124, mar./abr. 2014.

BRASIL. **Código Civil.** Lei nº 10.406. 10 de Janeiro de 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm). Acesso em: 16 jun 2023

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Decreto Lei nº 5.452. 01 de Maio de 1943. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm). Acesso em: 16 jun 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 jun 2023.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito do Trabalho.**

São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622944. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622944/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

MARTINS, Sergio P. **Direito do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553627475. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627475/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ARTINEZ, Luciano; JÚNIOR, Pedro Lino de C. **Assédio moral trabalhista: ações coletivas e processo estrutural.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553620018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620018/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FIORELLI, José O.; JR., Marcos Julio Olivé M.; FIORELLI, Maria R. **Assédio Moral: Uma Visão Multidisciplinar,** 2ª edição . São Paulo: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788522497898. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497898/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ALMEIDA, Orlando José. **Título da mat. Aplicação do artigo 223-g da CLT - arbitramento da reparação por danos morais - constitucionalidade ou inconstitucionalidade.** Nome do site Migalhas de peso, ano. 2014 Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/305015/aplicacao-do-artigo-223-g-da-clt---arbitramento-da-reparacao-por-danos-morais---constitucionalidade-ou-inconstitucionalidade>>. Acesso em: 11 jun. de 2023.

**OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE****THE SUCCESSION RIGHTS OF THE SURVIVING SPOUSE**

Felipe Sardenberg Machado<sup>1</sup>  
Luciano Costa Felix<sup>2</sup>  
Wemerson Carvalho dos Santos<sup>3</sup>  
Laura Pimenta Krause<sup>4</sup>  
Fabiane Aride Cunha<sup>5</sup>

Vitor Eduardo Goese<sup>6</sup>  
Alex Junior Pessi Mantovaneli<sup>7</sup>  
Wenderson Osvaldo Baba Da Hora<sup>8</sup>  
Caroline Righeth Biral<sup>9</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso visa demonstrar, de forma prática e simplista, todas as características que determinam a forma como devem ser efetivados os direitos das sucessões, considerando as peculiaridades de cada regime de bens que se possa estabelecer entre os cônjuges, disseminando o conhecimento sobre este tema que se demonstra cada vez mais relevante e presente na sociedade. Com a leitura do presente artigo, ainda que desacompanhada do estudo do texto legal, ficará nitidamente demonstrada a importância de se observar todos os pequenos detalhes em casos práticos. Isto porque qualquer ponto não observado pode gerar uma nova interpretação, alterado todo o resultado da partilha de bens, modificando o resultado da transmissão do patrimônio pelo evento morte, portando, algo extremamente determinante para as partes envolvidas. Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, tendo sido analisados entendimentos jurisprudenciais, artigos científicos e em principal o texto legal do Código Civil de 2002, que determina todas as principais regras de sucessão. Assim, foi possível explanar os pontos divergentes que se tornam consequências do regime de bens escolhido pelo casal, sendo eles o regime de comunhão universal de bens, comunhão parcial de bens, e separação convencional de bens. Também aspectos conceituais são estudados, a exemplo, Meação e Herança, que são de suma importância para compreensão dos aspectos ora abordados, e se relacionam profundamente com os imperativos legais que determinam não apenas a ordem, mas também como concorrem os herdeiros.

**PALAVRAS- CHAVE:** Cônjuge; partilha; regime de bens; meação; herança; e patrimônio.

**ABSTRACT**

This course completion work aims to demonstrate, in a practical and simplistic way, all the characteristics that determine how the rights of succession should be carried out, considering the peculiarities of each property regime that can be established between the spouses, disseminating knowledge on this subject that is increasingly relevant and present in society. With the reading of this article, even if unaccompanied by the study of the legal text, it will be clearly demonstrated the importance of observing all the small details in practical cases. This is because any point not observed can generate a new interpretation, changed the entire result of the sharing of assets, modifying the result of the transmission of assets by the death event, therefore, something extremely decisive for the parties involved. For the development of this work, the bibliographical research method was used, having been analyzed jurisprudential understandings, scientific articles and in main the legal text of the Civil Code of 2002, which determines all the main rules of succession. Thus, it was possible to explain the divergent points that become consequences of the property regime chosen by the couple, being the regime of universal communion of goods, partial communion of goods, and conventional separation of goods. Also conceptual aspects are studied, for example, Meação and Inheritance, which are of paramount importance for understanding the aspects now addressed, and relate deeply to the legal imperatives that determine not only the order, but also how the heirs compete.

**KEYWORD:** Spouse; sharing; property regime; meação; inheritance; and patrimony.

<sup>1</sup> Especialização em Especialização em Direito Tributário PELO IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Graduação em Direito PELA Faculdades Integradas de Vitória, FDV. E-MAIL: felipe@fsm.adv.br. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/9671402196131516

<sup>2</sup> Mestrado em Segurança Pública - Universidade Vila Velha, UVV. Graduação em Direito - Faculdade Batista de Vitória, FABAVI. E-MAIL: lucfelix5@gmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/5342341113815968

<sup>3</sup> Mestrado em Administração pela Florida University. Especialista em Redes de Computadores pela Centro Universitário do Espírito Santo, UNESC. Graduação em Redes de Computadores pela Instituto Capixaba de Educação e Tecnologia, ICET. **E-MAIL:** Vixwemerson@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1249612537067308

<sup>4</sup> Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdade de Direito de Vitória, FDV. Graduação em Direito - Faculdade Brasileira UNIVIX. **E-MAIL:** laura.krause.adv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3653270308360251

<sup>5</sup> Especialização em Direito pela Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA. Graduação em Direito - Universidade Vila Velha, UVV. **E-MAIL:** cunhaaride@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5438885251121292

<sup>6</sup> Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Serra Geral. Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira MULTIVIX – **E-MAIL:** vitorgoeseadv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4644085991098393

<sup>7</sup> Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira MULTIVIX.

<sup>8</sup> Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira MULTIVIX.

<sup>9</sup> Especialização em Direito Penal e Processual Penal pela FAVENI - Faculdade Venda Nova Do Imigrante. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8085738408385326

## INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda um tema que se encontra no universo do direito das sucessões, ramo do direito civil. O direito de suceder é de conhecimento difundido, no entanto, as questões técnicas atreladas a ele, naturalmente se limitam aos juristas.

Apesar de encontrar guarida no direito das sucessões, logo mais será nítida a importância de se observar o conteúdo trabalhado de forma ampla, afinal, passar-se-á no presente estudo por instituto do direito das famílias, qual seja, a meação.

Será interpretada a legislação civil brasileira, sobretudo as disposições do código civil pátrio, com vistas a compreender como se comporta o cônjuge sobrevivente, no caso de sucessão patrimonial, cabendo ressaltar desde logo, que a concorrência de herdeiros e a definição do regime de bens são determinantes para a fixação da cota parte do cônjuge supérstite.

Sobre os pontos de atenção acima mencionados, a concorrência de herdeiros consiste na existência de outras pessoas previstas na legislação que também possuam direito sobre a herança deixada. Enquanto o regime de bens do casamento do falecido determinará, também conforme o texto legal vigente, como e em qual situação o cônjuge sobrevivente poderá suceder. Tudo com o devido aprofundamento nos estudos realizados, que aqui se apresentam.

O casamento é um contrato civil solene, ou seja, envolto de formalidades. A atenção dada ao casamento

pela legislação se justifica pela sua própria importância, afinal, o casamento estabelece uma comunhão plena de vida entre os cônjuges.

Tão importante quanto os termos legais que dispõem sobre o próprio casamento e sua vigência, são suas consequências jurídicas quando se chega ao fim. O término do casamento pela morte de um dos cônjuges, é apenas uma hipótese dentre aquelas que põe fim ao casamento, uma vez que a nulidade ou anulação do casamento, a separação judicial e o divórcio também o fazem.

É notável como a população em geral se refere ao casamento de forma corriqueira, afinal, é absolutamente comum na sociedade civil, haja visto ser algo enraizado na cultura popular. Valendo destaque a influência da religião neste último aspecto.

Assim, por ser tão presente na sociedade atual, e na vida civil das pessoas, é fundamental que seja um tema esclarecido, livre de desentendimentos. Tanto em relação aos leigos quanto aos juristas, o tema possui nuances capazes de gerar dúvidas, e conseqüentemente complicações.

O conhecimento a respeito das consequências jurídicas que a morte traz ao casamento se revela de suma importância para diversas situações, inclusive, ao se estabelecer o regime de comunhão do casamento, quando de sua instituição na vida dos então pretendentes.

Ademais, outro fator que demonstra a significância do evento morte na relação conjugal é que



suas consequências extrapolam os interesses patrimoniais, podendo causar modificações em diversas situações e direitos de diferentes esferas.

A título de exemplo, evidenciando-se as consequências extrapatrimoniais da morte no casamento, o Superior Tribunal de Justiça já há algum tempo firmou entendimento pela possibilidade jurídica do restabelecimento do nome de solteira pela viúva. Tal fato demonstra como a morte do cônjuge pode causar mudanças até mesmo nos direitos da personalidade.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Por se tratar de um tema de extrema relevância para as famílias brasileiras, é necessária uma abordagem que explique todas as nuances que permeiam o estudo do tema de forma prática e de fácil entendimento.

Para a compreensão do tema aqui abordado, é fundamental o conhecimento acerca do instituto da meação. Apesar de o presente estudo se encontrar no direito das sucessões, é de suma importância o conhecimento deste instituto proveniente do direito de família.

A meação se refere à metade dos bens do casal que se comunicam, de acordo com o regime de bens estabelecido. Neste contexto, imperioso destacar que a meação não se confunde com a herança. A primeira é um direito próprio do titular dos bens, enquanto o último diz respeito aos bens que pertenciam ao falecido.

Noutras palavras, para fins de estudo, cabe dizer que o patrimônio do casal que se comunica é dividido em duas partes iguais, sendo a meação de cada um dos cônjuges.

A partir da metodologia apresentada, o presente estudo indica que onde há meação, não há herança, ou seja, a meação nunca faz parte da herança. O conhecimento deste fator facilita a compreensão do tema, uma vez que muitas dúvidas surgem pela discussão da sucessão dos bens do casal.

Portanto, ao analisar o caso prático, qualquer que seja o regime de bens adotado, é fundamental constatar desde logo a existência ou não da meação do cônjuge supérstite, e, caso existente, a identificação dos bens a que ela se refere.

Superado este ponto, agora cabe esclarecer a posição do cônjuge na ordem de vocação hereditária. Para tanto, importante a transcrição do texto legal do Código Civil de 2002:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

- I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;
- II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;
- III - ao cônjuge sobrevivente;
- IV - aos colaterais. (BRASIL, 2002)

A doutrina é uníssona ao destacar a lastimável falta de técnica, além do erro de sistematização do legislador, isto porque, apesar de não mencionado no artigo supratranscrito, é legítima a equiparação para fins sucessórios entre cônjuge e companheiro.

Voltando ao tema central, é notório que o cônjuge ocupa as três primeiras classes no artigo 1.829 do Códex Civil, sendo as duas primeiras em concorrência, com descendentes e ascendentes, respectivamente, e na terceira, sem concorrência.

Interpretando o mencionado dispositivo temos que o inciso I traz a concorrência entre: a) os descendentes; e b) o cônjuge casado sob o regime de separação convencional de bens ou sob o regime de comunhão parcial, se o autor da herança houver deixado bens particulares. O dispositivo traz duas ressalvas: o cônjuge casado sob o regime de separação obrigatória de bens (que não estudaremos nesta oportunidade) e o cônjuge casado sob o regime da comunhão universal de

bens, visto que nesta hipótese ele apenas será meeiro, e não herdeiro, conforme aprofundaremos a seguir.

Assim, feitas as considerações acerca do instituto da meação, e ainda, identificado o dispositivo legal que se apresenta como ponto principal deste estudo, passa-se aos estudos específicos dos direitos sucessórios do cônjuge sobrevivente casado sob o regime de comunhão parcial de bens, separação convencional de bens, e comunhão universal, começando pelo último.

### **OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE CASADO SOB O REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS**

Já é sabido que na comunhão universal, todos os bens de cada cônjuge se comunicam, ou seja, todos os bens pertencem à ambos. Observado o regime de bens, passa-se à identificação da meação do cônjuge sobrevivente. Neste caso, a meação se refere a 50% (cinquenta por cento) da integralidade dos bens deixados.

Noutras palavras, conforme já mencionado, onde há meação, não há herança. Logo, se a integralidade dos bens deixados se comunica, com a morte de um dos cônjuges, apenas há que se falar em meação.

Assim, sabendo que o falecido que foi casado sob o regime de comunhão universal, a partir da sua morte, o cônjuge sobrevivente se torna proprietário exclusivo da metade dos bens que compunham o patrimônio do casal. Este patrimônio se refere, na verdade, à meação.

Noutras palavras, o cônjuge supérstite se torna proprietário exclusivo da metade de um patrimônio que, antes da viuvez, pertencia integralmente ao casal.

Nesse contexto, conforme disposição do inciso I, do artigo 1.829 do Código Civil (BRASIL, 2002), havendo descendentes do falecido, o cônjuge sobrevivente não

terá qualquer direito à herança, restando-lhe a meação, que já lhe pertence por direito próprio.

Exemplificando, suponha-se que José, casado sob o regime de comunhão universal, tenha falecido quando possuía a totalidade de R\$100.000,00 (cem mil reais) em patrimônio. Além da esposa Joana, deixou 2 filhos. A resolução do caso hipotético: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) compõe a meação de Joana, sendo que esta não terá direito sobre a outra metade, que compõe a herança. Portanto, restará para cada um dos filhos o montante de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Outra situação surge em caso de inexistência de descendentes do falecido, mas existência de ascendentes. Veja o dispositivo do Código Civil Brasileiro de 2002:

Art. 1.836. Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente.  
§ 1º Na classe dos ascendentes, o grau mais próximo exclui o mais remoto, sem distinção de linhas.  
§ 2º Havendo igualdade em grau e diversidade em linha, os ascendentes da linha paterna herdaram a metade, cabendo a outra aos da linha materna.

O código civil não traz ressalvas em caso de concorrência com ascendentes, ou seja, hipótese do inciso II do artigo 1.829. Nesta situação, além da meação por direito próprio, o cônjuge concorrerá sobre a herança na proporção apresentada pelo artigo 1.837 do Código Civil. Assim, é garantido ao cônjuge um terço da herança, chegando à metade se com ele concorrer apenas um ascendente, ou se os ascendentes não forem em primeiro grau. Segue o caso hipotético. Veja-se o mencionado dispositivo:

Art. 1.837. Concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará um terço da herança; caber-lhe-á a metade desta se houver um só ascendente, ou se maior for aquele grau. (BRASIL, 2002)

Imagine que José, casado sob o regime de comunhão universal com Joana, falece quando possuía patrimônio equivalente a R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais). José não possuía filhos, e além da esposa, deixou ambos os pais vivos. A resolução: caberá à Joana sua meação, no importe de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Quanto à herança, restará R\$30.000,00 (trinta mil reais) para Joana, bem como a mesma quantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para cada um dos pais de José.

Continuando o mesmo caso hipotético, supondo que José não tivesse os pais vivos, mas sim a avó materna e o avô paterno. Nesse caso, Joana teria direito sobre 50% da herança (além da meação), restando 25% da herança para a avó materna e 25% para o avô paterno, uma vez que os avós não são ascendentes em primeiro grau.

Finalmente, sendo o caso de cônjuge sobrevivente sem concorrência de qualquer descendente ou ascendente, lhe restará a integralidade da herança. Importante observar que, agora, haverá sim a herança, além da meação por direito próprio. É o caso exato da previsão legal constante no artigo 1.838 do Código Civil (BRASIL, 2002):

Art. 1.838. Em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão por inteiro ao cônjuge sobrevivente.

Vale também destacar que o dispositivo supratranscrito encontra perfeita consonância com a disposição do inciso III, do artigo 1.829 do Código Civil, que prevê o cônjuge sobrevivente como único herdeiro, em caso de inexistência de concorrência com descendentes e ascendentes.

#### **OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE CASADO SOB O REGIME DE SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS**

Em princípio, fundamental destacar que as hipóteses de separação convencional de bens e separação obrigatória de bens dizem respeito a situações que não se confundem, que terão consequências diferentes no que se refere à sucessão.

Nesta oportunidade será abordada a hipótese de separação convencional de bens.

Considerando a observação apresentada, sendo a separação convencional de bens o regime estabelecido entre o casal, não há que se falar em meação. Afinal, os bens de cada um deles não se comunicam. Neste contexto, a integralidade dos bens do falecido comporá a herança.

Vale destacar uma divergência em relação ao tópico anterior. Note-se que, havendo concorrência na sucessão, quando se trata do regime de comunhão universal de bens, não há que se falar em herança para o cônjuge sobrevivente, que é apenas meeiro. Aqui, a situação é inversa. Não há que se falar em meação, já que não existiu patrimônio comum.

Apesar de o regime de separação convencional de bens demonstrar a intenção de manter separado o patrimônio de cada cônjuge, ironicamente deflui no texto legal que o legislador conferiu direitos sucessórios ao cônjuge sobrevivente casado sob o regime de separação convencional de bens, concorrendo com os herdeiros necessários por cabeça, sendo excetuado o referido direito ao casamento regido sobre a separação obrigatória de bens. A disposição se encontra no artigo 1.832 do código civil de 2002:

Art. 1.832. Em concorrência com os descendentes (art. 1.829, inciso I) caberá ao cônjuge quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, se for ascendente dos herdeiros com que concorrer. (BRASIL, 2002)

Cabendo ressaltar que, apesar de concorrer para receber a mesma quantia que cada descendente, a cota do cônjuge não poderá ser inferior à 25% (vinte e

cinco por cento da herança), desde que também seja ascendente dos herdeiros concorrentes.

Superados os pontos iniciais, segue o caso hipotético: José, casado com Joana sob o regime de separação convencional de bens, possui 2 filhos. Antes de se casarem, José e Joana já possuíam um veículo cada. Após o casamento José adquiriu um patrimônio avaliado em R\$200.000,00 (duzentos mil reais), passado algum tempo, José falece.

Tem-se como solução do caso hipotético o que segue. Não há que se falar sobre o carro de Joana, por ser bem exclusivo dela. Joana terá direito de herança nas mesmas medidas que cada um dos filhos, qual seja, 1/3 (um terço) sobre o veículo de José e 1/3 (um terço) sobre o patrimônio construído após o casamento, tendo em vista que pertencia exclusivamente à José em razão do regime de bens adotado.

No entanto, se José possuísse 4 filhos, e não dois, seria garantido à Joana 25% (vinte e cinco por cento) ou ¼ (um quarto) da totalidade da herança. Nesse caso, restaria a cada um dos quatro filhos igual parte sobre 75% (setenta e cinco por cento do patrimônio de José).

Inexistindo descendentes, o cônjuge concorrerá com os ascendentes nos mesmos moldes explanados no item anterior, pela disposição do mesmo dispositivo retromencionado, qual seja, artigo 1.837 do código civil de 2002 (BRASIL, 2002).

Imagine que José e Joana se casaram sob o regime de separação convencional de bens. Após o casamento, e antes do falecimento José acumulou patrimônio avaliado em R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), e deixou além da esposa, sua mãe e sua avó materna como ascendentes.

Se procederá à sucessão da seguinte maneira. Sua avó não terá direito à herança, uma vez que é excluída em razão da existência de ascendente de grau mais próximo, sua mãe, conforme previsão do artigo 1.836, §1º, do Código Civil de 2002. Sua mãe concorrerá

com Joana, de como que a cada uma caberá R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) ou metade da herança.

Finalmente, não havendo concorrência do cônjuge sobrevivente com qualquer descendente ou ascendente, caberá a ele a integralidade da herança.

Nesta esteira, imagine que José e Joana se casaram sob o regime de separação convencional de bens. Após o casamento, e antes do falecimento José acumulou patrimônio avaliado em R\$200.000,00 (duzentos mil reais). José não deixou qualquer ascendente ou descendente, mas apenas sua esposa.

A solução do caso é a seguinte. Joana, como única herdeira necessária, receberá a integralidade da herança deixada por José, ou seja, R\$200.000,00 (duzentos mil reais). Tudo por força da disposição constante no artigo 1.838 do Código Civil (BRASIL, 2002), também já transcrito.

## **OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE CASADO SOB O REGIME DE COMUNÃO PARCIAL DE BENS**

Para a definição dos direitos sucessórios do cônjuge sobrevivente casado sob o regime de comunhão parcial de bens, necessariamente há que se observar a realidade fática.

A explicação para essa necessidade é existência ou inexistência de bens particulares do falecido. Ou seja, aqueles bens que já possuía anteriormente à celebração do casamento, ou bens recebidos de herança, ou ainda, doação. Em suma, quaisquer bens que não pertençam simultaneamente a ambos os cônjuges.

Caso todos os bens do falecido sejam também pertencentes ao cônjuge sobrevivente, este não terá direito sobre a herança deixada, mas tão somente à meação.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a concorrência do cônjuge sobrevivente com os descendentes dar-se-á exclusivamente quanto aos bens particulares constantes do acervo hereditário do de cujus (REsp 1.368.123, Rel p/

ac. Min. Sidinei Beneti, segunda seção, DJ 08/06/2015). Em suma, caso o falecido deixe bens particulares, o cônjuge concorrerá somente sobre estes.

Exemplificativamente, segue o caso hipotético. José já possuía um apartamento quando se casou com Joana. Após o casamento, adquiriu patrimônio avaliado em R\$100.000,00 (cem mil reais). José falece deixando dois filhos e a esposa.

A resolução do caso consiste na divisão patrimonial, restando à Joana direito sucessório sobre 1/3 (um terço) do apartamento (sendo a quantia patrimonial de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) sua meação). A cada um dos dois filhos, ficará a quantia patrimonial de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), mais 1/3 sobre o apartamento.

Imagine outra situação. José, casado com Joana sob o regime de comunhão parcial de bens, não possuía qualquer bem particular. Ele faleceu deixando um patrimônio avaliado em R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais), a esposa, e três filhas.

A correta resolução traz que o equivalente a R\$90.000,00 (noventa mil reais) comporá a meação de Joana, que neste caso não será herdeira. A outra metade comporá a herança, que deverá ser dividida em quantia equivalente a R\$30.000,00 (trinta mil reais) para cada uma das filhas de José, herdeiras necessárias.

Nas hipóteses de concorrência com os descendentes ou ascendentes, permanecem as mesmas regras devidamente explanadas nos itens anteriores. No entanto, neste caso de comunhão parcial de bens, apenas se observará quanto aos bens particulares do falecido.

Nota-se que no regime de comunhão parcial de bens, a depender da existência ou não de bens particulares, haverá grandes semelhanças com as soluções de divisão patrimonial dos regimes anteriormente estudados.

na hipótese do regime de comunhão parcial sem bens particulares, também não

há direito sucessório para o cônjuge. Sob o ponto de vista prático, uma comunhão parcial sem bens particulares corresponde a uma verdadeira comunhão universal de bens, na medida em que todo o patrimônio será dividido, inexistindo qualquer bem exclusivo do finado. (FARIAS, ROSENVALD, NETTO, 2020, p. 1418)

Por fim, merece notável destaque a disposição do artigo 1.832, do Código Civil pátrio, por vezes já mencionado no presente estudo, porém, neste momento melhor aprofundado. In verbis:

Art. 1.832. Em concorrência com os descendentes (art. 1.829, inciso I) caberá ao cônjuge quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, se for ascendente dos herdeiros com que concorrer (BRASIL, 2002)

A interpretação da norma supratranscrita sugere, noutras palavras, que o cônjuge sobrevivente herdará como mais uma cabeça, em cota igual à garantida aos descendentes. No entanto, sendo o cônjuge supérstite também ascendente dos descendentes do falecido, lhe será garantida a cota mínima de vinte e cinco por cento da herança.

Nota-se que a referida disposição se refere ao patrimônio que o cônjuge concorrer. Ou seja, se casado no regime de comunhão universal, o dispositivo não terá aplicabilidade. Se casado sob o regime de comunhão parcial, o dispositivo somente será aplicado sobre os bens particulares, visto que os demais bens, caso existentes, compõem a meação. E ainda, se casado sob o regime de separação convencional de bens, o dispositivo terá aplicabilidade sobre a totalidade da herança.

A principal discussão se evidencia quanto à existência de filhos havidos fora do casamento. Ou seja, filhos do falecido não comuns ao cônjuge sobrevivente. Na hipótese, no que tange à referida garantia concedida ao cônjuge, vale destacar que deve ser interpretada de forma restritiva, somente sendo cabível caso todos os



descendentes sejam filhos também do cônjuge sobrevivente, não sendo aplicável em caso de filiação híbrida. É o entendimento explanado no Enunciado 527 das Jornadas de Direito Civil, e REsp 1.617.650.

## METODOLOGIA E MÉTODO DE PESQUISA

A presente pesquisa, tendo em vista seus objetivos mais gerais, se enquadra nos moldes que a definem como sendo uma pesquisa exploratória. Sobre a referida classificação, cabe destacar o que leciona Gil:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. [...] Em virtude dessa flexibilidade, torna-se difícil, na maioria dos casos, “rotular” os estudos exploratórios, mas é possível identificar pesquisas bibliográficas, estudos de caso e mesmo levantamentos de campo que podem ser considerados estudos exploratórios. (GIL, 2017, p.26)

Sendo certo que o presente estudo foi realizado principalmente com base em material já publicado, de diferentes fontes bibliográficas, com o objetivo de obtenção de fundamentos teóricos, é possível afirmar que o este estudo possui caráter de pesquisa bibliográfica. Veja-se a definição apresentada por Gil:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet. (GIL, 2017, p.28)

Concluindo, acrescenta-se o caráter do presente estudo como sendo pesquisa de fonte secundária, cuja finalidade “é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto” (Lakatos, 2021, p.46). Assim, são manipuladas as informações que constam nos textos legislativos, bem como obras doutrinárias, de modo que permita solucionar os problemas da presente pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito às disposições legais que tecem as normas dos direitos sucessórios, é notável que, apesar de compor um conjunto bastante completo de regras, sem pontas soltas, a população em geral a desconhece.

Esta ignorância tende a gerar conflitos quando da morte do indivíduo, especificamente no que trata da sucessão patrimonial.

No momento do casamento, a escolha pelo regime de bens adotado conduzirá a divisão do patrimônio no caso de divórcio, e, quanto ao tema abordado, à transmissão patrimonial pela morte.

O conhecimento das regras de sucessões alinhadas ao regime de bens escolhido é de fundamental importância.

Exemplificando, aqueles que, com o objetivo de apartar os patrimônios, decidem pelo regime de separação convencional de bens, garantem a incomunicabilidades dos bens para fins de divórcio. No entanto, sobrevivendo a morte de um dos cônjuges, este regime garantirá ao supérstite a condição de herdeiro necessário, que concorrerá com os descendentes do falecido pelo patrimônio.

Noutras palavras, um leigo poderia pensar que o cônjuge sobrevivente não teria direito ao seu patrimônio em caso de morte, se fossem casados sob o regime de separação convencional de bens. Obviamente, não é o que ocorre.

Tendo em vista a possibilidade de ocorrer erros deste tipo, estudamos e simplificamos, apresentando com exemplos práticos as normas dos direitos sucessórios, indicando as semelhanças e diferenças em cada um dos três principais regimes adotados para o casamento.

Neste diapasão, apresentamos os conceitos de meação e herança, sendo o primeiro definido como a parte do patrimônio comum do casal que se destina ao cônjuge por direito próprio, e o último definido como o conjunto de bens deixados pela pessoa falecida, sobre o qual se deverá proceder ao inventário e partilha.

Também foi destacado que onde há meação, não há herança, de moto que foram traçadas semelhanças entre a sucessão de bens em caso de pessoa casada sob o regime de comunhão universal de bens, e sob o regime de comunhão parcial sem bens particulares. Nestes casos, o cônjuge, que será meeiro, não terá direito à herança.

Conclui-que, apesar de facilmente compreensível, a disseminação desse conhecimento deve ser praticada pelos profissionais atuantes na área, devendo estes promoverem a orientação jurídica adequada não apenas antes de iniciar os trabalhos de inventário e partilha, mas também antes que se contraia o casamento.

É igualmente importante que orientações básicas estejam visíveis em ambientes como cartórios de registro civil, à título de exemplo.

Desta forma, o conhecimento quanto ao assunto abordado, pode ser apresentado de forma mais próxima das famílias que precisam entender tais regras, não apenas na hora de realizar a repartição de bens, mas também na hora de tomarem decisões como a de pôr qual regime de casamento optar.

Portanto, apenas com a busca por conhecimento por parte da população é que ocorrerá o pleno conhecimento sobre os direitos sucessórios do cônjuge sobrevivente. Ocorre que, como os eventos casamento e morte são absolutamente comuns na

sociedade, com a atuação efetiva dos profissionais do direito, este conhecimento será transmitido com brevidade.

## REFERÊNCIAS

FARIAS, Cristiano Chaves de. NETTO, Felipe Braga. ROSENVALD, Nelson. **Manual de Direito Civil Volume Único**. 5ª Ed. BA: JusPodivm, 2020.

FROTA, Bruno. **Ordem de vocação hereditária. Problemática do artigo 1829, I do Código Civil brasileiro**. 2018. Disponível em: <<https://brunofrota83.jusbrasil.com.br/artigos/578777990/ordem-de-vocacao-hereditaria-problematICA-do-artigo-1829-i-do-codigo-civil-brasileiro#:~:text=A%20norma%20contida%20no%20artigo,rela%C3%A7%C3%B5es%20patrimoniais%20pertencentes%20ao%20falecido>> Acesso em junho de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª edição. Grupo GEN, 2017. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/cfi/6/2!/4/2/4@0:35.2>> Acesso em: mai. 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro Volume 7 - Direito das Sucessões**. 14ª ed. Editora Saraiva, 2020. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616015/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>> Acesso em: jun. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª edição. Grupo GEN, 2021. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845/cfi/6/2!;vnd.vst.idref=cover!>> Acesso em: mai. 2021.

MADALENO, Rolf. **Entenda o Conceito de Meação no Direito de Família**. 2019. Disponível em <<http://genjuridico.com.br/2019/10/16/conceito-de-meacao/>> Acesso em: mai. 2021.

PORATH, Maria Luisa Machado, e SANTOS, Laísa. **As Consequências Sucessórias de Acordo com Cada Regime de Bens**. 2020. Disponível em <<https://schiefleradvocacia.jusbrasil.com.br/artigos/900972999/as-consequencias-sucessorias-de-acordo-com-cada-regime-de-bens>> Acesso em: mai. 2021.

**REsp 1.368.123**, Rel p/ ac. Min. Sidinei Beneti, segunda seção, DJ 082015. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/196052671/curso-especial-resp-1368123-sp-2012-0103103-3/relatorio-e-voto-196052680>> Acesso em: jun. 2021.

SIQUEIRA, Flávio Augusto Maretti. **O Cônjuge e o Direito Sucessório Face ao Novo Código Civil**. 2002. Disponível em  
<<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/940/O-conjuge-e-o-direito-sucessorio-face-ao-novo-Codigo-Civil>> Acesso em: jun. 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil v7 - Direito das Sucessões**. 8ª ed. Editora Saraiva, 2021. Disponível em:  
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594812/>.> Acesso em: jun. 2021.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil - Direito das Sucessões - Vol. 6**. 14ª ed. Grupo GEN, 2021. Disponível em  
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993788/cfi/6/2!/4/2/2@0:43.7>> Acesso em: jun. 2021.

## O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO BULLYING IN THE WORKING ENVIRONMENT

Felipe Sardenberg Machado<sup>1</sup>  
Luciano Costa Felix<sup>2</sup>  
Wemerson Carvalho dos Santos<sup>3</sup>  
Laura Pimenta Krause<sup>4</sup>  
Fabiane Aride Cunha<sup>5</sup>  
Vitor Eduardo Goese<sup>6</sup>

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** O assédio moral, é uma prática que existe na sociedade desde os seus primórdios. Ela está enraizada nas relações interpessoais, e principalmente ligada à gestão de pessoas, que no caso, se enquadra nas relações de trabalho principalmente. Na relação de emprego, o empregador se encontra em uma posição superior à do empregado. **Objetivo Geral:** Analisar os diferentes tipos e formas de assédio moral que ocorrem no ambiente de trabalho, os direitos do empregado que sofre assédio moral e também as consequências físicas e psicológicas que acarretadas pelo assédio moral. **METODOLOGIA:** Trata-se de pesquisa exploratória, modalidade baseada em estudos de casos e pesquisas bibliográficas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se após a leitura e pesquisa do que foi relatado acima, que ao assédio moral está presente, cada vez mais, nos ambientes de trabalho, e mesmo com a questão do tele trabalho crescendo exponencialmente os casos tem sido cada vez mais comum e frequente.

**PALAVRA-CHAVE:** Assédio Moral. Ambiente de Trabalho. Relações Interpessoais

### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** Bullying is a practice that exists in society since its inception. It is rooted in interpersonal relationships, and mainly linked to the management of people, which in this case, fits into labor relations mainly. In the employment relationship, the employer is in a superior position to the employee. **General objective:** Analyze the different types and forms of bullying that occur in the workplace, the rights of the employee who suffers bullying and also the physical and psychological consequences that entailed by bullying. **METHODOLOGY:** This is exploratory research, modality based on case studies and bibliographic research. **FINAL CONSIDERATIONS:** It is concluded after reading and researching what was reported above, that bullying is present, increasingly, in work environments, and even with the issue of teleworking growing exponentially cases have been increasingly common and frequent.

**KEYWORDS:** Bullying. Working Environment. Interpersonal Relations.

<sup>1</sup> Especialização em Especialização em Direito Tributário PELO IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Graduação em Direito PELA Faculdades Integradas de Vitória, FDV. **E-MAIL:** felipe@fsm.adv.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9671402196131516

<sup>2</sup> Mestrado em Segurança Pública - Universidade Vila Velha, UVV. Graduação em Direito - Faculdade Batista de Vitória, FABAVI. **E-MAIL:** lucfelix5@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5342341113815968

<sup>3</sup> Mestrado em Administração pela Florida University. Especialista em Redes de Computadores pela Centro Universitário do Espírito Santo, UNESC. Graduação em Redes de Computadores pela Instituto Capixaba de Educação e Tecnologia, ICET. **E-MAIL:** Vixwemerson@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1249612537067308

<sup>4</sup> Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdade de Direito de Vitória, FDV. Graduação em Direito - Faculdade Brasileira UNIVIX. **E-MAIL:** laura.krause.adv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3653270308360251

<sup>5</sup> Especialização em Direito pela Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA. Graduação em Direito - Universidade Vila Velha, UVV. **E-MAIL:** cunhaaride@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5438885251121292

<sup>6</sup> Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Serra Geral. Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira MULTIVIX – **E-MAIL:** vitorgoeseadv@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4644085991098393

## INTRODUÇÃO

O assédio moral, é uma prática que existe na sociedade desde os seus primórdios. Ela está enraizada nas relações interpessoais, e principalmente ligada à gestão de pessoas, que no caso, se enquadra nas relações de trabalho principalmente.

Na relação de emprego, o empregador se encontra em uma posição superior à do empregado.

O empregador ou a chefia imediata, estando nessa posição superior frente ao empregado, excede em alguns casos o seu poder de comando e gerência, e parte para uma abordagem mais agressiva a qual possibilita a configuração do assédio moral no ambiente de trabalho.

A prática do assédio moral, não se dá nos atos em que o chefe faz uma determinada cobrança em relação a uma tarefa a ser desempenhada ou quando eventualmente ocorre uma “bronca”, mas sim em atos e situações reiteradas que tragam prejuízos a saúde psicológica e física do empregado e leve-o a criar uma espécie de trauma e descontentamento com o ambiente de trabalho, e causem constrangimento, em decorrência dos atos a qual o mesmo foi submetido.

É possível que o assédio moral ocorra, não de forma exclusiva e isolada, por parte do empregador ou superior hierárquico/chefia imediata, mas também que venha a partir de um colega de trabalho.

Essa atitude de forma recorrente, pode ocorrer na tentativa de espelhar a atitude do superior para tentar alcançar uma certa vantagem sobre o colega a qual está sendo acometido de tal prática, e até mesmo despertar um certo favoritismo frente a chefia, pelo fato de estarem tendo atitudes similares.

De todo modo, o assédio moral no ambiente de trabalho, é uma prática que deve ser desencorajada e os empregados devem estar conscientes de quando estão sendo vítimas de tal situação, e denunciar os praticantes.

## JUSTIFICATIVA DO TEMA

Muitas pessoas são diariamente e recorrentemente vítimas de assédio moral nos seus respectivos postos de trabalho, de todas as formas possíveis de ocorrer, seja assédio moral interpessoal, institucional, vertical descendente e ascendente, horizontal e misto.

É necessário que os mesmos, empregados, sejam conhecedores de seus direitos para assim os fazerem valer, reconhecerem sua condição de vítimas do assédio moral em seu ambiente de trabalho e saberem como e a quem recorrer e denunciar.

Uma pesquisa realizada pelo site vagas.com, (acesso em 07 de abril de 2021), mostra que: “dos 4.975 profissionais de todas as regiões do país ouvidos no fim de maio, 52% disseram ter sido vítimas de assédio sexual ou moral. E, entre quem não passou por esta situação, 34% já presenciaram algum episódio de abuso”. (2015)

Como já abordado, não há que se negar que o assédio moral, seja tão antigo quanto o próprio trabalho em si, porém os números mostram o quanto isso tem atingido os trabalhadores de forma ampla e crescente no Brasil.

O assédio moral em si, são os atos que estão a causar o dano, as atitudes reiteradas que estão associadas a ferir a dignidade do empregado.

Diante dessa exposição é de suma importância que esse tema seja abordado, debatido e divulgado amplamente, pois se trata de um problema que atinge todas as camadas de trabalhadores e trabalhadoras, e a grande maioria, não sabe sobre seus direitos, e muitas vezes nem mesmo que está sofrendo assédio moral em seu emprego.

## DELIMITAÇÃO DO TEMA

O assédio moral no ambiente de trabalho da ótica do direito, seu conceito, suas ramificações, os efeitos psicológicos causados às vítimas, os problemas de saúde que podem vir a acarretar em decorrência do assédio moral, também podem ser trabalhados, entendimentos jurídicos acerca do tema e como se dá o assédio moral na



hipótese de home-office, muito evidente durante a pandemia da COVID-19.

### PROBLEMA DE PESQUISA

Quais são os diferentes tipos e formas de assédio moral que ocorrem no ambiente de trabalho? Quais os direitos do empregado que sofre assédio moral? Quais as consequências físicas e psicológicas que podem ser geradas pelo assédio moral?

### OBJETIVO GERAL

Analisar os diferentes tipos e formas de assédio moral que ocorrem no ambiente de trabalho, os direitos do empregado que sofre assédio moral e também as consequências físicas e psicológicas que acarretadas pelo assédio moral.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conceituar assédio moral no ambiente de trabalho e suas implicações no mundo jurídico.
- Explanar sobre os direitos do empregado, frente ao assédio moral e as formas de buscar seus direitos.
- Apresentar as consequências causadas nas vítimas de assédio moral, físicas e psicológicas.

### METODOLOGIA

A metodologia que será utilizada na elaboração do estudo presente é a exploratória, modalidade baseada em estudos de casos e pesquisas bibliográficas preliminares, em regra. A respeito de pesquisa exploratória, Gil (p.26) diz:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser

bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. A coleta de dados pode ocorrer de diversas maneiras, mas geralmente envolve: 1. Levantamento bibliográfico.

Além disso, sob o prisma desse procedimento técnico, será utilizada a pesquisa bibliográfica, ou seja, dados já trabalhados e explorados por distintos pesquisadores do tema aqui explanado, como doutrinadores e operadores do direito. Severino (2007, p. 122) sobre a pesquisa bibliográfica conceitua:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes de temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos [...]

Esta pesquisa que está sendo desenvolvida se fundamentará em dados colhidos a partir da utilização de fontes secundárias, seu conceito é dado por Lakatos e Marconi (2003, p.182):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Em suma, serão utilizados como base da pesquisa bibliográfica julgados dos Tribunais Superiores, artigos científicos, entendimentos doutrinários e dados estatísticos e letra de lei.

#### REFERENCIAL TEÓRICO:

##### CONCEITO DE ASSÉDIO MORAL E AMBIENTE DE TRABALHO, TIPOS E FORMAS DE ASSÉDIO MORAL

De acordo com Resende (2019, p. 383), “Assédio moral é a prática de perseguição insistente (constante) a um empregado ou um grupo deles, com vistas à humilhação, constrangimento e isolamento do grupo, prática esta que provoca danos à saúde física e psicológica do trabalhador, ferindo sua dignidade.”.

Na visão de Pomplona e Gunça (2020, p.50):

Assédio moral laboral é a tortura psicológica perpetrada por um conjunto de ações ou omissões, abusivas e intencionais, praticadas por meio de palavras, gestos e atitudes, de forma reiterada e prolongada, que atingem a dignidade, a integridade física e mental, além de outros direitos fundamentais do trabalhador, comprometendo o exercício do labor e, até mesmo, a convivência social e familiar.

O assédio moral existe desde os tempos mais antigos, pode-se se dizer que é tão antigo quanto o próprio trabalho. A partir da década de 80, começaram estudos mais profundos discorrendo sobre esse tema no cenário global. Porém no Brasil o debate se amplia na virada do milênio, anos 2000. Destaca-se como fato relevante a criação do endereço eletrônico: “[www.assediomoral.org.br](http://www.assediomoral.org.br)”, fundado em 2001.

Com base nas pesquisas que começaram a ser feitas e foram avançando, com relação a esse assunto, constatou-se que o assédio moral poderia ser classificado e também possuía alguns desdobramentos, no caso suas espécies/tipos, e com isso se tornava ainda

mais amplo no sentido de situações que seriam enquadradas com tal prática.

De acordo com Resende (2019, p.383):

São conhecidas três diferentes espécies de assédio moral no trabalho, a saber:

**Assédio vertical descendente:** é o assédio moral “de cima para baixo”, ou seja, praticado por superior hierárquico. É especialmente grave porque constitui abuso de direito, consubstanciado no abuso do exercício do poder empregatício pelo empregador ou por seus prepostos. Em razão da subordinação hierárquica, os danos ao empregado são ainda maiores, pois este acaba tentando suportar a pressão com medo de perder o emprego;

**Assédio vertical ascendente:** é o assédio “de baixo para cima”, praticado geralmente por um grupo de empregados contra o superior hierárquico. É relativamente comum um grupo de empregados passar a implicar com o chefe, discriminando-o, por exemplo, por alguma característica física ou por sua opção sexual, o que configura assédio moral;

**Assédio horizontal:** é praticado entre colegas que possuem o mesmo *status* hierárquico, geralmente estimulados pela competição por resultados.

Uma cartilha desenvolvida pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescenta ainda mais um tipo, o assédio moral misto, a seguir conceituação dada pela redação da cartilha (p.10): “Consiste na acumulação do assédio moral vertical e do horizontal. A pessoa é assediada por superiores hierárquicos e também por colegas de trabalho. Em geral, a iniciativa da agressão começa sempre com um autor, fazendo com que os demais acabem seguindo o mesmo comportamento.”

Essa mesma cartilha também dá classificações ao assédio moral, Resende (2019, p. 9):

No ambiente de trabalho, o assédio moral pode ser classificado de acordo com a sua abrangência:

**Assédio moral interpessoal:** Ocorre de maneira individual, direta e pessoal, com a

finalidade de prejudicar ou eliminar o profissional na relação com a equipe;

**Assédio moral institucional:** Ocorre quando a própria organização incentiva ou tolera atos de assédio. Neste caso, a própria pessoa jurídica é também autora da agressão, uma vez que, por meio de seus administradores, utiliza-se de estratégias organizacionais desumanas para melhorar a produtividade, criando uma cultura institucional de humilhação e controle.

A fim de se entender melhor o tema do assédio moral, se faz necessário o conceito de ambiente de trabalho, que por sua vez será, em regra, o local da prática do assédio moral.

Edward Abreu Gonçalves, conceitua meio ambiente de trabalho como, (2017, p.15):

Meio Ambiente de Trabalho corresponde ao espaço físico, fixo ou móvel, com todos os seus componentes naturais ou artificiais, máquinas e equipamentos, no qual são desenvolvidas atividades profissionais produtivas e onde se fazem presentes os agentes físicos, químicos, biológicos, mecânicos, ergonômicos, psicossociais e outros, naturais ou artificiais que, associados ou não, podem desencadear reações fisiológicas e psicossociais com repercussões na saúde, na integridade física e na qualidade de vida do trabalhador.

Através desse conceito podemos compreender, o local de trabalho, no caso, sua delimitação e conseqüentemente o impacto que o mesmo pode gerar sobre a vida do empregado.

O legislador ao redigir a redação da Consolidação das Leis do Trabalho diz em seu art. 2º CLT: “Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço”.

Resende (2019, p. 383) diz sobre o assunto:

Em qualquer dos casos de assédio moral no ambiente de trabalho o empregador responde pelos danos morais, tendo em vista que “o empregador ou comitente” é responsável civilmente “por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele” (art. 932, III, do CCB/2002). Além disso, no caso de o dano não ter sido provocado diretamente pelo empregador, a responsabilidade é objetiva.

A CLT e Resende, deixam bem claro para nós que o empregador é responsável por zelar pelo seu empregado durante o desenvolvimento de suas funções no ambiente de trabalho.

#### **EFEITOS NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DO TRABALHADOR VÍTIMA DE ASSÉDIO MORAL**

É possível verificar no trabalhador vítima de assédio moral, que a consequência desse fato gerador, pode vir a desencadear diversos transtornos mentais e físicos.

O indivíduo vítima de assédio moral pode vir a apresentar Dores generalizadas; Palpitações; Distúrbios digestivos; Dores de cabeça; Hipertensão arterial (pressão alta); Alteração do sono; Irritabilidade; Crises de choro; Abandono de relações pessoais; Problemas familiares; Isolamento; Depressão; Síndrome do pânico; Estresse; Esgotamento físico e emocional; Perda do significado do trabalho e até mesmo Suicídio. (UFSC, 2013 p.14)

Barros (2013), expôs em sua tese de Doutorado (p.49), uma tabela que também lista os diferentes efeitos da violência/assédio moral causam no empregado vítima, baseado nos estudos de Piñuel, 2002, s.p. in João, 2009, s.p., Conforme apresentado abaixo apresentada de forma adaptada:

**Efeitos cognitivos e hiper-reação psíquica:**

Esquecimento e perdas de memória; Dificuldade de concentração; Abatimento/depressão; Apatia/falta de iniciativa; Irritabilidade; Inquietude / nervosismo / agitação; Agressividade / ataques de raiva; Sentimento de insegurança; Hipersensibilidade às demoras;

**Sintomas psicossomáticos de stress:**

Pesadelos; Dores de estômago e abdominais; Diarreias / problemas intestinais; Vômitos; Náuseas; Falta de apetite; Sensação de nó na garganta; Choro; Isolamento;

**Sintomas de desajuste do sistema nervoso autónomo:**

Dores no peito; Sudorese; Secura na boca; Palpitações; Sensação de falta de ar; Hipertensão / hipotensão;

**Sintomas de desgaste físico provocado por um stress mantido durante muito tempo:**

Dores nas costas, dorsais e lombares; Dores cervicais; Dores musculares;

**Transtornos do sono:** Dificuldade para conciliar o sono; Sono interrompido; Despertar antecipado;

**Cansaço e fraqueza:** Fadiga crônica; Fraqueza nas pernas; Debilidade; Desmaios; Tremores.

Além dos problemas causados individualmente para cada pessoa individual, percebe-se que o assédio moral e suas conseqüências estendem-se para a empresa com o qual a vítima é vinculada e também a sociedade acaba sendo impactada com as conseqüências.

A Universidade Federal de Santa Catarina, em 2013 (p.15), produziu uma cartilha que expõe alguns desses efeitos:

**Para a organização/empresa:** Redução da produtividade; Aumento na rotatividade de pessoal; Aumento de erros e acidentes; Absenteísmo; Aposentadoria prematura; Clima desfavorável para o trabalho; Exposição negativa da marca; Passivos trabalhistas decorrentes de indenizações; Multas administrativas por manifestações de discriminação; Licenças médicas; demissões.

**Para sociedade:** Custos com tratamento médico e reabilitação; Despesas com benefícios sociais (dependência de auxílio doença e aposentadoria precoce); Custos dos processos administrativos e judiciais.

O impacto do assédio moral é amplo, como se pôde ver, estende-se além da ideia básica e vai intrinsicamente na saúde do trabalhador, impactando até a sociedade ao redor.

### DETERMINADOS ENTENDIMENTOS DE TRIBUNAIS ACERCA DO ASSÉDIO MORAL, OS DIREITOS DA VÍTIMA E ASSÉDIO MORAL EM TEMPOS DE PANDEMIA (COVID-19)

O assédio moral, como já mencionado, gera dano moral, e o empregador responde por qualquer fato gerador de tal, devido sua responsabilidade sobre o empregado e a empresa, com previsão expressa na CLT.

O Artigo 186 do Código Civil, vem dando ênfase a questão da indenização que pode vir a ser pleiteada, sua redação diz: “Todo aquele por ação ou omissão espontânea, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

No mesmo sentido o Artigo 927 do Código Civil instrui: “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

Os tribunais Regionais do Trabalho, já tem diversas decisões e entendimento pacificado sobre esse tema, conforme as seguintes jurisprudências a respeito de deferimento ao dano moral:

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO. Não comprovado o tratamento indevido ao reclamante pela reclamada, não há falar em violação a direitos da personalidade, segundo circunstâncias que decorrem da relação de emprego, caracterizando assédio moral no trabalho, passível de indenização.

(TRT-4 - ROT: 00200074620155040003, Data de Julgamento: 06/05/2021, 3ª Turma)

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO. DANO MORAL. A prática de reiteradas humilhações e constrangimentos durante a jornada de trabalho interfere na vida privada do empregado, causando-lhe sérios danos em relação à sua saúde física e mental. In casu, restou provado que a reclamante sofreu assédio moral durante a execução do contrato de trabalho, razão pela qual a reclamada deve ser condenada ao pagamento de danos morais.

(TRT-1 - RO: 00100385620155010531, Relator: JOSÉ LUIS CAMPOS XAVIER, Data de Julgamento: 07/12/2016, Sétima Turma, Data de Publicação: 24/01/2017)

DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO. MAJORAÇÃO DEVIDA. Considerando que a prova testemunhal produzida pelo autor demonstrou plenamente a ocorrência do assédio moral de que o mesmo foi vítima por parte do proprietário da empresa, devida a indenização por danos morais, porém em valor compatível com o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade e como a sentença de origem assim não observou, deve o mesmo ser majorado para patamar compatível com a ocorrência dos fatos.

(TRT-11 00109142920135110005, Relator: LAIRTO JOSE VELOSO, Gabinete do Desembargador Lairto Jose Veloso)

O empregado vítima como já dito, pode buscar seus direitos frente a essa situação vivida, por mais que não exista lei específica é possível usar as legislações de forma subsidiária, de acordo com Ana Karoline Silva Sousa, em seu artigo escrito em 2019:

As normas do Código Civil poderão ser utilizadas de forma subsidiária pelos trabalhadores vítimas dessa conduta, pois prevê a indenização por danos morais em caso de assédio moral, sendo uma das formas de proteção mais utilizadas ultimamente no que tange a esse tema, tendo em vista que tanto o empregador como quem quer que tenha praticado essa conduta terá que pagar uma indenização proporcional aos danos sofridos pela vítima. As normas da Consolidação das Leis do Trabalho preveem a possibilidade de

rescisão por justa causa do empregador, também conhecida como rescisão indireta, sendo perfeitamente possível quando o empregador comete uma falta grave (como assédio moral), sendo um motivo justo para o empregado romper o contrato de trabalho, tendo assim direito de receber todos os seus direitos. Já as normas da Constituição Federal garantem a proteção do trabalhador através dos princípios Constitucionais, em especial o Princípio da Dignidade Humana, constituindo em uma obrigação do Estado de proporcionar um mínimo existencial para o indivíduo, sendo vedado quaisquer atos que visem degradar o mesmo, independentemente de sua cor, raça, etnia ou religião, e caso este seja violado é assegurado o direito a indenização.

Em 2019, se teve início a trágica pandemia da COVID-19. Com isso as relações de emprego tiveram que se adaptar de forma drástica e em muitos casos sem uma legislação específica, no caso o *Home Office*.

De acordo com o site DocuSign (2020): “Home office é uma forma de relação de trabalho na qual o colaborador atua a distância. Para isso, faz uso dos meios computacionais para produzir junto à empresa, como se estivesse presente fisicamente no escritório.”

O Home Office pode dar aquela falsa sensação de que fora do ambiente de trabalho habitual não ocorrerá assédio moral, porém ele está mais presente do que se imagina.

Para Suzana Maria Pimenta Catta Preta Federighi, advogada, professora da PUC-São Paulo e Procuradora do Estado de São Paulo aposentada, afirma que:

O home office pode levar a uma ideia de maior produtividade, o que pode aumentar as exigências de chefias e comentários maliciosos de colegas sobre a ‘indisponibilidade’ do profissional que se encontra em casa e deveria estar trabalhando.

É possível citar algumas situações que podem configurar assédio moral em Home Office, por exemplo,



mesmo em Home Office deve ser respeitado o horário de trabalho acordado entre empregado e empregador, chamadas em horários incompatíveis e fora do horário de expediente, é um claro exemplo. Outra ocasião é quando durante uma vídeo chamada, muito utilizada para reuniões em Home Office, ocorram comentários sobre aparência e a casa do empregado/colaborador, gerando uma situação de invasão de privacidade e se configura como assédio moral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se após a leitura e pesquisa do que foi relatado acima, que ao assédio moral está presente, cada vez mais, nos ambientes de trabalho, e mesmo com a questão do tele trabalho crescendo exponencialmente os casos tem sido cada vez mais comum e frequente. Vale destacar que o assédio moral no ambiente de trabalho deve ser desencorajado e sempre denunciado.

## REFERÊNCIAS

- Assédio Moral no trabalho: Uma violência a ser enfrentada**, UFSC, 2013. Disponível em: [http://www.assediomoral.ufsc.br/files/2013/07/CARTILHA\\_AMT.pdf](http://www.assediomoral.ufsc.br/files/2013/07/CARTILHA_AMT.pdf) Acesso em 15 de Maio de 2021.
- BARROS, Raquel Lima dos Santos de. **Assédio moral no local de trabalho**. 2013. Tese de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/11501/1/Barros\\_2013.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/11501/1/Barros_2013.pdf). Acesso em 15 de Maio de 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm) - Acesso em 16 de Abr. de 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm) - Acesso em 16 de Abr. de 2021.
- Carlos, G. A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição: Atlas, 2018.: Grupo GEN, 2017. 9788597012934. Disponível em:
- <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 10 Jun 2021.
- Colaborador DocuSign. **O que é home office? Entenda esse conceito de uma vez por todas**. 2020 Disponível em: <https://www.docuSign.com.br/blog/o-que-e-home-office>. Acesso em: 15 de Maio de 2021.
- Equipe Guia Trabalhista, 2017. **ASSÉDIO MORAL CONTRA O EMPREGADO**, Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/assediomoral2.htm>. Acesso em 15 de Maio de 2021.
- FALKEMBACH, Mônica Chiapetti. 2007. **Assédio moral - Diagnosticando as consequências**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3261/Assedio-moral-Diagnosticando-as-consequencias>. Acesso em: 12 maio 2021.
- FIDALGO, Ángel M. e Piñuel, Iñaki, 2004. **La escala Cisneros como herramienta de valoración del mobbing**: Disponível em: <http://www.psicothema.com/pdf/3041.pdf> - Acesso em: 15/5/2021.
- FREDIANI, Y. **Direito do Trabalho**. Editora Manole, 2011. 9788520444351. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444351/>. Acesso em: 14 de Abril de 2021.
- GONÇALVES, Danielle Carvalho. **Segurança e saúde no trabalho em 2000 perguntas e respostas / Danielle Carvalho Gonçalves, Isabelle Carvalho Gonçalves, Edwar Abreu Gonçalves**. — 6. ed. — São Paulo : LTr, 2017. Disponível em: <http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5832.pdf> - Acesso em 14 de Maio de 2021.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- LA PUENTE, Paula de. 2021, **Assédio Moral no Home Office – Você sabe o que caracteriza?**. Disponível em: <https://canaldedenuncias.blog.br/assedio-moral-no-home-office-voce-sabe-o-que-caracteriza/> - Acesso em 15 de Maio de 2021.
- MACIEL, Rodrigo Augusto Pinto. **A relação de emprego e o poder do empregador**. Conteudo Juridico, Brasília-DF: 26 maio 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50603/a-relacao-de-emprego-e-o-poder-do-empregador>. Acesso em: 26 maio 2021.
- NOGUEIRA E BECK ADVOGADOS, 2017. **7 principais dúvidas sobre o assédio moral no ambiente de trabalho**. Disponível em: <https://nobeadvogados.jusbrasil.com.br/artigos/51>

1045295/7-principais-duvidas-sobre-o-assedio-moral-no-ambiente-de-trabalho#:~:text=Comprovado%20o%20ass%C3%A9dio%20moral%2C%20qual,ou%20indiretamente%20causou%20o%20dano. Acesso em: 13 de Maio de 2021.

OSMIR, F.J.; MALHADAS, J.M.J.O.; ROSA, F.M. **Assédio Moral: Uma Visão Multidisciplinar, 2ª edição**. Grupo GEN, 2015. 9788522497898. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497898/>. Acesso em: 14 Abril de 2021

PAMPLONA, R.; GUNÇA, C. **Assedio moral organizacional**. Editora Saraiva, 2020. 9786555590913. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590913/>. Acesso em: 14 Abril de 2021

PIMENTA, A. C. **Manual de Direito do Trabalho**. Editora Saraiva, 2020. 9788553617944. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617944/>. Acesso em: 14 de Abril de 2021.

**Possíveis Consequências**, UFSC. Disponível em: [http://www.assediomoral.ufsc.br/?page\\_id=442](http://www.assediomoral.ufsc.br/?page_id=442). Acesso em 14 de Maio de 2021.

RAUL, Henrique Beserra Melo, Ruana Bezerra Melo, Stéfani Linhares Isaías, 2017. **As consequências do assédio moral no ambiente de trabalho**. Disponível em: [https://jus.com.br/artigos/58030/as-consequencias-do-assedio-moral-no-ambiente-de-trabalho#:~:text=O%20ass%C3%A9dio%20moral%20gera%20sofrimento,ang%C3%BAstia%2C%20m%C3%A1goa%2C%20revolta%2C%20tristeza](https://jus.com.br/artigos/58030/as-consequencias-do-assedio-moral-no-ambiente-de-trabalho#:~:text=O%20ass%C3%A9dio%20moral%20gera%20sofrimento,ang%C3%BAstia%2C%20m%C3%A1goa%2C%20revolta%2C%20tristeza.). Acesso em: 15 de Maio de 2021.

REDAÇÃO, Fenalaw, 2020. **O que caracteriza assédio moral em tempos de home Office**. Disponível em: <https://digital.fenalaw.com.br/legislao/o-que-caracteriza-assedio-moral-em-tempos-de-home-office> - Acesso em: 15 de Maio de 2021.

RICARDO, R. **Direito do Trabalho**. Grupo GEN, 2020. 9788530989552. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989552/>. Acesso em: 14 Abril de 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**, 23ª ed. rev. e atual – São Paulo: Correz, 2007. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod\\_label/intro/SEVERINO\\_Metodologia\\_do\\_Trabalho\\_Cientifico\\_2007.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf). Acesso em: 06 de Maio de 2021.

SILVA, Antônio João Hocayen da. **Metodologia de Pesquisa: Conceitos e Gerais**, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/841/1/Metodologia-da-pesquisa->

[cient%C3%ADfica-conceitos-gerais.pdf](#) – Disponível em: 18 de Abr. de 2021.

SILVA, Alessandro da; SILVA, Rondon da; SOUZA, Rosimeri Vieira da Cruz de; SILVA, Gisele Rosa Julião. **Assédio moral e as consequências na saúde mental do trabalhador**. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a18v39n16/a18v39n16p26.pdf>. Acesso em: 13 de Abril de 2021.

SOUZA, Ana Karoline Silva, 2019. **A Proteção do Trabalhador Vítima do Assédio Moral Frente a Inexistência de Legislação Federal**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-do-trabalho/a-protexao-do-trabalhador-vitima-do-assedio-moral-frente-a-inexistencia-de-legislacao-federal/>. Acesso em 14 de Maio de 2021.

VALENTE, Heloisa. **52% dos profissionais já sofreram assédio**. Disponível em: [https://www.vagas.com.br/profissoes/52-dos-profissionais-ja-sofreram-assedio/#:~:text=Ass%C3%A9dio%20moral%20%C3%A9%20mais%20frequente,51%2C9%25%20dos%20casos](https://www.vagas.com.br/profissoes/52-dos-profissionais-ja-sofreram-assedio/#:~:text=Ass%C3%A9dio%20moral%20%C3%A9%20mais%20frequente,51%2C9%25%20dos%20casos.). Acesso em: 25 de Abril de 2021.

VASCONCELOS, Esther. 2020. **Conheça seus direitos trabalhistas em casos de assédio moral**. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/direitos-trabalhistas-em-casos-de-assedio-moral/>. Acesso em: 13 de Abril de 2021.

WUDARSKI, Saraiana Morandi. 2015. **Assédio moral: consequências na relação de trabalho**. Disponível em: [https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-132/assedio-moral-consequencias-na-relacao-de-trabalho/#:~:text=Assim%2C%20o%20ass%C3%A9dio%20moral%20deve,laborativa%2C%20desemprego%20ou%20mesmo%20a](https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-132/assedio-moral-consequencias-na-relacao-de-trabalho/#:~:text=Assim%2C%20o%20ass%C3%A9dio%20moral%20deve,laborativa%2C%20desemprego%20ou%20mesmo%20a.). Acesso em 14 de Maio de 2021.

ISSN 2595-8704



**excellence**  
REVISTA CIENTÍFICA

**Revista Científica Excellence | Periódico Multidisciplinar - Trimestral.**

CNPJ: 31.655.465/0001-04

**Endereço de correspondência:**

Rodovia do Sol. Nº100, Km 28. Ed.Praia do Sol. Bairro Recanto da Sereia. Guarapari. E.S.

CEP: 29.227-100

E-mail: [revista@excellenceeduc.com](mailto:revista@excellenceeduc.com) | Site: [www.excellenceeduc.com](http://www.excellenceeduc.com)